

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST

SENHORES DE ESCRAVOS, SENHORES DA RAZÃO

Racionalidade Ideológica e a *Villa* Escravista na República Romana (séculos II e I a.C.)

Niterói
2011

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST

SENHORES DE ESCRAVOS, SENHORES DA RAZÃO

Racionalidade Ideológica e a *Villa* Escravista na República Romana (séculos II e I a.C.)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo

Niterói
2011

Knust, José E.M.

Senhores de Escravos, Senhores da Razão. Racionalidade Ideológica e a *Villa* Escravista na República Romana (séculos II-I a.C.).

327 f.

Orientadora: Sônia Regina Rebel de Araújo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f.310-327.

1. Roma – História Antiga 2. Escravidão – Roma. 3. Economia – Roma. I. Araújo, Sônia Regina Rebel. II Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST

SENHORES DE ESCRAVOS, SENHORES DA RAZÃO

Racionalidade Ideológica e a *Villa* Escravista na República Romana (séculos II e I a.C.)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em abril de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Sônia Regina Rebel de Araújo - UFF (Orientadora)

Prof. Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso – UFF

Prof. Dr. Carlos Augusto Machado – UNIFESP

Niterói

2011

Para meu pai.

Agradecimentos

É um grande clichê afirmar em páginas de agradecimentos de trabalhos como este que seu resultado não é fruto de um esforço individual. Isso não torna menos verdadeiro o fato de que, apesar de apenas aquele que assina o texto poder ser responsabilizado pelos seus erros – afinal, é ele quem tem o poder de incluir ou excluir qualquer afirmação – uma pesquisa nunca é uma atividade intelectual solitária. Fora o fato de que não reinventamos a roda a cada vez que nos debruçamos sobre uma problemática de pesquisa – estamos sempre vendo o mundo sobre o ombro de gigantes, como diria Isaac Newton –, cada passo dado em uma pesquisa sempre é fruto das mais diversas interações com as mais diferentes pessoas – a quem cabe agradecer, neste momento. Tendo a certeza de seu insucesso, estes agradecimentos tentarão dar conta de mencionar pelo menos o maior número possível de pessoas sem as quais este trabalho seria certamente mais pobre, senão inexistente.

A professora Sônia Regina Rebel de Araújo, minha orientadora, dedicou-me não só uma orientação acadêmica atenciosa e dedicada, como me agraciou com uma amizade sincera e generosa. Sua orientação foi sempre capaz de me indicar os rumos necessários para o desenvolvimento da pesquisa e de me salvaguardar de possíveis equívocos ao trilhar tais caminhos. Ademais, sem me podar os anseios de grandeza, Soninha foi capaz de me salvar muitas vezes das armadilhas da minha própria megalomania acadêmica, me fazendo voltar a por os pés no chão sempre que necessário – mesmo que algumas vezes eu tenha sido um tanto cabeça-dura.

O Grupo de Trabalho sobre Sociedades Pré-Capitalistas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Marx e Marxismo (o NIEP-PréK), da Universidade Federal Fluminense, deu um significado ainda mais profundo a idéia de que esta dissertação é fruto de um trabalho coletivo. Os debates semanais dedicados a “desvendar a anatomia do macaco” estimularam a formulação da maioria das grandes questões que tentei responder ao longo deste trabalho. E as respostas presentes nesta dissertação também são frutos das conversas e reflexões coletivas, nas reuniões semanais ou nas trocas de e-mail diárias, que se tronaram um grande estímulo para o aprofundamento de minhas reflexões, nesses dois anos de existência do grupo.

Além de estimulante academicamente, o grupo se tornou uma segunda família (mais clichês!) na qual o almoço de domingo foi substituído pelo lanchinho da segunda-feira de manhã. Os amigos Arthur Henriques, Daniel Tomazine, Fábio Afonso Frizzo, Gabriel Melo, Mariana Bedran, Mário Jorge da Motta Bastos, Paulo Henrique Pachá e Renato Rodrigues

Silva sintam-se abraçados por este grato colega que reconhece que sem vocês este trabalho não teria a mesma relevância que pretende ter. O nome do autor na capa desta dissertação só não é “Macacada do Niep-Prék” por que vocês não podem ser culpados pelas bobagens que por ventura eu possa ter escrito neste trabalho.

Ao professor Mário Jorge, assim como ao seu contra-xará Jorge Mário Davidson, devo, também, os importantes comentários e conselhos da banca de qualificação, que me ajudaram a corrigir certos rumos da pesquisa e a melhorar os dois primeiros capítulos, apresentados em tal oportunidade. Além desses dois professores, tive a sorte de poder contar com comentários, conselhos e sugestões de diversos outros professores sobre aspectos da minha pesquisa. Em diferentes oportunidades, através dos mais diversos meios (como eventos acadêmicos, trocas de e-mails e até comentários em blogs), pude travar conversas com professores como André Chevitarese, Carlos Astarita, Fábio Favarsani, Juliana Marques e Norberto Guarinello, que foram muito importantes para a realização da pesquisa. O professor Fábio Duarte Joly muito me ajudou não apenas com seus comentários e sugestões, mas também incentivando e auxiliando minha pesquisa com o envio generoso de muitos materiais importantes ainda no momento em que esta pesquisa dava seus primeiros passos. Por fim, aos professores Carlos Augusto Machado e Ciro Flamarion Cardoso agradeço pelo aceite em participar da banca examinadora desta dissertação, além dos comentários e sugestões à minha pesquisa feitos pelos dois em diferentes oportunidades.

Questões importantes para a pesquisa também surgiram ao longo das disciplinas que cursei no primeiro ano do Mestrado, com os professores Carlos Gabriel Guimarães, João Luís Fragoso e Vânia Leite Fróes, além da matéria que cursei com minha própria orientadora, a professora Sônia Rebel. Aos professores Carlos Gabriel e João Fragoso devo muitas das reflexões sobre problemas da História Econômica que tentei tratar nesta dissertação. À professora Vânia, por sua vez, devo reflexões teóricas e metodológicas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Gostaria de agradecer não apenas aos professores dessas disciplinas, mas em especial aos colegas de curso que, provavelmente sem nem desconfiar, me ajudaram a desenvolver diversas questões importantíssimas para minha pesquisa enquanto comentavam textos, expunham questionamentos ou teciam considerações sobre os mais diversos assuntos. Em todas as matérias que cursei encontrei colegas dedicados e um ambiente de inquietação e curiosidade intelectual que foram fundamentais no desenvolvimento de minha pesquisa.

As reflexões que desenvolvi neste trabalho, contudo, não nasceram do dia para a noite, assim que entrei na pós-graduação. Desta forma, é importantíssimo não esquecer colegas da

minha turma de graduação em História (também cursado na UFF), que nas mais diversas situações, em conversas com os mais diferentes graus de seriedade (e inebriação), também ajudam (e muito!) este que vos escreve a trilhar seus primeiros passos no ofício do historiador. Expondo-me ao risco de esquecer nomes importantes, gostaria de agradecer a Adolpho, Bruno, Carlos, Daniele, Michel, Francisco, Gabriel José, Priscila, Nathália, Samantha.

Dentre estes colegas de graduação, gostaria de agradecer em especial a Thiago Krause, exemplo de historiador e de apaixonado pela pesquisa, que certamente é exemplo não só pra mim, e a Vinícius Ayres, meu companheiro de História Econômica. As constantes conversas com ambos, através dos diferentes meios que a tecnologia permite atualmente, sempre foram importantes para minha reflexão historiográfica.

Devo um agradecimento sem tamanho à minha namorada, Aline da Cruz de Moura, que com uma enorme boa vontade aceitou o inglório cargo de revisora da minha dissertação. Para além dos agradecimentos acadêmicos, obviamente, não posso deixar de agradecer a companhia e o carinho que ela me dedicou nestes quase dois anos que estamos juntos. O caráter coletivo deste trabalho não se resume apenas às contribuições diretas dada ao trabalho pelo colegas historiadores, mas também a estas pessoas que tornam nossa vida mais feliz.

Nesta categoria de agradecimentos não posso esquecer meus familiares. Minha irmã, Carolina, e meu cunhado, Ricardo, me hospedaram incontáveis vezes em sua casa sempre em que eu, morador de Nova Friburgo, precisei ir ao Rio ou mesmo a Niterói (o que por razões óbvias não foram poucas vezes nestes dois últimos anos) – e este não é o único motivo pelo qual devo agradecer aos dois, obviamente. Minha mãe, Marilene, e meu pai, Gustavo, me deram todo o apoio, mesmo tendo o caçula escolhido carreira tão inglória. À toda minha família, meus tios, tias, primos e primas, agradeço por toda a convivência familiar tão saudável que temos e por todo o incentivo que sempre me deram.

Gostaria de agradecer também aos meus muitos amigos não-historiadores, que certamente sentiram minha ausência naqueles chopinhos de final de semana nesses últimos tempos (aos quais prometo voltar em breve). Devo agradecimentos especiais, entre estes, a Rafael Herdy, que me iniciou nos mistérios do Excel, a Felipe Lopes, que me hospedou em uma abusada visita a São Paulo que me possibilitou realizar pesquisas na biblioteca da USP, e Rafael Pedretti, que me hospedou tantas vezes na sua casa em Niterói que acabou me convidando para morar lá de uma vez (e pelo menos ajudar a rachar o aluguel!), o que fiz por divertidos quatro meses.

Por fim, cabe o agradecimento ao CNPq, que me concedeu bolsa de estudos que permitiu minha dedicação a esta pesquisa.

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.

Marc Bloch, *Apologia da História*ⁱ.

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

Karl Marx e Friederich Engels, *A Ideologia Alemã*ⁱⁱ

O historiador das economias antigas está, portanto, obrigado a restringir seu emprego [das categorias da ciência econômica moderna] a um uso, por assim dizer, indireto ou reflexivo: não para imediata e simplesmente descrever, mas para formular conceitos capazes de descrever. Apenas assim a inevitável comparação entre o antigo e o moderno pode traduzir-se numa pontual análise das diferenças (o conhecimento histórico nada mais é do que conhecimento pelas diferenças), e não numa assimilação confusa e estéril.

Aldo Schiavone, *Uma História Rompida*ⁱⁱⁱ

ⁱ Marc Bloc, *Apologia da História*. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.54

ⁱⁱ Karl Marx e Friederich Engels, *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p.33.

ⁱⁱⁱ Aldo Schiavone, *Uma História Rompida*. Roma Antiga e o Ocidente Moderno. São Paulo: Edusp, 2005, p.71, nota 30.

Resumo

Esta pesquisa analisa a racionalidade das prescrições sobre os trabalhadores escravos no *De Agri Cultura* de Catão e no *De Re Rustica* de Varrão. A hipótese inicial de trabalho é que Catão e Varrão ilustram um processo de racionalização das atividades produtivas e do controle social da mão-de-obra nos campos italianos dentro de um quadro ideológico tipicamente escravista e patriarcal, fazendo frente às transformações e contradições fundamentais do sistema econômico-social que se desenvolvia na Itália tardo-republicana. Contudo, identificamos que o conceito neoclássico de racionalidade, amplamente utilizado como premissa dos estudos sobre a economia antiga, se baseia em premissas equivocadas e não serve como bom referencial de análise. A partir disso, propomos uma nova abordagem ao problema, a partir do conceito de Racionalidade Ideológica. Este conceito nos leva a ressaltar a importância da análise das relações sociais que marcam a *Villa*, forma de apropriação do solo e de exploração do trabalho que estes autores tinham em mente ao compor seus tratados, para o estudo da Racionalidade. Para tal, em um primeiro momento, analisamos como os tipos de atividades produtivas realizadas nas *Villae* e as formas de circulação de seus produtos estão ligadas ao problema da extração de excedentes dos produtores diretos. Já em um segundo momento, identificamos as formas de relações sociais de produção e a centralidade da escravidão para a forma de inserção social das *Villae* nas comunidades rurais. Tendo por referências esses problemas das relações sociais que marcam a *Villa*, analisamos as prescrições de Catão e Varrão sobre a mão-de-obra escrava, identificando a Racionalidade Ideológica que fundamenta suas preocupações básicas.

Palavras-Chave: Roma Antiga, Economia Antiga, Escravidão Antiga, Racionalidade, Ideologia, Catão, Varrão.

Abstract

This study examines the rationality of the prescriptions on slave workers in Cato's *De Agri Cultura* and Varro's *De Re Rustica*. The initial hypothesis is that Cato and Varro illustrates a rationalization process of productive activities and manpower's social control in the Italian countryside within a typically slavery and patriarchal ideological framework – in line with the changes and the fundamental contradictions of the socio-economic system that developed in late-Republican Italy. However, we identify that the neoclassical concept of rationality, widely used as a premise in studies on the ancient economy, relies on questionable assumptions and it isn't a useful concept for this study. We propose a new approach to the problem, the concept of Ideological Rationality. This concept will lead us to emphasize the importance of the social relations that mark the *Villa* (form of land appropriation and work exploitation that these authors had in their mind when composing these treatises) for the study of the Rationality. At first, we analyze how the types of productive activities carried out in *Villae* and the forms of production circulation are linked with the problem of surplus extraction from direct producers. In a second step, we identify the forms of social relations of production and the centrality of slavery to the form of social insertion of *Villae* in rural communities. In face with these problems of social relations that mark the *Villa*, we analyze the prescription of Cato and Varro on slave labor, identifying the Ideological Rationality that underlies their basic concerns.

Key-Words: Ancient Rome, Ancient Economy, Ancient Slavery, Rationality, Ideology, Cato, Varro.

Sumário

Nota sobre as fontes citadas	6
Introdução	7
Capítulo 1: Racionalidade Econômica da Aristocracia Romana: conceitos e debates	14
1. A Racionalidade Inexistente: o paradigma de Finley	16
1.1. Weber, Polanyi e as premissas de Finley sobre o Econômico	18
1.2. Tradição, Costume e Empiria	24
2. A Racionalidade Limitada: o paradigma “neomodernista”	27
2.1. A racionalidade dos investimentos conservadores	29
2.2. <i>New Economic History</i> e Economia Antiga.....	32
2.3. Neoinstitucionalismo e Economia Antiga	36
2.4. Crítica ao conceito neoclássico de racionalidade.....	42
3. A Racionalidade Singular: propostas alternativas	46
3.1. A “Gestão aquisitiva não-mercantil”	49
3.2. Racionalidade Imperial	55
3.3. Racionalidade do Sistema Escravista.....	62
4. A “Racionalidade Ideológica”: uma nova proposta.....	67
4.1. Materialismo Histórico, Ideologia e Estrutura Social.....	68
4.2. Por um conceito materialista histórico de racionalidade	75
Capítulo 2: Os tratados de Catão e Varrão e o estudo da racionalidade	82
1. Os “agrônomos latinos” na historiografia	83
2. O <i>De Agri Cultura</i> de Catão	88
2.1. O Autor	88
2.2. Composição do <i>De Agri Cultura</i>	89
2.3. Contexto político e cultural da composição.....	91
2.4. <i>De Agri Cultura</i> como fonte para a História Econômica.....	97
3. O <i>De Re Rustica</i> de Varrão.....	100
3.1. O Autor	100
3.2. Composição da <i>De Re Rustica</i>	101
3.3. Contexto político e cultural da composição.....	108
3.4. <i>De Re Rustica</i> como fonte para a História Econômica.....	110
4. Estruturalismo Genético e Análise de Conteúdo	114

Capítulo 3: A <i>Villa Rustica</i>: conceito e primeiros elementos de análise	117
1. Estrutura Fundiária e Demografia na Itália Republicana	117
1.1. Arqueologia rural e a heterogeneidade da estrutura fundiária	119
1.2. O problema demográfico	123
2. O Conceito de <i>Villa</i>	128
2.1. Crítica à concepção de <i>Villa</i> “típica” ou “ideal”	128
2.2. A <i>Villa</i> e a reorganização do espaço rural	145
3. Atividades Econômicas nas <i>Villae</i>	149
3.1. Produção de vinho e óleo de oliva	150
3.2. Outras produções agro-pastoris	154
3.3. Outras atividades econômicas.....	157
4. Circulação dos produtos das <i>Villae</i>	163
4.1. Caracterização do Comércio na Economia Antiga	163
4.2. Comercialização dos Produtos da <i>Villae</i>	170
Capítulo 4: As relações sociais de produção nas <i>Villae</i> Escravistas	178
1. Os trabalhadores “externos”	181
1.1 Trabalho “Livre” e a Vizinhança da <i>Villa</i> em Catão e Varrão	181
1.2. Trabalho livre?	199
2. Os trabalhadores “fixos”	204
3. A Importância da escravidão nas <i>Villae</i>	218
3.1. Escravidão e a alienação das relações sociais.....	218
3.2. Escravos e o surgimento de Sociedades Escravistas	220
3.3. Escravidão e as Relações Agrárias na Itália dos séculos II e I a.C.	225
3.4. Roma teve uma economia genuinamente escravista?	234
Capítulo 5: Controle e Exploração dos Trabalhadores Escravos nas <i>Villae</i>	238
1. As relações entre senhores e escravos: violência e “cooptação”	239
1.1. Controle dos escravos: a historiografia e seus conflitos	239
1.2. A ausência da violência em Catão e Varrão	246
2. A hierarquia na organização do trabalho: os chefes escravos	251
2.1. Varrão e as características necessárias aos chefes	253
2.2. O <i>Vilicus</i>	256
2.3. Outros chefes: <i>magister pecoris</i> , <i>custos</i> e <i>uilica</i>	268
3. Tratamento dos Escravos.....	275
3.1. Aplicação ao trabalho e fidelidade ao senhor	275

3.2. Pecúlio: controle social e “brecha camponesa”	280
3.3. Pecúlio e Rações: o problema da alimentação dos escravos.....	284
3.4. A Família Escrava: no ergástulo, uma flor?	289
4. A Racionalidade Ideológica do Escravismo	293
4.1. Tipos de atividades produtivas e formas de controle.....	294
4.2. A questão do “Paternalismo”	298
4.3. Patriarcalismo e Racionalidade.....	301
Conclusão	306
Bibliografia	311
1. Edições das Fontes.....	311
2. Bibliografia Citada.....	311

Índice de Figuras

Figura 1 - Estimativas para a População Italiana entre 200 a.C. e 1900 d.C.	125
Figura 2 - Número de referências a produtos agro-pastoris no <i>De Agri Cultura</i> de Catão	137
Figura 3 - Número de referências a produtos agro-pastoris no <i>De Agri Cultura</i> de Catão distinguindo Consumo e Produção	137
Figura 4 - Planimetria reconstruída de um edifício rural próximo a Pompéia (R-34)	160
Figura 5 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na <i>De Agri Cultura</i> : denotação de estatuto ou de ofício	179
Figura 6 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na <i>De Re Rustica</i> : denotação de estatuto ou de ofício	180
Figura 7 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na <i>De Agri Cultura</i> : trabalho fixo e trabalho temporário.....	180
Figura 8 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na <i>De Re Rustica</i> : trabalho fixo e trabalho temporário.....	180
Figura 9 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na <i>Villa</i> no <i>De Agri Cultura</i>	205
Figura 10 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na <i>Villa</i> no Livro I da <i>De Re Rustica</i>	207
Figura 11 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na <i>Villa</i> no Livro II da <i>De Re Rustica</i>	213
Figura 12 - Categorização das Ações do <i>Vilicus</i> em Catão e Varrão.....	262

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Demanda anual de novos escravos se as estimativas de Brunt estiverem corretas.....	126
Tabela 2 - Atitudes e sentimentos que devem ser estimulados entre os Escravos, segundo Varrão	279

Nota sobre as fontes citadas

As edições do *De Agri Cultura*, de Marco Pórcio Catão, e do *De Re Rustica*, de Marcos Terêncio Varrão, utilizadas como referência neste trabalho são as presentes na publicação conjunta das obras na conceituada série *Loeb Classical Library*, da Harvard University Press, organizada por William Davis Hooper e Harrison Boyd Ash¹. Tal publicação utiliza os textos latinos estabelecidos pelo filólogo alemão Goetz nas edições Teubner da *De Agri Cultura*, de 1922, e da *De Re Rustica*, de 1929. A obra de Hooper e Ash encontra-se em domínio público e está disponibilizada na internet nos seguintes endereços:

De Agri Cultura, de Catão:

http://penelope.uchicago.edu/thayer/e/roman/texts/cato/de_agricultura/home.html

De Re Rustica, de Varrão:

http://penelope.uchicago.edu/thayer/e/roman/texts/varro/de_re_rustica/home.html

As citações desses dois textos ao longo do nosso trabalho sempre trarão o texto original, para garantir a verificabilidade das interpretações propostas, antecedido de uma tradução para o português, com o intuito de facilitar a leitura do trabalho. As citações traduzidas do *De Agri Cultura* e do Livro I do *De Re Rustica* foram feitas a partir das suas traduções para o português apresentadas por Matheus Trevizam na sua tese de Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas². Apenas em um ou outro caso optamos por manter o termo original mesmo na tradução, omitindo a tradução utilizada por Trevizam. As citações dos livros II e III da *De Re Rustica* foram traduções feitas por nós a partir do texto em latim estabelecido por Goetz e tendo por referência a tradução para o inglês de William Davis Hooper e Harrison Boyd Ash.

As demais fontes foram citadas a partir da bibliografia referente aos temas trabalhados na pesquisa; deste modo, as referências dessas citações serão fornecidas em cada um dos casos. Como não empreenderemos análises detalhadas dessas outras fontes, omitiremos o texto original em latim ou grego e citaremos apenas a tradução para o português.

¹ Cato, *On Agriculture & Varro, On Agriculture*. William Davies Hooper e Harrison Boyd Ash (Eds.), Cambridge, Mass.: Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1935.

² Mateus Trevizam, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Campinas: IEL-UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006.

Introdução

Este exercício de reflexão crítica parte do reconhecimento de que não há um ponto acima ou ideal do qual podemos descortinar o processo sócio-histórico ou produzir conhecimento. Ao contrário, é mergulhado nele que o conhecimento se enriquece das inúmeras determinações que compõem o real, evidenciando suas asperezas e contradições, e não as ocultando. Baseia-se, portanto, na compreensão de que a vida social é composta por bilhões de seres que, no agir, produzem sua existência. Somos seres concretos, de carne e osso. Precisamos continuar concretos para produzirmos alimentos, casas, roupas, bens variados, festas, cultura, amizade, múltiplas linguagens. Somos seres anônimos, que encontramos um mundo organizado de uma dada maneira, que nos parece natural. Nele, nos tornamos o que somos, ora satisfeitos, ora enraivecidos como nossa sorte. Sabemos que a vida social é histórica e pode se modificar, mas nem sempre sabemos como fazer para que isso ocorra. Este livro pretende socializar um conhecimento que, adquirido em instituições públicas, refinado e polido nas lutas sociais, procura partir do mundo real, de seres sociais concretos e manter-se nele. Se puder contribuir para que as lutas emancipatórias tornem-se mais aguçadas, terei atingido meu objetivo.

Virgínia Fontes, *O Brasil e o Capital-Imperialismo*³

A epígrafe acima não pode servir para balizar este trabalho. Cito-a mais como uma referência ao que acredito ser o ideal de um bom trabalho de pesquisa do que para descrever o que foi de fato realizado nesta dissertação de mestrado. E tão pouco eu poderia reivindicar o mesmo tipo de enquadramento de meu trabalho na atuação política que faz Virgínia Fontes, de imensa relevância na historiografia e nos movimentos sociais. Porém, ao ler tal passagem da obra da professora Virgínia, não pude não pensar no que ela significaria para o meu trabalho. Mais especificamente, me levantou a difícil questão de “para que(m) serve meu trabalho de pesquisa”? Obviamente, minha pesquisa dialoga com debates teóricos e historiográficos que julgo relevantes para o desenvolvimento dos estudos nas áreas de conhecimento em que busco me inserir, e talvez eu pudesse me dar por satisfeito com isso. No entanto, acredito que este trabalho pode ir um pouco além.

Sendo otimistas, podemos esperar que a crise econômica global que teve início em 2009, mesmo ano em que comecei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), talvez marque o fim de uma era em que imperou nos debates econômicos a perspectiva da existência de um pensamento único. A teoria econômica de base neoclássica, há bastante tempo hegemônica e alçada ao *status* de

³ Virgínia Fontes, *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV e EdUFRJ, 2010, p.16.

Ortodoxia, tornou-se um pensamento quase sacrossanto, desafiado apenas por hereges que, ou não percebiam que defendiam idéias anacrônicas, afinal o socialismo teria sido derrotado com a queda do muro de Berlim e o capitalismo triunfara, ou que não tinham capacidade intelectual de perceber o óbvio, a cientificidade inquestionável e absoluta da teoria neoclássica e o erro marxista ao insistir no conceito de valor-trabalho.

Obviamente, este estado de coisas não flutua na história das idéias sem qualquer contato com o mundo social e econômico. A nova fase de expansão do capitalismo (ou como melhor define Virgínia Fontes, capital-imperialismo⁴) iniciado em meados da década de 80, juntamente com a queda dos regimes que reivindicavam o Marxismo como fundamentação teórica e política, criou o contexto sócio-político favorável à disseminação do mito da existência do “pensamento econômico único”, ou da “economia ortodoxa”, que não se podia contradizer impunemente. Vivíamos a época do *there is no alternative*, da primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher. O crescimento do PIB em boa parte do mundo ocidental na década de 90 e, especialmente, na primeira década do novo século acabou servindo de apoteose para esse mito.

Como poderá ser visto ao longo deste trabalho, uma das pretensões mais sérias da minha pesquisa foi combater o pilar epistemológico da economia neoclássica, o tosco conceito de racionalidade econômica que sustenta sua reflexão – pois esta abordagem da teoria econômica serve de base para importantes posições teórico-metodológicas da historiografia econômica que pretendo superar neste trabalho. Sendo assim, esta dissertação de mestrado pretende contribuir para o esforço de derrubada do mito do pensamento único neoliberal ou da economia ortodoxa, mostrando como o que se considerou nestas últimas décadas como única possibilidade de pensamento econômico cientificamente válido se sustenta sobre bases epistemológicas extremamente frágeis.

A crítica ao pensamento econômico único é fundamental para demonstrarmos que, ao contrário da idéia que se consolidou nas últimas décadas, as soluções para os problemas da humanidade não passam pelo maior desenvolvimento do capitalismo. “Mais mercado!” tem sido um mantra repetido *ad nauseam* nas últimas décadas como resposta para todo e qualquer problema identificado nas sociedades contemporâneas – e esse estado de coisas deriva justamente da consolidação do tal pensamento único neoliberal. Hegemonizou-se a idéia de que o desenvolvimento do Mercado seria a única resposta científica e racional para a solução dos problemas da humanidade.

⁴ *Ibidem, passim*, especialmente p.145-155.

Desta forma, o combate a essa hegemonia da Teoria Econômica Neoclássica é uma ponte para a defesa da superação do capitalismo (e não de seu desenvolvimento) como o caminho para a solução das encruzilhadas da sociedade contemporânea. Mostrando as singularidades do passado, podemos historicizar o presente. Historicizando o presente, podemos desenvolver alternativas para sua superação. Acima de tudo, portanto, esta dissertação pretende ajudar no esforço de demonstrar que o rei está nu, ou de que o mito tem pés de barro.

De qualquer forma, os problemas que incitam um trabalho de pesquisa possuem uma trajetória intelectual de construção, e sua explicitação muitas vezes ajuda bastante a identificação dos mesmos por parte do leitor. Para tanto, posso dizer que em meados do ano de 2007, ainda no curso de graduação em História na UFF, comecei uma pesquisa de iniciação científica, sob orientação da professora Sônia Regina Rebel de Araújo, cujo tema era “A escravidão no *De Re Rustica* de Varrão”. Meu interesse pela escravidão neste texto, um tratado sobre “as coisas do campo” escrito no século I a.C. na Roma Antiga, surgira do que se poderia chamar de “história comparada intuitiva”: ao ler diversos estudos sobre a escravidão nas Américas relacionando modificações e reformulações nas práticas e nas ideologias escravistas a grandes episódios de sublevação de escravos⁵, me perguntei sobre os tipos de mudanças que poderiam ter ocorrido nas práticas e ideologias escravistas romanas após as famosas guerras servis dos séculos II e I a.C. que ocorreram no sul da Itália e na Sicília.

Certamente, esta seria uma problemática de pesquisa complexa e profunda demais para uma pesquisa de iniciação científica e, portanto, busquei um recorte temático mais delimitado. O texto sobre as coisas do campo de Varrão me pareceu ideal para um estudo inspirado neste questionamento, pois o autor foi contemporâneo da última dessas guerras servis – a Revolta de Espártaco (73 a.C.-70 a.C.). Desta maneira, desenvolvi uma pesquisa sobre a forma como Varrão preconizava a administração da mão-de-obra escrava, partindo da hipótese de que o medo de novas revoltas causado pela violência e magnitude das grandes revoltas servis fez a classe proprietária romana rever suas práticas e suas ideologias escravistas⁶.

⁵ Cf., por exemplo, Silvia Hunold Lara, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, especialmente p.83-88; João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, especialmente p.509-515 e 525-536; e Keith Bradley, *Slavery and Rebellion in the Roman World*. Indiana University Press and B.T.Batsford, 1989, p.13.

⁶ José Ernesto Moura Knust, *Escravidão, Produção e Controle na De Re Rustica de Varrão*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (Monografia de conclusão de curso), 2008. A possibilidade de relacionar alguns dos conselhos varronianos sobre o controle dos escravos com as guerras servis

Como costuma ocorrer com todas as pesquisas, ao aprofundar minhas reflexões sobre esta temática me deparei com problemas mais fundamentais que eu não havia previsto inicialmente. Ao tentar entender as razões dos conselhos de Varrão sobre a relação do proprietário com seus escravos, emergiu um problema mais profundo a ser resolvido: a abordagem de Varrão sobre os trabalhadores rurais, em especial os escravos, é permeada por uma racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social? A polêmica envolvendo esta questão é considerável, já que durante décadas a historiografia, principalmente anglo-saxã, foi dominada por uma caracterização “minimalista” e “primitivista” da Economia Antiga, negando a possibilidade de qualquer tipo de crescimento econômico e do desenvolvimento de qualquer espécie de pensamento econômico na Antiguidade. Moses Finley, o autor fundamental desta percepção da Economia Antiga, por exemplo, afirmava que os autores de tratados sobre a agricultura da Antiguidade nunca iriam além de observações rudimentares baseadas no senso comum em seus textos⁷.

Como durante a pesquisa de iniciação científica não era possível desenvolver uma questão desta profundidade, acabei deixando-a de lado. Foi esse questionamento não-resolvido que me fez retornar às considerações de Varrão sobre os escravos em seu tratado sobre o campo.

Nesta retomada do problema, achei importante expandir um pouco o *corpus* documental incluindo nesta nova pesquisa o tratado similar de Catão (anterior ao de Varrão) por ele ter sido produzido em um período (início do século II a.C.) que alguns autores, especialmente aqueles que não concordam com a abordagem minimalista de Finley sobre a Economia Romana, apontam como de grande transformação da economia rural italiana. Temos, então, como fontes primárias, dois tratados que foram escritos em momentos que teriam sido críticos para possíveis processos de racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social, o objeto de pesquisa neste trabalho.

A centralidade dessas fontes nesta pesquisa não significou a ignorância de todas as outras fontes que podiam ser relevantes para pesquisa. Muitos estudiosos, a fim de evitar generalizações abusivas, buscam um recorte do objeto de pesquisa bastante específico, circunscrevendo fontes determinadas e remetendo-se exclusivamente ao universo conceitual identificável nessas fontes. Acredito que existem melhores formas de evitar generalizações abusivas do que este procedimento que acaba, muitas vezes, empobrecendo pesquisas muito

já fora aventado por Zvi Yavetz em *Slaves and Slavery in Ancient Rome*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1988, p.127-128

⁷ Moses Finley, *A Economia Antiga*, Porto: Edições Afrontamento, 1981, p.22-23.

bem realizadas. O problema da racionalidade identificável nos tratados de Catão e Varrão serviu como eixo ao longo do trabalho, mas muitas vezes outras fontes foram citadas para o estabelecimento do quadro explicativo.

O próprio diálogo historiográfico estabelecido ao longo dos capítulos me levou a contemplar, ainda que de maneira indireta, outras fontes primárias. Porém, uma diferença importante na apreciação dessas fontes poderá ser percebida ao longo da leitura deste trabalho. Enquanto os tratados de Catão e Varrão foram exaustivamente analisados, e interpretações originais foram oferecidas, a abordagem a outras fontes sempre se deu a partir de interpretações já estabelecidas por outros pesquisadores e apenas debatidas ao longo do trabalho.

A realização destes diálogos com a historiografia foi importante neste trabalho devido à inserção desta pesquisa na encruzilhada de dois debates historiográficos clássicos sobre o mundo antigo: as caracterizações da Economia Antiga e da Escravidão Antiga. Ademais, minha proposta de abordagem insere estes debates historiográficos em um debate fundamental da teoria social: o problema da racionalidade do comportamento humano, o que acredito ter possibilitado novas abordagens frutíferas a reflexão sobre estes temas clássicos.

A hipótese inicial de trabalho é a de que Catão e Varrão ilustram um processo de racionalização das atividades produtivas e do controle social da mão-de-obra nos campos italianos dentro de um quadro ideológico tipicamente escravista, fazendo frente às transformações e contradições fundamentais do sistema econômico-social que se desenvolvia na Itália tardo-republicana. Porém, como pretendi demonstrar, é possível falar neste processo de racionalização somente a partir de uma reconstrução do conceito de racionalidade, abandonando o aporte da teoria econômica neoclássica – referência básica quando se fala em racionalidade. Tal reconstrução do conceito de Racionalidade pode ser feito a partir de referenciais marxistas de autores como Maurice Godelier, Wiltold Kula, Lucien Goldmann, Edward Thompson e Ellen Meiksins Wood e da associação direta desse conceito com o conceito de ideologia.

As definições do objeto de pesquisa, das fontes a serem utilizadas e do aporte teórico estabelecem dois problemas iniciais: o que exatamente entendemos por racionalidade? Que tipo de abordagem das fontes empreender para poder realizar este estudo? Estes são os temas dos dois primeiros capítulos deste trabalho. No primeiro capítulo são analisados diferentes tipos de abordagens historiográficas sobre o problema da racionalidade econômica dos antigos romanos que derivam de diferentes conceitos de racionalidade utilizados. Meu intuito é identificar a importância de cada uma destas abordagens para o desenvolvimento do debate,

mas também seus problemas e limitações, tudo isto a fim de delimitar o conceito de racionalidade que será utilizado no trabalho, definido no termo *racionalidade ideológica*. A detalhada revisão historiográfica e teórica empreendida neste capítulo, porém, não visa apenas definir pontualmente o que entendo por racionalidade nesta pesquisa. Pretendo neste capítulo identificar o que acredito ser o maior problema dos estudos sobre a racionalidade econômica antiga: a falta de uma boa definição do conceito de racionalidade. Além disso, o cotejamento de uma ampla bibliografia pretende também identificar certos *insights* úteis para reflexões nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, é a vez de enfrentar o problema metodológico fundamental: qual a forma de abordagem dos tratados permite o estudo da racionalidade a partir deles? Para responder a tal questionamento, a forma tradicional de abordagem desses tratados na historiografia e a crítica contemporânea que se faz a essa abordagem são identificadas. A partir desta crítica, são discutidas separadamente as singularidades de cada um dos tratados para estabelecer suas formas de composição, suas características e seus objetivos político-ideológicos. Com isto, acredito ser possível estabelecer como abordar estes tratados para atingir os objetivos da pesquisa, determinando, por fim, os parâmetros metodológicos para a pesquisa a partir do diálogo com o Estruturalismo Genético e com a Análise do Discurso.

Este trabalho teórico-metodológico nos dois primeiros capítulos define a importância, para nosso trabalho, da correta identificação das estruturas e transformações sócio-econômicas da história agrária romana. O terceiro e o quarto capítulos, que, como o leitor poderá perceber, formam uma unidade coerente, tratam deste problema. A questão fundamental é identificar o que era uma *uilla* e os diversos problemas analíticos que tal conceito traz consigo.

Tradicionalmente os tratados de Catão e Varrão são identificados como descrições de um tipo específico de propriedade, as *uillae*. Como mostramos no segundo capítulo, esta idéia parte da premissa equivocada de que Catão e Varrão pretendiam descrever a realidade dos campos italianos. Porém, em parte, concordamos com a idéia de que estes autores tinham em mente, ao escrever seus tratados, este tipo específico de propriedade – mas não sem discordar veementemente da forma rígida e equivocada em que as *uillae* têm sido definidas.

A partir disso, discutimos no início do terceiro capítulo como definir de uma maneira mais interessante o fenômeno da *uilla*, enfatizando o problema da inserção social desta forma de propriedade no contexto rural. A partir das considerações sobre este problema, levantam-se três questões importantíssimas: as atividades econômicas realizadas nas *uillae*, as formas de circulação de sua produção e as relações sociais de produção deste tipo de propriedade. As

duas primeiras questões são discutidas ainda no terceiro capítulo, mostrando a centralidade do problema da extração de excedentes dos produtores diretos para entendê-las.

A terceira questão, as formas de relações sociais de produção da *uilla*, não por acaso mereceu uma análise mais cuidadosa, e por isso a ela dedicamos todo o quarto capítulo. Neste capítulo identificamos as diferentes formas de trabalho que existiam no contexto da *uilla*, que podem ser basicamente divididas entre o trabalho fixo, residente, realizado por escravos, e o trabalho temporário ou sazonal, realizados por camponeses livres. Ao longo deste capítulo buscamos entender qual é a importância do escravismo no contexto da *uilla*.

No quinto capítulo, são analisados detalhadamente os preceitos defendidos por Catão e Varrão acerca da mão-de-obra. O capítulo começa como uma discussão sobre a importância da violência no controle dos escravos e uma explicação sobre a pouca atenção dada a este elemento nas prescrições dos nossos dois autores. Depois disso, identifico a importância dada às hierarquias entre os trabalhadores, destacando o importante papel desempenhado pela figura do escravo encarregado da administração da propriedade, o *uilicus*. O terceiro tema do capítulo são as formas de tratamento dos escravos, analisando os objetivos dos preceitos deste tratamento e sua incorporação em uma racionalidade da organização do trabalho agrícola e do controle dos trabalhadores. Concluindo o quinto capítulo, tentamos caracterizar a Racionalidade Ideológica que identificamos nestes preceitos.

Por fim, a conclusão busca retomar as idéias centrais do trabalho, identificando como a organização da unidade produtiva e, especialmente, a organização do trabalho descritas nos tratados de Catão e Varrão podem ser analisadas dentro do quadro conceitual da Racionalidade Ideológica.

Capítulo 1: Racionalidade Econômica da Aristocracia Romana: conceitos e debates

Os estudos sobre a Economia Antiga são dominados há mais de um século pelo debate entre duas diferentes abordagens básicas, iniciado ainda no século XIX, sob forte impacto do grande desenvolvimento da economia industrial capitalista. Por um lado, economistas da Escola Histórica Alemã, como Karl Rodbertus e Karl Bücher, defendiam a idéia de que o Mediterrâneo Antigo pertencia a uma fase inicial do desenvolvimento econômico-histórico universal, que seria justamente a antítese do desenvolvimento industrial capitalista que lhes era contemporâneo. A economia antiga seria, desta forma, marcada pela “economia doméstica”, essencialmente agrícola e voltada para a auto-suficiência das unidades produtivas, e por isso desprovida de relações comerciais relevantes. Esta posição ficou conhecida como primitivista.

Por sua vez, renomados classicistas da virada do século XIX para o século XX, como Eduard Meyer e Michail Rostovtzeff, defendiam uma visão mais corrente no senso comum sobre o mundo clássico Greco-romano: tão imponente sociedade, vista como espécie de mito fundador da civilização ocidental, não poderia ser sustentada por uma economia tão débil como a postulada pelo primitivismo; pelo contrário, haveria de possuir uma economia similar ao capitalismo moderno. Esta posição ficou conhecida como modernista. Entre o final do século XIX e a década de 60 do século passado, a visão modernista dominou os estudos sobre a economia antiga – talvez por apresentar uma visão mais convergente com a visão geral que se tinha sobre o mundo Greco-romano, ou talvez por lidar melhor com as fontes históricas, abundantes no que pareciam exemplos de trocas comerciais e produções mercantilizadas⁸.

A partir da década de 60, porém, Moses Finley iniciou uma releitura da história econômica greco-romana crítica ao “modernismo” dos autores mencionados, que visava recuperar muitos dos aspectos do primitivismo, especialmente de Karl Bücher. Influenciado por Karl Polanyi e Max Weber, Finley afirmava que os antigos não possuíam uma economia autônoma da sociedade e que a cidade antiga era essencialmente um centro de consumo e não de produção⁹. Como brilhantemente identifica o historiador dinamarquês Peter Fibiger Bang, as teses de Finley surgiam no contexto do choque pós-colonial, um período no qual idéias

⁸ Aldo Schiavone, *Uma História Rompida*. Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: EdUSP, 2005, p.82.

⁹ Finley, *A Economia Antiga*, *op.cit. passim*.

críticas ao Ocidente capitalista ganharam força. Nesta época, os povos não-europeus, que durante o período áureo do imperialismo neocolonialista haviam sido repetidamente taxados de primitivos, atrasados e bárbaros, passaram a ser analisados de maneira mais positiva e os estudos antropológicos sobre esses povos ganharam maior influência¹⁰. Caracterizar as sociedades fundadoras do mundo ocidental, Grécia e Roma, a partir de *insights* produzidos por esses estudos deixou de ser algo tão assombroso ou reprovável dentro do senso comum historiográfico e as teses de Finley tiveram amplo espaço para circulação.

A obra de Finley era um ataque muito bem elaborado contra visões anacrônicas do mundo romano e contra o uso indevido de métodos quantitativos a partir das fontes primárias Greco-romanas. A importância da obra deste autor para os estudos sócio-econômicos da Antiguidade é inegável, visto que sua abordagem se tornou paradigmática desde a década de 60 e fixou alguns problemas centrais em torno dos quais se desenvolveram os estudos posteriores sobre a economia antiga. Um desses problemas centrais que Finley estabeleceu foi a questão da racionalidade econômica. A partir de sua obra, muito se discutiu o quanto os investimentos de recursos pelos antigos, especialmente da elite proprietária de terras, refletiam de fato uma racionalidade econômica. A compreensão dos critérios que definiam o comportamento dessa elite na relação com suas propriedades fundiárias passou a ser vista como um elemento chave para a caracterização qualitativa da economia romana, permitindo distinguir as características específicas dessa economia com a de outros períodos da história¹¹.

Atualmente, existe uma preocupação muito grande no debate acerca da economia antiga em estabelecer a magnitude e as possibilidades de crescimento do produto interno bruto do império romano a partir de abordagens inspiradas no neoinstitucionalismo de Douglass North¹². Sem diminuir a importância desse tipo de estudo, acreditamos que é fundamental sua complementação por perguntas mais primordiais sobre as relações sociais de produção que estruturam tal economia, sendo o estudo da racionalidade econômica da elite proprietária de terra uma das chaves para este empreendimento. Caso contrário, ficaremos eternamente reféns dos termos do debate oitocentista, que estabelecia que, ou a economia romana era subdesenvolvida e, por isso, diferente da economia capitalista, ou era desenvolvida e, por isso,

¹⁰ Peter Fibiger Bang, "Antiquity between "Primitivism" and "Modernism"", Workpaper 53-97, *Centre for Cultural Research*, University of Aarhus, 1997, versão online disponível em www.hum.au.dk/ckulturf/pages/publications/pfb/antiquity.htm (acessado em 24/11/2010)

¹¹ Dennis Kehoe, *Investment, Profit and Tenancy*. The Jurists and Roman Agrarian Economy. Ann Arbor: Michigan University Press, 1997, p.1

¹² Cf., por exemplo, Alan Bowman e Andrew Wilson (Eds.), *Quantifying the Roman Economy*. Methods and Problems. Oxford: Oxford University Press, 2009, em especial os artigos de Elio Lo Cascio, "Urbanization as Proxy of Demographic and Economic Growth", Willem Jongman, "Archaeology, Demography and Roman Economic Growth", e Walter Scheidel, "New ways of studying incomes in the Roman Economy".

similar a economia capitalista – sem pensar diferenciações qualitativas entre os diversos sistemas econômicos históricos.

Analisando as obras que, nos últimos quarenta anos, vêm debatendo o problema da racionalidade econômica dos grandes proprietários de terras romanos, identificamos três tipos básicos de abordagem: 1) aqueles que identificam racionalidade econômica com o comportamento tipicamente capitalista e negam a existência deste tipo de comportamento entre os antigos – isto é, que advogam a inexistência de racionalidade econômica na Antiguidade; 2) aqueles que também identificam racionalidade econômica com o comportamento capitalista, mas acreditam que este tipo de comportamento existe em algum nível na Antiguidade, mesmo que limitado por fatores fundamentais – ou seja, que advogam a existência de uma racionalidade econômica limitada na Antiguidade; 3) e, por fim, aqueles que advogam a existência de múltiplas racionalidades econômicas na história, distintas da racionalidade capitalista, e que buscam identificar a racionalidade econômica específica da Antiguidade. Analisaremos alguns dos principais autores que defenderam cada uma destas posturas ao longo destes quarenta anos de debates, buscando identificar as potencialidades e os limites de suas abordagens.

Três serão as pretensões dessa análise: demonstrar os termos superficiais em que o conceito de racionalidade vem sendo tratado nos estudos sobre economia antiga, identificando isto como o principal problema dos termos em que o debate vem sendo colocado; identificar aspectos inspiradores e *insights* nos modelos analisados (especialmente entre aqueles que identificam singularidades na racionalidade antiga) a serem utilizados neste trabalho; e construir uma nova proposta de abordagem para este conceito a ser utilizada em nossa pesquisa, que permita contribuições mais ricas ao debate sobre a caracterização da economia antiga.

1. A Racionalidade Inexistente: o paradigma de Finley

Ao discutir a produção agrícola romana, no capítulo “Senhores e Camponeses” de *A Economia Antiga*, Moses Finley apresenta sua principal contribuição ao problema da racionalidade econômica dos grandes proprietários de terras da Antiguidade clássica. Ele critica a tendência modernista de imputar aos proprietários de terras da Antiguidade raciocínios *produtivistas* comuns à realidade moderna, afirmando que os pesquisadores fazem isso a revelia da análise empírica “por não acreditarem que os gregos e romanos tivessem sido

tão incapazes de melhoramentos ‘tão simples’¹³. Contrariando estes modernistas, Finley afirma que a estabilidade e riqueza obtidas pela elite romana a partir de suas propriedades rurais eram conseqüências da magnitude de suas posses e riquezas, e não de qualquer forma qualitativamente diferente de encarar a produção agrícola¹⁴. A idéia básica é a de que os “fatores que hoje chamamos econômicos, maximização de rendimentos (...) ou cálculos de mercado”¹⁵ não exerciam um papel importante no comportamento dos antigos – papel exercido, na verdade, por “valores fundamentais”¹⁶. Deste modo, a economia não possuía um caráter autônomo, visto que, acima de tudo, a satisfação de necessidades não se dava pelo mercado, o que, para Finley, torna impossível uma análise do comportamento econômico dos antigos – pois se não há maximização de rendimentos através de cálculos de mercado nem sequer existiria um comportamento econômico a ser analisado¹⁷.

Para fundamentar empiricamente a idéia de que não havia racionalidade econômica entre os grandes proprietários romanos, Finley identifica uma série de comportamentos que ele considera constituintes da racionalidade econômica e que não podem ser identificados entre esses proprietários. O primeiro deles é a “economia de escala”, isto é, a minimização dos investimentos necessários para gerir a produção através da utilização de fatores de produção fundamentais em larga escala¹⁸. O segundo é a inexistência de incentivo ao aumento da produtividade das técnicas agrícolas. Finley afirma que a direção e controle do trabalho, tema recorrente nas fontes antigas devido ao absenteísmo dos proprietários, insistia no problema da honestidade dos trabalhadores e não na melhoria qualitativa da eficiência da força de trabalho através da utilização de melhores técnicas agrícolas que ajudassem a poupar trabalho¹⁹. Por fim, Finley afirma que o investimento em terras nunca foi uma questão de “decisões sistemáticas e calculadas, daquilo a que Weber chamava racionalidade econômica”, pois não havia conceitos claros de distinção entre custos de capital e de trabalho, ou reinvestimento planejado de lucros, empréstimos com fins produtivos ou nada que se assemelhe com uma contabilidade bem desenvolvida. Isto é, economias de escala, incentivo ao aumento da produtividade através de melhores técnicas agrícolas e técnicas contábeis bem desenvolvidas caracterizam, para Finley, o comportamento econômico racional e nenhum desses fatores está presente na Antiguidade.

¹³ Finley, *A Economia Antiga*, *op.cit.*, p.149.

¹⁴ *Ibidem*, p.150.

¹⁵ *Ibidem*, p.55.

¹⁶ *Ibidem*, p.80.

¹⁷ *Ibidem*, p.26.

¹⁸ *Ibidem*, p.153-155.

¹⁹ *Ibidem*, p.156

A abordagem de Finley em *A Economia Antiga* é seguida de perto por Richard Saller e Peter Garnsey nos capítulos sobre economia em seu influente manual *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. Saller e Garnsey afirmam que a Economia Romana deve ser caracterizada como *subdesenvolvida*, pois a maior parte da população vivia em um nível próximo ao da subsistência²⁰. Uma das chaves para a explicação deste nível de subdesenvolvimento, ao lado do baixo nível tecnológico, é o *comportamento* da elite romana. Dois aspectos deste comportamento são fundamentais: os proprietários romanos eram essencialmente consumidores, e não investidores; e as riquezas investidas não eram direcionadas para atividades que buscassem o lucro na produção manufatureira em larga escala. Isto é, não existia uma classe de empreendedores capitalistas no mundo romano; as riquezas eram desviadas para empréstimos (empregados no consumo político ou social ostentatório, e não em investimentos produtivos) e para a compra de terras. Estas eram vistas como um investimento seguro que garantia uma renda estável, mas atraíam a elite, especialmente, por garantir prestígio e poder político, sendo o caminho de entrada para a aristocracia. Ou seja, o comportamento comum de investir riquezas em terras se devia mais a fatores sociais e políticos do que econômicos. Isto ocorria devido à predominância de valores aristocráticos, que subjugavam o empreendedorismo e a habilidade nos negócios, decorrência do fato de um sistema de valores que premiava a ostentação de riqueza não ser compatível justamente com o reinvestimento produtivo da riqueza²¹.

1.1. Weber, Polanyi e as premissas de Finley sobre o Econômico

Finley parte de duas premissas equivocadas: primeiro, que racionalidade econômica significa busca por aumento da produtividade e diminuição de custos através de cálculos econômicos refinados; segundo, que o termo economia limita-se à maximização de rendimentos a partir de cálculos de mercado. Garnsey e Saller fazem as mesmas identificações equivocadas, buscando contrapor o empreendedorismo capitalista ao comportamento “aristocrático” da elite romana. É necessário lembrar que esses autores estão fazendo uma crítica direta a abordagem modernista que imputava um *ethos* burguês, capitalista e moderno aos grandes proprietários de terras gregos e romanos, e é dentro desta crítica que sua ênfase na inexistência de comportamentos capitalistas na Antiguidade precisa

²⁰ Peter Garnsey e Richard Saller, *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1987, p.43.

²¹ *Ibidem*, p.44-45 e p.74

ser compreendida. Para contrapor-se a autores que defendiam a existência do capitalismo na Antiguidade, Finley, Garnsey e Saller identificavam o comportamento econômico racional tipicamente capitalista como inexistente no mundo antigo. Porém, para o avanço do debate sobre o problema da racionalidade, é fundamental lembrar, também, que mesmo dentro “daquilo a que Weber chamava racionalidade econômica”, essas duas premissas de Finley, seguidas por Garnsey e Saller, podem (e em nossa opinião, *devem*) ser criticadas. Mais do que isso, as duas premissas que estruturam a tese de Finley sobre a inexistência de comportamento econômico entre os antigos (da qual também partem Saller e Garnsey) podem ser criticadas a partir dos próprios ensinamentos dos dois autores que, aparentemente, mais o influenciaram: Max Weber e Karl Polanyi.

No capítulo sobre Sociologia Econômica de *Economia e Sociedade*, Weber distingue dois tipos fundamentais de racionalidade econômica: a racionalidade formal e a racionalidade substantiva. A racionalidade formal nada mais é que o desenvolvimento de técnicas de cálculo da forma mais precisa e eficiente de resolver problemas através de regras abstratas e universais. Já a racionalidade substantiva é aquela que direciona a ação dentro de um postulado de valores. Num sentido mais estritamente econômico, refere-se ao “grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (...) ocorre conforme determinados postulados valorativos”²². Os três comportamentos que Finley identifica como constituintes da racionalidade econômica e inexistentes entre os antigos pertencem essencialmente ao campo do conceito weberiano de racionalidade *formal*. Ou seja, apesar de reivindicar a obra do sociólogo alemão, Finley ignora por completo a idéia weberiana de racionalidade substantiva, limitando a racionalidade econômica a racionalidade formal.

Este procedimento compromete o melhor desenvolvimento das idéias de Finley. Sua percepção de que o comportamento dos grandes proprietários romanos difere em pontos fundamentais do comportamento capitalista é correta. Contudo, ao identificar racionalidade exclusivamente com o comportamento tipicamente capitalista, Finley se limita a caracterizar a racionalidade econômica dos antigos negativamente, chegando à conclusão final (inevitável ao partir dessa identificação equivocada) de que não existia qualquer racionalidade deste tipo no mundo antigo. Mesmo atuando dentro dos referenciais weberianos, reivindicados por Finley, não é possível afirmar que um comportamento deixa de ser racional por não estar baseado em cálculos *economizantes*, mas em valores, pois para Weber um comportamento

²² Max Weber, *Economia e Sociedade*, Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. 3ª Ed. Brasília: EdUnB, 1994, p.52.

baseado em postulados valorativos pode ser tão racional quanto aquele baseado no cálculo *economizante*, possuindo o que ele chama de racionalidade substantiva.

Essa limitação da racionalidade econômica à racionalidade formal é um *modus operandi* bastante comum. Isto se explica pelo fato de o termo *racionalização* ser amplamente utilizado por Weber em seus estudos sobre a formação do mundo moderno, o que acabou levando-o a ser associado completamente à idéia de expansão do Capitalismo e do Estado Burocrático Moderno - processos históricos ligados a profundos desenvolvimentos de racionalidades formais. Mesmo Weber toma este caminho nos trabalhos sobre o mundo antigo que escreveu entre 1891 e 1897, tentando identificar comportamentos racionais e irracionais a partir das possibilidades de formalização e acreditando que tal procedimento permitiria estabelecer a existência ou não do capitalismo na Antiguidade. John Love, em um importante trabalho de análise da obra weberiana e sua relação com o estudo da economia antiga, identifica, precisamente, que no momento da carreira em que escreveu estes trabalhos sobre Antiguidade, Weber equalizava racionalidade, racionalidade formal e comportamento capitalista, só percebendo o equívoco desta formulação em suas obras sociológicas do final da carreira, notadamente em *Economia e Sociedade*²³. Segundo o próprio Love, um ardoroso weberiano, a abordagem a partir destas obras sociológicas é muito mais promissora para o estudo da economia antiga do que a abordagem a partir das obras sobre o mundo antigo, aparentemente o caminho tomado por Finley.

Desta forma, em *Economia e Sociedade*, racionalização não é necessariamente aquela ocorrida no Ocidente moderno, mas a busca pelo controle da realidade por um princípio de racionalização, que busca banir percepções particularizadas e ordenar a percepção de mundo em regularidades inteligíveis, coerentes e consistentes com um sistema de valores²⁴. Isto é, não existem racionalidades absolutas e universais, possivelmente derivadas de um racionalismo formal baseado no cálculo, mas inúmeras racionalidades substantivas que dependem de sistemas de valores específicos. Mesmo a racionalização capitalista do Ocidente moderno, vista por Weber como aquela que melhor desenvolveu a racionalidade formal e por Finley como o padrão universal da racionalidade econômica, depende de seus valores específicos, como o próprio sociólogo alemão estudou em seu famoso *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

²³ John Love, *Antiquity and Capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. Londres e Nova York: Routledge, 1991, p.34.

²⁴ Stephen Kalberg, "Max Weber's types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history". *The American Journal of Sociology*, Março de 1980, Vol.85, nº5, p.1155-1157 e 1160.

Os problemas desta visão limitada do conceito de racionalidade econômica estão intimamente ligados ao problema da segunda premissa equivocada de Finley: identificar o mercado como o elemento chave para a definição de economia. Finley cita um conceito um pouco confuso de economia, pinçado do economista Erich Roll, segundo o qual “o problema central da investigação econômica é a explicação do processo de troca ou, mais particularmente, a explicação da formação de preço”²⁵. Porém, ao equalizar troca à formação de preços e, principalmente, ao identificar comportamento econômico com maximização de rendimentos através de cálculos de mercado, percebemos que Finley é tributário da concepção marginalista que define economia como “ciência que estuda a alocação racional de recursos escassos entre fins alternativos”, cunhada pela primeira vez pelo economista britânico Lionel Robbins²⁶.

Finley constrói uma dicotomia entre economia de mercado, na qual esta definição formalista funcionaria e na qual o comportamento econômico existe e deve ser estudado, e sociedade sem economia autônoma, na qual não existe comportamento econômico. Esta dicotomia é condizente, em parte, com a construção teórica de Polanyi, já que o antropólogo húngaro também considera que o formalismo marginalista é útil à análise do mundo capitalista. Porém, Finley subverte a percepção polanyiana ao considerar que, não existindo este comportamento descrito pelo formalismo nas sociedades sem mercado, não há comportamento econômico.

Polanyi diferencia Economias de Mercado e Economias sem Mercado, e não Sociedades com Economia e Sociedade sem Economia, como acaba fazendo Finley ao afirmar que não existe comportamento econômico sem mercado. Polanyi propõe, em substituição ao conceito formalista de Economia, justamente um conceito *substantivo* de economia, que a define como a necessidade humana de um meio físico de subsistência e a relação dos homens com a natureza e seus semelhantes para obter os meios materiais para a satisfação de suas necessidades (materiais ou não)²⁷. Toda sociedade humana precisa deste meio físico de subsistência construído a partir das relações dos homens com a natureza e seus semelhantes; logo, toda sociedade humana possui uma economia em sentido *substantivo*.

²⁵ Finley, *A Economia Antiga*, *op.cit.*, p.26.

²⁶ Carlos Águedo Nagel Paiva e André Moreira Cunha, *Noções de Economia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p.22, n.10.

²⁷ Karl Polanyi, *A Ilusão da Economia*. Editora João Sá da Costa, 1997, p.23-24 e *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, in: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária Monografias, 1976, p.289 e 291.

Polanyi vê a chave para a compreensão do comportamento econômico humano em outra abordagem que não a análise das escolhas individuais, como faz o marginalismo. E aqui se percebe a clara diferença entre a fundamentação funcionalista de Polanyi e o individualismo metodológico da análise econômica marginalista. O importante para Polanyi é entender a economia em seu sentido substantivo como *atividade institucionalizada*. Estudo da atividade sugere identificação de movimentos, e para Polanyi existem dois tipos fundamentais de movimentos econômicos: de situação (no qual ele inclui a produção e o transporte) e de apropriação (que ele classifica como circulação, no caso de transações entre dois ou mais sujeitos, ou como administração, no caso de disposições unilaterais). As atividades econômicas são compostas por diversos elementos que podem ser agrupados como ecológicos, tecnológicos ou sociais²⁸.

Porém, as atividades econômicas, para garantirem a subsistência econômica dos homens, precisam estar integradas e estabilizadas no tempo – e isto ocorre com a institucionalização dessas atividades. A institucionalização garante a unidade e a estabilidade da atividade econômica, permite a constituição de uma estrutura com uma função determinada e canaliza o interesse sobre valores, motivações e a atuação prática²⁹. Para analisar tal institucionalização deve-se começar pelo que dá unidade e estabilidade às atividades econômicas, que para Polanyi são as *formas de integração* de suas partes. Existiriam três formas fundamentais de integração das atividades econômicas: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio³⁰.

Sem entrar em maiores detalhes sobre tais formas de integração, por que isto fugiria de nossos objetivos aqui, ao analisarmos como Polanyi vê a institucionalização dessas formas de integração, percebemos bem a concepção de explicação do comportamento econômico dele. Existe uma preocupação exaltada em afirmar que a institucionalização dessas formas de integração não ocorre pela agregação de condutas individuais – estas são, para Polanyi, insuficientes para explicar as estruturas institucionais. Os efeitos sociais de integração propiciados por determinados comportamentos não dependem apenas da existência de tais comportamentos, mas peremptoriamente da existência de determinadas condições institucionais. Comportamentos desviantes enfrentarão um duplo problema: sua eficiência será extremamente limitada, devido à inexistência de instituições adequadas para auxiliar sua

²⁸ *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.*, p.293-294.

²⁹ *Ibidem*, p.295.

³⁰ *Ibidem*, p.296.

performance; e suscitarão uma forte reação coercitiva por agir fora dos canais sancionados pelo costume³¹.

A institucionalização das atividades econômicas pode se dar nos mais diversos tipos de instituições, e daí que vem a idéia de economia “integrada”, “incrustada” ou “submersa”³² na sociedade. Uma distinção importante passa a ser, desta maneira, a entre sociedades nas quais a atividade econômica se institucionaliza em instituições não-econômicas e aquelas em que se institucionalizam em instituições econômicas³³. É disto que Finley deriva sua idéia de Sociedades sem Economia. Acreditamos que Polanyi cria uma confusão terminológica neste ponto, que gera interpretações equivocadas de sua proposta, como julgamos ser o caso de Finley. O sentido de econômico em “instituições econômicas” parece ser justamente aquele que o próprio Polanyi combateu, isto é, identificam-se como instituições econômicas as instituições mercantis. Desta forma, para manter a própria linha de argumentação de Polanyi, seria melhor falar em sociedades nas quais as atividades econômicas se institucionalizam em instituições mercantis e aquelas sociedades nas quais isto ocorre em instituições não-mercantis, do que utilizar “instituições econômicas”.

A diferença entra a institucionalização das atividades econômicas em instituições mercantis ou não cria, de fato, questões importantes. O mercado, como entendido por Polanyi, é uma instituição integradora de imenso poder, pois unifica em um único sistema a apropriação de uma gama quase ilimitada de bens e serviços³⁴. Nas sociedades sem mercado, este princípio homogeneizante do mercado não existe. As atividades econômicas se institucionalizam em diversas e distintas instituições. Com isso, cada um dos acontecimentos das atividades econômicas se funde com diversas lógicas das instituições onde estão integradas, impossibilitando a visualização dos agentes de uma lógica unificada do econômico (no sentido substantivo). Ademais, como se integram em instituições diversas, as atividades econômicas de um mesmo processo econômico muitas vezes não são percebidas pelos agentes desta maneira, devido à descentralização de sua performance³⁵. Essa impossibilidade de identificação do econômico como uma unidade, porém, não impede que os indivíduos realizem suas atividades econômicas cotidianamente; pelo contrário, uma hipotética identificação unificadora do econômico apenas causaria confusão na ação de um indivíduo,

³¹ *Ibidem*, p. 296-298.

³² Na verdade várias formas não muito boas de traduzir o termo original de Polanyi, *embedded*

³³ Polanyi, “Aristóteles descubre la economía”, in: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado... op.cit.*, p.117 e *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.* p.295

³⁴ *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.*, p.309.

³⁵ *Idem*, “Aristóteles descubre la economía”, *op.cit.*, p.118.

pois as atividades econômicas da realidade social na qual ele está inserido estão fragmentadas em diversas instituições diferentes, que se regem por lógicas diversas³⁶.

Desta forma, ao falar em sociedades sem Economia, Finley está interpretando de maneira equivocada a proposta polanyiana. Todas as sociedades possuem economia – muitas não possuem mercado, mas, se de fato isto cria singularidades importantes para a análise do comportamento econômico nestas sociedades, não impede de maneira alguma o estudo de tal comportamento, como pretende Finley.

1.2. Tradição, Costume e Empiria

Ao adotar estas premissas equivocadas, identificadas acima, Finley é forçado a assumir uma posição ainda mais criticável ao tentar explicar o comportamento da elite proprietária romana em relação à produção agrícola. Segundo ele, *Tradição, hábito e regras empíricas* são os *determinantes* deste comportamento. Estes são conceitos extremamente problemáticos que Finley utiliza sem fazer qualquer definição mínima, como se fossem pontos pacíficos. Mas o que será que Finley entende por cada um deles? Como ele não nos dá definições claras e diretas destes conceitos, precisamos investigar sua argumentação mais detalhadamente para descobrir isso.

Começemos pelo último dos três conceitos: “regras empíricas”. Para entendê-lo, é preciso lembrar que Finley afirma no primeiro capítulo de *A Economia Antiga* que a inexistência de um desenvolvimento verdadeiramente *científico* do pensamento econômico na Antiguidade é indício da inexistência de uma economia autônoma nesta sociedade. Citando Schumpeter, Finley contrapõe o verdadeiro pensamento econômico surgido com o capitalismo aos conhecimentos pré-científicos baseados meramente no senso comum, existentes no mundo antigo³⁷. Ou seja, Finley iguala racionalidade econômica e teorias econômicas modernas, contrapondo a isto a reflexão empírica cotidiana a que se limitariam os proprietários de terras da Antiguidade. Novamente Finley ignora aspectos importantes da sociologia weberiana. Além da tipologia que contrapõe racionalidade formal e racionalidade substantiva, que apontamos acima, Weber contrapõe, em outra tipologia, mais dois tipos de racionalidade: a racionalidade prática e a racionalidade teórica. Como podemos inferir de suas denominações, a racionalidade prática é a avaliação cotidiana das próprias ações pelos

³⁶ *Ibidem*, p.117 e 119.

³⁷ Finley, *A Economia Antiga*, *op.cit.* p.22-23 e *Idem*, “Technical innovation and economic progress in the ancient world”. *Economic History Review*, vol.18, 1965, p.40.

agentes para que seus objetivos sejam alcançados, enquanto a racionalidade teórica é a construção de concepções abstratas sobre a realidade (e não a ação na realidade propriamente dita)³⁸. Esta distinção weberiana impede que se cometa a confusão em que Finley incorre: a reflexão empírica pode ser tão racional quanto o pensamento científico; são tipos ideais diferentes de racionalidade e precisam ser analisadas respeitando suas especificidades. Desta forma, afirmar que os proprietários romanos agiam por regras empíricas, e não baseados por uma reflexão científica, não impossibilita a existência de uma racionalidade que fundamenta as decisões desses proprietários. É certo que Catão, Varrão e outros autores que aconselhavam como os grandes proprietários de terras deveriam gerir suas propriedades não estavam estabelecendo uma ciência econômica como a que conhecemos no capitalismo. Porém, ao se basearem em suas experiências práticas ou na conversa com outros proprietários de terras, estes autores poderiam estar refletindo acerca de um conhecimento prático que exprimia a racionalidade construída pragmaticamente a partir das relações de produção destas propriedades.

Sobre os conceitos de hábito e de tradição, o problema é mais complicado. Dentro do quadro teórico weberiano existe a distinção entre dois tipos de ação social economicamente orientada: a *tradicional* e a *racional referente a fins*³⁹. Weber não detalha o que entende por ação econômica tradicional, mas podemos pensá-la em paralelo com a *ação social tradicional*, descrita como “reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada”⁴⁰. Aparentemente, Finley se baseia nesta distinção weberiana entre tradição e racionalidade para contrapor o comportamento *tradicionalista* dos grandes proprietários de terras da Antiguidade ao comportamento “verdadeiramente” *racional* da sociedade de mercado. O problema neste ponto é que Weber e, conseqüentemente, Finley encaram a ação tradicional como dada, pensando-a como algo que existe por si, espécie de reminiscência inconsciente da história, sem necessidade de explicação. Porém, o comportamento costumeiro precisa ser problematizado, pois se ele existisse por si só, sem necessidade de explicação para seu surgimento e, principalmente, reprodução, não existiria explicação para a transformação histórica. Isto é, a existência do comportamento costumeiro precisa ser explicada, especialmente as condições que estimulam sua reprodução, pois se um comportamento é repetido por muitas pessoas por um longo espaço de tempo a ponto de passar a ser visto como tradicional ou costumeiro, faz-se necessário explicar justamente o que faz estas pessoas

³⁸ Kalberg, “Max Weber’s types of rationality...”, *op.cit.*, p.1152

³⁹ Weber, *Economia e Sociedade*, *op.cit.*, p. 41.

⁴⁰ *Ibidem*, p.15.

repetirem tal comportamento tantas vezes – e a inércia nunca é uma boa explicação para historiadores. Para conseguir este tipo de explicação sem ir muito longe do aporte teórico reivindicado por Finley, podemos recorrer ao antropólogo norueguês Fredrik Barth, cujas formulações teóricas coincidem com o individualismo metodológico de Weber, porém, apresentando uma explicação bem mais interessante para o comportamento tradicional ou costumeiro.

Barth defende uma teoria da ação social focada na importância da construção de estratégias racionais de interações pelos agentes sociais que buscam a maximização daquilo que eles consideram valioso a partir de seus sistemas de valores, posição próxima, de certa forma, do conceito weberiano de ação econômica racional referente a fins. Porém, depois de desenvolver toda a teoria baseado nesta percepção do conceito de racionalidade, Barth matiza sua teoria afirmando que ele não considera que os agentes, de maneira geral, constroem estratégias de ação a todo tempo. Na verdade, eles agem guiados pelas suas ações rotineiras em situações similares anteriores, caso tais comportamentos não tenham sido obviamente desastrosos e tenham recebido a aprovação social. De um ponto de vista estratégico, porém, essa forma de ação faz sentido: reduz a necessidade de informações para a tomada de decisão e aumenta a previsibilidade das conseqüências do comportamento. Isto é, dentro de um sistema hiper-complexo de relação de fatores a serem levados em consideração para a tomada de decisão, como é a vida em sociedade, o comportamento costumeiro é uma forma eficiente de ação ao reduzir os riscos assumidos⁴¹.

Por outro lado, porém, isto não significa que Barth esteja apenas chegando a uma percepção “automatista” do comportamento humano salientando certa racionalidade nesse procedimento. Ele afirma que apesar da força do comportamento costumeiro, as pessoas estão a todo o tempo fazendo julgamentos na vida, analisando as performances sociais de si próprias e dos outros. Isto por que as pessoas: têm impressões inter-relacionais do que devem ser as prestações nas relações sociais; têm expectativas e traçam planos nos termos destas, por mais inadequados que possam ser suas informações sobre a realidade; se não são “oportunistas”, também não deixam de perceber quando as coisas vão bem ou mal para si próprias; e estão realisticamente preocupados em buscar o melhor para si e sabem que se não o fizerem, outros tiraram vantagem delas⁴².

⁴¹ Fredrik Barth, *Process and Form in Social Life*. Selected essays of Fredrik Barth: Volume I. Adam Kuper (ed.). London, Boston, Prenley: Routledge & Kegan Paul, 1981, p.98-99.

⁴² *Ibidem*, p.100.

Desta forma, Barth foca sua atenção no processo de institucionalização dos comportamentos costumeiros. Segundo ele, o conceito de racionalidade “maximizadora de valores” não nos provê um modelo geral para análise das decisões individuais, mas ilumina o processo de institucionalização dos comportamentos. Isto ocorre de duas maneiras: 1) Quando um agente adota um curso de ação próximo ao que seria a estratégia mais racional nos termos de seus valores, são grandes as chances de ele interpretar os resultados de tal comportamento como benéficos e repetir tal curso de ação em outras oportunidades similares; 2) Quando este processo descrito acima ocorre com outra pessoa, e a situação e comportamento são replicáveis por um agente que o observa, o comportamento daquele servirá de exemplo para este, que conseqüentemente será estimulado a reproduzir o tal comportamento. Percebemos, desta forma, que para Barth o comportamento costumeiro é resultado de um movimento convergente dos agentes na direção de estratégias ótimas. Explica-se, portanto, o comportamento costumeiro pela institucionalização processual de uma estrutura racional de comportamento⁴³.

Sendo assim, mesmo o comportamento costumeiro pode ser explicado através do conceito de racionalidade e, portanto, a dicotomia entre hábito/tradição e racionalidade, reivindicada por Finley sem maiores definições ou argumentos, não se sustenta pacificamente. Desta maneira, acreditamos que tanto as premissas finleynianas que sustentam a identificação da inexistência de racionalidade econômica quanto os conceitos utilizados pelo historiador estadunidense para explicar a relação da elite com suas propriedades fundiárias se baseiam em posturas teóricas equivocadas.

2. A Racionalidade Limitada: o paradigma “neomodernista”

A Economia Antiga de Moses Finley teve uma repercussão imensa nos estudos de história econômica do mundo antigo. Sendo o alvo prioritário de suas críticas a abordagem “modernista”, uma das conseqüências mais importantes desta influência da obra de Finley foi a perda de espaço, nos anos seguintes a sua publicação, de análises que identificassem a economia Greco-romana como uma economia de mercado. Isto não significou um consenso geral em torno das teses de Finley, porém, as críticas a sua visão minimalista da economia antiga originavam-se, basicamente, de duas fontes: marxistas italianos e franceses que defendiam a idéia de uma economia mais pujante do que previa o modelo de Finley,

⁴³ *Ibidem*, p.101-102.

impulsionada pelo desenvolvimento do Modo de Produção Escravista, mas concordando com a idéia de Finley de que a economia antiga não podia ser analisada a partir dos conceitos forjados para a economia de mercado capitalista⁴⁴; e arqueólogos que afirmavam serem incompatíveis os dados arqueológicos existentes com a visão minimalista proposta por Finley, isto é, polemizavam com a percepção finleyniana de que a economia antiga era pouco desenvolvida para além do nível de subsistência, mas recorrendo apenas a uma espécie de empiricismo positivista, sem entrar no debate quanto ao carácter mercantil ou capitalista desta economia⁴⁵. Entre as décadas de 70 e 80, defensores da idéia de que a economia romana era uma economia de mercado conseguiram pouco espaço na historiografia sobre o tema, mesmo quando as idéias de Finley eram criticadas.

A partir da década de 90, porém, alguns autores (majoritariamente anglo-saxões) voltaram a identificar a existência de comportamento racional no mundo antigo dentro de um quadro teórico que identifica, em algum nível, racionalidade com o comportamento capitalista. Se durante as décadas anteriores o impacto pós-colonial favorecera visões críticas ao Ocidente capitalista, com a queda do “bloco socialista” na Europa Oriental o triunfalismo capitalista, fundamentado no “consenso” neoliberal do pensamento único e na idéia de “fim da história” de Fukuyama, favoreceu amplamente visões apologéticas à sociedade de mercado. Como afirma Peter Fibiger Bang, o Ocidente se recuperara do choque pós-colonial e não acreditava mais em possíveis soluções vindas do terceiro mundo para os problemas da sociedade de mercado⁴⁶. Pelo contrário, a sociedade de mercado passou a ser apontada como a solução para os problemas do terceiro mundo.

Obviamente, esta recuperação da utilização do conceito de racionalidade econômica neoclássico para o estudo da economia antiga necessariamente passaria pelo diálogo com a crítica de Finley à caracterização da economia antiga como uma economia de mercado, pois seria impossível ignorar sua influência nos debates sobre o tema. De maneira geral, o resultado deste diálogo crítico com a obra de Finley, por parte destes autores que defenderam nas últimas décadas a existência de um comportamento racional-mercantil na Roma Antiga, tem sido a afirmação de que a diferença entre o comportamento racional capitalista e o comportamento racional na Antiguidade reside em limites estruturais impostos ao

⁴⁴ Discutiremos as idéias destes autores abaixo.

⁴⁵ Kevin Greene, *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986, p.170, Robert Bruce Hitchner, “Olive Production and The Roman Economy: The Case for Intensive Growth in the Roman Empire”. In: Walter Scheidel e Sitta von Renden, *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002, p.72 (trabalho originalmente publicado em 1993) e Martin Frederiksen, “Theory, Evidence and the Ancient Economy”. *The Journal of Roman Studies*, vol.65, 1975

⁴⁶ Peter Fibiger Bang, “Antiquity between "Primitivism" and "Modernism"”, *op.cit.*

desenvolvimento do mercado na Antiguidade, e não na inexistência completa de um comportamento econômico.

Três têm sido os caminhos para esta conclusão. Primeiro, certos autores têm lidado com o conceito de racionalidade de maneira superficial, sem maiores preocupações com uma definição conceitual clara do termo. A consequência disto tem sido a utilização acrítica da abordagem marginalista do conceito de racionalidade, estimulada pela força que a teoria social racional-utilitarista⁴⁷, base do marginalismo, tem no mundo anglo-saxão. Não discutindo o conceito de racionalidade, esses autores assumem como óbvio o conceito mais comum em seu meio acadêmico. Outros autores, porém, perceberam a importância deste conceito no debate e construíram argumentações defendendo o uso do conceito marginalista de racionalidade frente a crítica polanyiana e finleyniana ao seu uso para o mundo antigo. Dentre estes autores, podemos identificar aqueles influenciados por idéias marginalistas mais clássicas e sua variante historiográfica, a *New Economic History*, e aqueles inspirados pela renovação marginalista nascida a partir da *New Institutional Economics* de Douglass North. Apesar de trilharem caminhos um pouco diferentes para chegar a mesma conclusão (a existência de uma racionalidade limitada entre os agentes econômicos da Antiguidade), todos os autores que defendem esta hipótese, não por acaso, partem de um mesmo tipo de abordagem, fundamentalmente racional-utilitarista, e tributária em especial da concepção marginalista de racionalidade econômica. Analisemos, agora, alguns trabalhos deste tipo para identificarmos como opera tal abordagem e quais são seus problemas fundamentais.

2.1. A racionalidade dos investimentos conservadores

A carreira acadêmica de Neville Morley tem se destacado pela sua preocupação em incentivar debates teóricos e conceituais em um ambiente bastante avesso a isso, o mundo dos estudiosos da Antiguidade⁴⁸. Além disso, Morley também é responsável por um dos trabalhos mais interessantes sobre a economia agrária romana, *Metropolis and Hinterland*. Porém, esta interessante combinação (um historiador com preocupações teóricas estudando a história econômica da Antiguidade) não foi o suficiente para evitar que Morley, ao discutir o

⁴⁷ Utilizarei, neste trabalho, a terminologia “racional-utilitarista” para definir abordagens que buscam a explicação do mundo social através do individualismo metodológico, especialmente àquelas que enfatizam o problema da “escolha racional dos agentes”, como define Randall Collins, *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.107-110.

⁴⁸ Cf. Neville Morley, *Writing Ancient History*, Cornell University Press, 1999 e *Idem, Theories, Models and Concepts in ancient history*, Nova York: Routledge, 2004.

problema da racionalidade econômica dos proprietários de terra romanos, utilizasse acriticamente o aparato conceitual marginalista.

Ele começa sua apreciação justamente criticando o que considera ser o postulado do *homo oeconomicus* da teoria econômica marginalista. Segundo ele, é irreal para o mundo antigo a concepção de que tomadores de decisão são dotados de informações completas sobre tudo que influencia suas escolhas e são capazes de efetuar os cálculos necessários a fim de otimizar um determinado objetivo. Morley destaca a força da *incerteza* sobre o comportamento humano, identificando os limites da circulação de informações, da contabilidade e da previsibilidade do clima (elemento fundamental para a produção em uma sociedade agrária) como fatores que impedem a existência de um comportamento como o descrito pela premissa do *homo oeconomicus* no mundo romano⁴⁹. Porém, e este é o ponto-chave, estas afirmações de Morley não negam por completo a validade desta premissa, apenas apontam os limites de sua performance no mundo antigo e, especialmente, Morley analisa as conseqüências destes limites dentro dos mesmos parâmetros racional-utilitaristas do marginalismo.

Segundo o historiador britânico, os agricultores romanos operavam dentro de uma “zona de ação racional” buscando resultados satisfatórios no longo prazo, já que as condições de incerteza crônica estimulam este tipo de comportamento conservador. Ele se opõe a Finley afirmando que aquilo que este vê como símbolo de primitivismo econômico, a força do tradicionalismo e do costume, na verdade são instrumentos importantes para a determinação de estratégias de produção nas condições existentes na Antiguidade⁵⁰. Morley, contudo, percebe que apenas isto não resolve o problema, porque mesmo que o conservadorismo e a falta de empreendedorismo econômico possam ser pensados como respostas racionais a limitação de informações e a incerteza, ainda é preciso demonstrar que as motivações que fundamentam estes comportamentos são de fato econômicas. Morley pretende comprovar isto de duas formas. Primeiro, mostrando que os ideais de auto-suficiência e de minimização de custos, apontados pela abordagem finleyniana como indícios da inexistência de motivações econômicas, podem muito bem ser explicados por razões econômicas. Por fim, argumentando que, se não houvesse motivações econômicas, não ocorreriam as transformações no uso da terra estimuladas pela busca de eficiência e produtividade que ele identifica em sua tese⁵¹. Isto

⁴⁹ *Idem, Metropolis and Hinterland. The city of Rome and the Italian Economy, 200BC-AD200.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.71-73.

⁵⁰ *Ibidem*, p.74.

⁵¹ *Ibidem*, p.76-77.

é, Morley afirma que os proprietários de terras romanos buscavam a maximização de seus rendimentos, mas que as condições estruturais em que atuavam determinavam a escolha de estratégias mais conservadoras de atuação. A racionalidade destes proprietários é, portanto, a mesma dos modernos capitalistas, apenas tendo sua performance limitada por certos aspectos estruturais, especialmente o atraso tecnológico que dificulta o acesso as informações e um planejamento mais ambicioso.

Dennis Kehoe, em um trabalho da década de 1990, constrói uma argumentação de forma similar. A partir dos textos dos juristas romanos que regulavam a administração dos bens pelos tutores, as heranças e as relações entre proprietários de terras e arrendatários, Kehoe pretende identificar os conceitos de rentabilidade e lucro da elite romana. Segundo ele, a terra não é vista como um investimento avaliado em comparação com outras formas de empreendimento econômico, mas como um ativo que garante a segurança social e financeira⁵². Mas isto se deve ao fato de a agricultura ser a única forma segura em longo prazo de investimento de que dispunha a elite romana. O limitado crescimento econômico romano e sua conseqüente falta de alternativas de possíveis investimentos faziam com que a elite buscasse a segurança do investimento na terra⁵³. Desta maneira, podemos dizer que Kehoe acredita na existência de um ímpeto natural de busca por investimento econômico de suas riquezas pela elite romana, mas que, dada as limitações de possibilidades de investimentos, esta elite privilegiou a busca por investimentos conservadores em terras, única forma segura de obter rendimentos no longo prazo. Mais uma vez identificamos a racionalidade capitalista de busca por investimentos como meramente limitada por constrangimentos específicos da economia romana.

Apesar de aparentemente se colocar favorável à crítica finleyniana em relação ao uso da premissa do *homo oeconomicus* no estudo da economia antiga, este tipo de argumentação nada mais faz do que aplicar um princípio nada estranho ao marginalismo. Ao afirmar que os proprietários de terras romanos estavam optando por estratégias que diminuíssem os riscos frente às incertezas causadas por elementos estruturais da economia romana, isto é, ao defender que o conservadorismo dos proprietários romanos em seus investimentos resultava de um comportamento economicamente racional, esses autores estão referendando o *Teorema do Máximo-Mínimo*, proposto pelo matemático John Von Neumann e amplamente utilizado pelos economistas marginalistas para a construção de seus modelos econômicos. Segundo este teorema, sempre há uma solução racional para um conflito bem definido entre dois indivíduos

⁵² Kehoe, *Investment, Profit and Tenancy*, *op.cit.*, p.6.

⁵³ *Ibidem*, p.15-17, 35, 52, 75-76, 77 e 135-136.

com interesses completamente opostos. Para Von Neumann, este tipo de interação entre agentes sempre possui um ponto de equilíbrio atingido pela estratégia que garante um ganho mínimo para o agente independentemente das estratégias que o adversário venha a escolher. Associando este teorema com a percepção do economista neoclássico Oskar Morgenstein de que a maximização depende diretamente da interação entre os indivíduos e indiretamente do meio no qual os indivíduos interagem, o problema da maximização foi recolocado em outros termos dentro da teoria marginalista⁵⁴. A maximização não significaria necessariamente a busca desenfreada pelo máximo de ganhos possíveis, mas, sim, a garantia do *máximo mínimo* seguro possível de ganhos dentro das incertezas geradas pela interação social e pelo meio na qual a interação se dá. Isto é, dada uma situação de incerteza, o mais racional não é a busca pela maximização absoluta de ganhos, mas a garantia do máximo de ganhos possíveis de se obter sem depender daquilo que é incerto.

Em outras palavras, o que Kehoe e Morley fazem é aplicar princípios da teoria dos jogos à economia romana, aceitando desta forma, as premissas marginalistas. O problema maior não é esta aceitação em si, mas a forma acrítica como os dois autores a fazem nestes trabalhos. As argumentações são construídas como se não houvesse outras formas de trabalhar o conceito de racionalidade, chegando ao extremo de parecer acreditar que a ênfase nestes limites seja algo subversivo à teoria marginalista – o que esta abordagem está longe de ser na realidade. Por isso, são tão importantes os trabalhos que identificam o problema conceitual em torno do problema do comportamento racional e defendem de maneira clara a utilização do aparato teórico marginalista.

2.2. New Economic History e Economia Antiga

Peter Temin, importante economista e historiador econômico, um dos grandes nomes da *New Economic History (NEH)* no século passado, tem se dedicado nos últimos anos ao debate sobre a Economia Antiga. Em 2001 ele disponibilizou um importante artigo sobre este assunto na série de *working papers* da Universidade de Oxford *Discussion Papers in Economic and Social History*, intitulado “A market economy in The Early Roman Empire”. Temin inicia o artigo justamente pelo diálogo com Finley e Polanyi, demonstrando preocupação em defender o aporte marginalista das críticas desses autores. Como um bom

⁵⁴ Célia de Andrade Lessa, “Racionalidade Estratégica e Instituições”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.37, Junho de 1998, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200008&lng=en&nrm=iso (acessado em 22/06/2010).

representante da *NEH*, Temin simpatiza com a defesa da utilização de modelos que Finley faz em *A Economia Antiga*. Segundo ele, não existem bons modelos em absoluto, apenas modelos melhores ou piores do que outros modelos. A partir disto, Temin pretende propor um modelo de economia antiga que rivalize com o modelo finleyniano.

Porém, ele precisa enfrentar um problema fundamental que identifica com clareza. Os modelos cliométricos amplamente utilizados pela *NEH* partem da premissa de que a economia cotejada pelo modelo é uma economia de mercado em equilíbrio, pois é a partir disto que os cálculos matemáticos da cliometria fazem sentido. Porém, é justamente esta premissa que está em debate com relação à economia antiga desde a obra de Finley: esta seria ou não uma economia de mercado? Sendo assim, qualquer modelo sobre a economia antiga, antes de propor cálculos econométricos para descrever aspectos da realidade romana, precisa provar que ela é, de fato, uma economia de mercado⁵⁵.

Temin, então, começa sua jornada argumentativa a fim de caracterizar a economia romana como economia de mercado. De início, ele critica a categorização polanyiana de formas de integração da sociedade, defendendo sua substituição pelas categorias proposta por Pryor, que divide as formas de integração em intercâmbios (trocas de equivalentes) e transferências (deslocamentos unilaterais de bens ou serviços). Os intercâmbios podem ser mercantis ou recíprocos e as transferências podem ser cêntricas ou não. Com isso, Temin equipara a “Reciprocidade” de Polanyi com as transferências não cêntricas e os intercâmbios recíprocos, a “Redistribuição” com as transferências cêntricas e o “Intercâmbio” polanyiano com o intercâmbio mercantil⁵⁶. É difícil perceber o quanto de rigor a análise ganha com estas matizações de Temin retiradas de Pryor, ainda mais porque o cerne do argumento de Temin é seu passo seguinte: a associação de cada uma destas formas de intercâmbio com um tipo de *comportamento* característico. Segundo Temin, duas variáveis são fundamentais na determinação do comportamento individual: o grau de autonomia das pessoas e a velocidade das mudanças no ambiente em que elas vivem. Quando as pessoas não possuem grande autonomia e o ambiente se transforma lentamente, elas adotam o comportamento costumeiro. Quando as pessoas não possuem grande nem pouca autonomia e o ambiente se transforma rapidamente, elas adotam o comportamento comandado. E quando a autonomia das pessoas é grande e as transformações no ambiente se dão em uma velocidade mediana, o comportamento adotado pelas pessoas é o *instrumental*, isto é, elas têm determinados

⁵⁵ Peter Temin, “A Market Economy in the Early Roman Empire”, *Discussion Papers in Economic and Social History*, Universidade de Oxford, nº 39, Março de 2001, p.2-4.

⁵⁶ *Ibidem*, p.5-7.

objetivos em mente e escolhem meios de atingi-los. Respectivamente, estas formas de comportamento se associam intimamente a Reciprocidade, Redistribuição e Intercâmbio⁵⁷.

O que Temin pretende com esta tipologia é afirmar que identificando comportamentos instrumentais estaremos atestando a existência de mercado – e, portanto, a validade do aporte marginalista para o estudo de tal sociedade. Esta é uma abordagem complicada desde suas bases. Fora a tipologia de comportamento, que mostraremos ser confusa e inconsistente, a própria crença em poder provar a existência de mercados pela identificação de certos comportamentos já fora apontada por Polanyi como caminho para grandes confusões. Segundo o antropólogo húngaro, comportamentos, aspectos culturais e instituições que acreditamos estarem ligados a situações de mercado, por assim o serem em nossa sociedade, podem desempenhar papéis muito diferentes em outros contextos históricos, e não possuem qualquer ligação com realidades de mercado⁵⁸. Mas detalhemos a abordagem de Temim para poder entender a que erros esta abordagem o leva a cometer.

Ao identificar a existência de empréstimos que objetivavam lucros⁵⁹, estratégias de diversificação de investimentos para diminuição de riscos⁶⁰ e comercialização de produtos agrícolas, especialmente no grande mercado consumidor que era a cidade de Roma⁶¹, Temin conclui que a economia romana era perpassada pelo comportamento instrumental, ao menos em sua elite letrada, e baseada em uma sociedade de mercado⁶². Por fim, Temin identifica o limite ao desenvolvimento do mercado nesta economia, que explica a diferença desta realidade para o mundo contemporâneo: as dificuldades no transporte, que tornavam lentos o transporte de mercadorias e a circulação de informações, geravam uma limitação geográfica às regiões que conseguiam integrar-se ao grande mercado mediterrânico, que era o centro da vida econômica romana⁶³.

Percebe-se que Temin acredita que quando as pessoas determinam objetivos e escolhem meios de atingi-los, elas criam relações de mercado entre si. De certa maneira, esta abordagem não deixa de ser uma simples inversão da hipótese de Finley, que pretende mostrar a predominância do comportamento costumeiro como prova de que não existe economia de mercado na Antiguidade clássica. O argumento, neste caso, cede parcialmente frente à crítica

⁵⁷ *Ibidem*, p.8.

⁵⁸ Polanyi, “Intercambio sin mercado em tiempos de Hammurabi”. In: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*, *op.cit.*, p.62-63.

⁵⁹ Temin, “A Market Economy in the Early Roman Empire”, *op.cit.*, p.13-17.

⁶⁰ *Ibidem*, p.18

⁶¹ *Ibidem*, p.20-24.

⁶² *Ibidem*, p.32.

⁶³ *Ibidem*, p.29-30.

polanyiana (existem realidades econômicas em que mercados não existem ou são irrisórios, como a Europa medieval e as economias planificadas do “socialismo real” no século XX⁶⁴) para afirmar que quando podemos identificar um comportamento instrumental (neste caso, apenas uma forma alternativa de se referir ao conceito de racionalidade marginalista), estaríamos diante de uma economia de mercado. Ou seja, só existe, segundo a proposição de Temin, busca pela realização de interesses específicos em uma situação de mercado.

A proposta de Temin é extremamente confusa. Partindo de um postulado racional-utilitarista, como claramente o autor faz, é estranho caracterizar o comportamento humano como determinado por fatores externos, conforme ele propõe. Sendo o grau de autonomia das pessoas e a velocidade das mudanças no ambiente como os determinantes para a forma do comportamento humano, o que explicaria justamente as diferenças e transformações nestes dois fatores? Dentro do campo teórico que baseia as idéias de Temin, como explicar que a passagem da Antiguidade para o Medievalismo marcou uma diminuição da autonomia individual e a transformação do comportamento instrumental para o comportamento costumeiro sem buscar explicações justamente nas motivações do comportamento humano? Ou, explicando melhor, o que causa a ausência de autonomia individual e a baixa velocidade de transformações no ambiente que fazem os indivíduos medievais adotarem o comportamento costumeiro? Na verdade, as bases do pensamento de Temin não sustentam a tipologia por ele proposta.

Para as teorias racional-utilitaristas, como o marginalismo, o comportamento humano sempre é instrumental no sentido de que sempre está buscando os melhores meios de atingir seus objetivos. Temin, na verdade, cria, retoricamente, dois modelos de exceção, o comportamento costumeiro e o comportamento comandado, que não podem ser explicados dentro de suas premissas teóricas fundamentais. Dentro do racional-utilitarismo, as pessoas podem adotar comportamentos por repetição costumeira ou por obediência a hierarquias rígidas caso isso, de alguma forma, seja uma maneira eficiente de atingir objetivos almejados dentro de realidades específicas – isto é, caso estes comportamentos sejam *instrumentalmente* eficientes. Sendo assim, não é surpresa alguma que Temin defenda a existência de um comportamento instrumental na Antiguidade, pois as duas alternativas que ele acredita existir são aberrações conceituais dentro de suas premissas teóricas. Um marginalista sempre identificará na realidade por ele estudada o comportamento instrumental, pois agindo de maneira diferente, tornaria aquela realidade incompreensível para seus postulados teóricos. Se

⁶⁴ *Ibidem*, p.11

por um lado Temin tem o mérito de perceber que o próprio postulado do comportamento racional, como previsto pelo marginalismo, está em jogo no debate da economia antiga, por outro, sua proposta de solução para o problema é confusa e incongruente.

O erro maior de Temin, que está na raiz de sua tipologia confusa sobre o comportamento humano, é uma interpretação tão equivocada quanto corriqueira da contribuição de Karl Polanyi por entusiastas de abordagens racional-utilitaristas: Temin tenta enquadrar a análise de Polanyi em parâmetros racional-utilitaristas, o que é impossível. Polanyi não acredita que as pessoas construam relações de reciprocidade e redistribuição porque em determinadas situações históricas e sociais estes comportamentos sejam vantajosos ou mesmo que se adaptem melhor a dadas realidades estruturais. Como já dissemos acima, Polanyi não parte da ação social como elemento explicativo fundamental; pelo contrário, afirma explicitamente que a institucionalização das formas de integração não ocorre pela agregação de condutas individuais⁶⁵. A aparente incapacidade de Temin em perceber isto coloca em risco todo o diálogo que ele propõe com a abordagem do antropólogo húngaro.

2.3. Neoinstitucionalismo e Economia Antiga

A proposta de renovação do marginalismo trazida pelo ganhador do Nobel de Economia Douglass North e sua *New Institutional Economics (NIE)* lida melhor com esses problemas de caracterização do comportamento costumeiro e identificação da existência de economia de mercado justamente por não incorrer no erro de apelar para conceitos estranhos a sua base teórica e por entender de maneira mais clara o desafio proposto por Polanyi. Inclusive, North escreveu um artigo para responder a este desafio, exaltando as qualidades de Polanyi ao mesmo tempo em que afirma que a teoria econômica neoclássica pode explicar de maneira mais eficiente os elementos levantados por Polanyi⁶⁶.

Enquanto Temin tenta responder ao desafio polanyiano categorizando em tipologias exóticas os comportamentos previstos por Polanyi, empurrando-os para a penumbra da análise econômica, North busca explicar tais comportamentos dentro da própria análise econômica neoclássica. Inicialmente, North identifica de maneira clara o que Polanyi propõe: a reciprocidade e a redistribuição não são relações orientadas para a aquisição, as atividades econômicas fazem parte de relações e obrigações sociais, não podendo ser explicadas por um

⁶⁵ Cf. Polanyi, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.*, p. 296-298.

⁶⁶ Douglass North, “Markets and other allocation Systems in History: the challenge of Karl Polanyi”, *Journal of European Economic History*, 6 (3), 1977, p.709.

comportamento *economizador*⁶⁷. North afirma que Polanyi está certo ao identificar a inexistência de relações de mercado em diversas situações econômicas. Porém, diferentemente do que faz a estranha tipologia de Temin, North acredita que as formas de integração econômica não-mercantis descritas por Polanyi podem ser explicadas dentro dos princípios da teoria econômica neoclássica – desde que se faça sob a luz da análise dos custos de transação, pedra angular da renovação neoinstitucionalista⁶⁸.

Segundo a *NIE*, as trocas entre indivíduos não ocorrem a custo zero, como presume o marginalismo tradicional. Bens e serviços cambiados são compostos por diversos atributos, e mensurar os valores destes atributos e manter os direitos de propriedades sobre eles demandam esforços e dispêndio de recursos⁶⁹. Isto é, esta teoria reconhece que as condições para a troca, especialmente os direitos de propriedade, não são naturais e reconhecidas como dadas pelos indivíduos. Por isso, North defende a ênfase no estudo das Instituições para entender as diferentes configurações que a economia conheceu em sua história. Segundo ele, as interações sociais seriam inviáveis sem a existência de instituições, pois os custos de transação seriam proibitivos – como interagir com uma pessoa sem saber as condições sob as quais tal interação ocorrerá? Por isso, os indivíduos criam as instituições, que nada mais são do que constrangimentos informais e regras formais e suas características compulsórias (que determinam as condições sob as quais os indivíduos podem esperar que a interação ocorra). Recorrendo a teoria dos jogos, North afirma que a cooperação entre indivíduos é mais fácil quando o “jogo” é repetido diversas vezes e se tem informações completas sobre ele – e é justamente isto o que as instituições permitem. Desta forma, as instituições diminuem o grau de incerteza que existe nas interações sociais, possibilitando sua ocorrência⁷⁰.

A partir deste conceito de instituições, North busca a análise das formas de integração descritas por Polanyi. Segundo ele, existe uma condição fundamental para a existência de mercados formadores de preços: a definição clara e assegurada dos direitos de propriedade sobre os bens ou serviços a serem trocados. Quando os custos para se obter isto superam os benefícios possíveis e/ou esperados, outras formas de alocação de recursos, não mercantis, vão ser criadas. Isto é, a escolha por diferentes formas de integração econômica dependem dos custos de transação envolvidos⁷¹. Um bom exemplo da diferença entre as apreciações de

⁶⁷ *Ibidem*, p.708.

⁶⁸ *Ibidem*, p.709-710.

⁶⁹ *Idem*, “Institutions and economic performance”, in: Uskalt Mäkt, Bo Gustafsson e Christian Knudsen, *Rationality, Institutions and Economic Methodology*. Londres e Nova York: Routledge, 1993, p.248.

⁷⁰ *Ibidem*, p.248-250.

⁷¹ *Idem*, “Markets and other allocations systems...”, *op.cit.*, p.710.

North e Polanyi está na abordagem do problema da reciprocidade. Para Polanyi, o que determina a ocorrência da reciprocidade são as regras morais que obrigam a isso e acabam tornando os atos de dar, receber e reciprocitar valorizados socialmente por si mesmos. Apoiando-se na abordagem de Cyril Belshaw, North afirma que o dom é uma estratégia de ação que permite o reforço de alianças e facilita as trocas de outros itens⁷².

Porém, é preciso ressaltar um aspecto da abordagem de North. Por mais que ele afirme que o mercado precisa da existência de instituições específicas para poder existir, não deixa de haver certa naturalização da economia de mercado em sua teoria. Segundo ela, apenas quando as condições básicas para a existência do mercado não são alcançáveis, outras formas de alocação são construídas. Isto se deve, claramente, a visão positiva que o autor tem da economia de mercado. A pergunta fundamental, que perpassa a construção teórica de North, é “como explicar as diferentes performances econômicas na história?”. A resposta de North a esta pergunta é: a eficiência de uma economia depende da capacidade de suas instituições diminuírem os custos de transação. A importância desta formulação cresce com a percepção que North tem da criação e manutenção das instituições: os agentes responsáveis pela criação e manutenção das instituições (o exemplo mais claro são os governantes que criam e mantêm as regras formais) não buscam necessariamente a melhoria da performance da economia, mas interesses específicos de seu grupo (no exemplo dos governantes, estes podem manter certas normas e regras que atrapalhem a performance econômica geral caso estas permitam o recolhimento de mais impostos, por exemplo). Isto é, as instituições não são necessariamente perfeitas e, em muitos aspectos, causam custos de transação adicionais e podem muito bem atrapalhar a performance de uma economia⁷³. Mas o que é uma performance eficiente de uma dada economia, para Douglass North? Como um bom marginalista não poderia deixar de pensar, a resposta é o funcionamento pleno do livre mercado⁷⁴.

Por isso, segundo o raciocínio de North e dos adeptos da *NIE*, quando as instituições são eficientes, quando as condições sociais não impõem obstáculos, a economia de mercado tende a se sobrepor às outras formas de organização da vida econômica. Desta forma, apesar da análise das instituições em transformação, a princípio, permitir a reintegração da importância do estudo histórico para a análise econômica⁷⁵, evitando o anacronismo crônico da *New Economic History* (que identifica todas as realidades históricas como economias de

⁷² *Ibidem*, p.712.

⁷³ *Idem*, “Institutions and economic performance”, p.251-253, 256-257.

⁷⁴ *Ibidem*, p.257.

⁷⁵ Peter Mathias, *Economic History: Living with the neighbours*. Roma: Luis Guido Carli, 2006, p.10-11.

mercado), a *NIE* não consegue evitar a naturalização do comportamento racional capitalista presente nas premissas de sua fundamentação teórica.

Este problema fundamental da abordagem neoinstitucional fica evidente em sua melhor utilização para o estudo da economia romana, o recente livro de Dennis Kehoe *Law and the rural economy in the Roman empire*. Desde o livro citado acima, *Investment, Profit and Tenancy*, até a publicação deste último, Kehoe desenvolveu uma reflexão teórica mais embasada, buscando na *NIE* recursos para aprofundar seus estudos sobre a relação entre o direito e a economia romanos. Sua intenção neste livro é entender como as leis romanas criavam regras formais que serviam de “ambiente” para a economia rural, que, ao lado das instituições informais (valores e práticas sociais) determinavam as “regras do jogo”, a estrutura institucional para as interações sociais desta economia⁷⁶.

Kehoe possui bastante clareza da contribuição que o aporte neoinstitucionalista pode trazer para suas perspectivas: segundo ele, a análise institucional permite uma melhor compreensão da importância de fatores sociais na tomada de decisões pelos agentes econômicos. Desta maneira, Kehoe busca na *NIE* elementos para qualificar seu diálogo com o paradigma finleyniano, traduzindo a ênfase de Finley na sobreposição de aspectos sociais sobre interesses econômicos para a ênfase na importância das instituições para a performance econômica, baseando-se na teoria econômica neoinstitucional. Segundo ele, este tipo de estudo permitiria analisar em que nível os agentes econômicos romanos estavam aptos a formular planos que maximizassem suas utilidades⁷⁷.

Percebe-se, portanto, que Kehoe defende, desta vez de maneira franca e consciente, a premissa neoclássica da busca por maximização de utilidades pelos agentes econômicos. Porém, Kehoe matiza esta premissa, estabelecendo certos limites para sua atuação. A pedra de toque, como não poderia deixar de ser no caso de uma análise baseada na *NIE*, é o problema dos custos de transação. Segundo ele, a premissa neoclássica supõe que os agentes econômicos possuem informações completas na palma de suas mãos, isto é, a custo zero, e a análise institucional corrigiria este equívoco, inserindo o problema da incerteza na análise. Citando Armen Alchian, Kehoe defende que é impossível falar em agentes buscando a maximização de utilidades devido à impossibilidade dos indivíduos possuírem todas as informações necessárias para criar estratégias que busquem tal objetivo. Mas o que caracteriza a ação dos agentes econômicos, então? Kehoe recorre ao conceito de *racionalidade limitada*

⁷⁶ Dennis Kehoe, *Law and the rural economy in the Roman empire*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007, p.29.

⁷⁷ *Ibidem*, p.30.

de Herbert Simon. Partindo da psicologia cognitiva, Simon afirma que é impossível para o organismo humano coletar e processar todas as informações necessárias para a tomada de decisão como previsto pela teoria neoclássica. Simon defende, então, que os agentes ordenam os resultados das ações como satisfatórios ou não satisfatórios, o que simplifica o processo de tomada de decisão se comparado com o complexo processo de cálculo de maximização pressuposto pelo neoclassicismo tradicional. As decisões tomadas pelos agentes, portanto, não geram necessariamente uma alocação ótima de recursos, apenas possibilitam a busca por um objetivo específico nos termos dos meios disponíveis ao agente, meios estes que dependem em última instância das informações que o agente possui⁷⁸.

A partir disto, Kehoe propõe uma abordagem evolucionária da análise institucional. Segundo esta abordagem, as instituições não são criadas, mantidas e transformadas pelos agentes em busca de maximização de riquezas ou utilidades. A história das instituições explica-se pelo fato de as pessoas buscarem comportamentos e acordos que se mostraram benéficos no passado, isto é, que possibilitaram a elas melhorar sua situação. Melhoria de situação que não pode ser confundida com maximização, pois estas pessoas não possuem meios de comparar estes resultados com possibilidades alternativas. Ou seja, as instituições se perpetuam ou se transformam pela busca individual por comportamentos e acordos que as beneficiem: instituições ineficientes serão derrubadas ou transformadas, instituições eficientes serão mantidas, sendo a eficiência um parâmetro construído cognitivamente pelos agentes⁷⁹.

O conceito de racionalidade limitada traz possíveis desdobramentos bastante interessantes ao submeter o problema da escolha às determinações cognitivas dos agentes. Porém, Kehoe não trilha este caminho; prefere enfatizar o problema das limitações que este fato impõe ao pleno desenvolvimento do comportamento maximizador previsto pelo marginalismo. Isto é, ao invés de pensar os diferentes caminhos que o conceito de racionalidade poderia tomar devido ao fato de as escolhas dos agentes estarem submetidas as suas estruturas cognitivas, Kehoe insiste no conceito neoclássico de racionalidade apenas apontando os *limites* a sua plena performance causados pelos limites de conhecimento das informações pelos agentes. Assim, ao invés de utilizar o *insight* de que as escolhas dependem do que os agentes pensam e conhecem sobre os meios e objetivos para construir um conceito renovado de racionalidade, Kehoe utiliza este *insight* apenas para marcar os limites ao desempenho da maximização de utilidades pelos agentes.

⁷⁸ *Ibidem*, p.37-38

⁷⁹ *Ibidem*, p.39.

Percebe-se isto na contínua defesa que Kehoe faz da utilização dos modelos neoclássicos como parâmetros para avaliar a relativa eficiência das instituições de uma economia, servindo de contra modelo do que seria a realidade mais eficiente possível⁸⁰. Fica claro que para Kehoe, a realidade perfeita, de eficiência máxima, é a realidade de mercado livre descrita idealmente pelo marginalismo – e se esta realidade não existe de fato, tornando o neoclassicismo tradicional uma forma equivocada de analisar a realidade econômica, isto não deixa de ser uma grande tristeza para a humanidade. Kehoe chega a identificar esta possível crítica, afirmando que alguns aspectos da teoria que ele defende podem ser encarados como apologéticos ao livre mercado. Sua defesa antecipada a esta possível crítica é risível: ele afirma que estes pressupostos defendidos não são prescrições para políticas legais ou econômicas de quaisquer agentes, mas apenas pontos de partidas para analisar a eficiência de formas particulares de organização econômica⁸¹. Sim, Kehoe está certo, esses pressupostos são apenas pontos de partida para análise da eficiência de certas organizações econômicas – mas pressupostos que afirmam ser o livre mercado a forma mais eficiente de organização econômica, o que é obviamente uma defesa do livre mercado! Dado que as ciências sociais servem de importante sustentação para a construção e legitimação de políticas públicas (ou para a falta delas, muitas vezes), a tentativa de Kehoe de defender sua abordagem como politicamente neutra é equivocada.

Os problemas que esta insistência no conceito marginalista de racionalidade trazem para a análise da história econômica romana são perceptíveis nas considerações que Kehoe faz sobre os arquivos heroninos – conjunto de cartas e contabilidades acerca da administração de uma grande propriedade fundiária egípcia do período romano. Jean Andreau e Jérôme Maucourant criticam a clássica interpretação de Dominic Rathbone sobre a identificação de um livre mercado de mão-de-obra e de produtos agrícolas a partir destas fontes, afirmando que as informações contidas nelas sobre a administração da propriedade são mais bem explicadas a partir das relações de poder no Egito rural do que por uma simples busca por lucros por parte de seu proprietário.

Segundo Kehoe, a análise institucional permite superar este debate, interpretando o que Andreau e Maucourant chamam de relações de poder como os constrangimentos impostos a ação dos agentes econômicos pelas instituições formais e informais existentes naquela sociedade⁸². Desta maneira, Kehoe tenta traduzir os aspectos sociais, políticos e culturais em

⁸⁰ *Ibidem*, p.31 e p.37.

⁸¹ *Ibidem*, p.33-34

⁸² *Ibidem*, p.40.

problemas institucionais que *limitam* as estratégias de busca por maximização possíveis no mundo antigo. Isto é, o comportamento social continua sendo visto como determinado unicamente pela busca por maximização, por mais que se admita que o quadro institucional defina as formas que esta busca tomará.

2.4. Crítica ao conceito neoclássico de racionalidade

Percebemos, a partir da análise acima, que apesar de percorrerem caminhos argumentativos qualitativamente diferentes, essas três formas de abordagem do problema da racionalidade econômica dos antigos que categorizamos como “neomodernistas” partem de uma mesma premissa – o conceito de racionalidade neoclássico – e chegam a uma mesma conclusão – a existência de uma racionalidade limitada entre os antigos. Por isso, a crítica a estas três abordagens passa por um mesmo questionamento: o conceito neoclássico de racionalidade é sociologicamente útil e válido para o estudo da economia antiga?

Para os economistas desta linha, neoinstitucionalistas inclusos, o que determina o comportamento dos agentes, salvo certos impedimentos determinados por comportamentos irracionais (e, portanto, aleatórios, inexplicáveis), é a busca por maximização da satisfação de utilidades a partir de seus recursos escassos. Seguindo esta linha, a explicação do comportamento humano deve ser buscada em uma teoria da escolha racional, sendo isto possível a partir da construção de modelos matemáticos que demonstrem as escolhas que maximizam utilidades dada uma determinada situação qualquer. Tal teoria parte de determinadas premissas que delineiam o que se convencionou chamar de preceito do *homo oeconomicus*, uma percepção que aposta numa natureza humana universal e imutável. Tais premissas seriam de que, entre outras coisas, o homem naturalmente é: *hedonista*, busca sempre a maximização de seus interesses, não se dando por satisfeito com qualquer nível de satisfação alcançado (é precisamente isto que cria a escassez de recursos, pois as utilidades possíveis destes são vistas como infinitas); *egoísta*, suas relações com outros homens sempre tem como único objetivo a satisfação de seus próprios interesses, mesmo que indiretamente; *coerente*, seus interesses não se contradizem nem entram em conflito; *voluntarista*, sempre se esforça ao máximo para obter seus objetivos, nunca se rendendo à inércia.

Principalmente a partir da antropologia econômica, as premissas marginalistas vêm sendo severamente criticadas. Polanyi e Maurice Godelier acreditam que, apesar de focado no comportamento *econômico*, o aporte marginalista descamba em uma teoria geral da ação humana. Isto por que não existem meios ou fins racionais em si, em absoluto. Racionais são

as relações entre meios e fins, isto é, a forma de alocação de meios para a obtenção de determinado fim⁸³. Desta maneira, a lógica da ação racional pode ser aplicada a qualquer aspecto da vida, e não apenas às relações que garantem a satisfação das necessidades humanas. Justamente por isso, certos instrumentos técnicos da teoria econômica neoclássica são extremamente bem sucedidos para o planejamento de diversos tipos de operações, sejam produtivas, militares ou mesmo para um jogo de xadrez. Dados certos objetivos e certos meios, a teoria marginalista é capaz de detalhar estratégias ótimas de ação⁸⁴. Porém, tais instrumentos de análise marginalista precisam destes objetivos e meios como dados *a priori* para emitir suas sentenças, não sendo capazes de explicar justamente o conteúdo específico de tais objetivos nem a configuração social que delinea os meios possíveis.

Este fato está intimamente ligado ao papel que o axioma da racionalidade exerce dentro da metodologia neoclássica. O neoclassicismo adota uma filosofia da ciência essencialmente positivista, pois parte da premissa de que a origem do conhecimento está nas impressões fornecidas pelos sentidos e que a causalidade é uma conjunção *incondicional e constante* de eventos. A partir disso, o neoclassicismo adota uma metodologia dedutivista, acreditando que explicar um fenômeno é deduzi-lo de leis gerais – o que garante a previsibilidade dos eventos, porque explicar um evento a partir de leis gerais permite o conhecimento prévio de suas futuras novas ocorrências⁸⁵. Para a manutenção desta postura epistemológica, é necessária a causalidade simples e constante, isto é, todo evento X ocorre sempre acompanhado do mesmo evento Y, sem que ocorram mudanças históricas nesta relação. Desta forma, a ciência positivista requer um *sistema em isolamento*, ou que os agentes tenham *condições internas constantes*⁸⁶. Isto é, a ciência positivista precisa ser *a-histórica*. O axioma da racionalidade, conceituado pelo neoclassicismo como a-histórico, garante, justamente, esta necessidade de condições internas constantes. Os agentes sempre agem da mesma maneira, ou seja, possuem um comportamento padrão que permite sua previsibilidade. Tudo é reduzido à ação dos indivíduos que são determinadas de uma única

⁸³ Polanyi, *A Ilusão da Economia*, *op.cit.*, p.15 e Maurice Godelier, *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, p.22 e p.314-315.

⁸⁴ Maurice Godelier, “A antropologia econômica”, in: J.Copans *et alii*, *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971, p.148.

⁸⁵ André Guimarães Augusto, “Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica”, trabalho apresentado na *XII Conferência Anual da International Association for Critical Realism*, Julho de 2009, disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/27T.pdf> (acessado em 12/07/2010), p.4-5.

⁸⁶ *Ibidem*, p.6-7.

maneira: pela busca de maximização de “utilidades”⁸⁷. A a-historicidade do conceito de racionalidade neoclássico, portanto, decorre de sua fundamentação epistemológica.

Sendo assim, o marginalismo não se preocupa em explicar o conteúdo específico dos objetivos dos agentes nem a configuração social que delinea os meios possíveis, porque parte da premissa que tais conteúdos e tais configurações sociais não são historicamente e socialmente mutáveis – e isto é consequência direta de seu embasamento epistemológico positivista. A partir disso, o marginalismo naturaliza os conteúdos dos objetivos capitalistas e a configuração social da sociedade de mercado para realizar suas análises, acreditando que tais são iminentes à natureza humana. Mesmo a corrente neoinstitucionalista, que percebe a necessidade de construção social de instituições (historicamente diferentes) para o funcionamento pleno do mercado, não escapa deste problema. Ao partir do conceito de *racionalidade limitada*, de Herbert Simon, a *NIE* inclui um elemento dinâmico na racionalidade: o agente precisa passar por um processo de aprendizagem a partir de sua experiência para realizar suas escolhas e isso transforma seus níveis de aspiração. Porém, a *racionalidade limitada* parte dos mesmos princípios epistemológicos da racionalidade neoclássica tradicional: ambas são formais (referem-se à forma como se alcançam determinados fins sem poder explicar o conteúdo da ação) e instrumentais (são formas de prover o agente de meios para alcançar suas finalidades). Na verdade, o conceito de *racionalidade limitada* serve como uma correção a hipótese da racionalidade perfeita do neoclassicismo tradicional a partir dos critérios positivistas de ciência comungados pelo marginalismo, não sendo de maneira alguma subversiva as suas fundamentações básicas⁸⁸.

As relações econômicas como vistas pelo marginalismo não são sociais, pois se referem a um indivíduo abstrato que corresponde de certa maneira ao indivíduo inserido nas relações de mercado, relações estas que se caracterizam justamente por um alto nível de impessoalização⁸⁹. Esta falha da teoria marginalista afeta seus aspectos fundamentais. Exemplo disso é o problema do postulado da escassez, como criticado por Polanyi. Para o antropólogo húngaro, a insuficiência de meios não cria em si uma situação de escassez: não é por não ter acesso suficiente a determinado bem que uma pessoa não poderá passar sem ele⁹⁰. Para Polanyi, a ubiqüidade da escassez só surge na situação de mercado por uma característica fundamental do sistema mercantil: a utilização universal do dinheiro como meio de aquisição

⁸⁷ *Ibidem*, p.9.

⁸⁸ *Ibidem*, p.13-14.

⁸⁹ Godelier, “A antropologia econômica”, *op.cit.*, p.148.

⁹⁰ Polanyi, *A Ilusão da Economia*, *op.cit.*, p.36.

dos meios de satisfação de necessidades. Todos os bens e serviços estão a venda no mercado e todas as formas de obtenção de ingressos derivam da venda de bens e serviços. Desta forma, o dinheiro torna-se um recurso escasso com usos alternativos (quase que universais)⁹¹. Diferentemente disso, em sociedades em que o mercado não possui tal centralidade, não existe uma situação geral de escassez devido à insuficiência de recursos – certos recursos podem ser insuficientes, enquanto outros não o são, não há nada que “integre” ou “homogeneíze” a disponibilidade dos diferentes recursos, como o dinheiro faz no sistema de mercado.

Podemos acrescentar a este aspecto identificado por Polanyi o fato de que as sociedades pré-capitalistas não conhecem justamente o elemento fundamental que gera essa situação de investimento necessariamente contínuo e expansivo que caracteriza a escassez de recursos: o próprio Capital que deve estar sempre em irrefreável expansão para continuar sendo Capital⁹². O Capital é valor que gera mais valor através do consumo da mercadoria *força de trabalho* no processo de produção; para que a mais-valia seja gerada é necessário que este consumo da força de trabalho se dê com maior continuidade e intensidade possível⁹³. Nas sociedades que desconhecem este tipo de relação social de produção, os princípios da escassez e da maximização não fazem qualquer sentido.

A historiadora Ellen Meikisins Wood identifica esta forma de lidar com a história econômica, naturalizando o comportamento capitalista e identificando a diferença entre as várias formações econômicas na história a partir dos limites ao pleno desenvolvimento deste comportamento, como tributária do ideal de progresso da sociedade burguesa. Ao descrever a história humana como o desenrolar do aperfeiçoamento humano, fazia-se necessário explicar a emergência do capitalismo. Para isso:

A dinâmica muito particular do capitalismo, cujas leis de movimento eram muito diferentes das de qualquer outra forma social anterior (...), foi tratada como extensão natural de práticas ancestrais, nada mais que a maturação de impulsos já presentes nos atos mais primitivos da troca, a verdadeira natureza do *homo oeconomicus*. Não havia necessidade de explicar um processo histórico único, mas apenas de descrever os *obstáculos* e sua remoção. Por si só, o interesse guiado pela razão produziria o capitalismo.

⁹¹ *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.*, p.292-293.

⁹² Moishe Postone, “Capital and Historical Change”. Artigo apresentado na conferência *Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century*, Cornell University, em 13 de março de 2004, disponível em www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf (acessado em 12/07/2010), p.5.

⁹³ Augusto, “Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica”, *op.cit.*, p.10.

Em outras palavras, para explicar o aparecimento do capitalismo foi necessário pressupor sua existência⁹⁴.

Sendo assim, o conceito neoclássico de racionalidade é, essencialmente, anacronizante. Sua utilização para o estudo da economia antiga gera problemas de análise muito sérios, pois força as singularidades desta economia a entrar em padrões de comportamento que nos parecem naturais, mas que são tipicamente capitalistas. Isto é, o conceito neoclássico de racionalidade nos impede de entender as singularidades do passado ao mesmo tempo em que nega a historicidade do presente, pois o naturaliza.

3. A Racionalidade Singular: propostas alternativas

A partir das análises acima, percebe-se que a maior parte da historiografia que se dedicou ao problema da racionalidade econômica na Antiguidade teve como referência conceitual o neoclassicismo, seja para negar ou para afirmar a existência desta racionalidade entre os antigos. Na verdade, o debate entre primitivistas e modernistas, mesmo em suas versões mais refinadas do final do século XX e início do século XXI, continua hipnotizado pelo capitalismo. Neste sistema econômico, ocorre uma separação entre o econômico e o político que marca sua singularidade entre as formações econômico-sociais da História. A separação completa do produtor das condições de trabalho, através da propriedade privada absoluta dos meios de produção pelo apropriador, garante uma extração da mais-valia imediata no próprio processo produtivo. Desta maneira, a exploração dos produtores diretos pelas classes dominantes não passa por relações de dominação pessoal, ou por sistemas de obrigações políticas, militares ou de outros tipos – ela constrói-se e perpetua-se através do próprio sistema produtivo⁹⁵. A realidade do pré-capitalismo é justamente a inversa: as relações de dominação pessoal são fundamentais para a exploração dos produtores diretos pelas classes dominantes.

A ausência desta separação entre economia e política nas sociedades pré-capitalistas não foi ignorada no debate sobre a economia antiga, muito pelo contrário: a identificação deste aspecto por Karl Polanyi constitui-se em um dos pontos fundamentais do debate, e mesmo aqueles que se opõem a abordagem polanyiana não chegam a negar esta falta de “autonomia” do econômico. Porém, hipnotizados pelo sistema econômico capitalista, tanto

⁹⁴ Ellen Meikisins Wood, *Democracia contra Capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p.131, grifos da autora.

⁹⁵ *Ibidem*, p.34-35.

primitivistas como modernistas, não identificaram a conseqüência fundamental dessa afirmação. Por um lado, Finley e seus seguidores acreditaram que desta incrustação do econômico no social decorreria uma subordinação do econômico a determinações sociais, políticas ou culturais. Por outro lado, aqueles que chamamos “neomodernistas” tentaram interpretar esses fatores sociais apenas como limites a certos tipos de performance econômica. Apesar de opostas, estas visões possuem uma atitude comum: considerar como atividade econômica os tipos de atividades típicas da sociedade capitalista, como o investimento produtivo visando o lucro e a atividade mercantil, tanto comercial como financeira. Quando falam em racionalidade econômica ou em estudo da economia antiga, são estes tipos de atividades que tanto modernistas como primitivistas procuram analisar, isto é, estes estudiosos limitam-se a tentar identificar a existência ou ausência daquelas atividades que em nossa sociedade dão a lógica do processo econômico.

No caso dos primitivistas, a negação da existência dessas atividades econômicas os leva a uma argumentação baseada em uma premissa bastante significativa: a idéia de economia natural. Garnsey e Saller, por exemplo, afirmam que a Economia Romana é subdesenvolvida, que a maior parte da população vivia próxima a um nível de subsistência, como se estas afirmações fossem detentoras de um sentido explicativo. Esse tipo de argumento baseia-se na idéia de que a economia capitalista, baseada na produção mercantilizada, opõe-se uma economia natural, baseada na simplicidade da produção voltada para a subsistência. A partir disso, acredita-se que caracterizar a economia romana significa identificar a existência de uma economia de mercado ou defini-la como economia natural. Paulo Henrique Pachá sintetiza bem o dilema desta dicotomia:

(...) lidamos aqui forçosamente com duas formas de naturalização do passado: a perspectiva modernista que naturaliza as relações (logo, as categorias) postas pelo modo de produção capitalista; e a perspectiva primitivista que pressupõe que seja possível encontrar no conjunto das sociedades tribais (“primitivo” aqui tem esse sentido) um conjunto de relações econômicas simples, o nível zero na escala de complexidade na qual a efetiva autonomização do econômico sob o capitalismo é o grau máximo. (...) supor que seja possível estabelecer como natural um conjunto de relações econômicas qualquer – seja este uma suposta “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” ou um comportamento simplório que objetiva apenas a reprodução da vida em seu nível mais imediato – é apenas um juízo de valor que, ao fim e ao cabo, revela seu caráter puramente normativo (posto que deve desconsiderar todos os inúmeros exemplos que o contrariam) ou ideal (posto que inexistente).⁹⁶

⁹⁶ Paulo Henrique Pachá, “Desnaturalizar o passado, historicizar o presente: formas de intercâmbio na

A “subsistência” não é um modo de vida, mas uma situação particular determinada por situações de crise ou o resultado imposto a populações por diferentes sistemas de controle ou dominação⁹⁷. Isto é, não existe um estágio inicial da vida econômica naturalmente próximo ao nível de subsistência, no qual homens e mulheres vivem lutando contra a subnutrição e a fome a todo momento – como bem mostrou Marshall Sahlins, esta concepção do desenvolvimento econômico baseia-se em um evolucionismo tosco e etnocêntrico⁹⁸.

Ao identificarmos a inexistência de separação entre economia e política nas sociedades pré-capitalistas, o que devemos enfatizar é o fato de as atividades econômicas existirem em uma lógica intrinsecamente ligada a fatores que, na sociedade capitalista, não interpretamos como econômicos. Ou seja, a análise da economia antiga não pode passar apenas pelo estudo das atividades daquela sociedade que parecem semelhantes ao que em nossa sociedade naturalizamos como “econômico”. A caracterização da economia antiga precisa passar por atividades que na sociedade capitalista não são interpretadas como econômicas. Além disso, a caracterização da economia antiga precisa passar, necessariamente, pelo estudo das relações de produção, que permitem a diferenciação deste sistema econômico frente à economia capitalista – a negligência deste estudo leva, sistematicamente, a naturalização das relações de produção capitalistas.

Alguns autores, porém, ultrapassaram esta dicotomia, em algum nível, buscando recursos na teoria social para refinar suas análises. O aspecto mais importante ressaltado por estes autores é a grande atenção dada a certos elementos muitas vezes desconsiderados no debate entre primitivistas e modernistas. Alguns desses autores enfatizaram a importância que a realidade política e militar ligada a expansão imperial possui dentro da busca por riquezas pela elite romana. Com isso, ampliou-se o escopo de atividades analisadas a partir do problema da racionalidade, evitando limitar-se apenas às atividades que nós, contemporâneos do capitalismo, delimitamos como econômicas, como fazem aqueles que buscam identificar ou negar a existência de comportamentos empresariais capitalistas. Outros autores, ainda, ressaltaram o problema das relações de produção, especialmente as escravistas, para a

Península Ibérica (sécs. VI-VIII)”, trabalho apresentado no *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio*, julho de 2010 (texto cedido pelo autor).

⁹⁷ Peregrine Horden e Nicholas Purcell, *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000, p.272.

⁹⁸ Marshall Sahlins, “A Primeira sociedade de afluência” in: Edgar Assis Carvalho (org.), *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 10-11, p.17-19, p.38.

explicação do sistema econômico da Antiguidade, identificando suas singularidades frente ao capitalismo. São estas propostas que pretendemos analisar a seguir.

3.1. A “Gestão aquisitiva não-mercantil”

A importância de elementos políticos (especialmente aqueles ligados à expansão imperial romana) para a busca por aquisição de riquezas pela elite romana vem sendo destacada por algumas análises bastante profícuas. John Love escreveu um interessante livro buscando, ao mesmo tempo, identificar as análises de Max Weber sobre a economia antiga e indicar caminhos para a análise da economia antiga a partir da sociologia weberiana. Entre esses caminhos, encontram-se análises bem interessantes sobre o problema da racionalidade entre os antigos que exploram as possibilidades econômicas do campo político-militar imperial – entendido aqui como as atividades ligadas à guerra, seja imperialista, seja civil, e as atividades ligadas à construção da carreira política pública, destacando o *cursus honorum*.

Partindo de Weber, Love analisa o comportamento dos grandes proprietários de terras romanos tendo como fonte justamente os “agrônomos latinos”, Catão, Varrão e Columella. Segundo Love, a questão fundamental, neste ponto, é identificar o quanto as plantações descritas nestes tratados eram *capitalistas*. O conceito de capitalismo usado por Love é fundamentalmente comportamental, isto é, não se fala em economia ou sociedade capitalista, mas em comportamento capitalista – o que faz bastante sentido dentro do individualismo metodológico weberiano. É capitalista o comportamento que busca sistematicamente lucros através da utilização deliberada de meios em que os rendimentos são estimados em termos monetários⁹⁹. A partir disto, Love acredita que essas plantações possam ser caracterizadas como capitalistas apenas no nível em que a produção for voltada para a comercialização, em que houver preocupação com o aumento da produtividade e dos investimentos, com diminuição dos custos e com maximização dos ganhos¹⁰⁰. Em algum nível, Love acaba por se aproximar dos termos de Finley, ao tentar analisar a racionalidade destes tratados pela existência ou não de busca sistemática pelo lucro e afirmando que certos aspectos racionais dos preceitos dos agrônomos são resultado da experiência prática e não do cálculo econômico – chegando a equiparar racionalidade a racionalidade formal neste momento da análise¹⁰¹.

⁹⁹ Love, *Antiquity and Capitalism*, *op.cit.*, p.35.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.43

¹⁰¹ *Ibidem*, p.50-52.

Porém, após mostrar certas limitações na racionalidade econômica dos “agrônomos” a partir desta abordagem, Love recorre a certos *insights* possibilitados pela teoria weberiana e tece considerações bem mais interessantes. Analisando a defesa da diligência no trabalho feita por Catão, Love se pergunta: qual a diferença entre esta mentalidade catoniana e a valorização do trabalho puritana, que segundo Weber é um dos fatores fundamentais para a construção do *espírito do capitalismo*? Segundo Love, esta valorização do trabalho aparece com alguma frequência na Antiguidade, mas não a ponto de se consolidar como *ethos*, ligado a uma doutrina religiosa que traga consigo sanções severas para os desviantes¹⁰². Dentro da tipologia de racionalidades proposta por Weber, que vimos acima, podemos dizer que a racionalidade prática não chega a se consolidar em uma racionalidade substantiva.

Entretanto, mais importante do que esta é a diferença entre a busca por acumulação de riqueza, encontrada nos “agrônomos”, e a acumulação de capital. Love faz menção a uma importante diferenciação feita por Weber entre *gestão patrimonial* (ou *doméstica*) e *gestão aquisitiva*. O primeiro tipo de gestão refere-se ao uso de bens para abastecimento próprio ou obtenção de outros bens para utilização própria, isto é, os bens são utilizados primariamente para a satisfação de necessidades de consumo da unidade econômica (*household*) – lidando, ao menos a princípio, no interior de limites fixos, dados de antemão¹⁰³. A *gestão aquisitiva*, por sua vez, é caracterizada como o “comportamento orientado pelas oportunidades de ganhar (uma só vez ou repetidamente, com certa regularidade, continuamente) novos poderes de disposição sobre bens”¹⁰⁴. Trata-se, portanto, de um critério expansivo, não simples incremento patrimonial, mas expansão da capacidade de ação econômica, do “poder de disposição sobre bens”¹⁰⁵.

Para Love, existe certa ambigüidade entre estas formas de gestão nas propriedades descritas pelos agrônomos. Com o desenvolvimento urbano e a monetarização da economia, cresceria uma tendência a utilização destas propriedades como *empreendimentos capitalistas*, porém, dado o caráter patriarcal da sociedade romana, essas propriedades acabavam se mantendo dentro de uma lógica de *household*, tendo como maior objetivo a produção de *renda* para a manutenção do patrimônio senhorial e não de lucro para expansão da atividade mercantil. Sendo assim, os setores da produção agrícola voltados para o mercado serviam como fonte de riquezas para a *gestão patrimonial* e não se inseriam em um processo de

¹⁰² *Ibidem*, p.73.

¹⁰³ *Ibidem*, p.75, Weber, *Economia e Sociedade*, *op.cit.*, p.53 e Gabriel Cohn, “Alguns problemas conceituais e de tradução em *Economia e Sociedade*”, in: Weber, *Economia e Sociedade*, *op.cit.*, p.xv.

¹⁰⁴ Weber, *Economia e Sociedade*, *op.cit.*, p.56.

¹⁰⁵ Cohen, “Alguns problemas conceituais...”, *op.cit.* p.xv.

expansão das atividades mercantis ligadas a uma *gestão aquisitiva*¹⁰⁶. É desta forma que os *households* se desenvolvem na direção da formação dos *oikos*. Segundo Weber, o *oikos* não é meramente um grande *household* que obtém autarquicamente os bens e serviços que consome – mais do que isso, é o patrimônio de um grande senhor que garante sua satisfação de necessidades (importante frisar que necessidade, aqui, não é mera subsistência). Isso não significa uma unidade econômica simples, focada na produção para auto-subsistência e sem inserção em relações comerciais – produção voltada para o mercado, relações comerciais, tudo isso pode existir no *oikos*. A característica distintiva fundamental do *oikos* é a utilização das propriedades do senhor prioritariamente para a produção de renda¹⁰⁷.

Desta maneira, as propriedades rurais não são um empreendimento aquisitivo buscando expansão dos poderes de dispor sobre bens, mas uma fonte de renda que sustenta o poder do senhor, garantindo as necessidades de sua unidade econômica. Esta abordagem provê elementos singulares para a análise da administração das propriedades rurais pelos grandes proprietários romanos. Porém, poder-se-ia indagar se o caminho proposto por Love não resultaria em um retorno ao primitivismo, ressaltando-se o conservadorismo econômico dos proprietários. Isto não ocorre por que Love não restringe sua análise a relação da elite romana com suas propriedades rurais.

Além de proprietários de terras, a elite romana controlava um sistema imperial grandioso e um complexo regime oligárquico. Desta forma, campos para o desenvolvimento de uma *gestão aquisitiva* não faltavam para esta elite. Segundo Weber, a ação econômica se dá pela utilização pacífica do agente sobre recursos específicos, porém, a *gestão aquisitiva* não precisa se restringir a este tipo de ação. Desta maneira, Love identifica comportamentos aquisitivos não-mercantis, apontando formas de expansão do poder de controle e disposição sobre bens econômicos que não se dão por meio do mercado. Destes comportamentos aquisitivos não-mercantis, Weber define um conceito de *capitalismo politicamente orientado*: ao invés de ser orientado prioritariamente para o mercado, o capitalismo político depende das oportunidades aquisitivas geradas pelo domínio político¹⁰⁸.

Love acredita que o modelo exemplar de *gestão aquisitiva* orientada politicamente é a história do enriquecimento de Crasso presente na biografia escrita por Plutarco. Crasso era um grande proprietário de terras e escravos, o que garantiria oportunidades de geração de lucros. Porém, sua relação com estas riquezas em nada se assemelhava com a de um empreendedor

¹⁰⁶ Love, *Antiquity and Capitalism*, op.cit., p.77-78.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p.78-80.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p.34-36.

capitalista, pelo contrário, sua relação era essencialmente patrimonialista. Porém, com relação às oportunidades aquisitivas geradas pelo campo político-militar, Crasso era extremamente “agressivo”, enriquecendo nas campanhas da Guerra Social e com as proscricções de Sulla, por exemplo¹⁰⁹. Para Love, diferentemente da valorização catoniana do trabalho, essa agressividade aquisitiva de Crasso correspondia a um *ethos* específico. Um dos aspectos fundamentais da cidade antiga é sua necessidade de manter-se militarmente forte e preparada para a batalha: a *polis* do período clássico é uma das organizações militares mais desenvolvidas da Antiguidade. A estrutura social da cidade antiga reflete este fato. Os conflitos sociais da cidade antiga arcaica têm em seu cerne o problema militar ligado ao problema do acesso a terra. O desenvolvimento das cidades antigas não diminuiu a importância do aspecto político-militar: os efetivos dos exércitos continuaram sendo recrutados nas camadas mais pobres da população, a *polis* continuou tendo um caráter militarista e expansionista. Desta maneira, o tão conhecido militarismo da elite romana era o *ethos* que fundamentava a *gestão aquisitiva* não-mercantil, o *capitalismo político* romano¹¹⁰, em torno da qual se construía uma racionalidade substantiva.

Apesar de extremamente inovadora e interessante, a tese de Love possui certos problemas, ligados intimamente a sua fundamentação weberiana. Os dois conceitos que estruturam sua tese, *capitalismo político* e *ethos-racionalidade substantiva* são, ao mesmo, tempo a chave para seu sucesso em ultrapassar os termos limitados impostos pelo debate entre primitivistas e modernistas e a causa de suas próprias limitações explicativas.

O conceito de *capitalismo* de Weber é completamente equivocado. Como trabalha com a ação social, o sociólogo alemão busca explicações comportamentais para as realidades sociais. Sendo assim, ele conceitua capitalismo como um tipo de comportamento, a busca sistemática por lucros através da utilização deliberada de meios em que os rendimentos são estimados em termos monetários, como citamos acima¹¹¹. Weber só consegue chegar a esta formulação de capitalismo devido a sua visão estreita do que é o *econômico*. Para Weber, a *ação social economicamente orientada* é entendida como a ação que, em seu significado subjetivo, preocupa-se com a satisfação do desejo por *utilidades*, sendo essas entendidas como as probabilidades (reais ou supostas) ou as potencialidades (como percebidas pelos agentes) de aplicabilidade presente ou futura de serviços prestados por objetos ou por pessoas, sendo tal aplicabilidade importante para a realização dos fins que orientam a ação de tal

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.166-167.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.168-171.

¹¹¹ Love, *Antiquity and Capitalism*, *op.cit.*, p.35.

agente¹¹². Esta é uma definição essencialmente mercantilista do econômico, focando-se no intercâmbio e excluindo a produção e a apropriação do conceito. A força de trabalho, neste conceito de econômico, é vista como sendo naturalmente uma mercadoria, comprada pelo capitalista como qualquer outro objeto, como deixa clara a analogia formal entre os “serviços prestados” por homens e por coisas na definição weberiana. A partir disto, o trabalho é atributo do capitalista que compra esta mercadoria e não do trabalhador que de fato o produz. Naturaliza-se, portanto, um tipo de relação que depende da presença de elementos específicos da economia de mercado¹¹³. Com isso, conclui-se que Weber também naturaliza aquilo que pretende explicar, “o capitalismo moderno se torna mais um exemplo da mesma coisa – mais livre, mais maduro, mas sem qualquer diferença fundamental”¹¹⁴.

O *Capitalismo Político* de Weber é uma transposição deste comportamento para um campo exterior àquilo que Weber conceitua como econômico (o intercâmbio pacífico). Trata-se, assim, da descrição de um comportamento aquisitivo que ocorre fora do domínio econômico. Porém, a argumentação de Weber é meramente identificar aquilo que lhe é estranho – o comportamento da elite romana – com aquilo que lhe é familiar – o comportamento capitalista. Se a elite romana não desempenhava as mesmas atividades que a burguesia contemporânea, aquilo que ela desempenhava, o poderio político-militar imperial, deveria fazê-lo seguindo os princípios do comportamento capitalista. Não é o caso, aqui, de negar a possibilidade de a elite romana utilizar estes meios para a aquisição de riquezas, mas de criticar a imediata identificação de qualquer comportamento que busca aquisição de riquezas como paralelo, de alguma maneira, ao comportamento capitalista. E a causa desta pronta identificação está justamente neste aporte comportamentalista do conceito e sua submissão a uma percepção mercantil do econômico.

Além disso, a própria busca da explicação do comportamento da elite romana a partir da existência de um *ethos* militarista que enseja uma racionalidade substantiva esbarra em um problema fundamental do próprio individualismo metodológico. Se a racionalidade substantiva baseia-se em um sistema de valores que constitui um *ethos*, o problema subsequente passa a ser como compreender a própria formação de tais sistemas de valores. Seja o comportamento substantivamente racional, seja o comportamento costumeiro como conceituado por Fredrik Barth, a partir da institucionalização processual de uma estrutura racional de comportamento, a explicação do comportamento humano depende da

¹¹² Weber, *Economia e Sociedade*, *op.cit.*, p.37.

¹¹³ Wood, *Democracia contra capitalismo*, *op.cit.*, p.137-139, 146-148.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.149.

possibilidade de explicação de como tais sistemas de valores se constroem. Este nos parece ser, em última instância, o ponto fundamental para a explicação do comportamento humano através de uma abordagem baseada no individualismo metodológico. Por um lado, vimos que a teoria econômica marginalista naturaliza o capitalismo para escapar deste questionamento. Por outro, Weber e Barth, adeptos do individualismo metodológico na sociologia e na antropologia, recorrem à idéia de sistemas de valores. Mas será o individualismo metodológico capaz de responder este problema fundamental: como se constroem os sistemas de valores? A tentativa de explicação de Fredrik Barth é sintomática, justamente por ser uma boa tentativa.

Para Barth, algo tem valor quando os agentes buscam este algo, o preferem em relação a outros “algos”¹¹⁵ – uma abordagem do problema do valor próxima, portanto, da teoria do valor utilidade-marginal. É esta mensuração de valor pelo agente que permite identificar o sistema de codificação e avaliação, comparação e ordenação de objetivos e fins alternativos destes agentes, que fundamentam sua ação. Mas como tudo isto se forma antes de determinar a ação dos agentes? Para Barth, isto se dá na *interação* destes. Para além de suas intenções, toda ação é percebida por outros (e mesmo pelo próprio agente) como algo que traz informações a respeito do agente e como uma fonte de conseqüências, e estas são julgadas quanto a sua eficácia e seu efeito. A interpretação aciona um conjunto de conhecimentos, ao mesmo tempo em que o “precipitado” da interpretação das próprias ações e de terceiros é a experiência desta pessoa. A experiência, por sua vez, constrói os conhecimentos e valores que agirão sobre as intenções e interpretações posteriores. Apesar de bastante instigante, tal análise tem um problema básico: cria um círculo vicioso na explicação, pois as interações explicam os valores e os valores explicam as interações. O próprio Barth percebe isto e sua tentativa de solução expõe bem as limitações do individualismo metodológico. Ele afirma que o comportamento interacional se constrói referenciado por um padrão de valores que estabelecem incentivos e constrangimentos às escolhas, e que obviamente isto se referencia, por sua vez, em um padrão pré-estabelecido de *status*, obrigações e direitos morais, acesso a recursos e distribuição de bens e oportunidades. Porém, continua Barth, seu modelo toma estas informações como dadas e explicam as escolhas e as interações estratégicas a partir delas, e não tentam dar uma explicação de como tais posições surgiram¹¹⁶. Desta maneira, percebemos que mesmo o individualismo metodológico mais refinado, exemplificado aqui pela abordagem de Fredrik Barth, cai no mesmo problema do individualismo metodológico

¹¹⁵ Barth, *Process and form...*, *op.cit.*, p.39 e p.91

¹¹⁶ *Ibidem*, p.40 e p.77

marginalista: precisa partir de certas informações dadas acerca da “situação inicial” de sistema de valores, distribuição de recursos e *status*, etc., sem ser capaz de dar explicações para tal situação inicial.

3.2. Racionalidade Imperial

Trabalhando a partir de uma corrente teórica diversa de John Love, o historiador italiano Aldo Schiavone aborda o mesmo aspecto da realidade econômica da elite romana: a grande importância das atividades político-militares imperiais. Schiavone identifica que a expansão imperial, fruto da própria configuração social da comunidade proto-republicana, modificou sensivelmente esta sociedade. A partir de certo momento, com a magnitude cada vez mais impressionante da expansão, a aquisição de novas terras pela conquista deixou de ser regulada pelos sistemas redistributivos igualitários impostos pelas lutas plebéias e desenvolveram-se formas inéditas de concentração fundiária nas mãos da elite¹¹⁷. O sucesso da máquina bélica romana tornava a guerra o meio de aquisição de riquezas mais eficiente daquela sociedade, rompendo os limites institucionais da antiga sociedade e fazendo a elite romana equacionar racionalidade militar e impulso aquisitivo. A guerra permitia a obtenção de várias formas de bens, desde a terra e a força de trabalho para trabalhá-la (os escravos) até metais preciosos, passando pelos mais diferentes tipos de bens de prestígio, como nos famosos casos de bibliotecas inteiras saqueadas e trazidas para Roma. Com isso, o sucesso militar passa a ser o pressuposto indispensável de todo crescimento econômico¹¹⁸. Era este que garantia a acumulação agrária e mercantil, além da redistribuição forçada do trabalho (escravo) e de riquezas para o centro do Império¹¹⁹. Por mais que inicialmente o expansionismo romano pudesse estar ligado aos desejos de segurança, com o tempo a conquista passou a ser um bem valorizado em si mesmo pela aristocracia romana, um valor que se auto-justificava e que chegava mesmo às classes mais baixas – que passavam também a se “alimentar” da expansão imperial conquistada por um exército cada vez mais “profissional”¹²⁰. Este sentimento era resultado da equação entre guerras vitoriosas, aquisições territoriais e melhoria na condição de vida que permeou toda a história do expansionismo romano. A vitória militar e a subjugação dos vencidos era o caminho para

¹¹⁷ Schiavone, *Uma História Rompida*, *op.cit.*, p.115.

¹¹⁸ *Ibidem*, p.116-117.

¹¹⁹ *Ibidem*, p.122.

¹²⁰ *Ibidem*, p.124.

novas riquezas na mentalidade romana. Assim, “o interesse econômico havia aprendido precocemente a exprimir-se na forma da *racionalidade imperial* e a ocultar-se nela”¹²¹.

Para Schiavone, essa nova realidade transformou o comportamento econômico da elite romana: a solidez dos bens passou a ser um sinal reconhecível e ostentado de sua superioridade tanto quanto a carreira militar e política. A partir disso, estabeleceu-se uma dualidade na relação desta elite com as maneiras de aquisição da riqueza. Se por um lado, encontramos um estilo mais prudente de aquisição de riquezas baseado nos rendimentos agrícolas e na exploração do trabalho escravo, por outro, percebe-se uma maneira de ação mais “audaz”, compartilhada por certos círculos aristocráticos e ligada ao expansionismo imperial: atividades como as de especuladores, comerciantes, *argentarii* (forma primitiva de banqueiros) e *publicanii* (arrematadores para o governo). No entanto, a partir destas duas formas distintas de aquisição da riqueza, nunca chegaram a se formar dois grupos sociais distintos e opostos: a renda agrícola sempre permaneceu como a forma hegemônica de riqueza socialmente dominante¹²².

A expansão econômica romana, estimulada pela *racionalidade imperial*, se dava dentro de um “sistema fechado”, ou de um “crescimento sem modernização”. Por mais riquezas que este sistema pudesse acumular no centro do Império – e certamente o fez em uma escala espantosa – estas não se transformavam em motor de uma expansão econômica sistemática. O sistema econômico romano possuía uma característica fundamental em sua constituição que causava isto: a separação entre o capital comercial e a esfera da produção. Mesmo quando o mesmo grupo social era responsável pela produção e pela circulação mercantil, essas duas atividades não se integravam em um mesmo ciclo econômico, ou ainda, quando a atividade produtiva era orientada para a troca, não existia uma inversão sistêmica do capital comercial na forma de produção – os lucros da comercialização se mantinham submetidos à lógica geral da *renda*¹²³.

Qual seria a causa desta separação? Para Schiavone, não se trata apenas de um problema econômico. Os grupos sociais que emergiram vinculados àquelas atividades que identificamos como a maneira “audaz” de aquisição de riquezas “não foram capazes (...) de desvincular o objetivo último de sua ação econômica do modelo de riqueza representado pela renda agrária”¹²⁴. Esta incapacidade, porém, estaria enraizada em elementos profundos da

¹²¹ *Ibidem*, p.125-126, *grifos meus*.

¹²² *Ibidem*, p.119.

¹²³ *Ibidem*, p.152-154.

¹²⁴ *Ibidem*, p.149.

sociedade mediterrânea antiga. O desenvolvimento de três características básicas desta sociedade explicaria este estado de coisas: a difusão da escravidão-mercadoria, a desvalorização do trabalho e da materialidade transformadora e o déficit mecânico (tecnológico) nos processos produtivos. Schiavone se preocupa em mostrar a inter-relação entre os três aspectos evitando determinações unilaterais entre eles. Desta forma, a inexistência de desenvolvimento tecnológico produtivo não é consequência da expansão da escravidão. Da mesma forma, a desvalorização do trabalho não é a causa do desenvolvimento da escravidão, nem vice-versa. Porém, estes três processos certamente se retro-alimentam¹²⁵. Schiavone acredita que a origem destes aspectos fundamentais, que cingiram o desenvolvimento filosófico, cultural e social do desenvolvimento econômico e tecnológico no Mediterrâneo antigo, foram os resultados particulares, na longa duração, desta região para as consequências da Revolução Neolítica. Ao se verem desobrigados do trabalho cotidiano para garantirem sua subsistência, os membros da elite social desta região voltaram às costas para o mundo da produção. “A nova civilização formava-se no seio do primado do eu interior e do laço político em detrimento dos aspectos materiais da vida”¹²⁶. O mundo material era relegado ao plano da condição servil, sendo a liberdade constituída na socialização da *polis*. A vida da elite era política e não econômica. A difusão da escravidão, a recusa do trabalho e ausência de máquinas criaram, a partir desta condição, um ciclo vicioso dificilmente rompível sem uma verdadeira ruptura de época.

Dentro deste sistema fechado, a expansão imperial e o trabalho escravo eram os elementos chaves que permitiam a um sistema econômico limitado estruturalmente não ser *primitivo*. Desta maneira, para Schiavone, mesmo que completamente alheio a qualquer semelhança com o desenvolvimento capitalista, o mundo romano conheceu um desenvolvimento econômico importante, graças a esses dois elementos. A *racionalidade imperial* possibilitou a concentração de riquezas imensas no centro do sistema imperial romano, sendo a mão-de-obra escrava a mais importante dessas riquezas, pois assegurava a manutenção de setores da economia voltados para trocas, para a circulação mercantil, que fundamentavam o desenvolvimento da riqueza da elite romana¹²⁷. Sendo assim, o comportamento econômico da elite romana não pode ser pensado em separado de seu comportamento político, pois é justamente através da expansão imperial que se sistematiza uma racionalidade ligada à aquisição de riquezas. Quanto à relação desta elite com suas

¹²⁵ *Ibidem*, p.222-227.

¹²⁶ *Ibidem*, p.228.

¹²⁷ *Ibidem*, p.222.

propriedades fundiárias, dominava a lógica da renda, mas sendo que setores da produção baseados na mão-de-obra escrava e voltados para a circulação mercantil desempenhavam um papel importante na geração de riquezas pela propriedade agrícola.

Para Schiavone, esse setor da economia romana, que conhecia tal expansão potencializada pela expansão imperial e pelo trabalho escravo, convivia com outro setor quantitativamente dominante e que ele identifica com os termos “economia natural” e “economia de subsistência”. Porém, Schiavone tem consciência do erro conceitual em que tais termos incorrem, afirmando que as realidades englobadas por esses são extremamente heterogêneas e, devido à falta de fontes, quase que inacessíveis aos historiadores. Elas teriam em comum apenas a “exclusão quase total de qualquer circuito de trocas de larga escala, e na concentração das necessidades materiais de bens de primeira necessidade (...) buscados fora das redes mercantis”¹²⁸. A economia romana é, portanto, uma *economia dual*, na qual convivem dois sistemas econômicos com características bastante diversas. O conceito de *economia dual* foi cunhado para o estudo de economias subdesenvolvidas no século XX, na quais conviviam um setor capitalista modernizante (e muitas vezes imperialista) e um setor tradicional pré-capitalista. Schiavone ressalta que nessas economias subdesenvolvidas, estes dois setores convivem de maneira instável e muitas vezes conflituosa, com o setor capitalista em algum nível levando a dissolução das estruturas tradicionais, diferentemente da realidade romana, na qual estes dois sistemas tornaram-se totalmente compatíveis e equilibrados – o que permite a caracterização da realidade romana como *economia dual equilibrada*¹²⁹.

Essa caracterização é uma engenhosa alternativa construída por Schiavone para romper com a dicotomia entre primitivismo e modernismo. Sem negar a predominância de uma economia de base camponesa, Schiavone não deixa de identificar um setor econômico que se desenvolve e enriquece a partir da expansão imperial e do desenvolvimento do escravismo, sendo motor para transformações na sociedade romana. Entretanto, ao tentar romper com tal dicotomia, Schiavone acaba se expondo ao risco de trazer para sua análise alguns dos problemas dos dois paradigmas. De certa maneira, ele evita os problemas do paradigma primitivista ao matizar sua utilização do termo *economia natural* – e como este setor não é de fato o foco de seu trabalho, ele pode esquivar-se de caracterizá-lo. Contudo, estes riscos ficam mais evidentes em sua apreciação do setor “avançado” da economia romana. Segundo Schiavone, este setor pode ser caracterizado como uma economia agrário-mercantil de base escravista, inserida em circuitos mercantis que:

¹²⁸ *Ibidem*, p.105.

¹²⁹ *Ibidem*, p.103.

(...) sustentados pela presença de uma ampla circulação monetária e de grandes capitais, abrangiam todo o Mediterrâneo, criando um espaço econômico onde o confronto entre demanda e oferta, assim como o comportamento da curva de inflação, determinavam a formação e a oscilação dos preços, de acordo com mecanismos comparáveis a certos aspectos da economia tardo-medieval, na Itália ou no norte da Europa; mesmo que, em Roma e nas grandes cidades imperiais, sofisticados mecanismos de “comércio administrativo” chegassem – por razões sobretudo políticas – a substituir de modo sensível as leis *espontâneas* do mercado.¹³⁰

Esta é uma análise extremamente *modernizante* da economia romana. Antes, porém, de acendermos as fogueiras da inquisição contra Schiavone, é necessário prestar atenção a uma importante e longa nota de rodapé na qual ele discute o problema metodológico fundamental para o estudo da história econômica, o uso de categorias de teorias econômicas forjadas para o estudo do capitalismo para a análise das sociedades pré-capitalistas.

É difícil crer que uma referência tão intensa e constante à modernidade industrial [das categorias da ciência econômica moderna] (talvez excetuando-se as digressões históricas de Smith e, mais tarde, de Marx, para o qual a história era tudo) não tivesse conseqüências particulares quando sua base analítica (ou parte dela) fosse projetada para outros contextos. O historiador das economias antigas está, portanto, obrigado a restringir seu emprego a um uso, por assim dizer, indireto ou reflexivo: não para imediata e simplesmente descrever, mas para formular conceitos capazes de descrever. Apenas assim a inevitável comparação entre o antigo e o moderno pode traduzir-se numa pontual análise das diferenças (o conhecimento histórico nada mais é do que conhecimento pelas diferenças), e não numa assimilação confusa e estéril.

Este esclarecimento remete a outro enunciado – também pleno de implicações na historiografia econômica, e não apenas nela – que podemos como a regra de acordo com a qual o “mais complexo” (em nosso caso, as teorias das economias industriais) está sempre apto para explicar “o mais simples” (isto é, as economias pré-industriais): princípio parafraseado de Marx, justamente a propósito da história das economias pré-capitalistas, na célebre metáfora da anatomia do homem que explica a anatomia do macaco, e não vice-versa (como pretendia uma interpretação debilmente historicista do evolucionismo darwiniano). Mas, hoje, uma tal tese, formulada sem quaisquer explicações, seria ambígua. O primado cognoscitivo do “mais complexo” permanece fora de dúvida. Mas resta saber como transferir esta posição de vantagem cognoscitiva para uma historiografia correta, evitando a distorção da transposição mecânica do mesmo quadro de referências de um sistema a outro. A grande lição de método que deriva da antropologia e da paleontologia da segunda metade do século (como Stephen J. Gould e Claude Lévi-Strauss) é uma constante demonstração de que aquilo que parece menos complexo em termos evolutivos – pela própria diferença radical em relação a nós – não por isso é mais simples de ser compreendido, sem um

¹³⁰ *Ibidem*, p.100, *grifos meus*.

esforço de adequação de nossa inteligência, proporcional às diferenças (e às distâncias) em jogo. Nosso princípio poderia assim ser expresso: o mais complexo não explica diretamente o mais simples, mas permite elaborar um quadro de categorias adequadas à sua interpretação.¹³¹

Esta proposta metodológica de Schiavone é praticamente irretocável. Ao mesmo tempo em que nega a possibilidade do estudo da história econômica a partir da simples imposição das categorias cunhadas pelo estudo da sociedade capitalista ao passado pré-capitalista, ele não defende a inócua postura de que “se deve estudar as sociedades a partir dos próprios conceitos da época” como pretende certa história pós-moderna com um ranço inacreditavelmente positivista¹³². O estudo das sociedades pré-capitalistas deve se dar a partir de conceitos e categorias *criadas* (e não meramente – ou pretensamente – identificadas nas fontes) para sua interpretação, tendo como fonte de inspiração o trabalho de identificação das *diferenças essenciais* (isto é, para além das meramente quantitativas) entre estas sociedades e as categorias clássicas das teorias econômicas estabelecidas a partir do estudo da sociedade capitalista (seja a neoclássica, seja a marxista ou qualquer outra) – o que permite não só a percepção das singularidades do pré-capitalismo, como também a desnaturalização do capitalismo¹³³. É desta maneira que a “anatomia do homem” (o estudo do capitalismo) serve de chave para a “anatomia do macaco” (o estudo do pré-capitalismo), sem fazer “desaparecer todas as diferenças históricas (...) [e ver] a forma burguesa em todas as formas de sociedade”¹³⁴. É a partir desta proposta metodológica correta, de buscar os “códigos descritivos” destes sistemas econômicos e não apenas medir distâncias com relação a um “modelo universal inexistente”¹³⁵, que devemos analisar o modelo de Schiavone. Esta análise deve pretender não apenas avaliar o trabalho de Schiavone, identificando seus méritos e suas falhas, mas também nos inspirar para o nosso próprio trabalho de construção conceitual nesta pesquisa, já que acreditamos que sua proposta metodológica é correta.

Três elementos se destacam no modelo de Schiavone: a idéia de *racionalidade imperial*, a importância do trabalho escravo para a obtenção de riquezas de origem não

¹³¹ *Ibidem*, p.71-72 n.30.

¹³² Sobre como a postura metodológica do pós-modernismo acaba causando um retorno a premissas essencialmente positivistas, ver Chris Lorenz, “You got your History, I got mine”. *ÖZG*, 10, 1999 e *Idem*, “Can Histories be true? Narrativism, positivism and the ‘Metaphorical turn’”. *History & Theory*, 37, 1998.

¹³³ Ellen Wood, *Democracia contra Capitalismo*, *op.cit.*, p.132-133.

¹³⁴ Karl Marx, “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie”, in: *Economic Works: 1857–61*, volume 29 (Marx Engels Collected Works). International Publishers: New York, 1987, p. 42.

¹³⁵ Schiavone, *Uma História Rompida*, p.71.

política¹³⁶ e sua caracterização do setor da “economia de trocas” na economia dual (já que o setor da “economia natural” não é caracterizado de fato). *Racionalidade imperial* é uma categoria bastante interessante e que coaduna muito bem com sua proposta metodológica: a partir da referência conceitual da sociedade capitalista, Schiavone lança mão de uma categoria explicativa que vai além de apenas identificar o diferente com o que lhe é comum (como faz o conceito weberiano de *Capitalismo Político*, utilizado por John Love para explicar o mesmo fenômeno). Infelizmente, Schiavone se atém pouco em definir este conceito, deixando apenas indícios de identificar, de alguma maneira, racionalidade com “interesses econômicos” e “impulso aquisitivo”¹³⁷.

A ênfase na importância do trabalho escravo segue a mesma linha, partindo da exploração do trabalho assalariado como elemento fundamental do sistema capitalista e buscando a diferença do sistema romano na questão da relação de produção escravista. Porém, precisa ser pensada a partir dos novos debates da demografia histórica sobre a extensão do escravismo no mundo romano que têm indicado uma população escrava menor do que o tradicionalmente aceito¹³⁸. Schiavone trabalha com o modelo clássico de sociedade escravista romana, na qual as propriedades rurais da elite seriam quase que completamente trabalhadas por mão-de-obra escrava, que comporia cerca de um terço da população total da Itália romana. Ele reconhece que as bases empíricas desta suposição são frágeis, chegando ao ponto de afirmar em uma nota que a população escrava não poderia ser estimada abaixo dos 30% da população total apenas por ser impossível fazer isso sem colocar em risco “tudo que sabemos sobre a história da economia italiana entre os Gracos e Antonino Pio”¹³⁹. O ponto fundamental é justamente esse: as pesquisas mais recentes sobre a demografia histórica romana têm posto esta proporção em dúvida, colocando em risco “tudo que sabemos”. Dentro do modelo de Schiavone, a grande questão neste aspecto é sua aposta em uma certa separação entre os dois setores da economia que ele identifica. Na verdade, a obtenção de riquezas pela elite a partir de suas propriedades, que se inserem no que ele chama de “economia de troca”, não precisa passar apenas pela exploração do trabalho escravo, mas também pela exploração do próprio setor que ele identifica como “economia natural”, através da utilização sazonal da mão-de-obra camponesa – um aspecto importante que aparentemente Schiavone não leva em consideração.

¹³⁶ Esta formulação é de Finley em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991, p.84, mas a concepção de Schiavone me parece muito próxima disso.

¹³⁷ Schiavone, *Uma História Rompida*, *op.cit.*, p.116 e p.125.

¹³⁸ Discutiremos a questão da população escrava na Itália romana no capítulo 3.

¹³⁹ Schiavone, *Uma História Rompida*, *op.cit.* p.164, n.14.

Por fim, o terceiro elemento, a caracterização da “economia de troca” no mundo romano, foge às qualidades da proposta metodológica de Schiavone. Caracterizar um dos níveis da circulação existentes no mundo romano como dotado de um mecanismo de oferta e demanda que, juntamente com a curva inflacionária, determina a formação de preços e, especialmente, falar em “leis *espontâneas* do mercado” só é possível a partir da naturalização das categorias capitalistas, procedimento justamente criticado pelo próprio Schiavone. Caracterizar a circulação neste setor da economia romana pode passar pela referência à circulação capitalista para a identificação e explicação de elementos importantes, como o controverso conceito de “capitalismo comercial”. Porém, Schiavone simplesmente iguala essas duas formas de circulação, apontando apenas certos elementos que limitavam a atuação plena do mercado formador de preços (significativamente caracterizado como a forma da “lei espontânea” do mercado).

3.3. Racionalidade do Sistema Escravista

Partindo da mesma base teórica de Schiavone, o marxismo, Jacques Annequin propõe um modelo de análise da economia romana bastante interessante, focando especialmente no problema das relações de produção escravistas. Annequin faz o mesmo diagnóstico do debate entre primitivistas e modernistas que seguimos neste trabalho: ambas as abordagens procuram elementos econômicos do sistema capitalista na Antiguidade, distinguindo-as apenas os resultados dessa busca¹⁴⁰. Para Annequin, os modos de produção pré-capitalistas têm sua própria lógica interna de funcionamento e tentar analisá-los a partir das categorias forjadas para o estudo do capitalismo é um grande equívoco¹⁴¹. Desta forma, Annequin passa a analisar as características do Modo de Produção Escravista. Assim como Schiavone, ele identifica a existência de um *capital comercial* na antiguidade que, justamente, era incapaz de interagir na produção. O “lucro” deste capital, portanto, é obtido por operações internas do processo de circulação, o que torna sua realização um fenômeno sempre predatório. Com isso, um elemento chave para o funcionamento deste capital comercial é a pilhagem de formações econômicas periféricas mal integradas ao seu campo de circulação¹⁴².

A escravidão é uma forma extra-econômica de coerção do trabalho – mas uma forma radical, pois permite a separação do produtor dos meios de produção através da inserção do

¹⁴⁰ Jacques Annequin, “Formes de contradiction et rationalité d'un système économique. Remarques sur l'esclavage dans l'Antiquité”. *Dialogues d'histoire ancienne*, Vol.11, No.1, 1985, p.200.

¹⁴¹ *Ibidem*, p.202-203 e p.206.

¹⁴² *Ibidem*, p.204-205.

trabalho (na própria pessoa do trabalhador) na esfera da circulação. Segundo Annequin, é esta mobilidade que garante a eficácia do trabalho escravo, ao dar grande flexibilidade a utilização deste tipo de força de trabalho: encontramos escravos em atividades das mais diversas possíveis na sociedade romana¹⁴³. Porém, ressalta o historiador francês, esta inserção do trabalho/trabalhador na circulação é, ao mesmo tempo, a grande fragilidade do sistema escravista. A reprodução da força de trabalho dependeria do aprisionamento de trabalhadores em formações sociais periféricas, tornando necessário para a manutenção do sistema a construção e manutenção de um domínio militar e econômico destas sociedades periféricas. Como esta condição não é garantida pela própria reprodução do sistema escravista em si, sua manutenção depende de elementos externos ao seu funcionamento¹⁴⁴. Cabe ressaltar que mesmo sob a luz dos novos debates sobre o abastecimento da mão-de-obra escrava, que diminuem a importância do comércio de escravos vindos do exterior, destacando a importância da reprodução interna e da venda de crianças abandonadas¹⁴⁵, este aspecto se mantém relevante. Por mais importante que seja a reprodução interna, esta certamente era incapaz de manter toda a população escrava e, mesmo que boa parte dos escravos comercializados tivesse origem endógena na própria sociedade escravista, isto não muda o fato de que a renovação da força de trabalho não se dá automaticamente pelo próprio *ciclo* econômico da produção escravista – diferentemente do sistema capitalista.

Outras características importantes do sistema escravista são identificadas por Annequin. Assim como todos os modos de produção pré-capitalistas, o escravista não tem força suficiente para substituir totalmente as formas de produção já existentes. Pelo contrário, por mais que seja hegemônica na economia romana, a relação de produção escravista não era única. Moses Finley já havia identificado que o trabalho livre assalariado era um complemento quase que indispensável para o trabalho escravo¹⁴⁶ – com o que Annequin concorda parcialmente, colocando o importante questionamento sobre o que significa “livre” e “assalariado” no mundo antigo, já que existem formas de dependência importantes a pressionar tal trabalho “livre”¹⁴⁷. Além disso, Annequin destaca uma importante diferença da escravidão antiga para a escravidão do sul dos Estados Unidos no século XIX: enquanto esta estava inserida em um contexto capitalista e com isso produzia lucro de fato, a exploração do

¹⁴³ *Ibidem*, p.208-210.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.211-212 e p.220-222.

¹⁴⁵ Cf. Walter Scheidel, “Human Mobility in Roman Italy II: the slave population”. *The Journal of Roman Studies*, vol.95, 2005, e William V. Harris “Demography, Geography and the Sources of Roman Slaves”. *Journal of Roman Studies*, v.89, 1999.

¹⁴⁶ Finley, *Economia Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.80

¹⁴⁷ Annequin, “Formes de contradiction et rationalité d'un système économique”, *op.cit.*, p.212, p.219-220.

sobre-trabalho no escravismo antigo produzia renda¹⁴⁸. A rentabilidade do modo de produção escravista dependia fundamentalmente da capacidade de organização da produção dentro de um limite máximo de despesas que permitisse uma grande exploração de sobre-trabalho e uma grande quantidade de produtos para a venda. E este era outra grande dificuldade enfrentada pelo sistema escravista: ele se situava na difícil articulação entre o mundo da produção e o mundo da circulação na economia antiga. Porém, este dado era conhecido pelos proprietários de escravos, que possuíam conceitos de boa e má utilização do sistema escravista, como é identificável nos textos dos “agrônomos latinos” – isto é, os proprietários desenvolviam métodos de organização do trabalho para garantir a realização desta difícil articulação¹⁴⁹.

Em linhas gerais, poderíamos até dizer que Schiavone e Annequin, com algumas diferenças pontuais pequenas, enfatizam os mesmos elementos: existência de um capital comercial incapaz de interferir no setor produtivo, importância do sistema escravista para a elite romana e dependência da exploração de sistema periféricos. Porém, as análises de Annequin e Schiavone têm uma diferença fundamental: enquanto o historiador italiano associa o conceito de racionalidade com as idéias de “interesses econômicos” e “impulso aquisitivo”, Annequin trabalha com este conceito de uma forma diferente, pensando na racionalidade do *sistema*. Isto é, enquanto para um o problema é a relação dos agentes com seus interesses e objetivos, para o outro o problema é quanto ao funcionamento, manutenção e rentabilidade da relação entre os elementos que compõem o sistema. Esta abordagem de Annequin nos leva a considerar outros tipos de problemas dentro do debate sobre racionalidade.

Em sua clássica apreciação sobre o problema da racionalidade, o antropólogo francês Maurice Godelier faz uma importante distinção que nos permitirá entender melhor a questão. Godelier afirma, justamente, que a questão fundamental suscitada pelo termo racionalidade é o das *possibilidades maximais* de um dado sistema econômico, campo conceitual no qual Annequin trabalha, portanto. Para analisar tal questão, Godelier distingue os conceitos de racionalidade *intencional* e *inintencional*¹⁵⁰. Aquela se manifesta primeiramente na relação da sociedade com o meio-ambiente, pois “as possibilidades do meio constituem (...) alternativas exploráveis em certas condições e necessitam sempre um esforço consciente para explorá-

¹⁴⁸ *Ibidem*, p.217.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.218-219.

¹⁵⁰ Godelier, *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*, *op.cit.*, p.379.

las”¹⁵¹. Essas possibilidades são atualizadas ou desenvolvidas pelas técnicas de produção – quanto mais fraco for o nível técnico, menos alternativas existirão para a escolha econômica e mais exíguo será o *maximum* de produção em tal sistema. Mas esta maximização não tem sentido sem referência a uma hierarquia das necessidades e dos valores que se impõem aos indivíduos, e que derivam das próprias estruturas da sociedade. “A maximização da produção não é senão um aspecto da estratégia global de maximização das satisfações sociais que se impõe aos indivíduos e grupos dessa sociedade”¹⁵². Para Godelier, o *optimum* da produção de bens em uma dada sociedade não equivale necessariamente ao *máximo* de bens possíveis de serem produzidos nesta sociedade. Esse *optimum* exprime, na verdade, a necessidade social desta produção, sua utilidade social relativa na comparação com outros fins diversamente valorizados, reconhecidos socialmente como necessários e fundados na própria estrutura das relações sociais¹⁵³. Este último elemento demonstra a ênfase de Godelier no fato de que essas diferenças de valores e visões sobre utilidades entre as diversas sociedades precisam ser entendidas a partir das suas próprias relações sociais. Ademais, este *optimum* econômico é o resultado da atividade intencional de organização da atividade econômica orientada para o melhor funcionamento de todas as estruturas da sociedade – não só as econômicas. Portanto, o *optimum* econômico é um aspecto do *optimum* social¹⁵⁴. Esta atividade, de buscar a melhor combinação de meios para atingir fins alternativos, é, portanto, o que Godelier chama de Racionalidade Intencional.

Entretanto, para Godelier, certas propriedades de um sistema muitas vezes não são conhecidas por seus agentes. É para a análise desse nível de propriedades, de quando se passam dos princípios explícitos que relacionam os elementos do sistema para os princípios que independem da consciência dos agentes, que Godelier cunha o conceito de Racionalidade Inintencional – o que em outros termos poderíamos chamar de racionalidade no nível do sistema (e não mais dos agentes)¹⁵⁵. Um aspecto importante na análise desse nível da racionalidade inintencional seria a relação entre invariância e transformação de um sistema. Além de certo ponto, as mudanças nas variáveis de um sistema impõem a variação da relação funcional entre estas – e o sistema acaba, então, por transformar-se em outra estrutura. Essas

¹⁵¹ *Ibidem*, p.380.

¹⁵² *Ibidem*, p.381.

¹⁵³ *Ibidem*, p.360-361.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.361.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.382.

relações e os resultados de suas transformações não são conhecidos pelos membros da sociedade – sendo a racionalidade, neste nível, inintencional, portanto¹⁵⁶.

Este conceito de racionalidade inintencional carrega consigo um risco muito bem identificado por outro historiador marxista, Wiltold Kula: as estruturas acabam sendo analisadas como “um Moloch que quer viver e sobreviver a qualquer preço. Essa vida e sobrevivência são, em si mesmas, a *raison d'être* da estrutura”¹⁵⁷. Análises deste tipo podem acabar caindo no que Jon Elster chama de “marxismo funcionalista”. Para Elster, algumas análises marxistas identificam certos elementos como fundamentais para o funcionamento do sistema econômico analisado e acreditam que apenas tal identificação traz em si a explicação para a existência de tal elemento – isto é, a função de algo dá a explicação de sua existência, independentemente da consciência e ação dos agentes. A metodologia deste tipo de explicação é essencialmente funcionalista: um efeito não intencional qualquer é causado por uma instituição ou comportamento e beneficia um indivíduo ou grupo social sem que estes tomem conhecimento deste efeito benéfico (isto é, os indivíduos ou os grupos não têm qualquer ação intencional perceptível em estimular tal comportamento). Por um círculo de retroalimentação causal a instituição ou o comportamento acaba por se reproduzir e manter este efeito benéfico para tal indivíduo ou grupo, mesmo sem qualquer ação intencional destes para que sejam reproduzidos¹⁵⁸. Desta maneira, o que explica a existência de uma instituição social ou de um comportamento específico não é a intenção dos agentes, mas a sua função social. O problema central deste tipo de análise é explicar como ocorre tal retroalimentação sem que os agentes envolvidos tenham consciência e intenção de promovê-la.

Os sistemas econômicos, para Kula, são criados, na verdade, pelas pessoas, por seus padrões repetidos de comportamento e reação¹⁵⁹. Isto é, o comportamento econômico dos sujeitos históricos, “em conseqüência de uma interconjugação de fatores planejados e não planejados, atos deliberados ou acidentais, resulta no surgimento de um sistema específico de elementos interdependentes”¹⁶⁰. Por sua vez, esse sistema econômico (ou a interdependência de elementos) determina, muitas vezes de modo imperativo, o comportamento econômico dos sujeitos históricos¹⁶¹. Percebe-se que Kula, apesar de crítico, concorda com Godelier quanto à

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.384.

¹⁵⁷ Wiltold Kula, “Da tipologia dos sistemas econômicos” in: Jacqueline Fourastie e Jean Fourastie (org.) *Economia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975, p.95.

¹⁵⁸ Jon Elster, *Ulysses y las sirenas*. Estudios sobre Racionalidad y Irracionalidad. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p.55-56.

¹⁵⁹ Kula, “Da tipologia dos sistemas econômicos”, *op.cit.*, p.121.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p.115.

¹⁶¹ *Idem*, *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.], p.175.

existência de um nível de transformações e relações entre os elementos econômicos que não são percebidos pelos agentes históricos. Esta é uma característica importante na distinção entre materialismo histórico e individualismo metodológico, já que este se foca primariamente nas práticas sociais dos agentes, enquanto aquele enfatiza a reificação das práticas sociais que criam sistemas sociais para além da consciência dos agentes. Porém, Kula acredita que o foco da análise deve ser a adaptação do comportamento econômico dos agentes a estes elementos dos sistemas e suas transformações, que podem gerar contradições internas no sistema, mudanças nas posições sociais e transformações nas inúmeras instituições sociais¹⁶². É uma abordagem bastante diferente da pensada por Godelier, pois pensa as transformações “inintencionais” (para manter o termo do antropólogo francês) a partir do comportamento econômico dos agentes, e não como lógicas de uma racionalidade do sistema em si, por mais que se deva levar em consideração que o sistema econômico vai além do conhecimento dos agentes.

Sendo assim, falar em racionalidade do sistema escravista é ao mesmo tempo uma grande contribuição de Annequin e um grande perigo para o debate. Entender como os elementos do sistema escravista integram-se é fundamental para entender as práticas dos senhores de escravos, mas não podemos incorrer no erro de reificar as estruturas. Para evitar isso, deve-se enfatizar a proposta conceitual de *racionalidade intencional* de Godelier em detrimento de sua proposta de *racionalidade inintencional*. Porém, como realizar o estudo para a explicação das diferentes utilidades sociais diversamente valorizadas a partir da própria estrutura das relações sociais? É o que pretendemos responder forjando um novo conceito de racionalidade.

4. A “Racionalidade Ideológica”: uma nova proposta

Como vimos ao longo deste capítulo, as propostas de conceito de racionalidade oriundas do individualismo metodológico, berço deste debate, esbarram em um problema fundamental: explicar as “situações iniciais” que fundamentam as escolhas. A teoria econômica marginalista, seja em sua abordagem mais tradicional ou em sua vertente neoinstitucional, naturaliza a sociedade de mercado capitalista e suas características singulares para responder a este problema. Por sua vez, abordagens como de Fredrik Barth e Max Weber são incapazes de estabelecer um parâmetro de análise que fuja do ciclo vicioso de que as

¹⁶² *Idem*, “Da tipologia dos sistemas econômicos”, *op.cit.*, p.119.

interações dos agentes explicam os sistemas valorativos e os sistemas valorativos explicam a ação dos agentes. A saída para este impasse metodológico passa pelo abandono da postura individualista metodológica. Acreditamos que o materialismo histórico permite uma abordagem muito mais satisfatória do problema.

4.1. Materialismo Histórico, Ideologia e Estrutura Social

O ponto de partida do materialismo histórico é a idéia de que “os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer a história”¹⁶³. Tais “condições de viver” são alcançadas através da satisfação das necessidades humanas – necessidades em sentido lato, já que Marx e Engels afirmam que a satisfação das necessidades dadas gera a criação de novas necessidades. É importante notar, também, que tal satisfação de necessidades só é alcançável para os seres humanos através da criação de relações sociais. Este é, portanto, o cerne do materialismo histórico: a idéia de que as relações humanas (sejam elas quais forem) não podem ser explicadas em si mesmas, devem ser entendidas a partir das “condições materiais de existência em suas totalidades (...) [que foram denominadas no século XVIII como] ‘sociedade civil’”¹⁶⁴.

É imprescindível, neste momento, evitar uma confusão em que muitos, marxistas e críticos do marxismo, costumam incorrer. O que Marx e Engels estavam defendendo com sua proposição materialista não era um determinismo econômico simplista, uma concepção segundo a qual, compreendidas as condições econômicas, toda a sociedade também estaria explicada, pois existiriam apenas superestruturas ideológicas e políticas refletindo bases econômicas. O sentido real do materialismo histórico deve ser entendido a partir da contextualização das idéias de Marx e Engels nos debates que estes estavam inseridos. *A Ideologia Alemã*, e muitos outros textos fundamentais para o estabelecimento do projeto do Materialismo Histórico, se inseriam na crítica de Marx e Engels ao idealismo alemão, especialmente aos jovens hegelianos. Desta forma, a questão para os fundadores do materialismo histórico não era escolher entre o determinismo econômico ou a autonomia das manifestações políticas e ideológicas, como muitas vezes se colocou o debate posteriormente, mas em criticar a concepção de que as transformações das idéias eram o motor das transformações históricas e sociais. Para entendermos melhor este ponto, deve-se

¹⁶³ Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.32.

¹⁶⁴ Karl Marx, “Prefácio”, in *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.45.

compreender exatamente ao que o termo *materialismo* se refere em Marx e Engels. Tentar compreender o materialismo histórico a partir da idéia muito difundida de que a vida humana está separada em esferas econômica, social, política e ideológico-cultural é exatamente o que leva marxistas e críticos do marxismo à idéia equivocada de identificar *material* e *esfera econômica*. Como bem aponta Ellen Wood, por mais que se insista na interação entre as tais esferas da vida, pensar tais esferas como campos separados obscurece a percepção de que as condições materiais de vida são fenômenos sociais vivos, e não estruturas reificadas¹⁶⁵. O próprio Marx, como apontamos acima, identifica a base material da história com a idéia de sociedade civil – isto é, tal base não é a estrutura econômica, mas as relações sociais de produção, e estas relações não podem ser reduzidas meramente a seus aspectos econômicos. Como afirma Ellen Wood:

As relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares – modos de dominação e coerção, formas de propriedade e organização social – que não são meros reflexos secundários, nem mesmo apoios secundários, mas *constituintes* dessas relações de produção. A “esfera” da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, ou *atributos* de um sistema produtivo particular.¹⁶⁶

Esclarecido este aspecto fundamental e muitas vezes incompreendido, podemos dar o passo seguinte junto com Marx e Engels. Estabelecida tal base material, é a partir dela que os homens constroem sua consciência, consciência esta, portanto, que nunca é “pura”, já nasce “contaminada” pela matéria¹⁶⁷. Buscando entender o materialismo dos fundadores do materialismo histórico dentro de sua polêmica com o idealismo, compreendemos melhor o que eles queriam dizer: a consciência é construída a partir da linguagem, atributo humano eminentemente social, já que construída na interação entre os homens¹⁶⁸. Desta forma, as representações criadas pela consciência são expressões conscientes das atividades e relações sociais em que estes homens se inserem. Se, de alguma maneira, tais expressões se apresentam mistificadas, isso é consequência direta das formas assumidas pelas atividades e relações sociais das quais tais expressões derivam – isto é, quaisquer aspectos da consciência

¹⁶⁵ Wood, *Democracia contra Capitalismo*, *op.cit.*, p.32.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p.33.

¹⁶⁷ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, *op.cit.* p.34.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p.34 e 35.

devem ser explicados, sempre, a partir das relações sociais materiais nas quais os agentes se inserem¹⁶⁹.

Com isso, começamos a perceber como o materialismo histórico pode superar o ponto nodal do individualismo metodológico identificado acima. A idéia básica, aqui, deve ser a de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que determina sua consciência”¹⁷⁰. O conceito que permite a visualização dessa relação entre ser social e consciência social é justamente o conceito de Ideologia. Desde o Iluminismo, o conceito de Ideologia vem recebendo os mais diversos tratamentos, e dentro da tradição marxista, na qual este conceito ganhou ampla relevância, muitas foram as formulações. Terry Eagleton distingue duas maneiras básicas de lidar com o conceito de Ideologia: a primeira, mais ligada ao problema da Epistemologia, trata a Ideologia relacionando-a com o problema da falsa cognição; a segunda, mais ligada a Sociologia, identifica-a com o problema das idéias na vida social. Sem diminuir a relevância da primeira forma de abordagem (muito pelo contrário, reconhecemos que se trata de uma discussão fundamental para a teoria social), a problemática de nossa pesquisa refere-se às questões postas pela segunda abordagem, a de cunho sociológico. De qualquer forma, ambas proposições lidam com a Ideologia como sendo um problema da inter-relação entre idéias, crenças ou sistemas de valores com questões de *poder*. Normalmente essa relação é pensada em termos de legitimação de um poder dominante, porém, não obstante esta abordagem possuir grande importância sociológica, ela tem seus limites, pois não podemos pensar que existem ideologias dominantes apenas,¹⁷¹ já que pensamos ideologia como processo material de produção de idéias, crenças e sistemas de valores que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe social específico¹⁷².

Novamente devemos ressaltar a idéia de que Ideologias não são meras superestruturas refletindo bases econômicas – nas palavras do marxista italiano Antonio Gramsci:

[Na concepção de bloco histórico] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, [sendo a] distinção entre forma e conteúdo meramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 93, nota C (texto originalmente suprimido do manuscrito, presente em nota de rodapé da edição citada).

¹⁷⁰ Marx, “Prefácio”, in *Contribuição à crítica da economia política*, *op.cit.*, p.45.

¹⁷¹ Terry Eagleton, *Ideologia*, uma Introdução. São Paulo: Boitempo e Editora da UNESP, 1997, p.16 e 18-19.

¹⁷² *Ibidem*, p.39.

concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.¹⁷³

A partir do final dessa citação podemos identificar uma idéia fundamental do conceito de Ideologia: as “forças materiais” dão um sentido coletivo para as ideologias, isto é, as representações da realidade são próprias de um grupo social específico, e não de indivíduos. Isto ocorre justamente porque condições materiais nas quais as ideologias são produzidas possuem um caráter coletivo, pois certos indivíduos compartilham entre si condições análogas de existência material e posicionamento convergente em situações de conflito de classe. Ideologia é, portanto, algo que não se pode deixar de ter, pois se trata de algo construído e reconstruído como consciência prática dos inevitáveis conflitos de interesses antagônicos existentes em sociedades de classes. Segundo o pensador marxista húngaro István Meszáros,

As ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.¹⁷⁴

Acreditamos que o conceito de Ideologia resolve o problema das “situações iniciais” de sistemas de valores, identificado no Individualismo Metodológico. Isto ocorre justamente porque tal conceito abandona o aporte racional-liberal que pretende que os indivíduos têm, em última instância ao menos, a consciência de seus interesses e o poder de controlar e direcionar as suas concepções de mundo para melhor atender a tais interesses. Os indivíduos, através de seus comportamentos, certamente transformam suas ideologias – mas as possibilidades de transformações são severamente limitadas pelas condições materiais de existência. Isto é, as ideologias “modificam-se, mas não podem ser totalmente heterodirigidas, porque nenhum sujeito é capaz de controlar inteiramente o processo e o resultado”¹⁷⁵. Os indivíduos interagem com o mundo a partir de um ponto de vista específico, e este é dado pela sua realidade material. Isto não significa, nunca é demais ressaltar, que a concepção de mundo de determinado grupo social é determinado por aspectos econômicos estritamente. Isto porque os “valores, normas e formas culturais (...) não são menos reais do que as formas ‘econômicas’

¹⁷³ Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, apud Guido Liguori, *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p.85.

¹⁷⁴ István Meszáros, *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.65.

¹⁷⁵ Liguori, *Roteiros para Gramsci*, op.cit., p.95.

pelas quais se exprime o modo de produção”¹⁷⁶. Isto é, a ideologia não é condicionada pela realidade material no sentido de ser reflexo de uma base econômica, mas no sentido de que a própria ideologia é parte constituinte de tal realidade material e é construída nesta. Desta forma, as ideologias são construídas no mundo material, a partir das relações sociais entre as classes. Contrariamos, assim, tanto o “marxismo vulgar” que vê ideologias como meros reflexos superestruturais de condições econômicas, quanto o neo-idealismo de posturas pós-modernas, que simplesmente invertem este determinismo, afirmando que os “funcionamentos econômicos” ou as “hierarquias sociais” são produzidos pelas representações mentais, culturais ou ideológicas¹⁷⁷.

Uma boa maneira de pensar esta relação entre mundo material e ideologia é a partir do conceito de *experiência* como proposto pelo historiador inglês Edward Thompson. Para ele, os homens e mulheres são *racionais* e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. A partir de tal reflexão, as transformações em sua vivência social (no seu *ser social*) dão origem a *experiências modificadas*, que pressionam a *consciência social*, propõem novas questões e podem até chegar ao limite de acarretar o desmoronamento de velhos sistemas conceituais¹⁷⁸. Mas tudo isto ocorre a partir da interação no mundo material; a experiência não é reflexão abstrata, é *vivência*. É através desta experiência vivida que o *ser social* determina a *consciência social*¹⁷⁹. Este conceito thompsoniano de experiência não chega a ser muito distante do conceito de experiência barthiano, que analisamos anteriormente. Porém, identificando as diferenças entre estes dois conceitos de experiência percebemos justamente o que permite ao materialismo histórico avançar nos pontos em que o individualismo metodológico fica estagnado. Barth pensa a experiência como um “precipitado” das interpretações das ações próprias e de terceiros que, posteriormente, serve de fundamentação para novas ações. Estamos presos, percebe-se facilmente, a um curto circuito explicativo. Já o conceito de experiência de fundo materialista, proposto por Thompson, consegue evitar este problema ao se sustentar sobre a percepção de que tal experiência deita raízes em uma situação que foge ao controle imediato do agente, a saber, a realidade material composta pelas relações sociais específicas de uma dada sociedade; relações essas, e isto é uma diferenciação importante entre materialismo histórico e individualismo metodológico, que não são meras interações entre indivíduos, mas relações coletivas de caráter classista. Por mais que

¹⁷⁶ Ellen Wood, *Democracia contra capitalismo*, *op.cit.*, p.63.

¹⁷⁷ Roger Chartier, *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.77 e 83.

¹⁷⁸ Wood, *Democracia contra capitalismo*, *op.cit.*, p.16-17.

¹⁷⁹ Edward Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.182.

identifique grupos sociais, o individualismo metodológico sempre parte do pressuposto que esses grupos são meros coletivos de indivíduos, e distinguir esta postura do que defende o materialismo histórico é fundamental para entender o que pretendemos propor aqui.

Roy Bashkar demonstra de maneira bastante interessante o equívoco do individualismo metodológico ao pensar a sociedade meramente como coletivo de indivíduos. Segundo Bashkar, toda ação social sempre envolve predicados irreduzivelmente sociais e, sendo assim, a sociedade não pode ser entendida como mera soma de indivíduos, já que as ações destes indivíduos não são reduzíveis às suas próprias vontades, interesses ou qualquer outro conceito individualista, pois dependem de elementos sociais para sua performance. Assim, o objeto da sociologia, para Bashkar, são as relações sociais, e não a ação individual¹⁸⁰. Frente às duas formas tradicionais de se perceber a relação indivíduo-sociedade na tradição sociológica, Bashkar identifica uma terceira forma mais correta. Por um lado, Weber estabeleceu um paradigma voluntarista que percebe os objetos sociais como constituídos por comportamentos intencionais ou significativos dos indivíduos; por outro, Durkheim estabeleceu um paradigma reificador, que percebe o objeto social como possuidor de uma vida própria, externa aos indivíduos, que os coage. Bashkar propõe como superação a esta dicotomia clássica a identificação de um modelo “transformacional” da atividade social, próprio do materialismo histórico. Para ele, a práxis humana tem um caráter dual: a sociedade é condição sempre presente e o resultado continuamente reproduzido da ação humana. Sendo assim, a práxis é produção consciente e reprodução (normalmente inconsciente) da sociedade¹⁸¹.

A ação humana, para Bashkar, deve ser caracterizada por seu notável nível de intencionalidade. Além de iniciar mudanças de maneira intencional e monitorar e controlar seus desempenhos (coisa que outros animais superiores também fazem), os seres humanos são capazes de monitorar o monitoramento de seus desempenhos, garantindo um estatuto especial à explicação da pessoa sobre seu próprio comportamento. Porém, há de se diferenciar essa intencionalidade da ação humana das transformações nas estruturas sociais que são base material e resultado dessas ações. Como bem exemplifica Bashkar, as pessoas não casam para reproduzir a familiar nuclear ou trabalham para manter a economia capitalista, mas essas são, ao mesmo tempo, conseqüências não intencionais e condições necessárias para suas ações¹⁸².

¹⁸⁰ Roy Bashkar, “Societies”, in: Archer *et alii.*, *Critical Realism: Essential Readings*. Londres: Routledge, 1998 (citado a partir da tradução inédita de Herman Mathow e Thais Maia, “Sociedades”; revisão de Bruno Moretti e Lillian Paes; supervisão de Mário Duayer, p.1-5).

¹⁸¹ *Ibidem*, p.9.

¹⁸² *Ibidem*, p.11-12.

A sociedade, por conseguinte, fornece as condições necessárias para a ação humana intencional e a ação humana intencional é uma condição necessária para a sociedade. A sociedade só está presente na ação humana, mas a ação humana sempre expressa e utiliza uma ou outra forma social. No entanto, nenhuma das duas pode ser identificada com, nem reduzida a, explicada em termos de, nem tampouco reconstruída a partir da outra. Há um hiato ontológico entre sociedade e pessoas, e também um modo de conexão (a saber, transformação) que os outros modelos tipicamente ignoram.¹⁸³

A partir desta distinção que Bashkar faz, é necessário enfrentar o problema da realidade ontológica das estruturas sociais. Diferentemente do que defenderiam individualistas metodológicos, não acreditamos que estas estruturas sejam meras metáforas para explicar as sociedades; elas de fato existem. Obviamente, elas não existem independentemente das atividades que as governam e das concepções dos agentes acerca do que estão fazendo em sua atividade. As estruturas sociais são conjuntos articulados de tendências e poderes que só existem na medida em que estão sendo exercidos pelos agentes sociais. Isto é, tudo que acontece na sociedade acontece nas ações e através delas, mas isso não testemunha contra a existência real dessas estruturas. As estruturas sociais são habilitadoras e coercitivas para as ações humanas, isto é, exercem *efeitos reais* sobre estas¹⁸⁴. E este é o ponto fundamental: as estruturas sociais só existem em seus efeitos. Segundo uma boa analogia proposta por Bashkar, as estruturas sociais se assemelham ao campo magnético de um ímã, que só pode ser identificado a partir de seus efeitos, porém com a diferença de que a sociedade não apenas só pode ser *observada* em seus efeitos (como o campo magnético), mas também só *existe* em seus efeitos¹⁸⁵.

Assim, o estudo social precisa ser feito a partir de um elemento que determine o ponto de contato entre ação humana e estrutura social, que Bashkar identifica como o sistema de posições ocupadas por indivíduos e de práticas engajadas por eles pelo fato de estarem nestas posições. A grande questão é que estas posições e práticas só podem ser individualizadas de maneira relacional, isto é, o estudo das posições e práticas precisa passar pelo conceito de relações sociais¹⁸⁶. Acreditamos que esta formulação do problema da estrutura social soluciona o problema do estudo das estruturas identificado acima no debate entre Maurice Godelier e Wiltold Kula, sendo que Bashkar consegue elaborar de uma maneira mais criteriosa o ponto de vista defendido por Kula (a saber, que por um lado não devemos

¹⁸³ *Ibidem*, p.13.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.15-16

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.22.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.17.

abandonar o posicionamento estruturalista, mas que por outro, as estruturas não podem ser pensadas de maneira reificada).

4.2. Por um conceito materialista histórico de racionalidade

A partir de todas essas considerações, o que significa falar em racionalidade a partir de uma postura materialista histórica? Para Godelier e Kula, racionalidade deve ser entendida como *maximização de satisfações sociais* (ou, mais sumariamente, como *racionalidade social*), no sentido de que são as relações sociais entre as classes que determinam os conteúdos da racionalidade¹⁸⁷. Não existe, portanto, uma racionalidade absoluta, mas racionalidades específicas dentro de sistemas de relações sociais específicos. Ou seja, a racionalidade precisa ser entendida dentro de um sistema dado de valores que hierarquizam as necessidades sociais – mas isto distingue o materialismo histórico apenas do marginalismo, que identifica um conceito a-histórico de racionalidade ao naturalizar o capitalismo. Weber e Barth, como vimos, percebem este erro do marginalismo e também propõem conceitos de racionalidade que se referem a sistemas de valores variantes no tempo e no espaço.

A divergência fundamental entre a abordagem individualista metodológica e a materialista histórica é acerca da explicação da gênese destes sistemas de valores: para o materialismo histórico, eles não surgem como meras resultantes da soma de ações, interações e interpretações individuais. Essas “vontades individuais” não são átomos desestruturados dos quais identificamos as formas apenas analisando suas meras somas. Elas agem, na verdade, como “vontades agrupadas”, como famílias, como comunidades e, acima de tudo, como classes. Isto ocorre porque, por mais particulares que sejam essas “vontades individuais”, elas foram condicionadas em termos de classe, de ideologias de classe¹⁸⁸. O condicionamento das “vontades individuais” em termos de ideologias de classe passa por aquilo que Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, identifica como o elemento que constitui a classe em si:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Kula, “Da tipologia dos sistemas econômicos”, *op.cit.*, p.95 e Godelier, *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*, *op.cit.* p.391-392.

¹⁸⁸ Thompson, *A miséria da teoria...*, *op.cit.*, p.100-101.

¹⁸⁹ Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: *A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.325.

Isto é, as relações sociais de uma determinada classe a inserem em determinados modos de vida e determinados conflitos de classe nas quais se constroem sua ideologia. Esta ideologia comporta o sistema de valores que dá conteúdo a racionalidade social do grupo. Sendo assim, os conteúdos de uma racionalidade específica, determinados pelas relações sociais específicas de uma sociedade, invariavelmente passarão pelos conflitos sociais, seja pelas formas de dominação, exploração e controle, no caso das classes dominantes, seja pelas formas de resistência, adaptação, sobrevivência, rebelião e revolução, no caso das classes subalternas. É isto que constitui o que chamaremos *racionalidade ideológica*.

Como identificamos, o fundamental para o conceito de racionalidade é o fato de que a compreensão de seus conteúdos passa pela identificação das configurações sociais e dos sistemas de valores que servem de “situação inicial”, ou melhor, base material para estas ações e interações, e tal identificação não é plenamente possível a partir do individualismo metodológico. Defendemos que o conteúdo da racionalidade de um grupo social específico emerge justamente de sua ideologia – construída a partir de sua inserção em relações sociais que estabelecem modos de vida e conflitos de classe determinados. O que Weber chama de *racionalização* (isto é, a busca pelo controle da realidade por um princípio de racionalização, que pretende banir percepções particularizadas e ordenar a percepção de mundo em regularidades inteligíveis, coerentes e consistentes com um sistema de valores) pode ser, portanto, pensada como *racionalização ideológica*, associando esta idéia com os *insights* thompsonianos acerca da construção das classes através de suas experiências. Isto é, um dos processos fundamentais para a construção histórica de uma classe social específica seria um processo de ordenação das percepções de mundo a partir de um sistema de valores construído na base material das relações sociais. Porém, a partir do aporte marxista, é impossível crer em uma ordenação totalmente harmônica destas percepções de mundo, pois os interesses dos grupos sociais não são homogêneos e coerentes – existem contradições internas nos interesses dos grupos causadas pelas próprias contradições que existem na formação econômica e social e que redundam em “ruídos” neste processo de racionalização da percepção do mundo e das relações sociais.

Sendo assim, a *racionalidade ideológica* é ao mesmo tempo consequência da existência das classes sociais como parte do *processo* de formação destas classes – e isto significa que estamos, dentro da tipologia proposta por Ellen Wood, pensando classe como processo e relação, e não classe como local estrutural. A visão de classe como local estrutural pensa o conceito como uma forma de “estratificação” definida por critérios econômicos. Neste caso, o que importa é a comparação entre a situação de diferentes grupos sociais

identificando suas desigualdades. Já a visão de classe como relação social trata o conceito como *relacional*, determinado pela relação entre diferentes grupos sociais – especificamente, entre apropriadores e produtores¹⁹⁰.

Na verdade, são dois níveis de relação que importam para a caracterização da classe: as relações entre classes e as relações entre os membros da mesma classe. As relações entre classes não podem se limitar ao problema da relação com os meios de produção (sob o risco de assimilar-se a uma teoria da estratificação apenas), sendo necessário localizar o significado da relação das classes com os meios de produção para as relações sociais de exploração e antagonismo que geram¹⁹¹. Como identifica perfeitamente Wood, “as relações de produção são relações entre pessoas que se unem pelo processo de produção e o nexos antagonista entre os que produzem e os que se apropriam da sua mais-valia”¹⁹² – sendo apenas necessário, talvez, repensar o uso de “mais-valia” nesta frase para poder torná-la aplicável também às realidades pré-capitalistas, onde a apropriação da produção dos produtores diretos pelas classes dominantes não se dá exatamente pela produção de mais-valia, típica do sistema capitalista.

São essas relações sociais entre as classes e dentro das classes que definem as polaridades subjacentes aos antagonismos de classe, porém, as relações de classe não são automaticamente redutíveis às relações de produção, isto é, a reunião de pessoas em classes não se dá meramente pelo processo de produção ou pelo processo de apropriação. As ligações e oposições presentes nestes processos são a base da classe, mas elas não explicam por si a ligação entre pessoas que, mesmo ocupando posições semelhantes nas relações de produção, não estão na realidade cotidiana reunidas no processo de produção e apropriação¹⁹³. É necessário buscar os mecanismos pelos quais ocorre, justamente, um processo de *formação* da classe a partir dessas “estruturas objetivas” dadas pelas relações de produção:

Como, na verdade, as pessoas nunca são “reunidas” em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de exploração. É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a “*disposição de agir* como classe”. Uma vez que seja introduzido na equação

¹⁹⁰ Wood, *Democracia contra Capitalismo*, *op.cit.*, p.73.

¹⁹¹ *Ibidem*, p.87.

¹⁹² *Ibidem*, p.88.

¹⁹³ *Ibidem*, p.88-89.

o meio da “experiência” entre relações de produção e de classe, também o são as particularidades históricas e culturais desse meio.¹⁹⁴

Um dos elementos identificáveis neste processo de formação da classe seria, portanto, o processo de construção de uma racionalidade ideológica, entendida como *busca pela maximização da satisfação das necessidades sociais como hierarquizadas pelos sistemas de valores gerados pela ideologia, sendo tal ideologia construída a partir das relações sociais e conflitos de classe na qual se inserem a classe analisada.*

Uma boa forma de entender o que estamos chamando de *racionalidade ideológica* é identificar como ela se relaciona com dois dos principais atributos da Ideologia identificados por Terry Eagleton. Para ele, as ideologias são identificáveis como: *unificadoras, orientadas para ação, racionalizantes, legitimadoras, universalizantes e naturalizantes.* As Ideologias têm caráter *unificador* porque conferem certo grau de coesão aos grupos ou classes que as sustentam, fundindo-os em uma identidade unitária. Obviamente, ideologias não são homogêneas por si próprias, existe um esforço de homogeneização que testemunha claramente o fato de que as ideologias são internamente fraturadas devido às contradições internas dos interesses de um dado grupo ou classe social e também às “negociações” necessárias entre diferentes ideologias¹⁹⁵. Neste processo de formação da unidade ideológica, que faz parte do próprio processo de formação da classe, a racionalidade ideológica desempenha um papel fundamental. Ao banir percepções particularizadas e ordenar a percepção de mundo em regularidades inteligíveis, coerentes e consistentes com um sistema de valores, a racionalização ideológica corrobora com o processo de construção da coesão do sistema ideológico.

O outro atributo da Ideologia com qual a racionalidade ideológica se relaciona intimamente é a *orientação para a ação*. As ideologias costumam comportar um “estado prático” que garante aos seus adeptos metas, motivações, prescrições, imperativos e assim por diante. Citando Martin Seliger, Eagleton afirma que

(...) as ideologias são, tipicamente, misturas de enunciados analíticos e descritivos, de um lado, e prescrições morais e técnicas, de outro. Combinam conteúdo fatural e compromisso moral em um sistema coeso, e é isso que lhes confere o poder de conduzir a ação.¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.89-90.

¹⁹⁵ Eagleton, *Ideologia*, *op.cit.*, p.52-53.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p.53.

A racionalidade ideológica garante, neste atributo da ideologia, a relação entre os dois “lados” da ideologia, identificados na citação acima, e determina as práticas morais e técnicas prescritíveis para garantir o alcance das metas a partir das motivações e imperativos determinados ideologicamente.

Os outros atributos da Ideologia identificados por Eagleton, *racionalização*, *legitimação*, *universalização* e *naturalização*, formam um conjunto coerente, que se relaciona com o que chamamos aqui de racionalidade ideológica de maneira menos direta que os dois primeiros atributos. Cabe destacar que Eagleton faz referência ao caráter *racionalizante* da Ideologia definindo racionalização de maneira bastante diversa do que fazemos em nosso conceito de racionalidade ideológica.

Eagleton, baseando-se em J. Laplanche e J.-B. Pontalis, define o atributo racionalizante da Ideologia como o procedimento no qual um sujeito tenta apresentar uma explicação lógica ou aceitável para “atitudes, idéias, sentimentos, etc....” cujos reais motivos não são percebidos – como no exemplo de uma teoria racista pseudo-científica que pretende garantir lógica e aceitabilidade para a segregação racial¹⁹⁷. Neste sentido, os problemas levantados por Eagleton são diferentes daqueles que identificamos com o problema da racionalidade ideológica, e cabe diferenciar estes dois usos. Nosso enfoque não é o do problema da criação de discursos que buscam certa coerência pretendendo *legitimar* ou justificar certas posições defendidas socialmente por uma ideologia específica ao criarem certa argumentação que *universaliza* e *naturaliza* as idéias defendidas por uma ideologia específica. Usamos o termo racionalização para identificar o problema da busca pela maximização da satisfação das necessidades sociais como hierarquizadas pelos sistemas de valores gerados pela ideologia. Assim, estamos nos referindo a um elemento mais consciente (apesar de nem sempre plenamente consciente) do quadro ideológico do que ao que se refere Eagleton em seu uso do termo *racionalização*.

Quando falamos em um processo de construção de uma racionalidade ideológica por parte das classes sociais não pretendemos que estas classes estejam passando nem por um processo de desmistificação, criando maior consciência das realidades sociais na quais vivem, nem apenas traduzindo para enunciados coerentes e argumentativos idéias e valores ideológicos cujas origens não são esses discursos de fato. Afirmamos que as classes sociais, em seu *processo* de constituição, constroem ordenações ideológicas acerca das relações

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.56.

sociais em que se inserem, buscando maximizar seus interesses sociais como percebidos a partir de sua ideologia.

Dito isto, porém, cabe identificar que o que chamamos de racionalidade ideológica cumpre papel fundamental no que Eagleton chama de atributo racionalizante da Ideologia, pois é dentro dos quadros da retórica estabelecida pela racionalização ideológica que pode ocorrer o processo de racionalização de atitudes, idéias ou sentimentos cujos reais motivos não são percebidos. O quanto este processo pode confluir para um quadro de uso legitimizador da ideologia, ou para a universalização e naturalização de certas idéias específicas de uma ideologia, só pode ser analisado caso a caso.

Por fim, há de se encarar uma questão bastante espinhosa. Ao defendermos este conceito de racionalidade ideológica, poderíamos cometer o erro de apenas trocar o *locus* da naturalização feita pelo conceito de racionalidade neoclássico. Enquanto este conceito, como já identificamos acima, naturaliza o *conteúdo* da racionalidade capitalista como um dado da natureza humana, nosso conceito de racionalidade ideológica poderia ser acusado de naturalizar a *forma* de pensamento do ocidente moderno (em algum nível tributário dos antigos gregos) como um dado natural dos seres humanos.

Jean-Pierre Vernant nos instiga a recolocar o conceito de racionalidade na história¹⁹⁸, e não apenas no sentido de questionar seus conteúdos, como já defendemos acima, mas no sentido mais amplo do questionamento proposto por Ignace Meyerson de que as funções psicológicas humanas são variantes (e não fixas e biológicas, como pressupõe a psicologia ortodoxa)¹⁹⁹. Desta forma, devemos nos questionar sobre a validade de propor um conceito *transhistórico* que prevê como comportamento padrão dos seres humanos a *maximização da satisfação das necessidades sociais*.

Acreditamos que cairíamos nesta armadilha se entendêssemos a *maximização da satisfação das necessidades sociais* como cálculo em sentido estrito, algo correlato a racionalidade matemática, nos termos de Vernant, que fundamenta a ciência exata moderna. Porém, não é este o caso: quando falamos em maximização da satisfação das necessidades sociais, nossa referência são as estratégias da experiência social, e não o cálculo abstrato. Em outras palavras, o conceito de racionalidade ideológica, como o propomos, refere-se ao que afirmam Frederik Barth (as pessoas estão a todo o tempo fazendo julgamentos na vida, analisando as performances sociais de si próprios e dos outros e tomam decisões a partir

¹⁹⁸ Jean-Pierre Vernant, “Razão de ontem e de hoje”, in: *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2002, p.191-192.

¹⁹⁹ *Idem*, “Psicologia histórica e experiência social”, in: *Entre mito e política, op.cit.*, p.141.

disso²⁰⁰), Roy Bashkar (os seres humanos se destacam pela capacidade de monitoramento do próprio monitoramento do desempenho de suas ações²⁰¹) ou mesmo o próprio Meyerson – que segundo Vernant afirma que:

Ao agir, os homens sempre se esforçaram em representar as formas de sua ação e natureza de sua ação e a natureza das realidades sobre as quais agiam. Sempre teorizaram mais ou menos essa ação: assim, encontramos todos os graus, todos os níveis da experiência: experiências mais ou menos conscientes, mais ou menos sentidas como tais.²⁰²

Desta forma, acreditamos que o conceito não naturaliza a forma da racionalidade capitalista e oferece uma chave para o entendimento da reflexão social dos agentes históricos nas mais diversas sociedades. Acreditamos que é uma boa chave de análise por enquadrar-se justamente no projeto metodológico sintetizado por Aldo Schiavone, que identificamos acima como a melhor forma de o materialismo histórico lidar com a história econômica: as categorias utilizadas para entender a economia capitalista servem de inspiração para a composição de categorias que permitam o entendimento das sociedades pré-capitalistas, ou seja, a “anatomia do homem serve de chave para a anatomia do macaco”. Isto é, a composição das categorias para o estudo das sociedades pré-capitalistas nasce da reflexão a partir das categorias compostas para o estudo da história econômica capitalista, mas não pela sua adaptação para uso naquele estudo, mas pela análise das diferenças entre as necessidades desses diferentes estudos, o que permite, portanto, o estudo das singularidades do passado ao mesmo tempo em que se desnaturaliza o presente.

O conceito de *racionalidade ideológica* serve, assim, como conceito fundamental para nossa pesquisa ao permitir uma reflexão sobre as formas de racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social dos grandes proprietários de terras romanos sem que se transporte para o passado o conceito de racionalidade capitalista, ao mesmo tempo em que serve de crítica à naturalização desta racionalidade empreendida pelas abordagens “neomodernistas”. Porém, para que tudo isso seja possível, ainda precisamos identificar como lidar metodologicamente com as fontes primárias – e é disto que trataremos no capítulo seguinte.

²⁰⁰ Barth, *Process and form...*, *op.cit.*, p.98-99.

²⁰¹ Bashkar, “Societies”, *op.cit.*, p.11-12.

²⁰² Vernant, “Psicologia histórica e experiência social”, *op.cit.*, p.149.

Capítulo 2: Os tratados de Catão e Varrão e o estudo da racionalidade

Definido o que entendemos por racionalidade, outro problema emerge frente à realização de nossa pesquisa: como estudar a racionalidade da organização e controle dos trabalhadores rurais, empreendida pelos proprietários de terras romanos, a partir dos tratados sobre as coisas do campo escritos por Catão e Varrão?

Fredrik Barth indica um caminho metodológico interessante para o estudo do comportamento social, que pode nos ser um bom parâmetro para reflexão. Segundo Barth, existem quatro dados fundamentais que devem ser observados para a identificação de padrões de comportamento: a) ações dos indivíduos em situações concretas; b) declarações espontâneas dos participantes da ação (espontaneidade, aqui, definida em contraposição às explicações dadas ao observador por informantes instigados por aquele para explicar a ação); c) ritualização das relações sociais nas quais se dão aquelas ações; d) explicações acerca daquela ação dadas ao observador por informantes²⁰³. Isto é, o fato social fundamental de análise é a ação dos indivíduos, porém sua compreensão também passa pela análise dos discursos enunciados pelos agentes da ação, pelo entendimento das relações ritualizadas ou institucionalizadas que são contexto da ação e, também, pelas informações dadas por terceiros acerca desta ação e seus significados.

Como o trabalho historiográfico difere do trabalho de campo etnográfico, a rigidez das diferenças desta tipologia perde importância para nós. Porém, podemos aprender algumas coisas muito importantes para nossa pesquisa com Barth, e a primeira delas é a distinção fundamental entre discursos manifestos e a prática real das relações sociais. Atividades produtivas e controle social, nossos objetos de pesquisa neste trabalho, são práticas que acontecem na realidade das relações sociais, e não nas tintas de tratados agrônômicos. Desta forma, precisamos identificar qual é a relação entre as informações presentes nestes tratados e a realidade destas práticas nos campos italianos. Em um primeiro momento, podemos dizer que estes textos enquadrar-se-iam em uma espécie de interseção entre os tópicos “b” e “d” da tipologia de Barth. Porém, por um lado, Catão e Varrão não estavam respondendo aos questionamentos de um pesquisador interessado em como os proprietários romanos praticavam (e se praticavam) a racionalização das atividades produtivas e o controle social

²⁰³ Barth, *Process and Form...*, *op.cit.*, p.25

dos trabalhadores rurais. E ainda, por outro lado, os tratados também não podem ser encarados como meras “declarações espontâneas” dos proprietários rurais romanos, pois são na verdade artefatos literários que precisam ser estudados dentro de seus contextos políticos e sociais para entendermos sua composição. A questão torna-se ainda mais complicada quando identificamos a maneira como os historiadores tradicionalmente têm feito história econômica e social a partir destes tratados.

1. Os “agrônomos latinos” na historiografia

Percebemos que a pergunta básica que se impõe à nossa metodologia de pesquisa neste momento é: como devemos abordar estes tratados para que eles nos dêem informações acerca das práticas do mundo rural italiano? Ou, ainda mesmo, existe procedimento que permita isso ou estes tratados em nada podem nos ajudar a elucidar nossa problemática de pesquisa? Para responder esta questão é importante revisarmos uma importante tradição de estudos e debates historiográficos que tiveram nos tratados agronômicos uma importante fonte de pesquisa. Os tratados sobre as coisas do campo de Catão e Varrão, juntamente com os similares de Columella e Paládio, pertencem a uma longa tradição de tratados sobre o campo, escritos no Mediterrâneo antigo - seja em grego, latim ou até mesmo em púnico, como o famoso tratado do cartaginês Magão. Durante a Idade Média, essas quatro obras latinas foram muito lidas e copiadas, o que nos garantiu a sobrevivência destes textos, diferentemente das outras obras desta tradição, que se perderam. A partir do Renascimento, estas quatro obras foram editadas muitas vezes em conjunto sob o rótulo de tratados dos *Scriptores Rei Rusticae*²⁰⁴, o que consolidou a tradição de estudos em conjunto destes autores sob as alcunhas de “escritores da *Re Rustica*” ou de os “Agrônomos Latinos”. Estes eram estudos, porém, ainda inseridos na tradição filológica dos estudos clássicos.

Foi com Max Weber, em seus trabalhos sobre a Antiguidade, especialmente *Relações Agrárias na Antiguidade*, que estes tratados passaram a ser utilizados como fonte para o estudo da realidade dos campos italianos, especialmente de questões econômicas e sociais. A partir disso, durante boa parte do século XX, os tratados dos “agrônomos” foram amplamente utilizados como fontes para a descrição das formas de organização da produção, da exploração do trabalho e das técnicas agrícolas na Itália romana. Passagens de Catão, Varrão e Columella tornaram-se indícios comumente citados pelos mais diferentes historiadores para

²⁰⁴ Harrison Boyd Ash, “Introduction” in *Cato On Agriculture & Varro On Agriculture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935, p.xviii-xxii.

embasar diversas interpretações sobre as transformações econômicas da Itália romana entre os séculos II a.C. e I d.C.. Isto é, dentro daquela tipologia de dados que devem ser observados para estudar o comportamento social, proposta por Barth, os tratados dos agrônomos passaram a ser analisados como fontes de informações sobre ações dos indivíduos na prática (tipo “a”).

O historiador alemão Gummerus lançou, em 1906, uma obra clássica que utilizava os “agrônomos latinos” como fonte para discutir a passagem do que ele categorizava como economia rural “aberta”, típica no mundo antigo, para a economia rural “fechada” medieval²⁰⁵. Outra obra pioneira foi publicada na Inglaterra em 1921 por W.E. Heitland. Sua preocupação era a análise do trabalho agrícola no mundo antigo a partir de uma vasta documentação literária grega e latina. O manancial de documentos analisados por Heitland vai muito além dos “agrônomos”, porém esses autores constituem uma das mais importantes fontes para o estabelecimento das linhas de desenvolvimento tanto da agricultura italiana como das formas de exploração do trabalho²⁰⁶.

No mundo socialista, os tratados “agrônômicos” despertaram muito interesse por darem suporte a abordagens sobre as formas de exploração da mão-de-obra. Na antiga União Soviética, destacam-se os trabalhos de V.I.Kuziscin e M.E.Sergeenko. Porém, a maior autoridade oriunda do antigo mundo socialista a estudar os “agrônomos” foi Jerzy Kolendo, historiador polonês e uma das maiores autoridades sobre a agricultura antiga. Ele acreditava que os tratados desses autores nos forneciam dados valiosos acerca das formas de gestão e da organização do trabalho nas propriedades italianas²⁰⁷.

Na Itália, os “escritores da *Re Rustica*” ganharam muita relevância nos estudos do grupo de historiadores e arqueólogos de orientação marxista liderado por Andrea Carandini e ligado ao *Istituto Gramsci*. Sua maior preocupação era estabelecer as linhas de desenvolvimento e crise da agricultura italiana. As pequenas propriedades camponesas do início da República teriam sido sucedidas pelas *uillae rusticae* descritas nos tratados dos “agrônomos”. As evoluções dessa organização produtiva seriam testemunhadas pelos desenvolvimentos das relações de produção percebidos entre as descrições da *uilla* de Catão e

²⁰⁵ *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus nach den Werken des Cato, Varro und Collumella*, Klio, Beiheft V, Leipzig, 1906. Cf. René Martin, *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Les Belles Lettres, 1971, p.28 e Jerzy Kolendo, “À propos de W.Kaltenstadler, L’organisation du travail et le système de gestion dans les traités des agronomes latins”. *Dialogues d’histoire ancienne*, vol.5, n°1, 1979, p.273.

²⁰⁶ W.E. Heitland, *Agricola*. A study of agriculture and rustic life in the Greco-roman world from the point of view of labor. 1921. Versão digital disponível no site <http://ideas.repec.org>

²⁰⁷ Jerzy Kolendo, *L’Agricoltura nell’Italia Romana*. Roma: Editori Riuniti, 1980.

de Varrão e entre as deste e a de Columella²⁰⁸. Este modelo de exploração da terra teria sido “o verdadeiro motor da economia romana entre os séculos II a.C. e II d.C.”²⁰⁹, sendo a passagem deste modelo de exploração para o modelo dos *latifundia* a razão da crise italiana, devido aos problemas de supervisão da mão-de-obra gerados por este novo modelo. Além do trabalho desses autores ligados ao *Istituto Gramsci*, é também da Itália o importante trabalho sobre o pensamento econômico na Antiguidade clássica de Glauco Tozzi, que trata, em um de seus capítulos, dos “escritores da *Re Rustica*”. A abordagem de Tozzi inovava por pretender estudar o pensamento econômico, mas o fazia ainda dentro dos parâmetros tradicionais, que pretende identificar a realidade rural italiana a partir da análise dos agrônomos²¹⁰.

Por fim, vem da França a tentativa de análise mais exaustiva dos agrônomos latinos escrita até hoje, o livro *Recherches sur les Agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*, de René Martin, na qual somos apresentados a considerações profundas acerca das obras de Virgílio, Varrão, Columella e Plínio. Apesar de ser um estudo focado especificamente nessas fontes e de ponderar que os “agrônomos” são, antes de tudo, teóricos da economia engajados em uma ideologia política e filosófica específica, e que este aspecto será o principal objeto da análise²¹¹, o trabalho de Martin ainda se mantém dentro dos horizontes da utilização dessas fontes para a descrição da realidade rural italiana. Em sua introdução, por exemplo, Martin lista seis problemas fundamentais para pesquisas focadas nestas fontes e, destas, cinco são diretamente relacionadas à história econômica (a evolução das formas de propriedade privada, a relação das conquistas imperiais com o desenvolvimento econômico, a atitude dos poderes públicos frente à economia rural, o funcionamento e evolução do Modo de Produção Escravista e as relações entre a elite proprietária de terras e os ricos comerciantes e financistas) e apenas uma pertence ao campo das preocupações com as ideologias políticas e filosóficas (a importância do *mos maiorum* na composição destes textos)²¹².

A partir das últimas décadas, este procedimento metodológico mais tradicional, usar as informações contidas nos tratados como dados sobre a realidade rural italiana, (ou dentro da tipologia de Barth, como informações sobre a ação dos indivíduos na prática) tem sido

²⁰⁸ Andrea Carandini, “L’Economia itálica fra tarda repubblica e médio impero considerata dal punto di vista di una merce: Il vino”. In: *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Roma: École Française de Rome, 1989, p.509-510, p.513-520.

²⁰⁹ Cf. Norberto Guarinello, *Ruínas de uma Paisagem*. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.). São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 1993, p.11.

²¹⁰ Glauco Tozzi, *Economistas Griegos y Romanos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968.

²¹¹ Martin, *Recherchers... op.cit.* p.3.

²¹² *Ibidem*, p.12-18.

bastante criticado. Não haveria motivos para acreditarmos que estes tratados são descrições “fiéis” da realidade da agricultura nos campos italianos por dois motivos fundamentais: primeiro, a arqueologia rural nos indica uma realidade da exploração agrícola muito mais heterogênea do que nos fazem pensar estes tratados, que aparentemente destacam tipos muito específicos de organização da propriedade rural²¹³; além disso, os tratados de agronomia latinos, na verdade, seriam permeados por preocupações muito mais amplas que a economia, não sendo meras reflexões que pretendem responder diretamente problemas da economia rural ou mesmo meras descrições da realidade rural. Tais tratados estariam, na verdade, situados no plano das idéias políticas e culturais romanas. Assim, Fábio Duarte Joly afirma que:

Decerto que a produção agrícola e pastoril é o pressuposto da composição dessas obras, mas disso não decorre *a priori* que critérios exclusivamente econômicos regeram as concepções de organização do espaço e da mão-de-obra no interior da propriedade²¹⁴.

E ainda:

Mais recentemente é observável um deslocamento de foco das pesquisas na direção dos aspectos mais propriamente culturais ou sociopolíticos da relação escravista. Argumenta-se agora, que as discussões sobre a escravidão não eram necessariamente respostas a problemas práticos de controle da escravaria²¹⁵.

Esta crítica faz parte de um contexto maior de transformação nas abordagens das fontes pelos historiadores preocupados com a história social do mundo antigo. Abordagens que tentam estabelecer fatos “verdadeiros” e “absolutos” a partir das fontes antigas, utilizando as afirmações contidas nestas fontes como dados brutos, costumam cair no que alguns historiadores chamam de “método anedótico”. Tal “método” consistiria no seguinte: o pesquisador determina certa visão apriorística sobre o que se estuda e a partir disto busca passagens nas fontes antigas que embasem tais afirmações, sem que estas passagens sejam analisadas dentro do contexto de produção das obras das quais fazem parte. Desta maneira, as passagens das fontes primárias funcionam como meras “anedotas” para confirmar a visão que

²¹³ Guarinello, *Ruínas de uma paisagem*, *op.cit.*, p.115-120; Jean Pierre Vallat, “Les structures agraires de l’Italie républicaine”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v.42, nº1, 1987, p.181.

²¹⁴ Fábio Duarte Joly, “Espaço e Poder no *De Re Rustica* de Columella”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n.45, 2003, p.282.

²¹⁵ *Idem*, *Libertate opus est*. *Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero*. São Paulo: PPGHE-USP (Tese de Doutorado), 2006, p.10. Neste caso, o autor não se refere especificamente aos agrônomos, mas aos textos latinos que tratam da escravidão em geral. Porém, não me parece abusivo fazer tal correlação, já que os textos dos “agrônomos” são justamente textos latinos que tratam da escravidão, sendo a *De Re Rustica* de Columella um dos textos tratados pela tese de Joly.

o pesquisador já possui *a priori* do objeto de pesquisa e o pesquisador acredita ter embasado sua interpretação nas fontes primárias meramente por ter achado meia dúzia de historietas escritas em grego ou latim que aparentemente convergem com tal interpretação. A partir desta crítica, passou a se defender abordagens preocupadas com os conceitos fundamentais que estruturam o relato presente nas fontes, buscando compreender a fundo as intenções, objetivos e referentes conceituais do autor do texto – tudo isso para evitar o tão criticado “método anedótico”²¹⁶.

É importante salientar que a relevância das concepções estruturantes dos textos “agronômicos” já era percebida na abordagem mais tradicional dos “agrônomos”. Jerzy Kolendo afirmava que antes de utilizarmos as informações dos tratados agronômicos seria fundamental identificarmos quais eram as concepções de empresa agrícola e cultivo que possuíam cada um dos autores, por exemplo²¹⁷. A diferença entre tais abordagens reside no fato de a mais recente trabalhar com esta identificação de concepções estruturantes como a análise em si, e não apenas como uma espécie de crítica interna das fontes, que visa estabelecer os limites sociais e geográficos para os quais as informações identificadas são válidas. Isto é, a novidade desta abordagem está mais no grande enfoque dado a identificação de tais concepções e no ceticismo frente às possibilidades da abordagem mais tradicional do que na defesa de um tipo de metodologia completamente inovadora e inédita.

Devemos retomar, neste momento, o questionamento feito páginas acima e que nos levou a toda esta reflexão sobre as formas como estes tratados vêm sendo abordados pela historiografia. Existe procedimento metodológico que permita a obtenção de informações acerca das práticas do mundo rural italiano a partir dos tratados agronômicos ou estes tratados em nada podem nos ajudar a elucidar nossa problemática de pesquisa? A resposta a esta pergunta passa pela resposta de outro questionamento: se a premissa daquela abordagem tradicional, de que os tratados eram respostas diretas aos problemas da economia rural, está equivocada, como devemos caracterizar estes tratados? Isto é, quais eram os objetivos da produção destes textos e qual o significado das “informações” que podemos identificar em suas passagens? Apenas respondendo estas questões saberemos como lidar com as informações contidas nestes tratados para o estudo de nossa problemática de pesquisa. E para responder estas perguntas, devemos analisar os tratados de Catão e Varrão individualmente, pois possuem singularidades importantes. Analisaremos suas condições de produção, seu público alvo e, especialmente, os objetivos de sua composição.

²¹⁶ Morley, *Writing Ancient History*, *op.cit.*, p.63.

²¹⁷ Kolendo, *L'Agricoltura nell'Italia Romana...*, *op.cit.*, p.10.

2. O *De Agri Cultura* de Catão

2.1. O Autor

Marco Pórcio Catão é um personagem bastante conhecido da história romana, famoso por seu legado político-ideológico tradicionalista e moralizante, muito bem representado por seu bisneto e homônimo, Catão, o jovem. Além disso, Catão, o velho, também tornou-se célebre por sua insistente defesa da destruição de Cartago – segundo Plutarco, após opinar sobre qualquer assunto, Catão encerrava seus discursos afirmando *Delenda est Carthago* (Cartago deve ser destruída)²¹⁸.

Catão nasceu em Túsculo, em 237 a.C.. Era um “homem novo”, isto é, um político destacado na república romana que não era membro das tradicionais famílias aristocratas. Segundo Plutarco, apenas o avô e o pai de Catão teriam tido algum destaque na vida pública, mas ainda assim de maneira bastante tímida quando comparado com a carreira do próprio Catão. Tendo iniciado sua carreira política em nível local, ainda na região de Túsculo, onde se destacou na oratória forense, na qual deu início a famosa rigidez de princípios tradicionais e de julgamentos²¹⁹ e nos méritos militares²²⁰.

Com o apoio de Lúcio Valério Flaco, político romano e destacado membro de uma tradicional família patrícia, Catão iniciou sua caminhada pelo *cursus honorum* até chegar à censura, tendo como marca registrada a defesa de valores tradicionais e de um modo de vida simples. O embate entre o tradicionalismo e a valorização da influência helenística foi um elemento chave nas disputas entre Catão e o ciclo dos Cipiões, importante grupo político romano, entusiasta da cultura helenística e incentivadora de sua influência em Roma²²¹. O ponto alto da carreira de Catão, e de seu projeto político-ideológico de defesa do tradicionalismo, foi o período em que exerceu a Censura ao lado de seu aliado Valério Flaco. Segundo Plutarco, sua atuação nesta magistratura atraiu a ira de muitos aristocratas, que por agirem mal foram perseguidos por Catão, mas obteve a aprovação popular. Porém, apesar de apresentar a atuação de Catão na censura nestes traços positivos, o próprio Plutarco nos informa de certas atitudes de Catão enquanto censor que mostram claramente a utilização

²¹⁸ Plutarco, “Catão”, in: *Vidas Paralelas*, segundo volume. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1991

²¹⁹ Trevizam, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*, *op.cit.*, p.49.

²²⁰ Plutarco, “Catão”, *op.cit.* p.267.

²²¹ *Ibidem*, p.269-270, Trevizam, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*, *op.cit.*, p.49-50.

política do discurso moralizante: a expulsão do Senado de Manílio, possível candidato ao consulado, por ter beijado a esposa em público e diante da filha; e a retirada do cavalo público de Lúcio, irmão de seu arqui-rival Cipião, o Africano²²². Percebemos, nestes dois casos, como o discurso moralizante catoniano não pode ser entendido em separado de sua atuação política.

Uma das características mais marcantes dessa defesa de valores tradicionais por Catão foi a sua perenização na forma da escrita. Plutarco afirma que Catão compôs tratados sobre uma infinidade de assuntos – dos quais conhecemos alguns fragmentos de seu tratado histórico *Origines* e o texto completo de seu tratado *De Agri Cultura*.

2.2. Composição do *De Agri Cultura*

Não conhecemos a data nem as condições exatas da produção do *De Agri Cultura* de Catão. A organização aparentemente quase anárquica dos temas através dos capítulos torna uma descrição resumida da obra bastante complicada. O tratado começa, logo no prefácio, com uma discussão sobre as formas de se buscar a riqueza, na qual se defende a agricultura como mais digna e segura, contrapondo-a ao comércio, digno, mas arriscado, e à usura, vista como desonesta.

Os primeiros cinquenta e dois capítulos podem ser rotulados como discussões sobre como comprar, equipar e manter uma *uilla*. Mas isto não aparece de maneira organizada. Temos capítulos sobre: como se comportar e o que observar no momento da compra de uma propriedade; as obrigações do proprietário no momento da visita a uma propriedade; o planejamento das construções e relação com os vizinhos e as obrigações do “administrador” (*uilicus*); as construções; aspectos do trabalho rural (como semeadura, transplante de mudas, podas, entre outros); e listas de equipamentos e mão-de-obra necessários. Um segundo momento, que podemos estipular apenas de maneira arbitrária, pois não há uma homogeneidade claramente planejada, é delimitável entre os capítulos LIII e LX, que tratam sobre alimentação dos animais e alimentação e vestimentas para os “da casa” (*familia*). Entre os capítulos LXI e LXIX, há alguma homogeneidade em torno das oliveiras – sua plantação, colheita e prensagem –, apesar de um dos capítulos tratar também da vindima. Já entre os capítulos LXX e LXXIII, volta-se aos animais, agora para falar sobre os cuidados com sua saúde.

²²² Plutarco, “Catão”, *op.cit.*, p.285.

Entre os capítulos LXXIV e XC, encontramos receitas variadas, tanto culinárias, como de oferendas pela saúde dos bois ou ainda de engorda para pequenos animais, como patos, galinhas e pombos. Entre os capítulos CIV e CXV os capítulos tratam de receitas relacionadas a vinho. A partir do capítulo CXVI temos a parte mais anárquica deste tratado, no qual aparecem capítulos relacionados ao momento anterior, com receitas de vinhos, mas também com receitas diversas relacionadas à conservação de produtos, higienização da *uilla* e mesmo receitas médicas. Fala-se ainda, neste momento, de oferendas, de detalhes do trabalho dos animais e dos acordos de contrato de trabalho, de conselhos sobre locais para compra de determinados produtos e dos deveres do *Vilicus* e da *Vilica*. Apenas entre os capítulos CXLIV e CLV certa unidade é restaurada: neste momento descrevem-se as condições para contratos relacionados à colheita, processamento e venda de produtos da *uilla*, com alguns capítulos incidentais sobre vassouras para limpar vasilhames, aguapés, entre outras peculiaridades da propriedade rural. O tratado se encerra com mais uma série de capítulos com receitas médicas, entre os capítulos CLVIII e CLXII.

Esta composição singular, uma mistura de conselhos concretos e disposições gerais, organizadas de maneira não-linear, com repetições e saltos temáticos aleatórios, gerou muitas especulações sobre como teria se dado a produção desta obra. A hipótese de que o tratado seria, na verdade, uma compilação póstuma das anotações do próprio Catão sem uma revisão cuidadosa, é vista como a mais convincente explicação por muitos filólogos do século XIX, como Gesner e Keil²²³, e historiadores contemporâneos, como Jasper Carlsen²²⁴. Porém, mesmo que não se trate de um texto organizado postumamente, a falta de linearidade e padrão entre os capítulos nos faz realmente considerar que o tratado é composto por anotações que não possuem uma origem homogênea, sendo bastante forte a impressão de que boa parte dos capítulos tem origem em anotações de Catão acerca de suas próprias propriedades. Antonio Mazarino acredita que o *De Agri Cultura* foi composto inicialmente como parte do *Ad Filium*, compilação de anotações domésticas relacionadas a diversos assuntos de interesse para um *pater familias* que Catão teria organizado para seu filho (obra da qual temos conhecimento graças a uma passagem da *História Natural* de Plínio, 29.15-16). As recomendações relacionadas às coisas do campo teriam sido posteriormente recopiladas visando um público leitor mais amplo, dando origem ao *De Agri Cultura*²²⁵.

²²³ Kenneth D. White, “Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors”, *ANRW*, I.4, 1973, p.448.

²²⁴ Jasper Carlsen, *Vilici and Roman estate managers until 284 AD*, L’Erma di Bretschneider, 1995, p.17.

²²⁵ White, “Roman Agricultural Writers I”, *op.cit.*, p.448 e Enrica Sciarrino, “Father, Master, and Commander: Cato the Censor and the Making of the Roman Elite Male”, *APA Annual Meeting 2005*, Boston, Mass. (Abstract) <http://www.apaclassics.org/AnnualMeeting/05mtg/abstracts/SCIARRINO.html>

2.3. Contexto político e cultural da composição

Porém, independentemente de qual teoria acerca da composição do livro esteja correta, uma pergunta fundamental persiste: qual o objetivo e o significado da produção desta obra no século II a.C.? Dentro dos parâmetros daquilo que chamamos de abordagem tradicional dos textos dos agrônomos, o aparecimento do texto de Catão atestaria as transformações sociais e econômicas que afetaram a Itália romana após a II Guerra Púnica, e o objetivo do texto seria justamente aconselhar os proprietários a lidar com estas novas condições sócio-econômicas em suas propriedades rurais. Desta forma, o surgimento do texto de Catão deveria ser compreendido dentro do contexto histórico do desenvolvimento do modo de produção escravista (possibilitado pelas conquistas imperiais romanas e pelo desenvolvimento da produção visando o mercado de determinados produtos agro-pastoris) e o empobrecimento do campesinato²²⁶.

Esta interpretação, porém, vem sofrendo algumas revisões, tanto a partir das críticas à abordagem tradicional dos textos “agrônômicos”, que apontamos acima, tanto pela reavaliação das transformações econômicas ocorridas neste período. Isto é, por um lado, afirma-se que o tratado de Catão não pode ser interpretado apenas pela sua relação com a realidade econômica e, por outro, se afirma que esta realidade fora identificada de maneira equivocada. Este segundo debate será retomado mais a frente, cabendo neste momento avaliarmos o problema dos aspectos socioculturais e políticos que estruturam o texto catoniano e quanto isto interfere na possibilidade de entendermos a realidade rural italiana a partir de suas informações.

Segundo Enrica Sciarrino, o texto de Catão faz parte da construção do modelo de homem da elite romana: o pai, o mestre e o comandante. Assim, a administração das propriedades rurais fazia parte de um modelo de masculinidade emulado pela elite romana e que se relacionava com outros aspectos que também faziam parte de tal modelo.²²⁷ Brandon Reay propõe uma leitura de Catão convergente com a de Sciarrino. Segundo ele, o objetivo de Catão, ao tratar da agricultura, também é a criação de um modelo de auto-representação da

²²⁶ Martin, *Recherches...*, *op.cit.*, p.85, White, “Roman Agricultural Writers I”, *op.cit.*, p.444, e Keith Hopkins, *Conquerors and Slaves*. Sociological studies in Roman History, Volume 1. Cambridge University Press, 1978, p.55.

²²⁷ Sciarrino, “Father, Master and Commander...”, *op.cit.*.

aristocracia²²⁸. Reay atenta para aspectos interessantes desta construção. Como Catão era um “homem novo”, isto é, não descendia de família aristocrática, sua construção do modelo de aristocracia era um projeto político-cultural que pretendia sustentar sua ascensão aristocrática a despeito de suas origens. Isso não significava a negação da importância dos antepassados – pelo contrário, Catão é um conhecido tradicionalista – mas uma mudança na maneira de reivindicar este passado. Segundo Reay, o projeto de auto-representação aristocrático de Catão passava por promover as *atitudes* dos antepassados em detrimento da *herança* dos antepassados como a fonte da autoridade aristocrática. Desta maneira, Catão continuava atuando dentro da teoria aristocrática de que a elite da sociedade romana era superior ao resto da sociedade devido a sua relação com os antepassados, mas ele mudava esta relação da herança para o comportamento – era aristocrata (*boni*) quem comungava com as atitudes dos antepassados, não apenas quem descendia de suas famílias²²⁹. É interessante notar que, segundo Plutarco, ao ser alcunhado de homem novo, Catão retrucava que “se era realmente novo em cargos e prestígio, tinha a seu favor a ancianidade dos feitos e dos méritos de seus ancestrais” (Plutarco, *Vidas Paralelas: Catão*, 1)²³⁰. Isto é, se seus ancestrais não tinham os cargos e prestígios, tinham os feitos e méritos (isto é, comportamentos) aristocráticos.

Uma destas atitudes aristocráticas a serem comungadas era a valorização do *labor*. A palavra, que etimologicamente apresenta uma ligação com esforço penoso, ganha, dentro da valorização do *mos maiorum*, uma carga positiva, sendo o meio pelo qual o cidadão ganha seu sustento e torna-se digno de consideração pela comunidade²³¹. Porém, não é todo trabalho que é valorizado pelo *mos maiorum*, mas sim aquele identificado como o *labor* dos antepassados, o trabalho agrícola²³². Segundo Reay, Catão se vê a frente de um “dilema” neste momento: a valorização do trabalho agrícola dos antepassados contrasta com a realidade dos proprietários majoritariamente absenteístas. A solução de Catão para este “dilema”, porém, não poderia coadunar melhor com este projeto de criação de uma auto-representação aristocrática: Catão, no *De Agri Cultura*, apresenta o proprietário como o agente da agricultura, sendo os escravos suas meras extensões, meios através do qual o verdadeiro agente, o proprietário, atua²³³.

²²⁸ Brandon Reay, “Agriculture, Writing and Cato’s Self-Fashioning”, *Classical Antiquity*, vol.24 n°2, Outubro de 2005, p.334.

²²⁹ *Ibidem*, p.335.

²³⁰ Plutarco, “Catão”, *op.cit.*, p.266.

²³¹ Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de história da cultura clássica*. Volume II: Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª.ed. 2002, p.397-398.

²³² *Ibidem*, p.360 e 399.

²³³ Reay, “Agriculture, Writing and Cato’s Self-Fashioning”, *op.cit.*, p.335.

A desumanização do escravo é um elemento bem comum na ideologia escravista²³⁴ e vai ao encontro das necessidades da construção do discurso do *labor* aristocrático: mesmo absenteísta, o agente do trabalho agrícola é o proprietário, pois este age através de seus escravos, que, ideologicamente, não são agentes, mas instrumentos. O problema do “escravo como espécie de *alter ego* do senhor” foi brilhantemente analisado por William Fitzgerald em seu livro sobre a presença da escravidão na literatura latina. Segundo ele, alguns escravos desempenhavam atividades muito importantes para seus senhores, e para desempenhar estas funções os escravos precisavam muitas vezes possuir características e habilidades que fugiam de seu *status* oficial dentro da ideologia escravista. Os senhores precisavam que seus escravos fossem capazes de algumas iniciativas para terem seus interesses atendidos, mas ao mesmo tempo pretendiam que seus escravos fossem meros autômatos²³⁵. A partir disto cria-se um dos problemas fundamentais para a ideologia escravista, ou seja, o duplo caráter do escravo, coisa e ser humano ao mesmo tempo²³⁶. Uma das soluções para este paradoxo da ideologia escravista é mostrar as ações positivadas dos escravos como sendo, na verdade, ações dos seus senhores através destas meras extensões, os seus escravos vistos de maneira reificada. Isto é permitido pelo caráter de dominação total imposto pelo senhor aos seus escravos: como pessoas totalmente despossuídas de poder, os escravos não podem ter um caráter ativo ou autônomo nas suas atividades sociais, “em sua impotência, o escravo tornava-se uma extensão do poder do senhor”²³⁷.

Reay argumenta que sua hipótese é confirmada pela ambigüidade identificável sobre quem é o agente de muitas das atividades que Catão indica que devem ser realizadas em seu tratado. Em alguns capítulos, há uma divisão clara entre os deveres do senhor quando em visita à propriedade e as obrigações dos trabalhadores rurais:

Quando o tempo foi chuvoso, puderam-se realizar os seguintes trabalhos durante a chuva: lavar os *dolia*, besuntá-los com pezo, limpar a sede, remover o trigo, levar esterco para fora, construir uma esterqueira, limpar as sementes, consertar as cordas e fazer outras novas; em casa, era preciso remendar as mantas de retalhos e capuzes. Nos dias comemorativos, teria sido possível limpar as fossas antigas, construir a via pública, carpir o mato, escavar o jardim, limpar o pasto, enfeixar varas, arrancar espinheiros, moer a espelta e fazer limpeza. (...) Quando ele [o senhor] se informar

²³⁴ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.99-100, Orlando Patterson, *Slavery and Social Death. A comparative Study*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1981, p.35-37 e p.45-47.

²³⁵ William Fitzgerald, *Slavery and the Roman Literary Imagination*. (Roman Literature and its Contents) London, Cambridge University Press, 2000, p. 13, 17 e 27.

²³⁶ David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.50-51.

²³⁷ Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, *op.cit.*, p.4.

tranqüilamente sobre isso, cuida de que se terminem os trabalhos restantes: examinar as somas de dinheiro, de trigo e o que se comprou de forragem; a soma de vinho, de azeite, o que foi vendido, o que foi dado como tributo, o que restou, o que há para ser vendido; que se receba como caução o que deve ser recebido como caução (...)

Cum tempestates pluviae fuerint, quae opera per imbrem fieri potuerint, dolia lavari, picari, villam purgari, frumentum transferri, stercus foras efferi, stercilinum fieri, semen purgari, funes sarciri, novos fieri; centones, cuculiones familiam opportuisse sibi sarcire. Per ferias potuisse fossas veteres tergeri, viam publicam muniri, vepres recidi, hortum fodiri, pratum purgari, virgas vinciri, spinas runcari, expinsi far, munditias fieri.(...) Ubi ea cognita aequo animo sint, quae reliqua opera sint curare uti perficiantur: rationes putare argentariam, frumentariam, pabuli causa quae parata sunt; rationem vinariam, oleariam, quid venierit, quid exactum siet, quid reliquum siet, quid siet quod veneat: quae satis accipiunda sint, satis accipiantur (...)

Catão, *De Agri Cultura*, II.3-5

Porém, em diversos capítulos as atividades a serem realizadas são enunciadas através de verbos na segunda pessoa, isto é, para serem realizadas pelo leitor do texto. Este fato gerou certas especulações sobre o uso do tratado de Catão: ele poderia ser utilizado como modelo pelos senhores absenteístas para deixarem ordens por escrito para os encarregados de suas propriedades ou mesmo poderia ter como público alvo, além dos próprios proprietários, estes encarregados. Algumas passagens sugerem esta interpretação, de fato:

É preciso plantar os salgueiros em terrenos alagadiços, úmidos, sombreados e próximos de rios; cuida de que tenham utilidade para o senhor ou possa vendê-los.

Salicta locis aquosis, umectis, umbrosis propter amnes ibi seri oportet; et id videto uti aut domino opus siet aut ut vendere possit.

Catão, *De Agri Cultura*, IX.1

Retira ramos das videiras e das árvores podadas e faz feixes; empilha a madeira da videira e da figueira para a fonalha e as toras pequenas para o senhor.

De vinea et arboribus putatis sarmenta degere et fascinam face et vitis et ligna in caminum ficulna et codicillos domino in acervum conpone.

Catão, *De Agri Cultura*, XXXVII.5

Conserva madeira para o senhor num tabulado, corta torinhas de oliveiras e raízes e empilha-as ao ar livre.

Ligna domino in tabulato condito, codicillos oleagineos, radices in acervo sub dio metas facito.

Catão, *De Agri Cultura*, LV.1

Ao vermos Catão aconselhar ao leitor cuidado com os salgueiros para que tenham utilidade para o *dominus*, que empilhe madeira para o *dominus*, que conserve madeira para o *dominus*, a primeira impressão que temos é a de que Catão não está escrevendo estes

conselhos para o *dominus* em si, mas possivelmente para o encarregado da propriedade. Isto é, existe uma distinção entre o leitor do texto e o *dominus*, e aparentemente o encarregado (*uilicus*) é este leitor. Essa interpretação converge perfeitamente com a hipótese que estabelece os escritos cotidianos de Catão acerca de suas propriedades como a fonte para a composição do *De Agri Cultura* e com o próprio conselho de Catão sobre deixar por escrito as ordens sobre a execução dos trabalhos:

Que ordene e deixe por escrito os trabalhos que deseja que se façam e os que deseja que se dêem de empreitada.

Quae opera fieri velit et quae locari velit, uti imperet et ea scripta relinquat.

Catão, *De Agri Cultura*, II.6

Sem descartar estas duas hipóteses, porém, Reay convida-nos a lidar com este fato como Catão e sua audiência lidavam, isto é, sem ver qualquer ambigüidade nesta maneira de abordar a execução das atividades. Segundo Reay, para os membros da aristocracia leitores do texto de Catão era exatamente a mesma coisa ler uma frase que dissesse que o proprietário deveria fazer algo ou que dissesse que seus escravos deveriam fazer algo, pois a ação final seria a mesma: o proprietário estaria realizando aquela ação – através de sua “extensão”, de seus instrumentos, os seus escravos²³⁸. Vejamos alguns exemplos deste uso da segunda pessoa, entre muitos possíveis:

Lembra-te de que todo ano vêm grandes tempestades e costumam derrubar as azeitonas. Se colheres rápido e as prensas estiverem a postos, a tempestade não causará dano algum e o azeite será mais verde e melhor.

Cogitato quotannis tempestates magnas venire et oleam deicere solere. Si cito sustuleris et vasa parata erunt, damni nihil erit ex tempestate et oleum viridius et melius fiet.

Catão, *De Agri Cultura*, III.2-3

Terminada a vindima, manda que os equipamentos de prensagem, cestos, canastras, cordas, suportes e pinos sejam guardados cada qual em seu lugar. Faze com que os *dolia* com vinho sejam purificados duas vezes ao dia; para isso, cuida de ter uma escova para cada *dolium*, a fim de que esfregues as bordas dos *dolia*. Trinta dias após a colheita, se não houver mais resíduos de uvas, veda os *dolia*. Se desejas tirar o vinho da borra, esse será o melhor tempo para isso.

Vindemia facta vasa torcula, corbular, fiscinas, funis, patibula, fibulas iubeto suo quidquid loco condi. Dolia cum vino bis in die fac extergeantur, privasque scopulas in dolia facito habeas illi rei, qui labra doliorum circumfrices. Ubi erit lectum dies triginta, si bene deacinata erunt, dolia oblitito. Si voles de faece demere vinum, tum erit ei rei optimum tempus.

Catão, *De Agri Cultura*, XXVI.1

²³⁸ Reay, “Agriculture, Writing and Cato’s Self-Fashioning”, *op.cit.*, p.342-347.

Dá aos bois folhas de olmo, de álamo, de carvalho e de figueira enquanto estiverem disponíveis. Dá às ovelhas folhas verdes enquanto estiverem disponíveis; atraí as ovelhas para onde fores semear e dá-lhes folhas até que a forragem esteja no ponto. Poupa o quanto puderes o feno seco que conservares para o inverno, lembrando-te de quanto ele é longo.

Bubus frondem ulmeam, populneam, querneam, ficulneam, usque dum habebis, dato. Ovibus frondem viridem, usque dum habebis, praebeto; ubi sementim facturis eris, ibi oves delectato; et frondem usque ad pabula matura. Pabulum aridum quod condideris in hiemem quam maxime conservato, cogitatoque hiemis quam longa siet.

Catão, *De Agri Cultura*, XXX.1

Quem deve colher as azeitonas antes das tempestades chegarem? Quem deve mandar guardar os equipamentos usados na vindima e purificar os *dolia*? Quem deve alimentar ovelhas e bois? O texto indica o leitor como o agente dessas atividades. Todas essas passagens aconselhando a realização de atividades pelo leitor, juntamente com as passagens acima citadas que sugerem a distinção entre o leitor e *dominus* reforçam muito a interpretação de que o *De Agri Cultura* foi composto, em parte, a partir de anotações de Catão com ordens para os encarregados por suas propriedades. Porém, Reay está certo em tentar compreender qual o significado que Catão pretendia criar para a leitura desse texto por seus pares aristocratas proprietários absenteístas. E acreditamos que sua interpretação é correta, pois a recepção da obra pela elite romana emulava o valor aristocrata de *labor* justamente através do efeito de “extensão do senhor” (*master extensibility*), isto é, o aristocrata proprietário absenteísta transformava-se no cultivador da terra através de sua “extensão”, seus escravos, tornando-se o verdadeiro *coloni* ou *agricola* (os termos que Catão utiliza no prefácio da obra ao se referir aqueles que optam pela segurança e a honestidade da busca da riqueza através da agricultura, e que é o momento do tratado mais facilmente identificável como valorização do *labor* aristocrata ligado ao *mos maiorum*).

Ademais, a importância do projeto político-cultural catoniano manifesto no *De Agri Cultura* cresce historicamente pelo fato de ter se consolidado através da escrita. Ao dar este “impulso gráfico” ao seu projeto, Catão transformava aquilo que poderia ser uma performance efêmera, ocasional, em um artefato da memória histórica²³⁹.

²³⁹ *Ibidem*, p.336 e Sciarrino, “Father, Master and Commander...”, *op.cit.*.

2.4. De Agri Cultura como fonte para a História Econômica

Sendo assim, é fundamental para qualquer interpretação do tratado catoniano lidar com estas considerações político-culturais. Se o tratado de Catão é estruturado pela construção de um discurso político-ideológico específico, este obviamente afetará a maneira como as atividades da propriedade rural serão descritas ou prescritas. Porém, isto significa que o conteúdo do *De Agri Cultura* de Catão é meramente ideológico ou discursivo, ou até mesmo imaginário, não contendo nenhuma relação com a realidade econômica dos campos italianos? Há quem, aparentemente, advogue tal posição. Nicola Terrenato, no resumo de sua comunicação no encontro nacional da *American Philological Association* de 2007, afirma que nenhum achado arqueológico que possa ser datado do período de vida de Catão corresponde à descrição presente no *De Agri Cultura* – o modelo catoniano de *uilla* só poderia ser verificado em achados arqueológicos datados para o final da República. Além disso, Terrenato identifica o que ele considera incongruências no relato de Catão: por exemplo, seus métodos de venda do vinho seriam radicalmente incompatíveis com o comércio de longa-distância, onde se poderia de fato obter lucros. Desta maneira, Terrenato conclui que

Observações deste tipo podem ajudar a definir a própria natureza, finalidade e público do tratado de Catão, corroborando leituras recentes que enfatizam sua dimensão literária e política. Mais do que escrever para ensinar a seus leitores sobre a agricultura, Catão parece pretender formar uma personalidade pública para si mesmo que irá apoiar os seus esforços políticos em Roma, dificultados pela sua condição de *homo nouus*.²⁴⁰

Sem entrar no mérito das fontes arqueológicas, que vão além das possibilidades desta dissertação, parece-me muito estranho cogitar que Catão fosse uma espécie de Nostradamus romano e profetizasse como seria a agricultura italiana quase duzentos anos depois de sua morte. Além disso, é bastante curiosa, também, a abordagem do historiador moderno em repreender o autor da fonte primária por apontar indícios de relações econômicas diferentes daquelas que ele, historiador moderno, sabe ser as corretas para o período da fonte. Não só é bastante razoável, como também bastante interessante, a hipótese de que Catão estava construindo um projeto político-ideológico de auto-representação da aristocracia através de seu *De Agri Cultura*. Porém, acreditar que as atividades descritas e prescritas no tratado não possuem qualquer contato com a realidade é apostar que Catão e seus leitores, sejam aqueles

²⁴⁰ Nicola Terrenato, “The Enigma of ‘Catonian’ Villas: the *De Agricultura* in the Context of Second Century BC rural Italian architecture”, *APA Annual Meeting 2007*, San Diego, California (abstract) <http://www.apaclassics.org/AnnualMeeting/07mtg/abstracts/Terrenato.pdf> (minha tradução)

que lhe foram contemporâneos ou os que continuaram a lê-lo nos séculos seguintes, sofriam de algum tipo de ilusão coletiva ou apreciavam por demais meta-história ou ficção científica.

O fato de que Catão escrevia um tratado sobre a relação dos proprietários absenteeístas romanos com suas propriedades a partir de um projeto político cultural não exclui a possibilidade de que o conteúdo deste tratado lide com a realidade deste tipo de relação. Muito pelo contrário, é muito mais fácil imaginar que Catão está fazendo uma leitura dessa realidade a partir de seus objetivos político-culturais do que cogitar que ele estava criando um mundo paralelo para defender estas idéias. Isso é corroborado pela hipótese mais provável sobre a composição da obra, indicada acima, que aponta a origem dos textos deste tratado como sendo apontamentos feitos por Catão em seu dia-a-dia. Sendo assim, a análise do tratado de Catão como parte de um projeto político-ideológico não exclui a análise da racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social, nosso objetivo nesta pesquisa – apenas acrescenta questões fundamentais para a análise, que devem ser enfrentadas para a real solução de certos questionamentos. Aplicando o conceito de *racionalidade ideológica*, proposto no capítulo anterior, podemos solucionar este suposto impasse. A *De Agri Cultura* é um artefato ideológico complexo, no sentido de que é composto na interseção de diversos níveis de contradições e relações sociais. Deste modo, a construção de seu discurso é perpassado, na verdade, por diversos referenciais sociais, o que determina a existência de elementos sociais múltiplos na construção da racionalidade ideológica que perpassa o texto, já que as necessidades sociais a serem satisfeitas são diversas.

Apenas para exemplificar o que estou dizendo abstratamente aqui, no quarto capítulo deste trabalho discutiremos o problema da importância da escravidão no tratado de Catão. Para fazer isso, deveremos levar em consideração o fato de que a escravidão tende a ser enfatizada no texto por se tratar justamente do tipo de relação de trabalho que melhor converge com o objetivo de identificar o proprietário como o verdadeiro agente do *labor*. Como bem aponta Fábio Duarte Joly:

A ótica patriarcal, que rege a descrição da *uilla* pelos agrônomos latinos, conduz a uma maior ênfase na escravidão, não como única forma de exploração do trabalho, mas como aquela relação de dependência que mais reforça a posição senhorial do proprietário. Mas (...) isso não implicava o total acobertamento de outras relações de trabalho no campo.²⁴¹

²⁴¹ Fábio Duarte Joly, “Terra e trabalho na Itália do alto império.” In: Gilvan Ventura da Silva & Norma Musco Mendes. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: EDUFES, 2006, p.76-77.

Porém, isso não significa que a presença de escravos nos campos italianos é mera invenção dos “agrônomos” latinos. Pelo contrário, para garantir a relevância e a força de seu texto, por mais que este fosse estruturado por um discurso político-ideológico, os textos dos agrônomos deveriam se relacionar com a realidade social das relações agrárias. Afinal de contas, um texto que emulasse um projeto político-ideológico deste tipo ao mesmo tempo em que promovesse conselhos úteis ou, ao menos, convergentes com a experiência cotidiana da elite proprietária, teria muito mais condições de repercussão do que um tratado completamente fora da realidade. Mais do que isso, além da construção de um projeto político-ideológico específico para o problema que Brandon Reay identifica, acreditamos ser possível identificar outros projetos ideológicos na construção do discurso da *De Re Rustica*, especialmente aquele que pretendemos discutir nesta pesquisa: a racionalização da atividade produtiva e das relações de controle sobre o trabalho. Estes outros discursos também precisam ser analisados para a melhor compreensão do texto da *De Agri Cultura*. Deste modo, voltando ao exemplo, a ênfase no trabalho escravo não pode ser entendida meramente pelo caráter de reforço da posição senhorial do proprietário e no aspecto relevante disto para o projeto político-ideológico da obra de Catão identificado por Reay. A ênfase no trabalho escravo também deve ser analisada a partir de outros projetos político-ideológicos, e o que focaremos em nosso trabalho é a questão da racionalização da atividade produtiva e das relações de controle sobre o trabalho.

Além desses pontos, certas características do tratado indicam usos utilitaristas do texto. Já apontamos a possível utilização das passagens de Catão como modelos para a escrita de ordens para os encarregados das propriedades. Segundo J.G.F. Powell, a extrema “topicalização” dos temas e a presença de frases iniciais que identificam a temática a ser tratada em praticamente todos os capítulos indicam uma prática atestada em outros tipos de textos latinos: o uso de modelos ou instruções para situações particulares²⁴². Desta maneira, reconhecemos que os objetivos político-culturais devem ser considerados na análise do texto, mas não há motivos para descartar o tratado de Catão como irrelevante para o estudo da realidade econômica dos campos italianos de seu tempo.

²⁴² J.G.F. Powell, “Dialogues and treatises”. In: Stephen Harrison, *A companion to Roman Literature*. Malden, MA.: Blackwell Publishing, 2005, p.228.

3. O *De Re Rustica* de Varrão

3.1. O Autor

Marco Terêncio Varrão é, hoje, muito conhecido por ser um daqueles autores da *De Re Rustica* (ou um dos agrônomos latinos) que identificamos acima, por ser o autor do tratado que influenciou a composição das *Georgicas* de Virgílio, ou ainda por ser o autor de um dos tratados de gramática latina mais importantes da antiguidade, a *De Lingua Latina*. Isto é fruto da forma como Varrão foi incorporado à invenção da Tradição Clássica a partir do Renascimento. Tais obras, *De Lingua Latina* e *De Re Rustica*²⁴³, foram sobre as quais os eruditos renascentistas interessados em Varrão dedicaram seus estudos, sendo, não por acaso, as únicas que chegaram até os nossos dias de maneira mais completa. Além de pequenos excertos que conhecemos a partir de citações e referências em obras de outros autores, conhecemos, da extensa produção varroniana, apenas os três livros da *Re Rustica* e os livros V a IX dos vinte e cinco do *De Lingua Latina*.

Porém, esta identificação do reatino com essas duas obras, de maneira tão restrita, inexistia antes do Renascimento. Na Antiguidade Tardia e Idade Média, Varrão era mais conhecido por seus textos enciclopédicos e teológicos – que não chegamos a conhecer²⁴⁴. Na Antiguidade ele era sinônimo de sabedoria: Quintiliano o considerou o mais erudito dos romanos, e Santo Agostinho impressionava-se com o fato de, tendo lido tantas obras, ainda lhe sobrasse tempo para escrever. E não foram poucos escritos, tantos que o mesmo Santo Agostinho duvidava ser possível que a vida de uma pessoa fosse o suficiente para conseguir ler todas as obras de Varrão. Estima-se que ele escreveu mais de cinquenta obras (alguns autores falam em mais de setenta), divididos em mais de seiscentos volumes²⁴⁵.

Varrão nasceu na cidade de Reate (ao que lhe deve a alcunha Reatino) em 116 a.C., provavelmente no seio de uma família eqüestre. A região onde nasceu era, na Antiguidade, associada a uma aura de tradicionalismo, sendo atribuída aos seus habitantes certa *pietas* rústica que teria sido perdida no resto da Itália²⁴⁶. Entre os dezenove e vinte e quatro anos (entre os anos 95 a.C e 90 a.C.), Varrão exerceu uma magistratura ligada à Justiça, Triúmviro

²⁴³ Sobre a influência da *De Re Rustica* de Varrão, além de outras obras da antiguidade clássica, sobre a agricultura européia no século XVI, ver G.E. Fussel “The Classical Tradition in West European Farming: The Sixteenth Century”, *The Economic History Review*, Volume 22, Issue 3, Dez. 1969, p.538-551.

²⁴⁴ Luis Alfonso Hernandez Miguel. *Varrón*. Biblioteca de la Literatura Latina, Madrid: Ediciones Clásicas, 2000, p.15

²⁴⁵ *Ibidem*. p.15.

²⁴⁶ Matheus Trevizam. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*, *op.cit.*, p.84.

Capital²⁴⁷, e estabeleceu seus primeiros contatos com Lúcio Élio Estilão, célebre gramático da época, de quem se tornaria discípulo. Em algum momento entre os anos de 90 a.C. e 85 a.C., ele publicou sua primeira obra, *De antiquitate litterarum*. Nesta época também, provavelmente em 86 a.C., Varrão foi Questor²⁴⁸. Com a ditadura de Sula, Varrão se exilou em Atenas, onde se tornou discípulo do filósofo Antíoco de Ascalão. Com a morte do Ditador, o reatino voltou a Roma, retomando a vida pública com o exercício de diversas magistraturas: Tribuno da Plebe em 70 a.C., Pretor em 69 a.C. e possivelmente Proquestor de Pompeu na Espanha entre 76 a.C. e 72 a.C. e Pretor da Ásia em 66 a.C.. Varrão se colocou sob a facção pompeiana no conturbado jogo político romano de sua época. Esteve na guerra contra Sertório na Espanha, participou da campanha contra os piratas no Mediterrâneo e sempre assessorou o grande General.

Em 59 a.C., Varrão participou da comissão supervisora da repartição de terras na Campânia, experiência que resultou na escrita de um tratado de agrimensura. Este cargo foi o último antes de Varrão ausentar-se da vida pública, ficando entre 59 a.C. e 50 a.C. sem exercer qualquer cargo público. Com a eclosão da Guerra Civil entre César e Pompeu em 49 a.C., ele voltou à facção pompeiana e serviu como *procurator* na Espanha Ulterior do lugar-tenente de Pompeu, Marco Petreio. Varrão se rendeu a César após os primeiros sucessos deste, mas acabou se juntando novamente a Pompeu. Depois da derrota de Farsália, Varrão foi perdoado por César, que o queria como diretor da nova Biblioteca Pública de Roma, escapando assim de Marco Antônio, que pretendia tomar suas terras como confisco dos proscritos.

Com o assassinato de César e a ascensão do Segundo Triunvirato, Varrão foi novamente vítima da perseguição de Antônio, sendo proscrito. Conseguiu salvar-se com vida ajudado por um certo Quinto Fúfio Caleno, a serviço provavelmente de Otávio, podendo, então, dedicar-se por completo à escrita de suas obras finais (inclusas nestas a composição final da *De Re Rustica*) até sua morte, quase aos noventa anos de idade²⁴⁹.

3.2. Composição da *De Re Rustica*

O tratado sobre o campo de Varrão, a *De Re Rustica*, é uma obra dividida em três livros, todos compostos em forma de diálogos. O Livro I é dedicado à agricultura, o Livro II,

²⁴⁷ Hernandez Miguel, *Varrón, op.cit.* p.9

²⁴⁸ *Ibidem*, p.9.

²⁴⁹ Trevizam, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina, op.cit.* p.86.

ao pastoreio, e o Livro III dedica-se a *pastio uillatica* (criação de pequenos animais na própria sede da propriedade rural). No capítulo I do Livro I, que serve de introdução à obra, Varrão afirma que aos oitenta anos de idade decidira escrever aquele livro para que sua esposa, Fundânia, tivesse acesso aos seus conselhos sobre como tornar uma propriedade rural produtiva mesmo depois de sua morte. A partir dessa passagem, a data de composição da obra seria 36 a.C.. Porém, René Martin defende uma hipótese amplamente aceita pelos estudiosos do tratado de que, na verdade, tal data marcaria apenas a compilação de três livros originalmente independentes e escritos em momentos diferentes da vida de Varrão. O argumento mais forte a favor desta hipótese de Martin é a sua análise deste capítulo I do livro I. Segundo Martin, podemos dividir tal capítulo nas seguintes partes:

1. Introdução ao leitor, na qual Varrão informa suas motivações sobre a escrita da obra:

Se eu vivesse no ócio, Fundânia, com mais comodidade escreveria a ti aquilo que agora exporei como puder e julgando que devo apressar-me, pois, como se diz, se o homem é como uma bolha, ainda mais um velho. Pois meus oitenta anos exortam-me a entrouxar a roupa antes de partir da vida. Então, já que compraste uma propriedade, desejas torná-la produtiva cultivando-a bem e pedes que eu me digne a cuidar do assunto, vou arriscar-me a fim de instruir-te no que é preciso fazer não só enquanto vivo, mas também depois de minha morte. (...)

Otium si essem consecutus, Fundania, commodius tibi haec scriberem, quae nunc, ut potero, exponam cogitans esse properandum, quod, ut dicitur, si est homo bulla, eo magis senex. Annus enim octogesimus admonet me ut sarcinas conligam, antequam proficiscar e vita. Quare, quoniam emisti fundum, quem bene colendo fructuosum cum facere velis, meque ut id mihi habeam curare roges, experiar; et non solum, ut ipse quoad vivam, quid fieri oporteat ut te moneam, sed etiam post mortem. (...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.1-2

2. “Plano de redação”, no qual Varrão fala indica que a obra estará dividida em três livros, informa os assuntos de cada um deles e os dedica a sua esposa:

Por isso, escreverei a ti três livros de consulta aos quais possas voltar, se procurares saber nessa matéria como e o que, ao cultivar, é preciso fazer.

Quocirca scribam tibi tres libros indices, ad quos revertare, siqua in re quaeres, quem ad modum quidque te in colendo oporteat facere.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.4

3. Invocação dos deuses, na qual são invocados doze deuses ligados à agricultura:

Já que, como dizem, os deuses auxiliam os que o fazem, eu os invocarei primeiro e não, como Homero e Ênio, as Musas, mas os doze deuses de primeira grandeza; contudo, não os urbanos, cujas imagens douradas se erguem junto ao foro, seis divindades masculinas e seis femininas, mas aqueles doze deuses, que são sobretudo guias dos agricultores.

Et quoniam, ut aiunt, dei facientes adiuvant, prius invocabo eos, nec, ut Homerus et Ennius, Musas, sed duodecim deos Consentis; neque tamen eos urbanos, quorum imagines ad forum auratae stant, sex mares et feminae totidem, sed illos XII deos, qui maxime agriculturalum duces sunt.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.5

4. Forma do trabalho, na qual se indica que será reproduzido na obra conversas que o autor teve com outras pessoas sobre a *agricultura*:

Então, respeitosamente invocados esses deuses, apresentarei os diálogos sobre agricultura que tivemos há pouco, pelo que poderás observar o que é preciso que faças.

Iis igitur deis ad venerationem advocatis ego referam sermones eos quos de agri cultura habuimus nuper, ex quibus quid te facere oporteat animadvertere poteris.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.7

5. “Bibliografia”, na qual se faz referência a autores que escreveram previamente sobre o assunto a ser tratado na obra:

Se houver assuntos que te interessam e não foram tratados por mim, indicarei em quais escritores, gregos e latinos, possas procurar. (...)

In quis quae non inerunt et quaeres, indicabo a quibus scriptoribus repetas et Graecis et nostris. (...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.7

6. Nova indicação do “plano de redação”, na qual se indica novamente os assuntos dos três livros, enfatizando que o livro I tratará exclusivamente da agricultura:

Por isso, tento tratar desse assunto mais brevemente em três livros, um sobre a agricultura, outro sobre a pecuária e o terceiro sobre as criações de animais na sede, suprimindo aquilo que não julgo pertencer à agricultura. Assim, antes mostrarei o que é preciso excluir ao assunto e então tratarei dele seguindo-lhe as divisões naturais.

Quo brevius de ea re conor tribus libris exponere, uno de agri cultura, altero de re pecuaria, tertio de villaticis pastionibus, hoc libro circumcisis rebus, quae non arbitror pertinere ad agri culturam. Itaque prius ostendam, quae secerni oporteat ab ea, tum de his rebus dicam sequens naturales divisiones.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.11

7. Indicação das fontes utilizadas pelo autor:

Partirei de três fontes: do que eu mesmo, cultivando em minhas propriedades, observei, do que li e do que ouvi de especialistas.

Ea erunt ex radicibus trinis, et quae ipse in meis fundis colendo animadverti, et quae legi, et quae a peritis audii.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.11

Para Martin, a impressão que este capítulo introdutório passa é de ser, na verdade, a mistura de dois textos diferentes: a introdução de toda a obra e a introdução do livro I apenas. Os itens 3 e 4 são apropriados apenas para introduzir o próprio Livro I, já que se referem especificamente à agricultura: os deuses invocados são todos agrícolas e o assunto dos diálogos a serem apresentados é identificado como sendo a agricultura. Além disso, a dedicatória dos três livros a Fundânia no item 2 entra em contradição com a dedicatória do livro II a Turrano Níger e do livro III a Quinto Pínio²⁵⁰. A dedicatória do livro II, em especial, é reveladora, pois faz menção ao livro sobre agricultura anteriormente escrito e dedicado a Fundânia:

E, desde que eu tenha escrito um livro para minha esposa, Fundania, sobre um desses temas, o da agricultura, por conta de sua aquisição de uma fazenda, para você, meu caro Turrano Níger, que tanto se deleita com bovinos, na medida em que seus pés muitas vezes levam-no, curvado sobre a compra, ao mercado no *Campus Macri*, poder mais facilmente satisfazer as grandes despesas que lhe são exigidas, vou discorrer mais rapidamente e resumidamente sobre o assunto da criação de gado. E poderei fazer isso mais facilmente pois possuo grandes rebanhos bovinos, e ovinos em Apulia, e eqüinos no distrito de Reate. Vou tomar como base as conversas que tive com os proprietários de gado no Épiro, no momento em que, durante a guerra com os piratas, eu estava no comando das frotas gregas que operavam entre Delos e Sicília.

E quis quoniam de agri cultura librum Fundaniae uxori propter eius fundum feci, tibi, Níger Turrani noster, qui vehementer delectaris pecore, propterea quod te empturientem in campos Macros ad mercatum adducunt crebro pedes, quo facilius sumptibus multa poscentibus ministres, quod eo facilius faciam, quod et ipse pecuarias habui grandes, in Apulia oviarias et in Reatino equarias, de re pecuaria breviter ac summatim percurram ex sermonibus nostris collatis cum iis qui pecuarias habuerunt in Epiro magnas, tum cum piratico bello inter Delum et Siciliam Graeciae classibus praeessem.

Varrão, *De Re Rustica*, II.Praef.6

²⁵⁰ Martin, *Recherches...*, op.cit., p.225-226.

Ou seja, no início da obra, segundo Martin modificado para se tornar uma introdução para a obra unificada, Varrão diz que dedica o *De Re Rustica* para Fundânia, enquanto no prefácio do Livro II ele afirma ter dedicado a Fundânia um livro anteriormente escrito sobre a agricultura.

Soma-se a isso o fato de Martin identificar algumas opiniões conflitantes na apreciação de certos temas nos diferentes livros, que indicariam um tempo de composição destes trechos bastante distendido. Como veremos, os argumentos de Martin neste ponto são menos convincentes, porém podem se somar como indícios convergentes para sua hipótese. Segundo o estudioso francês, o livro I é permeado por um espírito saudosista, reivindicando a idéia de “velhos romanos”, valorizando propriedades de tamanho mediano e de construção simples. Enquanto isso, os outros dois livros, especialmente o terceiro, valorizariam as grandes propriedades e as sedes luxuosas²⁵¹. Martin enfatiza principalmente que, frente a dicotomia *uilla* produtiva – *uilla* luxuosa, Varrão tende a valorizar a primeira no livro I, como por exemplo, na crítica que seu personagem Fundânio faz às *uillae* luxuosas, e a destacar a segunda no Livro III, como por exemplo, nos elogios aos ornamentos da *uilla* de Q. Pínio, a quem o livro é dedicado:

Fundânio disse: “Decerto uma propriedade é mais rendosa por causa dos edifícios caso se conforme a construção antes ao zelo dos antigos que ao luxo dos contemporâneos. Pois eles construíam em proporção às colheitas e estes em proporção a seus desejos desmedidos. Assim, as *uillae rusticae* [conjunto das construções destinadas às atividades produtivas, armazenamento e moradia dos escravos] daqueles custavam mais caro do que as *uillae urbanae* [conjunto das construções destinadas à estadia do proprietário e seus convidados], mas hoje em dia, na maior parte dos casos, é o contrário. Então, uma sede era elogiada se tinha uma boa cozinha rústica, currais espaçosos, uma adega e um depósito de azeite proporcionais ao tamanho do campo e com o piso inclinado para um tanque, pois com freqüência, quando o vinho novo foi guardado, romperam-se *orcae* na Espanha e *dolia* na Itália pela fermentação do mosto. Ainda cuidavam de ter na sede outras coisas semelhantes que a agricultura exigisse. Agora, pelo contrário, preocupam-se em ter uma *uilla urbana* o maior e o mais ornada possível e rivalizam com as casas de Metelo e Luculo, construídas a um custo exorbitante para os cofres públicos.(...)”

Fundanius, Fructuosior, inquit, est certe fundus propter aedificia, si potius ad anticorum diligentiam quam ad horum luxuriam derigas aedificationem. Illi enim faciebant ad fructum rationem, hi faciunt ad libidines indomitas. Itaque illorum villae rusticae erant maioris preti quam urbanae, quae nunc sunt pleraque contra. Illic laudabatur villa, si habebat culinam rusticam bonam, praeseptis laxas, cellam vinariam et oleariam ad modum agri aptam et pavimento proclivi in lacum, quod saepe, ubi conditum novum vinum, orcae in Hispania fervore musti ruptae neque non dolea in Italia. Item

²⁵¹ *Ibidem*, p.220-221.

cetera ut essent in villa huiusce modi, quae cultura quaereret, providebant. Nunc contra villam urbanam quam maximam ac politissimam habeant dant operam ac cum Metelli ac Luculli villis pessimo publico aedificatis certant.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XIII.6-7

Pois, assim como você tinha uma casa com tetos, interiores e pisos notáveis pelos afrescos, embutidos e belos mosaicos, mas achei que não era bom o suficiente até que suas paredes fossem adornadas também pelos seus escritos (...)

Cum enim villam haberes opere tectorio et intestino ac pavimentis nobilibus lithostrotis spectandam et parum putasses esse, ni tuis quoque litteris exornati parietes essent, ego quoque (...)

Varrão, *De Re Rustica*, III.1.10

Percebe-se, de fato, que no livro I Varrão faz um de seus personagens repreender veementemente a opulência das *uillas* de seu tempo, enquanto no livro III a suntuosidade da *uilla* de um amigo é elogiada. Porém, o quanto esta discrepância é resultado, necessariamente, de uma escrita temporalmente distante dos dois trechos? As opiniões de um autor sobre um mesmo assunto podem mudar não só ao sabor do tempo, mas também ao sabor dos contextos e interações sociais em que se insere. No livro I, Varrão usa esta crítica a suntuosidade em seu discurso de valorização do *labor* dos antepassados, enquanto no livro III elogia a suntuosidade da *uilla* de seu amigo para lhe fazer elogios. Certamente esta diferença pode ser explicada pela hipótese de Martin, mas apesar de possível, esta não é uma explicação necessária para a compreensão desta diferença entre as duas passagens.

Quanto a situação dos campos italianos, Martin aponta que Varrão tece uma pomposa ode a produtividade italiana no livro I e uma severa crítica ao abandono do cultivo no prefácio do livro II²⁵²:

Tendo-nos todos assentado, Agrásio disse: "Vós, que viajastes por muitas terras, vistes acaso alguma mais cultivada do que a Itália?" E Ágrio: "Eu, de fato, julgo que não há nenhuma que seja tão inteiramente cultivada. (...) o que de necessário não só não cresce na Itália mas também não se torna excelente? Que espelta compararei à da Campânia? Que trigo ao da Apúlia? Que vinho ao falerno? Que azeite ao de Venafro? Não é a Itália coberta de árvores, de modo que parece toda um pomar? (...)Os italianos parecem ter observado atentamente sobretudo duas coisas ao cultivar: se os frutos podem ser obtidos proporcionalmente aos gastos e trabalhos e se o terreno é salubre ou não. (...)

Cum consedissemus, Agrasius, Vos, qui multas perambulastis terras, ecquam cultiorem Italia vidistis? inquit. Ego vero, Agrius, nullam arbitror esse quae tam tota sit culta. (...) quid in Italia utensile non modo non nascitur, sed etiam non egregium fit? Quod far conferam Campano? Quod

²⁵² *Ibidem*, p.276-277.

triticum Apulo? Quod vinum Falerno? Quod oleum Venafro? Non arboribus consita Italia, ut tota pomarium videatur? (...) Duo in primis spectasse videntur Italici homines colendo, possentne fructus pro impensa ac labore redire et utrum saluber locus esset an non. (...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.II.3-8

Como, nestes dias, praticamente todos os chefes de família esgueiraram-se para o interior das muralhas, abandonando a foice e o arado, ocupando muito mais suas mãos no teatro e no circo do que nos campos de trigo e vinhas, nós contratamos o transporte da África e da Sardenha do grão com que encher nossos estômagos, e nós armazenamos a colheita em navios vindos das ilhas de Cos e Quios.

Igitur quod nunc intra murum fere patres familiae correperunt relictis falce et aratro et manus movere maluerunt in theatro ac circo, quam in segetibus ac vinetis, frumentum locamus qui nobis advehat, qui saturi fiamus ex Africa et Sardinia, et navibus vindemiam condimus ex insula Coa et Chia.

Varrão, *De Re Rustica*, II.Praef.3

Analisando as duas passagens, a interpretação de Martin de que existe um conflito geral de apreciações sobre a agricultura italiana entre os dois trechos precisa ser matizada. No trecho do livro I, Varrão faz uma defesa da produtividade das terras italianas frente às outras regiões do mundo. A crítica ao absentéismo e a falta de interesse na agricultura não nega essa defesa da produtividade italiana. Isto é, o que se critica aqui é o comportamento da aristocracia italiana, crítica esta que se insere na valorização da agricultura como elemento-chave para a identidade aristocrática. Desta forma, o conflito que existe entre a passagem do livro II é apenas com um trecho específico da passagem do livro I, a parte final em que Varrão considera os italianos bons agricultores por serem atentos à proporcionalidade dos gastos e trabalho frente aos rendimentos e a salubridade da terra.

Para explicar todas estas “arestas” na composição da obra, Martin propõe a tese de que a composição do texto de Varrão teria sido clivada cronologicamente. Segundo o historiador francês, o livro I não pode ter sido escrito antes de 59 a.C., pois cita Escrofa (um dos personagens centrais do diálogo) como um dos *uirgintuir* (*De Re Rustica* I.2.10), isto é, membro da comissão de vinte homens designada para repartir as terras da Campânia neste ano. Por outro lado, sua composição não deveria ser muito posterior a esta data, pois a referência a esta atividade de Escrofa não deveria ser esperada depois de muitos anos de realizada. Além disso, a data dramática, isto é, a data em que o diálogo é ambientado pelo autor, certamente é o período entre 59 a.C. e 57 a.C., pois há referência a casa de Lúculo (*De Re Rustica* I.2.10), romano notável pelas suas riquezas e feitos militares, morto em 57 a.C.. Desta maneira, Martin indicada alguma data próxima a 55 a.C. para a composição do livro I,

sendo os dois outros livros posteriores, enquanto 37 a.C. seria a data da compilação destes livros como uma obra única²⁵³.

3.3. Contexto político e cultural da composição

De qualquer forma, os três livros que compõem a *De Re Rustica* se inserem em uma mesma tradição “literária”: os “manuais técnicos” acerca de conhecimentos diversos, muito populares no mundo helenístico e que se espalharam pela elite romana quando das conquistas no Mediterrâneo oriental²⁵⁴. Tratados deste tipo escritos por autores gregos eram amplamente conhecidos pelos romanos, sendo longa a lista destes citados por Varrão no início de seu tratado (*De Re Rustica* I.1.8) e logo se tornaram também um importante modelo literário em Roma. Deve-se atentar para um ponto importante: o termo “manual técnico” possui uma carga anacrônica perigosa, pois os romanos não faziam uma distinção entre “literatura-artística” (*belles-lettres*) e literatura técnica, ou seja, mesmo o que chamamos de manual técnico tem pretensões artísticas, no sentido bem enunciado por Cícero de que “a exposição é por si própria uma arte”²⁵⁵.

Além disso, outra interpretação anacrônica do termo “técnico” deve ser evitada: a leitura destes “manuais” não era meramente instrumental. Estes tratados, cuja leitura era muito difundida na elite romana, tinham como assuntos mais comuns justamente aqueles tópicos que eram vistos, de alguma maneira, como necessários para o exercício de cargos públicos ou para o correto desempenho do papel de *pater familias*, desempenhando papel importante na construção da própria identidade aristocrática.

Desta forma, escrever um tratado sobre a agricultura não era meramente elencar informações necessárias para o *pater familias* administrar de maneira satisfatória suas propriedades, mas propriamente emular certas idéias sobre a identidade aristocrática. O tratado de Varrão, assim como o de Catão, se insere na valorização do *labor* como um dos elementos fundamentais da caracterização desta identidade.

Acreditamos ser possível, inclusive, estender para a *De Re Rustica* a análise feita por Brandon Reay sobre o tratado de Catão. Assim como este, Varrão também utilizava verbos na segunda pessoa do imperativo, criando o mesmo efeito de fazer dos leitores os agentes da atividade agrícola. Esse aspecto é extremamente marcante nos capítulos dedicados por Varrão

²⁵³ *Ibidem*, p.226-228 e 233.

²⁵⁴ White, “Roman Agricultural Writers I”, *op.cit.*, p.467.

²⁵⁵ Powell, “Dialogues and treatises”, *op.cit.*, p.224; a citação de Cícero é do *De Legibus*, 2.47.

a descrição das operações agrícolas em suas épocas corretas, como podemos exemplificar, entre outras possibilidades, na seguinte passagem:

No primeiro intervalo, entre o Favônio e o equinócio de primavera, é preciso que estas coisas sejam feitas: plantar os viveiros de todo tipo, podar os arvoredos, adubar as pastagens, ablaquear em torno das videiras, cortar as raízes que ficam à flor da terra, limpar as pastagens, plantar salgueiros e sachar as searas.

Primo intervallo inter favonium et aequinoctium vernum haec fieri oportet. Seminaria omne genus ut serantur, putari arbusta, stercorari in pratis, circum vites ablacuari, radices quae in summa terra sunt praecidi, prata purgari, salicta seri, segetes sariri.

Varrão, *De Agri Cultura*, I.XXIX.1

Ao ler esta passagem, podemos nos fazer o mesmo tipo de pergunta feita sobre o texto de Catão: quem realizará todas essas atividades? Os trabalhadores não são mencionados como sujeitos ativos da produção, aparecem apenas como um meio oculto pelo qual o proprietário realiza tais atividades.

Outra questão político-ideológica que pode perpassar a composição da *De Re Rustica* por Varrão é identificada pela historiadora Carin Green. Segundo ela, o conceito varroniano de administração da *uilla* é perpassado por uma identificação ideológica com a administração da *Res Publica*²⁵⁶ – de maneira similar ao que se pode perceber no tratado de Columella, segundo Fábio Joly²⁵⁷. Assim, os conselhos sobre a administração das propriedades rurais de Varrão são construídos tendo em mente não apenas a realidade rural da qual falam diretamente, mas em consonância com perspectivas, interesses e concepções do autor acerca da administração pública.

Para ressaltar esse aspecto político-ideológico da composição literária de Varrão, cabe perceber que a composição de obras literárias é uma das características mais marcantes de sua atuação política. Os exemplos mais claros disso são obras compostas para auxiliar Pompeu, o Grande (a quem Varrão apoiava politicamente) em determinados desafios políticos, como *Isagogicum ad Pompeium*, escrita para aconselhá-lo em sua relação com o Senado quando se elegeu cônsul, e *Ephemeris navalis*, obra que tratava sobre a arte de navegar e que tinha como objetivo auxiliar o grande general em suas campanhas contra Sertório na Espanha e contra os Piratas no Mediterrâneo²⁵⁸. A utilização da erudição como ferramenta para ascensão política é

²⁵⁶ Carin M.C. Green, “Free as a bird: Varro *De Re Rustica* 3”. *The American Journal of Philology*, Vol. 118, No. 3, 1997, p.431-432.

²⁵⁷ Joly, “Espaço e Poder no *De Re Rustica* de Columella”, *op.cit.*, p.287-288.

²⁵⁸ Hernandez Miguel, *Varrón*, *op.cit.* p.33 e 37.

uma característica marcante na carreira de Varrão, e nisso ele não estava só. Habilidades literárias eram úteis para trazer homens das aristocracias locais das cidades italianas para a esfera da classe governante romana²⁵⁹. É dentro deste contexto que a emulação dos valores aristocráticos em obras literárias, como ocorre com o *labor* na *De Re Rustica*, devem ser entendidos. Membros destacados das elites municipais, como Varrão ou Cícero, se inseriam na construção da idéia de aristocracia romana a partir destas obras literárias.

Outro problema que surge para nossa análise é o fato reconhecido por todos os comentadores de que Varrão, como muitos outros autores da Antiguidade clássica, fazia uso abundante da literatura prévia sem maiores preocupações em referenciar a autoria das informações citadas. Assim, haveria de se discutir o quanto das prescrições de Varrão realmente fazem referência a uma realidade concreta da sociedade de seu tempo, já que muitas delas poderiam ser meramente repetições de passagens de autores anteriores e estrangeiros. Kenneth White pondera, precisamente, que esta prática de citação não era vista como problema pelos antigos, pois o que determinava a reputação de um autor como autoridade no assunto debatido não era o fato da cópia ou não de outros autores, mas a maneira como esta cópia era feita²⁶⁰. A partir disto, Skydsgaard mostra como o trabalho de utilização de Varrão se vale de um trabalho muito comum entre os escritores romanos de “manuais técnicos”: utilizar excertos de muitas obras anteriores sobre temas diversos, adaptando-as para o seu tema²⁶¹. Sendo assim, acreditar que Varrão é um mero copista de textos anteriores e que, conseqüentemente, as informações contidas em seu tratado não coadunam com a realidade rural italiana de seu tempo é equivocado, pois seria impossível entender a reputação e a divulgação de sua *De Re Rustica* caso isso fosse verdade.

3.4. *De Re Rustica* como fonte para a História Econômica

A partir deste ponto de vista, a análise da *De Re Rustica* precisa, da mesma maneira que a análise do *De Agri Cultura* de Catão, passar por certos cuidados para possibilitar um estudo sócio-econômico, mas tal estudo é não só possível como promissor. Precisamos enfatizar que Varrão não pretendia descrever a realidade rural italiana, mas sim compor uma obra literária dentro de certos modelos pré-existentes. Um exemplo de conseqüência importantíssima para a análise social e econômica do mundo rural italiano a partir do tratado

²⁵⁹ Mary Beard & Michael Crawford, *Rome in the Late Republic*. London: Duckworth, 1985, p.21.

²⁶⁰ White, “Roman Agricultural Writers I”, *op.cit.*, p.474.

²⁶¹ Skydsgaard, *Varro the Scholar*, p.72-86, *apud*, K.D. White, “Roman Agricultural Writers I”, *op.cit.*, p.476.

varroniano nos é apontado pela historiadora austríaca Ulrike Roth: Varrão enfatiza que seu objetivo é escrever, no livro I, um tratado sobre *agricultura*, e não sobre a realidade do mundo rural²⁶². Essa diferença, que parece pouco importante, é fundamental. Qualquer aspecto da realidade rural italiana que não faça parte da agricultura é omitida por Varrão em seu livro I (e o mesmo ocorre nos outros dois livros, tendo como objetos, porém, o pastoreio e a *pastio uillatica*), como o próprio Varrão afirma:

Por isso, tento tratar desse assunto mais brevemente em três livros, um sobre a agricultura, outro sobre a pecuária e o terceiro sobre as criações de animais na sede, suprimindo aquilo que não julgo pertencer à agricultura.

Quo brevius de ea re conor tribus libris exponere, uno de agri cultura, altero de re pecuaria, tertio de villaticis pastionibus, hoc libro circumcisis rebus, quae non arbitror pertinere ad agri culturam.

Varrão, *De Re Rustica*, I.I.11

Roth conclui que Varrão seleciona atividades existentes na realidade rural identificadas com a agricultura, excluindo outras atividades que poderiam exercer um papel fundamental na realidade econômica da Itália rural²⁶³. Sendo assim, qualquer análise da realidade econômica rural italiana que tenha o *De Re Rustica* como fonte primária precisa levar em consideração o problema das “lacunas” do texto. Como solução para este problema, Roth indica o cotejamento das fontes com proposições baseadas em modelos teóricos, que permitem analisar os indícios apontados pela fonte a partir de pontos de vista “provocativos”²⁶⁴.

Outra questão levantada por essa categorização rígida de Varrão é, justamente, a apresentação em separado de atividades que, decerto, se davam de maneira inter-relacionada na prática cotidiana do mundo rural. Como percebe Kenneth White, o próprio Varrão, apesar de dedicar linhas e mais linhas ao intuito de identificar com precisão a separação entre agricultura e pastoreio no livro I (*De Re Rustica* I.2.12-28), enfatiza a interdependência entre agricultura e a criação de animais no prefácio do livro II (*De Re Rustica* II, *praef.*5). Sendo assim, a rígida estrutura expositiva de Varrão não pode nos enganar quanto a inter-relação das atividades, apresentadas em separado, na realidade rural italiana²⁶⁵.

Outro problema é o caráter moralizante da obra de Varrão, isto é, o quanto as prescrições de Varrão se devem mais a conceitos morais da elite romana do que a problemas

²⁶² Ulrike Roth, *Thinking Tools*. Agricultural Slavery between evidence and models. Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement 92, Londres: Institute of Classical Studies, University of London, 2007, p.7.

²⁶³ *Ibidem*, p.8.

²⁶⁴ *Ibidem*, p.9.

²⁶⁵ Kenneth D. White, *Roman Farming*. Thames and Hudson, 1970, p.51.

práticos da realidade rural. Na verdade, esse problema se assemelha ao do caráter político-ideológico que Brandon Reay identifica na obra de Catão. A solução para o problema em Varrão é o mesmo que apontamos acima: na hora de avaliarmos certas informações presentes na *De Re Rustica*, devemos estar atentos para o fato de que a abordagem dos temas feita por Varrão é perpassada por certos projetos político-ideológicos, e que estes devem ser estudados dentro do quadro conceitual da racionalidade ideológica. Sendo assim, mais do que “limpar” as informações de “deformações” causadas por estes aspectos políticos e culturais, devemos identificar as formas como diferentes discursos se relacionam dentro do texto dos agrônomos (tanto Varrão como Catão). Na verdade, o que ocorre nestes tratados não é a invasão de concepções moralizantes sobre o campo do econômico, como alguns imaginam, mas a construção de discursos convergentes acerca de aspectos diversos da realidade social da aristocracia italiana, da qual faziam parte esses autores. Roger Chartier, pensando um contexto completamente diverso, o da História da Filosofia, corrobora de certa forma esta abordagem que pretendemos. Sobre a análise de textos filosóficos, ele afirma ser necessário que se:

(...) identifique as transferências de paradigmas de um domínio para outro (...) ou ainda, a utilização de analogias que aproximam universos conceituais separados (...) [ou ainda que se deve] tentar compreender a sua racionalidade específica na historicidade da sua produção e das suas relações com outros discursos.²⁶⁶

Porém, entre o que observa Chartier e o que percebemos em Catão e Varrão, há uma diferença importante. Os “agrônomos latinos” não estão, exatamente, aproximando universos conceituais separados. Existe, na verdade, a construção de discursos a partir de referenciais diferentes que se inter-relacionam, fazendo com que elementos conceituais de um referencial (a construção da identidade aristocrática) sejam utilizados para compor a reflexão acerca do outro referencial (a administração do trabalho rural), enquanto a própria reflexão sobre este referencial faz parte da construção do quadro conceitual daquele referencial – já que temos como hipótese neste trabalho a idéia de que a racionalização ideológica sobre o trabalho rural faz parte da construção da identidade aristocrática.

Sendo assim, a análise desses textos deve comungar com a preocupação metodológica do historiador francês Yvon Garlan em seu estudo sobre a escravidão na Grécia Antiga, no qual ele afirma:

²⁶⁶ Chartier, *História Cultural*, *op.cit.*, p.73.

Nós correremos sérios riscos de incompreendê-los [os textos antigos que versam sobre a escravidão] se tentarmos interpretá-los fora do contexto dos gêneros literários aos quais eles pertencem e, acima de tudo, sem referência ao lugar que eles ocupam em um ou outro sistema de representação.²⁶⁷

Nosso estudo sobre os processos de racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social a partir dos tratados de Catão e Varrão devem, então, se preocupar com questões políticas e ideológico-literárias da composição destes textos. Precisamos, portanto, refletir sobre como empreender estudos acerca de obras literárias que, ao mesmo tempo, respeitem as particularidades destas obras e nos permitam ir além de meras identificações de quadros conceituais internos da obra, analisando como estes estão relacionados com a realidade social em que as obras foram produzidas.

O estudo destes “tratados de agronomia”, ao nosso ver, deve ser pensado, metodologicamente, de maneira próxima ao que Rafael de Bivar Marquese fez em seu estudo sobre os modelos de gestão da mão-de-obra escrava na América, em *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Marquese, ao explicar sua abordagem das fontes, afirma:

A análise dos textos prescritivos sobre a administração dos escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato da elaboração das idéias sobre o assunto, pois esses textos foram organizados com base em concepções formuladas em redes de conhecimento historicamente distintas e pretenderam intervir em contextos materiais específicos, isto é, buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores. (...) *O estudo das idéias sobre gestão escravista, por conseguinte, exige a investigação tanto dos instrumentos intelectuais que lhes deram sustentação quanto das sociedades escravistas em que procuravam intervir.*²⁶⁸

Ou seja, o estudo das prescrições sobre a administração do trabalho escravo identificáveis nos tratados de Catão e Varrão devem passar tanto pela identificação dos quadros conceituais dos contextos político-ideológicos em que esses autores viveram, e que são fundamentais para entender a composição de seus textos, como pela análise da sociedade escravista em que pretendiam que suas prescrições interviesses. Assim, pretendemos rechaçar tanto a metodologia *anedótica* que usava passagens destes tratados sem a análise literária necessária, como também certos exageros que podemos identificar em algumas

²⁶⁷ Yvon Garlan, *Slavery in Ancient Greece*. Revised and expanded edition. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988, p.15.

²⁶⁸ Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.12, grifos meus.

abordagens contemporâneas, que pretendem negar a relação desses tratados com a realidade e analisar suas prescrições apenas “metafóricas”. Contudo, não realizaremos este empreendimento a partir das mesmas bases teórico-metodológicas em que Marquese fez sua pesquisa. Enquanto ele utiliza os estudos da História das Idéias de Quentin Skinner e John Pocock como parâmetro para o seu estudo, nós recorreremos a outra forma de abordagem teórico-metodológica, partindo de nossas considerações sobre o conceito de racionalidade ideológica feitas no capítulo anterior, e baseada no Estruturalismo Genético de Lucien Goldmann.

4. Estruturalismo Genético e Análise de Conteúdo

Como vimos, mesmo concordando com as críticas metodológicas à abordagem sócio-econômica tradicional dos tratados de “agronomia” latinos, acreditamos que estudos sócio-econômicos a partir destas fontes são perfeitamente viáveis. Mais do que isso, acreditamos que a renovação metodológica proposta por tal crítica permite, justamente, uma melhor compreensão da Itália rural antiga através da compreensão das concepções estruturantes dos textos e da identificação das relações entre estas estruturas e as transformações da realidade social antiga – com a ressalva importante de que a compreensão de tal realidade não é redutível à análise dos textos dos “agrônomos” e, portanto, o recurso a outras fontes é fundamental para qualquer tentativa de estudo exaustivo do mundo rural italiano.

A questão fundamental para nossa pesquisa é como realizar a identificação das relações entre as concepções estruturantes dos textos e a realidade social. A resposta a este problema passa pelo conceito de racionalidade ideológica que defendemos no capítulo anterior. Entendendo as concepções estruturantes destes tratados como produtos de uma racionalidade ideológica em construção frente à experiência da classe dominante romana, podemos estabelecer informações úteis para a análise da realidade na qual tal experiência é construída.

A realização desse projeto se insere no campo de pesquisa da Análise de Discurso. Segundo Laurence Bardin, a hipótese geral da Análise de Discurso é a de que um discurso, ou um conjunto de discursos, é determinado pelas suas condições sociais de produção e pelo sistema lingüístico²⁶⁹. Obviamente, nos interessarão mais, os problemas das condições sociais de produção – por mais que não possamos deixar completamente de lado o problema do

²⁶⁹ Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, [s.d.], p.214.

sistema lingüístico. O discurso é situado e determinado pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O estudo disto consiste em uma verdadeira *sociologia do discurso*, no sentido de que se pretende descobrir as conexões entre “exterior e discurso, entre as *relações de força* e as *relações de sentido*, entre *condições de produção* e *processos de produção*”²⁷⁰.

A identificação destas relações passa pelo entendimento da distinção feita por Lucien Goldmann entre *compreender* e *explicar*:

(...) a compreensão é a evidenciação *de uma estrutura significativa imanente ao objeto estudado* (...). A explicação é simplesmente a inserção dessa estrutura, enquanto elemento constitutivo e funcional, em uma estrutura imediatamente globalizante, que o pesquisador não explora, no entanto, de maneira detalhada, mas somente na medida em que isso é necessário para tornar inteligível a gênese da obra que ele está estudando.²⁷¹

Porém, estes dois processos epistemológicos são, na verdade, um único e mesmo processo redutível a duas instâncias diferentes da totalidade, pois as estruturas constitutivas do comportamento humano, evidenciáveis na estrutura significativa de uma obra, são geradas não só pelo seu dinamismo interno, mas também pelo dinamismo das estruturas mais amplas nas quais elas estão inseridas – e que têm relação direta com aqueles dinamismos internos das estruturas abarcadas²⁷². Goldmann defende, em sua definição do Estruturalismo genético, uma relação entre sujeito e estrutura similar a de Roy Bashkar que apresentamos no capítulo anterior: são os homens e mulheres que, engajados em um conjunto de relações sociais estruturadas, produzem a história – e não as estruturas de parentesco, de linguagem, de produção, entre outras, como defendem estruturalismos não-genéticos. Mas ao mesmo tempo, “toda tentativa de conceber o sujeito como individual tem como consequência colocar diante desse sujeito a realidade social e histórica como dado estático”²⁷³

Sendo assim, o discurso é situado e determinado pela posição do emissor nas relações de força no sentido em que as estruturas mentais, que presidem a criação literária, não são um fenômeno individual, mas social, sendo no nível de unidades coletivas que devemos analisá-las. As unidades obviamente são redes de relações entre indivíduos, mas a complexidade das estruturas mentais provém da pertença e das relações desses indivíduos no quadro de

²⁷⁰ *Idem*, p.214-215.

²⁷¹ Lucien Goldmann, *Marxisme et sciences humaines*, apud Michael Löwy e Sami Naïr, *Lucien Goldmann*. Ou a dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008, p.27.

²⁷² Löwy e Naïr, *Lucien Goldmann*, *op.cit.*, p.28.

²⁷³ *Ibidem*, p.38.

diferentes grupos sociais, de conjuntos de pessoas que viveram situações análogas e problemas similares que foram solucionados em conjunto²⁷⁴. Nas palavras de Lucien Goldmann:

O grupo constitui um processo de estruturação que elabora na consciência de seus membros as tendências afetivas, intelectuais e práticas, no sentido de uma resposta coerente aos problemas que suas relações com a natureza e suas relações inter-humanas formulam. Salvo exceção, essas tendências estão, contudo, longe da coerência efetiva, na medida em que são, como já dissemos, contrariadas na consciência dos indivíduos pela filiação de cada um deles em outros numerosos grupos sociais²⁷⁵.

Destes grupos, a análise das classes sociais deve ser privilegiada por causa de sua pertinência particular para as transformações históricas. Pela própria forma como as classes sociais são conceitualmente categorizadas e historicamente formadas (como defendemos no primeiro capítulo), sua práxis e consciência são orientadas não apenas para um setor ou aspecto particular da sociedade, mas para a totalidade social, para o conjunto das relações inter-humanas – seja para conservá-las, seja para transformá-las²⁷⁶. “As classes são os únicos grupos cujas escalas de valor são *específicas porque visam, cada uma delas, um ideal diferente de organização social do conjunto...*”²⁷⁷.

Desta modo, a metodologia da pesquisa consistirá em identificar estas estruturas conceituais que fundamentam a composição dos tratados, sendo que nossa ênfase será a busca pela identificação de preocupações latentes, problemas fundamentais construídos pela experiência social da elite romana que tais estruturas conceituais, como identificadas nos tratados, nos permitem visualizar. A partir da identificação de tais preocupações acreditamos ser possível estudar como a elite escravista romana desenvolveu estratégias de controle e exploração da mão-de-obra rural, identificando a existência (ou inexistência, caso nossa hipótese inicial se mostre equivocada) de um processo de racionalização da atividade produtiva e das relações de controle social dentro de um quadro ideológico escravista.

²⁷⁴ Lucien Goldmann, *Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.206.

²⁷⁵ *Ibidem*, p.208.

²⁷⁶ *Ibidem*, p.208-209.

²⁷⁷ *Idem*, “Classes sociais e visões de mundo” (trecho de *Sciences Humaines et Philosophie*) apud Lowy e Naïr, *Lucien Goldmann, op.cit.*, p.108.

Capítulo 3: A *Villa Rustica*: conceito e primeiros elementos de análise

É necessário, para a análise dos preceitos sobre organização e controle da mão-de-obra nos tratados de Catão e Varrão, a identificação do(s) tipo(s) de propriedade fundiária e exploração do trabalho delineados por tais tratados. Tradicionalmente, esta identificação seria vista como bastante simples: os tratados de Catão e Varrão teriam em mente as *uillae rusticae*, ou *uillae* escravistas – propriedades de terra de tamanho mediano especializadas na produção de óleo de oliva e vinho para venda no mercado e que teriam como mão-de-obra trabalhadores escravos (normalmente pensados como exclusivamente homens). Este modelo fundiário e de exploração do trabalho seria o elemento fundamental do modo de produção escravista que se desenvolveu na Itália a partir da expansão imperialista romana pela península, tendo seu período áureo entre os séculos II a.C. e I d.C.. O modelo fundiário anterior, as pequenas propriedades camponesas, teria perdido espaço para este novo modelo, das *uillae* escravistas, tornando-se, no máximo, reminiscência anacrônica de um passado que estava sendo superado.

Esta abordagem tradicional de análise do desenvolvimento da história agrária italiana do período republicano, porém, vêm sendo sistematicamente questionado em cada um de seus fundamentos nas últimas décadas. Este não é o espaço para uma discussão de fôlego sobre cada um dos pontos em discussão; trataremos de apresentar algumas questões centrais do debate que têm interferência direta na discussão sobre o(s) tipo(s) de propriedade fundiária e exploração do trabalho que Catão e Varrão tinham em mente na composição de seus tratados.

1. Estrutura Fundiária e Demografia na Itália Republicana

Para entender essas discussões, é preciso antes lembrar que entre os séculos V e III a.C., Roma, inicialmente apenas uma pequena cidade-estado na região central da Itália cercada por povos poderosos, etruscos ao norte e gregos ao sul, em especial, se tornou a maior potencia militar da região. Anexando territórios de povos que se opunham ao seu poder, ou criando alianças desiguais com aqueles que nem conseguiam oferecer maior resistência, Roma aos poucos se tornou a potência hegemônica e senhora de toda Itália. Porém, a conquista da Itália foi só o início de uma das mais impressionantes expansões imperialistas da

história. Entre os séculos III e I a.C., as tropas romanas deixaram de impor seu controle apenas sobre a Itália, expandindo o poder romano para toda a região mediterrânea. Além disso, ao poder exercido sobre as regiões diretamente controladas por magistrados da República romana, somava-se o poder exercido sobre regiões periféricas ao Império, como o Egito Ptolomaico, conquistado apenas posteriormente.

Essa expansão imperial não transformou apenas a realidade das regiões invadidas e oprimidas pelas tropas e pelos cobradores de impostos romanos. A cidade de Roma, as outras cidades italianas e o próprio campo italiano assistiram amplas transformações sociais, políticas e econômicas causadas pela grande mobilização militar de cidadãos necessária para garantir tal expansão e pelo imenso influxo de riquezas garantido pela construção do império.

Autores como Peter Brunt, Arnold Toynbee e Keith Hopkins afirmaram que a expansão imperial gerou ao mesmo tempo o enriquecimento da aristocracia romana e italiana, o empobrecimento e expulsão dos camponeses de suas terras e a formação do sistema escravista romano, com a substituição das pequenas propriedades camponesas por médias propriedades escravistas, que seriam as tais *uillae* escravistas descritas nos tratados sobre agricultura de Catão, Varrão e Columella.

Um marco fundamental neste processo descrito por esses autores seria a Segunda Guerra Púnica, quando boa parte da Itália romana teria sido arrasada pela campanha do general cartaginês Aníbal. Significativamente, um dos livros mais famosos a defender esta tese, de Toynbee, chama-se *O Legado de Aníbal*. A destruição causada pelas batalhas deste conflito ocorridas dentro da Itália teria levado os camponeses a uma situação extremamente crítica. Porém, esta destruição apenas agravava uma situação crônica: a grande mobilização militar do campesinato romano, que crescia a cada ano, tornava-se um problema para a economia camponesa, seja porque a mobilização já excedia às épocas do ano de subemprego de sua mão-de-obra, atrapalhando assim a capacidade de trabalho das unidades familiares camponesas, seja porque ao ficarem tanto tempo longe de suas terras, elas se tornavam mais facilmente alvo da usurpação dos cada vez mais ricos e poderosos grandes proprietários de terra.

Com isso, assistir-se-ia neste período um grande processo de concentração da propriedade da terra, resultante do enriquecimento da aristocracia romana e da expropriação dos camponeses da terra. Os expressivos aprisionamentos de cativos de guerra neste período abriram a oportunidade de substituir esses camponeses expropriados por escravos como produtores agrícolas diretos. Ao mesmo tempo, a ida destes camponeses sem-terra para o exército ou para as cidades aumentava o enriquecimento da elite, pois ao mesmo tempo

mantinha a máquina de expansão imperial em funcionamento e criava mercados para o consumo dos produtos das propriedades escravistas.

Dentro dessa tese tradicional de crise do campesinato e expansão da escravidão romana, portanto, os tratados de Catão e Varrão seriam descrições do tipo de propriedade que se tornou hegemônica na Itália dos séculos II e I a.C., a *uilla* escravista. Estas seriam resultado do processo de concentração da terra nas mãos da elite, da crise do campesinato e da expansão da mão-de-obra escrava. Assim, a partir dessa tese tradicional, difundiu-se a idéia de uma transição de modelo agrário na Itália romana ao longo dos séculos de história republicana, que teriam levado uma situação inicial de predomínio da pequena propriedade, trabalhada pelas próprias famílias camponesas (mesmo que algumas um pouco mais ricas contassem com um ou outro escravo como força de trabalho auxiliar), para o chamado padrão do “sistema da *uilla*”. Autores com posturas teóricas as mais diversas possíveis, como Michail Rostovtzeff²⁷⁸, Tenney Frank²⁷⁹, W.E. Heitland²⁸⁰ e Andrea Carandini²⁸¹ falavam em uma evolução desse padrão agrário em uma “progressiva racionalização e especialização da produção agrícola, voltada para o abastecimento de mercados fora da Itália”²⁸², identificável, muitas vezes, através das diferenças entre os tratados de agronomia – vistos como descrições exatas da realidade agrária italiana. Assim, o surgimento do sistema da *uilla* teria se dado com um tipo mais rudimentar, a *uilla* catoniana, que teria sido seguida pela *uilla* varroniana e, posteriormente, pela *uilla* columelliana, formas mais avançadas de exploração da terra²⁸³.

Esse quadro geral da evolução da história agrária romana, fundamentado na tese tradicional de crise do campesinato, vem sofrendo severas críticas desde que a arqueologia rural começou a apresentar um quadro muito mais heterogêneo do que a tese tradicional nos permitiria imaginar.

1.1. Arqueologia rural e a heterogeneidade da estrutura fundiária

A partir da década de 60 do século passado, assistimos a uma verdadeira revolução metodológica na arqueologia rural. Abandonando o estilo de escavação usado nos trabalhos

²⁷⁸ Michail Rostovtzeff, *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p.90.

²⁷⁹ Tenney Frank, *An Economic History of Rome*. Batoche Books, 2004, p.56-57.

²⁸⁰ Heitland, *Agricola*, *op.cit.*, p.153 e 179.

²⁸¹ Andrea Carandini, “Sviluppo e Crisi delle manifature rurali e urbane”. In: Andrea Giardina e Aldo Schiavone (eds.), *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.2: Mercè, Mercati e Scambi nel Mediterraneo. Bari: Laterza, 1981, p.251-253

²⁸² Joly, *Libertate opus est*, *op.cit.*, p.43.

²⁸³ Andrea Carandini, “L’Economia itálica fra tarda repubblica e médio impero considerata dal punto di vista di una merce: Il vino”, *op.cit.*, p.509-510, p.513-520; K.D. White, *Roman Farming*, *op.cit.*, p.389-409.

do século XIX na região soterrada pelo Vesúvio, que era mera adaptação das técnicas de escavação de sítios urbanos, especialistas desenvolveram novas formas de abordar a paisagem rural italiana. Aplicando a técnica dos *fields surveys*²⁸⁴, os arqueólogos puderam abandonar a ênfase de escavação de sítios arqueológicos luxuosos e de grande porte, permitindo uma visualização mais diversificada de sítios arqueológicos rurais e a composição de mapas de ocupação do solo ao longo dos séculos em uma dada região.

O primeiro dado indicado pelo *South Etruria Survey*, grande projeto de pesquisa da *British School at Rome* nas décadas de 60 e 70, pioneiro nestas inovações técnicas, foi o constante crescimento do adensamento da ocupação do campo ao longo de toda a história republicana. Contestava-se, assim, diretamente a idéia de “campo deserto” derivada de algumas fontes literárias, especialmente a biografia plutarquiana de Tibério Graco e a história de Apiano, e a tese tradicional de crise do campesinato que se baseava nelas²⁸⁵. Segundo Timothy Potter, membro do projeto e autor da síntese mais conhecida sobre esta pesquisa, “durante os 350 anos que se seguiram a conquista romana [da região], há um influxo constante de novos agricultores, que passam a cultivar gradualmente até mesmo as terras mais marginais”²⁸⁶.

Além desta atestação de uma continuidade de ocupação dos sítios e da expansão da densidade da ocupação do campo, importantes para contrapor a tese de diminuição da população rural, outro dado importante levantado pelo projeto britânico a contestar as imagens construídas pela tese tradicional de crise do campesinato foi a grande proporção de sítios arqueológicos identificados como pequenas propriedades camponesas: a expansão das *uillae*, que se inicia na segunda metade do século II a.C. e ganha muita força ao longo do século I a.C., integra-se em um contexto de continua intensificação da ocupação do campo, iniciado ainda na idade do bronze italiana, e do qual as pequenas propriedades camponesas não só faziam parte como seriam predominantes²⁸⁷.

Porém, não é possível falar em uma refutação completa da tese tradicional de crise do campesinato por estas novas pesquisas de arqueologia rural, da qual o estudo da Etrúria Meridional é o maior símbolo. É extremamente significativo que dados de novas pesquisas

²⁸⁴ Uma boa síntese explicativa sobre tal método de pesquisa arqueológica pode ser encontrada em John Patterson, *Landscapes and Cities*, Rural settlement and civic transformation in Early Imperial Italy. Oxford University Press, 2006, p.9-12

²⁸⁵ O primeiro a fazer tal uso crítico do *South Etruria Survey* foi Martin Frederiksen, “The contribution of Archaeology to the Agrarian Problem in the Gracchan Period”. *Dialoghi di Archaeologia*, ano IV-V, n.2-3, 1970-1971.

²⁸⁶ T.W. Potter, *The Changing Landscape of South Etruria*. Londres: Paul Elek, 1979, p.96.

²⁸⁷ Vallat, “Les structures agraires de l’Italie républicaine”, *op.cit.*, p.204.

realizadas pela própria *British School at Rome* nesta região (um projeto ainda em andamento, o *Tiber Valley Project*), estejam sendo usados para revitalizar alguns pontos da tese tradicional.

O maior problema do *South Etruria Survey* era sua técnica de datação a partir da cerâmica, porque rotulava em uma única fase cronológica sítios dos séculos III a.C., II a.C. e I a.C., o que impede a visualização da evolução da ocupação rural justamente no momento chave de transição identificado pela tese tradicional²⁸⁸. Através da busca por elementos que permitissem uma datação mais restrita para os sítios, foi possível uma reavaliação do próprio levantamento anterior, possibilitando a análise mais detalhada da evolução da ocupação rural. O maior detalhamento da datação de grande parte dos sítios permitiu aos pesquisadores identificar, justamente, transformações importantes dentro do período que no *South Etruria Project* estava unificado sob o rótulo “período V, séculos III-I a.C.”.

A arqueóloga Helga Di Giuseppe, utilizando-se dos dados do *Tiber Valley Project*, identificou um padrão de desenvolvimento da ocupação rural muito mais instável do que aquele descrito por Potter para a mesma região a partir do *South Etruria Survey*. Segundo Di Giuseppe, entre os séculos VII e V a.C. realmente teria ocorrido uma grande intensificação da ocupação do campo, decorrência tanto da expansão dos grandes sítios como dos sítios mais modestos, porém, tendo, de fato, estes últimos a predominância na expansão²⁸⁹. No século V a.C., porém, uma abrupta queda no número de sítios poderia ser identificada, possivelmente ligada à conquista romana na região. Entretanto, esta queda teria sido seguida da retomada do padrão anterior de expansão do número de sítios.

Contudo, este padrão de expansão da ocupação do solo voltaria a sofrer uma crise no período entre a segunda metade do século III a.C. e a primeira metade do século II a.C. (250 a.C. – 150 a.C.). Este é um dos dados mais importantes deste novo projeto, por que contrariam diretamente uma crítica feita à tese tradicional a partir do *South Etruria Survey*. A datação mais detalhada dos sítios no novo projeto permite justamente avaliar como o campo na Etrúria Meridional se comportou durante a época identificada pela tese tradicional como a da Crise, e os dados corroboram, em certo aspecto, a interpretação tradicional, indo contra as críticas feitas a partir do primeiro levantamento. O número de sítios cai consideravelmente nesse momento, e essa queda se concentra nos sítios de pequenas propriedades. Assim, não

²⁸⁸ Guarinello, *Ruínas de uma paisagem*, *op.cit.*, p.114.

²⁸⁹ Helga Di Giuseppe, “*Villae, villullae e fattorie nella Media Valle Del Tevere*”. In: Barbro Santillo Frizell e Allan Klynne (Eds.), *Roman Villas around the urbs*. Interaction with landscape and environment. Roma: The Swedish Institute in Rome, Projects and Seminars 2, 2005, disponível em: <http://www.isvroma.it>, (acessado em 29/12/2010), p.6.

seria abusivo falar em uma crise agrária na região na época da II Guerra Púnica. Porém, há de se ressaltar o fato de que o decréscimo é apenas mais concentrado nos sítios de pequenas propriedades, e não exclusiva deles. Desta forma, não há uma crise da pequena propriedade acompanhada por simultânea expansão das *uillae*, como poderia esperar o modelo tradicional, mas uma crise de ambos os tipos de ocupação do solo.

Ademais, existe outro dado importante do *Tiber Valley Project* que corrobora em algum nível a imagem tradicional de crise do campesinato: o fato de a inicial predominância das pequenas propriedades nos momentos de expansão da ocupação rural, constatada para o período pré-romano, ser substituída aos poucos por um protagonismo dos sítios mais ricos²⁹⁰. Se no período pré-romano e no início do período romano a maior parte da densificação da ocupação do campo se devia realmente às pequenas propriedades, como afirmavam os pesquisadores do *South Etruria Project*, nos séculos seguintes os sítios de propriedades mais ricas teriam assumido o protagonismo nesses períodos de expansão. Por outro lado, no período posterior a esta crise do século II a.C., quando identificamos uma expansão sem precedentes da ocupação do solo, com um nível de novos sítios assombroso, novamente temos o padrão de concomitância entre a expansão de sítios de *uillae* com os sítios de pequenas propriedades – isto é, não há uma substituição de pequenas propriedades por grandes propriedades, mas uma densificação extrema da ocupação do campo perpetrado por grandes e pequenas propriedades, com o detalhe de que estas perdem o protagonismo de tal expansão para os grandes sítios nesta segunda fase de expansão.

Assim, apesar de ter sido utilizado inicialmente para criticar severamente a tese tradicional de crise do campesinato, os dados arqueológicos da Etrúria Meridional hoje podem corroborar *alguns* dos elementos desta tese, apesar de colocar problemas para outros pontos. Por um lado, a crise agrária no século II a.C. e o protagonismo das *uillae* entre o final desse século e o século I a.C. são atualmente corroborados. Contudo, a idéia de transição do padrão agrário da propriedade camponesa para o padrão da *uilla* continua sob crítica a partir destes dados, pois as pequenas propriedades aparentemente mostram uma expansão considerável no mesmo momento em que as *uillae* tornam-se protagonistas da paisagem rural. Isto é, como defendem críticos da tese tradicional de crise do campesinato, *uillae* e pequenas propriedades camponesas coexistiram sem maiores problemas.

É importante lembrar, também, que outras pesquisas arqueológicas se desenvolveram na Itália, e o mais marcante na comparação entre seus diversos dados é a identificação de

²⁹⁰ *Ibidem*, p.14.

padrões heterogêneos de desenvolvimento da ocupação do solo. Com isto, é impossível estabelecer um quadro único de transformações da propriedade camponesa rumo ao sistema da *uilla*, como postulado por muitos autores que partiam das idéias da tese tradicional de crise do campesinato.

1.2. O problema demográfico

Esses estudos arqueológicos, que atestavam uma grande densidade de ocupação do solo, puseram em questão o tamanho da população rural italiana. A tese tradicional se sustentava sobre um modelo específico para os desenvolvimentos da população italiana durante o período da conquista romana. Desenvolvida pelo classicista alemão do século XIX Karl Julius Beloch e refinada pelo historiador britânico da segunda metade do século XX Peter Brunt, tal modelo previa um importante decréscimo populacional entre a população livre e um grande crescimento da população escrava durante os séculos finais da República. A partir de meados da década de 90, tanto a redução da população camponesa como o grande incremento da população escrava no campo passaram a ser contestadas, colocando em xeque elementos fundamentais da tese de crise do campesinato.

Utilizando modelos demográficos desenvolvidos por pesquisadores ligados a ONU para o estudo de populações em países subdesenvolvidos, o historiador italiano Elio Lo Cascio tentou mostrar incongruências no modelo de Beloch e Brunt. Lo Cascio calcula que a população em 70 a.C., seguindo as teses de Beloch e Brunt, deveria ser calculada entre 2,6 e 3 milhões de pessoas. Desse núcleo populacional de 70 a.C., teríamos em 28 a.C. entre 1,7 e 2 milhões de pessoas²⁹¹. Lo Cascio questiona se um decréscimo dessa magnitude seria plausível. Tendo em consideração o crescimento das cidades italianas no século I a.C., ele afirma peremptoriamente que não, pois em uma realidade pré-industrial é impossível um crescimento urbano não sustentado por um conjunto crescimento da população rural²⁹².

Em substituição a este modelo, Lo Cascio recuperou as interpretações de Tenney Frank sobre os dados dos censos romanos que levavam a estimativas de crescimento da população livre italiana no período, atingindo números grandiosos, acima dos 10 milhões de habitantes²⁹³. Com isso, criou-se um sério debate em torno dos estudos de demografia histórica sobre o mundo romano. Duas correntes básicas se estabeleceram: os entusiastas da

²⁹¹ Elio Lo Cascio, "The Size of the Roman Population: Beloch and the meaning of the augustan census figures". *The Journal of Roman Studies*, vol.84, 1984,, p.38.

²⁹² *Ibidem*, p.39.

²⁹³ *Ibidem*, p.25.

revisão proposta por Lo Cascio, que acreditam em uma população italiana de grande monta no mundo antigo, rotulados de *high counters*; e aqueles que não aceitam a proposta de uma população tão grande para o mundo antigo e que se mantêm fiéis, em algum nível ou aspecto, ao chamado modelo Beloch-Brunt, rotulados de *low counters*. O debate já se prolonga por mais de uma década, mas ainda está, certamente, em seu início. Como bem aponta Walter Scheidel (talvez o principal *low counter* da atualidade) as duas propostas recaem em problemas lógicos. A alternativa *low counter* pressupõe níveis altíssimos de mobilização militar e, especialmente, de urbanização. Levando-se em consideração que a cidade de Roma deveria ter entre 800 mil e 1 milhão de habitantes no período augustano e que as outras cidades italianas, somadas, deveriam ter cerca de 1,3 milhão de pessoas²⁹⁴, uma população total italiana (isto é, contando também a população escrava) entre 6 e 8 milhões de pessoas, como cogitada pelos *low counters* significa um taxa de urbanização praticamente inverossímil para uma sociedade pré-industrial, sempre dominada pela economia agrária²⁹⁵.

Por sua vez, porém, a alternativa *high counter* pressupõe uma densidade demográfica altíssima para a Itália antiga, que só voltaria a ser alcançada no século XIX, numa Itália já em industrialização. O desenvolvimento histórico da população italiana, como proposto pelo *high count* traça quase uma simetria entre o período romano e o início do período industrial, como podemos ver na figura 1. Além disso, esta abordagem pressupõe uma crise demográfica de proporções épicas entre o final do período romano e a alta idade média, pouco provável (ao menos nessas proporções), e uma pressão demográfica única na história do pré-capitalismo que dificulta qualquer explicação racional para o fato de na mesma época os romanos estarem trazendo para a Itália um número tão grande de escravos²⁹⁶. Por fim, o *high count* estima um crescimento vegetativo para a população italiana no período tardo-republicano visto poucas vezes na história do mundo pré-industrial, que precisaria ser ainda maior se levarmos em consideração que o nível de mortalidade nesta mesma época deveria estar crescendo, devido as condições insalubres das crescentes cidades²⁹⁷ e do nível de mortalidade nas guerras do período²⁹⁸.

²⁹⁴ Morley, *Metropolis and Hinterland*, *op.cit.*, p.38 e 182.

²⁹⁵ Walter Scheidel, "Population and Demography". *Princeton/Stanford Working Papers in Classics*, versão 1.0, Abril de 2006, disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/040604.pdf> (acessado em 11/01/2010), p.9.

²⁹⁶ *Ibidem*, p.9.

²⁹⁷ Morley, *Metropolis and Hinterland*, *op.cit.*, p.49-50.

²⁹⁸ Nathan Rosenstein, *Rome at War*. Farnes, Families and Death in the Middle Republic. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2004, cap.4.

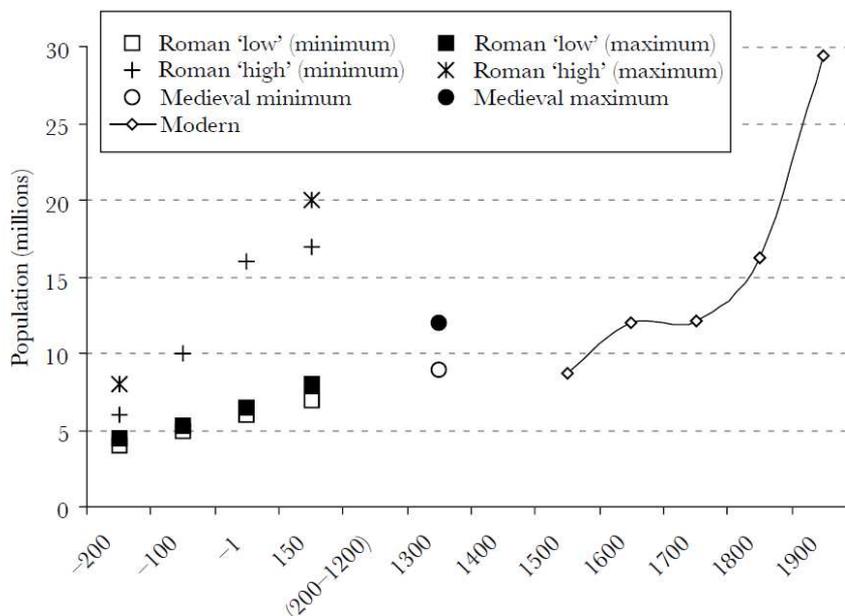


Figura 1 - Estimativas para a População Italiana entre 200 a.C. e 1900 d.C.

Fonte: Walter Scheidel, “Roman Population Size...”, p.64.

Se podemos dizer que as críticas mais severas ao modelo de Beloch e Brunt quanto a população livre não se tornaram hegemônicas, e que o debate ainda está bastante aberto, quanto a população escrava a maioria dos estudiosos acredita ser necessário uma reavaliação significativa das estimativas tradicionais. Beloch estimara a população escrava na Itália em cerca de 2 milhões de pessoas, número que Brunt pretendeu corrigir para algo em torno de 3 milhões. Walter Scheidel demonstra, precisamente, que estes números não se baseiam em qualquer base empírica razoável. O mais próximo de embasamento que Brunt chega é a citação de algumas passagens em fontes antigas que fazem referência a um grande número de escravos, para justificar sua escolha por uma proporção alta de escravos frente à população livre²⁹⁹. Além disso, a idéia tradicional de que as populações de sociedades escravistas possuem um terço de sua população composta por escravos muitas vezes é utilizada para embasar os números propostos por Brunt, o que gera dois problemas básicos: a estimativa de números para a população escrava passa a depender totalmente das estimativas para a população livre e, recorrentemente, constrói-se argumentos circulares, nos quais o fato de sociedades escravistas terem um terço da população composta por escravos serve para

²⁹⁹ Walter Scheidel, “The Slave Population of Roman Italy: Speculation and Constraints”. *Topoi*, vol.9, fasc.1, 1999, p.131-132 e *Idem*, “Human Mobility in Roman Italy, II: The Slave Population”, *op.cit.*, p.65.

referendar a proporção de escravos proposta e essa proporção é utilizada para referendar a tese de que Roma era uma sociedade escravista³⁰⁰.

Scheidel demonstra que os números propostos por Brunt têm uma incongruência grave. Se uma população escrava de 500 mil habitantes em 225 a.C. passasse para 3 milhões no final do século I a.C., a cada ano, durante duzentos anos, teriam que ter entrado na Itália 12.500 escravos. É um número bastante plausível que, porém, depende da hipótese bastante improvável de que a população escrava pudesse se manter estável através da reprodução interna. Levando-se em consideração que a entrada de escravos na Itália servia não apenas para aumentar a população escrava, mas também para substituir boa parte dos escravos que morriam, um número muito maior de escravos precisaria ser trazido para a Itália a cada ano³⁰¹, como mostra a tabela 1. Com esta análise, Scheidel pretende colocar em questão dois problemas do estudo sobre a escravidão antiga: a magnitude da população escrava e as fontes de novos escravos para a Itália romana.

Tabela 1 - Demanda anual de novos escravos se as estimativas de Brunt estiverem corretas

Fonte: Scheidel, “The Slave Population of Roman Italy”, p.138

<i>Taxa de Decréscimo anual da População escrava</i>	<i>Demanda anual de escravos</i>
0%	12.500
1%	30.000
2%	47.500

Para calcular o tamanho da população escrava, Scheidel utiliza duas metodologias diferentes. Para os escravos urbanos, ele faz estimativas sobre a posse de escravos por diferentes grupos urbanos. Estimando que, em média, 500 famílias senatoriais possuíssem, cada uma, 80 escravos, que 5 mil famílias eqüestres tivessem 20 escravos e que 20 mil famílias de decuriões tivessem 5 escravos, ele chega a um número de 240 mil escravos de propriedade da elite na Itália romana. Já para calcular a posse de escravos por famílias mais pobres, Scheidel lança mão de dados mais confiáveis existentes para o Egito romano, que, proporcionalmente, indicariam a existência de um escravo para cada 5.8 pessoas livres nas cidades, o que o faz acreditar na existência de pelo menos 240 mil escravos em propriedade

³⁰⁰ E.g. Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.82; cf. Scheidel, “The Slave Population of Roman Italy...”, *op.cit.*, p.134 e *Idem*, “Human Mobility in Roman Italy, II”, *op.cit.*, p.65.

³⁰¹ Scheidel, “The Slave Population of Roman Italy...”, *op.cit.*, p.136.

de famílias mais pobres. Como a propriedade de escravos devia ser mais difundida na Itália do que no Egito, Scheidel acredita que esta é uma estimativa mínima. Segundo ele, estimativas mais prováveis seriam de cerca de 300 mil escravos apenas na cidade de Roma e 300 mil nas outras cidades, totalizando 600 mil escravos urbanos³⁰².

Já para a população escrava no campo, Scheidel estima o consumo dos principais produtos agrícolas italianos (cereais, vinho e óleo de oliva) e calcula a quantidade de trabalhadores necessários para cultivar as terras necessárias para essa produção. A partir dos cálculos de Williem Jongman, que demonstram que uma pequena proporção de terra poderia abastecer todo o consumo de vinho nas cidades italianas, Scheidel demonstra que muito menos escravos deveriam estar envolvidos nessa produção do que tradicionalmente se pensou. Usando a estimativa de Jongman que 100 mil hectares dariam conta de produzir todo o vinho consumido nas cidades italianas e partindo de certas premissas, como a de que o consumo nas províncias e no meio rural equivaleriam ao consumo urbano e usando o valor mais baixo de produtividade do trabalho escravo por hectare existente nas fontes antigas, dado por Columella, Scheidel estima que entre 120 mil e 180 mil escravos seriam necessários para a produção de todo o vinho italiano. Porém, como a produção italiana não poderia ser completamente escravista, Scheidel acredita que 100 mil escravos seja um valor mais razoável.

Usando as informações de Catão, que indica uma proporção de 21.7 escravos por 100 hectares de olivais, Scheidel acredita que cerca de 22 mil escravos seriam suficientes para produzir óleo suficiente para abastecer 2 milhões de pessoas. Levando em consideração o consumo rural e o consumo estrangeiro, no máximo 40 mil escravos seriam necessários para o cultivo de toda a produção de óleo de oliva na Itália romana. O cultivo de grãos, segundo Scheidel, deveria exigir, no limite, cerca de 300 mil escravos, e outras atividades agrícolas algo em torno de 50 mil escravos. Scheidel conclui que muito dificilmente uma população de escravos rurais poderia passar de um milhão de pessoas, quanto mais se aproximar dos números propostos pelo modelo Beloch-Brunt. Segundo ele, no máximo teríamos 750 mil escravos rurais, sendo 600 mil um número mais provável³⁰³.

Percebe-se que estas são estimativas que incidem em uma escravidão muito mais concentrada nos centros urbanos do que se imaginava anteriormente. Willem Jongman defende que a imagem de uma escravidão romana concentrada no campo deriva da forte imagem da escravidão moderna que os estudiosos inevitavelmente acabam tendo e propõe que

³⁰² *Idem*, “Human Mobility in Roman Italy, II”, *op.cit.*, p.66-67.

³⁰³ *Ibidem*, p.68-71.

a escravidão antiga era urbana, em sua essência³⁰⁴. Se talvez Jongman esteja minimizando de maneira exagerada a escravidão rural, o estudo das relações entre propriedades escravistas e o campesinato vizinho e, especialmente, os limites que a produção agrícola comercializável possuía no mundo antigo, nos indicam que é bastante improvável um predomínio da escravidão na produção agrícola na Itália romana nos mesmos moldes que existiu na América escravista³⁰⁵.

Essas considerações sobre a população escrava, que já foram certa vez repudiadas por Moses Finley como mero “jogo de números”³⁰⁶, são fundamentais para entender a dinâmica do desenvolvimento das relações de produção no meio rural italiano. Porém, para entender estes desenvolvimentos, precisamos entender o que significou a expansão das *uillae* pela paisagem rural da Itália Central Tirrênica.

2. O Conceito de *Villa*

2.1. Crítica à concepção de *Villa* “típica” ou “ideal”

A visão tradicional sobre a história agrária da Itália republicana, que identificava uma transição de padrão fundiário da propriedade camponesa para o “sistema da *uilla*” postulava a existência de uma *uilla* típica, detentora de certos elementos constitutivos que predominariam entre os seus diversos exemplares espalhados pela Itália romana, ou, ao menos, de uma *uilla* ideal, cujos elementos constituiriam uma *uilla perfecta* no imaginário da elite proprietária de terras, mesmo que a realidade divergisse de inúmeras maneiras desse modelo ideal. Tenney Frank definia, no início do século XX, uma idéia do conceito de *uilla* típica ou ideal que se repetiria em diversos autores posteriores, das mais diferentes correntes teóricas:

A *uilla* típica era uma grande estrutura composta por celeiros, lagares e cubas em uma área, locais de trabalho dos escravos em outra, e uma segunda estrutura confortavelmente equipada para receber o proprietário quando ele tivesse tempo suficiente nos assuntos de Estado para tirar breves férias no campo. A gestão da propriedade, que provavelmente consistia em uma fazenda compacta de 100 a 300 hectares, era entregue a um escravo de

³⁰⁴ Willem Jongman, “Slavery and the growth of Rome: the transformation of Italy in the second and first centuries BCE”. In: C. Edwards e G. Woolf (Eds.), *Rome the Cosmopolis*. Cambridge University Press, 2003, p.116-118.

³⁰⁵ Scheidel, “Roman Slave Supply”. In: Keith Bradley and Paul Cartledge (eds.), *The Cambridge world history of slavery, 1: The ancient Mediterranean world*, no prelo, citado a partir da versão 1.0 em *Princeton Stanford Working Papers in Classics*, de maio de 2007, disponível em: <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/050704.pdf> (acessado em 30/07/2010), p.3.

³⁰⁶ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, op.cit., p.82

confiança, o *uilicus*, e sua esposa. Se a agricultura implantada era a mais comum, uma tropa de quarenta ou cinquenta escravos não era muito grande. O agricultor geralmente especializava-se em uma cultura, pois tinha como objetivo produzir um belo e claro lucro graças à propriedade de grandes quantidades de um produto, mas também dedicava uma parte do terreno para diferentes produtos secundários, que iriam manter os escravos vivos e atender as necessidades mais simples da *uilla*.³⁰⁷

Esse conceito de *uilla* típica, ou mesmo sua “matização”, o conceito de *uilla* ideal, levantam dois problemas básicos. O primeiro é um fato até bastante óbvio, mas muitas vezes ignorado. A manutenção do uso da palavra *uilla* ao longo dos séculos de história romana não significa que o objeto social definido por ela tenha se mantido estático historicamente. “Pois, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário”³⁰⁸. Desta forma, um conceito estático de *uilla*, pretensamente válido para as primeiras atestações de sua existência no século II a.C. até o período em que Columella escreveu seu tratado, no século I d.C., seria um equívoco. A solução tradicional para este problema, a periodização baseada nas obras dos agrônomos, diferenciando uma “*uilla* catoniana”, uma “*uilla* varroniana” e uma “*uilla* columelliana” cai no erro, já identificado no segundo capítulo, de acreditar que esses tratados são descrições fiéis e absolutas da realidade rural italiana de seus dias.

Um segundo problema, ainda mais importante, é acreditar na própria existência de um modelo padronizado, ou mesmo de uma espécie de “tipo ideal” de *uilla* que signifique a determinação de certos elementos constitutivos fixos. Mesmo críticos do modelo de transição do padrão agrário da propriedade camponesa para o sistema da *uilla* acabam afirmando, muitas vezes, que os tratados dos “agrônomos” descreviam uma *uilla* idealizada que não era, necessariamente, a realidade dos campos italianos, sendo, porém, reflexo de um tipo específico, entre outros existentes, de exploração da terra. Como pretenderemos mostrar, nem nos tratados dos agrônomos existe essa definição fechada e absoluta do que é uma *uilla*, ou dos elementos que a constituem.

Alguns críticos da tese tradicional afirmam que a idéia de *uilla* ideal ou típica teria sido construída a partir dos tratados dos “agrônomos” e que tal concepção atrapalharia a análise dos dados arqueológicos. É verdade que tal concepção de *uilla* foi construída a partir da extrapolação de certas passagens específicas dos tratados como se fossem regras imutáveis legadas pelos “agrônomos”, mas ela também é tributária da comparação dessas passagens

³⁰⁷ Frank, *An Economic History of Rome*, op.cit., p.57 (minha tradução).

³⁰⁸ Marc Bloch, *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 59

com os achados da arqueologia rural. Isto é, os achados arqueológicos, em especial a exaustiva e detalhada escavação da *uilla* de Settefinestre no *Ager Cosanus*, também tiveram papel fundamental na construção da idéia de uma *uilla* típica³⁰⁹. Como tentaremos demonstrar, esta idéia atrapalha também a própria análise dos tratados dos “agrônomos”.

2.1.1. Tipos de propriedade em Catão

Um bom exemplo de como a fixação pelo modelo criado a partir dos tratados e dos achados arqueológicos pode causar problemas analíticos é a idéia de Nicola Terrenato, citada no segundo capítulo, de que a *uilla* de Catão não se encaixa nos achados arqueológicos datáveis para o século II a.C.. Como os grandes prédios, com áreas residenciais luxuosas e grandes estruturas produtivas, encontrados pela arqueologia e identificados com o modelo da *uilla*, são datados apenas para o século I a.C., Terrenato crê que Catão está, de alguma forma, sendo anacrônico às avessas, delineando um modelo que só existirá no século seguinte. A questão que devemos nos colocar é: Catão está, delineando um modelo de *uilla*? As atividades econômicas identificáveis no tratado de Catão são compatíveis apenas com os achados arqueológicos do século I a.C.?

É significativo que nas quinze vezes que utiliza a palavra *uilla*, em treze Catão o faz para se referir ao edifício da sede da propriedade rural de maneira genérica, em uma se refere à *uilla rustica*, pensado como o setor da sede onde ficam os implementos produtivos (*De Agri Cultura*, 3.2) e em outra se refere à *uilla urbana*, pensado como o setor residencial da sede (*De Agri Cultura*, 4.1). De maneira geral, Catão distingue claramente *uilla* (sede) e *fundus* (terreno)³¹⁰, como na seguinte passagem:

De tal modo construas que à sede não falte uma propriedade nem à propriedade uma sede.

Ita aedifices, ne villa fundum quaerat neve fundus villam.

Catão, *De Agri Cultura*, III.1

Os termos usados para se referir à fazenda, *praedium*, *fundus*, *ager* e *uilla* têm uma relação entre si que é identificada também no Direito Romano: *praedium* identifica uma propriedade imóvel, seja rural ou urbana. Já *fundus* é específica para a identificação de propriedades rurais, sendo que pode tanto se referir ao conjunto da terra e suas construções,

³⁰⁹ Annelisa Marzano, *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007, p.125.

³¹⁰ Saïd El Bouzidi, “La conception de la *uilla rustica* chez Catón: enterprise agricole où simple ferme rurale”. *Gerión*, vol.21, n.1, 2003, p.185.

ou apenas ao terreno (como na passagem acima), sendo neste caso sinônimo para *ager*. Por sua vez *uilla* pode aparecer como um sinônimo para *fundus*, englobando construções e terreno, mas com a pretensão de se enfatizar o caráter de residência rural. Seu uso mais comum, porém, é o de identificar as construções da fazenda³¹¹.

Isto é, o uso da palavra *uilla* em Catão, assim como no Direito Romano, nada tem a ver com a definição de um tipo de propriedade ou de exploração do solo típico ou ideal, mas prioritariamente com a referência ao edifício-sede de um *fundus*. Como isso ocorre, alguns autores tentaram identificar, a partir de determinadas passagens, unidades produtivas que seriam *pressupostas* pelos conselhos do autor. Isto é, como Catão não define uma *uilla* ideal ou típica, os historiadores tentaram descobrir qual era a *uilla* ideal ou típica que estava por trás dos conselhos de Catão.

Pretendemos mostrar aqui que essas identificações são abusivas. Os autores que tentam fazer este tipo de identificação destacam três passagens do tratado de Catão: a listagem do que é necessário a um olival de 240 jeiras, feita no capítulo X, a listagem do que é necessário a um vinhedo de 100 jeiras, do capítulo XI e as considerações sobre uma propriedade suburbana, que compõem os capítulos VII e VIII. Segundo as análises que seguem esta linha que pretendemos criticar, estas passagens conteriam descrições de tipos de *uillae* que Catão teria em mente como típicas ou ideais.

Quanto a propriedade suburbana, Catão nos diz:

É da maior importância que uma propriedade suburbana tenha um arvoredor: pode-se vender madeira e varas, e haverá para o uso do senhor. Na mesma propriedade, é preciso que se plante tudo o que nela vai bem; vários tipos de videira, a amínia pequena, a grande e a apícia. (...) Planta ou enxerta estes frutos: maçãs estrútiás, marmelos escancianos e quirinianos, bem como outros bons para conserva - maçãs suculentas e púnicas (é preciso jogar urina de porco ou esterco nas raízes para servirem de alimento às macieiras), peras volemas, sementivas anicianas (esses frutos de conserva são bons em vinho reduzido), tarentinas, suculentas e em formato de abóbora - e quantas variedades a mais for possível; azeitonas orquitas e páusias, que são muito bem conservadas verdes em salmoura ou esmagadas em lentisco. (...)

Fundum suburbanum arbustum maxime convenit habere; et ligna et virgae venire possunt, et domino erit qui utatur. In eodem fundo suum quidquid conseri oportet; vitem compluria genera Aminnium minusculum et maius et Apicium. (...) Poma, mala strutea, cotonea Scantiana, Quiriniana, item alia conditiva, mala mustea et Punica (eo lotium suillum aut stercus ad radicem addere oportet, uti pabulum malorum fiat), pira volaema, Aniciana sementiva (haec conditiva in sapa bona erunt), Tarentina, mustea, cucurbitiva, item alia genera quam plurima serito aut inserito. Oleas orcites,

³¹¹ Robert Buck, *Agriculture and Agriculture Practice in Roman Law*. (Historia: Einzelschr 45) Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1983, p.10-14

posias; eae optime conduntur vel virides in muria vel in lentisco contusae
(...)

Catão, *De Agri Cultura* VII

Nos subúrbios, planta um jardim com todos os tipos de ervas, todos os tipos de flores para coroas, bulbos de Mégara, murta conjúgula, branca e negra, loureiro délfico, cipriota e silvestre, nozes calvas, de Avela, prenestinas e gregas. Que o dono de uma única propriedade nos subúrbios trabalhe e cultive a propriedade de modo a torná-la o mais fértil possível.

Sub urbe hortum omne genus, coronamenta omne genus, bulbos Megaricos, murtum coniugulum et album et nigrum, loream Delphicam et Cypriam et silvaticam, nuces calvas, Abellanas, Praenestinas, Graecas, haec facito uti serantur. Fundum suburbanum, et qui eum fundum solum habeat, ita paret itaque conserat, uti quam sollertissimum habeat.

Catão, *De Agri Cultura*, VIII.2

Nestas passagens ocorre, de fato, uma tipificação da propriedade, expressa de maneira clara pela adjetivação de *fundus* por *suburbanus*. Catão pretende, nestes dois capítulos, aconselhar o leitor sobre o que é necessário a uma propriedade que se encontra em uma situação que ele considera destacável (a proximidade a um centro urbano). O capítulo VII fala dos cultivos da uva, das maçãs e das peras dando grande ênfase ao problema de como conservá-las, enquanto no capítulo VIII, a preocupação central é com a fertilidade e produtividade da terra. Porém, o quanto esta adjetivação constrói, realmente, *um tipo de propriedade*, e não apenas destaca uma *especificidade* das diferentes formas que um *fundus* pode assumir? Isto é, a característica do *fundus* destacado nos capítulos VII e VIII o define como um *tipo de propriedade* específico delimitado por Catão ou apenas é uma *característica* que Catão achava relevante a ponto de dedicar dois pequenos capítulos a considerações sobre o que se deve fazer em uma propriedade que esteja sujeita a esta situação, ou seja, que se encontre nas proximidades de uma cidade?

A primeira opção, assumida por especialistas no estudo do *De Agri Cultura*, como Kenneth White e Said El Bouzidi³¹², de que Catão está nestes dois capítulos delimitando um tipo específico de propriedade, só poderia ser corroborada de duas maneiras: se a descrição desse tipo fosse exaustiva a ponto de sustentar a idéia de que Catão, de fato, define um tipo diferente de propriedade, contendo possivelmente diferenciações para outros tipos, ou caso identificássemos em Catão o interesse em determinar tipologias de propriedades. A primeira possibilidade é facilmente refutada pela leitura dos dois capítulos: o interesse de Catão não é definir um tipo de propriedade, mas dar certos conselhos sobre uma situação específica (a

³¹² White, *Roman Farming*, *op.cit.*, p.389-390; e Bouzidi, “La conception de la *uilla rustica* chez Catón...”, *op.cit.*, p.179-180.

proximidade de uma propriedade de um centro urbano). Para verificarmos a segunda possibilidade, que parece ser a interpretação tanto de Bouzidi como de White, precisamos averiguar se Catão delimita outros tipos de propriedade em seu tratado.

Deste modo se deve constituir um olival de duzentas e quarenta jeiras de extensão: um administrador, sua esposa, cinco trabalhadores, três vaqueiros, um tratador de burros, um porqueiro, um pastor (treze pessoas no total); três juntas de bois, três burros de carga arreados para transportar esterco, um burro para o moinho, cem ovelhas, cinco prensas de azeite completas, um tacho que comporte trinta quadrantes, a tampa do tacho, três ganchos de ferro, três potes para água, dois funis, um tacho que comporte cinco quadrantes, a tampa do tacho, três ganchos, uma baciazinha, duas ânforas para azeite, uma urna que comporte cinqüenta hêmimas, três escumadeiras, um balde para água, uma bacia, um vaso para líquidos, uma bacia de mãos, uma gamela pequena, um urinol, um regador, uma escumadeira, um candelabro, um medidor com capacidade para um sextário; três carretas grandes, seis arados com relhas, três jugos com correias munidos de arreios, seis arreios para bois, um rastelo, quatro canastras para esterco, três cestos para esterco, três selas, três xairéis para os burros; as ferramentas: oito forcados, oito sachos, quatro pás, cinco enxadas, dois ancinhos de quatro pontas, oito foices para feno, cinco foices para ceifar, cinco podões, três machados, três cunhas, um moinho manual para o trigo, duas tesouras, um esborralhador, dois fogareiros pequenos; cem *dolia* para azeite, doze cubas, dez *dolia* para conservar bagaços de uvas, dez para a *amurca*, dez para o vinho, vinte para o trigo, uma cuba para o tremoço, dez jarros, uma cuba de lavagem, uma banheira, duas cubas para água, tampas apropriadas para os *dolia* e jarros; um moinho movido por burro, um manual, um espanhol, três varais de moinho, uma mesinha, dois discos de bronze, duas mesas, três bancos grandes, um banco no quarto, três banquinhos, quatro cadeiras, duas poltronas, uma cama no quarto, quatro leitos de tiras de couro e três camas; um almofariz de madeira, um lagar de pisoeiro, um tear, dois almofarizes, um pilão para favas, um para trigo, um para sementes, um que separe o miolo das nozes de sua casca; um medidor com capacidade para um módio, outro com capacidade para meio módio, oito colchões, oito colchas, dezesseis travesseiros, dez cobertas, três toalhas, seis mantas de retalhos para os escravos.

Quo modo oletum agri iugera CCXL instruere oporteat. Vilicum, vilicam, operarios quinque, bubulcos III, asinarium I, subulcum I, opilionem I, summa homines XIII; boves trinos, asinos ornatos clitellarios qui stercus vectent tris, asinum molarium I, oves C; vasa olearia instructa iuga V, ahenum quod capiat Q. XXX, operculum aheni, uncos ferreos III, urceos aquarios III, infidibula II, ahenum quod capiat Q. V, operculum aheni, uncos III, labellum pollulum I, amphoras olearias II, urnam quinquagenariam unam, trullas tris, situlum aquarium I, pelvim I, matellionem I, trullium I, scutrisum I, matellam I, nassiternam I, trullam I, candelabrum I, sextarium I; plostra maiora III, aratra cum vomeribus VI, iuga cum loris ornata III, ornamenta bubus VI; irpicem I, crates stercerarias III, sirpeas stercerarias III, semuncias III, instrata asinis III; ferramenta: ferreas VIII, sarcula VIII, palas III, ruta V, rastros quadridentes II, falces faenarias VIII, stramentarias V, arborarias V, securis III, cuneos III, fistulam farrariam I, forpicis II, rutabulum I, focolos II; dolia olearia C, labra XII, dolia quo vinacios condat X,

amurcaria X, vinaria X, frumentaria XX, labrum lupinarium I, serias X, labrum eluacrum I, solium I, labra aquaria II, opercula doliis seriis priva; molas asinarias unas et trusatilis unas, Hispaniensis unas, molilia III, abacum I, orbis aheneos II, mensas II, scamna magna III, scamnum in cubiculo I, scabilla III, sellas IIII, solia II, lectum in cubiculo I, lectos loris subtentos IIII et lectos III; pilam ligneam I, fullonicam I, telam togalem I, pilas II, pilum fabarium I, farrearium I, seminarium I, qui nucleos succernat I, modium I, semodium I; culcitas VIII, instragula VIII, pulvinos XVI, operimenta X, mappas III, centones pueris VI.

Catão, *De Agri Cultura* X

Deste modo se deve constituir um vinhedo de cem jeiras: um administrador, sua esposa, dez trabalhadores, um vaqueiro, um tratador de burros, alguém que faça tanchões de salgueiro, um porqueiro (dezesseis pessoas no total); dois bois, dois burros de tração, um burro para o moinho; três prensas completas, dolia onde se possam guardar cinco vindimas de oitocentos cúleos, vinte dolia onde se guardem bagaços de uvas, vinte para o trigo, tampas e coberturas para cada dolium, seis urnas de esparto, quatro ânforas de esparto, dois funis, três peneiras de vime, três peneiras para tirar a flor, dez potes para mosto; duas carretas, dois arados, um jugo para a carreta, um jugo para o transporte das uvas, um jugo para os burros, um disco de bronze, um varal de moinho; um tacho que comporte um cúleo, a tampa do tacho, três ganchos de ferro, uma panela de bronze que comporte um cúleo, dois potes para água, um regador, uma bacia, um vaso para líquidos, uma bacia de mãos, um balde para água, uma gamela pequena, uma escumadeira, um candelabro, um urinol, quatro leitos, um banco, duas mesas, uma mesinha, uma arca para roupas, um armário, seis bancos longos, uma roda d'água, um medidor com capacidade para um módio guarnecido com ferro, um medidor com capacidade para meio módio, uma cuba de lavagem, uma banheira, uma cuba para o tremço e dez jarros; arreios para dois bois, arreios e xairéis para três burros, três selas, três cestos para a borra, três moinhos movidos por burro e um moinho manual; as ferramentas: cinco foices para junco, seis foices para árvores, três podões, cinco machados, quatro cunhas, duas relhas, dez forcados, seis pás, quatro enxadas, dois ancinhos de quatro pontas, quatro canastras para esterco, um cesto para esterco, quarenta podõezinhos para videira, dez podõezinhos para a giesta, dois fogareiros, duas tesouras, um esborralhador; vinte cestinhos amerinos, quarenta cestos para sementeiras ou gamelas, quarenta pás de madeira, duas dornas, quatro colchões, quatro colchas, seis travesseiros, seis cobertores, três toalhas, seis mantas de retalhos para os escravos.

Quo modo vineae iugera C instruere oporteat. Vilicum, vilicam, operarios X, bubulcum I, asinarium I, salictarium I, subulcum I, summa homines XVI; boves II, asinos plostrarios II, asinum molarium I; vasa torcula instructa III, dolia ubi quinque vindemiae esse possint culleum DCCC, dolia ubi vinaceos condat XX, frumentaria XX, opercula doliorum et tectaria priva, urnas sparteas VI, amphoras sparteas IIII, infidibula II, cola vitilia III, cola qui florem demat III, urceos mustarios X; plostra II, aratra II, iugum plostrarium I, iugum vinarium I, iugum asinarium I, orbem aheneum I, molile I; ahenum quod capiat culleum I, operculum aheni I, uncos ferreos III, ahenum coculum quod capiat culleum I, urceos aquarios II, nassiternam I, pelvim I, matellionem I, trulleum I, situlum aquarium I, scutriscum I, trullam I, candelabrum I, matellam I, lectos IIII, scamnum I, mensas II, abacum I, arcam vestiariam I, armarium promptarium I, scamna longa VI, rotam aquariam I, modium praeferratum I, semodium I, labrum eluacrum I, solium I, labrum lupinarium I, serias X; ornamenta bubus II, ornamenta

asinis instrata III, semuncias III, sportas faecarias III, molas asinarias III, molas trusatilis unas; ferramenta: falces sirpiculas V, falces silvaticas VI, arborarias III, secures V, cuneos IIII, vomeres II, ferreas X, palas VI, rutra IIII, rastros quadridentes II, crates stercorarias IIII, sirpam stercorariam I, falculas viniaticas XL, falculas rustarias X, foculos II, forpices II, rutabulum I; corbular Amerinas XX, quala sataria vel alveos XL, palas ligneas XL, luntris II, culcitas IIII, instragula IIII, pulvinos VI, operimenta VI, mappas III, centones pueris VI.

Catão, *De Agri Cultura* XI

O questionamento sobre estas duas passagens deve ser o mesmo feito para os capítulos sobre o *fundus suburbanum*: elas contêm tipificações de propriedades ou são situações específicas, que Catão trata neste capítulo e não servem de parâmetro para toda a obra? Esses dois capítulos são muito citados como se Catão estivesse delimitando os tipos de propriedade que têm em mente. Isto é, acredita-se que Catão define uma espécie de *uilla* ideal de 100 jugeras para vinhedos e 240 para olivais que servem de parâmetro para as considerações ao longo de todo o tratado. O problema dessa interpretação é que Catão, ao longo do resto do tratado, não utiliza os parâmetros estipulados por estas listas para tecer suas considerações. Por exemplo, como percebe o próprio Kenneth White, ao falar de olivais em outras passagens, Catão se refere a quantidades diferentes de produção de olivas ou de número de prensas necessárias para o processo da produção.

White, inclusive, interpreta que as propriedades a que Catão se refere têm apenas 100 jugeras ou 240 jugeras *no total*, sendo especializadas nas produções de vinho e óleo de oliva, respectivamente. Dessa suposição, ele tenta calcular quantas jugeras seriam dedicadas às atividades protagonistas, e quantas seriam dedicadas a outras atividades necessárias à plantação (como alimentos para os escravos) dentro deste total de jugeras³¹³. Essa interpretação nos parece incorreta, pois as próprias listas dadas por Catão indicam uma produção mais heterogênea dentro destas próprias produções, o que nos faz acreditar que 100 jugera de vinhedos ou 240 jugeras de olivais são referências a extensão de terras dedicadas aos cultivos específicos, e não ao total da propriedade. Dentro desta interpretação poderíamos entender a referência de Catão a um olival de 240 jugeras ou a um vinhedo de 100 jugeras como indicativo do tamanho total da propriedade, mas não como a própria delimitação do tamanho total da propriedade. Isto é, ao falar que sua propriedade tinha um olival de 240 jugeras, Catão indicava que estava falando de uma propriedade de um tamanho bastante considerável, mas não que falava de uma propriedade de 240 jugeras no total cuja produção era especializada, ao máximo possível, em olivais. Isso indica, por um lado, a grande

³¹³ White, *Roman Farming*, *op.cit.*, p.390-392.

importância dessas atividades no universo conceitual de Catão, mas, por outro, não permitiria falar em propriedades especializadas nessas atividades. Essa diferenciação é muito importante também pelo fato de uma propriedade com um olival de 240 jugeras ser bem diferente (e maior) do que uma propriedade de 240 jugeras que tem os olivais como seu principal cultivo³¹⁴.

Além disso, o tratado de uma maneira geral não pode ser enquadrado como a descrição de uma *uilla* com um olival de 240 jeiras ou de um vinhedo de 100 jeiras. Muitos outros tipos de atividades são identificáveis no *De Agri Cultura* e mesmo que seja clara a predominância que as produções de vinho e óleo de oliva possuem no tratado, é impossível enquadrar toda a diversidade que aparece ao longo deste no modelo identificável a partir destas duas listas de itens necessários para a constituição de um olival de 240 jeiras ou de um vinhedo de 100 jeiras. Nos gráficos apresentados nas Figuras 2 e 3 são identificados os números de referências feitas a diferentes produtos agro-pastoris no *De Agri Cultura* (sendo que no segundo gráfico distinguimos as referências feitas ao consumo e as referências feitas à produção). Percebe-se nesses gráficos a diversidade de atividades pensadas por Catão ao escrever seu tratado.

O *De Agri Cultura* apresenta, capítulo após capítulo, realidades específicas que não são generalizáveis nem coerentes entre si. É impossível obter sucesso na tentativa de criar a imagem de uma *uilla* ideal (ou típica) coerente a partir do tratado de Catão. Como já foi dito no segundo capítulo, provavelmente o tratado de Catão foi composto através da compilação de escritos cotidianos de Catão sobre suas propriedades, enxertados com algumas considerações de caráter mais genérico e prescritivo. Este fato talvez explique muito melhor os contornos dos capítulos X e XI do que a idéia amplamente difundida de que Catão estava, nestas passagens, delimitando um tipo ideal de *uilla*. É mais provável que ele estivesse se referindo a uma lista de componentes existentes em um olival de 240 jeiras e de um vinhedo de 100 jeiras, de sua propriedade.

³¹⁴ Dominic Rathbone compartilha esta mesma interpretação, cf. “The development of agriculture in *Ager Cosanus* during the Roman Republic: Problems of evidence and interpretation”. *The Journal of Roman Studies*, vol.71, 1981, p.12.

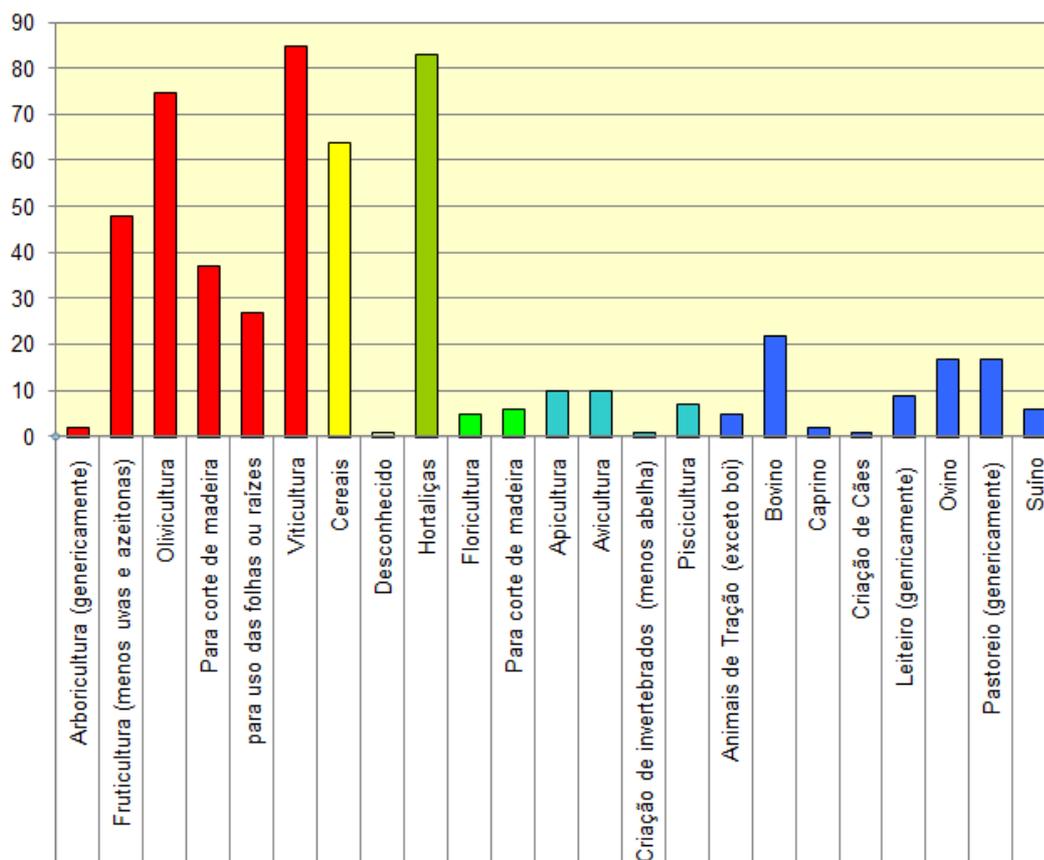


Figura 2 - Número de referências a produtos agro-pastoris no *De Agri Cultura* de Catão

Legenda: Vermelho- Arboricultura; Amarelo- Cerealicultura; Verde Escuro- Olericultura; Verde Claro- Outros Vegetais; Azul Claro- *Pastio Villatica*; Azul Escuro- Pastreio

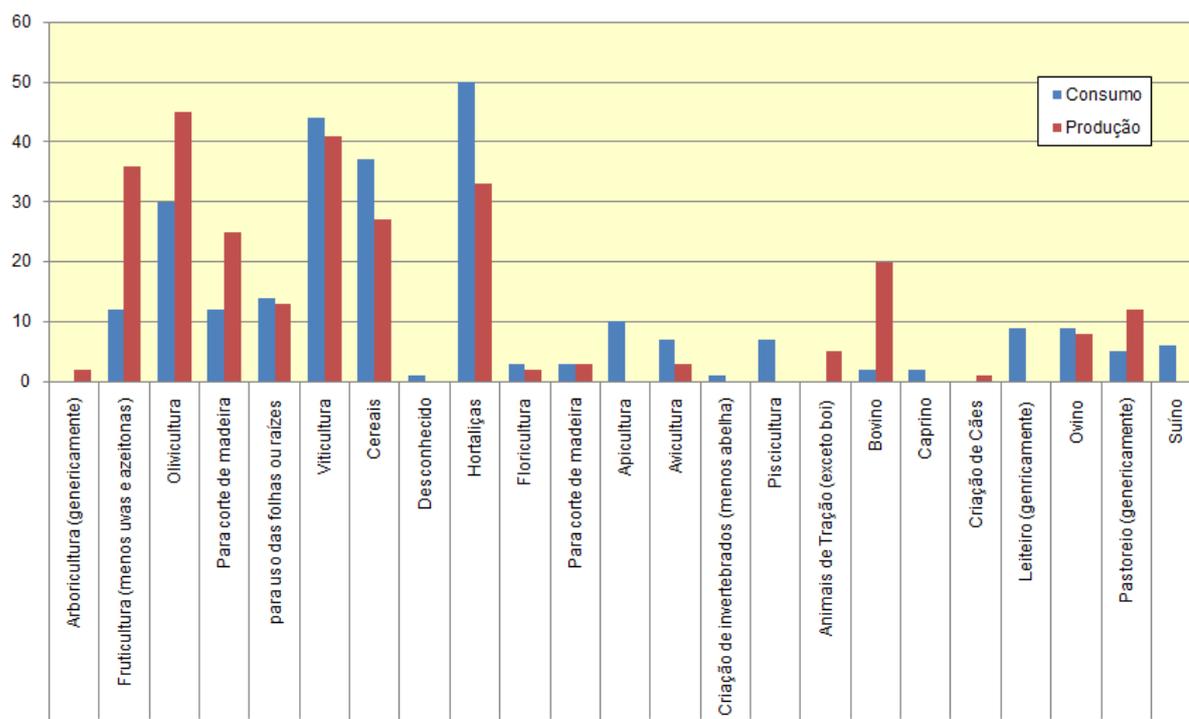


Figura 3 - Número de referências a produtos agro-pastoris no *De Agri Cultura* de Catão distinguindo Consumo e Produção

Precisamos ainda, porém, enfrentar o problema posto por Nicola Terrenato às *uillae* “catonianas”. Tendo como padrão as grandes *uillae* datadas para o século I a.C., o arqueólogo italiano afirma que o tratado de Catão não condiz com a realidade rural de seu tempo, revelada pela arqueologia. Abandonando a idéia de um “padrão da *uilla*” e indo ao texto de Catão, podemos ter uma idéia de como Catão pensava o edifício de sua sede a partir do capítulo no qual ele explica como deve ser contratada sua construção. O construtor (*faber*), deveria fazer:

(...) todas as paredes, segundo o combinado, com cal e pedra britada, pilares de pedras angulosas, todas as vigas necessárias, as soleiras, os umbrais, as vergas, os caibros, os sustentáculos, currais para uso dos bois no inverno e manjedouras no verão, uma estrebaria, aposentos para os de casa, três suportes para carnes, uma mesa redonda, dois tachos de bronze, dez pocilgas, uma lareira, uma entrada principal e outra que o senhor desejar, janelas, dez grades de dois pés para as janelas maiores, seis frestas, três bancos, cinco assentos, dois teares, um almofariz pequeno para moer o trigo, um lagar de pisoeiro, os ornamentos e duas prensas.

Parietes omnes, uti iussitur, calce et caementis, pilas ex lapide angulari, tigna omnia, quae opus sunt, limina, postes, iugumenta, asseres, fulmentas, praesepis bubus hibernas aestivas faliscas, equile, cellas familiae, carnaria III, orbem, ahenea II, haras X, focum, ianuam maximam et alteram quam volet dominus, fenestras, clatros in fenestras maioris bipedalis X, luminaria VI, scamna III, sellas V, telas togalis duas, paullulam pilam ubi triticum pinsat I, fulloniam I, antepagmenta, vasa torcula II.

Catão, *De Agri Cultura* XIV.1-2

Percebe-se que Catão não tem em mente grandes requintes de luxo para sua *uilla*. Como veremos, a distinção social frente aos habitats dos pobres é, sim, um aspecto importante para uma *uilla*, mas a distinção social depende, obviamente, do contexto histórico. No século II a.C. ainda não eram necessárias as luxuosíssimas e grandiosas partes residenciais nas *uillae* para garantir tal distinção – e elas nem seriam possíveis, já que, certamente, a elite romana do século II a.C. não era tão poderosa e rica quanto seus descendentes do século I a.C.. E se, obviamente, esta descrição catoniana da sede não contempla perfeitamente nenhum dos edifícios rurais escavados pela arqueologia e datados para o século II a.C., ela não chega a ser tão discrepante destes³¹⁵.

A própria construção desses edifícios no século II a.C., de maiores dimensões, com recursos produtivos significativos e em materiais mais resistentes, faz parte de um importante

³¹⁵ Para sítios arqueológicos de edifícios rurais, isolados e com algum nível de distinção social (que identificamos como *uilla*), datáveis para o século II a.C., cf. Guarinello, *Ruínas de uma Paisagem*, *op.cit.*, p.123-137.

aspecto do significado da expansão das *uillae* que precisamos ressaltar: o avanço das forças produtivas no mundo rural italiano. Tradicionalmente defendeu-se a imagem de que o mundo romano não teria assistido qualquer desenvolvimento técnico importante, o que foi explicado tanto pelo uso da mão-de-obra escrava quanto pelo desinteresse da elite em desenvolver o sistema produtivo. Atualmente esta visão é amplamente combatida. Focando-nos, neste momento, no aspecto técnico das forças produtivas, é importante ressaltar que a expansão romana possibilitou o contato com inovações técnicas de outros povos, em especial gregos e cartagineses, e que, também, alguns implementos agrícolas foram inventados, desenvolvidos, e tiveram seus usos disseminados pelas regiões dominadas por Roma. Entre estes implementos, destacam-se aqueles ligados a prensa e moagem de três produtos agrícolas fundamentais na economia das *uillae*: uvas, olivas e cereais³¹⁶.

2.1.2. A definição de *Villa* em Varrão

De maneira geral, Varrão repete o mesmo uso de *uilla* que faz Catão. No livro I, existem 27 usos do termo, dos quais apenas três não se referem ao edifício-sede da propriedade (justamente aqueles que aparecem adjetivados por *urbana* ou *rustica*), referindo-se a parte residencial ou a parte em que ficam os implementos produtivos, respectivamente. Já no livro II, as sete ocorrências se referem ao edifício-sede.

O livro III, dedicado à criação de animais na própria sede da fazenda, é, não por acaso, pródigo em referências a *uilla* como o edifício-sede. Porém, no início deste livro encontramos algo inexistente no tratado de Catão. Varrão nos oferece, em uma discussão cômica entre os personagens do diálogo, alguns termos para uma tentativa de definição conceitual da *uilla*.

Mas", acrescentou [Ápio], "não é esta *uilla* [a *uilla* de Marte, cenário do diálogo], que os nossos antepassados construíram, mais simples e melhor do que aquela sua elaborada em Reate? Você vê aqui, em algum lugar, madeira cítrica ou ouro, ou vermelhão ou azul, ou qualquer trabalho ou mosaico colorido? Na sua é exatamente o oposto. Além disso, enquanto esta é propriedade comum de toda a população, aquela pertence somente a você; esta serve para que cidadãos e outras pessoas venham do campo, e aquela serve para éguas e jumentos; e além disso, esta é útil para a operação dos negócios públicos - para as cortes se reunirem quando convocadas pelo cônsul, para a inspeção de armas, para os censores convocarem as pessoas para o censo". "Você realmente quer dizer", respondeu Áxio, "que sua *uilla* na margem do Campo de Marte é utilitária, e não é mais pródiga em luxos que todas as de propriedade de todos em toda a Reate? Por que sua *uilla* é

³¹⁶ Kevin Greene, "Technical innovation and economic progress in the ancient world: M.I. Finley reconsidered". *Economic History Review*, vol.53, 2000, p.35 e Annalisa Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.92 e 103.

enfeitada com pinturas, para não falar de estátuas, enquanto a minha, embora não haja qualquer vestígio de Lísipo ou Antiphilus, tem muitos traços da enxada e do pastor. Além disso, enquanto que aquela não é nada sem sua grande fazenda, que tem sido mantida limpa pelo cultivo, a sua nunca teve um campo, um boi ou uma égua. Em suma, o que tem sua *uilla* que se assemelhe com as que seu avô e bisavô moraram? Porque aquela nunca viu, como estas, uma colheita de feno curado no sótão, ou uma safra na adega, ou uma colheita de grãos armazenada. Porque o fato de que um edifício está fora da cidade não o faz mais uma *uilla* do que o mesmo fato faz serem *uillas* os edifícios habitados fora da Porta Flumentana ou no bairro Emiliano" [regiões fora dos muros de Roma habitadas por moradores da cidade]

Ao que Ápio respondeu, com um sorriso: "Como eu não sei o que é uma *uilla*, gostaria que você me esclarecesse, para eu não errar por falta de clarividência, já que eu quero comprar uma *uilla* de Marcus Seio perto de Ostia. Porque, se os edifícios não são *uillae* a menos que contenham o seu jumento, que você comprou por 40 mil sestércios, eu tenho medo de comprar uma *uilla* seiana [de mau-agouro] em vez de uma *uilla* à beira-mar. Meu amigo aqui, Lúcio Merula, deixou-me ansioso para ser o dono desta *uilla* quando ele me disse, depois de passar vários dias com Seio, que não havia *uilla* em que ele tivesse se entretido tanto ou que ele gostasse mais. E isso apesar do fato de ele não ter visto nenhuma imagem ou estátua de bronze ou de mármore, nem, por outro lado, um aparelho para prensar o vinho, potes de azeite, ou moinhos." Ápio virou-se para Merula e perguntou: "Como isso pode ser uma *uilla*, se ele não tem nem os móveis da cidade, nem os acessórios do campo". "Ora", ele respondeu, "você não acha que sua *uilla* na curva do [rio] Velino, que nunca viu um pintor ou um pintor de afrescos, é menos uma *uilla* que aquela em Rosea, cujo teto é adornado elegantemente, e que você e seu jumento são co-proprietários?" Quando ele assentiu com a cabeça que um prédio que serve apenas para uso agrícola é tanto uma *uilla* como aquele que serve ambas as finalidades, a da casa da fazenda e residência na cidade, perguntou que inferência ele tirou daquela admissão: "Ora se sua propriedade em Rosea deve ser elogiada pela sua pastagem, e é justamente chamada de *uilla* porque o gado é alimentado e recolhido lá, pelo mesmo motivo também deve ser chamada *uilla* uma propriedade na qual uma grande receita é derivada da criação de animais. Para se obter uma receita de rebanhos, o que importa se eles são rebanhos de ovelhas ou de aves? Ora, é mais doce a receita se vierem de bois, os quais dão origem a abelhas [Varrão afirma em outros momentos do livro que as abelhas nascem da putrefação dos bois, cf. *De Re Rustica* II.5.5 e III.16.4], do que com as abelhas que estão ocupadas em suas tarefas nas colméias da *uilla* de Seio? E você consegue mais do açougueiro para suínos nascidos na sua *uilla* do que Seio consegue para os javalis da sua propriedade?" Bem, "respondeu Ápio," o que me impede de manter estas criações em minha *uilla* em Reate? A menos que você pense que o mel produzido na propriedade de Seio seja siciliano, enquanto o de Reate seja corso [o mel siciliano era famoso por sua excelência, enquanto o corso era depreciado como de baixa qualidade]; e que o mastro para alimentar um javali, que lá tem de ser comprado, o torna gordo, enquanto o que aqui é obtido gratuitamente torna-o magro." Pelo que Ápio comentou: "Merula não disse que você não poderia ter as criações que Seio tem na sua propriedade; mas eu vi, com meus próprios olhos, que você não as tem. Pois existem dois tipos de criação de animais: um no campo, que inclui a criação de gado, e os outros ao redor da fazenda, que inclui galinhas, pombos, abelhas, etc., que normalmente se alimentam na herdade; o cartaginês Magão, Cássio Dionísio, e outros escritores deixaram suas

observações em livros sobre eles, mas dispersas e não sistematizadas. Este Seio parece os ter lido, e como resultado ele obtêm mais receitas deste tipo de criação de animais de uma só *uilla* do que os outros recebem de uma propriedade inteira. "

Sed non haec, inquit, villa, quam aedificarunt maiores nostri, frugalior ac melior est quam tua illa perpolita in Reatino? Nuncubi hic vides citrum aut aurum? Num minium aut armenium? Num quod emblema aut lithostrotum? Quae illic omnia contra. Et cum haec sit communis universi populi, illa solius tua; haec quo succedant e campo cives et reliqui homines, illa quo equae et asini; praeterea cum ad rem publicam administrandam haec sit utilis, ubi cohortes ad dilectum consuli adductae considant, ubi arma ostendant, ubi censores censu admittant populum. Tua scilicet, inquit Axius, haec in campo Martio extremo utilis et non deliciis sumptuosior quam omnes omnium universae Reatinae? Tua enim oblita tabulis pictis nec minus signis; at mea, vestigium ubi sit nullum Lysippi aut Antiphilu, at crebra sartoris et pastoris. Et cum illa non sit sine fundo magno et eo polito cultura, tua ista neque agrum habeat ullum nec bovem nec equam. Denique quid tua habet simile villae illius, quam tuus avos ac proavos habebat? Nec enim, ut illa, faenisicia vidit arida in tabulato nec vindemiam in cella neque in granario messim. Nam quod extra urbem est aedificium, nihilo magis ideo est villa, quam eorum aedificia, qui habitant extra portam Flumentanam aut in Aemilianis.

Appius subridens, Quoniam ego ignoro, inquit, quid sit villa, velim me doceas, ne labar imprudentia, quod volo emere a M. Seio in Ostiensi villam. Quod si ea aedificia villae non sunt, quae asinum tuum, quem mihi quadraginta milibus emptum ostendebas apud te, non habent, metuo ne pro villa emam in litore Seianas aedes. Quod aedificium hic me Lucius Merula impulit ut cuperem habere, cum diceret nullam se accepisse villam, qua magis delectatus esset, cum apud eum dies aliquot fuisset; nec tamen ibi se vidisse tabulam pictam neque signum aeneum aut marmoreum ullum, nihilo magis torcula vasa vindemiatoria aut serias olearias aut trapetas. Axius aspicit Merulam et, Quid igitur, inquit, est ista villa, si nec urbana habet ornamenta neque rustica membra? Quoi ille; Num minus villa tua erit ad angulum Velini, quam neque pictor neque tector vidit umquam, quam in Rosia quae est polita opere tectorio eleganter, quam dominus habes communem cum asino? Cum significasset nutu nihilo minus esse villam eam quae esset simplex rustica, quam eam quae esset utrumque, et ea et urbana, et rogasset, quid ex iis rebus colligeret, Quid? inquit, si propter pastiones tuus fundus in Rosia probandus sit, et quod ibi pascitur pecus ac stabulatur, recte villa appellatur, haec quoque simili de causa debet vocari villa, in qua propter pastiones fructus capiuntur magni. Quid enim refert, utrum propter oves, an propter aves fructus capias? Anne dulcior est fructus apud te ex bubulo pecore, unde apes nascuntur, quam ex apibus, quae ad villam Sei in alvariis opus faciunt? Et num pluris tu e villa illic natos verres lanio vendis, quam hinc apros macellario Seius? Qui minus ego, inquit Axius, istas habere possum in Reatina villa? Nisi si apud Seium Siculum fit mel, Corsicum in Reatino; et hic aprum glas cum pascit empticia, facit pinguem, illic gratuita exilem. Appius: Posse ad te fieri, inquit, Seianas pastiones non negavit Merula; ego non esse ipse vidi. Duo enim genera cum sint pastionum, unum agreste, in quo pecuariae sunt, alterum villaticum, in quo sunt gallinae ac columbae et apes et cetera, quae in villa solent pasci, de quibus et Poenus Mago et Cassius Dionysius et alii quaedam separatim ac dispersim in libris reliquerunt, quae Seius legisse videtur et ideo ex iis pastionibus ex una villa maioris fructus

Esta passagem é extremamente informativa sobre os universos conceituais em que o termo *uilla* se insere, ao criar diversas contraposições entre propriedades dos personagens do diálogo e discutir se elas seriam *uillae*. Entretanto, temos que entender corretamente o contexto em que estas informações nos são dadas para sua melhor interpretação. O diálogo se inicia com Ápio fazendo uma contraposição entre a *uilla* do Campo de Marte, prédio público situado fora dos muros de Roma, e a *uilla* de propriedade de Áxio em Reate. Os dois edifícios são identificados como *uillae*, porém Ápio critica a opulência da *uilla* reatina de Áxio comparando-a com a simplicidade da construção da *uilla* pública do Campo de Marte, que se identificaria com os valores dos antepassados, o *mos maiorum*. Temos duas *uillae*, que não têm seu *status* de *uillae* questionados, mas com a valorização daquela *uillae* que simbolizaria o valor dos antepassados em detrimento da outra que não realizaria tal função.

Percebemos, assim, que um elemento importante da noção de *uilla* é a relação ideológica de valorização dos antepassados, da identificação com o *mos maiorum*. A *uilla* é um elemento fundamental na relação ideológica que a aristocracia tinha com a atividade agro-pastoril e seu caráter ideológico de emulação das atividades dos antepassados como aspecto da criação de uma identidade aristocrática.

Essa questão se mantém na resposta de Áxio a Ápio: ele contrapõe sua *uilla* criticada à propriedade que seu interlocutor teria nas proximidades do Campo de Marte. De acordo com Áxio, a opulência de sua propriedade não chegava perto da opulência da propriedade de Ápio e, especialmente, sua propriedade era palco de atividades agro-pastoris, enquanto a de Ápio não o era. E disso Áxio faz uma interessante afirmação: ao não ter essas atividades agro-pastoris, a propriedade de Ápio não poderia ser considerada uma *uilla*. Para Áxio, nem todos os edifícios se tornam *uillae* apenas por estarem fora dos limites de uma cidade. Percebemos duas coisas importantes nessa afirmação: 1) a *uillae* é um edifício fora dos muros da cidade 2) que tem uma relação específica com a fazenda, a terra (*fundus*). Que relação seria esta? Para Áxio, a exploração de atividades agro-pastoris³¹⁷. Porém, o debate entre os personagens continua.

Ápio responde a esta crítica de Áxio introduzindo na conversa a *uilla* de Seio, nas proximidades de Óstia, que será o centro do debate pelo resto do diálogo. Ápio diz a Áxio que pretende comprar esta propriedade, pois Merula teria feitos enormes elogios a ela. E, segundo Ápio, Merula não teria visto por lá nem sinais de opulência, como pinturas e estátuas, nem das

³¹⁷ Um prédio fora dos muros da cidade, que possui um terreno e que esteja envolvido em atividades agrícolas é a definição de *uilla* adotada por Annalisa Marzano em *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.83.

produções de vinho, óleo de oliva ou de cereais. Ápio provoca Áxio com a referência a esta propriedade, pois ela não possui nem os elementos de opulência valorizados por Áxio em sua *uilla* em Reate, nem as atividades agrícolas que seriam características de uma *uilla*, o vinhedo, o olival e os cereais – a referência a elas neste momento do diálogo é significativa dessa importância da viticultura, olivicultura e cerealicultura.

Uma espécie de enigma é lançado por Varrão aos seus leitores neste momento do diálogo: como uma *uilla* sem estes elementos pode ser considerada verdadeiramente uma *uilla*? O questionamento é verbalizado por um atônito Áxio, e para respondê-lo entra em cena a importante figura de Merula, que durante todo o resto do capítulo desempenhará a função de grande autoridade nas discussões. Merula inicia sua exposição questionando Áxio sobre se era possível chamar de *uilla* outra propriedade que seu interlocutor teria próximo ao Rio Velino, que, diferente de sua similar reatina, não possuía qualquer elemento luxuoso. Como Áxio responde que sim, Merula conclui que podemos chamar de *uilla* propriedades que servem ao uso agrícola somente tanto quanto àquelas que servem ao uso agrícola e residencial. Como Ápio defende sua *uilla* em Reate afirmando que obtém dela receita a partir da criação de animais, Merula defende que a propriedade de Seio seja uma *uilla* por esta também obter grande receita com a criação de animais, mas não a criação de animais que Ápio tinha em mente, como bois, cavalos ou porcos. A propriedade de Seio obtinha seus rendimentos da criação de animais na sede da propriedade, chamada por Varrão em seu tratado como *Pastio Villatica*. Assim, o enigma é solucionado: podemos chamar a propriedade de Seio em Óstia de *uilla* porque ela obtém receitas a partir da criação de animais, mesmo que ela não tenha um grande *fundus* que seja explorado pelo pastoreio ou pela agricultura, atividades discutidas nos dois livros anteriores.

É importante ressaltar este contexto do diálogo: Varrão cria tal debate para defender que uma propriedade dedicada à *Pastio Villatica*, assunto de que tratará, pode ser considerada uma *uilla*. Não é a toa que o diálogo se inicia com a invocação da relação entre a *uilla* e o *mos maiorum*: o que Varrão pretende neste diálogo é inserir a *Pastio Villatica* dentro desse universo conceitual da *uilla* como emuladora das atitudes dos antepassados, igualando a atividade tratada no Livro III com a agricultura e o pastoreio, assunto dos livros anteriores. Desta forma, não podemos acreditar que Varrão está tentando, neste diálogo, nos prover uma definição exaustiva do conceito de *uilla* – ele apenas defende que a *Pastio Villatica* faz parte das atividades econômicas legítimas de uma *uilla*.

Para realizar tal defesa, porém, Varrão nos indica alguns elementos sobre a noção de *uilla*. Com isso, podemos identificar alguns aspectos que este diálogo nos ilumina sobre tal

noção. Por exemplo, o enigma que o personagem Merula tenta resolver, sobre a caracterização do edifício de Seio em Óstia como uma *uilla*, é causado por dois dados: tal edifício não possui uma estrutura residencial luxuosa, nem uma relação econômica com um terreno (*fundus*) através de atividades agro-pastoris. Disso, podemos inferir que estes dois dados eram importantes para a noção de *uilla* da elite romana, mas não eram equivalentes: enquanto o segundo era indispensável – Áxio, por exemplo, descarta a possibilidade de caracterizar o edifício de Ápio no Campo de Marte como *uilla*, por essa não desempenhar qualquer função em atividades agro-pastoris – a primeira não era – Merula e Áxio concordam que a propriedade do segundo, no rio Velino, era uma *uilla* mesmo sem ter uma luxuosa parte residencial. A solução do enigma passa justamente pela indicação de que o elemento residencial para a conceituação da *uilla* é, em algum nível, dispensável, ao mesmo tempo em que se inclui a *Pastio Villatica* entre as atividades agro-pastoris que caracterizavam a *uilla*.

Os argumentos usados para defender essa inclusão, por sua vez, nos permitem considerações importantes. O personagem Merula defende que a *pastio uillatica* garante a uma propriedade o *status* de *uilla* (da mesma maneira que a criação de bois ou porcos) por possibilitar ao proprietário a obtenção de um rendimento (*fructus*) vindo daquela propriedade. Ou seja, um elemento importante para a *uilla* é que ela proveja ao seu proprietário, através de determinadas atividades econômicas, certo rendimento. É significativo, neste sentido, que Áxio, o personagem varroniano que a princípio não demonstra qualquer entusiasmo com a *pastio uillatica*, peça para Merula ensinar-lhe sobre o assunto depois de Varrão lhe dizer que obteve com a venda de pássaros de uma propriedade em Reate o dobro de rendimentos do que a propriedade de Áxio na mesma região lhe garantia por ano (Varrão, *De Agri Cultura*, III.2.15-18).

Juntam-se a essa passagem diversas outras ao longo da *De Re Rustica* que definem um conceito de rentabilidade e produtividade da *uilla* (*De Re Rustica* I.II.8, I.VII.4-5, I.XI, I.XVI.5-6, entre outros), da qual destaca-se a seguinte passagem:

Partindo disso, os agricultores devem guiar-se para duas metas, a utilidade e o prazer. A utilidade busca o lucro e o prazer o deleite; o que é útil tem mais importância do que o que deleita. Além disso, o que torna um campo mais belo pelo cultivo geralmente não só o torna por si mesmo mais rendoso (como quando se plantam arvoredos e olivais em fileiras), mas também mais fácil de vender e valoriza uma propriedade. Pois todo homem prefere pagar mais pelo que traz o mesmo proveito e é mais bonito do que pelo que é rendoso e feio. O mais útil, porém, é o campo que é mais salubre do que os outros, porque nele o rendimento é certo; contrariamente, num insalubre, a ruína não tolera que o fazendeiro obtenha os frutos, mesmo que seja fértil.

Com efeito, onde se ajustam contas com a morte, não só o rendimento é incerto, mas também a vida dos agricultores.

Hinc profecti agricolae ad duas metas dirigere debent, ad utilitatem et voluptatem. Utilitas quaerit fructum, voluptas delectationem; priores partes agit quod utile est, quam quod delectat. 2 Nec non ea, quae faciunt cultura honestiorem agrum, pleraque non solum fructuosiore eadem faciunt, ut cum in ordinem sunt consita arbusta atque oliveta, sed etiam vendibiliorem atque adiciunt ad fundi pretium. Nemo enim eadem p[er] utilitati non formosius quod est emere mavult pluris, quam si est fructuosus turpis. 3 Utilissimus autem is ager qui salubrior est quam alii, quod ibi fructus certus; contra in pestilenti calamitas, quamvis in feraci agro, colonum ad fructus pervenire non patitur. Etenim ubi ratio cum orco habetur, ibi non modo fructus est incertus, sed etiam colentium vita. Quare ubi salubritas non est, cultura non aliud est atque alea domini vitae ac rei familiaris.

Varrão, *De Re Rustica*, I.IV.1-3

Desta modo, se não podemos identificar Varrão com um *espírito do capitalismo*, seu texto demonstra claramente um conceito bem definido de rentabilidade³¹⁸, importantíssimo para a definição do que é uma *uilla*.

De qualquer forma, apesar de bastante interessante e informativa, esta passagem não pode, de maneira alguma, nos propiciar a formulação de um conceito completo de *uilla*, quanto mais determinar o que seria uma *uilla* típica ou ideal. Assim como o tratado de Catão, a *De Re Rustica* não define um tipo tão específico de exploração do solo como previsto por essa formulação. Como bem aponta Spurr:

Os agrônomos latinos não descrevem apenas um tipo de sistema agrícola. Afirmar isso não significa reconhecer apenas que eles discutem vinhedos, bem como olivais e o cultivo de cereais, mas que, na discussão de cada um desses tópicos, eles reconhecem diferentes sistemas de cultivo. Assim a complexidade da economia romana rural e da agricultura é revelada.³¹⁹

2.2. A *Villa* e a reorganização do espaço rural

Uma abordagem muito mais interessante para conceituar *uilla* do que a idéia tradicional de *uilla* típica ou ideal, e que, como veremos, relacionar-se-á com certos aspectos identificados na passagem de Varrão citada acima, é proposta por Norberto Guarinello. A partir da identificação de certas oposições conceituais fundamentais, Guarinello pretende determinar o conteúdo social do surgimento da *uilla*, sem se preocupar prioritariamente com a

³¹⁸ Glauco Tozzi. *Economistas Griegos y Romanos*, op.cit., p.234.

³¹⁹ M.S. Spurr, *Arable Cultivation in Roman Italy*, London: Society for the promotion of Roman Studies, 1986, p.117 (minha tradução).

escalação de elementos constitutivos específicos. A primeira dessas oposições é entre *uilla* e *domus*. Como vimos no diálogo varroniano acima, o conceito de *uilla* determina uma nítida oposição entre rural e urbano: a *uilla* era, acima de tudo, uma habitação fora dos muros das cidades. A *domus*, propriedade isolada da elite, mas que se localiza dentro dos muros da cidade, é a contraparte urbana das *uillae*³²⁰.

Já no contexto rural, outras oposições definem a *uilla*. Em primeiro lugar, e de maneira fundamental, a *uilla* se opõe aos termos que se referem a habitats agregados, compostos por muitas residências – como *uici* e *oppidum*. Esse isolamento físico dos edifícios, representados nesta oposição, refletia, na verdade, um forte conteúdo social:

O que distinguia, fundamentalmente, *uilla* de *uicus*, *castellum*, ou *oppidum*, não era meramente sua dispersão nos campos, mas a relação diferente que mantinha com a terra e com a comunidade que ocupava o território circundante. As *uillae*, em certo sentido, eram muito mais isoladas de sua vizinhança, acompanhando o desenvolvimento de formas privadas e individualistas de apropriação da terra e o declínio dos laços comunitários que eram o pressuposto da sociedade agrária arcaica. (...) *Villa*, desta forma, não se referia apenas a um modelo arquitetônico qualquer, mas a uma organização social específica do espaço rural, que se ligava, por sua vez – e isto é claro nos escritores agrários, a uma produção “racionalizada”, no sentido de orientar-se para o mercado.³²¹

Voltaremos, mais a frente neste capítulo, à questão levantada pela parte final desta citação, a orientação da produção para o mercado. Por enquanto, é importante enfatizar o problema da transformação do modelo agrário “arcaico”, baseado numa organização do espaço rural específica, estimulado pela expansão das *uillae*, que ensejam um novo modelo de organização do espaço rural e de relações sociais de produção com a comunidade vizinha da propriedade. Peregrine Horden e Nicholas Purcell destacam que em um ambiente tão fragmentado como o mediterrânico, a determinação da propriedade sobre a produção não é tão facilmente demarcada por cercas, muros ou delimitações deste tipo. Assim, a concentração dos implementos de estocagem e distribuição dos produtos em um único local é uma importante forma de impor o controle sobre o campo e seus cultivos³²². Não por acaso, a *uilla* é identificada como o local de estocagem e redistribuição, o ponto para onde a produção é

³²⁰ Guarinello, *Ruínas de uma Paisagem*, *op.cit.*, p.30.

³²¹ *Ibidem*, p.31

³²² Horden e Purcell, *The Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.236.

levada e de onde ela é trazida, como podemos perceber na seguinte passagem da *De Re Rustica* de Varrão³²³:

O *uillicus* existe para cultivar o campo e recebeu sua denominação de *uilla*, porque por ele os frutos são transportados para ela e são levados dela quando são vendidos. Por esse motivo, os rústicos ainda hoje chamam a via [*uia*] de *ueha* em razão do ato de transportar [*uectura*] e a *uilla* [sede], para onde transportam e de onde transportam, de *uella*.

Vilicus agri colendi causa constitutus atque appellatus a villa, quod ab eo in eam convehuntur fructus et evehuntur, cum veneunt. A quo rustici etiam nunc quoque viam veham appellant propter vecturas et vellam, non villam, quo vehunt et unde vehunt.

Varrão, *De Re Rustica*, I.II.14

Desta forma, o desenvolvimento da *uilla* reflete desenvolvimentos na forma de propriedade do solo e da produção agrícola na Itália romana.

Por fim, a *uilla* se define pela oposição a termos que se referiam a habitações rurais isoladas que possuíam pequenas dimensões e materiais empregados em sua construção de baixa qualidade, como *casa* e *tugurium* – que revelavam uma importante diferença de *status*. Obviamente, esta distinção também reflete contextos sociais diferentes, pois a *uilla*, enquanto apanágio dos grupos sociais superiores, estabelecia relações sociais bastante diversas do que as estabelecidas por estas habitações rurais isoladas de baixo *status* social³²⁴.

Acima de tudo, a *uilla* é um elemento de intervenção do meio urbano na reorganização do espaço rural. Como na Roma Antiga as elites possuíam um caráter urbano muito destacado, a relação dessa elite com o campo, peremptoriamente necessária – afinal estamos tratando de uma sociedade agrária – se dá a partir da inserção dessas propriedades no espaço rural, que garante às elites romanas obterem a renda fundiária que as sustenta. Essa definição de *uillae* permite, inclusive, uma necessária revisão da idéia de “cidade consumidora”. Se, de fato, os centros urbanos da Antiguidade Clássica dependiam da produção rural para se reproduzir, física e socialmente, a relação das elites urbanas com o meio rural é mais ativa do que a idéia de “cidade consumidora” nos faz pensar³²⁵. Mais do que meramente consumir os produtos do campo, a cidade domina o campo e o reorganiza para atender seus interesses. Assim, mais do que uma “cidade consumidora”, temos uma “cidade organizadora”, que

³²³ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.92.

³²⁴ Guarinello, *Ruínas de uma Paisagem*, *op.cit.*, p.31-32.

³²⁵ Phillipe Leveau, “La ville antique et l’organisation de l’espace rural: villa, ville, village”. *Annales E.S.C.*, vol.38, n.4, 1983, p.921-924.

estimula o desenvolvimento de novas formas de produção de excedentes – consumidos majoritariamente pela cidade³²⁶.

A partir desses elementos, podemos definir a *uilla* como o *habitat rural, isolado e propriedade de membros dos grupos mais abastados da sociedade romana, que reorganiza o espaço rural, submetendo-o aos interesses da elite urbana*. Temos, neste sentido, um conceito de *uilla* que privilegia seu significado nas relações sociais, e não em seus elementos constitutivos.

Essa definição implica certa postura metodológica na análise dos tratados dos “agrônomos”. Desde que tomando os cuidados metodológicos já apontados no segundo capítulo, acreditamos ser extremamente relevante analisar os tratados de Catão e Varrão como conjuntos de indícios sobre a relação da aristocracia romana com a terra, que revelam o surgimento de uma nova forma de organização sócio-espacial do meio rural, as *uillae*, mas sem que estes indícios tenham que, necessariamente, formar um quadro coerente de uma única *uilla* ideal, ou mesmo de certos tipos de *uillae* típicos determinados, como a historiografia sobre o tema ainda insiste em fazer.

Porém, a definição de *uilla* que defendemos deixa em aberto problemas levantados pelo conceito de *uilla* típica que não podem ser meramente ignorados. Primeiro, a idéia de *uilla* típica foi muito criticada, como dissemos, por estudiosos que pretendiam ressaltar a diversidade de formas de exploração do solo na Itália Antiga. Assim, precisamos refletir o que essa crítica implica para o nosso conceito de *uilla*. Por um lado, nosso conceito de *uilla* não é afetado pelas críticas que identificam que nem todas as propriedades da elite eram especializadas na produção de vinho e óleo de oliva, ou de que a escravidão não era a única forma de obtenção de trabalho para essas propriedades, já que não nos utilizamos desses parâmetros para nossa definição de *uilla*.

Por outro lado, precisamos, então, responder: as *uillae*, como definidas aqui, tornaram-se de fato o padrão fundiário da Itália romana? Ao menos para a parte central da costa tirrênica a expansão das *uillae* foi um elemento extremamente transformador na estrutura agrária italiana: mesmo não significando o fim das propriedades camponesas, tal expansão afetou como as comunidades rurais italianas funcionavam. A proporção da importância dessa expansão e do impacto de seu potencial transformador na Itália Central Tirrênica é uma questão que, para ser esclarecida, exigirá ainda muitas pesquisas, das quais esta dissertação de mestrado pretende fazer sua contribuição. Porém, a forma como o debate foi posto nos parece

³²⁶ Jean Andreau, *L'Économie du Monde Romain*. (Le monde: une histoire/ mondes anciens) Paris: Ellipses, 2010, p.40-43.

equivocado: não se trata de uma questão quantitativa, da proporção de terras na região ocupadas por *uillae* ou por propriedades camponesas – mas do impacto que a expansão das *uillae* gerou nas relações sociais no campo.

Outro problema que nosso conceito de *uilla* ignora são os elementos constitutivos elencados pelo conceito de *uilla* típica. Segundo este conceito, a *uilla* era uma propriedade com uma sede dividida entre uma parte residencial de luxo, para a estadia do proprietário absenteísta, e uma parte “rústica” altamente especializada na produção de vinho e óleo de oliva, mesmo que a propriedade tivesse outras produções agrícolas secundárias. Além disso, tal produção era baseada no trabalho escravo e voltada para o mercado. Essas questões, ignoradas em nosso conceito, são fundamentais para entendermos, de fato, o que significa dizer que a *uilla* era uma forma de reorganização do espaço rural pelas elites urbanas que desagregava, em algum nível, o padrão agrário anterior criando formas mais “isoladas” ou “individualistas” de apropriação do solo – e também para responder ao questionamento posto no parágrafo anterior sobre o impacto dessa expansão das *uillae* nas relações sociais no campo.

A análise tanto dos tipos de atividades econômicas, como das relações sociais de produção e das formas de circulação dos produtos são fundamentais para entender a relação das *uillae* com a sociedade agrária italiana. Trataremos cada um desses pontos levantados pelo conceito corrente de *uilla* típica como problemas a serem questionados a partir dos elementos que destacamos na definição de *uilla* adotada neste trabalho. Iniciaremos o debate, na próxima seção, tendo como foco a questão das atividades econômicas dessas propriedades rurais. A seguir, discutiremos as formas de circulação desta produção, deixando o problema das relações de produção para o capítulo seguinte.

3. Atividades Econômicas nas *Villae*

Já que podemos entender os tratados dos “agrônomos” como conjuntos de indícios sobre a relação da aristocracia romana com a terra, quais são as informações sobre a produção das *uillae* que podemos obter a partir da leitura desses textos? Para responder a esta pergunta precisamos, antes, identificar o contexto em que estas informações foram produzidas por Catão e Varrão. Annalisa Marzano acredita que o objetivo fundamental dos tratados dos agrônomos é satisfazer o interesse da audiência em saber como investir seu capital de maneira

rentável dentro das construções sociais e ideológicas típicas da elite romana³²⁷. Deixando de lado o problema de pensar a economia antiga dentro de termos capitalistas, que já discutimos no primeiro capítulo e ao qual voltaremos outras vezes neste trabalho, essa idéia comunga uma interpretação extremamente utilitarista do tratado que, por sua vez, já criticamos no segundo capítulo.

É possível, contudo, pensar que a identificação de produções importantes para oportunidades de fortalecimento do poder dos membros da elite dentro dessas construções ideológicas e sociais é um dos “projetos político-ideológicos” que perpassam a composição tanto do *De Agri Cultura* quanto da *De Re Rustica*. Este projeto não contradiz, de maneira alguma, o projeto identificado por Brandon Reay, discutido no segundo capítulo, de criação de uma imagem aristocrática de agricultor. Pelo contrário, os dois projetos são extremamente convergentes, pois é a emulação das mesmas atividades que, ao mesmo tempo, cria a imagem aristocrática de agricultor e identifica as produções importantes para a aristocracia.

Desta forma, os tratados de Catão e Varrão ajudariam na criação de uma imagem específica de investimento econômico sério, típico da elite, que se oporia à mal vista especulação gananciosa da *plebs*³²⁸. É neste contexto, justamente, que podemos entender as considerações de Varrão no diálogo do Livro III citado acima, no qual ele destaca que a *uilla* precisa proporcionar um rendimento (*fructus*) ao proprietário. Porém, quais atividades proporcionariam este rendimento?

3.1. Produção de vinho e óleo de oliva

Se por um lado, existe uma diversidade muito grande de produtos mencionados nos textos, por outro, salta aos olhos a centralidade ocupada pela produção de vinho e óleo de oliva. No *De Agri Cultura*, além da olivicultura e da viticultura serem as produções mais citadas no texto, mesmo quando comparadas à soma de todos os tipos de olericultura, ou de cerealicultura, ou de outras fruticulturas (ver figura 3), o detalhamento que essas duas atividades ganham no texto de Catão é impressionante. Dos 162 capítulos do tratado, 47 tem como tema central algum aspecto de uma dessas duas atividades. Plantação, colheita, processamento, armazenamento e comercialização – nenhum dos momentos do processo produtivo do óleo de oliva e do vinho é deixado de lado. Pelo contrário, são prescritas com riqueza de detalhes, o que não ocorre com nenhuma outra atividade produtiva identificável no

³²⁷ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, op.cit., p.86.

³²⁸ *Ibidem*, p.90.

tratado. Na *De Re Rustica* as produções de vinho e óleo também ocupam destacado protagonismo, mesmo que menor do que no tratado de Catão. Como Varrão tem um objetivo mais claro de tratar da agricultura de uma maneira geral, o livro I detalha a produção de mais atividades, mas mesmo assim a viticultura e a olivicultura mantêm certo predomínio, tendo capítulos inteiramente dedicados a elas em uma proporção maior do que para qualquer outra atividade.

A oliveira é um cultivo tipicamente mediterrânico, mas que durante a Antiguidade ainda não tinha se espalhado homoganeamente por todas as regiões em torno do Mar Mediterrâneo – o que aumentava o potencial de circulação de sua produção³²⁹. Seus derivados eram amplamente consumidos pelos povos da região, sendo utilizados na alimentação, como fonte de energia, como medicamento e como lubrificante³³⁰. Horden e Purcell destacam as potencialidades que o processo de produção do óleo de oliva garantia às elites mediterrânicas: os produtores locais nem sempre conseguiam ter o controle sobre os custosos implementos desenvolvidos para sua produção, que já identificamos como um importante aspecto do desenvolvimento das forças produtivas da agricultura romana. Assim, a produção de óleo de oliva abria a oportunidade para que poderes “supra-locais”, como a elite romana, impusessem sua autoridade sobre os produtores locais através do controle de parte dos meios de produção³³¹. E a intensidade desse controle desempenhado pela elite romana é atestada pela arqueologia e pelos tratados de Catão e Varrão: boa parte dos sítios arqueológicos identificados como *uillae* possuem equipamentos para prensa de oliva e de vinho³³² e os tratados, em especial o de Catão, são bastante minuciosos nas referências aos implementos e à sala de prensagem.

A uva também é uma produção tipicamente mediterrânica. O vinho, de longe seu produto mais importante, desempenhava um papel social muito importante nas diversas sociedades mediterrânicas, sendo praticamente a única fonte de inebriação facilmente acessível³³³. A demanda gerada por este fato foi apontada por Nicholas Purcell, em um artigo de 1985, como o principal motivo para a grande produção de vinho na região mediterrânica³³⁴. Porém, em sua obra conjunta com Peregrine Horden, de 2000, tal hipótese

³²⁹ Horden e Purcell, *The Corrupting Sea, op.cit.*, p.209 e 213.

³³⁰ *Ibidem*, p.209 e Hitchner, “Olive Production and the Roman Economy...”, *op.cit.*, p.72.

³³¹ Horden e Purcell, *The Corrupting Sea, op.cit.*, p.211.

³³² Marzano, *Roman Villas in Central Italy, op.cit.*, p.103 e Eric De Sena, “An assessment of wine and oil production in Rome’s hinterland: ceramic, literery, art historical and modern evidence”. In: Frizzel e Klynne, *Roman Villas around Urbs, op.cit.*, p.5.

³³³ Nicolas Purcell, “Wine and Wealth in ancient Italy”. *The Journal of Roman Studies*, vol.75, 1985, p.1-2.

³³⁴ *Ibidem*, p.2.

“cultural” é bastante criticada: segundo os autores, a própria predominância do vinho como fonte de inebriação na região mediterrânica precisa ser explicada, ainda mais quando percebemos o contraste com a predominância da cerveja no antigo Oriente Próximo e na Europa Setentrional – que poderia muito bem ser produzida em grande escala na região mediterrânica dada a fartura de tipos de cereais na região³³⁵.

A explicação proposta por Horden e Purcell, em *Corrupting Sea*, busca entender como as particularidades da produção do vinho se relacionam com os aspectos gerais da história agrária mediterrânica e com as possíveis relações de poder que existiriam nas sociedades dessa região. O cultivo da uva é extremamente exigente em mão-de-obra e em certo nível de conhecimento técnico na produção quando comparado com outros cultivos mediterrânicos. Segundo Horden e Purcell, isto oferece uma oportunidade de “conversão de trabalho, habilidade técnica e vantagens ambientais em mercadorias de alto valor por peso”³³⁶. Dentro do quadro sócio-ecológico do Mediterrâneo, identificado pelos autores, no qual os riscos e a “conectividade” garantida pelo mar impõem a necessidade de estratégias de diversificação, estocagem e redistribuição da produção pelos produtores locais, a produção do vinho é uma importante possibilidade de diversificação das atividades econômicas. Em uma situação de abundância de mão-de-obra, o vinho permite “transformar” trabalho excedente em estocagem e redistribuição³³⁷.

Porém, isso explica a expansão do vinho de uma maneira geral pela agricultura mediterrânica, e não especificamente pelas *uillae*. A comercialização de vinho não era uma novidade para Itália dos séculos II e I a.C., existem indícios de consumo na Gália de vinhos produzidos na Itália Central no período pré-romano³³⁸. Porém, a comercialização de vinhos italianos atingiu nestes séculos um nível certamente desconhecido anteriormente. O estudo das ânforas do tipo Dressel 1, datadas para os últimos séculos da República, mostram um crescimento significativo do comércio de vinho no período posterior à Segunda Guerra Púnica, especialmente daquele produzido na região da Campânia. Os achados de Dressel 1 mostram o consumo de vinho italiano não só por uma vasta região da Itália, mas também fora da península, especialmente na Gália, onde uma quantidade imensa de ânforas desse tipo foram encontradas³³⁹.

³³⁵ Horden e Purcell, *The Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.215.

³³⁶ *Ibidem*, p.215.

³³⁷ *Ibidem*, p.216.

³³⁸ Morel, “Early Rome and Italy”, *op.cit.*, p.492.

³³⁹ Purcell, “Wine and Wealth in ancient Italy”, *op.cit.*, p.7.

Nicolas Purcell afirma, no artigo de 1985, que por trás deste grande comércio de vinho estavam modestos vinhedos, e que a elite senatorial não se envolvia neste tipo de atividade (preferindo atividades econômicas que envolvessem menos riscos), mas sua argumentação baseia-se mais na fragilidade da evidência para afirmar que os senadores estavam ligados à produção de vinho (em sua opinião, apenas o tratado de Catão indicaria isso, e de maneira não muito clara) do que na existência de dados que indicariam, de fato, a ausência dos senadores nessa atividade³⁴⁰. Andrea Carandini discorda veementemente de Purcell. Segundo o arqueólogo italiano, sempre existem aqueles corajosos e aqueles conservadores, mas acreditar que a elite senatorial romana, inventora do imperialismo romano, se enquadrasse totalmente entre os segundos é um erro grosseiro. Além disso, Carandini lista alguns indícios que ligam membros da elite senatorial da época republicana à posse de vinhedos³⁴¹. A primeira parte da argumentação de Carandini é complicada, pois tenta deduzir do “empreendedorismo” militar da elite romana um óbvio “empreendedorismo” agrícola. Porém, como existem indícios do envolvimento senatorial na produção de vinho durante o período republicano, dos quais o próprio tratado de Catão é o principal, e não existem indícios em contrário, é bastante razoável imaginar que a elite senatorial estava, sim, envolvida nesta atividade.

Acima de tudo, porém, em *Corrupting Sea*, Purcell, juntamente com Horden, aponta elementos muito mais interessantes sobre a relação das elites com a produção de vinho. Eles afirmam que a explicação para o alto nível de comercialização de vinho no Mediterrâneo não pode ser buscada em qualquer espécie de “ambição comercial” das elites da região, mas no problema da regularização da extração de excedentes:

[A produção de vinho] Tornou-se um meio prático para ajustar cada tipo de obrigação às relações de produção, armazenamento e redistribuição. A conveniência do coletor de impostos (ou o do cobrador de rendas), se podemos colocar assim, em última análise, contribuiu para estabelecer o vinho como o símbolo de identidade cultural indispensável que, sem dúvida, se tornou, e neste processo o consolidou como mercadoria assim como meio de pagamento das obrigações devida pelo produtor aos poderosos. Este duplo potencial respondia também ao problema das respostas ao risco, e foi o responsável pela extraordinária produção de vinho que tem caracterizado tantos períodos da história mediterrânica - produção de grandes e pequenas unidades, de produtores independentes, trabalhadores contratados, escravos e pequenos produtores coagidos.³⁴²

³⁴⁰ *Ibidem*, p.5

³⁴¹ Carandini, “La economia itálica fra tarda Repubblica e médio Impero considerata dal punto di vista di una merce: Il vino.”, *op.cit.*, p.507.

³⁴² Horden e Purcell, *The Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.218.

Dessa forma, se por um lado é um equívoco querer definir a *uilla* dentro de padrões rígidos sobre suas atividades produtivas, tentando transformar o *De Agri Cultura* e a *De Re Rustica* em imagens coerentes com a realidade rural dos séculos finais da República (coerência essa, que como vimos, os tratados não têm nem internamente), os textos de Catão e Varrão nos permitem identificar uma realidade significativa: a centralidade da viticultura e da olivicultura para a relação da elite romana com a exploração do campo. O estudo de Horden e Purcell nos dá uma importante chave para entender esta centralidade: tanto a produção de óleo de oliva quanto de vinho possibilitavam formas especiais de relação com os produtores diretos, garantindo a extração de excedentes. Obviamente, para entender esta extração precisamos analisar as formas de relações de produção das *uillae*, que discutiremos no próximo capítulo.

Sejamos claros: nem todas as propriedades da elite romana nos séculos II e I a.C. eram dedicadas à viticultura e a olivicultura, nem todas as propriedades dedicadas a essas atividades pertenciam à elite romana. Porém, se deixarmos de lado o “tudo-ou-nada” de ou identificar os tratados como retratos coerentes da realidade agrária romana ou relevar suas informações como meras construções ideológicas, podemos perceber a importância evidente que tem o fato de membros da elite romana no início do século II a.C. e em meados do século I a.C., ao escreverem tratados que pretendiam falar sobre as coisas do campo, dedicarem tanto espaço ao cultivo de uvas e olivas e seus processamentos para a produção de vinho e de óleo.

3.2. Outras produções agro-pastoris

A mesma idéia de *uilla* típica que a identificou com a produção de óleo de oliva e vinho, subestimou a importância de outras atividades produtivas nessas propriedades. Entre as que mais poderíamos destacar está a produção de cereais. A visão tradicional sobre as transformações da história agrária romana acreditava que a imposição de tributação em gênero paga em trigo sobre algumas províncias, como a Sicília, ou reinos periféricos, como o Egito Ptolomaico antes da dominação imposta por Augusto, tinham possibilitado que a Itália praticamente deixasse de produzir cereais. O abastecimento estaria garantido por estas importações, deixando as terras italianas livres para a especialização nas lucrativas produções de óleo e vinho.

Esta visão foi facilmente refutada, pois as importações de trigo não eram suficientes para abastecer toda a população italiana. Outra visão equivocada, porém, acabou surgindo, defendendo certa divisão social das atividades produtivas. Os pequenos camponeses dedicar-

se-iam a produzir cereais, primariamente consumidos para subsistência, mas com algum excedente sendo comercializado, enquanto as *uillae* se dedicavam a olivicultura e a viticultura. Porém, a análise dos tratados de Catão e Varrão nos permitem, facilmente, perceber que a cerealicultura era uma atividade bastante comum nas propriedades controladas pela elite romana. Na figura 3 podemos identificar um número expressivo de menções a produção de cereais no *De Agri Cultura*. Já no *De Re Rustica*, já vimos acima que Varrão tem em mente como produções típicas de uma *uilla*, além da olivicultura e da viticultura, a produção de cereais. Além disso, existem diversas referências a produção em si, no livro I, como à colheita do trigo no capítulo XXXII.

Além disso, a própria idéia de camponeses independentes dedicando-se primordialmente a cerealicultura é equivocada. Como Horden e Purcell destacam, os perigos oferecidos à agricultura mediterrânica tornam a diversificação de produções um elemento fundamental para os produtores da região. Assim, camponeses dedicando uma porcentagem muito alta de seus recursos à cerealicultura é um quadro bastante improvável e que, inclusive, subestima a exploração de recursos não-cultivados, como o pastoreio, a caça, a pesca e mesmo a coleta³⁴³. Ao invés de símbolo de um campesinato independente, a produção de cereal em larga escala no ambiente mediterrâneo está, muitas vezes, ligada a imposição de relações de poder e dominação. As propriedades específicas dos cereais permitem que eles sejam contados e estocados de maneira bastante prática, sendo muitas vezes impostos aos pelos poderes supra-locais como forma de extração de excedentes dos produtores diretos, justamente por estas características³⁴⁴.

O esforço na diversificação de produções agrícolas, que Horden e Purcell identificam como a maior característica da agricultura mediterrânica, pode ser facilmente percebida nos tratados de Catão e Varrão. A lista de produções que podemos identificar nos textos é imensa, na qual destacaríamos, além das já citadas olivicultura, viticultura e cerealicultura, a produção de hortaliças e de outras espécies de fruticultura. Essa diversificação não se limita a atividades agrícolas, a criação de animais também envolve a referência de diversos tipos de animais.

Pensando em termos ecológicos estritamente, como a tese da “pirâmide de energia” claramente demonstra, a produção de animais é contraproducente, pois a energia consumida pelos animais para se manterem vivos é maior do que a proporcionada ao serem usados como

³⁴³ Horden e Purcell, *The Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.201. Sobre a importância de alimentos não cultivados para o campesinato italiano antigo ver Joan Frayn, “Wild and Cultivated Plants: a note on the Peasant Economy of Roman Italy”. *The Journal of Roman Studies*, vol.65, 1975 e John Evans, “*Plebs Rustica: The Peasantry of Classical Italy*, II”. *American Journal of Ancient History*, nº 5, 1980.

³⁴⁴ Horden e Purcell, *The Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.205 e 208.

alimentos. Isto é, energeticamente, compensaria mais alimentar-se dos vegetais utilizados para alimentar os animais do que gastá-los para manter os animais vivos até seu abate. Porém, essa competição por alimentos entre seres humanos e animais é meramente hipotética. Na realidade mediterrânea, as pastagens para animais eram abundantes a ponto de o investimento calórico necessário na alimentação extra dos animais (isto é, em “rações”) ser muito baixa. Além disso, os animais se encaixam bem na tríade fundamental da agricultura mediterrânea, sendo elemento de diversificação da produção, uma boa forma de estocagem de alimentos (seja mantendo-os vivos, seja conservando a carne através da salga) e de redistribuição, pois animais são o produto mais facilmente transportável, já que se transportam a si mesmos. Por fim, alguns animais ainda tinham grande utilidade para a agricultura, fornecendo força motora ou esterco. Sendo assim, o investimento dos produtores mediterrânicos na criação de ovelhas, cabras, porcos e bois era bastante comum, e pode ser facilmente identificado nos tratados de Catão e Varrão, especialmente neste, que dedica todo o Livro II à prática³⁴⁵.

Porém, existe uma prática de criação de animais específica que está intimamente ligada a desigualdades sociais e exploração do trabalho dos produtores diretos: a transumância. Esta prática normalmente é vista como uma imposição climática da natureza: no verão, as terras baixas dos litorais e vales são muito quentes para manter os animais por lá, enquanto no inverno o clima seria severo demais no alto das montanhas, exigindo a migração sazonal dos rebanhos. Porém, como bem aponta Paul Halstead, isto só é uma realidade para grandes rebanhos, os pastos das regiões baixas que resistem ao verão, e os que resistem ao inverno das montanhas são suficientes para manter certos níveis de criação de animais sem exigir a transumância³⁴⁶. Desta forma, este tipo de criação de animais é uma invenção da criação em larga escala, só permitida pela concentração de recursos entre membros de uma elite.

Outro tipo de criação de animais, que não se limitava apenas aos tradicionais gados bovino, suíno, ovino e caprino, também era importante para as elites romanas. No texto de Catão já encontramos menções a criação de abelhas, galinhas, patos, pombos e peixes, que juntamente com lebres, javalis e caracóis, serão, na *De Re Rustica* varroniana, rotulados como *pastio uillatica* e discutidos ao longo do Livro III. Porém, existem certos indícios que nos fazem acreditar que, de fato, a grande expansão da *pastio uillatica* era um fenômeno razoavelmente recente quando da escrita do texto de Varrão. O aumento da importância dada

³⁴⁵ *Ibidem*, p.197-199.

³⁴⁶ Paul Halstead, “Traditional and Ancient Rural Economy in Mediterranean Europe: plus ça change?”. In: Scheidel e Von Renden, *The Ancient Economy*, *op.cit.*, p.57-58.

ao tema por Varrão quando comparado a Catão poderia ser visto como um desses indícios, mas, na verdade, mais do que este aspecto quantitativo, o maior indício é o próprio tratamento qualitativo que Varrão dá ao tema. O grande esforço empreendido, na passagem citada acima, em convencer os leitores de que a *pastio uillatica* pode ser incluída no quadro das atividades legítimas que caracterizam uma propriedade como *uillae* é um forte indício de que os leitores que Varrão tinha em mente não estavam totalmente convencidos deste fato, o que nos faz pressupor um público não muito familiarizado com a tal *pastio uillatica*. Podemos pensar na *pastio uillatica* em termos próximos ao que Horden e Purcell traçam para a produção de vinho. Boa parte das atividades englobadas nessa categoria deveria exigir altos níveis de trabalho e dedicação, tornando-se uma forma de extração de excedentes bastante eficiente – como vimos, Varrão caracteriza a *pastio uillatica* justamente a partir de sua alta “lucratividade”.

3.3. Outras atividades econômicas

Como já reiteramos mais de uma vez neste trabalho, Catão e Varrão não escreveram descrições de *uillae*. Catão reuniu alguns escritos cotidianos sobre suas propriedades agrícolas juntamente com algumas discussões mais gerais sobre o assunto e compôs um tratado sobre o cultivo dos campos. Varrão escreveu três tratados, um sobre o cultivo dos campos, outro sobre a criação de animais no pasto e outro sobre a criação de animais na sede da propriedade. Este fato simples tem conseqüências metodológicas importantes para o empreendimento que estamos realizando: as atividades econômicas desempenhadas nas *uillae* só são citadas nesses tratados no que corresponderem a estas delimitações temáticas definidas por seus autores. Sendo assim, a identificação de atividades agro-pastoris é privilegiada na composição dos tratados, pelos motivos ideológicos de valorização do *mos maiorum* que já destacamos. Outras atividades, pelo contrário, são negligenciadas pelos autores. Isso significa que a ausência ou pouca referência a determinadas atividades econômicas não significa, necessariamente, uma irrelevância econômica e social na realidade dos campos italianos³⁴⁷.

A preocupação destacada de Varrão em delimitar corretamente o assunto de seus livros, em especial o primeiro, dedicado a agricultura, nos permite visualizar essa questão de maneira clara. No início do Livro I, Varrão cria um intenso debate entre seus personagens acerca do que deveria ser tratado em um diálogo sobre a agricultura. A discussão tem como

³⁴⁷ Roth, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p.7.

centro o problema de se a criação de animais deveria fazer parte de tal diálogo, mas outros elementos também são citados:

"Então", disse Escrofa, "separemos da agricultura a criação de animais e o que mais se quiser." "Acaso", disse eu, "seguiria os livros dos Sasernas, pai e filho, e consideraria que é mais apropriado dizer como convém que o ofício de oleiro seja praticado do que a mineração da prata e de outros metais, que sem dúvida acontecem em algum campo? As pedreiras e os areais não dizem respeito à agricultura, assim como o ofício do oleiro. Esse, porém, não é um motivo para que tais práticas não ocorram num campo a que são apropriadas e não se deva tirar proveito delas; além disso, se o campo fica ao lado de uma estrada e o lugar é cômodo aos viajantes, estalagens devem ser construídas; embora sejam rendosas, em nada mais dizem respeito à agricultura. Pois, se o senhor tiver algum ganho por causa do campo ou mesmo no campo, não se deve atribuí-lo à agricultura, mas apenas o que nasceu do cultivo do solo para seu proveito."

Scrofa, Diiungamus igitur, inquit, pastionem a cultura, et siquis quid vult aliud. Anne ego, inquam, sequar Sasernarum patris et filii libros ac magis putem pertinere, figilinas quem ad modum exerceri oporteat, quam argentifodinas aut alia metalla, quae sine dubio in aliquo agro fiunt? Sed ut neque lapidicinae neque harenariae ad agri culturam pertinent, sic figilinae. Neque ideo non in quo agro idoneae possunt esse non exercendae, atque ex iis capiendi fructus; ut etiam, si ager secundum viam et opportunus viatoribus locus, aedificandae tabernae devorsoriae, quae tamen, quamvis sint fructuosae, nihilo magis sunt agri culturae partes. Non enim, siquid propter agrum aut etiam in agro profectus domino, agri culturae acceptum referre debet, sed id modo quod ex satione terra sit natum ad fruendum.

Varrão, *De Agri Cultura*, I.II.21-23

Nessa passagem, Varrão reconhece a existência de algumas formas de obter rendimentos (*fructus*) das propriedades no campo que não são parte da agricultura, e nem mesmo da criação de animais, como a produção de oleiros (cerâmicas, tijolos ou telhas deveriam destacar-se) ou a manutenção de hospedagens. A passagem acima dá a entender que o livro dos Sasernas, que não chegou a nós, dedicava algumas linhas à produção de oleiros, mas não à mineração. É razoável imaginar que isso seja consequência do fato de esta não se dar nas *uillae*, enquanto aquela poderia ocorrer nessas propriedades. Varrão, porém, afirma que a mineração também ocorre em algum campo (*ager*), e que o critério para definição do que deve ser discutido no texto é pertencer ao cultivo dos campos, a agricultura – e, por lógica, podemos concluir que atividades não-agrícolas poderiam muito bem ocorrer nas *uillae*, mesmo que não sejam citadas no texto.

Inclusive, a *De Re Rustica* estimula seus leitores a realizar atividades das quais se possam obter rendimentos, apenas delimita rigidamente o que pertence à agricultura ou não: apenas o que pertencer a esta será discutida no livro I, dentro de um clima de valorização da

agricultura no quadro ideológico de emulação das atitudes dos antepassados. Outras atividades também são identificadas com esse clima ideológico, e são tratadas nos dois livros restantes: o pastoreio e a *pastio uillatica*. Contudo, essas três atividades não esgotam toda a gama de atividades que podem gerar rendimentos para os proprietários de *uillae*, como o próprio Varrão reconhece. Se não existe um livro IV, sobre as hospedarias ou sobre a produção dos oleiros, é por que estas atividades não se inserem entre aquelas identificadas com as atitudes dos antepassados, tão valorizadas na construção da identidade aristocrática. Os livros dos agrônomos, de maneira geral, são perpassados pela idéia de superioridade moral da atividade agrícola sobre as demais atividades, o que afeta a composição de tais obras e, conseqüentemente, as informações que podemos obter delas³⁴⁸.

Porém, essas atividades, que não entram no conceito de *labor* aristocrático valorizado no contexto do *mos maiorum*, poderiam muito bem ser realizadas nas *uillae*, desde que gerassem rendimentos para o senhor. Percebemos, aqui, que apesar do discurso se centrar nas atividades identificadas com o *labor* aristocrático, ele não repudia outras atividades que, potencialmente, gerem os mesmos rendimentos (*fructus*) que a agricultura e o pastoreio poderiam realizar. Assim, se por um lado o discurso valoriza e destaca as atividades agro-pastoris, o critério prático para a adoção de atividades econômicas nas *uillae* é a produção de rendimento, não a pertença a este quadro ideológico.

Assim, podemos começar pelas duas atividades identificáveis na passagem citada acima: a produção de oleiros e as hospedagens. Estas podem ser, não sem alguma controvérsia, identificadas no registro arqueológico. Alguns sítios escavados trazem conjuntos de cômodos similares e contíguos alvos de intensos debates interpretativos. Tradicionalmente identificou-se estes cômodos como habitats para a escravaria da propriedade, porém, outros estudiosos afirmam que estes cômodos eram usados como hospedarias para viajantes. É bastante complicado decidir por uma ou outra interpretação. Por exemplo, um sítio nas proximidades de Pompéia possui uma estrutura arquitetônica que foi alvo desse tipo de debates (ver figura 4). Pela planta proposta pelos escavadores para o edifício, percebemos que um grande pátio C é rodeado de 11 pequenos cômodos, que têm sua saída facilmente controlada por uma única porta, que liga o pátio C ao pátio B. Este controle sobre a movimentação dos ocupantes dos cômodos do pátio C nos faz acreditar que a interpretação mais provável é, sim, que estas estruturas abrigavam moradias de escravos. Porém, Guarinello nos lembra que esta estrutura parece muito com a estalagem citada por Apuleio (em

³⁴⁸ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.85.

Metamorfoses, 7), que teria um único acesso controlado por um porteiro (*ianitor*), que impedia saídas noturnas³⁴⁹. Assim, as duas interpretações parecem aceitáveis, e este é um exemplo entre outros possíveis, como o pátio externo da *uilla* de Settefinestre e o pátio da *uilla* de *Volusii Saturnini*, ao norte de Roma³⁵⁰. Podemos imaginar que as interpretações estejam corretas para sítios distintos, havendo estruturas que eram habitações para escravaria enquanto outras eram, de fato, usadas como hospedagens.

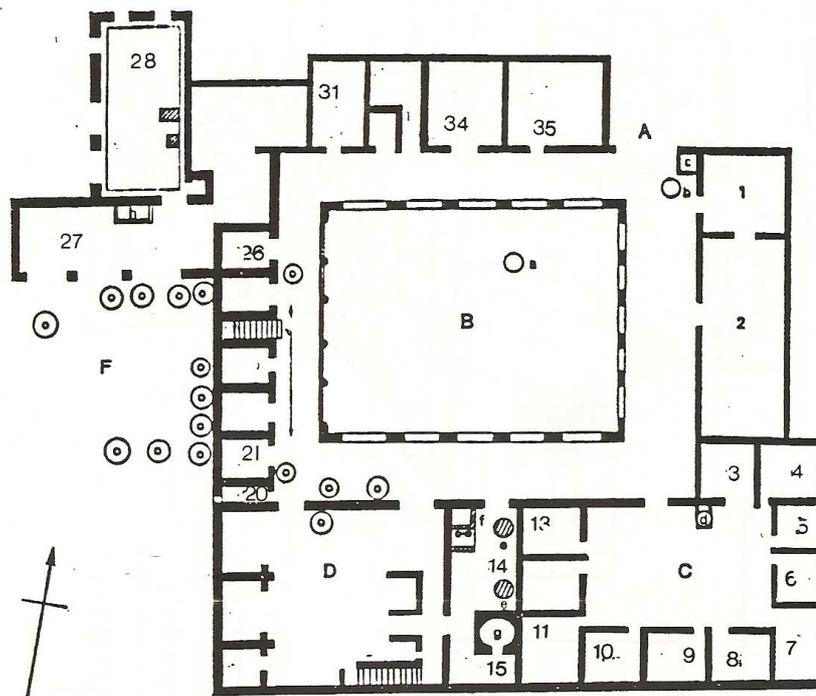


Figura 4 - Planimetria reconstruída de um edifício rural próximo a Pompéia (R-34)

Fonte: Guarinello, *Ruínas de uma paisagem*, fig.153.

Uma atividade que não é citada nos tratados, mas que é facilmente identificada na arqueologia dos grandes edifícios rurais romanos são as *termae*. Diversas *uillae* possuíam estruturas de banhos, muitas vezes bastante complexas. Normalmente, esses banhos são vistos como estruturas de opulência dos proprietários, para seu uso e de eventuais convidados e familiares. Porém, existem *termae* construídas para serem abertas ao público, como demonstram inscrições encontradas na região de Pompéia e que anunciam para o público a existência dessas estruturas³⁵¹. Annalisa Marzano se interroga se as taxas de entrada que poderiam ser cobradas eram suficientes para cobrir os altos investimentos necessários para a

³⁴⁹ Guarinello, *Ruínas de uma paisagem*, *op.cit.*, p.297, n.64.

³⁵⁰ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.132-142.

³⁵¹ *Ibidem*, p.119-120.

construção de *termae*³⁵². A pesquisadora italiana se perde, neste questionamento, nas armadilhas do anacronismo: os benefícios possíveis para os grandes proprietários romanos da utilização dessas *termae* não teriam de ser, necessariamente, pecuniários – pelo contrário, o mais provável é que os objetivos fossem eminentemente sociais, no sentido da criação de laços de amizade, clientela ou prestígio social com os freqüentadores, estimulando o crescimento do poder social do proprietário na região onde ficava a propriedade em questão.

Por fim, gostaríamos de destacar uma atividade normalmente negligenciada no estudo das *uillae*, mas que provavelmente desempenhava um papel importante no mundo rural italiano: a tecelagem. A produção de tecidos no mundo romano era identificada como uma atividade doméstica, produzido especialmente pelas mulheres “da casa” para serem utilizadas pelos membros da família, no sentido estendido e romano do termo. Sendo assim, dependerá de como enxergarmos a escravaria da *uilla* para pensarmos a produção têxtil nessas propriedades: se pensarmos em “tropas de escravos”, majoritariamente homens, como tradicionalmente se fez, a tecelagem teria pouco espaço nas *uillae*; se pensarmos a escravaria nos termos defendidos por Walter Scheidel e Ulrike Roth, com a existência de famílias de escravos, a produção têxtil pode ser vista como mais provável. Na verdade, Roth e Marzano defendem a existência, ao menos em algumas regiões, de grandes produções têxteis voltadas para o mercado nas propriedades escravistas – para Roth, atendendo em especial as demandas do exército, enquanto para Marzano a própria demanda rural em regiões menos urbanizadas³⁵³. Porém, não existem maneiras de confirmar os modelos e hipóteses propostas pelas autoras. Como bem aponta Roth, seu modelo é uma leitura hipotética da história econômica romana como muitos outros modelos são, e estes devem ser analisados pela sua capacidade de prover bons elementos explicativos para os desenvolvimentos históricos.

Os dados arqueológicos para atestar este tipo de atividade são problemáticos. Aparentemente, aos poucos as *uillae* foram adotando um tipo de tear feito totalmente de materiais perecíveis, o que impede a identificação da tecelagem nos sítios arqueológicos de propriedade que utilizassem tal tipo de tear³⁵⁴. Porém, existem indícios nos próprios agrônomos que confirmam a existência dessa atividade nas *uillae*: por exemplo, entre as coisas necessárias para um olival de 240 jeiras citadas por Catão no capítulo X de seu tratado (citado acima, na discussão sobre o conceito de *uilla* típica) está um tear, e entre as coisas que

³⁵² *Ibidem*, p.120, n.75.

³⁵³ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.121-123 e Roth, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p.100-105.

³⁵⁴ Marzano, *Roman Villas in Central Italy*, *op.cit.*, p.121 e Roth, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p. 61-76

devem existir na sede, segundo as instruções para a construção do capítulo XIV, também citado acima, estão dois teares.

Assim, é possível dizer que a atividade têxtil certamente existia nas *uillae*, porém a proporção de sua importância é difícil mensurar. De qualquer maneira, olhando para essas atividades não agrícolas nas quais os trabalhadores da *uilla* eram envolvidos pelo proprietário, de uma maneira geral, todas elas têm grande importância para a potencialização da extração de excedentes e da garantia de que a *uilla* produza rendimento para os proprietários. Um elemento fundamental para entender o trabalho no mundo rural mediterrânico é a variação sazonal na exigência de força de trabalho para o cultivo das diferentes atividades agrícolas. Assim, existem determinadas épocas do ano em que o trabalho agrícola exige baixíssimos níveis de investimento laboral³⁵⁵. As atividades não-agrícolas servem para manter a exploração sobre os trabalhadores residentes, fixos da *uilla*, constante, mesmo em momentos em que as atividades agrícolas não requeiram muito trabalho³⁵⁶. Assim, algumas atividades não-agrícolas deveriam existir nas *uillae*, variando seu tipo e importância relativa segundo inúmeros fatores, dos quais o tamanho da mão-de-obra residente na *uilla* deveria ser um dos mais importantes.

Identificamos, assim, mais um aspecto importante do significado que teve, para a história agrária romana, a expansão das *uillae*: ela envolveu o desenvolvimento (se não o surgimento, ao menos o crescimento em escalas antes inimagináveis) de atividades agropastoris voltadas para a produção de excedentes visando sua comercialização ou sua “redistribuição” a partir do *household* do aristocrata proprietário da *uilla*, dentro da qual as produções de vinho e óleo de oliva e cereais tinham imenso protagonismo, mas com importantes atividades “coadjuvantes”, entre as quais não estavam apenas atividades agropastoris, mas também outras atividades econômicas capazes de produzir rendimentos ou satisfazer necessidades sociais do proprietário. Como vimos, ao analisarmos essas produções, o mais importante não é a identificação de uma ou outra atividade como a “típica” de uma *uilla*, mas das possibilidades de extração de excedentes de trabalhadores diretos e da satisfação de necessidades das elites proprietárias permitidas pelas atividades. Para entender

³⁵⁵ Paul Erdkamp, “Agriculture, Underemployment, and the cost of rural labour in the Roman World”. *Classical Quarterly*, vol.49, no.2, 1999, p.557-558.

³⁵⁶ *Ibidem*, p.570 e E.M. Staerman e M.K. Trofimova, *La esclavitud em la Italia Imperial*. Madrid: Akal Editor, 1979, p.41-42.

melhor tudo isso, precisamos nos voltar para a forma como essas produções circulavam e as relações sociais que baseavam sua produção.

4. Circulação dos produtos das *Villae*

4.1. Caracterização do Comércio na Economia Antiga

A longa tradição de estudos sobre as *uillae* italianas dos períodos tardo-republicano e alto-imperial é marcada por um quase consenso: parte significativa da produção das *uillae* era destinada ao mercado. Podemos perceber esta idéia tanto no conceito de *uilla* típica, delineado por Tenney Frank na citação feita mais acima neste capítulo, como no conceito reformulado de *uilla*, exposto na citação que também fizemos acima de Norberto Guarinello. Mesmo a influência da abordagem de Finley foi incapaz de diminuir a importância dada ao mercado na circulação da produção das *uillae*.

Esta apreciação entra em uma séria contradição com a abordagem que defendemos ao longo deste trabalho para a História Econômica de sociedades Pré-Capitalistas. Em vários momentos afirmamos, e voltaremos a afirmar, que a economia destas sociedades, no que se inclui a Itália Romana, são marcadas por diferenças qualitativas fundamentais em suas instituições sociais e econômicas quando comparadas com a realidade Capitalista. Sendo assim, descrever a circulação de bens no mundo romano em termos de Mercado, em seu sentido Capitalista, seria um erro, que inclusive já criticamos, no primeiro capítulo, como um erro na valiosa obra de Aldo Schiavone. Sendo assim, torna-se imperioso que busquemos formas de estudar tal circulação sem cometer tais erros.

A formulação conceitual mais conhecida e citada para criticar a caracterização da circulação como mercantil em sociedades pré-capitalistas, e que poderíamos recorrer para enfrentar este problema que vislumbramos, é a de Karl Polanyi. Segundo o antropólogo húngaro, além de intercâmbios mercantis, a circulação econômica poderia assumir a forma de Redistribuições e Reciprocidades, que marcariam as sociedades com economias não-mercantis³⁵⁷. Seria impossível enquadrar a circulação dos produtos da *uilla*, de maneira exaustiva, na categoria de Reciprocidade, por mais que certas atividades pudessem ser inseridas em movimentos deste tipo. O conceito de Redistribuição pode ser mais interessante para nosso estudo. Obviamente, não no uso mais corrente de sua aplicação, o de grandes impérios tributários que realocam bens e serviços previamente centralizados em suas mãos.

³⁵⁷ Polanyi, “La economía como actividad institucionalizada”, *op.cit*, p.298.

No período que estudamos, tal império tributário ainda estava em formação no Mediterrâneo e, significativamente, nem mesmo em seus dias de maior poder a economia romana tornou-se controlada por um sistema de Redistribuição de bens e serviços pelo Estado Imperial³⁵⁸.

Contudo, o conceito de redistribuição pode ser útil à análise da circulação da produção das *uillae* se o associarmos com o conceito de *oikos*, como defendido por John Love. No primeiro capítulo, analisamos a abordagem de Love, para quem as *uillae*, juntamente com outros diversos recursos das grandes casas aristocráticas, eram geridas dentro de uma lógica de *gestão patrimonial*, na qual o mais importante era a reprodução da garantia de obtenção das necessidades (em sentido amplo) do senhor, através de uma grande amplitude de atividades econômicas. Desta maneira, a Redistribuição poderia descrever a maneira como a produção das *uillae* se insere no *oikos* do grande proprietário e é realocada para garantir certas necessidades sociais do aristocrata. Duas passagens em Catão dão exemplos simples de como a produção da *uilla* poderia atender as necessidades do *oikos* senhorial:

Retira ramos das videiras e das árvores podadas e faz feixes; empilha a madeira da videira e da figueira para a fonalha e as toras pequenas para o senhor.

De vinea et arboribus putatis sarmenta degere et fascinam face et vitis et ligna in caminum ficulna et codicillos domino in acervum conpone.

Catão, *De Agri Cultura*, XXXVII.5

Conserva madeira para o senhor num tabulado, corta torinhas de oliveiras e raízes e empilha-as ao ar livre.

Ligna domino in tabulato condito, codicillos oleagineos, radices in acervo sub dio metas facito.

Catão, *De Agri Cultura*, LV

Na primeira passagem, Catão se refere à parte da madeira que deve ser utilizada na própria *uilla* e à parte que deve ser reservada para o senhor, provavelmente para ser utilizada na *domus* urbana. Já na segunda passagem, Catão explica como a madeira destinada ao senhor deve ser conservada na *uilla*. Além deste uso da madeira, destacado por Catão, é bastante razoável imaginar que parte da produção agrícola da *uilla* seria destinada a possíveis banquetes e outras atividades sociais importantes dos aristocratas romanos. Porém, a idéia de Redistribuição no *oikos* aristocrático é incapaz de dar conta da totalidade das relações de circulação em que se inserem os produtos da *uilla*, como podemos facilmente identificar em outras duas passagens de Catão que também se referem a tal redistribuição:

³⁵⁸ Peter Fibiger Bang, *The Roman Bazaar. A comparative study of trade and markets in a tributary empire*. Cambridge University Press, 2008, p.67-69.

É da maior importância que uma propriedade suburbana tenha um arvoredo: pode-se vender madeira e varas, e haverá para o uso do senhor.

Fundum suburbanum arbustum maxime convenit habere; et ligna et virgae venire possunt, et domino erit qui utatur.

Catão, *De Agri Cultura*, VII.1

É preciso plantar os salgueiros em terrenos alagadiços, úmidos, sombreados e próximos de rios; cuida de que tenham utilidade para o senhor ou possa vendê-los.

Salicta locis aquis, umectis, umbrosis propter amnes ibi seri oportet; et id videto uti aut domino opus siet aut ut vendere possit.

Catão, *De Agri Cultura*, IX.1

Nestas passagens percebemos que os mesmos produtos que poderiam abastecer a *domus* senhorial, também poderiam ser vendidos. Assim, por mais importante que fosse a circulação da produção da *uilla* pelas “vias” redistributivas do *oikos* de seu proprietário, parte significativa dessa produção não circulava nestas, mas por vias *comerciais*. Catão, inclusive, é bastante conhecido por sua máxima:

É preciso que o senhor seja vendedor, não comprador.

Patrem familias vendacem, non emacem esse oportet.

Catão *De Agri Cultura*, II.7

Este comércio em que os produtos das *uillae* se inserem não podem ser explicados satisfatoriamente com o conceito de *comércio não-mercantil*, ou *comércio antigo* de Polanyi. Este é conceituado como um tipo de atividade no qual o grupo ou comunidade busca o acesso a produtos que não podem ser adquiridos internamente. Assim, o comércio se substancializa na reunião de comunidades para intercambiar produtos, no qual não existem “ambições individuais de lucro”, pois o importante não é a venda de produtos, mas a sua aquisição. Disto resulta o caráter fragmentário deste comércio – isto é, a circulação dos produtos não é integrada em um mecanismo universal de troca, como é o mercado capitalista, assumindo formas específicas para a circulação de diferentes produtos³⁵⁹.

Uma forma específica que este comércio antigo assume é o *comércio administrativo*, que na verdade toma forma em situações dominadas por um quadro geral de redistribuição. Este comércio é realizado por comerciantes que são, antes de tudo, “funcionários” do poder central redistribuidor – isto é, sua reprodução social não depende de riquezas obtidas no “lucro” comercial, mas de rendas obtidas a partir da relação com o Estado Imperial. O

³⁵⁹ Polanyi, “La economía como actividad institucionalizada”, *op.cit*, p.303-305.

comércio administrativo não funciona em um contexto de formação de equivalências e de preços, estes são na verdade estabelecidos de maneira rígida pelo poder central como espécie de taxas de transferência. Este comércio é, na verdade, um mecanismo de obtenção e disposição de bens pelo poder central, tendo sua lógica regida, assim, não pelos mecanismos de mercado, mas pelos interesses desta formação política³⁶⁰.

Esses conceitos não dão conta da realidade que estamos estudando. O comércio de que nos falam os agrônomos não são meras transferências administrativas de bens que assumem a forma de comércio, e tampouco são formas diretas de comunidades obterem recursos não disponíveis internamente. Mais do que garantir acesso sobre certos bens, o interesse de Catão e Varrão era claro, como podemos ver nestas passagens:

Convém que o senhor tenha uma sede bem construída, um depósito de azeite, uma adega e muitos *dolia*, para que se compraza em esperar que o preço suba (o que trará proveito a seus bens, influência e honradez).

Patrem familiae villam rusticam bene aedificatam habere expedit, cellam oleariam, vinariam, dolia multa, uti lubeat caritatem expectare: et rei et virtuti et gloriae erit

Catão, *De Agri Cultura*, III.2

Quanto ao que deve ser vendido, deve-se observar o que é preciso expor em cada época; expõe e vende rapidamente o que não pudes esperar antes de estragar-se, mas vende o que pode ser conservado quando tem bom preço. Pois, com freqüência, o que se conserva mais longamente não só aumenta o rendimento, mas ainda faz dobrar os lucros se é exposto no momento certo.

Quae vendenda videndum, quae quoque tempore oporteat promi; alia enim, quae manere non possunt, antequam se commutent, ut celeriter promas ac vendas; p302alia, quae servari possunt, ut tum vendas, cum caritas est. Saepe enim diutius servata non modo usuram adiciunt, sed etiam fructum duplicant, si tempore promas.

Varrão, *De Re Rustica*, I.LXIX.1

Assim, o objetivo do comércio de produtos das *uillae*, para Catão e Varrão, é claramente a obtenção de rendimentos através de sua comercialização. Isso nos permitiria caracterizar, portanto, este comércio nos termos do comércio mercantil capitalista? Este é o tipo de falso problema posto pela força das imagens capitalistas no debate entre primitivistas e modernistas. Caracterizar o comércio dos produtos da *uilla* como capitalista, apenas pelo fato de haver interesses em ganhos monetários, levaria ao mesmo tipo de erro que os primitivistas já vêm identificando nas abordagens modernistas desde a obra seminal de Finley, e que também mencionamos no primeiro capítulo. Tentar enxergar os grandes proprietários

³⁶⁰ *Idem*, "Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi", *op.cit.*, p.68-71.

romanos como empreendedores capitalistas e suas *uillae* como suas empresas leva a uma série de anacronismos que precisam ser deixados de lado. Porém, a comercialização destes produtos é um fato, que precisa ser explicado e as categorias propostas por Polanyi são insuficientes para tanto.

Nossas abordagens sobre os grandes fluxos comerciais ainda são bastante ancoradas na visão clássica de David Ricardo sobre o comércio internacional. Nesta tradição de análise, o comércio internacional é visto como fruto de uma progressiva especialização regional da produção, isto é, como organizador de uma divisão internacional do trabalho cujo combustível é a “ambição por lucros”. Este é o fundo da tese, sustentada por autores de posturas teóricas tão divergentes como Rostovtzeff e Carandini, de crise da agricultura italiana no século I d.C., causada pela concorrência provincial: a especialização de outras regiões mediterrânicas na produção que garantia a proeminência mercantil italiana, o vinho e o óleo de oliva, leva a agricultura desta região à crise. Peter Fibiger Bang mostra que, na verdade, o paradigma ricardiano não é capaz de explicar o comércio antigo, pois a especialização da produção no mediterrâneo antigo possuía limites seriíssimos³⁶¹. Como vimos acima, a especialização da produção agrícola em níveis muito altos era extremamente arriscada dada as características da agricultura mediterrânica, sem mencionarmos os sempre citados limites tecnológicos nos meios de transporte que criavam um grande problema para qualquer hipotética atividade comercial de grande porte.

Assim, a “ambição por lucros” da elite romana não é causa da formação de um amplo sistema comercial baseado na divisão internacional do trabalho. O modelo de produções especializadas regionalmente sendo integradas pelo comércio não é capaz de explicar o comércio antigo. Este depende, na verdade, da capacidade da economia local de gerar excedentes que serão inseridos nas formas de circulação. Isto é, a substância do comércio antigo é o excedente da produção local, e não uma produção voltada para sua mercantilização³⁶². Porém, e este é o ponto fundamental, a magnitude e a forma que a circulação de excedentes assume no Mediterrâneo antigo não é resultado dos excedentes gerados por produtores diretos autônomos, mas pelos grandes excedentes extraídos dos produtores diretos pelas elites. E é justamente a extração de excedentes dos produtores diretos pelas elites o elemento que falta na discussão de Polanyi sobre o comércio antigo.

A relação entre extração de excedentes e comércio surge como uma solução para um limite fundamental da extração de excedentes em uma economia agrária. Quando elites se

³⁶¹ Bang, *The Roman Bazaar*, *op.cit.*, p.73.

³⁶² *Ibidem*, p.77.

fortalecem a ponto de se tornarem poderes supra-locais, elas passam a comandar uma quantidade de excedentes maior do que poderiam instrumentalizar de maneira *direta* para reproduzir seu poder. A realização desta extração de excedentes como forma de reprodução da condição social da elite que a realiza passa a depender da *transformação* desses excedentes em outros bens e serviços, pois os excedentes extraídos não são capazes de garantir, qualitativamente, todas as necessidades sociais da reprodução e expansão do poder desta elite. Isto torna necessário que tais excedentes possam ser transformados em um meio flexível de obter bens e serviços não acessíveis diretamente pela exploração da economia rural³⁶³. Assim, o comércio antigo não funciona como um organizador de uma hipotética divisão internacional do trabalho, mas como um mecanismo de flexibilização dos excedentes extraídos pelas elites.

Essa forma de “flexibilizar” os excedentes extraídos através de sua comercialização difere essencialmente da redistribuição, conceituada por Polanyi: o comércio “privado” é o intermediário necessário para o funcionamento desse sistema e mais do que deslocamentos e realocações feitas através de um poder central, temos a transformação dos excedentes em meios monetários. Isto significa que a elite precisa dos comerciantes para potencializar a realização da extração de excedentes imposta à economia rural³⁶⁴. Sendo assim, torna-se importante entender o funcionamento do mundo destes comerciantes.

A questão posta pela economia política clássica sobre o comércio, e reverberada pelo liberalismo econômico até os dias atuais, é o problema da proporcionalidade inversa entre poder/intervenção estatal e desenvolvimento do comércio. Assim, para o liberalismo, existiria uma tensão fundamental entre poder estatal e comércio. Peter Bang identifica, perfeitamente, que a existência do dito “comércio livre” depende, na verdade, de um Estado extremamente forte – e os Impérios Agrários do passado, por mais símbolos de Despotismo que eles sejam na tradição ocidental, não possuem o mesmo poder de intervenção na sociedade que possuem os Estados-Nação contemporâneos. Sem tal capacidade de intervenção não haveria garantia institucional para a existência do “livre comércio” capitalista, como admitem mesmo os economistas neoclássicos da linha neointitucionalista. Assim, a inexistência do dito “livre comércio” no mundo romano não se deve apenas aos limites tecnológicos tão citados, mas a uma configuração social totalmente diversa, que gerava um equilíbrio de poder totalmente diferente – e que não ensejava as relações de comércio capitalista³⁶⁵.

³⁶³ *Ibidem*, p.114 e 120; e *Idem*, “Trade and Empire. In search of organizing concepts for the Roman economy”. *Past and Present*, 195, 2007, p.32-33.

³⁶⁴ *Idem*, *The Roman Bazaar*, *op.cit.*, p.119-120.

³⁶⁵ *Ibidem*, p.150 e 240; e *Idem*, “Trade and Empire”, *op.cit.*, p.11-14.

Como todos os setores de uma economia pré-capitalista, o comércio também não pode ser pensado a partir das categorias individualistas e impessoais forjadas para o capitalismo. No pré-capitalismo, a integração de recursos econômicos e a coordenação de esferas de circulação de produtos precisam de uma *mão bastante visível*³⁶⁶. Isso significa que, ao invés de ser pensado como uma relação impessoal e contratual entre indivíduos, as relações comerciais pré-capitalistas devem ser estudadas como atividades que são realizadas através de relações pessoais, que envolvem muitas outras atividades além do comércio propriamente dito. A maneira mais interessante de analisar a forma que essas relações sociais são estabelecidas e articuladas na formação de uma comunidade foi estabelecida por Peter Bang, a partir de uma categoria criada pelo antropólogo Clifford Geertz: o *Bazaar*.

O *Bazaar* é uma instituição que funciona em situações de pouca informação (sobre agentes e produtos) disponível, de organização fragmentada das relações comerciais e de baixa “standtizarção” dos produtos. Para lidar com esta situação, o *bazaar* é a materialização de relações comunitárias que permitem “domesticar” a situação adversa ao comércio e a tornar vantajosa para determinados tipos de atividades comerciais – isto é, o *bazaar* não pretende acabar com as incertezas e a fragmentação, ele trabalha com essa situação e criando formas de torná-la proveitosa³⁶⁷. Os comerciantes que atuam no *bazaar* criam diversas relações pessoais com parceiros de negócios específicos, criando redes clientelares e comunitárias que envolvem não só as relações comerciais, mas diversos tipos de relações sociais (como cultos e rituais comunitários, festas, etc.). Toda essa comunidade do *bazaar*, que envolve não só relações internas, mas relações externas com grandes aristocratas e autoridades, criam os caminhos pelos quais os produtos circulam³⁶⁸. Isto é, o ambiente do comércio em uma sociedade pré-capitalista não é apenas um mercado, mas um universo social próprio, com hierarquias específicas, normas de comportamentos e relações sociais intensamente complexas³⁶⁹. No pré-capitalismo, portanto, não devemos falar em Mercado, mas em *Bazaar*.

Um resultado importante desta forma de comércio é sua grande “compartimentação”. Como a circulação comercial dos produtos depende de relações pessoais específicas mediadas no *bazaar*, o comércio acaba se restringindo em altos níveis a *insiders* daquelas relações, se fechando aos *outsiders*. Assim, as vias existentes para a circulação dos produtos são

³⁶⁶ *Idem, The Roman Bazaar, op.cit., p.144.*

³⁶⁷ *Ibidem, p.198-199.*

³⁶⁸ *Ibidem, p.5 e cap.5.*

³⁶⁹ *Ibidem, p.260.*

determinadas por relações pessoais limitadas entre produtores e mercadores, direcionando os “caminhos” que os produtos podem tomar. Desta forma, a intensidade do comércio de certos produtos para certas regiões, na economia pré-capitalista, depende muito mais das relações pessoais existentes entre determinados produtores e comerciantes do que na especialização da produção de determinadas áreas com o intuito de abastecer as demandas existentes no mercado consumidor de outra determinada região³⁷⁰.

4.2. Comercialização dos Produtos da *Villae*

Feita esta caracterização geral do comércio pré-capitalista, voltemos às *uillae*. Segundo Neville Morley, existiam três formas de produtos de uma *uilla* serem comercializados. A primeira delas era totalmente controlada pelo senhor. Os produtos eram transportados da *uilla* para os locais de venda e, então, eram comercializados através de seus dependentes. Segundo Morley, a arquitetura de algumas casas aristocráticas em Pompéia indica sua associação com pequenos comércios, e as fontes legais mostram que os aristocratas tinham em *tabernae* fontes de riquezas, seja as alugando, seja as colocando sob a administração de um escravo ou liberto³⁷¹. Aqui, percebemos facilmente a atuação do *bazaar*: o proprietário controla uma vasta rede social que inclui os trabalhadores que transportam os produtos do campo para a cidade, os comerciantes que os venderão e, provavelmente, mesmo os “consumidores”, que deveriam fazer parte das relações clientelares do grande proprietário, ou ao menos se aproximarem delas de alguma forma.

A segunda forma de comercialização identificada por Morley consiste no transporte dos produtos da *uilla* até os mercados urbanos, onde seriam vendidos para os comerciantes do local, que agiriam como intermediários. Já a terceira forma era a venda da produção “nos portões da fazenda”, isto é, para comerciantes que iriam às *uillae* adquirir os produtos ao invés de esperá-los nos mercados³⁷². Estas duas formas de venda não deixam tão óbvias as relações do proprietário da *uilla* como o *bazaar*, mas deveriam funcionar a partir de relações pessoais entre o proprietário e comerciantes específicos que deveriam orbitar o seu centro de poder social, político e econômico.

Existe uma grande dificuldade de estudar estas formas de comercialização da produção da *uilla* nos textos de Catão e Varrão. Este, com a exceção da passagem citada

³⁷⁰ *Ibidem*, p.286-289.

³⁷¹ Morley, *Metropolis and Hinterland*, *op.cit.*, p.160.

³⁷² *Ibidem*, p.160-161.

acima em que fala sobre saber o momento certo para a venda, no livro I, e das referências que faz aos incríveis ganhos permitidos pela *pastio uillatica*, no livro III, não faz qualquer consideração sobre a comercialização dos produtos da *uilla*. Isto não é um fato surpreendente. Como já dissemos mais de uma vez, os livros do tratado de Varrão pretendiam falar, respectivamente, sobre a Agricultura, o Pastoreio e a *Pastio Villatica*, e não sobre as atividades da *uilla*, o que torna o comércio um assunto de pouco interesse para o autor – o que é ainda mais compreensível se compararmos o contexto de valorização da agricultura no *mos maiorum* emulado pela *De Re Rustica* com a visão negativa da elite romana sobre o comércio.

Apenas duas passagens nos permitem inferir algo sobre como Varrão imagina a comercialização dos produtos da *uilla*.

Os rebanhos [de jumentos] são geralmente formados pelos comerciantes, como por exemplo aqueles que transportam óleo, vinho, grãos e outros produtos da região de Brundísio e Apúlia para o mar com jumentas.

Greges fiunt fere mercatorum, ut eorum qui e Brundisino aut Apulia asellis dossuariis comportant ad mare oleum aut vinum itemque frumentum aut quid aliut.

Varrão, *De Re Rustica*, II.VI.5

Estes homens nunca receberam menos do que dez mil sestércios por seu mel, em uma estimativa conservadora, e eles diziam preferir esperar até que pudessem trazer o comprador no momento em que eles quisessem, do que se apressar em ir ao mercado em um momento desfavorável.

Hos numquam minus, ut peraeque ducerent, dena milia sestertia ex melle recipere esse solitos, cum dicerent velle expectare, ut suo potius tempore mercatorem admitterent, quam celerius alieno.

Varrão, *De Re Rustica*, III.XVI.11

Morley acredita que dessas passagens é possível inferir que a venda da produção, em Varrão, se dá preferencialmente “na porteira da fazenda”. Somando isso ao fato de as mais informativas passagens de Catão, como veremos, se restringirem a este tipo de venda e, também, com a existência de referências ao mesmo tipo de comercialização em Plínio, o jovem, e no Direito Romano, Morley afirma que este tipo de venda deveria predominar na realidade italiana³⁷³. Acreditamos que esta é uma afirmação abusiva, por duas razões. Primeiro, as passagens acima não são suficientes para afirmar que Varrão prevê a venda “na porteira da fazenda”. Se a primeira passagem faz referência, de fato, a comerciantes buscando mercadorias em seus locais de produção e as levando para os portos, essa é uma passagem muito lateral dentro do texto para darmos todo este peso às suas informações – Varrão nesta

³⁷³ *Ibidem*, p.161.

passagem apenas está dando um “exemplo” de quando poderíamos falar em “rebanhos” de jumentos, já que a questão do tamanho do rebanho é um dos nove pontos “obrigatórios” de discussão em seu esquema de análise do pastoreio no livro II. Já a segunda passagem diz mais sobre a necessidade de esperar o melhor momento para a venda, como as passagens que citamos acima, tanto de Varrão como de Catão, do que propriamente com o local em que esta venda ocorrerá, apesar de haver, realmente, a referência à venda “na porteira da fazenda”.

Por sua vez, a concentração de Catão neste tipo de venda não significa que ele necessariamente desconhecesse os outros dois tipos, pois suas ausências no texto podem ser explicadas se nos lembrarmos de algumas particularidades da composição da obra catoniana. Como vimos no segundo capítulo, é provável que parte significativa dos capítulos do *De Agri Cultura* tenham suas origens em papéis e anotações de Catão sobre suas propriedades. Partes desses papéis deveriam ter como objetivo instruir os escravos encarregados pelas suas propriedades, o *uilicus*. Assim, parte da *De Agri Cultura* pode ser vista, sob certos aspectos, como ordens ou instruções de Catão para seus *uilicus*. Acreditamos que este é o caso dos capítulos que tratam sobre a venda da produção: eles formam um conjunto, acrescido de outras fórmulas para contratação de trabalhadores ou uso dos pastos senhoriais (que veremos em nossa análise sobre as relações de produção), sobre os termos que certas negociações devem tomar. É razoável imaginar que estes capítulos eram, originalmente, instruções de como o *uilicus* deveria vender a produção “na porteira da fazenda”, *quando este fosse o caso*. Quando a produção fosse ser vendida em outros locais, o *uilicus* não seria o responsável por tal venda, não cabendo, portanto, instruí-lo sobre as outras formas de venda, o que explica as poucas referências à comercialização no tratado, como o próprio Morley afirma³⁷⁴.

Existem, na *De Agri Cultura*, duas formas de vender a produção “na porteira da fazenda”. A primeira é a “venda no pé”, ou seja, quando o comprador arrematava a produção ainda por ser colhida, e se tornava o responsável pela realização da colheita.

É preciso vender as azeitonas no pé sob estas condições: para as azeitonas do pé a serem vendidas numa propriedade em Venafro, seu comprador juntará um por cento do total além da quantia de compra; cinquenta sestércios pelo trabalho do pregoeiro; que se paguem mil e quinhentas libras de azeite romano, duzentas libras de azeite verde, cinquenta módios de azeitonas caídas, dez módios de azeitonas apanhadas (que sejam medidas com um módio para azeitonas) e dez libras de azeite lubrificante; que dê duas cótilas da primeira prensagem para usar os pesos e medidas do senhor. Data de pagamento: mesmo se o comprador der de empreitada, em dez meses a partir das calendas de novembro pela colheita e processamento das azeitonas que

³⁷⁴ *Ibidem*, p.159.

foram dados de empreitada, nos idos. Que prometa ao senhor ou a quem mandar que tudo será dado e acontecerá corretamente e que uma caução será dada; que dê caução segundo o parecer do senhor. Até que o pagamento seja feito ou se der caução assim, tudo o que for trazido para a propriedade servirá de penhor. Que não retire nada disso da propriedade; se retirar algo, que o senhor tome para si. Que devolva em bom estado os equipamentos de prensagem, cordas, escadas, descaroçadores e, eventualmente, algo mais a que se deu acesso, exceto o que se quebrou por ser velho. Se não devolver, que pague um preço justo. Se o comprador não pagar, como deve ser, os apanhadores e azeiteiros que trabalharam em sua propriedade, que o senhor os pague se quiser. Que o comprador deva ao senhor, dê caução e, por isso, assim como se descreveu acima, seus bens sirvam de penhor.

Oleam pendentem hac lege venire oportet. Olea pendens in fundo Venafro venibit. Qui oleam emerit, amplius quam quanti emerit omnis pecuniae centesima accedet, praeconium praesens SS. L, et oleum: Romanici P. ∞ D, viridis P. CC, oleae caducae M□ L, strictivae M□ X modio oleario mensum dato, unguinis P. X; ponderibus modiisque domini dato frugis primae cotulas duas. Dies argento ex K. Nov. mensum X oleae legendae faciendae quae locata est, et si emptor locarit, Idibus solvito. Recte haec dari fierique satisque dari domino, aut cui iusserit, promittito satisque dato arbitrato domini. Donicum solutum erit aut ita satis datum erit, quae in fundo inlata erunt, pigneri sunt; nequid eorum de fundo deportato; siquid deportaverit, domini esto. Vasa torcula, funes, scalas, trapetos, siquid et aliud datum erit, salva recte reddito, nisi quae vetustate fracta erunt. Si non reddet, aequom solvito. Si emptor legulis et factoribus, qui illic opus fecerint, non solverit, cui dari oportebit, si dominus volet, solvat. Emptor domino debeto et id satis dato, proque ea re ita uti S. S. E. item pignori sunt.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLVI

É preciso vender as uvas no pé sob estas condições: que se deixem os bagaços não lavados e a borra. Dar-se-á o local para armazenar o vinho até as calendas de outubro seguintes. Se não o levar antes, que o senhor faça o que quiser do vinho. Quanto às demais condições, que sejam seguidas as mesmas estabelecidas para as azeitonas do pé.

Hac lege vinum pendens venire oportet. Vinaceos inlutos et faecem relinquito. Locus vinis ad K. Octob. primas dabitur. Si non ante ea exportaverit, dominus vino quid volet faciet. Cetera lex, quae oleae pendenti.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLVII

O comprador (*emptor*) garante o contrato com o proprietário através de alguma espécie de leilão, já que Catão informa que ele deve pagar uma taxa ao pregoeiro (*praeconius*). Além disso, é necessário que ele dê garantias do pagamento, em forma de uma caução ou, caso esta não seja feita, dos próprios bens que forem levados pelo comprador para realizar a colheita, que se torna sua responsabilidade. A segunda forma de venda na “porteira da fazenda” é a comercialização dos produtos já em sua “forma final”, como por exemplo o vinho já estocado nas *dolia*.

É preciso vender o vinho armazenado em *dolia* deste modo: quarenta e uma urnas serão dadas por cada cúleo. Só será dado o que não estiver ácido ou bolorento. Num espaço de três dias, que seja degustado segundo o parecer de um homem de bem. Se não o fizer, considerar-se-á que o vinho foi degustado. Quantos dias de atraso houver na degustação do vinho por culpa do senhor, tantos o comprador ganhará para fazê-lo. Que receba o vinho antes das próximas calendas de janeiro; se não receber antes, o senhor medirá o vinho. Que pague conforme a medida. Se o comprador solicitar, o senhor jurará ter agido honestamente. Dar-se-á o local para armazenar o vinho até as próximas calendas de outubro. Se não o levar antes, que o senhor faça o que quiser do vinho. Quanto às demais condições, que sejam seguidas as mesmas estabelecidas para as azeitonas do pé.

Vinum in doliis hoc modo venire oportet. Vini in culleos singulos quadragenae et singulae urnae dabuntur. Quod neque aceat neque muceat, id dabitur. In triduo proximo viri boni arbitrato degustato. Si non ita fecerit, vinum pro degustato erit. Quot dies per dominum mora fuerit, quo minus vinum degustet, 2 totidem dies emptori procedent. Vinum accipito ante K. Ian. primas. Si non ante acceperit, dominus vinum admetietur. Quod admensus erit, pro eo resolvito. Si emptor postularit, dominus ius iurandum dabit verum fecisse. Locus vinis ad K. Octobres primas dabitur. Si ante non deportaverit, dominus vino quid volet filia faciet. Cetera lex, quae oleae pendenti.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLVIII

A venda é efetivada pela degustação do produtor por um terceiro, um homem de bem (*uir boni*), que garante a qualidade do produto vendido. A partir daí, o comprador tem um certo prazo para retirar o produto da *uilla*, sendo que a medição da quantidade do produto entregue é responsabilidade do senhor, que promete agir de boa fé.

Saïd El Bouzidi interpreta estes contratos de venda, conjuntamente com as outras formas de contratos presentes no *De Agri Cultura*, como uma evolução institucional na economia rural romana, que indica o desenvolvimento de formas mercantis de comercialização e de comportamentos competitivos e voltados para a busca por lucro³⁷⁵. Porém, acreditamos que Neville Morley aponta um caminho mais interessante que, juntamente com a concepção de *Bazaar* defendida por Bang para o estudo das atividades comerciais pré-capitalistas, pode explicar melhor tais passagens.

Morley afirma que essas formas de venda dos produtos da *uilla* descritas em Catão têm um objetivo bastante claro de repassar os riscos que envolvem a produção e comercialização destes produtos para o comerciante, reduzindo o impacto de potenciais problemas sobre os interesses do proprietário³⁷⁶. Analisando isto a partir do conceito de *bazaar*, percebemos que o fato de esses contratos poderem ser estabelecidos nestes termos

³⁷⁵ Saïd El Bouzidi, “Les formes de négociations des contrats. Une évolution institutionnelle dans le monde rural au II^{ème} s. av. J.C.”. *Gerión*, n° 18, 2000.

³⁷⁶ Morley, *Metropolis and Hinterland*, *op.cit.*, p.163.

mostra o grande poder que tais proprietários tinham sobre os comerciantes. Assim, o que aos nossos olhos modernos, viciados pelo impessoalismo capitalista, parecem ser contratos impessoais, afinal de contas não citam nomes e devem ser válidos independentemente de quem fossem os envolvidos, são na verdade descrições de relações bastante pessoais.

O caráter de tais “contratos” foi brilhantemente captado por Britta Ager em uma apresentação no encontro nacional da *American Philological Association* em 2009. Ager os compara com as formulações catonianas sobre rituais religiosos ligados à agricultura, que inclusive aparecem em capítulos próximos aos capítulos em que os tais “contratos” aparecem. Segundo ela, mais do que estabelecer regras rígidas que deveriam ser seguidas invariavelmente, Cato oferecia nestes capítulos do *De Agri Cultura* modelos de relações sociais e sagradas que serviam de “inspiração” para seus leitores. Assim, ao usar as instruções catonianas sobre contratos ou rituais, seus leitores precisavam adaptá-los, escolher certos aspectos em detrimento de outros e completar certas “lacunas”. Obviamente, o fato de os textos catonianos “modelarem” estas adaptações e escolhas tem um significado importante, que Ager identifica com o crescimento do poder da Aristocracia e seu interesse em controlar os aspectos do sagrado, no tocante aos rituais – ao que poderíamos acrescentar o interesse em controlar as relações sociais, no tocante aos contratos³⁷⁷.

Assim, mais do que evolução institucional nas relações econômicas na direção de relações impessoalizadas mercantis, esses “contratos” catonianos indicam o desenvolvimento do poder da aristocracia nas relações sociais que perpassavam a circulação da produção de suas propriedades – que levaram, certamente, a um desenvolvimento que os economistas neoinstitucionalistas caracterizariam como institucional, mas no sentido da criação de instituições bastante singulares, sintetizadas na idéia de *bazaar*, e não no sentido de relações capitalistas.

A importância das relações sociais pessoalizadas para a comercialização dos produtos fica clara em uma pequena passagem do *De Agri Cultura*:

Seja bom para teus vizinhos; não permitas que os de casa lhes façam mal. Se a vizinhança conviver contigo de bom grado, venderás o que te pertence com maior facilidade, darás de empreitada com maior facilidade e contratarás trabalhadores com maior facilidade; se construíres, contribuirão com trabalho, animais de carga e material para a construção; se algo acontecer (oxalá nada aconteça), irão proteger-te de boa vontade.

³⁷⁷ Britta Ager, “Contracts and Rituals in Cato’s *De Agri Cultura*”. *APA Annual Meeting 2009*, Philadelphia, PA (abstract) disponível em <http://apaclassics.org/images/uploads/documents/abstracts/Ager.pdf>

Vicinis bonus esto; familiam ne siveris peccare. Si te libenter vicinitas videbit, facilius tua vendes, opera facilius locabis, operarios facilius conduces; si aedificabis, operis, iumentis, materie adiuvabunt: siquid bona salute usus venerit, benigne defendent.

Catão, *De Agri Cultura*, IV.1

Identificam-se, aqui, diversas relações sociais entre a *uilla* e a comunidade vizinha, entre elas relações de trabalho (que analisaremos abaixo), comerciais, de venda de produtos da *uilla*, e mesmo de construção de redes clientelares que serviriam de proteção para o dono da *uilla* em caso de alguma eventualidade sinistra. Assim, exemplifica-se uma situação na qual a compra e venda de produtos não depende de relações entre demanda e oferta, “leis do mercado” ou coisas do gênero, mas das relações sociais em um sentido amplo. As relações entre os escravos da casa e os vizinhos podiam, assim, afetar as relações comerciais entre estes e a *uilla*, trazendo problemas, *não só comerciais*, para o senhor.

Esta análise sobre o comércio antigo, ressaltando a importância da extração de excedentes dos produtores diretos, coaduna perfeitamente com nossa análise sobre as atividades econômicas das *uillae*, na qual também ressaltamos a importância do problema da extração de excedentes. Assim, a realização das atividades que descrevemos na seção anterior geravam uma produção extraída de seus produtores primários e que, através do comércio, era “flexibilizada” e “convertida” em produtos necessários para a reprodução social dos grandes proprietários como elite social. Porém, como a *uilla* é uma forma de apropriação do solo com características bem particulares, a comercialização dos excedentes ali produzidos também têm suas particularidades dentro deste quadro geral do *bazaar*.

O “isolamento” da comunidade, através de uma apropriação privada do solo, que identificamos como uma das características fundamentais da *uilla*, gera uma singularidade na extração de excedentes, pois a *uilla* não dominava pura e simplesmente a comunidade de produtores diretos. Esta forma de apropriação do solo pelos poderes supra-locais criava uma situação bastante particular para gerar a extração de excedentes, apropriando-se de uma parte do solo e excluindo a comunidade do acesso a esta terra – e cultivando-o com o trabalho fixo escravo. Essa forma particular de extração de excedentes, que discutiremos exaustivamente abaixo, permitia um controle *qualitativo* sobre o excedente extraído muito maior do que outras formas de extração permitiam; isto é, a elite romana tinha como “dirigir” perfeitamente quais seriam os excedentes que entrariam no circuito comercial para garantir a amplitude de necessidades da sua reprodução social. Isto tornava a produção de excedentes da *uilla*

especialmente importante para a aristocracia romana, quando comparada com outras formas de extração de excedentes da economia rural, como o arrendamento de terras.

Para entender melhor o que estamos afirmando aqui, porém, é necessário explicar, de fato, o que significava a apropriação do solo privada e “isolante” da comunidade que caracterizava a *uilla*, o que só pode ser feito a partir da caracterização das suas relações sociais de produção.

Capítulo 4: As relações sociais de produção nas *Villae* Escravistas

Segundo a definição de *uilla* que adotamos no capítulo anterior, este tipo de propriedade era caracterizado por um *isolamento* da vizinhança rural. A idéia de isolamento, porém, está intimamente ligada a imagem tradicional de uma mão-de-obra essencialmente escrava vivendo na *uilla*, que permitiria a ausência de relações importantes entre a propriedade aristocrática e as propriedades vizinhas para a obtenção de trabalho vindo do exterior da *uilla*. Percebe-se com isso, que a questão do isolamento das *uillae* está intimamente ligada a questão das relações sociais de produção estabelecidas nessas propriedades. Esta exclusividade da mão-de-obra escrava nas *uillae*, porém, é hoje vista como totalmente improvável e inverossímil³⁷⁸. Sendo assim, precisamos tentar entender como eram as relações sociais de produção nessas *uillae* e como elas geravam esta transformação na história agrária italiana.

Jean-Christian Dumont, justamente com o intuito de analisar a importância relativa das mãos-de-obra escrava e livre nos tratados dos “agrônomos latinos”, empreendeu uma análise do léxico utilizado por esses autores para se referir aos agentes humanos que intervêm no trabalho agrícola. Segundo Dumont, este vocabulário poderia se referir a duas ordens de fatores: ou determinar o estatuto jurídico do trabalhador; ou designar sua especialização e/ou função no trabalho agrícola. Analisando os tratados de Catão, Varrão e Columella, Dumont conclui que a primeira ordem de termos é minoritária, prevalecendo os termos que denotam a especialização ou função do trabalhador – sendo que estes termos, que definem ocupações de trabalhadores rurais, são os mesmos para escravos ou livres no mundo romano³⁷⁹. Associando isso ao fato de os “agrônomos” utilizarem muito os termos genéricos (ou abstratos) “homens” (*homines*) e “trabalhadores” (*operarius*), o historiador francês conclui que, na verdade, esses escritores não estavam preocupados com o estatuto jurídico de quem realizava o trabalho, os preocupava apenas que o trabalho fosse realizado³⁸⁰.

Analisando os tratados de Catão e Varrão, tivemos a oportunidade de fazer a mesma análise proposta por Dumont, corroborando seus resultados. De fato, predomina, tanto no *De*

³⁷⁸ Thomas Wiedemann, *Slavery. (Greece & Rome New Surveys in the Classics N°19)*. Oxford University Press, 1987, p.32.

³⁷⁹ Keith Bradley, *Slavery and Society at Rome*. Cambridge University Press, 1994, p.65.

³⁸⁰ Jean-Christian Dumont, “La villa esclavagiste?”. *Topoi*, vol.9, fasc.1, 1999, p.114-120.

Agri Cultura quanto na *De Re Rustica*, o uso de termos que denotam função ou especialização (ver figuras 5 e 6).

Porém, a mera contagem destes termos sob esta rígida divisão nos parece um equívoco. O fato de Catão ou Varrão se referir a um determinado trabalhador com um termo que denote apenas o seu ofício ou especialização não significa que o contexto no qual este termo esteja inserido não nos diga mais sobre tais trabalhadores. Por isso, precisamos associar esta análise quantitativa com análises qualitativas das passagens que se referem a trabalhadores na *De Re Rustica* e no *De Agri Cultura*. Contudo, a divisão proposta por Dumont não é a melhor para empreendermos esta análise: mais importante do que saber se o termo usado se refere ao estatuto ou ao ofício, devemos descobrir o que podemos saber sobre as relações sociais de produção a partir das passagens nas quais estes termos aparecem. Um primeiro parâmetro para classificarmos estas passagens é identificarmos se elas se referem a trabalhadores residentes na *uilla*, isto é, trabalho fixo da propriedade, ou a trabalhadores exteriores que desempenham trabalhos sazonais ou excepcionais na *uilla*, isto é, trabalho temporário da propriedade. Realizamos esta identificação e, quantitativamente, podemos visualizar um predomínio do trabalho “fixo” nas duas obras, e bastante acentuado no tratado de Varrão (ver figuras 7 e 8).

O que precisamos fazer, agora, é caracterizar as relações sociais de produção das duas formas de trabalho, fixo e temporário, analisando as funções e papéis desempenhados por cada uma delas dentro das *uillae*. Para isso, precisamos analisar como Catão e Varrão caracterizam estas duas formas de trabalho em seus tratados.

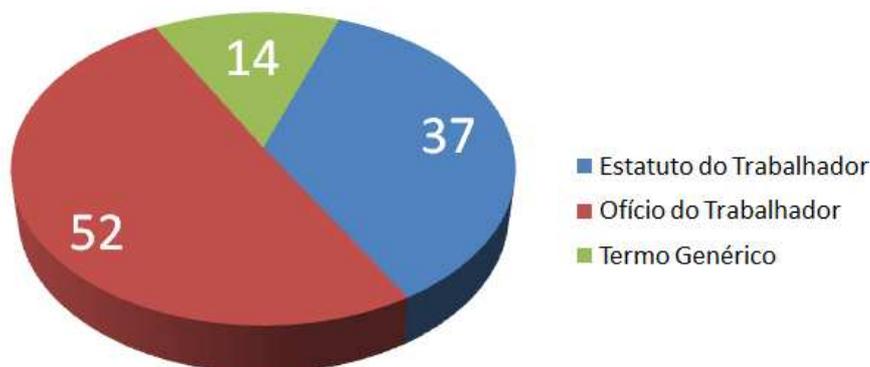


Figura 5 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na *De Agri Cultura*: denotação de estatuto ou de ofício

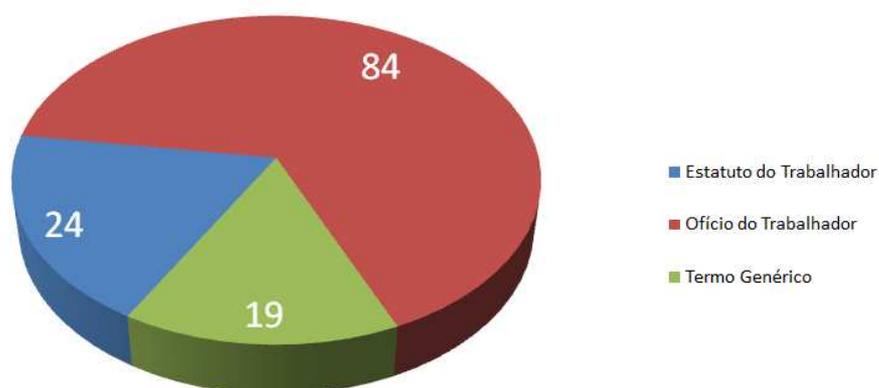


Figura 6 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na *De Re Rustica*: denotação de estatuto ou de ofício

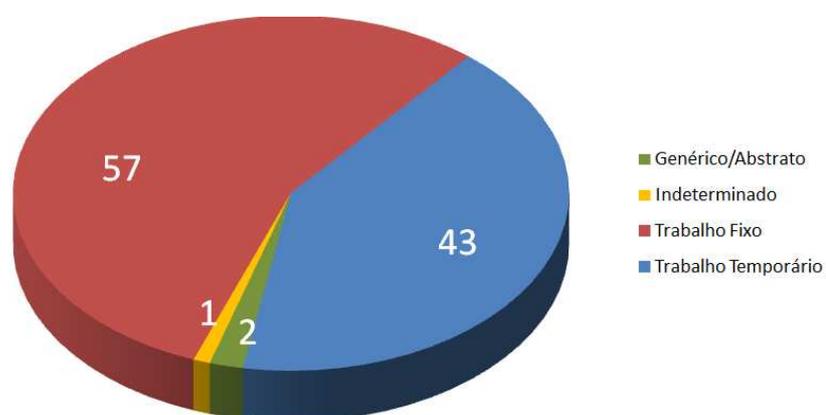


Figura 7 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na *De Agri Cultura*: trabalho fixo e trabalho temporário

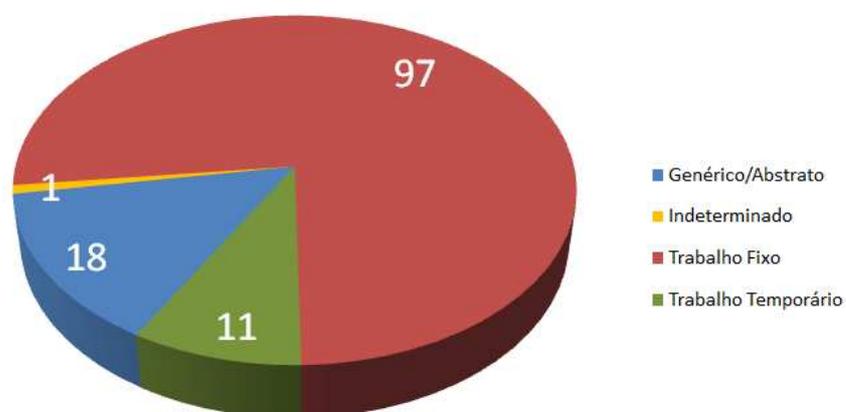


Figura 8 - Ocorrência de Termos sobre os trabalhadores na *De Re Rustica*: trabalho fixo e trabalho temporário

1. Os trabalhadores “externos”

1.1 Trabalho “Livre” e a Vizinhança da *Villa* em Catão e Varrão

Como pudemos visualizar no gráfico 8, o tratado de Varrão não possui muitas referências claras a existência de trabalho externo à *uilla*. O mesmo se dá com as relações de trabalho que envolvam, claramente, pessoas “livres”. Porém, uma passagem bastante significativa (e citada), diz o seguinte:

Todos os campos são cultivados por escravos, homens livres ou ambos: por homens livres, quando eles mesmos cultivam (como a maioria dos pobres com seus filhos) ou são assalariados, sendo contratados entre os livres para cuidar dos trabalhos maiores, a exemplo da vindima e da colheita do feno; também há os que os nossos chamaram de 'devedores insolventes' e ainda se encontram em grande número na Ásia, no Egito e na Ilíria. A respeito disso tudo, digo que é melhor cultivar nos lugares insalubres com a ajuda de assalariados do que com a de escravos, e nos lugares salubres o mesmo se dá com os trabalhos agrícolas maiores, como são guardar os frutos da vindima ou da ceifa.

Omnes agri coluntur hominibus servis aut liberis aut utrisque: liberis, aut cum ipsi colunt, ut plerique pauperculi cum sua progenie, aut mercennariis, cum conducticiis liberorum operis res maiores, ut vindemias ac faenisicia, administrant, iique quos obaerarios nostri vocitarunt et etiam nunc sunt in Asia atque Aegypto et in Illyrico complures. De quibus universis hoc dico, gravia loca utilius esse mercennariis colere quam servis, et in salubribus quoque locis opera rustica maiora, ut sunt in condendis fructibus vindemiae aut mennis.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII.2-3

Nesta espécie de tipologia das formas de trabalho rural, Varrão indica a existência do trabalho “livre”, que para ele deveria ser utilizado nas *uillae* em duas situações: em regiões insalubres, provavelmente para evitar que o alto investimento pecuniário feito na compra de um escravo fosse destruído pela morte causada por doenças, como a malária³⁸¹, e em “trabalhos maiores”, no qual a exigência de trabalho deveria exceder a de escravos existentes em uma propriedade. Porém, o fato mais marcante da apreciação de Varrão sobre o trabalho livre é, justamente, o caráter de excepcionalidade que ele dá a tal forma de trabalho. O trabalho livre é identificado como restrito a duas situações específicas, o que nos permite inferir que Varrão associa o trabalho nas *uillae*, ao menos *a priori*, com o trabalho escravo.

³⁸¹ É interessante notar que nossa interpretação dessa passagem contradiz frontalmente a hipótese de Robert Sallares, que acredita que a expansão do trabalho escravo na Itália Romana poderia ter sido uma forma de ocupar regiões infestadas pela Malária que não seriam habitadas por livres ou nas quais estes teriam sido desimados pela doença; cf. *Malaria and Rome. A History of Malaria in ancient Italy*. Oxford University Press, 2002, p.252-254.

O *De Agri Cultura* é mais generoso em passagens que se referem a trabalhadores externos à *uilla*. Logo no começo do tratado, ao falar do que deve ser feito pelo proprietário quando este visitar a propriedade, Catão afirma:

Que se dê de empreitada o que for preciso dar de empreitada. Que ordene e deixe por escrito os trabalhos que deseja que se façam e os que deseja que se dêem de empreitada.

Quae opus sint locato, locentur: quae opera fieri velit et quae locari velit, uti imperet et ea scripta relinquat.

Catão, *De Agri Cultura*, II.6

Assim, aparentemente, existiriam duas formas de os trabalhos das *uillae* serem executados: ou pelos próprios trabalhadores residentes na *uilla*, ou empreitando (*locar*) o trabalho a terceiros. É interessante que Catão não aconselha, nem neste momento nem em qualquer outro do tratado, quais trabalhos fazer e quais empreitar. Porém, para a execução de três atividades específicas, ele explica as condições de empreitamento: a construção da sede, com certo detalhamento sobre a instalação do descaroador de azeitonas, a colheita da azeitona, e seu processamento para a fabricação do óleo de oliva.

A primeira atividade, a construção da sede, é associada à figura do *faber*:

Se deres de empreitada desde os alicerces a construção da nova sede que se deve erguer, é preciso que o *faber* faça o seguinte (...) Para isso, o senhor, deixando tudo no local, oferecerá a madeira e o que mais for preciso (...) O preço desse trabalho para um bom senhor, que bem ofereça o necessário e pague de boa fé, é de dois sestércios por telha. (...) Os preços que foram estabelecidos acima valem para um bom senhor que tenha propriedade situada em terreno salubre: o custo da mão-de-obra será conforme à estação. Numa propriedade situada em terreno insalubre, onde não se pode trabalhar no verão, que um bom senhor pague uma quarta parte a mais.

Villam aedificandam si locabis novam ab solo, faber haec faciat oportet. (...) Hae rei materiem et quae opus sunt dominus praebebit et ad opus dabit (...) Huic operi pretium ab domino bono, qui bene praebeat quae opus sunt et nummos fide bona solvat, in tegulas singulas II S. (...) Loco salubri bono domino haec quae supra pretia posita sunt: ex signo manipretium erit. Loco pestilenti, ubi aestate fieri non potest, bono domino pars quarta preti accedat.

Catão, *De Agri Cultura*, XIV

Que o mesmo *faber* faça e fixe as peças de ferro necessárias por sessenta sestércios. Compre o chumbo para o eixo por quatro sestércios. Para instalar o eixo e adaptar e chumbar os encaixes, a mão-de-obra custa pelo menos oito sestércios; é preciso que ele mesmo ajuste o descaroador. O total dos gastos será de setenta e dois sestércios, fora os ajudantes.

Ferrum factum quod opus erit uti idem faber figat; HS LX opus sunt. Plumbum in cupam emitto HS IIII. Cupam qui concinnet et modiolos qui

indat et plumbet, operas fabri dumtaxat HS VIII; idem trapetum oportet accommodet. Summa sumpti HS LXXII praeter adiutores.
 Catão, *De Agri Cultura*, XXI.5

A relação de trabalho descrita nessas passagens parece consistir na contratação de uma espécie de mestre-de-ofício, um especialista³⁸², o *faber*, para a execução de uma tarefa específica e não-rotineira, como a construção de um edifício ou a instalação de um implemento produtivo. Isto é, estamos tratando aqui de trabalhos excepcionais, necessários em momentos pontuais, e não relações de produção que se repetiam com alguma periodicidade exata. A singularidade e importância destes trabalhos podem ser destacadas ao percebermos que esse é um dos poucos momentos em que Catão prevê uma relação direta entre o senhor e um trabalhador. De maneira geral, no resto do tratado, sempre existem intermediários entre o senhor e os trabalhadores, figuras de chefia como o *uilicus* (encarregado) ou o *custos* (vigia, supervisor). Nesta passagem, aparentemente, o próprio senhor contrata (e fiscaliza) o trabalho.

O proprietário da *uilla* tinha que garantir todo o material necessário, mas não fica claro quem são os tais ajudantes (*adiutores*): se são trabalhadores ligados ao *faber*, ou se são trabalhadores “fornecidos” pelo senhor ao *faber*. A única coisa que se diz é que o senhor é responsável pelo seu pagamento. Um sem-número de cenários poderiam ser imaginados a partir disso: trabalhadores “livres” convocados pelo senhor na vizinhança da *uilla* para auxiliar um especialista contratado para realizar o trabalho excepcional necessário; ou este especialista trazendo sua equipe de ajudantes, mas o pagamento deste não sendo incluído no pagamento feito ao especialista – isto é, sendo pago “por fora” pelo senhor. E também podemos imaginar um cenário no qual esses ajudantes seriam escravos do especialista, e seu “pagamento” seria, na verdade, um preço a mais a ser pago ao especialista, que provavelmente repassaria alguma parte como pecúlio aos seus escravos-ajudantes. Por outro lado, estes ajudantes serem escravos da própria *uilla* utilizados no auxílio ao especialista não parece ser um cenário aceitável, pois neste caso teríamos que imaginar que o senhor pagava “extras” aos seus escravos para estes realizarem certos trabalhos, o que, se não é totalmente inverossímil, dada a existência do pecúlio, não parece muito provável. Por fim, não podemos descartar a possibilidade de o especialista ser, ele próprio, um escravo. Escravos com conhecimentos técnicos específicos trabalhando como escravos de ganho são bastante comuns

³⁸² Saïd El Bouzid, “La notion du mercantilisme consensuel dans las *leges privatae* chez Catón”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Vol.21, no.2, 1995, p.94.

no mundo romano, e acreditar que alguns deles pudessem habitar o mundo rural não é abusivo.

A passagem que poderia nos ajudar a estabelecer alguns desses cenários como mais prováveis é palco para sérios debates interpretativos. Catão afirma que o cálculo do preço da mão-de-obra deveria ser feito *ex signo*. Na tradução que citamos acima, de Matheus Trevizam, segue-se a interpretação da edição da *Les Belles Lettres*, de Goujard: o cálculo depende das estações do ano. Uma série de conjecturas e reflexões pode ser feita ao adotarmos esta interpretação. A princípio, a tese de que os ajudantes vêm da vizinhança poderia parecer mais razoável: ajudantes ligados ao especialista, dedicados exclusivamente aos trabalhos especiais, não dependeriam tanto das estações do ano como trabalhadores agrícolas, residentes nas imediações da *uilla*; assim, o valor da mão-de-obra dependeria da sua disponibilidade, maior em certas estações, menor em outras, dependendo do calendário agrícola.

Esta interpretação, porém, postula a existência de um mercado de trabalho regulando impessoalmente os pagamentos dos trabalhadores, o que não era o caso do mundo rural romano. Na verdade, na continuação desta passagem, Catão faz referência à variação de preços devido à insalubridade de certos locais, que impediriam o trabalho no verão, o que nos faz perceber que a variação de preços da mão-de-obra pode ter mais a ver com as condições do próprio trabalho determinados pelas condições climáticas das estações, do que com a variação da disponibilidade da mão-de-obra. E é interessante notar que Catão fala em um “bom senhor” variando o pagamento em determinadas condições, o que nos faz pensar na existência de algo identificável, mesmo que superficialmente, nos termos de uma “economia moral”, com certos ideais sobre o comportamento nas relações econômicas, derivados de determinados tipos de relações sociais entre as elites e as classes mais pobres, determinando os preços³⁸³, e não na variação mercantil dos preços.

Contudo, acima de tudo, na edição da Loeb Classical Library, Hooper e Ash interpretam o *ex signo* de maneira diferente, fazendo sua tradução afirmar que o cálculo do preço da mão-de-obra “depende de contas” (*depend upon the count*). Assim, é difícil tirar conclusões sobre quem são os ajudantes do especialista nestas passagens de Catão, mas voltaremos a esta questão ao discutir outras passagens.

Outro trabalho da *uilla* que é identificado com o empreitamento na *De Agri Cultura* é a colheita de azeitonas:

³⁸³ Edward P. Thompson, “A Economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, in: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

É preciso contratar a colheita das azeitonas deste modo: que se apanhem corretamente todas as azeitonas segundo o parecer do senhor, de seu supervisor ou de quem as comprará. Que não se colha ou deite abaixo as azeitonas sem ordens do senhor ou do supervisor. Se alguém proceder contrariamente, ninguém pague pelo que ele colher no mesmo dia e não haverá dívida. Todos os que colherem as azeitonas jurem ao senhor ou ao supervisor que eles e ninguém mais roubaram azeitonas de má-fé da propriedade de L. Mânlio durante a colheita. Se algum dentre eles não jurar assim, ninguém o pagará por tudo o que colher e não haverá dívida. Segundo o parecer de L. Mânlio, que o contratado ofereça caução e as azeitonas sejam colhidas corretamente. Que devolva as escadas assim como foram entregues, exceto as que se quebraram por serem velhas. Se não forem devolvidas, será feito um abatimento justo segundo o parecer de um homem de bem. Se algum dano for causado ao senhor por culpa do empreiteiro, que pague; será feito um abatimento segundo o parecer de um homem de bem. Que forneça catadores de azeitonas caídas e apanhadores conforme a necessidade. Se não fornecer, será feito um abatimento do custo de contratação ou empreitada e dever-se-á esse valor a menos. Que não se retire madeira e azeitonas da propriedade. Será feito um abatimento de dois sestércios por retirada para o coletor que as retirar e o valor não será devido a ele. Toda azeitona será medida limpa com um medidor de um módio para azeitonas. Que se ofereçam cinqüenta homens constantemente ocupados, sendo dois terços deles apanhadores. Que ninguém dê seu consentimento para que se contrate a colheita e o processamento das azeitonas por um preço maior, a não ser que se nomeie seu sócio atual. Se alguém proceder contrariamente, caso o senhor ou seu supervisor desejarem, que todos os sócios prestem juramento. Se não jurarem, ninguém pagará pelas azeitonas colhidas e processadas nem deverá a quem não jurar. Como gratificações por mil e duzentos módios, somam-se cinco módios de azeitonas salgadas, nove libras de azeite puro e cinco quadrantes de vinagre para toda a colheita; pela quantia de azeitonas salgadas não recebida enquanto trabalharem na colheita, dar-se-ão cinco sestércios por módio.

Oleam legendam hoc modo locare oportet. Oleam cogito recte omnem arbitrato domini, aut quem custodem fecerit, aut cui olea venierit. Oleam ne stringito neve verberato iniussu domini aut custodis. Si adversus ea quis fecerit, quod ipse eo die delegerit, pro eo nemo solvet neque debbitur. Qui oleam legerint, omnes iuranto ad dominum aut ad custodem sese oleam non subripuisse neque quemquam suo dolo malo ea oletate ex fundo L. Manli. Qui eorum non ita iuraverit, quod is legerit omne, pro eo argentum nemo dabit neque debbitur. Oleam cogi recte satis dato arbitrato L. Manli. Scalae ita uti datae erunt, ita reddito, nisi quae vetustate fractae erunt. Si non erunt redditae, aequom viri boni arbitrato deducetur. Siquid redemptoris opera domino damni datum erit, resolvito; id viri boni arbitrato deducetur. Legulos, quot opus erunt, praebeto et strictores. Si non praebuerit, quanti conductum erit aut locatum erit, deducetur; tanto minus debbitur. De fundo ligna et oleam se deportato. Qui oleam legerit, qui deportarit, in singulas deportationes SS. N. II deducetur neque id debbitur. Omnem oleam puram metietur modio oleario. Adsidios homines L praebeto, duas partes strictorum praebeto. Nequis concedat, quo olea legunda et faciunda carius locetur, extra quam siquem socium inpraesentiarum dixerit. Siquis adversum ea fecerit, si dominus aut custos volent, iurent omnes socii. Si non ita iuraverint, pro ea olea legunda et faciunda nemo dabit neque debbitur ei qui non iuraverit. Accessiones: in

M□ ∞CC accedit oleae salsae M□ V, olei puri P. VIII, in tota oletate aceti Q. V. quod oleae salsae non acceperint, dum oleam legent, in modios singulos SS. V dabuntur.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLIV

A princípio, duas questões devem ser destacadas nessa passagem. Primeiro, este empreitamento se refere a um trabalho rotineiro na *uilla*, que acontece anualmente, e não a um trabalho excepcional, como a construção da sede. Segundo, este trabalho não precisa de um especialista inexistente na propriedade, mas de uma quantidade extra de trabalhadores. Ou seja, enquanto o empreitamento ligado a figura do *faber* lida com a obtenção de um trabalho *excepcional* que não existe *qualitativamente* na *uilla* (mesmo que alguns desses trabalhos necessitem de quantidades consideráveis de mão-de-obra, o essencial na figura do *faber* é sua qualificação especial), o empreitamento da colheita lida com a obtenção de um trabalho *sazonal* que não existe *quantitativamente* na *uilla*.

A colheita é empreitada a um contratado (*redemptoris*) que deve fornecer os trabalhadores: Catão fala em cinquenta homens, sendo dois terços apanhadores, aqueles que apanham as azeitonas nos pés. Outro tipo de trabalhador citado é o catador, que cata as azeitonas caídas. Todo este trabalho é supervisionado por um vigia (*custos*), que provavelmente é um trabalhador residente da *uilla* que desempenha a importante função de fiscalizador da realização do trabalho em nome do senhor absenteísta.

Nesta passagem, o proprietário se envolve, na verdade, em duas relações: com o contratado, a quem deve pagar o custo do empreitamento (*locatum*), e com os trabalhadores, a quem deve pagar o custo da contratação (*conductum*). A lista feita por Catão sobre as obrigações a serem cumpridas, em que consiste a maior parte do capítulo, reflete essa dupla relação: algumas se referem aos trabalhadores, outras ao contratado, enquanto outras aparentemente se referem a ambos.

A relação entre contratado e senhor envolve o estabelecimento de certos termos estipulados ou mediados por um terceiro, chamado no tratado de L.Mânlio, fórmula romana correspondente ao nosso “fulano de tal”³⁸⁴, ou identificado como um homem de bem (*uir boni*). Entre os termos mediados estão as cauções que o contratado deve dar como garantia contra possíveis prejuízos à propriedade do senhor e os valores descontados do pagamento em caso de algum prejuízo causado. Sendo assim, as preocupações identificáveis neste capítulo, com relação ao contratado, se referem ao ressarcimento por possíveis danos e, também, ao fornecimento dos trabalhadores. Percebe-se que Catão, enquanto proprietário de *uillae*, via-se

³⁸⁴ Cf. Trevizam, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*, op.cit., p.399 n.110.

em uma situação arriscada ao empreitar a colheita de azeitona, e buscava cercar-se de garantias que evitassem prejuízos. E este problema não se refletia apenas na relação com o contratado, a maior preocupação identificável na relação com os trabalhadores é evitar o desvio de azeitonas colhidas.

Se no empreitamento das construções o enigma maior se refere aos trabalhadores, já que a figura do *faber* pode ser identificada com uma espécie de mestre-de-ofício, no empreitamento da colheita de azeitonas o enigma é duplo: continuamos no escuro quanto aos trabalhadores e nada sabemos, dessa vez, sobre o contratado. Ou melhor, sabemos algo importante e que deve ser nossa pista inicial (não só por ser nossa única, mas também por ser uma boa pista): o contratado é uma pessoa com certa capacidade de mobilizar trabalhadores. Só isto torna compreensível o fato de o senhor recorrer a este contratado ao invés de obter por si próprio os trabalhadores – sem excetuar a possibilidade de que isso ocorresse; como veremos, o proprietário poderia ele próprio contratar trabalhadores sem essa intermediação do empreitamento, mas esse não é o caso descrito nesta passagem que tentamos entender.

Que pessoas poderiam ter o poder de mobilizar números razoáveis de trabalhadores no mundo rural italiano do século II a.C.? Poderíamos pensar em outros grandes proprietários de terras e escravos, que tivessem suas *uillae* nas proximidades e que tomassem por empreitada a colheita de seus pares utilizando sua escravaria. Porém, isso só seria possível em situações muito específicas que causassem a coincidência de momentos de carência de trabalho em algumas propriedades enquanto outras experimentassem sobressalência de trabalho. Este cenário poderia ocorrer caso propriedades próximas estivessem sujeitas a climas um pouco diferentes (por exemplo, uma propriedade nas montanhas terá sua colheita de determinado produto em um momento diferente da colheita do mesmo produto em uma propriedade nos vales e planícies), ou que tivessem produções diferentes, com colheitas em épocas distintas do ano. Descobrir o quanto este cenário poderia ser recorrente é tarefa para um estudo bastante detalhado das condições ecológicas e climáticas da Itália antiga, assim como do calendário agrícola da região (que infelizmente não temos condições de empreender neste momento), mas a princípio, *uillae* de uma mesma região coincidindo épocas de carência e sobressalência de trabalho não nos parece ser uma realidade tão comum.

Podemos pensar, também, em grandes proprietários de escravos que não os utilizassem em suas propriedades e os “investisse”, justamente, no empreitamento de colheitas de grandes propriedades. Porém, este é um empreendimento que, novamente, depende da coincidência de momentos de carência de trabalho em determinadas propriedade com momentos de trabalho excedente em outras, pois só assim a “tropa de escravos” garantiria

rendimentos estáveis ao seu proprietário, e não meramente sazonais, tornando-se prejuízo no resto do ano agrícola.

Contudo, como vimos na passagem de Varrão sobre os trabalhadores livres, estes eram usados nestes momentos de “trabalhos maiores”. Sendo assim, é razoável que busquemos entre estes os trabalhadores da colheita de azeitona da *De Agri Cultura*. Poderíamos pensar em moradores de cidades próximas às *uillae*, que fossem mobilizados para o trabalho agrícola de tempos em tempos. Os inúmeros achados de ferramentas agrícolas nas residências dentro dos muros de Pompéia nos indicam que a população urbana não era tão apartada do mundo rural como poderíamos imaginar³⁸⁵, sendo uma população que conhecia, em uma proporção considerável, o trabalho agrícola. Esses cidadãos poderiam ser mobilizados para o trabalho nas *uillae* a partir das redes clientelares dos grandes proprietários, sendo que o tal “contratado” poderia ser algum dos clientes mais influentes e relevantes do senhor, que tivesse a capacidade de lhe garantir acesso a um número considerável de trabalhadores. Porém, com exceção das regiões mais próximas a Roma, dificilmente os centros urbanos teriam condições de garantir sozinhos os trabalhadores sazonais necessários para a agricultura italiana³⁸⁶.

Podemos, então, nos voltar para os camponeses que viviam na vizinhança da *uilla*. Já dissemos mais de uma vez nessa dissertação que a idéia de que o campesinato desempenhava um importante papel como trabalho sazonal nas *uillae* ganhou muita força na historiografia, no contexto da crítica da tese tradicional de crise do campesinato. Esta idéia fundamenta-se no pressuposto de que os cultivos praticados pelos camponeses diferiam daqueles praticados nas *uillae*, o que permitiria a coincidência entre carência de trabalho nas *uillae* e sobressalência do trabalho nas propriedades camponesas.

Este pressuposto certamente é exagerado: como vimos acima, a viticultura e a olivicultura eram praticadas pelos pequenos camponeses, e, portanto, nos momentos de grande necessidade de trabalho nas *uillae*, provavelmente havia certa “competição” pelo trabalho camponês entre estas e as próprias terras camponesas³⁸⁷. Porém, alguns elementos talvez nos permitam imaginar que os camponeses realmente deixavam suas terras para ir participar dos “trabalhos maiores”, usando o termo de Varrão, nas *uillae*. O primeiro deles é que, se praticavam os mesmos cultivos que os grandes proprietários, os camponeses

³⁸⁵ Peter Garnsey, “Non-Slave Labour in the Roman World”. In: *Idem* (Ed.), *Non-Slave Labour in the Graeco-Roman World*, *op.cit.*, p.42.

³⁸⁶ Rathbone, “The Development of agriculture in the Ager Cosanus...”, *op.cit.*, p.15.

³⁸⁷ Erdkamp, “Agriculture, Underemployment, and the cost of rural labor...”, *op.cit.*, p.569.

certamente o faziam em menor escala. Assim, é provável que eles fossem capazes de terminar o trabalho necessário em suas propriedades a tempo de participarem dos mesmos nas *uillae*, especialmente em situações de grande “excesso” de mão-de-obra na propriedade camponesa, situação a qual famílias camponesas estão sempre suscetíveis³⁸⁸.

Outro ponto, relacionado ao anterior, é que as propriedades camponesas provavelmente tinham uma concentração de cultivos em certas especialidades menor do que as *uillae*, o que facilitava a ocorrência desta “coincidência” entre excesso de trabalho nas propriedades camponesas e carência nas *uillae*. E, mais importante, é provável que os camponeses se vissem forçados pelas circunstâncias a planejar seus cultivos tendo como objetivo consciente causar tal coincidência: seja porque o trabalho nas propriedades da elite servia ao princípio de diversificação de atividades, que, como vimos, era uma estratégia fundamental de minimização de riscos para o campesinato mediterrânico; seja porque o trabalho nas *uillae* era importante como principal forma de obter moeda para pagar tributos, obrigações fundiárias ou adquirir certos produtos que fossem possíveis somente em espécie³⁸⁹; ou ainda porque esses camponeses não eram tão independentes, como costumamos imaginá-los – de alguma maneira, como pela pressão de dívidas³⁹⁰, estes camponeses poderiam ser obrigados pelos proprietários das *uillae* a trabalhar em suas terras nesses momentos de grande necessidade de trabalho.

Dito isto, voltemos ao nosso enigma: quem poderia ter o poder de mobilizar trabalhadores que lhe permitisse desempenhar a função de contratado para realizar a colheita das azeitonas como descrita no *De Agri Cultura*? O chefe de uma família camponesa não teria o controle sobre números tão grandes de trabalhadores a que faz menção Catão. Então, nos restariam figuras de destaque no nível da comunidade local, como chefes de clãs em locais em que as famílias se organizassem em sistemas estendidos de parentesco, chefes de famílias camponesas mais poderosas localmente, que pudessem estabelecer relações de patronato com os camponeses mais pobres, ou outras figuras de prestígio dentro da comunidade camponesa local.

³⁸⁸ Rosenstein, *Rome at War*, *op.cit.* cap.3.

³⁸⁹ Rathbone, “The development of Agriculture in Ager Cosanus...”, *op.cit.*, p.19 e Peter Garnsey, *Famine and Food supply in the Graeco-Roman World*, Cambridge University Press, 1988, p.56; sobre a importância do acesso a relações de trabalho monetarizadas para o campesinato, cf. Robin Osborne, “Pride and Prejudice, Sense and Subsistence: Exchange and Society in the Greek City”. In: Scheidel e Von Renden, *The Ancient Economy*, *op.cit.*.

³⁹⁰ Sobre a importância do endividamento dos livres pobres com os grandes proprietários, cf. Dyson, *Community and Society in Roman Italy*, Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1992, p.43 e 134.

Ainda nos resta, entre as situações de empreitamento de trabalhos citados por Catão na *De Agri Cultura*, analisar o processamento das azeitonas:

É preciso contratar o processamento das azeitonas sob estas condições: que as processe corretamente segundo o parecer do senhor ou do supervisor responsável. Se houver necessidade de seis equipamentos montados, que os forneça. Proveja homens tais que agradem ao supervisor ou a quem comprar as azeitonas. Se houver necessidade de descaroadores, que os forneça. Se trabalhadores forem arrendados ou os trabalhos contratados, pague por isso, ou será feito um abatimento. Não toque no azeite para usá-lo nem para roubar, a não ser o que o senhor ou o supervisor derem. Se retirar, será feito um abatimento de quarenta sestércios por retirada e não haverá dívida para com ele. Que os azeiteiros, fabricantes do azeite, jurem ao senhor ou ao supervisor que eles e ninguém mais roubaram azeite ou azeitonas de má-fé da propriedade de L. Mânlio. Se algum dentre eles não jurar assim, que se faça um abatimento no valor total de sua paga e não haverá dívida para com ele. Que não tenha sócio algum, a não ser o que o senhor ou o supervisor autorizarem. Se algum dano for causado ao senhor por culpa do empreiteiro, será feito um abatimento segundo o parecer de um homem de bem. Se houver necessidade de azeite verde, que o faça. Somar-se-ão azeite e sal em quantidade suficiente para seu uso e, para a taxa de prensagem, dois vitoriatos.

Oleam faciundam hac lege oportet locare. Facito recte arbitrato domini aut custodis, qui id negotium curabit. Si sex iugis vasis opus erit, facito. Homines eos dato, qui placebunt aut custodi aut quis eam oleam emerit. Si opus erit trapetis facito. Si operarii conducti erunt aut facienda locata erit, pro eo resolvito, aut deducetur. Oleum ne tangito utendi causa neque furandi causa, nisi quod custos dederit aut dominus. Si sumpserit, in singulas sumptiones SS. N. XL deducetur neque debebitur. Factores, qui oleum fecerint, omnes iuranto aut ad dominum aut ad custodem sese de fundo L. Manli neque alium quemquam suo dolo malo oleum neque oleam subripuisse. Qui eorum non ita iuraverit, quae eius pars erit, omne deducetur neque debebitur. Socium nequem habeto, nisi quem dominus iusserit aut custos. Siquid redemptoris opera domino damni datum erit, viri boni arbitrato deducetur. Si viride oleum opus siet, facito. Accedet oleum et sale suae usioni quod satis siet, vasarium vict. II.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLV

Esta atividade, por um lado, se assemelha ao empreitamento das construções, pois requer certos conhecimentos específicos. Por outro lado, porém, ela se assemelha ao empreitamento da colheita de azeitona por ser uma atividade recorrente da propriedade. Ao percebermos que no capítulo anterior, que trata do empreitamento da colheita, existe referência a prensagem das azeitonas, é razoável imaginar que Catão pensa em um mesmo contratado para as duas atividades.

Todo o capítulo trata das obrigações do contratado, não listando qualquer obrigação do senhor. Entre essas obrigações estão fornecer equipamentos e trabalhadores. Quanto a estes, repetem-se os dois termos usados para o acesso a mão-de-obra, contratar (*operarii*

conducti) e empreitamento (*facienda locata*). O pagamento destes trabalhadores, porém, é incumbência do contratado, diferentemente do que parece ocorrer nos dois casos anteriores – apenas no caso do contratado não realizar o pagamento deve o senhor fazê-lo, abatendo este gasto nos pagamentos devidos ao contratado.

Quanto aos equipamentos, a princípio, é curioso que Catão indique seu fornecimento como obrigação do contratado. Ao longo da *De Agri Cultura*, existem inúmeras referências à posse desses equipamentos pelo proprietário, tanto pela menção a sua instalação, quanto a sua compra. Além disso, como vimos, o controle sobre esses implementos produtivos era um elemento importante para o controle do senhor sobre o trabalho dos produtores diretos, sendo, inclusive, possível imaginar que estes equipamentos fossem importantes não apenas para as relações de produção próprias da *uilla* como para as relações com pequenos proprietários vizinhos. Os que entre estes praticassem a olivicultura poderiam depender dos proprietários de *uillae* próximas para processar sua produção, criando, assim, laços de dependência importantes para os grandes proprietários. Diante de tudo isso, nos parece importante que Catão indique que este fornecimento de equipamentos pelo contratado só é realizado *quando necessário*. Assim, é razoável imaginar que o padrão fosse o controle destes implementos pelos grandes proprietários, existindo, porém, exceções a tal padrão, nos quais se tornava necessário o acesso a tais implementos de outra maneira, sob responsabilidade do contratado.

Por fim, é importante ressaltar que novamente existe uma preocupação perceptível quanto aos prejuízos que poderiam ser causados tanto pelo contratado como pelos trabalhadores. Também se repete nesta passagem a importância da figura do *custos* (vigia), que fiscalizava a execução do trabalho em nome do senhor.

Além dessas formas de empreitamento, Catão faz referência à “venda no pé” de azeitonas e uvas, como vimos acima. A princípio, este procedimento seria identificado como um contrato de venda simplesmente, porém devemos estar atentos ao fato de haver relações de trabalho envolvidas:

(...) Data de pagamento: mesmo se o comprador der de empreitada, em dez meses a partir das calendas de novembro pela colheita e processamento das azeitonas que foram dados de empreitada, nos idos. Que prometa ao senhor ou a quem mandar que tudo será dado e acontecerá corretamente e que uma caução será dada; que dê caução segundo o parecer do senhor. Até que o pagamento seja feito ou se der caução assim, tudo o que for trazido para a propriedade servirá de penhor. Que não retire nada disso da propriedade; se retirar algo, que o senhor tome para si. Que devolva em bom estado os equipamentos de prensagem, cordas, escadas, descaroçadores e, eventualmente, algo mais a que se deu acesso, exceto o que se quebrou por ser velho. Se não devolver, que pague um preço justo. Se o comprador não

pagar, como deve ser, os apanhadores e azeiteiros que trabalharam em sua propriedade, que o senhor os pague se quiser. Que o comprador deva ao senhor, dê caução e, por isso, assim como se descreveu acima, seus bens sirvam de penhor.

(...) Dies argento ex K. Nov. mensum X oleae legendae faciendae quae locata est, et si emptor locarit, Idibus solvito. Recte haec dari fierique satisque dari domino, aut cui iusserit, promittito satisque dato arbitrato domini. Donicum solutum erit aut ita satis datum erit, quae in fundo inlata erunt, pigneri sunt; nequid eorum de fundo deportato; siquid deportaverit, domini esto. Vasa torcula, funes, scalas, trapetos, siquid et aliud datum erit, salva recte reddito, nisi quae vetustate fracta erunt. Si non reddet, aequom solvito. Si emptor legulis et factoribus, qui illic opus fecerint, non solverit, cui dari oportebit, si dominus volet, solvat. Emptor domino debeto et id satis dato, proque ea re ita uti S. S. E. item pignori sunt.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLVI

Nestes capítulos, a figura do contratado (*redemptoris*) é substituída pela do comprador (*emptor*), que, como vimos, garante o contrato com o proprietário através de um leilão. Vimos também que o comprador é o responsável pela colheita e pelo processamento das azeitonas, assim como das uvas, sendo que poderia, ou não, repassar trabalhos a terceiros por empreitamento. Estes trabalhadores deveriam ser pagos pelo comprador, mas caso isto não ocorresse o senhor poderia pagar os trabalhadores e cobrar a dívida do comprador. O senhor fornecia boa parte dos implementos produtivos (com os quais Catão demonstra preocupação com possíveis prejuízos), mas o comprador também deveria levar algumas coisas para a propriedade, que são citadas por Catão como garantia contra o não-pagamento pela produção.

Aparentemente, as relações sociais de produção não variam muito nesta modalidade: as possibilidades para a obtenção de mão-de-obra parecem ser as mesmas (o empreitamento ou a contratação de trabalhadores). A grande diferença é que o interessado nestas questões passa a ser o comprador, mais do que o senhor. O contratado definirá se o trabalho será obtido por empreitamento ou por contratação direta, e é ainda a ele a quem dirá respeito os problemas da colheita e do processamento. É significativo que não apareça, nestas passagens, a figura do *custos* (vigia) ou de qualquer outra figura responsável pela fiscalização do trabalho em nome do senhor.

Por fim, cabe destacar outra forma de “repassar” o trabalho a um terceiro, identificável no *De Agri Cultura*: o arrendamento. Em duas atividades, a queima da cal e o “último amanhã à terra” (preparo da terra para o cultivo), Catão usa o termo *partiarius* (meeiro):

Assim se deve proceder quando derem a cal a queimar como meeiros: o caueiro prepara, queima, tira a cal da fornalha e corta lenha para a fornalha. O senhor oferece a pedra e a lenha necessárias à fornalha.

Calcem partiario coquendam qui dant, ita datur. Perficit et coquit et ex fornace calcem eximit calcarius et ligna conficit ad fornacem. Dominus lapidem, ligna ad fornacem, quod opus siet, praebet.

Catão, *De Agri Cultura*, XVI

Como é preciso que o derradeiro amanhã à terra seja confiado a um meeiro: no território de Casino e Venafro, num bom terreno, que receba a oitava parte dum cesto; num razoavelmente bom, a sétima; num terreno de terceira qualidade, a sexta; caso se reparta o grão com um módio, a quinta. Em Venafro, que receba a nona parte dum cesto no melhor campo. Se moem em comum, o segador dará ao moinho proporcionalmente ao que o segador recebe. Com o módio, que receba a quinta parte de cevada e a quinta de favas.

Politionem quo pacto partiario dari oporteat. In agro Casinate et Venafro in loco bono parti octava corbi dividat, satis bono septima, tertio loco sexta; si granum modio dividet, parti quinta. In Venafro ager optimus nona parti corbi dividat. Si communiter pisunt, qua ex parte politori pars est, eam partem in pistrinum politor. Hordeum quinta modio, fabam quinta modio dividat.

Catão, *De Agri Cultura*, CXXXVI

Cuidados do vinhedo pelo meeiro. Que cuide bem da propriedade, do arvoredo e do campo de trigo. Que o meeiro tenha à sua disposição feno e forragem em quantidade suficiente para os bois que lá houver. O restante, em comum.

Vineam curandam partiario. Bene curet fundum, arbustum, agrum frumentarium. Partiario faenum et pabulum, quod bubus satis siet, qui illic sient. Cetera omnia pro indiviso.

Catão, *De Agri Cultura*, CXXXVII

As duas atividades são bastante diferentes e, aparentemente, as relações definidas pelo termo *partiarius* são distintas para os dois casos, tendo em comum apenas a repartição do produto do trabalho entre proprietário e trabalhador. No caso da queima da cal, a questão central parece ser a divisão entre os dois do fornecimento de tudo que é necessário para a realização do trabalho. No caso da preparação da terra para o cultivo, o trabalhador (*politor*) é responsável por certas atividades e em troca recebe uma quantidade dos grãos produzidos. Caso tais grãos precisem ser moídos nos moinhos do proprietário, o trabalhador precisa “dar ao moinho” o proporcional ao que receber por seu trabalho, uma típica cobrança senhorial possibilitada pelo controle sobre certos meios de produção – como no caso mais conhecido das “banalidades” do mundo feudal.

Em ambos os casos, porém, o termo *partiarius* não parece designar aquilo que normalmente entendemos por “meeiro”, isto é, um agricultor que tem a posse da terra, mas que precisa dar parte de sua produção a um senhor que tem a propriedade legal da terra como taxa pelo uso do solo. O termo *partiarius* parece se referir a trabalhos sazonais cujos pagamentos se dão em gênero, e não a relação entre o senhor e um camponês assentado.

Além das passagens sobre o *partiarius*, o arrendamento aparece em outra passagem do *De Agri Cultura*:

É preciso arrendar a cria dos rebanhos sob estas condições: por cabeça, uma libra e meia de queijo (a metade seco) e a metade do leite obtido nos dias comemorativos; nos outros dias, uma urna. Sob estas condições, o carneiro que viver um dia e uma noite é considerado como parte da cria. Que o arrendatário se afaste da cria nas calendas de junho; se for num ano de mês intercalar, nas calendas de maio. Que o senhor não prometa mais do que trinta carneiros. As ovelhas que não parirem serão contadas duas por uma como parte da cria. Dez meses depois da data de venda da lã e dos carneiros, que receba em retorno do arrendatário. Que alimente um porco com soro de leite para dez ovelhas. Que o arrendatário ofereça um pastor por dois meses. Até que dê caução ao senhor ou pague, servirá de penhor.

Fructum ovium hac lege venire oportet. In singulas casei P. I S dimidium aridum, lacte feriis quod mulserit dimidium et praeterea lactis urnam unam; hisce legibus, agnus diem et noctem qui vixerit in fructum; et Kal. Iun. emptor fructu decedat; si interkalatum erit, K. Mais. Agnos XXX ne amplius promittat. Oves quae non pepererint binae pro singulis in fructu cedent. Ex quo die lanam et agnos vendat menses X ab coactore releget. Porcos serarios in oves denas singulos pascat. Conductor duos menses pastorem praebeat. Donec domino satisfecerit aut solverit, pignori esto.

Catão, *De Agri Cultura*, CL

Em uma curta passagem, a pessoa que “arrenda” a criação de rebanhos recebe três denominações (todas traduzidas por Trevizam como “arrendatário”): *coactor*, *emptor* e *conductor*. Analisando os três termos e as condições nas quais a relação é definida por Catão, acreditamos que ela se aproxime da “venda no pé” de azeitonas e uvas, isto é, trata-se de um contrato de compra que envolve relações de trabalho. O arrendatário (*coactor*, *conductor*) é citado também como comprador e precisa fornecer mão-de-obra para a criação de animais. Não existe referência a pagamentos por parte do arrendatário/comprador em dinheiro, mas no final do capítulo Catão se refere à necessidade de caução ou pagamento, o que indica que talvez houvesse pagamentos em espécie. Além disso, essa passagem nos indica que o trabalhador citado nesta relação era um escravo do arrendatário, já que ele é tomado como penhor até o pagamento – ou seja, ele é uma propriedade do arrendatário/comprador.

As relações de trabalho temporário, ou “externo”, aparecem também em uma passagem mais abstrata, que já citamos neste trabalho para mostrar a importância das relações da *uilla* com a vizinhança e que nos permite identificar a importância desta também para as relações de trabalho na *uilla*:

Seja bom para teus vizinhos; não permitas que os de casa lhes façam mal. Se a vizinhança conviver contigo de bom grado, venderás o que te pertence com

maior facilidade, darás de empreitada com maior facilidade e contratarás trabalhadores com maior facilidade; se construíres, contribuirão com trabalho, animais de carga e material para a construção; se algo acontecer (oxalá nada aconteça), irão proteger-te de boa vontade.

Vicinis bonus esto; familiam ne siveris peccare. Si te libenter vicinitas videbit, facilius tua vendes, opera facilius locabis, operarios facilius conduces; si aedificabis, operis, iumentis, materie adiuvabunt: siquid bona salute usus venerit, benigne defendent.

Catão, *De Agri Cultura*, IV.1

Esta riquíssima passagem, entre outras muitas coisas, permite-nos, justamente, identificar de onde vinham os tais “terceiros” a quem empreitar trabalhos de que tanto se fala nas passagens citadas acima: da vizinhança da propriedade. A estrutura dessa passagem também nos mostra a importância do trabalho da vizinhança. Catão dá um conselho (Seja bom para seus vizinhos), mostra como fazer isso (não permitir que os trabalhadores da *uilla* lhe façam mal) e enumera cinco objetivos de agir assim. Destes cinco, três tem a ver com relações de trabalho. Segundo Catão, tratar bem os vizinhos facilitaria o empreitamento de atividades (*opera facilius locabis*), a contratação de trabalhadores (*operarios facilius conduces*) e o acesso a trabalho (humano ou animal) e materiais em momentos de construções, que deviam ser momentos de grande necessidade de mão-de-obra.

A distinção entre empreitar atividades e contratar trabalhadores, aparentemente, reflete a distinção que existe no Direito Romano entre *locatio conductio operis* e *locatio conductio operarium*. Na primeira situação, o contrato entre duas partes versa sobre o produto de um trabalho (*opus*), enquanto na segunda trata-se da atividade laboral, da energia desprendida em uma atividade, da jornada de trabalho (*operae*) de um trabalhador (*operario*), que se torna um “assalariado” (*mercenarius*)³⁹¹. A primeira situação é exemplificada, no tratado catoniano, pela relação entre proprietário e contratados nas passagens analisadas acima que se referem ao empreitamento de atividades. Já a segunda, acreditamos que possa ser exemplificada pela própria relação com os trabalhadores envolvidos nessas atividades e também por contratações diretas de trabalhadores pelo proprietário, como são indicadas em uma curta passagem do capítulo que lista as obrigações do encarregado pela propriedade (*uilicus*):

Não tome por tempo maior do que um dia o mesmo trabalhador, jornaleiro e o que dá o último amanho à terra.

Operarium, mercennarium, politorem diutius eundem ne habeat die.

³⁹¹ Said El Bouzidi, “Place et role de la main-d’oeuvre libre dans l’économie rurale à la fin de la République romaine”. *Gerion*, no.15, 1997, p.139-142; e G.E.M. de Ste. Croix, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. From the Archaic Age to the Arab Conquests. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press, 1981, p.198-199.

Catão, *De Agri Cultura*, V.4

Porém, as relações de trabalho são apenas uma parte do conjunto das relações sociais da *uilla* com a vizinhança. Os outros dois objetivos de se ter uma boa relação com os vizinhos também são significativos: vender facilmente aquilo que o senhor pretende vender; e, em eventuais momentos de perigo, que os vizinhos venham em seu socorro. Isto mostra que a vizinhança não é só o local de obtenção de trabalho, mas um importante local para a circulação da produção da *uilla*, como já vimos, e para o estabelecimento de relações de clientela importantes para a expansão do poder do proprietário da *uilla*. Tais relações de clientela serviam, para o campesinato, como espécie de diversificação de estratégias para diminuição dos riscos³⁹², que como dissemos, Horden e Purcell identificam como um elemento básico da agricultura mediterrânea.

Esta relação ativa com a vizinhança que identificamos em Catão não se repete no texto de Varrão. Em duas passagens a vizinhança é citada meramente como fontes de problemas para a *uilla*:

Se o material necessário nasce na propriedade, não há motivo para temer os gastos; se muito dele pode ser obtido nas vizinhanças, nem tanto.
Haec ubi domo nascuntur, vinea non metuit sumptum; ubi multa e propinqua villa, non valde.

Varrão, *De Re Rustica*, I.VIII.2

Além disso, sem as cercas, as fronteiras da propriedade tornam-se mais seguras pelo plantio de árvores, para que os de casa não briguem com os vizinhos e não seja preciso determinar os limites judicialmente.
Praeterea sine saeptis fines praedi satione arborum tutiores fiunt, ne familiae rixent cum vicinis ac limites ex litibus iudicem quaerant.

Varrão, *De Re Rustica*, XV.1

Assim, as relações com a vizinhança deveriam diminuir os riscos de potenciais conflitos sobre os limites das propriedades e diminuir as necessidades de gastos comprando materiais necessários nas propriedades vizinhas. É interessante notar que, na primeira passagem, Varrão se refere às *uillae* vizinhas (*propinqua villa*), e não às propriedades vizinhas de uma maneira geral, e que o temor com possíveis brigas judiciais pode ser visto, talvez, como indício de uma vizinhança em melhores condições sociais, econômicas e políticas, com as quais não se estabelece relações verticais de patronagem, mas relações horizontais de competição.

³⁹² Garnsey, *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World*, *op.cit.*, p.58-63.

As relações com a vizinhança são, porém, assunto de todo um capítulo do livro I:

(...) Pois não é vantagem cultivar muitos campos excelentes por causa dos assaltos dos vizinhos, como alguns na Sardenha, que se localizam perto de *Oelies*, e na Espanha, perto da Lusitânia. As propriedades que têm na vizinhança meios de transportar o que produzem para o local de venda e de trazer daí aquilo de que se necessita são rendosas por esse motivo. Pois muitos têm entre suas propriedades aquelas em que o trigo, o vinho e algum outro produto faltante deve ser importado; contrariamente, não poucos, aquelas de que é necessário retirar produtos para vender. (...) Similarmente, se há cidades e povoados na vizinhança ou mesmo lavouras prósperas e sedes ricas onde podes comprar o que é necessário a tua propriedade a bom preço e onde os excedentes podem ser vendidos, a exemplo dos tanchões, varas ou canas, a propriedade torna-se mais rendosa do que se precisassem ser trazidos de longe; eventualmente, mais do que se pudesses obtê-los cultivando em tua propriedade. Nesse caso, os fazendeiros preferem ter perto de si pessoas que se empreguem ano a ano sob suas ordens, como médicos, pisoeiros e artesãos, a mantê-las na sede, pois a morte de um só trabalhador por vezes arruína os lucros da propriedade. Nos latifúndios, os ricos costumam delegar essa função a seus muitos escravos. Pois, se as cidades ou povoados são um tanto distantes da propriedade, procuram ter ferreiros na sede, bem como os demais artesãos necessários, para que os escravos não se afastem da propriedade e do trabalho nos dias normais e perambulem como se fosse feriado, ao invés de, realizando suas tarefas, tornarem o campo mais rendoso. (...) Também importa aos lucros da propriedade como o vizinho constituiu seus campos nos limites. Pois, se tem um carvalho junto aos limites, não poderias plantar oliveiras ao longo desse bosque com vantagem, já que a tal ponto é contrário à sua natureza que as árvores não só produzem menos, mas ainda se esquivam curvando-se para dentro da propriedade, como ocorre com a videira plantada ao lado das hortaliças. Assim como o carvalho, as noqueiras grandes e cerradamente plantadas nos limites tornam as bordas da propriedade estéreis.

(...) *Multos enim agros egregios colere non expedit propter latrocinia vicinorum, ut in Sardinia quosdam, qui sunt prope Oeliam, et in Hispania prope Lusitaniam. Quae vicinitatis invectos habent idoneos, quae ibi nascuntur ubi vendant, et illinc invectos opportunos quae in fundo opus sunt, propter ea fructuosa. Multi enim habent in praediis, quibus frumentum aut vinum aliudve quid desit importandum; contra non pauci, quibus aliquid sit exportandum. (...) Item si ea oppida aut vici in vicinia aut etiam divitum copiosi agri ac villae, unde non care emere possis quae opus sunt in fundum, quibus quae supersint venire possint, ut quibusdam pedamenta aut perticae aut harundo, fructuosior fit fundus, quam si longe sint importanda, non numquam etiam, quam si colendo in tuo ea parare possis. Itaque in hoc genus coloni potius anniversarios habent vicinos, quibus imperent, medicos, fullones, fabros, quam in villa suos habeant, quorum non numquam unius artificis mors tollit fundi fructum. Quam partem lati fundi divites domesticae copiae mandare solent. Si enim a fundo longius absunt oppida aut vici, fabros parant, quos habeant in villa, sic ceteros necessarios artifices, ne de fundo familia ab opere discedat ac profestis diebus ambulet feriata potius, quam opere faciendo agrum fructuosiore reddat. (...) Refert etiam ad fundi fructus, quem ad modum vicinus in confinio consitum agrum habeat. Si enim ad limitem querquetum habet, non possis recte secundum eam silvam serere oleam, quod usque eo est contrarium natura, ut arbores non solum minus ferant, sed etiam fugiant, ut introrsum in fundum se reclinent, ut vitis adsita*

ad holus facere solet. Ut quercus, sic iugulandes magnae et crebrae finitimae fundi oram faciunt sterilem.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVI

Em boa parte da passagem, a vizinhança continua sendo tratada mais como um obstáculo aos proventos da *uilla* do que um *locus* para importantes relações sociais. A vizinhança aparece, sobretudo, como um local perigoso, de onde saem bandidos que impedem que uma terra fértil se converta em uma propriedade proveitosa para seu senhor, ou que cultivam produções danosas às produções da *uilla* em regiões contíguas.

Porém, este capítulo apresenta, pela única vez na *De Re Rustica*, relações vistas como positivas com a vizinhança. Quando existem povoados (*uici*), cidades (*oppida*) ou lavoras prósperas e com *uillae* ricas (*divitum copiosi agri ac villae*) na vizinhança, poder-se-ia obter destas coisas necessárias à propriedade a bons preços e também vender aquilo que fosse excedente na *uilla*. Além disso, tal proximidade também era importante para a obtenção de trabalhos excepcionais de certos tipos de trabalhadores, como médicos, pisoeiros e artesãos – uma realidade que se aproxima das relações com o *faber*, como descrita por Catão. Obter estes trabalhos desta forma era interessante, segundo Varrão, para evitar que escravos comprados para exercer tais funções morressem, levando consigo todo o investimento feito na compra. Porém, Varrão logo pondera que senhores com grandes propriedades de terras muitas vezes mantinham escravos para exercer estas atividades. Mais uma vez o trabalho “livre” aparece na *De Re Rustica* como uma excepcionalidade que precisa ser explicada.

Poderíamos tentar analisar esta importante diferença entre as posturas catoniana e varroniana frente à vizinhança nos termos de uma evolução das *uillae* para uma propriedade mais isolada do seu entorno ao longo do período de tempo entre a composição dos dois tratados. Porém, como já dissemos, tentar estabelecer padrões de evolução gerais da história agrária italiana a partir de fontes tão escassas poderia ser temerário. Mas isto não nos impede de chegar a algumas conclusões importantes. Mesmo que não fosse resultado de uma transformação real da realidade agrária, mas apenas a demonstração de um ideal diferente de relação entre a *uilla* e a vizinhança, o tratamento que Varrão dá a este tema mostra a existência, em algum nível, de uma preocupação, entre os membros da elite romana, ou ao menos entre alguns deles, em diminuir as relações de suas propriedades com a vizinhança.

1.2. Trabalho livre?

Antes de avançarmos neste problema das formas de trabalho e suas conseqüências para a inserção da *uilla* na vizinhança, precisamos discutir um problema importantíssimo quanto a estas relações sociais de produção sazonais obtidas na vizinhança. Muitos autores chamam estas relações de trabalho livre ou assalariado. No sentido em que esses trabalhadores não eram escravos e, na grande maioria dos casos (depois da Guerra Social), deveriam ser cidadãos romanos, chamá-los de livres não é um equívoco; assim como chamá-los de assalariados não é um erro considerando-se que eles recebem pagamentos por estes trabalhos. O problema desta nomenclatura, porém, está em seu potencial anacronizante.

No primeiro capítulo, citamos a opinião de Jacques Annequin sobre esta questão, quando ele afirma que Finley está certo em falar em simbiose entre o trabalho escravo e o trabalho livre desde que tomemos cuidado com o termo “trabalho livre”. O risco é, ao chamar estas relações de trabalho de livres e assalariadas, associá-las às relações de produção típicas do capitalismo. E isto ocorre com certa freqüência na historiografia. O exemplo mais extremo é o artigo de Peter Temin de 2004, intitulado “The Labor Market of the Early Roman Empire”. Em tal artigo, o economista americano pretende provar que existia no Império Romano, ao contrário do que defendem autores inspirados por Marx e Polanyi, um mercado de trabalho unificado que regulava os pagamentos recebidos pelos trabalhadores. Ele afirma que duas coisas têm que existir para provar a existência de tal mercado de trabalho: a liberdade para os trabalhadores mudarem de atividades, caso acreditem ser mais rentável trabalhar em outra atividade que não a que estejam no momento (isto é, só existe mercado de trabalho se o trabalhador for livre para buscar novas oportunidades), e que os pagamentos sejam proporcionais à produtividade dos trabalhadores (isto é, que trabalhos semelhantes remunerem de maneira semelhante)³⁹³.

Ansioso em conseguir provar a existência de tal mercado de trabalho, pois como dissemos no primeiro capítulo, Temin tem a clareza teórica de perceber que apenas provando a existência de relações mercantis no mundo romano poderá aplicar legitimamente os instrumentos econométricos que defende, ele pretende encarar o problema que a escravidão lhe impõe: como uma sociedade escravista poderia conhecer uma livre circulação de trabalhadores que configure um mercado de trabalho genuíno? Para responder isto, Temin ataca em duas frentes: primeiro, afirma, significativamente, que o trabalho livre e assalariado

³⁹³ Peter Temin, “The Labor Market of the Early Roman Empire”. *Journal of Interdisciplinary History*, vol.34, no.4, 2004, p.515.

predominava no mundo romano quando comparado com o trabalho escravo. A seguir, tenta provar que a escravidão romana era diferente de suas similares modernas, e que, por prever grandes possibilidades de manumissão e inserção dos libertos na sociedade, ela não consistia em obstáculo para a existência de um mercado de trabalho no mundo romano – isto é, os *escravos* estavam inseridos no mercado de trabalho *livre*.

Para mostrar o quão absurda é esta segunda parte da argumentação de Temin basta identificar que o autor compara os libertos romanos bem sucedidos aos *self made men* do mundo contemporâneo: se os escravos manumitidos conseguiam construir grandes fortunas sem qualquer herança, partindo do zero, isso se dava porque na Roma Antiga existia a mesma amplitude de oportunidades que existe no mundo moderno, graças ao bom funcionamento de um mercado de trabalho livre³⁹⁴. Ou seja, Roma era a terra das oportunidades! O lugar onde os sonhos se tornam realidade!

Ou ainda que, para mostrar as grandes possibilidades de inserção dos escravos no maravilhoso mundo do mercado de trabalho, Temin afirma que pessoas pobres ambiciosas se vendiam como escravos para ter acesso a certas oportunidades que não existiam para os livres pobres³⁹⁵. Isto mesmo, os pobres não se vendiam como escravos em situações de crise e desespero total, por não terem qualquer alternativa para se manterem vivos. Eles se vendiam porque eram ambiciosos! Deveriam querer se tornar *self made men*, provavelmente.

Contudo, o mais interessante na argumentação de Peter Temin é perceber que ele acredita ser ponto pacífico a idéia de que aqueles que não eram escravos estavam inseridos em relações de trabalho livre e assalariado, identificando estes trabalhadores com o proletariado capitalista. É significativo que ele acredite que tais trabalhadores poderiam trocar de atividades quando acreditassem que podiam ser mais bem remunerados ao exercer outra atividade. Esta idéia de que o trabalho é uma mera relação contratual, da qual as partes tentam tirar o maior lucro possível, é tipicamente neoclássica. Isto é, Temin vê o trabalho como mera relação contratualista entre o fornecedor da força de trabalho e aquele que precisa contratar força de trabalho. Esta visão do trabalho reflete em situações passadas a visão neoclássica das relações de trabalho capitalistas.

O que chamamos de trabalho livre precisa ser entendido, não por acaso, dentro dos termos dos autores que Temin acredita estar contradizendo: Polanyi e Marx. Temin só acredita contradizer estes autores porque não entende o problema posto por eles. A economia neoclássica acredita que o trabalho livre é um dado da natureza: se não houver obstáculos,

³⁹⁴ *Ibidem*, p.529.

³⁹⁵ *Ibidem*, p.526.

como a escravidão poderia ser (mas não é para o caso romano, segundo Temin), os seres humanos criarão entre eles relações de trabalho livre e assalariadas, constituindo, assim, um mercado de trabalho. O que Polanyi e Marx mostram com clareza é que estas relações de trabalho não têm nada de naturais, e que só existem graças a transformações históricas específicas que se deram na Europa moderna. Isto é, ao invés de tentar entender os obstáculos que dificultaram o trabalho livre e assalariado (pressuposto como natural) se estabelecer ao longo da história humana, como fazem os neoclássicos, Polanyi e Marx afirmam que se deve entender, justamente, porque esta forma de trabalho surgiu em um dado momento da história capitalista. Nas palavras de Marx:

O que exige explicação não é a *unidade* de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital.³⁹⁶

Como Polanyi identifica, um mercado de trabalho só pode existir quando algo que não é uma mercadoria, pois não foi produzida para ser comercializada, o trabalho, passa a ser inserido em relações mercantis. Surge assim, uma das “mercadorias fictícias” que o antropólogo húngaro identifica como base da criação da sociedade de mercado³⁹⁷. E como reconhece o próprio Polanyi, esta inserção do trabalho no mercado só pode se dar a partir do momento em que surge o “incentivo da fome”, isto é, quando os trabalhadores têm na venda de sua força de trabalho sua única forma de garantir a sobrevivência³⁹⁸.

Este elemento é fundamental, e profundamente analisado por Marx no famoso capítulo 24 de *O Capital*, “A assim chamada acumulação primitiva”. Neste capítulo, o pensador alemão identifica como surgem os “trabalhadores livres como pássaros”, uma sutil ironia sobre o caráter social destes trabalhadores. Como mostra Marx, a dissolução das relações feudais, que libertava estes trabalhadores das dependências pessoais com os senhores de terras, também significava, pelo processo de usurpação das terras comunais e do cercamento dos campos, a expropriação dos camponeses de suas terras. Assim, os trabalhadores tornavam-se livres do jugo feudal ao mesmo tempo em que se tornavam “livres” de suas

³⁹⁶ Karl Marx, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Editado por Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.82.

³⁹⁷ Karl Polanyi, *A grande transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, p.84-85.

³⁹⁸ *Idem*, *A Ilusão da Economia*, *op.cit.*, p.11.

condições materiais de reprodução social. O que lhes restava era vender sua força de trabalho àqueles que controlavam os meios de produção³⁹⁹. Porém, esta não é uma realidade que se estabelece repentinamente. Como Marx e Polanyi demonstram, a transformação destes expropriados em trabalhadores assalariados foi um processo histórico longo e conflituoso, no qual as classes dominantes usaram os recursos coercitivos do Estado para impor a disciplinarização do trabalho, sendo as leis contra vagabundagem os mais famosos destes recursos⁴⁰⁰.

A idéia do trabalho como relação contratual, assim, é fruto ideológico das características que as relações sociais de produção assumiram no mundo contemporâneo. Analisar as relações de trabalho no mundo romano a partir desta percepção é caminho certo, no mínimo, para um grave anacronismo. As relações de trabalho que estamos analisando não se davam em uma sociedade industrial, entre burgueses detentores dos meios de produção e proletários cujo único recurso para sobrevivência era a venda da força de trabalho. Pelo contrário, estamos falando de uma sociedade agrária, na qual a maioria absoluta destes trabalhadores “livres” pode ser caracterizada, em algum nível, como camponesa – isto é, são pessoas: que tinham acesso estável à terra e outros meios de produção; que organizavam seu trabalho em uma base predominantemente familiar (o que não exclui o recurso em certas situações à mão-de-obra extra-familiar); com certa autonomia na gestão de suas atividades agrícolas; cuja produção conseguia, em grande parte ao menos, garantir sua reprodução social; e que viviam em comunidades mais amplas nas quais suas unidades familiares se inseriam⁴⁰¹. Se essas pessoas se viam obrigadas a trabalhar em benefício de outrem, não era pelo “temor da fome”, mas por coações extra-econômicas⁴⁰².

Esta é a razão para termos insistido, ao analisar as passagens de Catão sobre relações de trabalho “externas” à *uilla*, nas relações pessoais que perpassam as relações econômicas. Não é possível identificar claramente na *De Agri Cultura* a existência de formas de trabalho compulsório estabelecidas com este campesinato. Contudo, ao mesmo tempo, não existia um mercado de trabalho no qual o proprietário obtinha, impessoalmente, trabalhadores. Existia um proprietário, com certo poder e prestígio local, que traçava relações sociais com as

³⁹⁹ Karl Marx, *O Capital*. Crítica da Economia Política. Volume 1, Tomo 2. São Paulo: Abril (coleção “Os Economistas”), 1984, p.263-264, 266.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p.275-280; e Polanyi, *A grande transformação*, *op.cit.* p.89-96.

⁴⁰¹ Ste. Croix, *The Class Struggle in the ancient Greek world*, *op.cit.*, p.210-211; e Ciro Flamarion Cardoso, *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.56-57.

⁴⁰² K. Zelin, “Princípios de classificação morfológica das formas de dependência”. In: J. Annequin, M. Clavel-Lévêque e F. Favary, *Formas de Exploração do Trabalho e relações sociais na Antiguidade Clássica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p.58-59.

comunidades locais, muitas vezes intermediadas por seus escravos que viviam na *uilla*, já que muitos donos de *uillae* eram absenteístas. Estas relações sociais mediavam inúmeras atividades sociais e econômicas, entre elas a obtenção de trabalho “externo” para a *uilla*, ou mesmo a compra e venda de produtos da e para a *uilla*.

Desta maneira, se utilizarmos o termo “trabalho livre” como uma categoria sociológica rígida, tendo como referência o trabalho assalariado capitalista, o proletariado expropriado e o mercado impessoal de trabalho, todas as formas de trabalho no mundo rural da Itália antiga devem ficar de fora de tal categorização. Estas poderiam, talvez, ser enquadradas como “trabalho compulsório” – o que não pode nos impedir de visualizar as diferenças abissais entre diferentes formas de trabalho que existiam em tal realidade, o que torna, na verdade, tal categorização contraproducente. Geoffrey de Ste. Croix, para diferenciar tal realidade pré-capitalista do mundo em que vivemos hoje, buscou diminuir a importância do trabalho assalariado e enfatizar a importância da escravidão e de outras formas de trabalho compulsório no mundo antigo⁴⁰³. Nossa posição, para ressaltar a mesma diferença, pode ser vista como oposta: mesmo o trabalho que identificamos como assalariado é perpassado (e perpassa) as diversas formas de relações de dependência pessoal que caracterizam as diferentes formações econômico-sociais pré-capitalistas. Ou seja, mesmo que ele fosse importante, e acabamos de identificar nos tratados de Catão e Varrão a sua importância, isso não significa que a economia antiga possua um mercado de trabalho similar ao capitalista.

É verdade que existia algum nível de “expropriação” dos trabalhadores de seus meios de produção na Itália antiga. Se levarmos em consideração que a expansão romana sobre a Itália significou o desalojamento de muitos produtores diretos locais para a instalação do *ager publicus*, que em muitas regiões deveria ser controlado majoritariamente pela elite romana, uma expropriação de produtores diretos pode ser apontada como uma das principais conseqüências de tal expansão. E isso sem mencionar possíveis realidades locais de expropriação de pequenos proprietários por grandes poderes locais ou supra-locais. De certa maneira, esta é uma idéia defendida pela tese tradicional de crise do campesinato, e Saïd El Bouzidi, ao analisar estas passagens sobre obtenção de trabalho externo no *De Agri Cultura*, que também analisamos acima, parece concordar com esta idéia de formação de um trabalho livre rural em concomitância com a crise do campesinato e a concentração fundiária⁴⁰⁴.

Contudo, esta “expropriação”, quando comparada com a realidade do surgimento do Capitalismo, foi extremamente limitada. Boa parte do campesinato desalojado acabou

⁴⁰³ Ste. Croix, *The Class Struggle in the ancient Greek world*, *op.cit.*, p.179.

⁴⁰⁴ El Bouzidi, “Place et role de la main-d`oeuvre libre...”, *op.cit.*, p.146-147.

“substituído” por um novo campesinato, assentado nas colonizações romanas e latinas e nas distribuições de terras a veteranos⁴⁰⁵. Nem mesmo o desenvolvimento dos elementos tecnológicos das forças produtivas, como a expansão de moinhos e prensas, foi suficiente para uma expropriação de fato do campesinato italiano. Se estes trabalhavam nas *uillae*, e certamente o faziam, não era por terem sido proletarizados por uma possível expropriação, como postula El Bouzidi, ou porque, ambiciosamente, procuravam grandes salários para tornarem-se *self made men*, como acredita Temin. O que regia estas relações sociais de produção eram questões específicas da realidade daquele campesinato, como relações de patronato-clientela, de senhor de terras-arrendatários ou de tributação estatal, que poderiam significar coações extra-econômicas, ou mesmo a necessidade de diversificação de formas de obter a “subsistência”, imposta por relações ecológicas com o meio ambiente.

Por outro lado, porém, alguns autores, notadamente Andrea Carandini, identificaram a expansão da escravidão pelos campos romanos como o maior processo de expropriação de produtores diretos do mundo pré-capitalista⁴⁰⁶. Obviamente, esta idéia está muito ligada à tese de crise do campesinato e de transição do padrão fundiário, que já apontamos, no capítulo anterior, como exagerada e equivocada, respectivamente. Porém, isto não descarta por completo que a inserção dos escravos tenha significado um processo tipicamente pré-capitalista, no sentido de depender tanto para o seu surgimento quanto para sua reprodução de elementos de coerção extra-econômica (entendidos como não constituintes do movimento próprio do sistema produtivo⁴⁰⁷), de expropriação de produtores diretos. Porém, para analisar esta hipótese precisamos nos voltar para o trabalho “fixo” das *uillae*.

2. Os trabalhadores “fixos”

Como vimos acima, Catão dividia os trabalhos entre aqueles que se empreitariam e aqueles que seriam realizados. Parece claro que quem deve realizar este segundo grupo de trabalhos é o pessoal residente na *uilla*, que Catão designa inúmeras vezes ao longo do tratado pelo termo *familia*. Usando este termo, Catão indica as rações alimentares que devem ser distribuídas aos trabalhadores da casa, explica como devem ser as relações entre o encarregado pela propriedade (*uilicus*) e estes trabalhadores, e também quanto a algumas

⁴⁰⁵ Peter Garnsey, “Peasants in ancient Roman Society”. In: *Idem, Cities, Peasants and food in classical Antiquity*. Essays in social and economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁴⁰⁶ *Apud* Rathbone, “The Slave Mode of Production in Italy”. *The Journal of Roman Studies*, vol.73, 1983, p.166-167.

⁴⁰⁷ Postone, “Capital and Historical Change”, *op.cit.*, p.4-6.

atividades que devem ser realizadas por tais trabalhadores⁴⁰⁸. O termo é o que mais aparece no tratado entre aqueles que se referem aos agentes do trabalho agrícola, tendo grande destaque entre aqueles identificáveis com o trabalho “fixo” (ver figura 9, o termo *familia* aparece traduzido como “escravos de casa”).

Na figura 9, traduzimos *familia* por “escravos de casa”. Esta é a interpretação correta? Na verdade, o termo *familia* é bastante polissêmico. Essencialmente, refere-se a um grupo de pessoas ligadas entre si pelo fato de estarem submetidas à *potestas* de um *pater familias*, seja por relações de parentesco, seja por relações de obrigações, independentemente de seu estatuto jurídico. Porém, ao mesmo tempo, tal termo é amplamente usado no mundo romano para se referir a um grupo de escravos pertencentes a um mesmo senhor⁴⁰⁹. É neste segundo caso, aparentemente, que se enquadram a quase totalidade dos usos do termo em Catão, e também em Varrão, que utiliza bem menos o termo – o próprio Jean-Christian Dumont identifica *familia* como um dos termos que denotam estatuto jurídico dos trabalhadores⁴¹⁰. Esta interpretação é recorrente entre os tradutores: apesar de usarmos a tradução destes tratados para o português de Trevizam, que muitas vezes opta por uma tradução de *familia* mais literal, “os de casa”, a maioria dos tradutores interpretam *familia* como “escravos”, como Hooper e Ash, da Loeb Classical Library, e Goujard e Heurgon, da Les Belles Lettres – e mesmo Trevizam em algumas passagens.

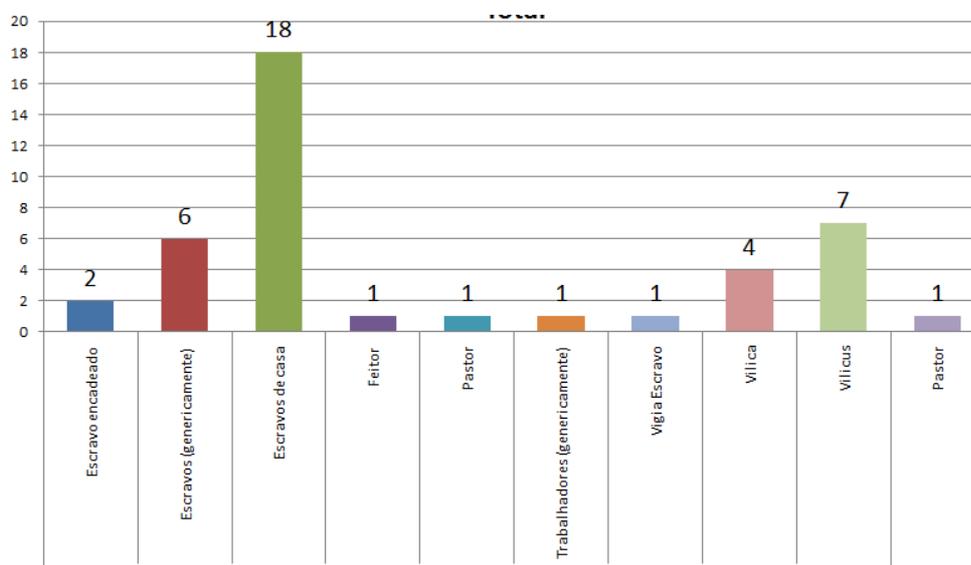


Figura 9 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na *Villa* no *De Agri Cultura*

⁴⁰⁸ Saïd El Bouzidi, “Le vocabulaire de la main-d’oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*, v.25, n.1, 1999, p.66-67.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p.63-65; e Richard Saller, “Slavery and the Roman Family” in: Moses Finley (ed.), *Classical Slavery*. London and Portland: Frank Cass, 1987, p.84.

⁴¹⁰ Dumont, “La villa esclavagiste?”, *op.cit.* p.114.

Desta maneira, podemos considerar que o grupo de trabalhadores residentes da *uilla* é formado, prioritariamente, por escravos (ou, ao menos, por pessoas submetidas a outras formas bastante severas de dependência). Duas passagens de Catão nos dão pistas sobre os trabalhadores que formavam este grupo de trabalhadores residentes. A primeira, mais explícita, diz o seguinte:

Alimentos para os de casa: para os trabalhadores, quatro módios de trigo no inverno e quatro módios e meio no verão. Para o administrador, sua esposa, o feitor e o pastor, três módios; no inverno, quatro libras de pão para os trabalhadores encadeiados; quando começarem a escavar o parreiral, cinco libras de pão até a época dos figos; em seguida, volta às quatro libras.

Familiae cibaria. Qui opus facient per hiemem tritici modios III, per aestatem modios IIII S, vilico, vilicae, epistatae, opilioni modios III, conpeditis per hiemem panis P. IIII, ubi vineam fodere coeperint, panis P. V, usque adeo dum ficos esse coeperint, deinde ad P. IIII redito.

Catão, *De Agri Cultura*, LVI

Esta passagem identifica como parte da *familia* (os de casa): o *uilicus* (administrador), a *uilica* (sua esposa), os *operarii* (trabalhadores), o *epistatae* (feitor), o *opilio* (pastor) e os *conpeditii* (trabalhadores encadeados). Outras duas passagens, já nossas conhecidas neste capítulo, podem ser interpretadas de maneira que nos indiquem os trabalhadores que fazem parte da *familia*:

Deste modo se deve constituir um olival de duzentas e quarenta jeiras de extensão: um administrador, sua esposa, cinco trabalhadores, três vaqueiros, um tratador de burros, um porqueiro, um pastor (treze pessoas no total); (...) oito colchões, oito colchas, dezesseis travesseiros, dez cobertas, três toalhas, seis mantas de retalhos para os escravos.

Quo modo oletum agri iugera CCXL instruere oporteat. Vilicum, vilicam, operarios quinque, bubulcos III, asinarium I, subulcum I, opilionem I, summa homines XIII (...) culcitas VIII, instragula VIII, pulvinos XVI, operimenta X, mappas III, centones pueris VI.

Catão, *De Agri Cultura*, X.1 e 5

Deste modo se deve constituir um vinhedo de cem jeiras: um administrador, sua esposa, dez trabalhadores, um vaqueiro, um tratador de burros, alguém que faça tanchões de salgueiro, um porqueiro (dezesseis pessoas no total); (...) quatro colchões, quatro colchas, seis travesseiros, seis cobertores, três toalhas, seis mantas de retalhos para os escravos.

Quo modo vineae iugera C instruere oporteat. Vilicum, vilicam, operarios X, bubulcum I, asinarium I, salictarium I, subulcum I, summa homines XVI; (...) culcitas IIII, instragula IIII, pulvinos VI, operimenta VI, mappas III, centones pueris VI.

Catão, *De Agri Cultura*, XI.1 e 5

Catão não identifica claramente estes trabalhadores necessários a um olival de duzentas e quarenta jeiras ou a um vinhedo de cem jeiras como escravos, pelo contrário, os define como homens (*homines*), de maneira bastante genérica. Contudo, podemos tecer algumas considerações sobre eles. Primeiro, parece claro que Catão se refere aos trabalhadores fixos necessários à propriedade, já que ao se referir à colheita de azeitona, um número muito maior de trabalhadores é identificado como necessário (e nada leva a crer que o capítulo sobre a colheita se refere a um olival muito maior do que 240 jeiras). Ademais, também parece razoável identificá-los como escravos: a parte final da lista de coisas necessárias identifica alguns itens que aparentemente são utilizados pelos trabalhadores citados no início do capítulo, e neste momento há identificação destes como escravos, ao se indicar as mantas de retalhos para escravos (*centones pueris*) – *puero*, garoto, era uma forma bastante comum de se referir a escravos no mundo romano⁴¹¹.

Identificamos, assim, que a *familia* que Catão tem em mente é composta por três tipos básicos de escravos: aqueles ligados à chefia, como *uilicus*, *uilica* e *epistatae*; aqueles que cuidam de animais da propriedade, como porqueiros e vaqueiros, e os trabalhadores não especializados (os *operarii*).

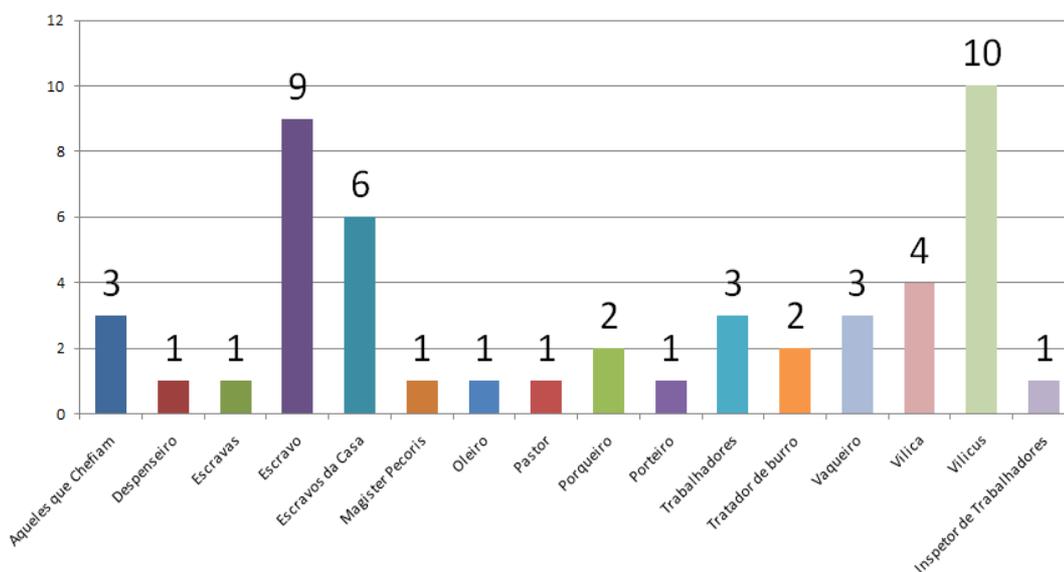


Figura 10 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na Villa no Livro I da *De Re Rustica*

⁴¹¹ Finley, *Escravidão Antga e Ideologia Moderna*, op.cit., p.100.

No caso da *De Re Rustica*, de Varrão, vimos que o trabalho “fixo” é completamente predominante. Enquanto na *De Agri Cultura*, as referências a trabalhadores praticamente se dividem igualmente entre o trabalho “fixo” e o temporário (57 contra 43, respectivamente, ver figura 7), no texto varroniano a discrepância é imensa entre os dois (97 contra 11, ver figura 8). Se, por um lado, isso não significa que o trabalho temporário era inexistente no tratado de Varrão, por outro significa que o trabalho “fixo” tinha um papel especial no seu universo conceitual. Porém, esse trabalho fixo pode ser identificado como escravo? No Livro I, os trabalhadores fixos aparecem muitas vezes identificados como escravos (*seruus*, *conseruus* ou *mancipia*) ou como escravos da casa (*familia*), como podemos ver na figura 10. Porém, a importância da escravidão entre os trabalhadores residentes na *uilla* aumenta ainda mais quando passamos de uma abordagem quantitativa para uma análise cuidadosa das passagens centrais sobre os trabalhadores no Livro I. Dois capítulos, deste livro, são dedicados exclusivamente aos trabalhadores, XVII e XVIII. No primeiro, Varrão diz:

"Falei das quatro divisões da propriedade que se vinculam ao solo e das outras quatro, que são externas a ela, mas dizem respeito à agricultura. Agora, falarei do que é necessário ao cultivo. Uns o dividem em duas partes, nos homens e no que auxilia os homens, sem o que não é possível cultivar; outros, em três partes, os instrumentos 'vocais', 'semivocais' e 'mudos': nos vocais, incluem-se os escravos; nos semivocais, os bois; nos mudos, as carretas. Todos os campos são cultivados por escravos, homens livres ou ambos: por homens livres, quando eles mesmos cultivam (como a maioria dos pobres com seus filhos) ou são assalariados, sendo contratados entre os livres para cuidar dos trabalhos maiores, a exemplo da vindima e da colheita do feno; também há os que os nossos chamaram de 'devedores insolventes' e ainda se encontram em grande número na Ásia, no Egito e na Ilíria. A respeito disso tudo, digo que é melhor cultivar nos lugares insalubres com a ajuda de assalariados do que com a de escravos, e nos lugares salubres o mesmo se dá com os trabalhos agrícolas maiores, como são guardar os frutos da vindima ou da ceifa. Cássio escreve a respeito de como devem ser esses trabalhadores: deve-se procurar ter escravos que possam suportar a labuta, que não tenham menos do que vinte e dois anos e se adaptem à lavoura. Pode-se inferir essas coisas das incumbências que receberam em outras ocasiões e perguntando a um dos que começaram o que costumavam fazer para o senhor anterior.

“Não convém que os escravos sejam medrosos nem temerários. É preciso que haja os que liderem, saibam ler e escrever, tenham alguma instrução, sejam ajuizados e mais velhos do que os trabalhadores que mencionei. Pois julgo que mais facilmente dão ouvidos a esses do que aos mais jovens. Além disso, é muito importante que liderem os que são experientes na agricultura; devem não apenas mandar, mas fazer, para que sirvam de exemplo e se evidencie que lideram merecidamente, pois se sobressaem pelo saber. Não se deve ainda permitir que exerçam sua autoridade de modo a controlá-los mais com pancadas do que com palavras se desse modo for possível obter o mesmo resultado. Também não se deve ter muitos escravos da mesma nação, pois isso é o principal motivo para que haja desavenças frequentes na sede.

Deve-se cuidar de que os chefes fiquem mais satisfeitos ganhando um pecúlio e de que disponham de um pequeno rebanho e de esposas que também sejam escravas e lhes dêem filhos. Pois assim se esforçam e se ligam mais à propriedade. Por tais parentescos, os escravos do Epiro são mais afamados e caros. A boa vontade dos chefes deve ser conquistada tratando-os com alguma consideração; quanto aos trabalhadores que se destacarem dos demais, também se deve consultá-los a respeito do trabalho a fazer: quando isso acontece, pensam que são menos desprezados e que são tratados com alguma estima pelo senhor. Eles se tornam mais aplicados aos trabalhos se os tratares com maior generosidade, dando-lhes mais alimento, vestes, descanso ou fazendo concessões, como permitir que apascentem um pequeno rebanho seu na propriedade ou algo semelhante. Tendo-se ordenado a eles algo mais pesado ou castigado de algum modo, restaura-se sua boa vontade e lealdade ao senhor consolando com tais benefícios."

De fundi quattuor partibus, quae cum solo haerent, et alteris quattuor, quae extra fundum sunt et ad culturam pertinent, dixi. Nunc dicam, agri quibus rebus colantur. Quas res alii dividunt in duas partes, in homines et adminicula hominum, sine quibus rebus colere non possunt; alii in tres partes, instrumenti genus vocale et semivocale et mutum, vocale, in quo sunt servi, semivocale, in quo sunt boves, mutum, in quo sunt plaustra. Omnes agri coluntur hominibus servis aut liberis aut utrisque: liberis, aut cum ipsi colunt, ut plerique pauperuli cum sua progenie, aut mercennariis, cum conducticiis liberorum operis res maiores, ut vindemias ac faeniscia, administrant, iique quos obaerarios nostri vocitarunt et etiam nunc sunt in Asia atque Aegypto et in Illyrico complures. De quibus universis hoc dico, gravia loca utilius esse mercennariis colere quam servis, et in salubribus quoque locis opera rustica maiora, ut sunt in condendis fructibus vindemiae aut messis. De iis, cuius modi esse oporteat, Cassius scribit haec: operarios parandos esse, qui laborem ferre possint, ne minores annorum XXII et ad agri culturam dociles. Eam coniecturam fieri posse ex aliarum rerum imperatis, et in eo eorum e noviciis requisitione ad priorem dominum quid factitarint.

Mancipia esse oportere neque formidulosa neque animosa. Qui praesint esse oportere, qui litteris atque aliqua sint humanitate imbuti, frugi, aetate maiore quam operarios, quos dixi. Facilius enim iis quam qui minore natu sunt dicto audientes. Praeterea potissimum eos praeesse oportere, qui periti sint rerum rusticarum. Non solum enim debere imperare, sed etiam facere, ut facientem imitetur et ut animadvertat eum cum causa sibi praeesse, quod scientia praestet. Neque illis concedendum ita imperare, ut verberibus coerceant potius quam verbis, si modo idem efficere possis. Neque eiusdem nationis plures parandos esse; ex eo enim potissimum solere offensiones domesticas fieri. Praefectos alacriores faciendum praemiis dandaque opera ut habeant peculium et coniunctas conservas, e quibus habeant filios. Eo enim fiunt firmiores ac coniunctiores fundo. Itaque propter has cognationes Epiroticae familiae sunt illustriores ac cariores. Inliciendam voluntatem praefectorum honore aliquo habendo, et de operariis qui praestabunt alios, communicandum quoque cum his, quae facienda sint opera, quod, ita cum fit, minus se putant despici atque aliquo numero haberi a domino. Inliciendam voluntatem praefectorum honore aliquo habendo, et de operariis qui praestabunt alios, communicandum quoque cum his, quae facienda sint opera, quod, ita cum fit, minus se putant despici atque aliquo numero haberi a domino.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII

O capítulo inicia-se com o enunciado do que se vai tratar na próxima seção do livro (entre os capítulos 17 e 22): aquilo que é necessário ao cultivo, os instrumentos. Varrão aponta duas possíveis divisões deste ponto: uns o dividem entre os homens e os que o auxilia, enquanto outros os dividem em três partes: os instrumentos vocais, semivocais e mudos. É importante atentar para um erro constantemente cometido quando esta passagem é citada: Varrão não está chamando os *escravos* de “instrumentos vocais”, mas *todos os trabalhadores*. Quanto a isso, porém, é interessante notar que Varrão explica as divisões a partir de *exemplos*. Assim, não é possível afirmar que para ele todos os instrumentos vocais são escravos, porque isto seria o mesmo que concluir que para Varrão os bois constituem todos os instrumentos semi-vocais ou que as carretas são os únicos instrumentos mudos. Todavia, a escolha destes três exemplos para explicar a divisão é muito reveladora – mostram quais são os elementos que de certa forma aparecem como mais significativos em cada categoria, e entre os trabalhadores são os escravos os escolhidos. Este é um primeiro indício de que, no universo conceitual de Varrão, os trabalhadores “fixos”, tão centrais em seu tratado, são escravos.

Na continuação do capítulo, uma passagem, que já analisamos acima, deixa claro o erro em se identificar os trabalhadores totalmente como escravos. Existe trabalho livre na *uilla*. Porém, como dissemos acima, este trabalho é identificado com situações específicas. Desta forma, analisar essa passagem como indício do uso da mão-de-obra livre pelos proprietários italianos é ao mesmo tempo necessário e equivocado. A passagem é clara: Varrão prescreve a utilização dos assalariados em *algumas* situações, o que nos permite inferir que em seu universo conceitual, o trabalho da *uilla* é associado *a priori* com o trabalho escravo, sendo essas prescrições de utilização da mão-de-obra assalariada exceções que confirmam a regra.

A seguir, ao se referir à prescrição de Cássio de como deveriam ser os trabalhadores, Varrão usa um termo genérico para se referir a eles, *operarios*. Porém, logo depois, afirma que as informações sobre o trabalhador podem ser obtidas perguntando-lhes o que faziam para o antigo senhor (*dominus*), do que se infere um aspecto subordinado, dependente, senão servil, destes. O resto do capítulo, sem sombra de dúvidas, se refere à escravaria. Apesar de usar o termo genérico *operarios* em alguns momentos, ou se referir ao *praefectus* (aquele que lidera/chefia), um termo que denota o ofício e não o estatuto do trabalhador, a passagem se refere a todo momento a escravos (*mancipia*) e escravas (*conseruas*).

Já o capítulo seguinte, pretende estabelecer o número de trabalhadores “fixos” (*familia*) necessários:

Quanto aos escravos, Cato baseia-se em dois pontos de referência, o tamanho fixo de um campo e o tipo de plantação, escrevendo duas listas a respeito dos olivais e vinhedos; a primeira, com que começa, ensina como se deve constituir um olival de duzentas e quarenta jeiras de campo. Ele diz que, para esse tamanho, é preciso ter estes treze escravos: o administrador, sua esposa, cinco trabalhadores, três vaqueiros, um tratador de burros, um porqueiro e um pastor. Escreve outra lista a respeito de um vinhedo de cem jeiras, dizendo que se deve ter estes quinze escravos: o administrador, sua esposa, dez trabalhadores, um vaqueiro, um tratador de burros e um porqueiro. Saserna escreve que um só homem basta para oito jeiras e que ele deve lavrá-los em quarenta e cinco dias, embora possa lavar uma jeira em quatro dias de trabalho; mas adiciona treze dias por motivos de doença, pelo mau tempo, pela preguiça e pela falta de empenho. Nenhum deles nos deixou a proporção com clareza suficiente. Pois, se Cato o tivesse desejado, seria preciso que se desse tal que somássemos ou subtraíssemos proporcionalmente a uma propriedade de maior ou menor tamanho. Além disso, teria sido preciso mencionar o administrador e sua esposa excetuando-os ao número dos escravos. Pois, se cultivas menos do que duzentas e quarenta jeiras de olival, não poderias ter menos do que um administrador nem, se cultivas uma propriedade duas ou mais vezes maior, é preciso ter dois ou três administradores. Em geral, apenas os trabalhadores e vaqueiros devem ser somados proporcionalmente a maiores tamanhos de propriedades, mas, mesmo neste caso, apenas se o campo é do mesmo tipo.

Mas, se a tal ponto é desigual que não se pode arar por ser pedregoso e com declives acentuados, há necessidade de muito menos bois e vaqueiros. Sem falar que ofereceu uma medida que não constitui unidade nem padrão, duzentas e quarenta jeiras (pois o padrão é a centúria, que tem duzentas jeiras); embora a sexta parte seja quarenta jeiras, que são retiradas de duzentas e quarenta, não vejo como retirar por seus preceitos a sexta parte também de treze escravos, nem, se desconsidero o administrador e sua esposa, como tirar a sexta parte de onze. Mas como diz que, para cem jeiras de parreiral, é preciso ter quinze escravos, se alguém tiver uma centúria, cuja metade seja um parreiral e a outra metade um olival, resultará que tenha dois administradores e suas esposas, o que é ridículo. Por esse motivo, há que se atentar para o número de escravos por espécies segundo outro cálculo. Saserna merece mais aprovação neste ponto, pois diz que uma jeira basta para ocupar um trabalhador por quatro dias até que termine o trabalho. Mas, se na propriedade gaulesa de Saserna foi o suficiente, não se segue que o mesmo aconteça num campo das montanhas da Ligúria. Assim, no que diz respeito ao número de escravos e dos demais instrumentos, saberás do melhor modo quantos obter se atentares cuidadosamente para três pontos: de que tipo e tamanho são as propriedades dos vizinhos, com quantos homens cada uma é cultivada e com quantos dias de trabalho a mais ou a menos cultivas mais ou menos bem. (...)

De familia Cato derigit ad duas metas, ad certum modum agri et genus sationis, scribens de olivetis et vineis ut duas formulas: unam, in qua praecipit, quo modo olivetum agri iugera CCXL instruere oporteat. Dicit enim in eo modo haec mancipia XIII habenda, vilicum, vilicam, operarios V, bubulcos III, asinarium I, subulcum I, opilionem I. Alteram formulam scribit de vinearum iugeribus C, ut dicat haberi oportere haec XV mancipia, vilicum, vilicam, operarios X, bubulcum, asinarium, subulcum. Saserna scribit satis esse ad iugera VIII hominem unum; ea debere eum confodere diebus XLV, tametsi quaternis operis singula iugera possit; sed relinquere se operas XIII valetudini, tempestati, inertiae, indiligentiae. Horum neuter satis dilucide modulos reliquit nobis, quod Cato si voluit, debuit sic, ut pro

portione ad maiorem fundum et minorem adderemus et demeremus. Praeterea extra familiam debuit dicere vilicum et vilicam. Neque enim, si minus CCXL iugera oliveti colas, non possis minus uno vilico habere, nec, si bis tanto ampliorem fundum aut eo plus colas, ideo duo vilici aut tres habendi. Fere operarii modo et bubulci pro portione addendi ad maioris modos fundorum, ii quoque, si similis est ager. Sin est ita dissimilis, ut arari non possit, quod sit confragosus atque arduis clivis, minus multi opus sunt boves et bubulci. Mitto illut, quod modum neque unum nec modicum proposuit CCXL iugerum (modicus enim centuria, et ea CC iugerum), e quo quom sexta pars sit ea XL, quae de CCXL demuntur, non video quem ad modum ex eius praecepto demam sextam partem et de XIII mancipiis, nihilo magis, si vilicum et vilicam removero, quem ad modum ex XI sextam partem demam. Quod autem ait in C iugeribus vinearum opus esse XV mancipia, siquis habebit centuriam, quae dimidium vineti, dimidium oliveti, sequetur ut duo vilicos et duas vilicas habeat, quod est deridiculum. Quare alia ratione modus mancipiorum generatim est animadvertendus et magis in hoc Saserna probandus, qui ait singula iugera quaternis operis uno operario ad conficiendum satis esse. Sed si hoc in Sasernae fundo in Gallia satis fuit, non continuo idem in agro Ligusco montano. Itaque de familiae magnitudine et reliquo instrumento commodissime scies quantam pares, si tria animadverteris diligenter: in vicinitate praedia cuius modi sint et quanta, et quot quaeque hominibus colantur, et quot additis operis aut demptis melius aut deterius habeas cultum. (...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVIII

O capítulo começa com a exposição da famosa prescrição de Catão sobre a quantidade e tipos de trabalhadores necessários para um olival de duzentas e quarenta jeiras e para um vinhedo de cem jeiras, que citamos há pouco. Tal passagem utiliza diversos termos que denotam o ofício dos trabalhadores, porém, Varrão fala nessas funções descrevendo a *familia* necessária e descrevendo os tipos de funções exercidas por escravos (*mancipiae*). Se notarmos que a passagem de Catão, que Varrão cita, se refere, na verdade, ao número de homens (*homines*) necessários, como vimos acima, e que Varrão os cita como o número de escravos (*mancipia*) necessários, o peso da escravidão nesta passagem varroniana ganha ainda mais impacto⁴¹². Ao passar para a apreciação das prescrições dos Sasernas, e, posteriormente, a sua crítica a ambas, Varrão mantém o mesmo procedimento: usa alguns termos genéricos ou que se referem apenas ao ofício do trabalhador, mas sempre os enquadrando numa discussão sobre o número de escravos (*mancipia* ou *familia*).

Identificamos, assim, que nas duas principais passagens do Livro I que se referem aos trabalhadores, Varrão identifica o trabalho fixo na *uilla* com o trabalho escravo. No resto deste livro, quando ocorrem referências a trabalhadores, ou elas têm caráter genérico, ou se referem a trabalhadores que podemos identificar como escravos.

⁴¹² Joly, “Terra e Trabalho na Itália no Alto Império”, *op.cit.*, p.72.

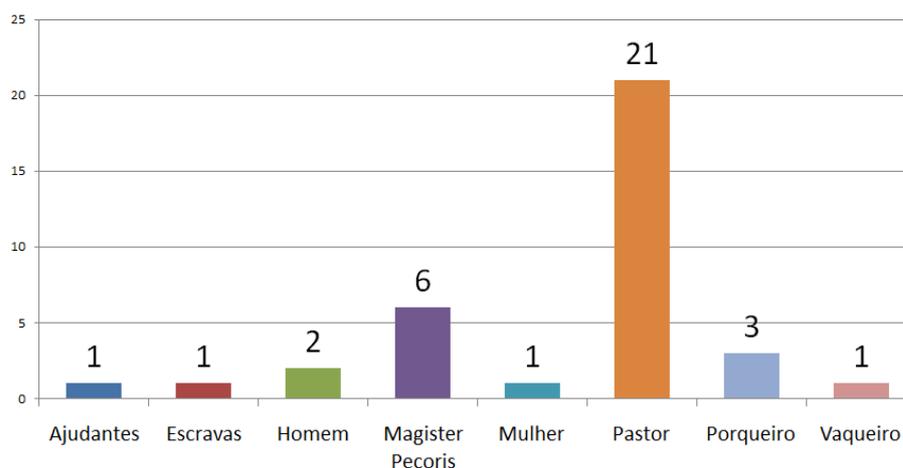


Figura 11 - Contabilização do vocabulário usado para se referir a trabalhadores residentes na Villa no Livro II da *De Re Rustica*

No Livro II da *De Re Rustica* podemos perceber a mesma centralidade da escravidão entre os trabalhadores fixos. Isso não é facilmente perceptível em uma análise quantitativa, pois o termo que domina as referências aos trabalhadores, *pastor* (ver figura 11), é um termo que denota apenas o ofício do trabalhador. Porém, uma análise mais cuidadosa de algumas passagens centrais pode nos revelar o estatuto que Varrão imagina terem estes pastores.

O livro tem a estruturação de seus capítulos rigidamente definida logo no capítulo I: o personagem Escrofa estipula que cada capítulo tratará de uma das nove espécies importantes para o pastoreio, entre os quais se incluem os próprios *pastores*, sendo que cada um desses capítulos deverá tratar de nove temas específicos, entre eles a procriação (definida como o período da gestação ao nascimento). Diante disto, o personagem Ático crítica tal divisão, afirmando o seguinte:

Como você vai manter esta divisão em nove partes no caso das mulas e dos pastores, entre os quais não existe acasalamento nem procriação? No caso dos cães posso ver como você o fará. No caso dos homens também é possível manter o número em nove, já que no inverno eles mantêm mulheres em suas cabanas, e as vezes até mesmo no verão, para mantê-los mais facilmente junto aos rebanhos, e, pelos partos, garantir o crescimento da escravaria e uma maior rentabilidade para a pecuária.

Quo pacto enim erunt in mulis et pastoribus novenae partes ubi nec admissurae nec feturae observantur? In canibus enim video posse dici. Sed do etiam in hominibus posse novenarium retineri numerum, quod in hibernis habent in villis mulieres, quidam etiam in aestivis, et id pertinere putant, quo facilius ad greges pastores retineant, et puerperio familiam faciunt maiorem et rem pecuariam fructuosiore.

Varrão, *De Re Rustica*, II.I.25-26

Percebemos nesta passagem que a possibilidade de os *pastores* se “procriarem”, apesar de aparentemente ser vista com alguma estranheza, é bem vista como uma forma de aumentar o número de escravos da casa (*familia*). Assim, começamos a associar os *pastores*, trabalhadores dos quais tanto se fala no Livro II, com o estatuto servil. Porém, a passagem mais importante é, obviamente, o capítulo que trata, justamente, dos pastores:

(...) "Para rebanhos de gados maiores, homens mais velhos, para os menores, mesmo meninos; mas em ambos os casos, os que vão às trilhas devem ser mais firmes do que os da sede, que voltam para a herdade a cada dia. Assim, no interior você pode ver homens jovens, geralmente armados, enquanto na quinta não só os meninos, mas mesmo meninas, cuidam dos rebanhos. Os pastores devem ficar no pasto todo o dia, devem comer juntos, mas devem passar, toda a noite, cada um com seu rebanho. Todos eles devem estar sob a um pastor-chefe, que deve ser, se possível, mais velho que o restante, assim como mais experiente, pois os outros estarão mais dispostos a receber ordens de alguém que os supere em idade e conhecimento. Porém, ele não deve ser tão velho que não possa fazer o trabalho pesado. Por que nem velhos nem garotos conseguem encarar facilmente os sofrimentos das trilhas e a aspereza das montanhas – encontradas por aqueles que seguem o rebanho, principalmente de cabras, que gostam de rochedos e madeira para pastar. Os homens escolhidos para este trabalho devem ser fortes, velozes, dinâmicos, com membros flexíveis. Homens que não só possam seguir o rebanho, mas protegê-lo das feras e dos ladrões; alguém que possa descarregar os animais e arremessar a lança. Não é todo povo que é apto ao pastoreio, assim nem bastulanos nem turdulanos são adequado, enquanto os gauleses são admiravelmente adaptados, principalmente para o gado de tração. Em matéria de compra há cerca de seis métodos de aquisição de um título legítimo, por herança jurídica; por receber, na devida forma, através da mancipação, de alguém que tinha o direito legal de transferência; por cessão jurídica, de alguém que tinha o direito de ceder, no momento correto; por direito de posse; por compra em leilão público do espólio de guerra; e, por fim, por venda oficial, entre bens confiscados. Na compra de escravos, é habitual o pecúlio ir com o escravo, a menos que seja expressamente excluído, e de ser dada a garantia de que ele é saudável e não tenha cometido furtos ou danos; ou, se a transferência não é por mancipação, o dobro do montante é garantido, ou simplesmente o preço de compra, se isto for acordado. Devem comer durante o dia separados, cada um com seu próprio rebanho, mas na noite todos aqueles que estão sob um chefe-pastor deve comer juntos. O chefe-pastor deve fornecer todos os equipamentos necessários para os animais e os pastores, especialmente para a subsistência dos pastores e para o tratamento do gado; Para isso, muitos proprietários costumam manter animais de carga, em alguns casos éguas, em outros, qualquer animal que possa transportar uma carga em suas costas. Quanto a procriação dos pastores, é uma questão simples no caso daqueles que se mantêm na propriedade, já que eles têm companheiras escravas na sede e Vênus dos pastores não os negligencia. No caso daqueles que mantêm o rebanho nas montanhas e florestas e não na sede, e que se abrigam da chuva não no telhado da fazenda, mas em uma cabana improvisada, muitos pensam que é aconselhável mandar uma mulher acompanhá-lo, para preparar comida para ele e fazê-lo mais diligente. Estas mulheres, contudo, devem ser fortes, e não ter aparência de doentes. Em muitos lugares elas não são

inferiores aos homens no trabalho, como pode ser visto aqui e na Ilíria, sendo capazes de cuidar do rebanho, transportar lenha e cozinhar os alimentos e a manter as coisas em ordem em suas cabanas. Quanto a alimentação destes, eles os nutram da mesma forma que cuidam deles.” (...) (...) *Ad maiores pecudes aetate superiores, ad minores etiam pueros, utrosque horum firmiores qui in callibus versentur, quam eos qui in fundo cotidie ad villam redeant (itaque in saltibus licet videre iuventutem, et eam fere armatam, cum in fundis non modo pueri sed etiam puellae pascant). Qui pascunt, eos cogere oportet in pastione diem totum esse, pascere communiter, contra pernoctare ad suum quemque gregem, esse omnes sub uno magistro pecoris; eum esse maiorem natu potius quam alios et peritiorem quam reliquos, quod ei qui aetate et scientia praestat animo aequiore reliqui parent. Ita tamen oportet aetate praestare, ut ne propter senectutem minus sustinere possit labores. Neque enim senes neque pueri callium difficultatem ac montium arduitatem atque asperitatem facile ferunt, quod patiendum illis, qui greges secuntur, praesertim armenticios ac caprinos, quibus rupes ac silvae ad pabulandum cordi. Formae hominum legendae ut sint firmas ac veloces, mobiles, expeditis membris, qui non solum pecus sequi possint, sed etiam a bestiis ac praedonibus defendere, qui onera extollere in iumenta possint, qui excurrere, qui iaculari. Non omnis apta natio ad pecuariam, quod neque Bastulus neque Turdulus idonei, Galli appositissimi, maxime ad iumenta. In emptionibus dominum legitimum sex fere res perficiunt: si hereditatem iustam adiit; si, ut debuit, mancipio ab eo accepit, a quo iure civili potuit; aut si in iure cessit, qui potuit cedere, et id ubi oportuit; aut si usu cepit; aut si e praeda sub corona emit; tumve cum in bonis sectione cuius publice veniit. In horum emptione solet accedere peculium aut excipi et stipulatio intercedere, sanum esse, furtis noxisque solutum; aut, si mancipio non datur, dupla promitti, aut, si ita pacti, simpla. Cibus eorum debet esse interdus separatim unius cuiusque gregis, vespertinus in cena, qui sunt sub uno magistro, communis. Magistrum providere oportet ut omnia sequantur instrumenta, quae pecori et pastoribus opus sunt, maxime ad victum hominum et ad medicinam pecudum. Ad quam rem habent iumenta dossuaria domini, alii equas, alii pro iis quid aliud, quod onus dorso ferre possit.*

Quod ad feturam humanam pertinet pastorum, qui in fundo perpetuo manent, facile est, quod habent conservam in villa, nec hac venus pastoralis longius quid quaerit. Qui autem in saltibus et silvestribus locis pascunt et non villa, sed casis repentinis imbres vitant, iis mulieres adiungere, quae sequantur greges ac cibaria pastoribus expediant eosque assiduios faciant, utile arbitrati multi. Sed eas mulieres esse oportet firmas, non turpes, quae in opere multis regionibus non cedunt viris, ut in Illyrico passim videre licet, quod vel pascere pecus vel ad focum afferre ligna ac cibum coquere vel ad casas instrumentum servare possunt. (...)

Varrão, *De Re Rustica*, II.X.1-8

O capítulo é enunciado como dedicado aos *pastores*, sendo então usado para definir a temática de todo um capítulo um termo que denota função, e não estatuto jurídico. No início do capítulo, os trabalhadores são identificados com adjetivações (*superiores*, *pueros*, *firmiores*, etc.). Importante notar, aqui, que Varrão diferencia dois tipos de pastores, aqueles que ficam na sede e àqueles que participam da transumância – e esta diferenciação se manterá por todo o capítulo. Logo depois aparece um termo definindo uma função específica, a de

chefe dos pastores (*magister pecoris*). Quando se enumeram características necessárias a este chefe, Varrão diz quais características estes homens (*homines*) devem ter, não apontando em seu vocabulário qualquer preocupação com o estatuto jurídico deles.

Porém, as coisas começam a mudar com a continuação da leitura. Terminado o setor onde se expõe as características dos chefes, Varrão afirma que nem todos os povos (*natio*) são aptos para o trabalho como pastores, e fala de povos da península ibérica (bastulanos e turdulanos) como inaptos e dos gauleses como admiravelmente adaptados. Não há qualquer menção ao estatuto jurídico desses estrangeiros, e poderíamos pensar que Varrão está se referindo à prática do pastoreio em diferentes regiões do Império Romano, mas a interpretação que acreditamos ser a mais razoável desta passagem é a de que Varrão se refere a pastores estrangeiros trabalhando na Itália. Se esta alternativa estiver correta, é, por sua vez, razoável imaginar que estes estrangeiros migraram para a Itália da pior maneira possível, como trabalhadores escravizados.

Esta interpretação é reforçada pela continuação do capítulo. Logo após esta passagem, Varrão enumera as seis formas de se adquirir um título de propriedade legítima sobre esses pastores e faz algumas considerações sobre a venda de escravos – como, por exemplo, o pecúlio que deve ir junto com o escravo. Porém, é necessária uma matização quanto a isto: essa apreciação dos pastores, como já foi apontado, está dentro de um esquema geral de apresentações do Livro II sobre os diversos animais que fazem parte do pastoreio. Cada capítulo trata de um animal e é dividido em nove temas fixos e as formas de compra dos animais são um desses temas. Sendo assim, a presença de uma explicação sobre as formas de compra dos pastores, que permite sua identificação como escravos, poderia ser consequência muito mais da necessidade de manter esta estrutura discursiva do que da importância real da escravidão entre os pastores.

Todavia, a identificação dos pastores como escravos continua no restante do capítulo. Ao falar da “procriação”, Varrão afirma que isto não é um problema para os pastores que ficam na *uilla*, pois estes têm companheiras de cativo (*conseruuas*) – o que nos indica o estatuto servil tanto do pastor como de sua companheira. Em relação aos pastores que praticam transumância, Varrão não é tão claro quanto ao estatuto jurídico. No resto do capítulo as referências aos pastores voltam a utilizar uma terminologia que não indica seu estatuto jurídico.

O Livro III, dedicado à criação de pequenos animais na sede (a *pastio uillatica*), não é rico em referências aos trabalhadores, fato que tornaria qualquer tentativa de quantificação

sem sentido. Contudo, uma pequena e bastante esclarecedora passagem pode nos ajudar a analisar o trabalho “fixo” da *uilla*:

Para as três classes formadas por esses seis sub-grupos, são necessários três tipos de trabalhadores – caçadores de pássaros, caçadores e pescadores – ou então você deve comprar deles aqueles que você pretende criar com os cuidados de seus próprios escravos, da gestação ao nascimento (...)

De his sex partibus ad ista tria genera item tria genera artificum paranda, aucupes venatores piscatores, aut ab iis emenda quae tuorum servorum diligentia tuearis in fetura ad partus (...)

Varrão, *De Re Rustica*, III.III.4

Esta passagem parece indicar que existiam duas formas de obter animais para a *pastio uillatica*: comprá-los de caçadores ou pescadores ou, após uma primeira compra, criá-los na *uilla* sob o cuidado de seus escravos (*seruus*). Percebe-se, desta forma, que o trabalho “fixo” na *uilla* ligado à *pastio uillatica* também está associado ao trabalho escravo no universo conceitual varroniano.

Desta forma, podemos identificar a centralidade da escravidão para o trabalho “fixo” nos tratados de Catão e Varrão, o que ganha especial significado no caso do segundo autor, já que o trabalho “fixo” desempenha imensa centralidade em seu tratado. Porém, temos que tomar cuidado com este dado. Como dissemos no segundo capítulo, certas informações identificáveis nos tratados dos “agrônomos” não podem ser, automaticamente, entendidas como retratos da realidade das relações sociais da Itália romana. Neste caso específico que estamos analisando neste momento, o trabalho escravo converge com o projeto político-ideológico que identificamos nestes tratados e, portanto, a valorização da escravidão nestes não é mero reflexo da realidade rural, mas parte de um contexto político-ideológico, como já havíamos mencionado no segundo capítulo.

Precisamos entender, desta forma, como este caráter político-ideológico se relaciona com os aspectos das relações sociais de produção no campo. Fábio Duarte Joly, como vimos, aponta que a escravidão é “a relação de dependência que mais reforça a posição senhorial do proprietário”⁴¹³. Se este ponto ressalta a importância dos elementos político-ideológicos da valorização da escravidão nos tratados, não nega a importância do mesmo ponto nas relações sociais de produção – pelo contrário. Isto é, se a escravidão ganhava destaque na composição dos tratados por ser a relação de dependência mais extrema imposta pelos proprietários,

⁴¹³ *Ibidem*, p.77

reforçando sua posição senhorial, é razoável imaginar que a mesma característica da escravidão reforçasse sua importância nas relações sociais de produção no campo.

Sendo assim, podemos dizer que a centralidade da escravidão, seja no plano político-ideológico, seja no plano das relações sociais de produção, está ligada as suas características enquanto relação de dependência extrema. É este ponto que precisamos, portanto, analisar para entender a importância da escravidão para as *uillae*.

3. A Importância da escravidão nas *Villae*

3.1. Escravidão e a alienação das relações sociais

Para identificar a importância da escravidão, e de sua particularidade como relação de dependência que mais reforça a posição senhorial do proprietário, para as *uillae* na Itália dos séculos II e I a.C., é fundamental entendermos algumas importantes particularidades deste tipo de dominação social. A definição mais corriqueira do que é um escravo costuma basear-se essencialmente na questão jurídica. Como define o Direito romano, o escravo é um homem que pelo *ius gentium* (direito dos povos) se torna propriedade de outro, contrariando a liberdade natural garantida pelo *ius naturale* (direito natural)⁴¹⁴.

Porém, como argumenta Orlando Patterson, a idéia de propriedade como posse de uma coisa (*res*) por uma pessoa, como define o direito romano e toda a tradição jurídica ocidental baseada nele, é sociologicamente imprecisa. Não existem relações diretas entre pessoas e objetos simplesmente, mas relações entre duas ou mais pessoas envolvendo objetos. Assim, uma relação de propriedade nada mais é do que uma relação de poder entre diferentes pessoas acerca de um objeto. No caso do escravo, então, o primeiro elemento para caracterizá-lo não é ele ser propriedade de alguém, mas ele estar inserido em determinadas relações de poder. Que relações seriam estas? As mais extremas possíveis: o poder de um senhor sobre seu escravo é sempre absoluto, e este poder absoluto do senhor só pode existir reduzindo-se o escravo a uma pessoa essencialmente impotente, o que é garantido pela extrema e violenta coerção imposta pelo senhor ao escravo. Assim, a escravidão é uma relação de dominação extrema fundamentada na violência generalizada da coerção⁴¹⁵.

Estas ações coercitivas que estabelecem o poder absoluto de uma pessoa, o senhor, sobre outra, o escravo, só podem ser realmente efetivas se forem aceitas pelas outras pessoas

⁴¹⁴ W. Buckland, *The Roman Law of Slavery*. Cambridge University Press, 1908, p.1.

⁴¹⁵ Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, *op.cit.*, p.1-2, 20 e 26.

da sociedade, abrindo caminho para sua legitimação. Isto só é possível através da transformação da relação de poder em uma relação de autoridade. Apenas tendo esta autoridade reconhecida socialmente, haverá, de fato, uma relação de poder e dominação extrema entre senhor e escravo. Isto é, sem que a sociedade reconheça a autoridade do senhor sobre o escravo, este poder não existe de fato. A construção de tal autoridade se dá através da construção de diversos elementos de poder simbólico que visam instituir uma *morte social* ao escravo. Isto é, para garantir o poder total sobre seu escravo, o senhor precisa que este seja totalmente desenraizado socialmente, que seja *alienado de suas relações sociais*.

Baseando em Claude Meillassoux, Patterson afirma que a escravidão é um processo com diversas fases transitórias que se inicia com o desenraizamento do escravo de suas relações sociais originais, isto é, da *alienação de suas relações de natalidade*, no momento da escravização⁴¹⁶. A “morte social” precisa, no entanto, ser reforçada no processo de ressocialização deste escravo na nova sociedade, limitando tal ressocialização, criando uma situação de *marginalidade institucionalizada*, na qual o escravo vive em uma dada sociedade sem conseguir sair desta posição marginal. O objetivo disto é, segundo Patterson, tornar sua ressocialização também alienada, no sentido em que ela passe essencialmente pela figura do senhor, que mediará as relações entre os “socialmente mortos” e os “socialmente vivos”⁴¹⁷.

Este aspecto, de como se dá a ressocialização do escravo na nova sociedade, é tão ou mais importante que o próprio problema de seu desenraizamento social, de sua “morte social”⁴¹⁸. A (re)inserção, de alguma maneira, do escravo na sociedade escravista é inevitável, e é justamente o controle sobre esta socialização que garante o poder do senhor sobre seu escravo. Assim, a escravização precisa romper os laços sociais que a pessoa escravizada tem e garantir que os novos laços sociais que escravo construirá só surjam a partir da relação com o próprio senhor, pois isto cria o desenraizamento social que permite a construção da autoridade do senhor sobre o escravo, sustentado seu poder e dominação extremos. A condição social do escravo depende, então, das suas relações com o senhor e de suas relações com o resto da comunidade que são mediadas, na verdade, pela relação entre o seu senhor e a comunidade⁴¹⁹.

É prudente, porém, duvidar da capacidade da sociedade escravista infringir tamanha morte social ao escravo, alienando-lhe totalmente das suas relações sociais. Os escravos conseguiam certa socialização não mediada pelo senhor, e que muitas vezes passavam por

⁴¹⁶ *Ibidem*, p.35-38.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p.45-46.

⁴¹⁸ Kopytoff, “Slavery”, *op.cit.*, p.222.

⁴¹⁹ Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, *op.cit.*, p.172.

elementos que vinham de sua vida pré-escravização, como mostram as pesquisas sobre a importância dos elementos da cultura africana na socialização dos escravos na América moderna⁴²⁰.

De qualquer maneira, o esforço social em alienar o escravo de suas relações sociais, com o senhor controlando sua ressocialização, é uma das características fundamentais do escravismo. O escravo deve ser, aos olhos da sociedade em que está inserido, um “estranho”, sempre uma pessoa fora do grupo de referência da sociedade (seja qualquer a referência que for utilizada, de caráter político, cultural, religioso, étnico, ou qualquer outro), o que o exclui não só de certa identidade do grupo, mas de uma dimensão fundamental da vida social deste grupo. Se o escravo não é, de fato, excluído de toda a vida social, ele o é de elementos fundamentais, ao ponto que permita sua identificação social como um “estranho”. Uma sociedade nunca escraviza um “semelhante”: quando alguém originalmente pertencente à sociedade é escravizado, ele é transformado de alguma maneira em um “estranho”⁴²¹. Obviamente, este “estranhamento” do escravo é uma construção social dinâmica, conflituosa e, muitas vezes, revela contradições internas fundamentais.

3.2. Escravos e o surgimento de Sociedades Escravistas

Para entendermos a importância do desenvolvimento da escravidão na sociedade agrária italiana nos séculos II e I a.C., deixemos um pouco de lado a “História como ela realmente aconteceu” e nos dediquemos, por alguns instantes, as nuances de uma reflexão em termos abstratos. Isto será importante para evitarmos algumas abordagens equivocadas na análise sobre o desenvolvimento do escravismo.

Marx, na seção dos *Grundrisse* intitulada *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, delimita algumas formas básicas de sociedades comunitárias, nas quais o pressuposto da apropriação do produtor das condições naturais do trabalho é a sua existência como membro de uma comunidade⁴²². Destas formas identificadas por Marx, vamos nos concentrar na “antiga clássica”, justamente por ser a que pretende analisar o mundo das cidades-Estado Greco-romanas. A organização do trabalho, nas comunidades que assumiam esta forma, se dá em propriedades privadas sobre lotes determinados de terras que são cultivados por uma

⁴²⁰ E.g. Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Cf. balanço historiográfico sobre este tema em Sheila de Castro Faria, “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. *Revista Tempo*, nº22, 2006.

⁴²¹ Pétre-Grenouilleau, *A História da Escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009, p.39-40.

⁴²² Marx, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, *op.cit.*, p.66-67 e 77-78

família. A pertença à comunidade é uma condição prévia para a apropriação das condições naturais do trabalho (em especial o acesso a terra), mas tal pertença se dá como proprietário privado, e não como parte de um sistema de trabalho comunitário, como a que pode existir na forma asiática. O pertencimento à comunidade é mediado pela participação no Estado, a incorporação à Cidade, e tal forma comunitária só pode ser conservada nesta maneira pela manutenção da igualdade entre os camponeses e de seu trabalho pessoal em suas terras⁴²³. Assim, segundo Marx, a comunidade antiga clássica era uma comunidade de camponeses, proprietários privados, que trabalhavam suas terras fundamentalmente com suas próprias famílias. A inserção da desigualdade seria fatal para a organização desta comunidade sob tal forma, resultando em seu corrompimento e na transformação para outras formas de organização social⁴²⁴. Nosso intuito aqui não é avaliar o quanto esta formulação de Marx contempla corretamente a realidade da história Greco-romana, mas propor uma reflexão abstrata a partir desta formulação que nos permita visualizar certos problemas de análise.

Imaginemos, então, que em uma dada comunidade sob esta forma antiga clássica surgissem grupos, famílias ou indivíduos com poder suficiente para romper tal igualdade, ou que grupos poderosos estrangeiros invadissem tal comunidade, instalando-se como um poder dominante – por quaisquer causas hipotéticas que pudéssemos imaginar, isso não interessa ao nosso exercício. Grupos poderosos, para reproduzir sua situação de poder dominante, precisam instituir relações sociais que lhes permitam a extração de excedentes dos produtores diretos que sustente sua posição alcançada, e que esta extração reproduza as condições para nova extração de excedentes, instituindo, assim, um sistema de exploração que reproduz as condições sociais como dadas⁴²⁵. Diante de uma sociedade inicialmente igualitária, ou com nível muito pequeno de desigualdade, como as postuladas por Marx, como esses grupos poderosos poderiam impor relações sociais que permitissem a institucionalização da exploração, que lhes garantisse a reprodução de sua situação de poder dominante?

A imposição de sistemas tributários de extração de excedentes é a solução mais imediata possível. De maneiras bastante diferentes, estes grupos dominantes poderiam fazer com que os produtores diretos lhes pagassem tributos: poderiam criar algum tipo de monopolização das relações com o sagrado e com isso obrigar ou convencer (a distinção nem sempre é clara ou necessária) a população a lhes render tributos ou oferendas; poderiam

⁴²³ *Ibidem*, p.70-71.

⁴²⁴ Aldo Schiavone faz uma interessante análise da comunidade romana proto-republicana baseando-se nestes termos propostos por Marx em *Uma História Rompida*, *op.cit.*, p.109-113.

⁴²⁵ Ste. Croix, *The class struggle in ancient Greek world*, *op.cit.*, p.37.

estabelecer algum tipo extra-econômico de controle sobre a terra ou outros meios de produção e cobrar taxas pela sua utilização; ou mesmo impor um controle militar rígido e obrigar a população local a trabalhar em terras expropriadas da comunidade pelo grupo dominante – entre outras possibilidades, que na realidade histórica se combinaram das maneiras mais diversas possíveis.

Assim, poderíamos ter uma situação na qual a organização do trabalho se mantém próxima a forma antiga clássica, com propriedades privadas trabalhadas por famílias camponesas, mas que pagavam algum tipo de tributo às famílias poderosas. Ou poderíamos ter a concentração da propriedade privada nas mãos dessas famílias poderosas, mas com a manutenção da mão-de-obra familiar através de sistemas de arrendamento da terra – o que faz a posse dos meios de produção continuar sob o controle dos produtores diretos. Ou poderíamos, por fim, ter a formação de um grupo de famílias poderosas e coesas, controlando o aparato estatal e o poder da violência coercitiva, que impunham às famílias originalmente camponesas formas de trabalho compulsório. Esta última forma de organização da extração de excedentes é, certamente, a que mais transgride a forma original da comunidade antiga clássica, e cabe colocar em dúvida sua categorização como mero sistema tributário. Porém, o que nos interessa aqui é notar que nenhuma dessas possibilidades de organização da extração de excedentes pode ser confundida com a escravidão, ao menos da maneira como a pensamos neste trabalho. Mesmo na situação mais extrema dos exemplos dados, aquela em que a comunidade local é submetida por um poder dominante estrangeiro e obrigada a trabalhar em favor deste, não se produzem relações sociais de tipo escravista automaticamente.

É um hábito recorrente no senso comum classificar como escravistas situações de exploração clara e pobreza extrema. Porém, devemos sempre lembrar que “desde o princípio da humanidade foram inventadas múltiplas formas de exploração do homem”⁴²⁶. Uma distinção proposta por Yvon Garlan pode ser útil. Segundo o historiador francês, a submissão de uma comunidade, quando imposta por um poder estrangeiro invasor, como no caso do hilotismo espartano, deve ser definida com uma “servidão intercomunitária”. No caso de um grupo poderoso dentro da própria sociedade impor este tipo de dominação aos membros da comunidade, como no caso das “servidões-por-dívidas”, temos uma “servidão intracomunitária”⁴²⁷. Ambas são formas de trabalho compulsório que diferem da escravidão em diversos aspectos, sendo dois os principais: o destino de um escravo é individual, mesmo que escravizado junto com outras pessoas, enquanto nestas outras formas de trabalho

⁴²⁶ Pétré-Grenouilleau, *A História da Escravidão*, *op.cit.*, p.15.

⁴²⁷ Garlan, *Slavery in Ancient Greece*, *op.cit.*, p.88-102

compulsório o destino dos submetidos é coletivo; e o escravo passa por um processo de desenraizamento social bastante severo, sendo normalmente identificado como um estrangeiro⁴²⁸ ou, ao menos, como um “estranho”, como vimos acima. O desenraizamento social dessas populações submetidas a servidões comunitárias é sempre bem menor, devido ao próprio caráter comunitário em que se organiza a relação de servidão. E é justamente isto que explica o “destino coletivo” das populações submetidas a estas formas de servidão comunitária.

Essa sociedade que estamos pensando de maneira abstrata, então, perde seu caráter igualitário, transformando-se em uma comunidade dominada e explorada por uma elite. Sociedades nas quais existem discrepâncias de poder relevantes são terrenos férteis para o surgimento de escravos, utilizados por membros poderosos para ampliar seu poder, pois o investimento em escravos significa uma forma de reproduzir e acumular poder sobre outros⁴²⁹. Assim, membros da elite desta sociedade, ou pessoas que orbitassem em torno dela, poderiam adquirir alguns escravos, que seriam importantes trunfos políticos, militares, sociais e econômicos⁴³⁰. Entre muitos outros usos, os escravos poderiam, por exemplo, ser usados por essa elite nas propriedades de suas famílias, para expandir sua capacidade de trabalho. Porém, a importância social desses escravos para elite é pequena em comparação com o sistema tributário imposto a comunidade, que garante e fundamenta a reprodução social deste grupo dominante, e o impacto dos escravos sobre este setor da sociedade é raramente relevante⁴³¹.

Escravos poderiam ser utilizados, também, como espécie de “auxiliares compulsórios” pelas famílias camponesas submetidas à dominação da elite. Famílias camponesas em uma boa situação sócio-econômica podiam adquirir escravos para aumentar a capacidade de trabalho de sua unidade familiar, assim como faziam as famílias mais poderosas. Esta utilização de escravos, porém, não modifica essencialmente a organização do trabalho, pois esses escravos são inseridos nas unidades domésticas camponesas complementando seu trabalho, e não sendo utilizados para a formação de um novo sistema de organização do trabalho⁴³².

⁴²⁸ Ciro Cardoso, *Trabalho compulsório na antiguidade*, Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.59; *Idem*, *Escravo ou Camponês?*, *op.cit.*, p.9-10; e Moses Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.73-74.

⁴²⁹ Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, *op.cit.*, p.33.

⁴³⁰ Pétré-Grenouilleau, *A História da Escravidão*, *op.cit.*, p.46 e 61.

⁴³¹ Robert Padgug, “Problems in the theory of slavery and slave society”. *Science and Society*, v.40, no.1, 1976, p.11.

⁴³² Carlos G. Garcia Mac Gaw, “La ciudad-Estado y las relaciones de producción esclavistas en el Imperio Romano”. In: *Idem* e Julián Gallego (org.), *La ciudad en el Mediterráneo Antiguo*. Buenos Aires: Del Signo, 2007, p.108.

Sendo assim, o desenvolvimento da desigualdade social, apesar de permitir o surgimento de escravos, não é o caminho, por si só, para que a escravidão desempenhe um papel primordial em determinada economia. Portanto, o surgimento da escravidão em larga escala, ou a formação de uma verdadeira sociedade ou economia escravista, não é resultado automático nem mesmo provável do simples surgimento da desigualdade social entre os homens. A escravidão não é uma forma óbvia de exploração dos produtores diretos que deve ser tomada como “dada”, ou como “natural” em situações de desigualdade⁴³³.

Quais seriam, então, os pressupostos históricos que poderiam transformar a escravidão em um elemento fundamental de uma dada sociedade? A formulação de Moses Finley, utilizando os estudos de I. Hahn sobre a Grécia Antiga⁴³⁴, talvez seja a mais conhecida. Segundo ele, o surgimento de uma sociedade escravista depende de três fatores: 1) concentração fundiária suficiente para tornar necessário o uso de mão-de-obra permanente extra-familiar; 2) desenvolvimento da produção de bens comercializáveis e seus mercados, afinal os escravos precisam ser pagos; e 3) a inexistência de mão-de-obra interna suficiente para atender a tais necessidades. Esta formulação de Finley acabou sendo desenvolvida em sentidos bastante divergentes, até por conter fundamentação para leituras bastante diferentes, de fato.

Uma primeira leitura, desenvolvida por autores próximos ao neoinstitucionalismo, interpretou esta formulação de Finley em termos de problemas de mercado de trabalho. Assim, Walter Scheidel resume os três elementos finleyonianos em um único ponto: “escassez de trabalho”. Somando este a um segundo elemento, o acesso a meios de escravização de pessoas, Scheidel explica como surgiriam economias escravistas. Assim, a escravidão em larga escala surge como uma resposta a um problema de “custos de transação”, que se tornam muito altos em situações de mercados de trabalho reduzidos: a garantia de obrigações em trabalho de longa duração, assegurada pela escravização dos trabalhadores, permitiria uma redução desses custos de transação⁴³⁵. Assim, se em uma dada sociedade surgem problemas que retraem o mercado de trabalho e se é possível, para tal sociedade, escravizar pessoas, ela se tornará uma sociedade escravista. Já criticamos o uso da abordagem neoinstitucionalista em

⁴³³ Ellen Meiksins Wood, “Landlords and Peasants, Masters and Slaves: Class Relations in Greek and Roman Antiquity”. *Historical Materialism*, vol.10, no.3, 2002, p.27; e Olivier Pétré-Grenouilleau, *A História da Escravidão*, *op.cit.*, p.28-29

⁴³⁴ Cf. Ciro Cardoso, *Escravo ou Camponês?*, *op.cit.*, p.11-12.

⁴³⁵ Walter Scheidel, “The comparative economics of slavery Graeco-Roman World”. In: Enrico Del Lago e Constantina Katsari, *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge University Press, 2008, p.111-112 e 115-116.

geral, no primeiro capítulo, e da idéia de mercado de trabalho em particular, neste capítulo, para o estudo da história econômica da Antigüidade.

Outra abordagem construída sob a influência da formulação de Finley tem como foco o problema das relações sociais de produção e das formas de exploração do trabalho dos produtores diretos pelas elites. Neste sentido, Paul Cartledge afirma que o surgimento de uma sociedade escravista depende, na verdade, dos seguintes três elementos: 1) um sistema econômico baseado em desigualdades, o que em uma sociedade agrária significa essencialmente concentração do controle sobre o solo; 2) acesso aos meios de escravização de pessoas em condições permissivas; 3) a necessidade de obter estes escravos, dada uma escassez de outras formas de exploração de trabalho compulsório⁴³⁶. Contudo, o fundamental nesta segunda interpretação é identificado por Ellen Wood: a escravidão surge como conseqüência dos desenvolvimentos das relações entre as classes sociais pré-existentes em determinada sociedade⁴³⁷.

3.3. Escravidão e as Relações Agrárias na Itália dos séculos II e I a.C.

Voltemos, então, a “História como ela de fato aconteceu”. A determinação do momento em que a escravidão tornou-se um elemento fundamental para a vida social e econômica da Itália romana é fruto de intenso debate. Uma visão tributária da tese tradicional de crise do campesinato identificou a expansão imperial do século II a.C. como o momento crucial desta transformação⁴³⁸. Moses Finley, porém, atacou veementemente esta visão, acusando-a de meramente relacionar a expansão da escravidão às conquistas militares, sem explicar as transformações internas que teriam demandado a importação de escravos⁴³⁹ – o que era na verdade uma generalização injusta, pois o modelo de Hopkins defende que o surgimento do escravismo romano está intimamente ligado às conquistas, mas explica (corretamente ou não) como estas estariam relacionadas com transformações internas na sociedade agrária italiana.

⁴³⁶ Paul Cartledge, “The Political Economy of Greek Slavery”. In: *Idem*, Edward Cohen e Lin Foxhall, *Money, Labour and Land*. Approaches to the economies of ancient Greece. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002, p.162.

⁴³⁷ Wood, “Landlords and Peasants, Masters and Slaves...”, *op.cit.*, p.21-22.

⁴³⁸ Cf., por exemplo, a descrição da Roma do século III a.C. como não escravista em Hopkins, *Conquerors and Slaves*, *op.cit.*, p.19-25.

⁴³⁹ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.86-88.

Analisando o desenvolvimento histórico ateniense, Finley identifica que a Reforma de Sólon, ao proibir a escravização de atenienses, impediu que a elite impusesse formas de trabalho compulsório sobre a população local, criando o que ele pressupôs como o terceiro elemento histórico fundamental para o surgimento de uma sociedade escravista. Isto é, a Reforma de Sólon teria obrigado a elite ateniense a procurar entre os estrangeiros o trabalho a ser explorado para obter seus rendimentos, escravizando-os, pois já não conseguia impor à população local formas de trabalho compulsório. Para explicar o desenvolvimento romano, Finley apenas constrói um paralelismo entre a história ateniense e a história romana, identificando a Lei Petélia Papiria, que proibiu a escravização por dívida dos plebeus, como uma espécie de Reforma de Sólon romana⁴⁴⁰.

Tal paralelismo tem sérios problemas. A história agrária romana durante o período republicano é uma história de conquista e colonização das heterogêneas sociedades itálicas. Dizer, genericamente, que “Roma” se tornou uma sociedade escravista com a proibição da servidão por dívidas dos plebeus nos deixa sem saber do que exatamente se está falando: da região próxima a cidade de Roma, onde devia se concentrar a população cidadã no século III a.C., ou de toda a Itália já dominada por Roma, habitada por muitos não-cidadãos nesta época?⁴⁴¹ Se a primeira opção for a correta, o problema de como a escravidão se expandiu pelo resto da Itália Romana fica em aberto. Se estivermos falando da segunda opção, a formulação de Finley precisa ser revista, porque mesmo que nos centremos apenas na costa central Tirrênic, onde o escravismo rural parece ter sido mais forte, precisamos entender como a introdução dos escravos se deu nos diferentes contextos daquelas regiões, que não se encaixam automaticamente no modelo “ateniense” proposto por Finley. Até o século I a.C., estas populações italianas não estavam contempladas pela lei Petélia Papiria, já que a maior parte de sua população não era cidadã, e as formas de trabalho compulsório existentes em tais regiões são um problema histórico pouco enfrentado até hoje.

Como Finley acredita que a escravidão e outras formas de trabalho compulsório são, em algum nível, excludentes⁴⁴², temos um possível problema bastante intrigante para resolver: por que a escravidão se expandiu por regiões que não tinham sido afetadas pelas leis que reduziam as possibilidades de trabalho compulsório, como a Reforma de Sólon e a Lei Petélia Papiria? Os textos de Catão e Varrão, como vimos, não nos dão pistas sobre a existência de

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p.88-93.

⁴⁴¹ Os problemas do uso genérico do termo “Roma Antiga” por Finley foram muito bem identificados por Fábio Duarte Joly em *Libertate opus est*, *op.cit.*, p.37

⁴⁴² Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.80.

outras formas de trabalho compulsório além da escravidão no mundo rural italiano. Pelo contrário, o texto de Varrão dá a entender que os “devedores insolventes” eram um tipo de trabalhador já inexistente na Itália:

Todos os campos são cultivados por escravos, homens livres ou ambos (...) também há os que os nossos chamaram de 'devedores insolventes' e ainda se encontram em grande número na Ásia, no Egito e na Ilíria.

Omnes agri coluntur hominibus servis aut liberis aut utrisque (...)iique quos obaerarios nostri vocitarunt et etiam nunc sunt in Asia atque Aegypto et in Illyrico complures.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII.2

O estudo de tal inserção da escravidão na realidade agrária da Etrúria, da Campânia e do Lácio, e das transformações sofridas pelas formas de trabalho compulsório pré-romanas dessas regiões, demanda pesquisas específicas de grande fôlego, que não poderão ser realizadas nesta dissertação. Porém, pretendemos abordar o problema da expansão da escravidão rural por outro ângulo, que poderá, inclusive, ajudar em tais possíveis futuras pesquisas sobre essas histórias regionais. Acreditamos que uma das chaves para o estudo da escravidão rural italiana é, justamente, entender como as características fundamentais da escravidão se articulam com as características fundamentais da *uilla*.

Afirmamos acima que um dos elementos distintivos da *uilla* é seu caráter inovador na relação com a terra e a comunidade que habitava a região em que ela se instalava. Esta inovação é marcada por certo “isolamento” que a *uilla* impunha à localidade, diferenciando-se de formas mais comunitárias de apropriação do solo. Por mais que Marx esteja certo quanto a propriedade privada das famílias camponesas na forma antiga clássica de organização da comunidade, as terras comunitárias (*ager publicus* não cedido a particulares) e o trabalho comunitário através de prestações de serviços baseados na reciprocidade deviam desempenhar papel importante na vida comunitária do campesinato italiano⁴⁴³. As famílias camponesas podiam ser proprietárias de parcelas da terra, mas isso não as isolava da comunidade. As *uillae*, como vimos acima, caracterizava-se por, justamente, modificar a forma de relação com a comunidade na apropriação do solo, isolando-se, em algum nível, dela. Pretendemos identificar como a inserção de trabalhadores escravizados nessas propriedades fazia parte da construção desta inovação. A apropriação do solo de maneira “isolada” não é possível sem o estabelecimento de relações sociais de produção que permitam tal “isolamento”, pois o

⁴⁴³ V.I. Kuziscin, “L’azienda contadina dell’antica Roma come modello economico”. In: Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1986, p.117-122.

controle sobre o solo não é nada sem o controle sobre a mão-de-obra para trabalhá-la. Dessa maneira, a existência de uma forma de apropriação do solo está intimamente ligada às formas de relação social de produção que se estabelecem para sua exploração.

Como vimos há pouco, o escravo é justamente uma pessoa sob o poder absoluto do senhor e que, em algum nível, tem suas relações sociais alienadas. Ao utilizar escravos como mão-de-obra “fixa” das *uillae*, os grandes proprietários romanos conseguiam diminuir a necessidade de exploração do trabalho das comunidades locais em que tinham suas propriedades. Esta exploração continuava necessária, certamente, em momentos específicos do ano agrícola, mas já não era a base da produção ao longo de todo o ano. Esta ficava a cargo de trabalhadores que tinham suas relações sociais, ao menos em tese, sob o controle do senhor. Sendo assim, a inserção dos trabalhadores escravizados pode ser visto justamente como o elemento que permite o tal nível de “isolamento” da *uilla* frente ao resto da comunidade: ao utilizar como trabalhadores pessoas isoladas, em algum nível, do corpo social, os proprietários romanos conseguiam criar uma propriedade isolada, no mesmo nível, das relações agrárias comunitárias da região.

Na realidade cotidiana, obviamente, este isolamento social dos escravos não existia no nível absoluto que a teoria escravista pretendia. Certamente os escravos da *uilla* acabavam travando relações sociais com a comunidade local independentemente de seu senhor. Mas, como veremos no próximo capítulo, existia um esforço dos proprietários para evitar isso, para diminuir a possibilidade de socialização dos escravos na comunidade local, o que mostra, justamente, a importância que isto tinha para a elite proprietária.

Talvez este seja o momento oportuno de voltarmos à idéia de Carandini sobre a expansão da escravidão ser um grande processo de expropriação na história pré-capitalista. A expropriação dos meios de produção do trabalhador, no processo do desenvolvimento do capitalismo, permitiu a classe dominante criar um sistema de extração de trabalho excedente que se dá no (e pelo) próprio processo produtivo – o processo de produção da mais-valia, analisado por Marx. O caso romano é bastante diverso, mas a comparação pode ser inspiradora. Marx, na verdade, afirma que a separação entre as “condições inorgânicas da existência humana” e a “existência ativa”, isto é, a expropriação do *produtor* de seus *meios de produção*, que assume sua plenitude no Capitalismo, não existe na escravidão. Segundo Marx, o escravo torna-se, para a comunidade na qual ele se insere, uma condição inorgânica da produção, tal qual o gado ou o solo. Ou seja, mais do que expropriado dos meios de produção, o escravo é convertido em meio de produção inorgânico.

Porém, isto só pode ocorrer, como o próprio Marx identifica, porque “o escravo carece de qualquer espécie de relação com as condições objetivas do seu trabalho”⁴⁴⁴. Assim, acreditamos ser razoável afirmar que a escravidão, de alguma maneira, é uma expropriação não só dos meios de produção, mas, em certo grau, das próprias relações sociais do produtor direto. Como as formações econômicas pré-capitalistas não constroem em seu próprio processo produtivo o sistema que consolida a expropriação do trabalhador de seus meios de produção e a extração de excedentes, como faz o sistema capitalista, elas precisam de sistemas extra-econômicos que garantam a extração de excedentes – e, no caso da escravidão, da expropriação do trabalhador de suas condições objetivas de trabalho, que não se resumem aos meios de produção, pois as relações sociais comunitárias desempenham papel fundamental. Assim, o desenvolvimento de uma forma mais “isolada” da comunidade e privada de apropriação da terra, a *uilla*, depende, em parte, da instituição de formas de dominação pessoal que permitam isso, ao isolar os produtores diretos das relações sociais comunitárias que regulam a organização da produção.

A escravidão tem, portanto, uma importância fundamental para a *uilla*. Sem a escravidão, a *uilla* não existiria da maneira que existiu. Muitos pesquisadores tentaram entender a expansão da escravidão pelos campos romanos através do problema da produtividade e rentabilidade comparadas do trabalho escravo e do trabalho livre nas *uillae*⁴⁴⁵. Como Finley muito bem observou, este é um falso problema⁴⁴⁶. Contudo, isto ocorre não só porque o que importa para entender a expansão da escravidão são as relações entre os grupos sociais pré-existentes na sociedade, como o próprio Finley mostrou. A questão é falsa porque o problema não é utilizar escravos ou livres na *uilla*, pois sem os escravos não existiria uma *uilla* da maneira que esta existiu. E isto se dá como consequência de algo que já dissemos anteriormente: não existiam “trabalhadores livres como pássaros” para trabalhar nessas terras, pois não havia trabalhadores livres expropriados de seus meios de produção.

Peter Temin, se voltasse no tempo e se tornasse proprietário de uma *uilla*, poderia oferecer muitos sestércios como pagamento pela jornada de trabalho que mesmo assim não iriam lhe aparecer muitos potenciais *self made men*. Provavelmente ele faria as mesmas reclamações que os antigos senhores de escravos da Jamaica fizeram depois da abolição da escravidão nas colônias inglesas sobre a falta de interesse dos ex-escravos em trabalhar além do necessário para sua subsistência. Como Marx poderia lhe explicar, os escravos jamaicanos

⁴⁴⁴ Marx, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, *op.cit.*, p.83.

⁴⁴⁵ E.g., Morley, *Metropolis and Hinterland*, *op.cit.*, p.123-129.

⁴⁴⁶ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.93-94.

tinham deixado de ser escravos não para se tornarem trabalhadores assalariados, mas para se tornarem camponeses autônomos⁴⁴⁷. Como tais, não havia a compulsão direta da escravidão nem a compulsão indireta do trabalho assalariado (possível apenas pela expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção) para lhes fazer produzir riqueza para outrem.

Todavia, como já mostramos acima, a verdade é que os camponeses autônomos italianos trabalhavam nas *uillae* – produzindo, portanto, riqueza para outrem. Contudo, isto não se dava nem pela compulsão direta da escravidão nem pela compulsão indireta causada pela expropriação. Já indicamos o caminho para entender o trabalho desses camponeses na *uilla*, e ele não passa pela “busca das melhores oportunidades de pagamentos”, como um neomodernista pensaria. As circunstâncias sociais deviam pressionar parte relevante do campesinato a planejar suas plantações de maneira que possibilitasse o trabalho sazonal nas *uillae*, seja como estratégia de diversificação das atividades para minimizar riscos, seja pela necessidade de conseguir moeda, seja porque eles estavam inseridos em algum tipo de relação de obrigações sociais com o proprietário de alguma *uilla*.

É importante notar que essas relações entre o campesinato vizinho e a *uilla* não teriam a mesma forma se não houvesse o trabalho “fixo” escravo. É a existência deste trabalho que estabelece a possibilidade de existência das relações de trabalho sazonais entre a propriedade “isolada” e a comunidade vizinha, pois se não houvesse tal trabalho escravo, não haveria propriedade “isolada” da comunidade, já que ela teria que ser trabalhada por tal comunidade. Se para trabalhar suas propriedades fundiárias, um aristocrata romano não utilizasse (por qualquer motivo que fosse) escravos, a relação com a comunidade local se transformava completamente, pois ele teria que impor outras formas de extração de excedentes a estas comunidades.

Talvez o melhor exemplo de relação alternativa entre aristocracia e campesinato a que estamos tratando nesta pesquisa seja o arrendamento de terras. Bastante atestado para o mundo rural italiano, tal prática vem recebendo uma atenção crescente da historiografia. Na verdade, o arrendamento de terras pode assumir formas muito heterogêneas entre si, incluindo até mesmo o uso de trabalho escravo por parte dos arrendatários – que poderiam ser tanto fornecidos pelo proprietário como pelo arrendatário⁴⁴⁸. Também é verdade que uma *uilla* poderia, ao mesmo tempo, ter parte de seu *fundus* arrendado a alguns membros da comunidade vizinha, enquanto mantinha uma mão-de-obra fixa escrava e se utilizava do

⁴⁴⁷ *Apud* Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, *op.cit.*, p.2.

⁴⁴⁸ De Neeve, *Colonus*. Private farm-tenancy in Roman Italy during the Republic and Early Principate. Amsterdã: J.C. Gieben, 1984, p.170.

trabalho sazonal da comunidade (sejam os seus arrendatários ou não). Contudo, o fato que apontamos não muda: sem a existência de uma mão-de-obra fixa escrava, as relações da propriedade aristocrática com a vizinhança seriam totalmente diferentes.

Por um lado, temos a imposição de uma apropriação do solo que obriga os produtores locais que trabalham aquela terra a pagar tributos ao poder supra-local pelo uso do solo que, por imposição deste poder, não lhes pertence juridicamente. Essa realidade identifica-se com o que Horden e Purcell chamam de fenômeno do “latifundismo”. Mais do que a formação de grandes propriedades privadas, o “latifundismo” é um processo de construção do controle por poderes supra-locais de diversas propriedades em diversas “micro-regiões” do Mediterrâneo que, isto é o fundamental, não “colonizam” uma terra vazia criando uma forma de produção totalmente nova; pelo contrário, se impõe sobre uma região já ocupada, com sua organização produtiva e hierarquias sociais específicas, que o “latifúndio” não pretende reformular, apenas subordiná-lo para obter a extração de excedentes⁴⁴⁹.

Para entendermos o fenômeno do arrendamento de terras corretamente, como forma de exploração do trabalho camponês e não como uma relação contratual entre o dono de uma terra e trabalhadores que pretendem ter acesso a terra, precisamos deixar de pensar a propriedade da terra como uma questão de estatuto jurídico de “proteção do adquirido” e pensá-la como “uma *apropriação real*, pelos indivíduos, no seio e por intermédio de uma forma social dada, das condições naturais da existência”⁴⁵⁰. Só assim entenderemos que o arrendamento é uma forma de coerção extra-econômica para a exploração de pessoas que apropriavam as suas condições naturais de existência. Os camponeses, no arrendamento, tem a posse da terra, sua apropriação real, mas a propriedade privada de um grande senhor, uma “ficção” jurídica, garante a exploração destes produtores diretos.

A *uilla*, por sua vez, é uma forma de inserção do poder supra-local na comunidade rural que se baseia na apropriação privada “isolante” de uma parcela de terra, trabalhada por escravos (“isolados socialmente” da comunidade), e que dinamiza relações de trabalho sazonal com tal comunidade. Isto é, ao invés de permitir a exploração da comunidade rural diretamente, como faz o sistema do arrendamento, o modelo da *uilla* expropria aquela terra da posse camponesa – o que só é possível pelo uso dos escravos e que, por sua vez, dinamiza novas formas de exploração da comunidade rural. Temos, aqui, a tal “simbiose” entre trabalho

⁴⁴⁹ Horden e Purcell, *Corrupting Sea*, *op.cit.*, p.279-283.

⁴⁵⁰ Ciro Flamarion Cardoso, *Economia e Trabalho no Antigo Egito*. Relatório inédito da Bolsa de Produtividade do CNPq (texto cedido pelo autor). Niterói: 2009, p.171.

escravo e trabalho assalariado de que fala Finley⁴⁵¹ (no que pese nossas considerações sobre este trabalho “assalariado”). A possibilidade da existência de formas híbridas de exploração do solo, que associem o trabalho escravo e o arrendamento, não muda o fato de se tratarem de duas formas bastante distintas de exploração de produtores diretos.

Uma questão relevante seria pensar se outras formas de trabalho compulsório poderiam desempenhar a mesma função “isolante” que a escravidão desempenhou nas *uillae*. Problemas contrafactuais como esse são sempre ardilosos, mas, também, muitas vezes necessários para, ao menos, refletirmos sobre a força de nossas hipóteses. Como imaginar possíveis desenvolvimentos históricos é sempre tarefa inglória, podemos recorrer à história comparada para responder o questionamento feito sem termos que nos aventurar pela história contrafactual. As formas de trabalho compulsório não-escravistas que existiram no Mediterrâneo antigo, como a servidão por dívidas na Atenas pré-Sólon, ou o hilotismo espartano, não permitiriam o mesmo tipo de relação de apropriação do solo permitida pelo escravismo romano, pois são, como vimos, servidões comunitárias. Formas de trabalho compulsório que se caracterizam pela dominação sobre comunidades dependem da posse da terra pela comunidade explorada, pois isto é parte fundamental do processo produtivo.

É importante destacar que esta interpretação que propomos para analisar a importância da escravidão para a *uilla* não serve para explicar a expansão da escravidão de maneira geral na sociedade romana, dada a difusão da escravidão no meio urbano, e nem mesmo para a expansão da escravidão rural apenas, já que os escravos estavam presentes em outras formas de exploração do solo além da *uilla*. Contudo, dada a importância da *uilla* para a economia agrária italiana, nossa explicação é parte importante do quadro mais geral.

Cabe então perguntar: por que surgiram estas *uillae*? Porque a elite romana desenvolveu esta forma específica de exploração do solo e dos produtores diretos? Seguindo o modelo de Finley, deveríamos buscar a resposta na relação entre a elite e o campesinato italiano. Para ele, a população local se recusava a trabalhar para a elite e conseguia impor esta recusa, através dos processos de luta que levaram a constituição do conceito de cidadania de uma maneira que lhes protegesse contra certas formas de exploração do trabalho, notadamente a servidão por dívidas. Ellen Wood, por sua vez, adapta a hipótese de Finley à abordagem de Keith Hopkins sobre o desenvolvimento histórico italiano: a exploração militar do campesinato, que os levava a níveis altíssimos de mobilização militar, causou a escassez de possíveis trabalhadores dependentes entre os cidadãos pobres, forçando a elite a buscar a

⁴⁵¹ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, op.cit., p.80.

exploração de trabalho estrangeiro escravizado em suas *uillae*. Desta forma, mesmo que por motivos diversos do caso ateniense, as relações entre senhores de terra e camponeses ainda seriam a chave para entender o desenvolvimento da escravidão em Roma⁴⁵².

Estas hipóteses de Finley e Wood certamente identificam elementos explicativos relevantes: o desenvolvimento da escravidão nas *uillae* precisa ser entendido, invariavelmente, a partir dos conflitos entre grandes senhores de terra e camponeses. Porém, como identificamos, mais do que a inserção de escravos nas *uillae*, acreditamos que escravidão e *uillae* (como conceituada no capítulo anterior) são partes de um mesmo processo de formação, pois sem a escravidão não existiriam as *uillae* com a configuração que elas tomaram neste período. Assim, mais do que explicar a expansão da escravidão nas *uillae*, precisamos entender a expansão das *uillae* escravistas.

Acreditamos que parte fundamental da explicação para o surgimento das *uillae* escravistas está no próprio processo de formação da elite romana como classe dominante na península Itálica e da forma estatal que se desenvolveu neste processo, que estão intimamente ligados com os processos de luta e conflito deste grupo com o campesinato. A configuração social e política da cidade-Estado romana não possibilitava à elite a construção de aparatos de dominação muito rígidos contra o campesinato, tanto porque a participação política da plebe forçava a diminuição dos mecanismos que garantiriam tal exploração, como a servidão por dívidas, quanto porque a elite não era capaz de manter o controle sobre a violência social coercitiva, dado que os cidadãos participavam do exército sendo responsáveis por seu próprio armamento – e neste aspecto as populações itálicas “aliadas” se inseriam, pois também eram mobilizadas militarmente. Porém, acima de tudo, o Estado romano, por seus conflitos internos (tanto entre classes, como dentro de sua competitiva aristocracia) nunca teve a capacidade de se tornar um instrumento de controle coeso para uma possível submissão de nativos das regiões dominadas a formas de servidão comunitária, como aconteceu no caso espartano, por exemplo. Desta maneira, incapazes de impor uma dominação ampla e expansiva sobre os cidadãos pobres ou sobre os produtores diretos nas regiões conquistadas, a elite romana precisou construir formas diversas de inserção de seu poder no campo, para garantir a extração de excedentes. Uma das principais formas de tal inserção foi justamente a *uilla*, que criava novas formas de apropriação do solo e de relações sociais de produção, que garantiam a extração regular de excedentes de uma mão-de-obra “fixa” escravizada e dinamizavam

⁴⁵² Wood, “Landlords and Peasants, Masters and Slaves”, *op.cit.*, p.29-30.

novas formas de exploração do trabalho dos cidadãos pobres no campo, ou da população nativa nas regiões conquistadas.

3.4. Roma teve uma economia genuinamente escravista?

Todo o debate revisionista sobre a crise do campesinato e sobre a extensão da população escrava tem levado a reconsiderações sobre se Roma, ou mais corretamente, a Itália Romana tornou-se, nos séculos finais da República e no início do Principado, uma sociedade escravista. Como Finley definira uma sociedade escravista como aquela na qual os escravos “proviam a maior parte da renda imediata obtida com o direito de propriedade pelas elites econômicas, sociais e políticas”⁴⁵³, as pesquisas que revelavam a importância do trabalho camponês nas *uillae*, a importância do arrendamento de terras e, especialmente, questionavam o tamanho da população escrava no campo colocaram em xeque a caracterização de Roma como uma sociedade escravista.

O historiador argentino Carlos Garcia Mac Gaw, por exemplo, questiona a validade da caracterização da sociedade romana como escravista porque, segundo ele, a maior parte do volume dos excedentes acumulados pelos romanos seriam oriundos dos tributos da guerra, isto é, do imperialismo romano. Ademais, para Garcia Mac Gaw, além do fato de a apropriação de origem “política” ser superior aquela de origem “econômica”, mesmo essa apropriação “econômica” estava mais ligada à exploração do campesinato do que do trabalho escravo. Sendo assim, os escravos não podem ser vistos como responsáveis pela produção da parte mais importante do excedente apropriado pela elite⁴⁵⁴.

Corretamente, muitos pesquisadores perceberam que mesmo que a escravidão não fosse preponderante na economia agrária italiana, isto não mudaria o fato de a escravidão ser um elemento de central importância na sociedade romana. Diante disso, reformulações do que determinaria o caráter escravista de uma sociedade foram construídas: Keith Bradley, sem desmerecer o problema econômico, ressaltou que a escravidão precisa ser entendida como instrumento de status e prestígio, sendo este elemento fundamental para sociedades escravistas⁴⁵⁵; e Fábio Joly destacou a importância do aspecto cultural da escravidão em

⁴⁵³ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.84.

⁴⁵⁴ Garcia Mac Gaw, “La ciudad-Estado y las relaciones de producción esclavistas en el Imperio Romano”, *op.cit.*, p.112-113.

⁴⁵⁵ Bradley, *Slavery and Society at Rome*, *op.cit.*, p.14-16.

sociedades escravistas, afirmando que nestas sociedades a escravidão desempenha um papel fundamental nos quadros conceituais de suas visões de mundo⁴⁵⁶.

A partir destas questões, poderíamos fazer uma diferenciação simples, mas conceitualmente útil: Sociedades escravistas são aquelas em que, como define Stuart Schwartz em seu estudo sobre a Bahia Colonial, a escravidão desempenha um papel fundamental na determinação das distinções e hierarquias sociais, sendo a instituição social primordial⁴⁵⁷, o que acaba determinando os elementos apontados por Bradley e Joly. Por outro lado, Economias escravistas seriam aquelas em que o trabalho escravo desempenha um papel determinante nas formas de obtenção de renda por parte das elites dominantes – e aqui não estamos falando apenas da possibilidade de os trabalhadores escravizados serem responsáveis pela maior parte da produção que garante tal obtenção de renda, mas que eles tenham um papel chave na construção dos mecanismos de extração de excedentes. Obviamente, economia e sociedade não podem ser tratadas separadamente nos estudos históricos. O que pretendemos com esta divisão é apenas criar uma diferenciação conceitual que permita estudos mais refinados sobre as relações que um critério estabelece com o outro.

Se uma sociedade tem a escravidão como elemento de distinção social primário, ou tem o trabalho escravo como elemento fundamental na construção dos mecanismos de extração de excedentes, certamente ela preencherá os requisitos para ser uma sociedade escravista a partir da categorização de Ellen Wood. Segundo a historiadora marxista, a caracterização de uma sociedade como escravista depende do papel que a escravidão exerce na explicação do movimento histórico, dos processos e transformações na economia, sociedade, política e cultura. Isto é, para a caracterização de uma sociedade como escravista fazer sentido, a escravidão deve ser um elemento explicativo fundamental para as transformações históricas pelas quais passam tal sociedade⁴⁵⁸.

Segundo Wood, como a expansão da escravidão romana e também sua decadência devem ser explicados pela relação entre senhores de terras e camponeses, a sociedade romana não pode ser definida como escravista, pois seu movimento histórico não é dinamizado pelas relações sociais escravistas⁴⁵⁹. Porém, podemos caracterizar a influência das relações entre senhores de terras e camponeses e das relações entre senhores e escravos de maneira tão unilinear, como pretende Wood? O uso dos escravos como mão-de-obra fixa nas *uillae*

⁴⁵⁶ Joly, *A escravidão na Roma Antiga*, *op.cit.*, p.29.

⁴⁵⁷ Stuart Schwartz, *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.214.

⁴⁵⁸ Wood, “Landlords and Peasants, Masters and Slaves”, *op.cit.*, p.18.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p.30.

influencia diretamente as relações entre senhores e camponeses, dinamizando novas formas de relações entre grandes proprietários e a comunidade camponesa na qual a *uilla* se insere, como vimos. Assim, o desenvolvimento das relações entre senhores e escravos também modifica as relações entre senhores de terras e camponeses.

Desta forma, mesmo que Garcia Mac Gaw esteja certo ao afirmar que o excedente produzido pelo campesinato e apropriado pela elite seja maior que a contraparte produzida pelos escravos, isto não diminui a importância da escravidão como chave para a construção dos mecanismos de extração de excedentes na economia rural romana. Contudo, a *uilla* é apenas parte da realidade rural italiana, que por sua vez é apenas parte dos setores de atuação da elite romana para a extração de excedentes. Tal atuação, de maneira bastante sumária, pode ser dividida em três setores: o campo, a cidade e o campo de batalha/província.

No campo, além da *uilla* e das relações com o campesinato que esta dinamizava, outras formas de relação como o campesinato, por exemplo, poderiam garantir formas de extração de excedentes pela elite, como o arrendamento de terras e redes clientelares rurais. Os campos de batalha, que posteriormente se tornavam parte do Império Romano, permitiam aos aristocratas romanos a obtenção de butins de guerra, entre eles os valiosos escravos, a cobrança de impostos, quando a vitória na batalha se tornava dominação de fato, e ainda o comércio de certos produtos valiosos, seja na importação, como no caso do tráfico de escravos, seja na exportação, como no caso do vinho. Por fim, o meio urbano também abria oportunidades de apropriação de riquezas, como o comércio de abastecimento das cidades e, especialmente, a tríade composta pelo clientelismo urbano, sistema de crédito e sistema político, que garantiam amplas oportunidades de construção de mecanismos de extração de excedentes e apropriação de riquezas.

A análise da importância da escravidão para a extração de excedentes pela elite romana precisa, então, ser analisada em âmbitos que vão muito além da *uilla* – e das possibilidades desta dissertação, portanto. Superficialmente, poderíamos dizer que a escravidão faz parte do sistema imperial, já que a captura e comercialização de escravos estão entre as principais atividades de exploração das províncias pelo imperialismo romano. Além disso, os escravos eram, também, elemento fundamental para o setor urbano, como, por exemplo, agindo como “escravos de ganho”, mas principalmente ao serem utilizados sistematicamente como agentes ou “procuradores” de seus senhores. Assim, não poderíamos deixar de caracterizar a economia romana como escravista.

Contudo, se mesmo em uma análise superficial como esta, uma grande diversidade das formas de extração de excedentes podem ser identificadas, é razoável afirmar que diversos

elementos desempenharão papel fundamental na economia. Assim, sem negar a importância da escravidão, não podemos deixar de destacar a centralidade do imperialismo ou do campesinato nesta economia. A economia romana, portanto, deve ser caracterizada como escravista, camponesa e imperialista, pois a relação entre estes elementos que dão a dinâmica de seu funcionamento.

A partir desses elementos, acreditamos que o estudo da importância da escravidão como “instituição social primordial” na sociedade romana, que define distinções sociais e hierarquias e que serve de arcabouço conceitual para as visões de mundo, pode ser mais bem entendido – sem postular qualquer determinismo econômico, apenas afirmando que o papel social da escravidão no mundo romano está intrinsecamente ligado (de maneira não unilinear ou determinista) às formas que ele assume como elemento chave para a extração de excedentes e aquisição de riqueza pela elite romana.

Capítulo 5: Controle e Exploração dos Trabalhadores

Escravos nas *Villae*

No primeiro capítulo deste trabalho determinamos que a tentativa de identificar entre os aristocratas romanos uma racionalidade econômica, no sentido neoclássico do termo, parte de posições teóricas e epistemológicas equivocadas. A racionalidade dos agentes não pode ser analisada simplesmente a partir do problema da “alocação de recursos escassos em busca da maximização de utilidades”, pois os objetivos e meios que existem na ação desses aristocratas são histórica e socialmente determinados. Isto é, para a análise da racionalidade desses agentes, precisamos identificar as relações sociais específicas nas quais estes estão envolvidos. A partir disso desenvolvemos o conceito de racionalidade ideológica, que pretende explicar as ações das classes sociais a partir de suas ideologias, construídas em suas relações sociais e conflitos de classe.

O que pretendemos fazer neste capítulo é aplicar este conceito ao estudo das relações entre proprietários de *villae* e seus escravos, mais especificamente às estratégias utilizadas pelos senhores para fazerem estes escravos realizarem as atividades produtivas e para mantê-los sob controle. Começamos a delinear o contexto de relações sociais que envolvem essas estratégias senhoriais no capítulo anterior, quando vimos o papel fundamental desempenhado pela mão-de-obra escrava nas *villae*. Contudo, entenderemos melhor este papel com o estudo a ser realizado neste capítulo. Isto porque as estratégias senhoriais que visam o controle e a exploração dos trabalhadores escravos nas *villae* não são meramente determinadas pelas estruturas sociais que identificamos acima, mas também as constroem, em um processo de estruturação que é fundamental para entender o movimento da história, como apontamos no primeiro capítulo. Assim, a racionalidade das estratégias de controle e exploração, que identificaremos neste capítulo, não serve como “exemplo” de determinações da estrutura social escravista, identificadas no capítulo anterior, sobre a ação dos agentes históricos envolvidos. Tal racionalidade é parte do próprio processo de construção dessa estrutura social, e, portanto, ao estudá-lo neste capítulo, identificaremos elementos importantes para entender a estrutura escravista das *villae*, que apenas começamos a vislumbrar no capítulo anterior.

1. As relações entre senhores e escravos: violência e “cooptação”

1.1. Controle dos escravos: a historiografia e seus conflitos

O tema do controle social dos escravos no mundo romano já é um tema clássico, mas não menos controverso, na historiografia. A principal obra sobre o tema certamente é *Slaves and Masters in the Roman Empire*, de Keith Bradley – uma obra que consolidou o tema como extremamente relevante para o estudo da escravidão romana. Seguindo a tradição crítica de análise do escravismo, oriunda dos movimentos abolicionistas do século XIX, e sob a influência, em algum nível, de estudos marxistas sobre a escravidão moderna, Bradley buscou entender como o sistema escravista foi capaz de se manter funcionando através do estudo da disciplina, insegurança e medo impostos aos escravos através do abuso e violência utilizados pelos senhores contra eles. Isto é, para Bradley, e toda a tradição na qual ele se insere, “lealdade e alta produtividade não podem ser assumidos como naturalmente advindos dos escravos”⁴⁶⁰, e assim, a supervisão sobre esses escravos era essencial para estimular o trabalho e diminuir as possibilidades de resistência escrava. Isto se devia à existência de uma situação de conflito inerente às relações entre escravos e senhores na sociedade, perceptível tanto pela constante resistência dos escravos à escravidão, como pela identificação dos escravos como naturalmente criminosos pelos senhores⁴⁶¹.

Bradley reconhece que o controle social dos escravos passava pela concessão de “incentivos e recompensas”, como as possibilidades de feriados para descanso dos trabalhadores, de constituição de famílias e de obtenção da manumissão. Porém, ele passa boa parte do seu livro tentando mostrar o caráter unilateral e instável de tais “incentivos e recompensas”⁴⁶². Diante disso, as estratégias de criação do medo entre os escravos eram muito mais importantes do que todas essas estratégias que buscavam criar fidelidade e obediência. Tal medo era perpetrado pela brutalidade da violência e do abuso sofridos pelos escravos, que são componentes básicos da escravidão⁴⁶³.

Frente a estas duas estratégias senhoriais, a tentativa de cooptação pelos incentivos e recompensas e a imputação do medo pela violência e o abuso, os escravos desenvolveriam em sua mentalidade duas respostas fundamentais que explicam a perpetuação do sistema escravista romano. A primeira é o desenvolvimento entre os escravos de estratégias de

⁴⁶⁰ Keith Bradley, *Slaves and Masters in the Roman Empire*. A Study in Social Control. Oxford University Press, 1987, p.25, n.23.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p.26-30.

⁴⁶² *Ibidem*, p.39-44, 50-77 e 111-112.

⁴⁶³ *Ibidem*, p.113 e 122-123.

acomodação e aceitação de alguns aspectos dos valores escravocratas, sem necessariamente abandonar as possibilidades de resistência, para conseguir obter algumas recompensas e evitar parte das punições⁴⁶⁴. A segunda e, para Bradley, mais importante resposta comportamental dos escravos a essas estratégias senhoriais era sua insegurança emocional e psicológica, causada pela situação extrema em que viviam, que acabava por forçar a criação de comportamentos submissos e subordinados entre os escravos⁴⁶⁵. Utilizando a tese de Stanley Elkins, que a partir de estudos sobre a condição psicológica dos prisioneiros de campos de concentração nazistas na Segunda Guerra Mundial teceu hipóteses sobre a condição dos escravos no Sul dos Estados Unidos no século XIX, Bradley afirma que o ponto mais importante do necessário controle social dos senhores sobre seus escravos é a imputação de medo e insegurança psicológica e emocional através da violência e do abuso, que garantem aos senhores a possibilidade de manter a submissão dos escravos⁴⁶⁶.

Essa abordagem de Bradley remete a um contexto de estudos sobre a escravidão antiga que ganhou força a partir do ataque de Moses Finley à abordagem “humanista”, ou nas palavras de Finley, “moralista”⁴⁶⁷, do Projeto de Pesquisas sobre a Escravidão Antiga (*Forschungen zur Antiken Sklaverei*) da Academia de Ciências e Literatura de Mainz⁴⁶⁸. Criado e liderado inicialmente pelo classicista Joseph Vogt, tal projeto tinha a pretensão de identificar as “relações humanas” entre senhores e escravos, destacando lealdades e afetos entre senhores e escravos e as possibilidades de escravos conseguirem “emergir” acima da sua situação desumana dentro da sociedade escravista⁴⁶⁹.

Segundo Finley, o interesse de Vogt e outros classicistas alemães ocidentais no estudo da escravidão antiga, nos termos “humanistas” que o grupo de Mainz fazia, inseria-se em um contexto político-ideológico de combate ao marxismo, que teria chegado ao seu auge na seção sobre o escravismo antigo do Congresso Histórico Internacional de Estocolmo, em 1960⁴⁷⁰. Thomas Wiedemann, porém, afirma que esses aspectos da abordagem do grupo de Mainz têm

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p.39

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p.142.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p.143. Abordagens similares a de Bradley podem ser encontradas em A. Bodor, “The Control of Slaves during the Roman Empire”. In: Toru Yuge e Masaoki Doi (Ed.), *Forms of Control and Subordination in Antiquity*. Tóquio: The Society for studies on resistance movements in antiquity, Leiden: Brill, 1988; e Richard Horsley, “The Slave Systems of Classical Antiquity and their reluctant recognition by modern scholars”. In: *Idem*, Allen Callahan e Abraham Smith, *Slavery in text and interpretation (Semeia vol.83/84)*. Atlanta: Society for Biblical Literature, 1998, p.38-45.

⁴⁶⁶ Vogt, *Ancient Slavery and the Ideal of Man*, *op.cit.*, p.104-105

⁴⁶⁷ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.14, 62-63, 108-112.

⁴⁶⁸ Sobre o caráter “político” da obra de Bradley em contrapor-se ao grupo de Mainz, cf. Niall McKeown, *The Invention of Ancient Slavery?*. Londres: Duckworth, 2007, p.78.

⁴⁶⁹ Vogt, *Ancient Slavery and the Ideal of Man*, *op.cit.*, p.104-105.

⁴⁷⁰ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.63.

muito mais a ver com o Terceiro Humanismo alemão, liderado por Werner Jaeger, e com o clima de “reparação intelectual” na Alemanha pós-nazismo, do que com o enfrentamento direto com o marxismo. Assim, a escolha pelo estudo da escravidão estaria ligada a um interesse geral dos historiadores alemães do pós-guerra em estudar situações de exploração, tentando, assim, mostrar publicamente um posicionamento crítico aos horrores do nazismo. Já a abordagem “humanista” seria consequência das particularidades do Terceiro Humanismo alemão, que destacava a importância da cultura clássica, em especial helênica, para a construção moral na educação dos jovens e ressaltava a identificação entre a cultura helênica e a cultura germânica⁴⁷¹.

É possível, de fato, que Finley tenha generalizado um clima severamente anti-marxista percebido por ele no Congresso de Estocolmo (o que seria explicável, inclusive, pela própria experiência pessoal de Finley, forçado a sair dos Estados Unidos e se exilar na Inglaterra pela perseguição macarthista). Afinal, Vogt chegou a publicar um artigo na *Vestnik Drevnei Istorii*, famosa revista soviética sobre História Antiga, em 1967, e o grupo de Mainz foi responsável pela tradução para o alemão de obras soviéticas sobre o escravismo antigo⁴⁷², mostrando uma relação menos intempestiva entre soviéticos e alemães ocidentais do que a descrita por Finley em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Porém, seja causada pelo desejo de “resgatar” o humanismo helenista, ou pelo interesse em atacar o marxismo dos autores da Europa Oriental, a abordagem “humanista” de Vogt constrói formulações extremamente criticáveis.

O teor e os objetivos, mais ou menos implícitos, do estudo sobre a escravidão antiga de Vogt é facilmente perceptível no artigo “Escravidão e o Ideal de Homem na Grécia Clássica”. O problema que inicia o artigo, e, como veremos, orienta toda a pesquisa de Vogt, é o seguinte: “como a existência desta instituição [a escravidão] era compatível com o respeito grego à dignidade humana?”⁴⁷³ Percebe-se claramente o tom apologista à sociedade grega, bastante típico do classicismo humanista do século XIX, que reverberou pelo século XX. A existência da escravidão no mundo Greco-romano sempre foi um problema para os “humanistas” alemães, como reconhece o próprio Vogt em outro artigo, “A Escravidão e os Humanistas”⁴⁷⁴. O Humanismo alemão reivindicava a civilização helênica, em especial, como grande responsável pelo desenvolvimento das “duas tendências especificamente humanas, o pensamento abstrato como base de toda construção criativa, e o ideal do Estado como um

⁴⁷¹ Wiedemann, *Slavery*, *op.cit.*, p.8; Finley não ignora a importância do Terceiro Humanismo Alemão na obra de Vogt, cf. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.59.

⁴⁷² Cf. Vogt, *Ancient Slavery and the Ideal of Man*, *op.cit.*, p.122 e 123 n.4.

⁴⁷³ *Ibidem*, p.4.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p.208.

comprometimento comum e igualitário para todos os membros⁴⁷⁵, e buscava se posicionar como herdeiro de tal tradição. Como conciliar esta helenofilia com a condenação da escravidão era o problema que Vogt pretendia resolver em sua obra.

Boa parte dos artigos de Vogt segue uma estrutura argumentativa bastante similar, que varia apenas no detalhe. No primeiro momento, há o reconhecimento de que a escravidão é: uma instituição “monstruosa”⁴⁷⁶; que “contradiz tudo aquilo que entendemos pelo termo humano”⁴⁷⁷; e que, inclusive, os escravos eram mal vistos pelos cidadãos e duramente excluídos da vida social⁴⁷⁸. Porém, Vogt passa todo o resto dos artigos tentando mostrar: que certas concepções dos antigos reconheciam as possibilidades humanas dos escravos⁴⁷⁹; que relações humanas entre escravos e senhores despertavam “profundos e indestrutíveis sentimentos humanos” que lembravam a eterna verdade de que “o homem é algo sagrado para o homem”⁴⁸⁰; ou que situações em que se encontravam os escravos criavam possibilidades de “humanização” do escravismo ao permitir que eles entrassem no mundo cultural da classe dominante⁴⁸¹. Tudo isto com um único objetivo, tornar possível o seguinte tipo de afirmação:

Aqueles que são da opinião de que a escravidão é algo inteiramente natural *admiram os gregos por terem no geral tratado seus escravos com tanta liberalidade, inclusive tendo algumas dúvidas sobre a justiça do sistema.* Quando se compara a Grécia Clássica com outras civilizações e se considera o quão difícil o caminho em direção à abolição da escravidão foi na Europa Ocidental, não obstante esta civilização ter sido moldada pelo Cristianismo e pelo Iluminismo, apreciar-se-á a abordagem grega. Não devemos perder de vista o fato de que nos países industrializados de hoje cada pessoa produtiva está no comando de uma máquina, o que significa que ela está no comando de duas ou três dúzias de escravos tecnológicos invisíveis. Tudo que estamos dizendo serve para vermos a peculiaridade dos gregos em sua própria perspectiva. *Nós podemos apreciar a escravidão grega como responsável tanto por aquela vitalidade necessária para o homem que tem uma vida completa e ativa, mesmo que a custa de outros, quanto pela maneira de ver o poder não com uma dispensa de força bruta sem objetivo, mas como um instrumento racional para trazer a ordem.* A escravidão foi essencial para a existência desta vontade básica de viver e para a devoção às considerações espirituais. (...) Essas forças fundamentais do Helenismo conseguiram impor a milagrosa criação da *polis* e sua civilização a partir da pobreza da terra, da inclemência do clima e da oposição do mundo hostil. *A escravidão e sua*

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p.1.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p.122, no artigo “Escravos e as artes liberais na Roma Antiga”.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p.104, no artigo “Relações Humanas na Escravidão Antiga”.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p.7-13, no artigo “Escravidão e o Ideal de Homem na Grécia Clássica”.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p.23, no artigo “Escravidão e o Ideal de Homem na Grécia Clássica”.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p.120-121, no artigo “Relações Humanas na Escravidão Antiga”.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p.126, no artigo “Escravos e as artes liberais na Roma Antiga”.

*conseqüente perda de humanidade foram parte do sacrifício que teve de ser pago para esta realização.*⁴⁸²

Assim, mesmo que conceda em parte, ao reconhecer a desumanidade da instituição escravista existente na Antiguidade Clássica, Vogt identifica “exceções” a esta desumanidade nas relações escravistas da Antiguidade, que são destacadas ao máximo, a ponto de quase esquecer-se que são “exceções”. Assim, ele busca “resgatar o humanismo clássico”, cuja sociedade “não parece afinal tão má, pois Vogt procura e encontra a ‘humanidade’ que brotava constantemente da própria prática da escravidão”⁴⁸³. Essa “apologia ao helenismo a qualquer custo” precisa ser denunciada em seus fundamentos mais perniciosos.

A questão fundadora da problemática já é sintomaticamente equivocada: ao tornar o helenismo a forma idealizada de humanismo, Vogt desistoriciza a cultura helênica, identificando o “humanismo” helênico com o que ele entende ser um “humanismo” ideal e, assim, surge uma questão que na verdade é um falso problema. Ao invés de rever sua fé no “conceito de humanidade dos gregos”, e com isso tentar entender como os gregos lidavam, de fato, com a instituição escravista, Vogt mantém sua fé inabalável e tenta buscar alguma forma de justificativa para a existência da escravidão em uma cultura que, a seu ver, era tão humanista.

A estratégia retórica para tal divide-se em duas partes, facilmente identificáveis na citação acima. Primeiro, tenta-se mostrar que o escravismo grego “não era tão ruim assim”, o que se tenta provar através de comparações com outras sociedades escravistas (em especial o ocidente moderno, modelado pelos humaníssimos cristianismo e iluminismo), e boa parte da obra de Vogt sobre escravidão não tem outro objetivo a não ser fundamentar este ponto, identificando “humanidades” no seio da escravidão antiga. Em seguida, tenta-se identificar a escravidão como base material para as grandes conquistas “espirituais” do helenismo – assim, o escravismo torna-se um “mal necessário”, um sacrifício em desumanidade para tornar possível a construção da humaníssima civilização helênica, mesmo diante de tantas adversidades. Afinal, seria fácil criticar os gregos pela escravidão hoje, que temos nossos “escravos tecnológicos”, enquanto eles precisavam lutar com um mundo hostil e mesmo assim criaram tal divina civilização.

Os dois argumentos dependem da identificação como unitário daquilo que não é uma unidade, o que Vogt faz através do conceito de “civilização”. Fazendo isso, ele consegue

⁴⁸² *Ibidem*, p.25, no artigo “Escravidão e o Ideal de Homem na Grécia Clássica”, ênfases minhas.

⁴⁸³ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.62.

tratar os “ganhos” e “perdas” da escravidão como efeitos sobre uma mesma entidade, a “civilização helênica”, sendo que é óbvio que não são as mesmas pessoas que se beneficiam destes ganhos e sofrem com estas perdas. Esse é um típico procedimento de teorias sociais elitistas. Com esse conceito de civilização, excluí-se os desfavorecidos da história: no final das contas, se a escravidão é algo ruim, o é por desumanizar a cultura humanista da elite grega, e não por ser uma forma de exploração do homem pelo homem – até porque, para Vogt, os gregos nunca se esqueciam da verdade universal de que o homem sempre é sagrado para o homem, o que os fazia até tratar os escravos com “liberalidade”. Assim, com a pretensão de fazer uma defesa das conquistas humanistas da civilização grega, Vogt faz, na verdade, nada mais que uma defesa da classe dominante grega, que é quem importa de verdade, em sua visão de mundo.

Esses perigos de uma abordagem que pretenda mostrar o lado “humano” das relações escravistas, portanto, sempre devem ser levados em consideração, pois quando feitos a partir de concepções elitistas, como no caso de Vogt, sempre levarão a abordagens apologéticas da exploração. O caráter político deste tipo de abordagem tem que ficar claro: a justificativa da exploração no passado, como algo necessário para “grandes conquistas da humanidade”, sempre servirá de justificativa para a exploração no presente.

Diante de tudo isto, e a esta altura do trabalho, não será surpreendente para o leitor nosso repúdio a este tipo de abordagem e nossa identificação com os termos propostos por Bradley, ressaltando inclusive a importância do caráter político de sua contraposição à abordagem de Vogt. Porém, algumas considerações precisam ser tecidas sobre isso. Atualmente, pode-se perceber um, talvez ainda incipiente, “redescobrimto” do grupo de Mainz pela historiografia anglo-saxã e de outros centros. Diante da força dos ataques de Finley a Vogt, tal grupo passou muito tempo ignorado pela maioria dos estudiosos da escravidão antiga fora da Alemanha. Conseqüência ou causa disto, provavelmente as duas coisas ao mesmo tempo, a ampla bibliografia produzida pelo grupo alemão (há seis décadas o centro de pesquisas mais produtivo em trabalhos sobre escravidão antiga) nunca foi traduzida para outros idiomas, com exceção da obra do próprio Vogt, traduzida para o inglês⁴⁸⁴. Contudo, as obras produzidas em Mainz começam, aos poucos, a aparecer com mais freqüência nas bibliografias dos livros sobre a escravidão na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, e mesmo no Brasil. Este é um fato importante, pois não se pode ignorar uma

⁴⁸⁴ McKeown, *The Invention of ancient slavery?*, *op.cit.*, p.30-31.

produção tão vasta e heterogênea, como o próprio Finley afirmou⁴⁸⁵, por mais que não possamos esquecer-nos dos problemas da abordagem do autor que fundou e direcionou o grupo em seus primórdios.

Além disso, precisamos impor certos limites e qualificar nossa adesão à tese de Bradley. É certo que a violência é um elemento inerente a escravidão e que desempenha um papel primordial em tal instituição. Como destacamos ao conceituar o que entendemos por escravo, a partir da abordagem de Orlando Patterson, o escravo é alguém inteiramente sob o poder absoluto de outrem, o que é garantido por uma coerção extremamente violenta. Nada disso pode ser negado. Porém, a idéia de comparar a sociedade escravista aos campos de concentração nazistas, que fundamenta a tese de Bradley, é bastante complicada. Não se trata de uma questão de avaliar qual situação humana é mais extrema ou miserável (isso seria sem sentido, ambas são simplesmente inaceitáveis), mas de apontar uma maior complexidade de relações sociais que existem em uma sociedade escravista do que na vida em um campo de concentração. Isto significa, inclusive, que:

Sob o escravismo, como em qualquer regime econômico-social, se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo legal ou consuetudinário que garante para a classe dominada, pelo menos de fato e às vezes de direito, certos direitos, cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião.⁴⁸⁶

Ou seja, em uma sociedade complexa, diferentemente do mundo restrito da vida em um campo de concentração, as relações entre classe dominante e classes subalternas são perpassadas por tipos mais complexos de relações sociais do que a simples imputação do terror. Obviamente, Bradley sabe disso e, inclusive, vimos que ele destaca a importância das estratégias de “incentivo e recompensa”. Porém, ao insistir enfaticamente na questão da insegurança psicológica e emocional e, especialmente, ao usar a referência da obra de Stanley Elkins, Bradley arrisca pôr em perigo a percepção destas complexidades.

Diante disso, acreditamos que é importante apontar o seguinte: as relações sociais escravistas se baseiam em um fundamento importante, que é a possibilidade de coerção violenta por parte do senhor, amplamente aceita pela sociedade, de maneira geral. A partir deste princípio, a de que o escravo corre o risco de ser punido fisicamente a qualquer momento, porém, as relações de autoridade pessoal estabelecidas entre senhor e escravo são

⁴⁸⁵ Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, *op.cit.*, p.61.

⁴⁸⁶ Ciro Cardoso, *Escravo ou Camponês?*, *op.cit.*, p.59.

construídas por estratégias diversas, que passam pela constante lembrança da possibilidade de punição violenta, mas também por estratégias diversas de “cooptação” dos escravos para as “redes” da lógica escravocrata⁴⁸⁷. Nesse sentido, Jacob Gorender está corretíssimo quando afirma que:

A dominação escravocrata se apoiava não só na violência efetivamente praticada e consumada, mas também na *ameaça* permanente da violência, ou seja, na violência latente, não efetivada, porém passível de efetivação a qualquer momento. A par disso, o comportamento paternalista e as concessões eventuais do senhor aos escravos também funcionam no sentido da estabilização do sistema, em condições de maior ou menor atuação dos fatores contrários.⁴⁸⁸

O *ethos* dos senhores se movia entre dois extremos [o paternalismo e a aterrorização], resumindo-se na garantia da disciplina rígida mas sem excessos. A manifestação desse *ethos* variava de acordo com a personalidade de cada senhor, sendo do interesse deles toda sua observância aproximada indispensável à defesa coletiva da classe dos proprietários de escravos. O código de conduta criava uma espécie de opinião pública entre os senhores, que censurava tanto os sádicos como os havidos por frouxos.⁴⁸⁹

A partir dessas premissas passemos à análise dos textos de Catão e Varrão, tentando identificar melhor como estes textos se inserem na construção de uma racionalidade ideológica na administração dos escravos, e com isso entender melhor como os senhores pensavam estes elementos utilizados para o controle escravista. Com isso, pretendemos ao final deste capítulo refinar estas idéias iniciais sobre as estratégias de controle dos escravos por parte dos senhores.

1.2. A ausência da violência em Catão e Varrão

Diante de tudo que discutimos acima, um dado chama imediata atenção em nossa pesquisa: nem no *De Agri Cultura*, nem no *De Re Rustica* a violência pode ser facilmente identificada como estratégia de controle dos escravos. No tratado de Catão, tal procedimento só aparece claramente em uma única passagem – quando este recomenda que os escravos encarregados pelas fazendas (*uilici*) ajam da seguinte maneira:

⁴⁸⁷ Sobre a importância da “cooptação” para o controle social escravista, cf. Joly, *Escravidão na Roma Antiga*, *op.cit.*, p.23.

⁴⁸⁸ Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p.27.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p.39.

(...) se alguém cometer uma falta, que bem o castigue de acordo com sua culpa.

(...) *siquis quid deliquerit, pro noxa bono modo vindicet.*

Catão, *De Agri Cultura*, V.1

No tratado de Varrão, não existem menções diretas ao uso da violência, apenas podemos perceber sua existência nas entrelinhas de uma passagem na qual ela aconselha o seguinte, sobre aqueles que chefiam (*praefectus*):

Não se deve ainda permitir que exerçam sua autoridade de modo a controlá-los mais com pancadas do que com palavras se desse modo for possível obter o mesmo resultado. Também não se deve ter muitos escravos da mesma nação, pois isso é o principal motivo para que haja desavenças freqüentes na sede.

Neque illis concedendum ita imperare, ut verberibus coerceant potius quam verbis, si modo idem efficere possis. Neque eiusdem nationis plures parandos esse; ex eo enim potissimum solere offensiones domesticas fieri.
(...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII.5 e7

Nesta passagem, como Varrão recomenda moderação dos chefes no castigo físico, podemos inferir facilmente que, quando o resultado não fosse o mesmo, o uso da violência seria aceitável (ou mais do que isso, a ponto de nem precisar ser recomendado). De qualquer forma, são apenas duas passagens em tratados que, como veremos, nos permitem volumosas considerações sobre estratégias de controle dos escravos. Surge, então, um problema que precisa ser explicado: por que a violência está tão pouco presente nos tratados de Catão e Varrão? Seria isto uma indicação de que as relações de controle dos escravos nas *uillae* não se baseavam na pressão social sobre os escravos causada pela possibilidade de serem submetidos a castigos violentos e ao abuso generalizado? Não há qualquer razão para imaginar que a escravidão nas *uillae* fosse uma exceção à violência generalizada que marca a escravidão, e outras razões explicam muito melhor a pouca presença desta nos tratados de Catão e Varrão.

É possível identificar na cultura da elite Greco-romana, de uma maneira geral, uma valorização do “controle da raiva”. William Harris mostra que uma das características mais marcantes do que chamamos de “cultura clássica” é justamente a idéia geral de que existe uma distinção entre “sentir emoções” e “agir no impulso de emoções”, mas que sendo a raiva um sentimento de difícil controle, era necessário e possível controlar tal sentimento para evitar a contaminação das atitudes por ela⁴⁹⁰. Harris mostra que esta particularidade da

⁴⁹⁰ William V. Harris, *Restraining Rage. The Ideology of Anger Control in Classical Antiquity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001, p.5.

“cultura clássica” está intimamente ligada com as formas sociais e políticas assumidas pelas cidades-Estado Greco-Romanas, que exigiam certos limites ao comportamento agressivo, e com a cultura política acerca da atuação dos governantes, em especial o Imperador Romano⁴⁹¹.

A ideologia do “controle da raiva” ganhou contornos filosóficos mais precisos com o desenvolvimento do Estoicismo, corrente filosófica que influenciou Varrão, tornando este um elemento importante para a análise da *De Re Rustica*. A essência desta escola filosófica era a integração teórica entre *nómos* (regras a serem seguidas) e *physis* (normas da natureza), isto é, a identificação na natureza dos princípios normativos que devem ser seguidos⁴⁹². Porém, diferentemente da mentalidade grega arcaica, que acreditava que as normas da natureza se expressam automática e invariavelmente no mundo dos homens, os estóicos acreditavam que tal identificação entre *nómos* e *physis* não era dada de antemão, precisando ser alcançada pelas pessoas. Isto se daria porque as ações humanas embarçam-se nos acontecimentos circunstanciais, afetadas pelas formas de pensar incorpóreas (que não estão ligadas à *physis*), surgindo então a historicidade, onde as regras são construídas sem seguir necessariamente a perfeição da *physis*.

Assim, a integração entre *nómos* e *physis* era um projeto a ser construído pelos homens, capazes de fazê-lo por serem dotados de *logos*⁴⁹³. Para os estóicos, e isto é o que nos interessa aqui, as paixões eram um movimento contrário ao *lógos*, e, portanto, desvirtuante. Por isso, um dos pontos mais importantes para a construção da identificação *nómos-physis*, segundo os estóicos, é a defesa da ataraxía, da apatia⁴⁹⁴. O comportamento movido pelas paixões seria contrário a *physis*, e, portanto, deve ser reprimido e combatido.

A relação com os escravos tinha lugar especial nesta ideologia do “controle da raiva”. Harris identifica diversos contextos nos quais os escravos aparecem, na “cultura clássica”, como causadores de raiva em seus senhores, como a insubordinação ou o cumprimento de ordens fora dos parâmetros esperados pelos senhores. Estas situações eram objeto de considerações nos autores antigos sobre a importância do controle da raiva, mas isso não significava a inexistência da punição física. A questão era, segundo Harris, a convicção de que uma punição aplicada sem raiva era mais eficiente do que aquela aplicada no calor da raiva. Esta convicção baseava-se em dois elementos: o senhor tinha maiores possibilidades de

⁴⁹¹ *Ibidem*, p.158, 202, 213-214 e 243ss.

⁴⁹² Rachel Gazolla, *O Ofício do filósofo estóico*. O duplo registro do discurso da Stoa. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p.41.

⁴⁹³ *Ibidem*, p.113.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p.135.

fazer um julgamento correto e impor a punição mais justa quando livre da raiva; e a punição sem raiva permitia, em algum nível, a manutenção de uma, ao menos aparente, “dignidade” no tratamento do escravo pelo senhor, um elemento fundamental para um sistema de autoridade personalizada, como a escravidão⁴⁹⁵.

Desta forma, podemos identificar um quadro ideológico amplo de emulação de comportamentos moderados, de “controle da raiva”, no qual a relação com os escravos desempenha um importante papel. Na composição de seus tratados, Catão e Varrão certamente foram influenciados por esta percepção das relações com seus subordinados, na qual o senhor deveria controlar sua raiva para agir de maneira correta, o que explicaria a presença tão irrisória da violência como elemento de controle. A construção de um modelo de gestão da mão-de-obra escrava certamente era influenciada por tal ideologia de “controle da raiva”.

Contudo, esta influencia não se dava apenas de maneira linear, através do desenvolvimento de um modelo de gestão escrava que defendia a moderação na punição física como um elemento fundamental. Como vimos no segundo capítulo, os tratados dos agrônomos muitas vezes são perpassados por noções ou construções metafóricas que demonstram preocupações ou modelos de como deveriam se dar as relações sociais e políticas na *res publica* ou na *urbs*. Como vimos, Harris afirma que o “controle da raiva” tem muito a ver com a realidade sócio-política das cidades-Estado e com a cultura política Greco-romana, o que explica, em parte, sua importância nos tratados de Catão e Varrão.

Isto não significa dizer que, como as concepções identificadas nos agrônomos muito nos dizem sobre a cultura política romana, elas nada nos dizem sobre as relações entre senhores e escravos no mundo romano. Romanos da classe social de Catão e Varrão não eram meramente donos de *uillae*: eles eram grandes chefes de *households*, grandes proprietários de terras, chefes de grandes grupos clientelísticos, importantes políticos e generais, entre outras diversas posições sociais. Tais posições tinham muito a ver entre si, e se interpenetravam. Sendo assim, podemos esperar que a construção de modelos de comportamento e de reprodução de poderes em tais diferentes situações não se dá de maneira isolada uma da outra. Isto é, uma infinidade de experiências sociais acerca de outras relações sociais interfere na construção da racionalidade ideológica na qual a reflexão sobre a gestão dos escravos nas *uillae* se constrói, assim como acontece na reflexão acerca da atuação destes aristocratas em diversos outros campos sociais.

⁴⁹⁵ Harris, *Restraining Rage*, *op.cit.*, p.317.

Além desse contexto sócio-político e cultural de valorização do “controle da raiva”, certos desenvolvimentos históricos podem ter aprofundado esta percepção. Acreditamos, por exemplo, que as grandes revoltas servis do final do século II e início do século I a.C. podem ter afetado a composição do tratado varroniano. A percepção de que o tratamento descabidamente violento de alguns senhores teria causado estas sublevações dos escravos era bastante disseminado entre a elite letrada Greco-romana⁴⁹⁶. A análise de Diodoro da Sicília da primeira revolta siciliana, baseado na obra de Posidônio, é um bom exemplo desta percepção⁴⁹⁷:

Os escravos estavam exauridos com a penúria que tinham que suportar, e humilhados pelas surras que muitas vezes eram inteiramente sem justificativa. Não podiam agüentar mais. Reuniam-se quando tinham oportunidade e falavam em revoltar-se e por fim colocaram seu plano em prática.

Diodoro da Sicília, *Biblioteca Histórica*, 34/35.2.4

Eis aqui um homem [Damófilo] que era completamente mal educado, de posse de poder sem responsabilidade junto com uma imensa riqueza, e primeiro tornou-o enfadonho, depois fê-lo comportar-se com insolência em relação aos outros, e por fim destruiu-o e trouxe desastres horríveis ao seu país. Ele comprou um grande número de escravos a quem tratava de modo humilhante (...) Devido ao seu caráter obstinado e selvagem, não havia um único dia em que esse mesmo Damófilo não torturasse alguns de seus escravos sem uma causa justa. Sua esposa Matallis tinha igual prazer nesses castigos insolentes (...)

Diodoro da Sicília, *Biblioteca Histórica*, 34/35.2.35-37

Os escravos rebelados estavam furiosos com toda família de seus amos; sua insolência e desejo de vingança eram implacáveis; contudo estava claro que não era devido a qualquer selvageria natural, mas devido à humilhação que tinham suportado anteriormente para castigá-los.

Diodoro da Sicília, *Biblioteca Histórica*, 34/35.2.40

Assim, a moderação nos castigos não era mero problema ideológico, mas “administração racional”⁴⁹⁸. Isto é, a ênfase varroniana na moderação dos chefes nos castigos está ligada a uma percepção de que o abuso nestes é o caminho para a rebelião escrava – não é por acaso que a frase seguinte no tratado faz referência aos problemas trazidos pela concentração de escravos de mesma nação. Se tal concentração devia ser evitada para afastar os problemas de insubordinação escrava, o mesmo se dava com o abuso nos castigos.

⁴⁹⁶ Sônia Regina Rebel de Araújo, *A visão dos letrados sobre rebeliões de escravos no mundo romano*. Uma abordagem semiótica de fontes literárias. Vol.1. Niterói: PPGH-UFF (Tese de Doutorado), 1999, p.183-184.

⁴⁹⁷ *Apud Idem, Formas de Resistência de escravos no mundo romano*, Anpuh-2004 (texto inédito), p.42-45.

⁴⁹⁸ Harris, *Restraining Rage*, *op.cit.*, p.325.

Tudo isto não significa que as punições corporais fossem escassas ou suaves nas visões de Catão e Varrão sobre o controle e exploração dos escravos. Mostra, sim, a existência de uma política escravista de administração do castigo corporal: como as passagens nas quais Catão e Varrão mencionam o castigo corporal, citadas acima, mostram claramente, a punição se mantinha como elemento constituinte na disciplinarização dos escravos, ainda que dentro de um projeto político-ideológico que os regule. Como veremos a seguir, porém, de fato a ênfase dos dois autores recai em outros elementos das estratégias de controle e exploração dos trabalhadores escravos, como a autoridade do *uilicus* e os instrumentos de incentivo e recompensa.

2. A hierarquia na organização do trabalho: os chefes escravos

Um elemento fundamental para entender o funcionamento da administração das atividades produtivas e do controle dos trabalhadores na *uilla* é a hierarquia de chefes que administram o trabalho, indicada tanto por Catão como por Varrão. Nos dois tratados, praticamente todas as passagens que se referem a trabalhadores trazem menção a alguma figura de chefia. Dessas, a mais recorrente é o encarregado pela administração da propriedade, o *uilicus*. Como eram grandes proprietários de terras (o que na maioria das vezes significa a propriedade de várias fazendas em diferentes regiões) e ao mesmo tempo precisavam ter uma atuação político-social eminentemente urbana e militar, os aristocratas romanos não poderiam administrar suas propriedades pessoalmente. Como vimos no capítulo anteriormente, duas maneiras surgiram para essas aristocracias urbanas se imporem como poderes supra-locais nas áreas rurais: arrendar a propriedade a camponeses (ou mesmo assentar escravos) ou incumbir um *uilicus* da administração da propriedade, trabalhada primordialmente com mão-de-obra escrava, isto é, aquilo que definimos como *uilla* escravista neste trabalho – não obstante o fato de que estes *uilicus* podiam ser utilizados para fiscalizar a produção de arrendatários ou que propriedades pudessem apresentar um sistema misto, no qual parte era trabalhada diretamente por escravos chefiados por um *uilicus*, constituindo o que chamamos de *uilla*, e parte era arrendada⁴⁹⁹. A presença dos *uilicus* nos tratados de agronomia romanos, assim como em diversos outros textos que fazem menção ao mundo rural, é bastante marcante, mostrando sua grande importância. Porém, estes não eram as únicas posições de chefia mencionadas por Catão e Varrão: termos como *uilica*, *epistatae*,

⁴⁹⁹ Carlsen, *Vilici and Roman Estate Managers*, *op.cit.*, p.104ss.

magister pecoris e *custos* também se referiam a posições de autoridade frente aos trabalhadores, que iremos discutir aqui.

O destaque à hierarquia e à chefia nas prescrições de Catão e Varrão precisa ser entendido dentro do quadro da racionalidade ideológica da aristocracia romana. Isto significa, mais uma vez, que o contexto político-ideológico e as preocupações práticas da administração da mão-de-obra escrava não podem ser vistos como excludentes ou mesmo divergentes na construção das estruturas conceituais presentes na composição dos tratados. Assim, em uma sociedade tão marcada pelo patriarcalismo e pela preocupação com hierarquias, não é surpreendente que este aspecto seja enfatizado nos tratados, reproduzindo conceitos e abordagens recorrentes em outras temáticas.

Contudo, isso não significa que o problema da chefia e da hierarquia não respondesse a necessidades práticas da administração da mão-de-obra. Frente à necessidade de os senhores de terra serem absenteístas, a importância do *uilicus* para a *uilla* é, obviamente, gigantesca, mas mesmo outras posições de chefia deviam desempenhar um papel primordial. Jerzy Kolendo afirma que é a estrita vigilância que permite o escravismo se tornar uma forma de trabalho bastante eficiente e produtiva⁵⁰⁰, e esta vigilância, no caso de um senhor absenteísta, precisa, entre outras coisas, de um sistema hierárquico de chefias. Além da produtividade, a forma de vigilância permitida por este sistema de chefia garantia outras vantagens para o sistema escravista, especialmente na questão do controle. Silvia Hunold Lara, em um trabalho sobre fazendas escravistas na região de Campos dos Goytacazes, mostrou a importância do feitor como figura de mediação da violência entre o senhor e o escravo. Segundo a historiadora brasileira, o feitor era uma figura da violência e de regulação do trabalho, servindo de intermediário na relação senhor-escravo. Essa intermediação era importante por permitir o afastamento do senhor do exercício direto da violência, que inclusive permitia o senhor agir como pessoa a quem os escravos apelavam em caso de abusos do feitor⁵⁰¹.

Ou seja, este papel de intermediário dos chefes na aplicação da violência permite ao senhor não só se afastar da aplicação direta da violência, mas servir como uma espécie de árbitro de possíveis conflitos entre o aplicador da punição, o chefe, e os escravos – exatamente como Varrão se coloca na passagem que citamos acima. Em um contexto de valorização do “controle da raiva” e, especialmente, de percepção de que a violência desmedida era causa de revoltas dos escravos, esses papéis desempenhados pela chefia

⁵⁰⁰ Kolendo, *L'Agricoltura nell'Italia romana, op.cit.*, p.198-199.

⁵⁰¹ Silvia Hunold Lara, *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988, p.166.

certamente eram atraentes para os senhores e se refletia na composição de prescrições sobre a administração da mão-de-obra escrava.

2.1. Varrão e as características necessárias aos chefes

Um termo referente à chefia, utilizado por Varrão, aponta algumas questões gerais sobre tal hierarquia na organização do trabalho, e por isso começaremos nossa análise por ele. Apesar de destacar a importância do *uilicus*, Varrão muitas vezes utiliza um termo genérico, *praefectus*, ou *qui praesunt*, para se referir aos chefes. Este é, inclusive, o termo mais importante na discussão varroniana sobre os trabalhadores agrícolas, no capítulo XVII do Livro I. Varrão não nos dá uma definição precisa sobre a quem o termo se refere, impedindo-nos de fazer afirmações mais detalhadas⁵⁰².

Talvez pudéssemos aproximar tais *praefectus* com os *monitores*, ou *magistri* de que fala Columella, que são escravos encarregados de chefiar os grupos de até dez escravos nos quais ele acredita que os escravos devam ser divididos para o trabalho⁵⁰³ (W. D. Hooper, tradutor da edição Loeb, faz uma interpretação próxima a esta, ao traduzir *praefactus* por *foreman*, enquanto traduz *uilicus* por *overseer*). Assim, o *praefectus* seria uma função específica, ocupando um lugar subalterno na chefia frente ao *uilicus*. Porém, acreditamos que a melhor hipótese é apontada por Jasper Carlsen: o termo se refere genericamente a todos os escravos colocados em posições de confiança e que tem relação com a *uilla*, sejam aqueles acima do *uilicus*, que vivem na cidade e administram as finanças da casa senhorial, como os *actores*, mas, principalmente, o próprio *uilicus* e aqueles abaixo deste na hierarquia, que chefiem atividades específicas de um determinado trabalho agrícola⁵⁰⁴ (interpretação próxima a feita por Matheus Trevizam ao traduzir *praefectus* por “aqueles que lideram” e *uilicus* por administrador). Ou seja, o termo *praefectus* não definiria uma função específica, englobaria diversas posições possíveis de chefia, inclusive o *uilicus*. Sendo assim, as observações de Varrão sobre esses *praefectus* podem ser utilizadas para pensarmos algumas questões gerais sobre o problema da chefia.

Em uma das mais interessantes passagens do importante capítulo XVII, Varrão afirma o seguinte:

⁵⁰² René Martin, “*Familia Rustica: les esclaves chez les agronomes latins*”. In: Actes du Colloque 1972 sur l’Esclavage. Besançon: Annales Littéraires de L’Université de Besançon, Paris: Les Belles Lettres, 1974, p.278.

⁵⁰³ *Ibidem*, p.278.

⁵⁰⁴ Carlsen, *Vilici and Roman Estate Managers until AD284*, *op.cit.*, p.121.

É preciso que haja os que liderem, saibam ler e escrever, tenham alguma instrução, sejam ajuizados e mais velhos do que os trabalhadores que mencionei. Pois julgo que mais facilmente dão ouvidos a esses do que aos mais jovens. Além disso, é muito importante que liderem os que são experientes na agricultura; devem não apenas mandar, mas fazer, para que sirvam de exemplo e se evidencie que lideram merecidamente, pois se sobressaem pelo saber. Não se deve ainda permitir que exerçam sua autoridade de modo a controlá-los mais com pancadas do que com palavras se desse modo for possível obter o mesmo resultado.

Qui praesint esse oportere, qui litteris atque aliqua sint humanitate imbuti, frugi, aetate maiore quam operarios, quos dixi. Facilius enim iis quam qui minore natu sunt dicto audientes. Praeterea potissimum eos praeesse oportere, qui periti sint rerum rusticarum. Non solum enim debere imperare, sed etiam facere, ut facientem imitetur et ut animadvertat eum cum causa sibi praeesse, quod scientia praestet. Neque illis concedendum ita imperare, ut verberibus coerceant potius quam verbis, si modo idem efficere possis.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII.4-5

Nesta passagem, podemos listar as seguintes características que, segundo Varrão, aquele que lidera os escravos precisa ter: 1) saber ler e escrever; 2) ter alguma instrução; 3) ser ajuizado; 4) ser mais velho do que aqueles que ele chefiará; 5) ser experiente na agricultura; 6) estar apto ao trabalho; e 7) ser moderado nos castigos. Podemos perceber que estas características, implícita ou explicitamente, estão ligadas a certas preocupações. De maneira geral, percebemos que Varrão preocupa-se com a capacidade da liderança estimular o serviço produtivo, com sua confiabilidade, e sua efetividade, isto é, que os subordinados aceitem e respeitem a liderança. Assim, as três preocupações básicas identificáveis nesta passagem seriam quanto à produtividade, quanto à fidelidade e quanto à autoridade.

A preocupação que parece estar menos presente é a quanto à produtividade. Isto ganha importância ao nos lembrarmos que identificamos, no terceiro capítulo, que rentabilidade e produtividade são elementos fundamentais para a definição varroniana do que é uma *uilla*. Porém, existe apenas uma preocupação implícita com este aspecto no trecho que estamos analisando, que pode ser inferida de duas características necessárias aos chefes. A primeira é a necessidade de tais chefes saberem ler e escrever, pois é dessa maneira que o senhor absenteísta tem conhecimento da produção de suas terras. Todavia, na verdade, a necessidade de alfabetização devia ser mais restrita ao *uilicus*, apesar de Varrão não especificar nada, e é central para a ligação entre o senhor absenteísta e suas terras – não apenas para saber da produtividade, mas de tudo que acontece nelas sem que sejam necessárias visitas rotineiras. Sendo assim, a necessidade de o chefe ser capaz de ler e escrever está relacionada com uma preocupação ampla do senhor em manter o controle sobre o que ocorre na *uilla*, no que se insere a preocupação com a produtividade, mas não apenas ela. A segunda característica

ligada a preocupação com a produtividade é a necessidade de estar apto a trabalhar nas atividades agrícolas. Aqui, existe uma preocupação clara em estimular a produtividade, já que o trabalho bem feito do chefe deve servir de exemplo ao restante dos trabalhadores. Porém, este não é o único objetivo desta característica necessária, pois com ela pretende-se, também, reforçar a autoridade do chefe sobre os escravos.

Quanto à questão da fidelidade dos chefes, podemos começar apontando que escravos letrados, instruídos, são provavelmente escravos de *status* social superior à maioria de seus companheiros de cativeiro. Isto possibilita a este maior acesso às vias “legítimas” de ascensão social da sociedade escravista (concessões de privilégios pelo senhor, sendo a manumissão o maior deles). Este maior acesso às concessões senhoriais torna as vias da insurgência e insubordinação menos atraentes para estes escravos, pois demasiadamente perigosas. Desta forma, esses escravos tornam-se depositários de maior confiança de seus senhores, e por isso são eles que vão controlar a massa de escravos que não têm acesso a tais concessões e que, por isso, podem ver na resistência e/ou insurgência uma opção para lutar contra sua situação social extrema. Outra característica necessária aos chefes de onde se infere, de maneira mais direta, preocupação com a fidelidade de tais líderes é a necessidade destes serem “ajuizados”: em uma sociedade escravista, ser um “escravo ajuizado” significa ser um “escravo fiel”, respeitar as ordens de seu senhor e trabalhar em seu benefício. Assim, a necessidade de ser ajuizado pode ser “traduzida” como necessidade de ser fiel ao senhor.

Porém, o ponto realmente recorrente é a questão da autoridade desses chefes sobre o resto dos escravos. É preciso que a escravaria dê ouvidos a tais chefes, é preciso que eles pensem que tais chefes os lideram merecidamente. Assim, percebe-se que Varrão tem uma preocupação muito grande em garantir a efetividade da autoridade dos chefes sobre os escravos. Dentro da análise presente na *De Re Rustica*, aparecem três características da liderança como importantes para a aceitação e respeito dos subordinados: 1) Conhecimento (isto inclui conhecimento das letras, alguma instrução e experiência na agricultura); 2) Idade superior, isto é, quando possível, os líderes deveriam ser mais velhos que os subordinados, pois assim conseguiriam que estes lhes “dessem ouvidos”; 3) Moderação, o senhor devia evitar que tais líderes exercessem sua autoridade de modo violento se um modo não-violento pudesse obter o mesmo resultado.

É possível entender tanto a preocupação varroniana com a autoridade dos chefes quanto os elementos indicados como fundamentais para a construção de tal autoridade dentro do quadro da racionalidade ideológica da aristocracia romana que estamos identificando ao longo deste capítulo. Assim, a preocupação com a autoridade da chefia remete tanto a um

contexto político-ideológico mais amplo, que reflete estruturas conceituais sobre o problema da autoridade que ultrapassam a relação escravista apenas, quanto questões práticas da administração da escravaria, como vimos acima. Da mesma forma, o problema da moderação está ligado tanto ao problema do “controle da raiva”, típico da cultura clássica, como as necessidades de controle da escravaria, que um chefe temerário colocaria em risco. Por sua vez, a preferência de Varrão por chefes que sejam mais velhos do que aqueles que eles chefiam não é surpreendente, dentro de uma sociedade tão permeada por valores patriarcais e de valorização da experiência garantida pela idade, como a romana, mas também poderia estar ligada à experiência de Varrão como senhor de escravos, que o teria feito perceber que estes escravos tem uma aceitação mais fácil entre os escravos (obviamente, este segundo elemento nunca deixará de ser mera hipótese).

Por fim, a valorização do conhecimento pode ser, em algum nível, relacionada com a própria biografia de Varrão. Homem extremamente erudito, ele deveu muito de sua ascensão social e seu *status* a tal erudição, e nada mais natural que tivesse viva a valorização do saber como um importante elemento em suas concepções sobre as mais diversas realidades. Porém, a questão certamente ultrapassa essa perspectiva pessoal. Como já apontamos, o conhecimento das letras pelo *uilicus* é de fundamental importância para o controle à distância do senhor absenteísta sobre suas terras. É desta forma que ele não só toma conhecimento do que se passa como também ordena as medidas que lhe parecerem necessárias sem a necessidade de se fazer presente na propriedade. Ademais, a questão do conhecimento enquanto fonte de autoridade dos chefes perante seus subordinados está mais ligada ao conhecimento do trabalho agrícola, já que Varrão acredita que os escravos reconhecerão o mérito do escravo-chefe caso ele mostre maior conhecimento nos trabalhos realizados. Isto, novamente, reflete tanto aspectos da cultura aristocrática romana, que valoriza o *labor* agrícola, como possivelmente a experiência prática do controle da escravaria por estes aristocratas, que poderiam identificar entre os escravos uma maior aceitação de escravos mais experientes em suas atividades laborais.

2.2. O *Vilicus*

Não sabemos ao certo quando o termo e a função de *uilicus* surgiram, mas parece que suas histórias são realmente muito ligadas à história das *uillae*. A primeira referência ao termo que temos conhecimento é o próprio tratado de Catão, que, dessa maneira, aparenta ser testemunho não só do surgimento de uma nova forma de apropriação do solo, a *uilla*, mas

também de sua forma específica de administração⁵⁰⁵. *Vilicus*, como facilmente se percebe, é um termo que se origina diretamente do termo *uilla* e a conexão primária do termo se mantém com a função de administrador de uma *uilla*, apesar de o termo ser utilizado em inscrições e no Direito Romano para definir uma série de funções administrativas não ligadas à agricultura. Significativamente, a grande maioria desses outros usos de *uilius* tem em comum o fato de estarem ligadas a atividades de supervisão de escravos ou de uma propriedade, mostrando que tais usos derivam justamente do uso original de *uilius* como administrador da *uilla* escravista⁵⁰⁶.

A importância do *uilius* nas prescrições de Catão e Varrão sobre a mão-de-obra é imensa. Apesar de, como vimos, utilizar um termo mais geral para discutir o problema da chefia, as referências de Varrão ao *uilius* não nos deixam dúvidas de sua importância. Em uma passagem da *De Re Rustica* que já citamos anteriormente, o *uilius* aparece como um elemento fundamental da *uilla*:

O *uilius* existe para cultivar o campo e recebeu sua denominação de *uilla*, porque por ele os frutos são transportados para ela e são levados dela quando são vendidos.

Vilicus agri colendi causa constitutus atque appellatus a villa, quod ab eo in eam convehuntur fructus et evehuntur, cum veneunt.

Varrão, *De Re Rustica*, I.II.14

Em Catão, o *uilius* domina completamente as passagens que fazem menções aos trabalhadores. Os capítulos que falam do trabalho fixo da *uilla*, em especial os importantes capítulos II e V, têm no *uilius* uma figura central. No primeiro, o *uilius* é a pessoa com quem o senhor se relaciona ao visitar a propriedade. No segundo, Catão faz uma longa lista de obrigações do *uilius*, o que volta a se repetir no capítulo CXLII. Os capítulos que tratam dos trabalhadores e que não fazem menção ao *uilius* são, em sua maioria, justamente aqueles que se referem ao trabalho sazonal, que discutimos no capítulo anterior.

Os *uilius* são tradicionalmente identificados como escravos. Rhona Beare, em um pequeno artigo bastante citado, mostrou que a referência mais utilizada para se contestar esta identificação (isto é, para se falar em *uilius* livres), uma passagem de Columella que se refere a *mercennarii* empregados como *uili*, na verdade não sustenta tal proposição. Segundo Beare, o mais provável é que tais *mercennarii* fossem escravos, ou no máximo libertos,

⁵⁰⁵ Egón Maróti, "The Vilicus and the Villa-System in anient Italy". *Oikumene*, vol.1, 1976, p.111-112; e Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, *op.cit.*, p.27-30.

⁵⁰⁶ Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, *op.cit.*, p.31 e 43

“alugados”⁵⁰⁷. Porém, a conclusão de Beare, de que os *uilici* nunca eram livres de nascimento, é considerada abusiva por outros historiadores que se debruçaram sobre o tema, especialmente Walter Scheidel, que identificou inscrições no norte da África que apontam *uilicus* de origem livre⁵⁰⁸. Assim, mesmo que, de fato, os *uilici* sejam identificados nas fontes prioritariamente como escravos, as evidências sobre *uilici* livres precisam ser tratadas com cautela, não podendo ser desconsideradas de antemão⁵⁰⁹.

Nos tratados, não existem informações diretas que nos permitam ser categóricos em afirmar que os *uilici* eram escravos. Como vimos, ao falar dos trabalhadores empenhados no trabalho agrícola (em geral, não só o *uilicus*), Catão e Varrão se referem majoritariamente à função ou especialização destes. Porém, Said El Bouzidi corretamente considera que, se realmente não podemos encontrar nesses autores uma identificação direta do *uilicus* com o *estatuto jurídico* servil, claramente há uma aproximação deste com uma *condição* servil: ele age apenas segundo as ordens do senhor, não estabelece qualquer relação (seja com outras pessoas seja com o divino) sem a permissão do senhor, aceita a mulher que o senhor escolhe para ele, entre outros pontos⁵¹⁰. Acima de tudo, mostramos no capítulo anterior que a mão-de-obra fixa da *uilla* era identificada por Catão e Varrão como escrava, e nesta se inclui, obviamente, o *uilicus*, o que nos permite identificar este, ao menos a princípio, como um escravo.

As passagens de Catão e Varrão que se referem ao *uilicus*, em sua esmagadora maioria, trazem ordens ou proibições que o senhor deveria impor ao *uilicus*. Isto demonstra uma grande preocupação em controlar e dirigir as ações do *uilicus*, tornando-o um instrumento da vontade do senhor. Sergeenko, analisando tais passagens, buscou identificar quais eram os comportamentos recorrentes dos *uilicus* que os senhores romanos pretendiam coibir⁵¹¹. Aplicava, assim, uma inteligente metodologia de análise de fontes normativas, que identifica a normatização como tentativa de controle e não como descrição de como as coisas de fato funcionam. Porém, Sergeenko acaba exagerando sua “imagem em negativo”. Acreditamos que nossa proposta metodológica, de identificar preocupações latentes com o objetivo de delinear a racionalidade ideológica por trás das prescrições, pode ser mais frutífera na análise do *uilicus* na *De Agri Cultura* e na *De Re Rustica*.

⁵⁰⁷ Rhona Beare, “Where Bailiffs ever free Born?”. *The Classical Quaterly*, Vol.28, n° 2, 1978.

⁵⁰⁸ Walter Scheidel, “Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World”. *The Classical Quaterly*, Vol.40, n° 2, 1990.

⁵⁰⁹ Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, *op.cit.*, p.68.

⁵¹⁰ Bouzidi, “Le vocabulaire de la main-d'oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*”, *op.cit.*, p.75.

⁵¹¹ M.E. Sergeenko, “Vilicus”. In: Biezunska Malinowisk, *Schiavitù e Produzione nella Roma Reppublicana*, *op.cit.*, p.192.

Para realizar tal estudo, criamos uma base de análise de conteúdo nos seguintes preceitos. Definimos como *unidades de registro*, isto é, as unidades a serem analisadas, as frases que enumeram as obrigações. Para realizar esta divisão, foi necessário identificar os núcleos das frases que identificam tais obrigações, isolando e excluindo da divisão em unidades de registro as orações que na verdade faziam apenas alguma espécie de complementação a uma obrigação determinada expressa em período composto. Também tivemos que ter atenção para não dividir em duas unidades diferentes frases com duas orações que na verdade se referiam apenas a uma obrigação que consistiria em duas ações consequentes. No caso das listas de obrigações do *uilicus* que compõem os capítulos V e CXLII do *De Agri Cultura*, foi possível ser mais rigoroso. Como o tratado de Varrão não possui listas similares, a seleção de unidades de registro neste texto foi menos rígida. Ademais, o texto de Catão é muito mais rico em prescrições definindo obrigações do *uilicus* do que o de Varrão (identificamos 55 no texto catoniano e apenas 4 no texto varroniano), o que significa dizer que a análise a seguir tem muito mais a dizer sobre a *De Agri Cultura* do que sobre a *De Re Rustica*.

As passagens nas quais identificamos deveres dos *uilicus* foram as seguintes:

Quando souber como a propriedade foi cultivada e quais trabalhos se fizeram ou deixaram de fazer, que chame o administrador no dia seguinte e interrogue quais trabalhos foram feitos, quais ainda falta fazer, se os trabalhos foram concluídos em bom prazo, se pode concluir o restante e qual a quantidade de vinho, trigo e de todos os outros itens.

Ubi cognovit, quo modo fundus cultus siet operaque quae facta infectaque sient, postridie eius diei vilicum vocet, roget, quid operis siet factum, quid restet, satisne temperi opera sient confecta, possint quae reliqua sient conficere, et quid factum vini, frumenti aliarumque rerum omnium.

Catão, *De Agri Cultura*, II.1

Quando der esses e muitos outros motivos, faça o administrador tornar ao cômputo dos trabalhos e dos trabalhadores.

Ubi eas aliasque causas multas dixit, ad rationem operum operarumque vilicum revoca.

Catão, *De Agri Cultura*, II.2

Tais serão as obrigações do administrador: que tenha bom caráter. Que se observem os dias comemorativos. Que mantenha distância do alheio e guarde o seu com empenho. Que coíba brigas entre os de casa; se alguém cometer uma falta, que bem o castigue de acordo com sua culpa. Que os de casa não padeçam, não tenham frio, nem sintam fome; que os faça trabalhar bem e mais facilmente os desviará do mal e do que é alheio. Se o administrador não quiser que aja mal, não agirá. Se o permitir, que o senhor não deixe que seja impunemente. Que demonstre seu reconhecimento por um serviço prestado para que interesse a outros agir com retidão. Que o administrador não seja passeador, esteja sempre sóbrio e não vá banquetear-

se em parte alguma. Que faça os de casa trabalharem e cuide de que se cumpra o que o senhor mandou. Que não pense saber mais do que o senhor. Considere que são seus amigos os amigos do senhor. Que só dê ouvidos a quem se ordenou que desse. Que não realize cultos a não ser em encruzilhadas, durante as Compitais, ou diante do altar. Que não empreste a ninguém sem ordens do senhor: o que o senhor emprestar, reclame. A ninguém empreste a semente para plantar, alimentos, trigo, vinho e azeite. Que tenha dois ou três vizinhos a quem peça emprestado o que for preciso e empreste, e a mais ninguém. Que freqüentemente preste contas ao senhor. Não tome por tempo maior do que um dia o mesmo trabalhador, jornaleiro e o que dá o último amanho à terra. Que não deseje comprar algo sem que o senhor saiba nem ocultar algo ao senhor. Que não tenha comensal algum. Que não deseje consultar um harúspice, um áugure, um adivinho e um astrólogo. Que não poupe sementes: isso é de mau-agouro. Que cuide de saber realizar todos os trabalhos rurais e os realize com freqüência, contanto que não se estafe; se o fizer, saberá o que pensam os de casa e eles trabalharão mais de boa vontade. Se agir assim, vão agradar-lhe menos os passeios, terá melhor saúde e dormirá mais de bom grado. Que seja o primeiro a levantar-se da cama e o último a ir para a cama. Que, antes, examine se a sede está fechada, cada um se deita em seu lugar e os animais de carga têm forragem.

Cuida de que os bois sejam tratados com o maior zelo. Aquiesce em parte aos vaqueiros para que cuidem dos bois mais de bom grado. Procura ter bons arados e relhas. Cuidado para não arares a terra ressequida, nem faças com que carros e o rebanho passem sobre ela. Se não te acautelares assim, perderás a colheita por um espaço de três anos na terra por onde fizeres com que passem. Que se faça com cuidado uma cama de palha para o rebanho e os bois e que se tratem seus cascos. Precavém-te contra a sarna do rebanho e dos animais de carga; isso costuma acontecer pela má nutrição e pela umidade do tempo. Procura terminar todo o trabalho cedo, pois assim são os trabalhos do campo: se fizeres uma parte deles com atraso, farás todo o trabalho com atraso. Se faltar palha, colhe folhas de azinheira e estende-as no chão para as ovelhas e os bois. Procura ter uma esterqueira grande. Conserva o esterco com cuidado; quando o tirares, limpa e fragmenta; tira-o no outono. Ablaqueia em torno das oliveiras no outono e deposita ali o esterco. Corta a seu tempo as folhas do álamo, do olmo e do carvalho: conserva-as, não de todo secas, como forragem para as ovelhas. Do mesmo modo, conserva secos o feno temporão e o restolho das pastagens. Depois das chuvas de outono, planta o rábano, a forragem e o tremoço.

Haec erit vilici officia. Disciplina bona utatur. Feriae serventur. Alieno manum abstinenceat, sua servet diligenter. Litibus familia supersedeat; siquis quid deliquerit, pro noxa bono modo vindicet. Familiae male ne sit, ne algeat, ne esuriat; opere bene exerceat, facilius malo et alieno prohibebit. Vilicus si nolet male facere, non faciet. Si passus erit, dominus inpune ne sinat esse. Pro beneficio gratiam referat, ut aliis recte facere libeat. Vilicus ne sit ambulator, sobrius siet semper, ad cenam nequo eat. Familiam exerceat, consideret, quae dominus imperaverit fiant. Ne plus censeat sapere se quam dominum. Amicos domini, eos habeat sibi amicos. Cui iussus siet, auscultet. Rem divinam nisi Conpitalibus in conpito aut in foco ne faciat. Iniussu domini credat nemini: quod dominus crediderit, exigat. Satui semen, cibaria, far, vinum, oleum mutuuum dederit nemini. Duas aut tres familias habeat, unde utenda roget et quibus det, praeterea nemini. Rationem cum domino crebro putet. Operarium, mercennarium, politorem diutius eundem ne habeat die. Nequid emisse velit insciente domino, neu quid dominum celavisse velit. Parasitum nequem habeat. Haruspicem, augurem, hariolum,

Chaldaeum nequem consuluisse velit. Segetem ne defrudet: nam id infelix est. Opus rusticum omne curet uti sciat facere, et id faciat saepe, dum ne lassus fiat; si fecerit, scibit in mente familiae quid sit, et illi animo aequiore facient. Si hoc faciet, minus libebit ambulare et valebit rectius et dormibit libentius. Primus cubitu surgat, postremus cubitum eat. Prius villam videat clausa uti siet, et uti suo quisque loco cubet et uti iumenta pabulum habeant. Boves maxima diligentia curatos habeto. Bubulcis opsequito partim, quo libentius boves curent. Aratra vomeresque facito uti bonos habeas. Terram cariosam cave ne ares, neve plostrum neve pecus inpellas. Si ita non caveris, quo inpuleris, trienni fructum amittes. Pecori et bubus diligenter substernatur, ungulae curentur. Scabiam pecori et iumentis caveto; id ex fame et si inpluit fieri solet. Opera omnia mature conficias face. Nam res rustica sic est, si unam rem sero feceris, omnia opera sero facies. Stramenta si deerunt, frondem iligneam legito, eam substernito ovibus bubusque. Stercilinum magnum stude ut habeas. Stercus sedulo conserva; cum exportabis, purgato et conminuito; per autumnum evehito. Circum oleas autumnitate ablaqueato et stercus addito. Frondem populneam, ulmeam, querneam caedito per tempus: eam condito non peraridam, pabulum ovibus. Item faenum cordum, sicilimenta de prato, ea arida condito. Post imbrem autumnum rapinam, pabulum lupinumque serito.

Catão, *De Agri Cultura*, V

Tais são os deveres do administrador: que se ocupe do que o senhor recomendou, de tudo o que é preciso que se faça na propriedade e que é preciso comprar e adquirir e de como é preciso repartir o alimento e as vestes aos de casa; aconselho que se ocupe e realize isso e obedeça às ordens do senhor. Além disso, de como é preciso tratar sua esposa e como dar-lhe ordens a fim de que, quando o senhor chegar, o necessário seja preparado e cuidado com zelo.

Vilici officia quae sunt, quae dominus praecepit, ea omnia quae in fundo fieri oportet quaeque emi pararique oportet, quo modoque cibaria, vestimenta familiae dari oportet, eadem uti curet faciatque moneo dominoque dicto audiens sit. Hoc amplius, quo modo vilicam uti oportet et quo modo eae imperari oportet, uti adventu domini quae opus sunt parentur curenturque diligenter.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLII

Cuida de que a esposa do administrador faça suas obrigações. Se o senhor a der a ti como esposa, contenta-te com ela. Faze com que te tema.

Vilicae quae sunt officia, curato faciat. Si eam tibi dederit dominus uxorem, ea esto contentus. Ea te metuat facito.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLIII.1

Convém que o aposento do administrador fique próximo à porta e que ele saiba quem entra ou sai de noite e o que leva, principalmente se não há porteiro algum.

Vilici proximum ianuam cellam esse oportet eumque scire, qui introeat aut exeat noctu quidve ferat, praesertim si ostiarius est nemo.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XIII.2

Dever-se-ia de preferência recomendar isto: que ninguém saia sem ordens do administrador nem o administrador sem ordens do senhor por um período mais longo do que um dia, nem com maior frequência do que o necessário à propriedade.

Quod potius ita praecipendum fuit, nequis iniussu vilici exierit, neque vilicus iniussu domini longius, quam ut eodem die rediret, neque id crebrius, quam opus esset fundo

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVI.5

É preciso que o senhor tenha o registro escrito completo dos instrumentos e ferramentas rurais na cidade e no campo, e o administrador, por outro lado, mantenha no campo isso tudo guardado em lugares certos e perto da sede. *Instrumentum et supellectilem rusticam omnem oportet habere scriptam in urbe et rure dominum, vilicum contra ea ruri omnia certo suo quoque loco ad villam esse posita.*

Varrão, *De Re Rustica*, I.XXXVI.1

Definidas as unidades de registro, as classificamos a partir de dois critérios. Observamos que todas essas obrigações constituem-se em ações de diversos tipos a serem realizadas em referência a alguém ou a algo. Desta maneira, é importante analisarmos quais são essas formas de ação e a quem ou ao que se referem tais obrigações. No que toca às formas de ação, classificamos as ocorrências em sete categorias: *Exemplo, Auto-Disciplina, Obediência, Reconhecimento, Cuidado/Atenção, Controle, Punição*. Já no tocante à segunda preocupação, o objeto da ação, classificamos as ocorrências em nove categorias: *Próprio Vilicus, Fatores de Produção, Animais, Concepções Abstratas, Família, Vizinhaça, Vilica, Outros Trabalhadores, Afazeres religiosos*. Uma análise quantitativa, que superficialmente poderia nos indicar algumas preocupações recorrentes, nos permite a composição do seguinte gráfico.

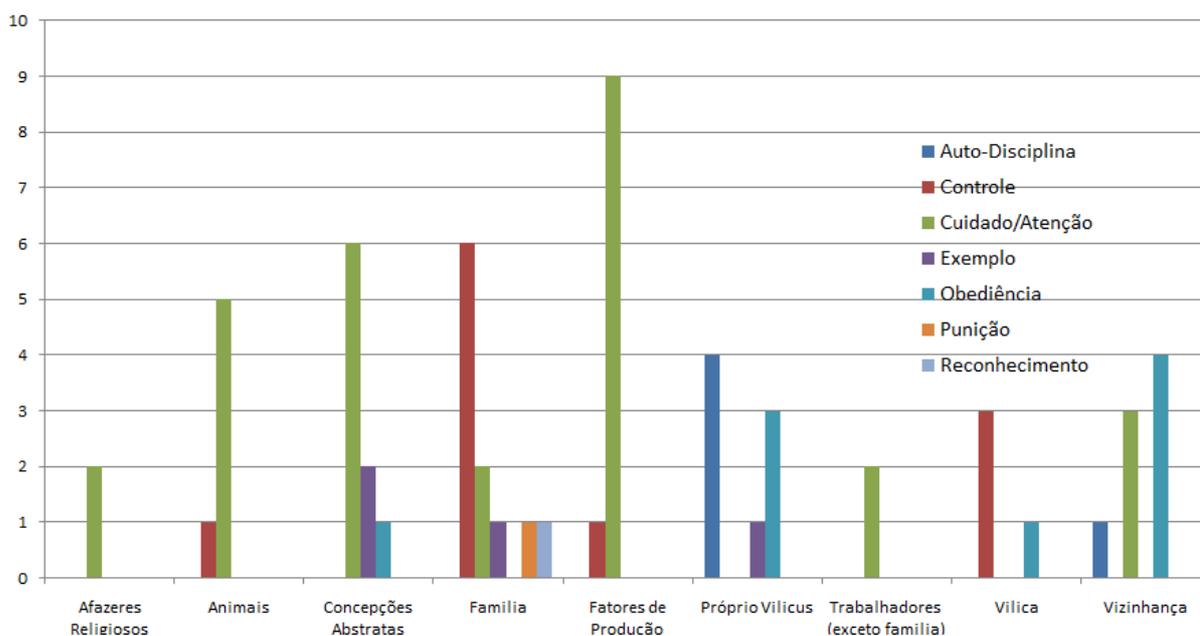


Figura 12 - Categorização das Ações do *Vilicus* em Catão e Varrão

Uma primeira informação relevante que percebemos a partir deste gráfico é a preocupação (mais concentrada em Catão, já que a maioria absoluta dos dados deste gráfico vem da *De Agri Cultura*) com a produtividade do trabalho, que, como vimos, é muito incipiente nas considerações gerais de Varrão sobre os chefes. Um número considerável de obrigações do *uilicus* diz respeito ao que rotulamos como *fatores de produção*, como sementes, ferramentas e edifícios envolvidos na produção, e, também, aos animais e trabalhadores, que em boa parte das unidades de registro aparecem em contextos produtivos. É perceptível a preocupação com a manutenção da fertilidade da terra, o uso correto dos fatores de produção (a terra, sementes, instrumentos) e com a produtividade dos trabalhadores fixos, que devem ser mantidos trabalhando a todo tempo.

Esta última preocupação, identificável na obrigação listada no início do capítulo V por Catão (fazer os de casa trabalhar e cumprir as ordens do senhor) se insere em uma preocupação recorrente, tanto em Catão como em Varrão, de manter os escravos trabalhando sem cessar, como podemos identificar nas seguintes passagens:

Quando o tempo foi chuvoso, puderam-se realizar os seguintes trabalhos durante a chuva: lavar os *dolia*, besuntá-los com pez, limpar a sede, remover o trigo, levar esterco para fora, construir uma esterqueira, limpar as sementes, consertar as cordas e fazer outras novas; em casa, era preciso remendar as mantas de retalhos e capuzes. Nos dias comemorativos, teria sido possível limpar as fossas antigas, construir a via pública, carpir o mato, escavar o jardim, limpar o pasto, enfeixar varas, arrancar espinheiros, moer a espelta e fazer limpeza. Quando os escravos adoeceram, não era preciso dar-lhes uma quantidade de alimento tão grande.

Cum tempestates pluviae fuerint, quae opera per imbrem fieri potuerint, dolia lavari, picari, villam purgari, frumentum transferri, p̄stercus foras efferi, stercilinum fieri, semen purgari, funes sarciri, novos fieri; centones, cuculiones familiam oportuisse sibi sarcire Per ferias potuisse fossas veteres tergeri, viam publicam muniri, vepres recidi, hortum fodiri, pratum purgari, virgas vinciri, spinas runcari, expinsi far, munditias fieri. Cum servi aegrotarint, cibaria tanta dari non oportuisse.

Catão, *De Agri Cultura*, II.3-4.

Durante as chuvas, busca o que se pode fazer na sede. Que não haja pausas. Ocupa-te de manter tudo limpo. Lembra-te de que, se nada for feito, não obstante haverá gastos.

Per imbrem in villa quaerito quid fieri possit. Ne cessetur, munditias facito. Cogitato, si nihil fiet, nihilo minus sumptum futurum.

Catão, *De Agri Cultura*, XXXIX.4

Quando não se pode trabalhar nos campos, o que pode ser feito em local abrigado deve ser concluído, então, nas madrugadas de inverno.

Cum in agris opus fieri non potest, quae sub tecto possunt tunc conficienda antelucano tempore hiberno.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XXXVI

Essa preocupação em manter os escravos ocupados se insere em um aspecto relevante da ideologia escravista ao mesmo tempo em que revela uma dupla necessidade dos proprietários de *uillae*. Os escravos são encarados na ideologia escravista como fonte de benefícios e rendimentos para os senhores, o que, no contexto da escravidão nas *uillae*, significa seu trabalho incessante. Desta forma, uma possível pausa do trabalho escravo (por qualquer motivo que fosse) era vista pelos escravocratas como uma anomia, algo fora do lugar, a ser corrigido e evitado.

Como vimos anteriormente, o trabalho agrícola das *uillae* é marcado por um nível razoável de sazonalidade, menor no caso dos vinhedos, maior no caso dos olivais e cereais, entre outros. Sendo assim, existe uma necessidade de buscar formas de emprego do trabalho escravo em momentos de baixa necessidade de trabalho nas atividades principais para evitar tal subemprego do trabalho escravo, o que pode ter sido um grande estímulo para a diversificação de atividades dentro das *uillae*, como já vimos, e também levava os senhores a buscarem atividades diversas que podiam ser realizadas nestes momentos, como limpeza e manutenção da *uilla*.

Isto diz respeito não apenas ao contexto ideológico que apontamos, pois existe a necessidade prática, convergente com este contexto ideológico, de manter o trabalho escravo constante para manter o nível de extração de excedentes. Porém, talvez mais importante que esta necessidade, era o interesse em manter os escravos ocupados também como forma de controle de possíveis insurgências – dentro da ideologia escravista, escravos desocupados não eram apenas uma anomia, eram também escravos potencialmente em conspiração⁵¹².

Além disso, é interessante notar que muitas obrigações do *uilicus* que tem a *familia* como objeto possuem o que poderíamos chamar de caráter moralizante: o *uilicus* deve zelar pela manutenção de uma atitude correta entre os escravos, servindo de exemplo, evitando brigas entre eles e punindo cada infração de acordo com sua culpa. Porém, este aspecto moral aparece relacionado tanto com o aspecto de controle, obviamente, mas também com o aspecto produtivo. Catão ordena que o *uilicus* faça seus subordinados trabalharem bem e facilmente para assim se manterem longe do que é mal e do que lhes é alheio.

O pensamento de Catão acerca do trabalho rural é claramente estruturado dentro de uma ótica moralista, seguindo a idéia de valorização da agricultura como um aspecto fundamental do *mos maiorum*. Porém, a partir disto, Catão associa intimamente qualidades

⁵¹² Staerman e Trofimova, *La Esclavitud en la Italia Imperial*, op.cit., p.49.

morais, controle da escravaria, trabalho eficiente e ganhos retirados da agricultura. Isto é, aspectos morais são vistos como fundamentais para a eficiência, para a produtividade do trabalho rural. Desta maneira, as qualidades morais exigidas por Catão de seu *uilicus* não podem ser vistas como estranhas a uma racionalização do trabalho agrícola e não há porque querer tentar estabelecer uma prioridade de aspectos morais sobre aspectos produtivos ou vice-versa. O desejo por parte de Catão que seu *uilicus* tenha qualidades morais, e que estas sejam exemplo para o resto dos trabalhadores, não deriva apenas de valores estritamente morais ou culturais, mas também está relacionada à expectativa de eficiência e produtividade no trabalho. O *uilicus* deve manter a ordem entre os trabalhadores e fazê-los manter a retidão em seus atos através do foco no trabalho. Este aspecto é, em nossa opinião, central no pensamento catoniano acerca da organização do trabalho: seja através do exemplo, seja através da punição correta, o *uilicus* deveria manter seus subordinados dentro de uma rígida disciplina que associa retidão moral e eficiência no trabalho.

Ainda discutindo a atenção à produtividade do trabalho, devemos identificar que entre os “objetos” de obrigações do *uilicus* que rotulamos como *concepções abstratas* o que mais se repete é o conceito de trabalho (*opus/opera*). É bastante recorrente na historiografia de linha primitivista afirmar que os antigos não tinham um conceito abstrato de “Trabalho” como nós temos no mundo contemporâneo. Com isso, estes historiadores pretendem mostrar que os antigos não tinham em seu universo conceitual uma idéia definida de *econômico*, como nós teríamos na nossa sociedade. As passagens em Catão e Varrão que fazem referência ao trabalho de maneira abstrata não são, na verdade, uma refutação deste ponto, como uma abordagem apressada poderia sugerir.

Como bem aponta Moishe Postone, a partir da análise de Marx sobre o Capital, Trabalho abstrato não é meramente uma forma de percepção englobante do trabalho em geral, mas uma forma específica do Capitalismo de mediação social da função do trabalho e das relações sociais. Isto é, quando Marx, em sua análise sobre a mercadoria, afirma que o Trabalho no capitalismo tem um caráter duplo, de “Trabalho concreto” (atividade de interação humana com a natureza em todas as sociedades) e “Trabalho Abstrato”, ele não está se referindo apenas, com o segundo conceito, a uma mera conceituação englobante do trabalho em geral, mas um tipo muito diferente de categoria. Refere-se ao fato de que, no Capitalismo, o Trabalho não media apenas a interação homens-natureza, mas as relações sociais de uma maneira ampla, também, criando uma forma nova de interdependência social⁵¹³. Assim,

⁵¹³ Postone, “Capital and Historical Change”, *op.cit.*, p.3.

quando Catão e Varrão se referem ao *opus/opera*, eles não estão identificando o Trabalho Abstrato, que de fato nem existe em um contexto pré-capitalista; estão, na verdade, abstraindo o Trabalho concreto, o que é algo bastante diferente. Assim, *opus/opera* é a abstração de um trabalho concreto, a atividade agrícola, ou no máximo do trabalho da *uilla*, e não a abstração do trabalho como atividade humana que rege as interações entre homem-natureza e entre os homens de maneira geral.

Esta abstração do Trabalho concreto nos permite, justamente, visualizar a preocupação com a produtividade do trabalho. Quando o senhor chega a *uilla*, uma das primeiras obrigações do *uilicus* é prestar contas da contabilidade (*ratio*) do trabalho realizado. Percebemos que, apesar de não ser apresentada de maneira direta nos tratados, devido aos interesses político-ideológicos específicos de suas composições, existe, na administração da *uilla*, algum nível de contabilidade, muitas vezes ignorada ou subestimada por autores primitivistas⁵¹⁴. A necessidade desta contabilidade, e também de se manter ordens e listas do que fazer, não serve apenas para estimular a produtividade do trabalho, mas em especial para garantir o controle das atividades do *uilicus* pelo senhor. Com estas recomendações por escrito, o senhor, ao visitar a propriedade, era capaz de vistoriar a propriedade de maneira muito mais eficiente⁵¹⁵. Sob tal vigilância, o *uilicus* via sua autonomia severamente limitada.

Esta preocupação em controlar o *uilicus*, limitar sua autonomia, está presente em muitos outros pontos das listas de obrigações do *uilicus* que estamos analisando, e nos parece ser um elemento fundamental. As obrigações que tem como “objeto” a vizinhança são extremamente significativas. Catão se preocupa bastante em limitar as relações sociais do *uilicus* com a comunidade na qual a *uilla* se insere: o *uilicus* só deve considerar amigos os amigos do senhor, só dar ouvidos a quem foi ordenado que desse, não comprar nada sem que o senhor saiba, não emprestar nada sem ordens do senhor e não ter comensais. Tudo isto mostra uma clara tentativa de disciplinarização das relações sociais do *uilicus*, com o objetivo de isolá-lo da comunidade. Isto porque para a *uilla* ser de fato uma forma de apropriação do solo “isolante” da comunidade, o administrador desta apropriação precisa ser ele próprio isolado socialmente.

O *uilicus* concentra, de fato, uma grande quantidade de recursos em suas mãos. Assim, é razoável imaginá-lo utilizando tais recursos em seu proveito. A historiografia não esteve

⁵¹⁴ Cf. Gerard Minaud, *Comptabilité à Rome*. Essai d'histoire économique sur la pensée comptable commerciale et privée dans le monde antique romaine. Lausanne: Press Polytechniques et Universitaires Romandes, 2005, p.21.

⁵¹⁵ Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, *op.cit.*, p.85.

insensível a esta questão, porém, focou excessivamente as possibilidades de ganhos financeiros do *uilicus* através de ações independentes do controle do senhor⁵¹⁶. Acreditamos que muito mais importante do que regular possíveis desvios financeiros realizados pelo *uilicus*, a preocupação de Catão é evitar o “desvio” de recursos sociais na construção de relações sociais com a comunidade vizinha à *uilla*. A *uilla*, como vimos, caracteriza-se por um tipo de inserção específico no mundo rural, criando relações sociais singulares com a comunidade que garantem ganhos econômicos, sociais e políticos para a aristocracia urbana. A preocupação de Catão nessas considerações sobre o *uilicus* é disciplinarizar a atuação social deste *uilicus* para conseguir que, de fato, a *uilla* seja esta forma específica de inserção do poder supra-local na comunidade rural.

Controlando recursos diversos (como sementes, dinheiro, instrumentos, escravos, entre outros) o *uilicus* poderia utilizá-los para garantir uma posição social de grande destaque e poder junto à comunidade. O que Catão tenta fazer é impedir que o *uilicus* utilize estes recursos de maneira autônoma. As redes sociais pelas quais estes recursos circularão não podem ser criadas e controladas pelo *uilicus*, devem ser rigidamente controladas pelo senhor. Obviamente, entre os desejos de Catão e a realidade cotidiana deveria haver uma distância considerável, que variava de importância de caso para caso. Certamente os *uilici* deveriam desempenhar papéis sociais de destaque junto às comunidades, que os senhores certamente buscavam disciplinar para conseguir os utilizar para seu próprio benefício.

E não é apenas na relação com a vizinhança que Catão tenta regular o uso dos recursos controlados pelo *uilicus*; na relação com o sagrado, o mesmo se dá. Tenta-se proibir que o *uilicus* realize cultos a seu bel-prazer, apenas aqueles chancelados pelo senhor, nas encruzilhadas, nas Compitais, ou diante do altar poderiam ser realizados. Assim, pretende-se disciplinarizar a atuação do *uilicus* nos rituais religiosos, certamente um aspecto importantíssimo da sociabilidade no campo, e mesmo do que poderíamos chamar de forças produtivas ideais (já que o próprio Catão destaca a importância de sacrifícios e oferendas aos deuses para a boa realização das atividades agro-pastoris, como em *De Agri Cultura*, CXXXIV, CXXXIX, CXL e CXLI).

⁵¹⁶ *Ibidem*, p.74 e 85 e Sergeenko, “Vilicus”, *op.cit.*, p.198-203.

2.3. Outros chefes: *magister pecoris*, *custos* e *uilica*

Além do termo geral utilizado por Varrão, *praefectus*, e do *uilicus*, outras figuras de chefia aparecem tanto no *De Agri Cultura* como no *De Re Rustica*. Catão, ao falar da alimentação da *familia* faz referência a um *epistate*, que seria uma espécie de feitor, mas não nos dá nenhuma informação sobre ele. Sobre outras figuras, podemos tecer algumas considerações, como o *magister pecoris*, de que fala Varrão em seu Livro II, o *custos*, vigia ou supervisor de que fala Catão, e a *uilica*, a quem ambos os autores se referem.

O personagem do diálogo varroniano Estolão afirma no início do Livro I, para enfatizar sua idéia de que agricultura e pastoreio devem ser tratadas separadamente, que estas atividades são tão distintas que seus responsáveis também recebem denominações distintas: enquanto a agricultura estaria a cargo do *uilicus*, o pastoreio seria responsabilidade do *magister pecoris*. Ao longo do Livro II, o *magister pecoris* é citado em momentos em que se discute a saúde dos animais: mais de uma vez Varrão afirma que é necessário que estes guardem por escrito receitas de remédios e de tratamentos para possíveis males que acometam os rebanhos (Varrão, *De Re Rustica*, II.II.20, II.III.8, II.V.18 e II.VII.16, sendo que estes dois últimos se referem aos pastores de maneira geral). Contudo, é no capítulo dedicado aos Pastores que Varrão nos dá melhores informações sobre tal figura de chefia:

(...) Todos eles devem estar sob a um pastor-chefe, que deve ser, se possível, mais velho que o restante, assim como mais experiente, pois os outros estarão mais dispostos a receber ordens de alguém que os supere em idade e conhecimento. Porém, ele não deve ser tão velho que não possa fazer o trabalho pesado. Por que nem velhos nem garotos conseguem encarar facilmente os sofrimentos das trilhas e a aspereza das montanhas – encontradas por aqueles que seguem o rebanho, principalmente de cabras, que gostam de rochedos e madeira para pastar. Os homens escolhidos para este trabalho devem ser fortes, velozes, dinâmicos, com membros flexíveis. Homens que não só possam seguir o rebanho, mas protegê-lo das feras e dos ladrões; alguém que possa descarregar os animais e arremessar a lança.

(...) *esse omnes sub uno magistro pecoris; eum esse maiorem natu potius quam alios et peritiorem quam reliquos, quod ei qui aetate et scientia praestat animo aequiore reliqui parent. Ita tamen oportet aetate praestare, ut ne propter senectutem minus sustinere possit labores. Neque enim senes neque pueri callium difficultatem ac montium arduitatem atque asperitatem facile ferunt, quod patiendum illis, qui greges secuntur, praesertim armenticios ac caprinos, quibus rupes ac silvae ad pabulandum cordi. Formae hominum legendae ut sint firmae ac veloces, mobiles, expeditis membris, qui non solum pecus sequi possint, sed etiam a bestiis ac praedonibus defendere, qui onera extollere in iumenta possint, qui excurrere, qui iaculari.*

Varrão, *De Re Rustica*, II.X.2-3

Percebe-se, nesta passagem, o retorno de alguns elementos elencados na discussão de Varrão sobre os *praefectus* no Livro I: a idéia de que a autoridade do chefe é reforçada pela sua idade e pelo seu conhecimento do trabalho e a necessidade de o chefe estar apto a realizar o trabalho. Porém, este último ponto recebe uma ênfase muito maior nesta consideração sobre o *magister pecoris* do que no Livro I. Varrão identifica que o trabalho a ser realizado por este chefe é bastante severo e exige uma composição física correspondente aos desafios impostos. Este elemento talvez nos permita tecer considerações sobre uma questão que Varrão não deixa clara. Nesta passagem, ele parece associar o *magister pecoris* ao pastoreio por transumância, e como ele aparentemente iguala *uilius* e *magister pecoris* em nível hierárquico, acreditamos ser razoável identificar o *magister pecoris* como um chefe de pastores fundamentalmente ligado ao pastoreio por transumância. Isto é, se algum tipo de gado fosse criado na *uilla*, ele seria criado sob a chefia do *uilius*, apesar de a rígida separação entre agricultura e pastoreio feita por Varrão, a um primeiro olhar, parecer indicar o contrário; pois em nenhum momento o *magister pecoris* aparece tendo relação direta com o *uilius* - o que nos faz imaginar uma atuação para além da *uilla*.

Por sua vez, o *custos* aparece em dois momentos do texto de Catão, quando são listadas suas obrigações na sala de prensagem e quando se explica como devem ser contratadas a colheita e o processamento da azeitona. Nesses dois contextos diferentes, o termo é traduzido de maneiras diferentes por Trevizam, vigia no primeiro e supervisor no segundo, seguindo o mesmo procedimento adotado por Hooper, que o traduz por *watchman* e *representative*:

As obrigações do vigia e do despenseiro: que vigie atentamente o depósito de azeite e a sala de prensagem. Que cuide para que se venha o menos possível à sala de prensagem e ao depósito de azeite. Que se trabalhe na maior ordem e limpeza possíveis. Que não se use um vaso de bronze nem se moam os caroços ao fazer o azeite: se forem moídos, ele terá um gosto ruim. Põe um tacho de chumbo na cuba, para onde o azeite escoe. Quando os azeiteiros espremerem com as barras, que o despenseiro continuamente retire o azeite usando uma concha, com a maior prontidão possível e sem cessar. Que tenha cuidado para não retirar a amurca. Primeiramente, transfere o azeite para uma cuba e daí para outro dolium, sempre extraindo os bagaços e a amurca dessas cubas. Quando retirares o azeite do tacho, extrai-lhe a amurca.

Custodis et capulatoris officia. Servet diligenter cellam et torcularium. Caveat quam minimum in torcularium et in cellam introeatur. Quam mundissime purissimeque fiat. Vaso aheneo neque nucleis ad oleum ne utatur. Nam si utetur, oleum male sapiet. Cortinam plumbeam in lacum ponito, quo oleum fluat. Ubi factores vectibus prement, continuo capulator conca oleum, quam diligentissime poterit, tollat, ne cesset. Amurcam caveat ne tollat. Oleum in labrum primum indito, inde in alterum dolium indito. De

iis labris fraces amurcamque semper subtrahito. Cum oleum sustuleris de cortina, amurcam deorito.

Catão, *De Agri Cultura*, LXVI

Ainda as obrigações do vigia: os que ficarão na sala de prensagem devem manter os vasos limpos e cuidar de que as azeitonas sejam bem processadas e secas. Que não cortem madeira na sala de prensagem. Que retirem o azeite com frequência. Que dê aos azeiteiros um sextário de azeite por moedura e o que for preciso para a lâmpada. Que retire os bagaços todos os dias. Que drene a amurca até que o azeite chegue à última cuba do depósito de azeite. Que esfregue os cestos com uma esponja. Que mude o azeite de recipiente todos os dias, até que chegue ao dolium. Que tenha grande cuidado para que não se furte azeite algum da sala de prensagem e do depósito.

tem custodis officia. Qui in torculario erunt vasa pura habeant curentque uti olea bene perficiatur beneque siccentur. Ligna in torculario ne caedant. Oleum frequenter capiant. Factoribus det in singulos factus olei sextarios et in lucernam quod opus siet. Fraces cotidie reiciat. Amurcam conmutet usque adeo, donec in lacum qui in cella est postremum pervenerit. Fiscinas spongia effingat. Cotidie oleo locum conmutet, donec in dolium pervenerit. In torculario et in cella caveat diligenter nequid olei subripiatur.

Catão, *De Agri Cultura*, LXVII

É preciso contratar a colheita das azeitonas deste modo: que se apanhem corretamente todas as azeitonas segundo o parecer do senhor, de seu supervisor ou de quem as comprará. Que não se colha ou deite abaixo as azeitonas sem ordens do senhor ou do supervisor. Se alguém proceder contrariamente, ninguém pague pelo que ele colher no mesmo dia e não haverá dívida. Todos os que colherem as azeitonas jurem ao senhor ou ao supervisor que eles e ninguém mais roubaram azeitonas de má-fé da propriedade de L. Mânlio durante a colheita. (...) Que ninguém dê seu consentimento para que se contrate a colheita e o processamento das azeitonas por um preço maior, a não ser que se nomeie seu sócio atual. Se alguém proceder contrariamente, caso o senhor ou seu supervisor desejarem, que todos os sócios prestem juramento (...)

Oleam legendam hoc modo locare oportet. Oleam cogito recte omnem arbitrato domini, aut quem custodem fecerit, aut cui olea venierit. Oleam ne stringito neve verberato iniussu domini aut custodis. Si adversus ea quis fecerit, quod ipse eo die delegerit, pro eo nemo solvet neque debebitur. Qui oleam legerint, omnes iuranto ad dominum aut ad custodem sese oleam non subripuisse neque quemquam suo dolo malo ea oletate ex fundo L. Manli. (...) Nequis concedat, quo olea legunda et faciunda carius locetur, extra quam siquem socium inpraesentiarum dixerit. Siquis adversum ea fecerit, si dominus aut custos volent, iurent omnes socii.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLIV.1 e 3

É preciso contratar o processamento das azeitonas sob estas condições: que as processe corretamente segundo o parecer do senhor ou do supervisor responsável. (...) Proveja homens tais que agradem ao supervisor ou a quem comprar as azeitonas. (...) Não toque no azeite para usá-lo nem para roubar, a não ser o que o senhor ou o supervisor derem. (...) Que os azeiteiros, fabricantes do azeite, jurem ao senhor ou ao supervisor que eles e ninguém mais roubaram azeite ou azeitonas de má-fé da propriedade de L. Mânlio. (...) Que não tenha sócio algum, a não ser o que o senhor ou o supervisor autorizarem. (...)

Oleam faciendam hac lege oportet locare. Facito recte arbitrato domini aut custodis, qui id negotium curabit. (...) Homines eos dato, qui placebunt aut custodi aut quis eam oleam emerit. (...) Oleum ne tangito utendi causa neque furandi causa, nisi quod custos dederit aut dominus. (...) Factores, qui oleum fecerint, omnes iuranto aut ad dominum aut ad custodem sese de fundo L. Manli neque alium quemquam suo dolo malo oleum neque oleam subripuisse. (...) Socium nequem habeto, nisi quem dominus iusserit aut custos. (...)

Catão, *De Agri Cultura*, CXLV

É provável que a opção dos tradutores esteja realmente correta, pois de fato as funções desempenhadas pelo *custos* nos dois contextos são bem diferentes, o que pode significar que se tratam de dois ofícios de fato distintos identificados pelo mesmo termo. Na primeira situação, o controle do trabalho na sala de prensagem, o *custos* parece desempenhar um papel mais ativo no trabalho. Utilizando a forma de análise que empregamos nas considerações sobre o *uilicus*, podemos dizer que todas as suas obrigações se referem ou aos trabalhadores ou aos fatores de produção, mostrando um foco absoluto de preocupação no desempenho do trabalho – que cede espaço apenas para preocupações com o controle sobre possíveis furtos.

Já no segundo contexto em que o *custos* é citado, ele não desempenha, aparentemente, qualquer papel direto no trabalho. No contexto do empreitamento de uma atividade (colheita ou processamento de azeitonas), ele age rigorosamente como o substituto do senhor absentista: tudo aquilo que este deveria exigir, inspecionar e avaliar, o *custos* assume a responsabilidade. Neste contexto, então, mais do que dirigente do trabalho, ele aparece como fiscalizador deste, apurando se os termos em que o empreitamento foi acordado estão sendo cumpridos. Isto é, mais do que ser o responsável direto para que os termos sejam cumpridos, ele fiscaliza se isso ocorrerá. Este é um fato curioso, pois a princípio seria razoável esperar que o *uilicus* desempenhasse tal papel de representante do senhor ausente. Talvez, o *uilicus* pudesse exercer este papel de *custos*, e Catão apenas use um termo mais genérico para incluir situações em que o *uilicus* não desempenhasse tal função – hipótese, esta, que perde força se pensarmos o quão detalhada é a atenção dada ao *uilicus* por Catão em seu tratado. Assim, aparentemente, o *uilicus* está mais associado com o trabalho da escravaria da *uilla* (a *familia*), e talvez com o trabalho diretamente contratado (já que uma das obrigações do *uilicus* faz referência a contratação de trabalhadores), enquanto o trabalho empreitado seria fiscalizado por um outro tipo de chefia, identificado aqui pelo termo *custos*.

Quanto à *uilica*, Varrão faz menções sem qualquer profundidade, citando-a apenas em referência aos problemas que o conselho de Catão sobre quantos escravos ter em uma propriedade causaria. Catão, porém, dedica todo um capítulo a considerações sobre ela, que

começa com obrigações do *uilicus* sobre a *uilica*, mas que é dedicado em sua maior parte às obrigações da própria *uilica*:

Cuida de que a esposa do administrador faça suas obrigações. Se o senhor a der a ti como esposa, contenta-te com ela. Faze com que te tema. Que não seja excessivamente dada ao luxo. Que tenha pouquíssima intimidade com as vizinhas e outras mulheres e não as receba na sede ou as tenha junto a si. Que não vá banquetear-se em parte alguma nem seja passeadeira. Que não realize sacrifícios nem mande que outros os façam em seu lugar sem ordens do senhor ou da senhora. Que saiba que o senhor é responsável pelos sacrifícios por todos os de casa. Que seja limpa; que mantenha a sede varrida e com asseio; que mantenha a lareira diariamente limpa e varrida, antes de deitar-se. Nas calendas, idos, nonas e dias de festa, que ponha uma coroa sobre a lareira e nos mesmos dias suplique ao Lar familiar conforme suas posses. Que ela se ocupe de cozinhar o alimento para ti e os de casa. Que tenha à sua disposição muitas galinhas, ovos, peras secas, sorvas, figos, passas, sorvas em vinho reduzido, pêras, uvas e marmelos estrútios em dolia, uvas em seu próprio bagaço e armazenadas em potes enterrados e nozes prenestinas frescas armazenadas num pote enterrado. Maçãs escancianas em dolia, de outros tipos comumente utilizados em conserva e silvestres: que tenha isso tudo anualmente conservado com cuidado. Que saiba fazer uma boa farinha e farro bem moído.

Vilicae quae sunt officia, curato faciat. Si eam tibi dederit dominus uxorem, ea esto contentus. Ea te metuat facito. Ne nimium luxuriosa siet. Vicinas aliasque mulieres quam minimum utatur neve domum neve ad sese recipiat. Ad cenam nequo eat neve ambulatrix siet. Rem divinam ni faciat neve mandet, qui pro ea faciat, iniussu domini aut dominae. Scito dominum pro tota familia rem divinam facere. Munda siet; villam conversam mundeque habeat; focum purum circumversum cotidie, priusquam cubitum eat, habeat. Kalendis, Idibus, Nonis, festus dies cum erit, coronam in focum indat, per eosdemque dies lari familiari pro copia supplicet. Cibum tibi et familiae curet uti coctum habeat. Gallinas multas et ova uti habeat. Pira arida, sorba, ficos, uvas passas, sorba in sapa et pira et uvas in doliis et mala strutea, uvas in vinaciis et in urceis in terra obrutas et nuces Praenestinas recentes in urceo in terra habeat. Mala Scantiana in doliis et alia quae condi solent et silvatica, haec omnia quotannis diligenter uti condita habeat. Farinam bonam et far suptile sciat facere.

Catão, *De Agri Cultura*, CXLIII

A *uilica* sempre foi identificada como a esposa do *uilicus*, e a tradução de Trevizam, que utilizamos, segue esta interpretação. Porém, em um convincente artigo, Ulrike Roth ataca severamente essa pré-concepção acrítica. Segundo a historiadora austríaca, a visão androcêntrica dominante (tanto em nossa sociedade quanto no mundo dos autores das nossas fontes) impediu a historiografia de estudar a *uilica* em seus próprios termos. Todos os estudos dedicados a *uilla* sempre relegaram a *uilica* a um status associativo – isto é, torna-se uma

uilica a mulher que casar com o *uilicus* ou a mulher do escravo que se tornar um *uilicus*⁵¹⁷. Como Roth mostra, existem pouquíssimos indícios que nos permitiriam referendar essa visão, e todos eles são extremamente frágeis. Em Varrão, não há qualquer passagem que permita identificar a *uilica* como mulher do *uilicus*. Em Catão, o início da passagem citada acima tem duas interpretações possíveis. Partindo do pressuposto que a *uilica* é necessariamente a mulher do *uilicus*, poderíamos pensar que Catão está indicando a possibilidade de o senhor escolher a escrava que casará com o *uilicus*, e por conseguinte se tornará a *uilica*. Porém, Roth indica uma interpretação muito mais verossímil: Catão está indicando a possibilidade de obrigar o *uilicus* e a *uilica* de uma propriedade, que já teriam estes cargos independentemente de qualquer união conjugal, de se casarem um com o outro⁵¹⁸.

Em Columella, Roth identifica uma passagem significativa (Columella, *De Re Rustica*, XII.I.1-2) na qual se faz menção aos esposos do *uilicus* e da *uilica* utilizando para ambos o termo *contubernalis*, e sem qualquer referência ao fato de que eles seriam o tal *contubernalis* um do outro⁵¹⁹. Em outras fontes literárias, Roth demonstra, nunca há a idéia de que a mulher do *uilicus* é a *uilica*: por exemplo, na peça *Casina*, de Plauto, a escrava que dá nome a peça é cortejada por um *uilicus*, e em nenhum momento a possibilidade de casar-se com este leva a menção de que *Casina* se tornaria uma *uilica*⁵²⁰.

Contudo, são as fontes epigráficas que sustentam com mais força a hipótese de Roth de que a *uilica* não era necessariamente a esposa do *uilicus*. Em 194 inscrições encontradas na Itália existem referências a *uilicus*, e apenas seis mencionam a *uilica*, sendo que duas destas mencionam *uilicus* e *uilica*. De todas essas 198 inscrições, 45 falam em parceiras do *uilicus* ou parceiros da *uilica*. Em todo este *corpus* documental, apenas duas inscrições, aparentemente, se referem ao *uilicus* e a *uilica* como um casal. Por outro lado, uma inscrição se refere ao esposo da *uilica* sem chamá-lo de *uilicus* e 42 inscrições se referem a esposa do *uilicus* por termos diversos (*coniunx*, *conserva*, *contubernalis*, *uxor*, entre outros) que não *uilica*. É possível que algumas dessas esposas indicadas como *coniunx*, *conserva* ou outros termos fossem *uilicae*, mas como argumenta Roth, isso não é muito provável. Dentro da tradição epigráfica romana, a ostentação de títulos ligados a ofícios que garantiam destaque dentro do grupo social em que os mencionados viviam, como seria o caso de uma *uilica*, era

⁵¹⁷ Ulrike Roth, "Inscribed Meaning: The *Vilica* and the Villa Economy". *Papers of the British School at Rome*, vol.LXXII, 2004, p.102-103.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p.112.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p.111-112.

⁵²⁰ *Ibidem*, p.113.

extremamente recorrente, e não faria sentido, neste contexto, que tantas *uilicae* desprezassem a possibilidade de utilizar tal título nas inscrições.

Acima de tudo, porém, mesmo em uma das inscrições em que *uilicus* e *uilica* são identificados como um casal, podemos perceber que esta realidade não era necessária e óbvia. O texto inscrito na estela funerária erguida pelo *uilicus* Felix em homenagem a sua esposa Veneria indica a homenageada tanto como *uilica* de uma propriedade como *coniux* de Felix. Isto é, o título *uilica* não foi utilizado para determinar que Veneria era esposa de Felix – sua presença se devia a identificação do ofício e do *status* da homenageada, e sua condição de esposa era identificada por outro termo, *coniux*⁵²¹.

Roth acredita que os estudos sobre a figura da *uilica* devem se focar em suas funções, que devemos entender a *uilica* como um ofício. Ela acredita que a *uilica* era responsável por comandar o trabalho feminino da propriedade rural, que seria fundamental no que ela chama de “setor industrial” da economia da *uilla*, isto é, a produção manufatureira de tecidos e outros tipos de produtos na sede da *uilla* – que segundo Roth é severamente subestimada nas análises modernas sobre a economia da *uilla*⁵²². Porém, é impossível identificar esta função na passagem de Catão que nos informa sobre a *uilica*.

Nesta passagem, Catão demonstra três grandes preocupações. A primeira é regular e controlar as relações sociais da *uilica* com a vizinhança, de maneira mais rígida do que feita com o *uilicus*. Assim, Catão demonstra o desejo de que o ponto de relações da *uilla* com o exterior seja apenas o *uilicus*, que trataria das relações necessárias com os vizinhos. A *uilica* não deveria desempenhar tal função, e mais uma vez identificamos a preocupação em evitar a formação de relações sociais entre os escravos da *uilla* e a comunidade, que pudessem modificar a forma de inserção da *uilla* nesta a favor dos membros da *familia* (em especial aqueles em cargos de chefia) e em detrimento dos interesses do senhor. A segunda preocupação é disciplinarizar a relação da *uilica* com o sagrado. Como a preocupação aqui é muito maior do que a demonstrada sobre mesmo aspecto em relação ao *uilicus*, podemos imaginar que a *uilica* tivesse grande poder neste campo. Por fim, existe uma preocupação em determinar atividades relacionadas a manutenção da sede e com o preparo de alimentos, tanto para o senhor quando em visita, quanto para a escravaria da casa.

Chama a atenção o fato de nenhuma das obrigações da *uilica* tratar da relação pessoal com o resto da escravaria, com exceção do *uilicus*, o que pesa contra a hipótese de a *uilica* exercer o papel de administradora do trabalho de outras escravas, imaginado por Roth.

⁵²¹ *Ibidem*, p.105-110.

⁵²² *Ibidem*, p.103-105.

Obviamente, este ponto pode estar submetido aos silêncios impostos por aspectos ideológicos da composição do tratado. Se devemos concordar com Roth sobre o fato de a *uilica* não ser *necessariamente* a esposa do *uilicus*, também há de se perceber que sua figura aparece no texto como uma espécie de substituta da senhora na administração da propriedade. Assim, as obrigações da *uilica* listadas por Catão podem estar submetidas às concepções que os homens da aristocracia romana tinham sobre a atuação das mulheres na administração da *domus*, que não coincidia necessariamente com a realidade da importância da atuação destas mulheres. Porém, esta hipótese só poderia ser testada em um trabalho de maior fôlego sobre o papel das mulheres em papéis de chefia e administração no mundo romano e a forma como tais papéis eram retratados pelos homens de sua época.

3. Tratamento dos Escravos

No *De Agri Cultura*, a maior parte das passagens que falam dos trabalhadores fixos são controladas pela preocupação com o controle hierárquico, o que é perceptível pelo fato de quase todas estas passagens terem chefes (*uilicus*, *custos*, etc.) como suas figuras centrais. Podemos obter apenas algumas poucas informações sobre o tratamento que Catão acreditava ser necessário para o conjunto da escravaria da casa. Muito diferente é o tratado de Varrão que, apesar de também ter uma preocupação elevada com o problema da chefia, dispensa considerações relevantes sobre o problema do tratamento dos escravos, tendo como problema central a necessidade de gerar entre os escravos certas atitudes e sentimentos benéficos aos interesses do senhor.

3.1. Aplicação ao trabalho e fidelidade ao senhor

O final do capítulo XVII do Livro I da *De Re Rustica*, aquele dedicado aos “instrumentos vocais”, isto é, os trabalhadores, é dominado por conselhos de Varrão quanto ao tratamento a ser dispensado aos escravos:

Deve-se cuidar de que os chefes fiquem mais satisfeitos ganhando um pecúlio e de que disponham de um pequeno rebanho e de esposas que também sejam escravas e lhes dêem filhos. Pois assim se esforçam e se ligam mais à propriedade. Por tais parentescos, os escravos do Epiro são mais afamados e caros. A boa vontade dos chefes deve ser conquistada tratando-os com alguma consideração; quanto aos trabalhadores que se destacarem dos demais, também se deve consultá-los a respeito do trabalho a fazer: quando isso acontece, pensam que são menos desprezados e que são

tratados com alguma estima pelo senhor. Eles se tornam mais aplicados aos trabalhos se os tratares com maior generosidade, dando-lhes mais alimento, vestes, descanso ou fazendo concessões, como permitir que apascentem um pequeno rebanho seu na propriedade ou algo semelhante. Tendo-se ordenado a eles algo mais pesado ou castigado de algum modo, restaura-se sua boa vontade e lealdade ao senhor consolando com tais benefícios.

Praefectos alacriores faciendum praemiis dandaque opera ut habeant peculium et coniunctas conservas, e quibus habeant filios. Eo enim fiunt firmiores ac coniunctiores fundo. Itaque propter has cognationes Epiroticae familiae sunt illustriores ac cariores. Inliciendam voluntatem praefectorum honore aliquo habendo, et de operariis qui praestabunt alios, communicandum quoque cum his, quae facienda sint opera, quod, ita cum fit, minus se putant despici atque aliquo numero haberi a domino. Inliciendam voluntatem praefectorum honore aliquo habendo, et de operariis qui praestabunt alios, communicandum quoque cum his, quae facienda sint opera, quod, ita cum fit, minus se putant despici atque aliquo numero haberi a domino. Studiosiores ad opus fieri liberalius tractando aut cibariis aut vestitu largiore aut remissione operis concessioneve, ut peculiare aliquid in fundo pascere liceat, huiusce modi rerum aliis, ut quibus quid gravius sit imperatum aut animadversum qui, consolando eorum restituat voluntatem ac benevolentiam in dominum.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XVII.5-7

A passagem é dominada por uma preocupação com a garantia aos escravos de certos incentivos materiais (generosidade nos alimentos e vestimentas, garantia de um pecúlio) e também “psicológicos” (generosidade nos descansos, tratamento com consideração)⁵²³, que têm por objetivo manter a satisfação e a boa vontade dos escravos. Porém, os escravos não são tratados homoganeamente, existindo uma distinção hierárquica nas atitudes que se pretende cultivar e os meios utilizados para tal.

Referindo-se àqueles que chefiam, as recompensas incentivadoras aparecem como necessárias para garantir sua satisfação, firmeza⁵²⁴ e ligação à terra, assim como também para conquistar sua boa vontade. As recompensas sugeridas para garantir estes sentimentos ou atitudes para os chefes são um pecúlio, um pequeno rebanho, uma esposa também escrava que lhe dê filhos, e um tratamento com consideração. Um tratamento com aparente consideração e menor desprezo deve ser garantido àqueles que se destacarem dos demais. Aparentemente se referindo aos trabalhadores de uma forma geral (e não apenas aos chefes ou aos trabalhadores que mais se destacam), Varrão afirma que eles se tornam mais aplicados/zelosos ao trabalho e garante-se a restituição de sua boa vontade e lealdade ao senhor tratando-os com maior

⁵²³ René Martin, “*Familia Rustica*,” *op.cit.*, p.290-291.

⁵²⁴ Matheus Trevizam opta por traduzir o termo *firmus* pela idéia de “esforço”, como pode ser visto na citação acima, porém acreditamos que a tradução mais literal por “firmes” abarca melhor certas particularidades, como veremos a seguir.

generosidade com relação aos alimentos, vestimentas e descanso, ou lhes garantindo um pequeno rebanho.

O capítulo XVII não é o único momento do Livro I em que tal tipo de preocupação surge. No capítulo XIX, dedicado aos instrumentos semi-vocais, Varrão afirma que:

(...) nesse tipo semivocálico, devem-se incluir apenas os animais que servirem para cultivar o campo e os poucos que em geral os escravos devem possuir como pecúlio, para que possam manter-se com mais facilidade e ser diligentes. Desses animais, não só os que têm pastagens preferem ter ovelhas a porcos por causa do esterco, mas também os que têm por outros motivos além das pastagens.

(...) in hoc genere semivocalium adiciendum de pecore ea sola quae agri colendi causa erunt et quae solent esse peculiaris pauca habenda, quo facilius mancipia se tueri et assidua esse possint. In eo numero non modo qui prata habent, ut potius oves quam sues habeant curant, sed etiam qui non solum pratorum causa habent, propter stercus.

Varrão, *De Re Rustica*, I.XIX.3

Assim, os escravos – em geral, aqui não há divisão entre chefes e o restante – devem receber um pecúlio em forma de alguns animais, normalmente ovelhas, mas talvez porcos também (a referência a eles não deve ser gratuita, isto é, apesar de a maioria preferir ovelhas alguns deveriam ter porcos), para que possam se manter com mais facilidade e serem mais diligentes.

O fato de tal preocupação surgir em um momento no qual a escravaria não está sendo analisada pelo autor é sinal de sua relevância. Além disso, esta passagem é bastante significativa por outros dois motivos: primeiro, ela se encontra no final de um capítulo dedicado inteiramente ao número de bois necessários à plantação, e repentinamente Varrão nos apresenta esta afirmação citada; segundo, até como explicação para as considerações sobre esses animais neste momento, Varrão aponta como instrumentos semi-vocais, além dos “animais que servirem para cultivar o campo”, apenas ovelhas e porcos sob pecúlio dos escravos. Estes animais, quando propriedade do senhor, não são considerados, por Varrão, como instrumentos semi-vocais, pois não se tira proveito deles para o cultivo da terra. Assim, eles não fazem parte da Agricultura, mas do Pastoreio (e, por isso, a eles são dedicados os capítulos II e IV do Livro II, e nenhum no Livro I). Desta forma, para Varrão, ovelhas e porcos só são instrumentos semi-vocais, só fazem parte da agricultura (distinguida rigidamente do pastoreio no capítulo II do Livro I, como vimos) quando em posse dos escravos – aparentemente porque tais animais tornam os escravos mais diligentes e facilitam

sua manutenção, o que certamente é proveitoso para a agricultura. Percebe-se, com isso, a importância que Varrão dá a esta concessão de animais para os escravos como pecúlio.

No capítulo dedicado aos pastores, no Livro II, a preocupação com o estímulo a certas atitudes e sentimentos entre os escravos através de certas concessões senhoriais volta a surgir:

No caso daqueles que mantêm o rebanho nas montanhas e florestas e não na sede, e que se abrigam da chuva não no telhado da fazenda, mas em uma cabana improvisada, muitos pensam que é aconselhável mandar uma mulher acompanhá-lo, preparar comida para ele e fazê-lo mais diligente.

Qui autem in saltibus et silvestribus locis pascunt et non villa, sed casis repentinis imbres vitant, iis mulieres adiungere, quae sequantur greges ac cibaria pastoribus expediant eosque assiduios faciant, utile arbitrati multi.

Varrão, *De Re Rustica*, II.X.6

Novamente aparece a preocupação com o trabalho diligente e com a manutenção do trabalhador, no caso através da presença de uma companheira que prepare alimentos para ele. O trabalhador aqui não é mais o chefe – no caso dos pastores, o *magister pecoris* – mas também não são os trabalhadores em geral. Trata-se de um grupo específico, aqueles *pastores* que não trabalham diariamente na *uilla*, fazendo a criação por transumância.

Estas prescrições de Varrão nos mostram três interesses principais. O primeiro, encontrar formas que permitam os escravos “se manter mais facilmente”, aparece com menos frequência. Os outros dois, porém, têm muita força nas prescrições: fazer os escravos terem disposição e aplicação ao trabalho e serem leais ao senhor. A presença desses dois interesses pode ser identificada em cada um dos sentimentos ou atitudes que Varrão acha necessário promover entre os escravos.

Entre os chefes, como vimos, as atitudes que deveriam ser geradas eram: satisfação (*alacritas*), firmeza (*firmus*), ligação com a terra (*coniunctio fundo*) e boa vontade (*uoluntate*). O termo latino *alacritas* pode ser traduzido por “satisfação” (como o faz Trevizam), mas também o pode ser por “vivacidade”, “ardor” ou “entusiasmo”. Entende-se perfeitamente que Varrão pretende que seus chefes estejam dispostos ao trabalho. Já a tradução de *firmiores* no sentido de “esforço” (adotada por Trevizam) dá a dimensão exata do que apontamos como uma preocupação com a disposição dos escravos para o trabalho. Contudo, mesmo uma tradução mais literal mantém tal dimensão, pois a “firmeza” aí tem tanto o sentido de robustez, necessária à produção, como de constância no trabalho. Por sua vez, o substantivo *coniunctio* pode dar uma idéia mais específica de ligação com a terra, uma ligação harmoniosa. Isto é, o escravo estaria harmoniosamente ligado à terra, o que está relacionado tanto com a produção (pois em harmonia com a terra, melhor é seu desempenho no trabalho) como com a

questão da fidelidade, pois a ligação com a terra impede que o escravo fuja ou se insurja contra seu senhor. Por fim, a tradução de *Voluntate* por “boa vontade”, assim como outras traduções possíveis (“boa disposição para com alguém” ou “afeição por alguém”) aponta a preocupação com a fidelidade para com o senhor.

Quanto aos escravos em geral, podemos identificar como atitudes que deveriam ser geradas: novamente a boa vontade (*uoluntate*), a aplicação ou zelo ao trabalho (*studiosus ad opus*), a diligência (*assidue*) e a lealdade ao senhor (*benevolentia in domino*). A tradução de *studiosus* por “aplicados” (feita por Trevizam) já aponta no sentido de disposição ao trabalho, mas é importante o fato de o termo trazer uma noção de aplicação cuidadosa, zelosa, ao trabalho. O termo *assidue* não precisa de maiores discussões, já que é claro que a diligência se refere à execução de suas obrigações, da execução sem interrupções do trabalho. O mesmo pode-se dizer do termo *benevolentia in domino*, que claramente destaca a importância da lealdade ao senhor.

Tabela 2 - Atitudes e sentimentos que devem ser estimulados entre os Escravos, segundo Varrão

	<i>Trabalho</i>	<i>Lealdade</i>
Chefes	Satisfação (<i>alacritas</i>); Firmeza (<i>firmus</i>); Ligação com a terra (<i>coniunctio fundo</i>).	Ligação com a terra (<i>coniunctio fundo</i>); Boa vontade (<i>uoluntate</i>).
Escravos em geral	Aplicação/zelo ao trabalho (<i>studiosus ad opus</i>); Diligência (<i>assidue</i>).	Boa vontade (<i>uoluntate</i>); Lealdade ao senhor (<i>benevolentia in domino</i>).

Os métodos com que Varrão acredita ser possível despertar tais atitudes na escravaria também podem ser divididos entre os gerais, aplicáveis para todos os escravos, e os específicos para os chefes. Entre os primeiros está a garantia de um pecúlio, o tratamento generoso com relação aos alimentos e vestimenta, assim como a concessão de descansos. Já no segundo grupo, os específicos para os chefes, encontramos o consentimento em que tenham esposas e filhos e o tratamento com dignidade (*honor*). Existe um tratamento que poderíamos chamar de intermediário entre aquele geral para a escravaria e este distinto para os chefes, dispensado àqueles trabalhadores que se destacam dos demais no trabalho agrícola. A estes homens dever-se-ia perguntar sobre estes trabalhos a fim de que pensem que são

tratados com menos desprezo e com alguma estima pelo senhor. Percebemos assim, uma hierarquização dos trabalhadores na visão de Varrão. No topo estão os chefes (*praefectus*), que devem ser tratados com dignidade e com todos os tipos de recompensa (*praemium*); a seguir vinham aqueles que se destacavam no trabalho, a quem se deveria tratar de modo a que parecesse com menos desprezo e alguma estima; por fim, o resto da escravaria, que por contraste podemos imaginar sendo tratado sem qualquer dignidade ou estima, com todo desprezo. Porém, mesmo para estes haveria alguns incentivos que visavam o estímulo à disposição e zelo no trabalho, assim como a lealdade para com o senhor.

Destes incentivos ou recompensas que buscavam estimular a aplicação ao trabalho e a lealdade ao senhor entre os escravos, identificáveis em na *De Re Rustica* de Varrão, é preciso destacar dois: a garantia de um pecúlio e a possibilidade de formação de uma família escrava. Ambos elementos são centrais em importantes debates sobre a escravidão nas Américas, e não têm recebido a atenção devida nos estudos sobre a escravidão antiga. A imagem do escravismo rural romano ainda é dominado pela idéia de Weber, de uma propriedade rural organizada nos termos de um quartel no qual pecúlio e relações familiares eram um privilégio restrito ao *uilius*⁵²⁵. Analisando, porém, com cuidado o problema do pecúlio e da família escrava identificaremos um quadro diferente deste.

3.2. Pecúlio: controle social e “brecha camponesa”

A princípio, o pecúlio identificável na *De Re Rustica* é invariavelmente a posse de um pequeno rebanho. Além das duas passagens citadas acima, nos capítulos XVII e XIX do Livro I, outra passagem neste mesmo livro associa o pecúlio à posse de animais:

Ágrio disse: “Tu, ó flautista, não só tiras o gado do senhor como também tiras dos escravos a pequena parte do rebanho que lhes cabe, dada pelos senhores para apascentarem (...)”

Agrius, Tu, inquit, tibicen non solum adimis domino pecus, sed etiam servis peculium, quibus domini dant ut pascant (...)

Varrão, *De Re Rustica*, I.II.17

Nesta passagem, o personagem Ágrio critica a separação entre agricultura e pastoreio proposta pelos outros personagens afirmando que não só os senhores possuíam gado como os próprios escravos também recebiam alguns animais dos senhores. Segundo Ulrike Roth,

⁵²⁵ Cf. Ulrike Roth, “To have and to be: food, status and the *peculium* of agricultural slaves”. *The Journal of Roman Archaeology*, vol.18, 2005, p.279.

autores antigos e mesmo comentadores modernos destacam a própria etimologia da palavra *peculium* como indício da origem da instituição estar ligada a posse de animais (*pecus*)⁵²⁶.

Porém, esta identificação absoluta entre pecúlio e posse de gado no tratado de Varrão não pode ser, automaticamente, usada para afirmar que esta fosse a forma exclusiva de pecúlio dos escravos rurais na Roma Antiga. Mesmo Varrão, no capítulo XVII do Livro I, citado acima, afirma que a concessão do senhor ao escravo pode ser a posse de alguns animais ou algo similar – ou seja, o gado não era a única opção de pecúlio. A insistência em identificar o pecúlio com o gado, não fazendo qualquer menção ao direito de cultivar uma pequena roça, por exemplo, pode ser indicativo de uma maior importância dos animais como pecúlio, mas também se deve a certas particularidades da composição do *De Re Rustica*. Primeiro, em duas das três passagens em que identificamos esta associação entre pecúlio e posse de gado, Varrão têm em mente seu objetivo de distinguir agricultura do pastoreio, e por isso a preocupação em tratar dos animais sob posse dos escravos. Além disso, a própria proximidade etimológica entre *peculium* e *pecus* pode ter estimulado Varrão a enfatizar o gado, pois Varrão era um grande entusiasta do estudo da etimologia e, ao longo da *De Re Rustica*, tenta estabelecer explicações baseadas na etimologia para vários elementos da agricultura e do pastoreio.

O acesso ao pecúlio não aparece restrito aos chefes escravos, como a imagem weberiana prevê. Como vimos acima, o pecúlio é indicado como uma concessão a ser feita tanto aos chefes como aos escravos em geral. Tratando dos chefes, o pecúlio aparece como forma de obter sua satisfação, firmeza no trabalho e ligação à propriedade. No caso do resto da escravaria, o objetivo seria garantir uma manutenção facilitada, a diligência no trabalho, assim como a aplicação e o zelo no trabalho e a restituição de boa vontade e lealdade ao senhor. Assim, o pecúlio é uma forma de incentivo ou recompensa capaz de satisfazer, ao mesmo tempo, os três interesses que identificamos na *De Re Rustica*: facilitar a manutenção dos escravos, e estimular sua aplicação ao trabalho e sua lealdade ao senhor.

Quanto ao papel do pecúlio no controle da escravaria, existem três posições historiográficas básicas: alguns autores, como A.H.M. Jones, destacam a mitigação da subordinação permitida pela posse de bens pelo escravo, sendo esta, portanto, um elemento de dissolução da ordem escravista; outros historiadores, como Keith Hopkins, ressaltam a importância do pecúlio como forma de estímulo para o trabalho e a acomodação do escravo dentro do sistema, sendo assim um elemento de reforço da ordem escravista; por fim, outros

⁵²⁶ *Ibidem*, p.280.

estudiosos do tema, como Moses Finley, analisam o pecúlio como uma instituição de caráter duplo, portadora de uma ambigüidade característica do escravismo, que ao mesmo tempo em que reforça as estruturas escravista garante certas liberdades de ação ao escravo que deturpam a lógica estrita do escravismo⁵²⁷.

A terceira posição, que identifica um caráter duplo e internamente contraditório no pecúlio, nos parece correta, ao menos para o estudo do pecúlio no mundo rural – com certa ênfase, porém, no papel desempenhado pelo pecúlio no controle social dos escravos, evidenciado pelo próprio texto varroniano. Eduardo Silva, em seu estudo sobre a visão dos senhores de escravos do Rio de Janeiro do século XIX sobre as “roças dos escravos”, identificou que o aspecto de segurança sobrepõe-se aos interesses em minimizar os custos de manutenção da força de trabalho, pois, para os senhores, “a ilusão da propriedade ‘distrai’ da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda”⁵²⁸. Como esta “ilusão de propriedade” prende o escravo à terra percebemos facilmente: a fuga ou insurreição levaria à perda das economias acumuladas através dela. Já a “distração da escravidão” é garantida, justamente, pela possibilidade de construção de certa “autonomia”, tanto psicológica quanto econômica, do escravo permitida pelo pecúlio, garantindo sua possibilidade de utilização como instrumento de controle social.

Ou seja, o caráter de “mitigação da subordinação”, permitido pelo pecúlio, faz parte do próprio caráter de controle social. Além disso, o próprio sentido de “mitigação da subordinação” precisa ser matizado. Tal idéia parte do pressuposto de que um escravo está completamente subordinado ao controle total do senhor, e qualquer fator que permita liberdade de ação do escravo fora deste controle total é visto como um elemento de dissolução da relação escravista. É correto pensar que o escravo, idealmente, é um tipo social sob poder absoluto do senhor, como vimos no capítulo anterior. Porém, na realidade cotidiana, este poder absoluto precisa ser constantemente construído nas relações sociais, ele não é obtido *a priori*. Desta forma, é impossível que um senhor consiga impor um controle total, absoluto e sem cessar sobre seus escravos. É dentro da lógica de tentativa senhorial de limitar as relações sociais do escravo, elemento fundamental do escravismo, que precisamos entender o problema do caráter de “mitigação da subordinação”.

⁵²⁷ Essa tipologia das análises do pecúlio foi elaborada por Young-Gil Cha, em “The Function of Peculium in Roman Slavery during the First Two Centuries A.D.”. In: Yuge e Doi (Eds.), *Forms of control and subordination in Antiquity*, *op.cit.*, p.433.

⁵²⁸ João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito. A Resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.29-31.

Na realidade rural, que nos interessa aqui, essa discussão pode ser enriquecida pelos debates sobre o problema da “brecha camponesa” nos estudos sobre a escravidão moderna. O termo “brecha camponesa” foi cunhado para designar atividades econômicas na América colonial que fugiam da lógica da *plantation*, como as roças que os escravos cultivavam por sua própria conta e as atividades agrícolas de quilombolas⁵²⁹. A preocupação inicial dos estudos sobre tal tema era a formação de um campesinato na América Escravista e suas conseqüências para a história do campesinato no continente. O sentido do debate, portanto, era a determinação de como o cultivo de roças por escravos seria capaz de criar um espaço de relações sociais não-escravistas e campesinas dentro do quadro geral das relações escravistas. Dentro desta perspectiva, Ciro Cardoso, por exemplo, tentou mostrar como este setor específico de atividades produtivas dos escravos possuía os elementos que caracterizaram a autonomia camponesa – segurança no acesso a parcela de terra, grau de relação direta com o mercado vertical, e grau de gestão dos recursos de sua parcela pelo produtor direto – constituindo, assim, de fato uma “brecha camponesa” dentro do sistema escravista⁵³⁰.

A partir destes elementos, e tendo como foco o problema do controle das relações sociais, podemos refletir sobre o funcionamento do pecúlio. Não podemos partir dos mesmos elementos do debate sobre a realidade americana porque não existe um sistema de *plantation* no mundo antigo. Devemos pensar o quanto o pecúlio permite a formação de atividades econômicas que criem “brechas camponesas” no funcionamento da *uilla* escravista. Como vimos, o fundamental para a *uilla* é a sua forma inovadora de apropriação do solo e relações com a comunidade rural, e esta lógica que poderia ser subvertida no caso de uma “brecha camponesa”.

Entre os diversos elementos que caracterizam as atividades econômicas da comunidade camponesa, iremos destacar dois: um que mostra a formação de uma “brecha” e outro que mostra o limite desta. Os produtos obtidos pelas atividades desempenhadas a partir do pecúlio, seja do cultivo ou do pastoreio, como carnes, leites, vegetais diversos, outros produtos alimentícios e mesmo tecido (produzido a partir da lã de ovelhas sob pecúlio escravo) certamente desempenhavam papel importante na manutenção dos próprios escravos,

⁵²⁹ Cardoso, *Escravo ou Camponês?*, *op.cit.*, p.54.

⁵³⁰ *Ibidem*, p.57. Recentemente, o assunto das “roças dos escravos” tem sido utilizado para reflexões de outra natureza. Robert Slenes, por exemplo, acredita que o estudo do que ele prefere chamar de “economia interna escrava” (o que já mostra a mudança de foco do debate) deve ser direcionado para a análise de como estes escravos interpretavam e se utilizavam desta economia. Segundo Slenes, a partir dessa “economia interna”, juntamente com outros fatores, os escravos formavam uma “economia moral” que aglutinava sua comunidade, “solidificando a determinação coletiva de colocar limites à exploração senhorial”, cf. Robert Slenes, *Na senzala uma flor. Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.200-208.

como discutiremos melhor abaixo. Porém, é bastante razoável imaginar, apesar dos textos de Catão e Varrão não indicarem isso em nenhum momento, que parte dessa produção pudesse ser comercializada. Este é um ponto, inclusive, destacado pelas pesquisas sobre a produção autônoma escrava na América moderna⁵³¹. O que importa para nossa discussão não é o caráter comercial em si da produção ou não, mas as relações sociais que deveriam ser construídas na comercialização da produção, já que, como vimos no terceiro capítulo, o comércio no mundo antigo dependia fundamentalmente das relações pessoais construídas naquilo que conceituamos como o *bazaar*. Tais relações sociais, construídas pelos escravos com a comunidade para a venda de parte de sua produção autônoma, certamente criavam uma “brecha camponesa” na lógica da relação da *uilla* com a comunidade rural em que se insere – que como vimos, passa pela disciplinarização das relações sociais dos escravos. Ao invés de estarem totalmente isolados da comunidade e tendo a relação com esta mediada pelo senhor, os escravos acabavam criando relações comunitárias graças a sua produção autônoma.

Por outro lado, porém, tal economia autônoma permitida pelo pecúlio não levava a constituição de todas as relações sociais comunitárias de tipo campesino. O melhor exemplo deste limite é o sistema de trabalho comunitário que permitia os camponeses obter o trabalho complementar necessário para colheitas ou outras atividades que requeressem muito trabalho: deste tipo de relação comunitária os escravos certamente estavam excluídos, seja porque a possibilidade de trabalhar fora da *uilla* seria rigidamente punida pelo senhor, seja porque suas próprias produções deviam ser de pequena monta, tornando desnecessário tal auxílio externo.

3.3. Pecúlio e Rações: o problema da alimentação dos escravos

Passemos às considerações sobre o outro interesse que Varrão demonstra na concessão do pecúlio. A importância deste para a manutenção dos escravos é bastante subestimada entre os estudiosos da escravidão rural romana, prevalecendo a idéia de que tal manutenção era garantida por rações alimentares cuja responsabilidade era do senhor. A fonte mais detalhada sobre essas rações que deveriam alimentar os escravos é o *De Agri Cultura* de Catão, que lista o que deveria ser garantido aos escravos. A primeira, de uma série de quatro listas, se refere aos alimentos:

Alimentos para os de casa: para os trabalhadores, quatro módios de trigo no inverno e quatro módios e meio no verão. Para o administrador, sua esposa,

⁵³¹ Cardoso, *Escravo ou Camponês?*, *op.cit.*, p.66.

o feitor e o pastor, três módios; no inverno, quatro libras de pão para os trabalhadores encadeados; quando começarem a escavar o parreiral, cinco libras de pão até a época dos figos; em seguida, volta às quatro libras.

Familiae cibaria. Qui opus facient per hiemem tritici modios III, per aestatem modios III S, vilico, vilicae, epistatae, opilioni modios III, conpeditis per hiemem panis P. III, ubi vineam fodere coeperint, panis P. V, usque adeo dum ficos esse coeperint, deinde ad P. III redito.

Catão, *De Agri Cultura*, LVI

Os trabalhadores fixos (*familia*) são divididos em três grupos: os trabalhadores (*qui opus facient*), um grupo que aparentemente reúne os chefes (*uilicus, uilica*, feitor e pastor) e os trabalhadores encadeados (*compeditis*). Enquanto os trabalhadores e chefes recebem alimentos em trigo, os encadeados recebem em pão – o que pode nos indicar que estes não tinham meios para transformar o trigo em pão ou outros produtos, enquanto aqueles o tinham. Porém, o que chama mais atenção nas passagens são as quantidades de alimento prescritas por Catão. Os historiadores que analisaram esta passagem são unânimes em afirmar que as rações de trigo entregue a chefes e trabalhadores são mensais⁵³². Porém, se postularmos que as rações para os encadeados também são mensais, chegaríamos a valores extremamente baixos. Utilizando as quantidades de trigo necessárias para fazer pães presentes em autores antigos, como Plínio, o velho, Robert Rowland mostra que se fossem mensais a distribuição de pães previstas nesta passagem, os encadeados receberiam o equivalente entre pouco mais de um décimo e menos de um quinto de módio de trigo.

A conclusão que os historiadores têm tirado disso é que as rações previstas para os encadeados seriam, diferentemente da dos outros dois grupos, diárias. Aceitando este postulado, teríamos que os encadeados receberiam entre um pouco mais de quatro e um pouco menos de sete módios de trigo por mês (dependendo do trigo utilizado, da qualidade da moagem e da quantidade de pães recebidos, que variava ao longo do ano). Porém, esta conclusão também nos coloca frente a um dilema: porque os escravos encadeados receberiam mais alimentos do que o resto da *familia*, se eles eram os escravos de mais baixo *status*? Além disso, os próprios trabalhadores não encadeados recebem mais trigo do que os chefes – e esta percepção é textual, não depende de qualquer hipótese ou cálculo.

A resposta mais imediata, e aparentemente óbvia, seria a de que a determinação das quantidades de alimento dependeria das necessidade de esforço laboral, e não de questões relativas ao *status*. Assim, aqueles trabalhadores que se envolvem em atividades de maior

⁵³² Whitney Oates, “A note on Cato, De Agri Cultura LVI”. *The American Journal of Philology*, vol.55, n°1, 1934, p.67; e Robert Rowland, “Grain for Slaves: a note on Cato’s De Agri Cultura”. *The Classical World*, vol.63, n°7, 1970, p.229.

esforço receberiam mais alimentos – idéia corroborada pelo fato de estes trabalhadores encadeados receberem menos alimentos no inverno⁵³³. Poderíamos pensar que estas prescrições de distribuição de alimentos são testemunho de uma racionalização bastante pragmática das atividades produtivas.

As outras listas de rações distribuídas aos escravos também não aparentam ser reguladas uma lógica hierárquica. Mais do que isso, no caso do vinho, Catão textualmente aconselha que a quantidade de vinho para os encadeados seja proporcional ao seu trabalho:

Vinho para os de casa: terminada a vindima, que bebam aguapé por três meses; no quarto mês, uma hêmina por dia, isto é, dois côngios e meio ao mês; no quinto, sexto, sétimo e oitavo meses, um sextário por dia, ou seja, cinco côngios ao mês; no nono, décimo, undécimo e duodécimo meses, três hêminas por dia, isto é, uma ânfora ao mês; além disso, nas Saturnais e Compitais, três côngios e meio para cada homem; o total de vinho para cada homem num ano será de sete quadrantes. Aumenta a quantia dos trabalhadores encadeados na mesma proporção do trabalho que fizerem; não há excesso em que bebam dez quadrantes de vinho por ano.

Vinum familiae. Ubi vindemia facta erit, loram bibant menses tres; mense quarto heminas in dies, id est in mense congios II S; mense quinto, sexto, septimo, octavo in dies sextarios, id est in mense congios quinque; nono, decimo, undecimo, duodecimo in dies heminas ternas, id est in mense³⁰ amphoram; hoc amplius Saturnalibus et Compitalibus in singulos homines congios III S; summa vini in homines singulos inter annum Q. VII. Conpeditis, uti quidquid operis facient, pro portione addito; eos non est nimium in annos singulos vini Q. X ebibere.

Catão, *De Agri Cultura*, LVII

Porém, outro elemento passa a ser importante nestas considerações: a proximidade ou distância no tempo da colheita – isto é, a disponibilidade do alimento. Esta diferença frente à distribuição de trigo pode ser explicada pela maior facilidade de estocagem do trigo do que da uva e do próprio vinho. Tal elemento volta a se repetir nas considerações sobre distribuição de azeitonas e outros alimentos:

Aperitivo para os de casa: conserva o quanto pudes de azeitonas caídas; em seguida, as azeitonas maduras, de que se pode fazer o mínimo de azeite. Conserva-as e economiza, de modo que durem pelo maior espaço de tempo possível. Quando tiverem comido as azeitonas, dá-lhes peixe em conserva e vinagre. Dá um sextário de azeite por mês a cada um. Um módio de sal ao ano por pessoa é bastante.

Pulmentarium familiae. Oleae caducae quam plurimum condito. Postea oleas tempestivas, unde minimum olei fieri poterit, eas condito, parcito, uti

⁵³³ Esta é a explicação dada por Peter Garnsey em *Food and Society in classical antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.110; assim como por Keith Bradley em *Slavery and Rebellion in the Roman World*, *op.cit.*, p.51 e *Idem, Slavery and Society at Rome*, *op.cit.*, p.82.

quam diutissime durent. Ubi oleae comesae erunt, hallecem et acetum dato. Oleum dato in menses uni cuique S. I. Salis uni cuique in anno modium satis est.

Catão, *De Agri Cultura*, LVIII

Chama atenção nesta última passagem a inexistência de qualquer diferenciação entre os trabalhadores – aparentemente, todos receberiam a mesma quantidade de azeitonas, azeite, peixe e sal. Porém, é, no mínimo, complicado pensar que a distribuição de alimentos para os escravos fugiria a regra geral de distribuição de benefícios por poderosos para seus dependentes no mundo romano, que opera dentro da lógica de criação de laços de dependência e hierarquias de *status*⁵³⁴. Devemos lembrar que todas as considerações sobre os escravos, no tratado de Catão, são marcadas pela questão da hierarquia. A racionalidade ideológica que pudemos identificar até aqui está intimamente ligada ao problema da hierarquia, e não é compatível com a desconsideração desta nas prescrições sobre as rações. Se quiséssemos afirmar que as rações alimentares são uma exceção a esse quadro geral, precisaríamos, pelo menos, buscar uma explicação para isso.

Contudo, outros problemas surgem para essa interpretação que aparentemente seria a mais óbvia para as prescrições catonianas sobre a distribuição de alimentos entre os escravos. Estudos sobre a necessidade de trabalho na agricultura mediterrânica mostram que o pico anual de trabalho não coincide exatamente com o período no qual Catão recomenda uma maior provisão de alimentos aos trabalhadores. Ulrike Roth considera que é mais provável esta diferenciação esteja ligada a disponibilidade de outros alimentos, apontando que as rações de pães dos encadeados diminuem justamente “na época dos figos”, isto é, quando outro alimento se torna acessível aos escravos⁵³⁵. Assim, as variações de distribuição de trigo não estariam tão ligadas as necessidades de trabalho, dependendo mais do problema da variação de disponibilidade de certos alimentos ao longo do ano agrícola e dos problemas de conservação de alimentos estocados.

O quadro, aparentemente simples numa leitura inicial, se complica com análises mais atentas. Roth faz considerações extremamente detalhadas sobre estas rações alimentares catonianas. Ela começa calculando a capacidade calórica dessas distribuições, tomando por referência os trabalhadores não encadeados: em média, estes obteriam por dia cerca de 3000 calorias das rações de trigo, 150 do vinho e 150 das azeitonas e outros alimentos⁵³⁶. 3300

⁵³⁴ Roth, “To have and to be...”, *op.cit.*, p.281.

⁵³⁵ *Idem*, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p.40-41.

⁵³⁶ *Ibidem*, p.28-30.

calorias diárias é uma dieta bastante sustentável, apesar de as rações não garantirem uma diversidade nutricional saudável.

Contudo, dificilmente a alimentação dos escravos se limitava aos poucos produtos listados nestas rações, especialmente se atentarmos para a grande diversidade de produtos mencionados no *De Agri Cultura* em contextos de consumo⁵³⁷. Além disso, Catão afirma que a *uilica* deve preparar alimentos para os escravos, o que nos faz imaginar que eles receberiam uma refeição diária de incumbência da *uilica*⁵³⁸. Na verdade, é possível aproximar, ainda que superficialmente, a dieta dos escravos rurais com cálculos de historiadores modernos sobre o campesinato antigo, que estimam o trigo como responsável por entre 65-70% das calorias consumidas, enquanto frutas e leguminosas corresponderiam entre 20-25% e óleos, carnes e vinho a 5-15%⁵³⁹.

Assim, as 3000 calorias diárias em média das rações de trigo para os trabalhadores significariam apenas 70% do consumo diário de calorias de um escravo, que poderia chegar a um total de quase 4300 calorias. Estes valores tão altos fizeram Ulrike Roth acreditar que toda a visão moderna sobre as rações dos escravos rurais romanos deveria ser revista, em seus pressupostos mais básicos. E os mais básicos pressupostos destas análises são: as rações são responsáveis pela quase totalidade da alimentação dos escravos; e as rações são individuais.

Roth propõe a hipótese de que as rações seriam dadas aos escravos para sustentar a si e a sua família, e não apenas a si próprio. Assim, os altos valores calóricos disponíveis nestas refeições teriam que ser divididos entre algumas pessoas, o que explicaria valores que individualmente seriam tão altos. Com isso, a proporção das necessidades calóricas atendidas pelas rações diminuiria bastante, tornando necessário outras fontes de obtenção de alimentos, que dependeriam diretamente do pecúlio dos escravos. Esta hipótese se enquadra melhor no quadro geral da idéia de distribuição de alimentos na Roma Antiga, na qual a distribuição de grãos para a plebe urbana é o maior exemplo. Nesta, a distribuição era familiar e visava complementar a dieta, assim como a visão proposta por Roth para as rações alimentares para os escravos⁵⁴⁰.

A partir desta idéia, as prescrições de Catão sobre distribuição de alimentos não precisam ser analisadas com uma exceção dentro do quadro geral da racionalidade ideológica em que o tratado é construído. Sobre os escravos encadeados, podemos deslumbrar duas

⁵³⁷ *Ibidem*, p.32-34.

⁵³⁸ *Ibidem*, p.30-31.

⁵³⁹ *Ibidem*, p.39.

⁵⁴⁰ *Idem*, “To have and to be...”, *op.cit.*, p.281-282.

hipóteses bastante verossímeis. Por um lado, as rações indicadas poderiam ser mensais, e não diárias – e o baixo valor calórico garantido por estas, compatível com o baixo *status* destes trabalhadores, se explicaria pela possibilidade de acesso a alimentos produzidos de forma autônoma pelos escravos. De outro lado, podemos manter a idéia de que estas rações seriam diárias, e explicar os altos valores garantidos por elas por um menor acesso a outras formas de obtenção de alimentos, notadamente o pecúlio. Isto é, estes escravos teriam menor acesso a gado e roças próprias e por isso receberiam rações maiores. Neste mesmo sentido, mas analisando o outro extremo da hierarquia da *familia*, podemos facilmente entender os valores mais baixos de trigo para os chefes, em especial o *uilicus*: estes deveriam ter um bom acesso a outras formas de acesso a alimentos, não só através de gado e roças de seu pecúlio, mas também pelo acesso aos alimentos do setor senhorial da *uilla*.

3.4. A Família Escrava: no ergástulo, uma flor?

A idéia de Ulrike Roth sobre o pecúlio e as rações alimentares não se insurge apenas contra preceitos que dizem respeito ao problema da alimentação dos escravos. A idéia de exclusividade de homens “celibatários”, ou ao menos de uma predominância extrema do elemento masculino, entre os escravos rurais também é contestada. Segundo Roth, o trabalho rural era realizado por escravos vivendo em unidades familiares.

Como vimos acima, no capítulo XVII do Livro I, Varrão aconselha que os chefes possuam uma esposa também escrava que lhe dê filhos, pois desta forma eles se tornariam mais firmes no trabalho e mais ligados à propriedade. Quanto ao resto da escravaria, neste capítulo, não aparece nenhuma preocupação em garantir-lhes a formação de uma família. A partir disto, poderíamos afirmar que na *uilla* varroniana a formação de uma família é algo pouco difundido entre os escravos, restrita apenas àqueles escravos em posição de chefia. Isto poderia ser explicado por uma predominância masculina entre os escravos rurais, visão bastante corrente na historiografia, e defendida por Hopkins⁵⁴¹ – fazendo a idéia de Roth sobre uma ampla existência de famílias escravas no meio rural parecer perder força.

Todavia, ao falar do ponto da “criação” dos *pastores*, no capítulo X do Livro II, Varrão afirma o seguinte:

Quanto a procriação dos pastores, é uma questão simples no caso daqueles que se mantêm na propriedade, já que eles têm companheiras escravas na

⁵⁴¹ Hopkins, *Conquerors and Slaves...*, *op.cit.*, p.106.

sede e a Vênus dos pastores não os negligencia. No caso daqueles que mantêm o rebanho nas montanhas e florestas e não na sede, e que se abrigam da chuva não no telhado da fazenda, mas em uma cabana improvisada, muitos pensam que é aconselhável mandar uma mulher acompanhá-lo, para preparar comida para ele e fazê-lo mais diligente.

Quod ad feturam humanam pertinet pastorum, qui in fundo perpetuo manent, facile est, quod habent conservam in villa, nec hac venus pastoralis longius quid quaerit. Qui autem in saltibus et silvestribus locis pascunt et non villa, sed casis repentinis imbres vitant, iis mulieres adiungere, quae sequantur greges ac cibaria pastoribus expediant eosque assiduios faciant, utile arbitrati multi.

Varrão, *De Re Rustica*, II.X.6

Varrão trata o tema da presença de famílias escravas na *uilla* como ponto pacífico, um tema que não precisa de maiores discussões. Inclusive, esta presença de relações familiares, neste momento, não é nem mesmo apresentada como uma estratégia de incentivo ou recompensa para os escravos, mas apenas como um fato dado. Isto é, a família não aparece como uma concessão senhorial. Apenas sobre os pastores que trabalham na transumância a formação de relações conjugais é posta como problema e é, neste caso, apresentada como uma concessão senhorial.

Ulrike Roth utiliza duas estratégias argumentativas para defender a idéia de que as famílias escravas eram comuns nas *uillae*. Em um primeiro momento, Roth mostra, partir de modelos antropológicos sobre a compatibilidade de criação de crianças pequenas e diferentes tipos de atividades laborais, que a produção de tecidos e outras atividades “industriais” da *uilla* são compatíveis com a criação de crianças, diferentemente das atividades agrícolas realizadas nestas propriedades. Já que podemos identificar a existência deste tipo de atividade nas *uillae*, como vimos no terceiro capítulo, é bastante verossímil imaginar uma situação na qual mulheres escravas trabalhavam nestas atividades e criavam seus filhos enquanto os escravos homens trabalhavam na agricultura⁵⁴². O problema desta hipótese é que, se o trabalho “industrial” (produção de tecidos, cerâmicas, etc.) fosse dominado exclusivamente pela mão de obra feminina, um dos principais fatores que identificamos como importantes para a realização deste tipo de atividade na *uilla* (a ocupação da mão-de-obra ociosa em certos momentos do ano agrícola) perderia seu sentido.

Uma possibilidade de conciliar as duas hipóteses seria imaginar uma produção em grande escala desses produtos que se intensificava em certos momentos, absorvendo o trabalho masculino. Uma grande produção de tecidos na *uilla*, voltada para comercialização (da qual o exército seria o maior mercado), é defendida por Roth, mas seu único argumento

⁵⁴² Roth, *Thinking Tools*, *op.cit.*, p.9-24.

para defender tal possibilidade é uma revisão dos cálculos econométricos de Dominic Rathbone, que são extremamente problemáticos – por partirem de uma visão mercantil da economia romana⁵⁴³. A nosso ver, uma produção em larga escala de tecidos poderia até ser a realidade de algumas *uillae*, mas acreditar que este seja um padrão é um equívoco, pois o consumo de tecidos comuns, em uma realidade pré-industrial, tende a ser atendida por produções domésticas e não por produções em larga escala.

O outro argumento de Roth para defender a existência de famílias escravas é uma comparação entre modelos demográficos, no qual ela mostra que a reposição de escravos por escravos nascidos na própria *uilla* cria um cenário demográfico mais verossímil do que o de escravos sendo comprados para tal reposição⁵⁴⁴. Apesar dos modelos de Roth serem bastante convincentes, eles partem de uma premissa certamente equivocada: que toda a escravaria de uma *uilla* seria formada por casais de escravos e seus filhos. Em uma propriedade com uma escravaria não muito extensa, as possibilidades de escravos e escravas conseguirem parceiros conjugais diminuía, independentemente da proporção entre os sexos. Assim, enquanto em grandes escravarias o número de famílias aumentava, nas pequenas escravarias a proporção de escravos envolvidos em relações conjugais estáveis certamente era menor⁵⁴⁵. A possibilidade de se casar com escravos de outras propriedades não pode ser de todo descartada, mas, fora o fato de modificar as premissas utilizadas por Roth, ela não pode ser superestimada. Os casamentos entre escravos de senhores diferentes eram muitas vezes proibidos e problemáticos para os próprios escravos, pois as possibilidades de constituir uma família estável nesta situação seriam baixíssimas – dado o controle que os senhores tentavam impor sobre a movimentação dos escravos fora da *uilla*.

Concordamos com Roth que a existência de famílias escravas no meio rural é subestimada pelos historiadores, e que a imagem tradicional de uma escravaria exclusivamente masculina baseia-se muito mais nas nossas pré-concepções sobre o escravismo moderno do que no estudo da escravidão antiga de fato. Porém, a realidade da vida dos escravos nas *uillae* deveria ser bastante diversificada, como a própria Roth afirma em outro trabalho⁵⁴⁶. Acima de tudo, é importante destacar a análise de Keith Bradley sobre a família escrava. Segundo ele, a existência de famílias escravas é bem atestada por três tipos de

⁵⁴³ *Ibidem*, p.97-104.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p.123-134.

⁵⁴⁵ Robert Slenes mostra isso para a realidade da escravidão moderna, mas a lógica por trás deste fato funciona para a escravidão antiga; cf. Slenes, *Na Senzala, uma flor*, *op.cit.*, p.104-108.

⁵⁴⁶ *Idem*, “To have and to be...”, *op.cit.*, p.283.

fontes diferentes: literárias, jurídicas e epigráficas⁵⁴⁷. Porém, certamente estas não eram uniões com grande estabilidade. A venda⁵⁴⁸, a separação no momento da divisão de herança⁵⁴⁹ e a morte prematura tão comum no cativo⁵⁵⁰ causavam uma instabilidade intrínseca à existência da família escrava.

É importante tentar entender como a existência dessa família escrava funciona dentro da lógica da *uilla*. Robert Slenes aponta duas “conseqüências” fundamentais da existência da família escrava: por um lado, sua existência é um mecanismo de controle nas mãos dos senhores, pois ao constituir uma família os escravos passavam a ter o que perder em caso de insurgência ou fuga; mas por outro lado, a família é a base para a construção de identidades e projetos de vida entre os escravos⁵⁵¹, além de possibilitar a construção de uma “comunidade” escrava, unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas⁵⁵².

A criação de “comunidades” entre os escravos de uma mesma unidade familiar ou produtiva na Roma Antiga, tendo a família como um elemento importante, mesmo que não único, foi identificada por Marleen Boudreau Flory em estudo a partir da epigrafia⁵⁵³. Porém, esta comunidade escrava, da qual a família era um elemento constituinte fundamental, não chegava a se constituir em um elemento desvirtuante da lógica da *uilla*. Enquanto esta comunidade estivesse restrita ao espaço social da *uilla* e submetido a *potesta* do proprietário da *uilla*, a família escrava não era um elemento perturbador à ordem da *uilla*. Somente se a comunidade escrava servisse de base para a inserção dos escravos na comunidade mais ampla da localidade onde a *uilla* se inseria que esta causaria problemas para o proprietário.

Além disso, é importante discutir um ponto de certa maneira negligenciado por Slenes. Ele tenta recuperar o que, metaforicamente, chama de a “flor” na senzala (isto é, a família escrava enquanto fator para a construção de recordações e esperanças dos escravos, pensados enquanto agentes históricos), que teria sido perdida pela historiografia. De certa maneira, Slenes acredita, com isto, mostrar um aspecto subversivo à ordem escravista da existência da família escrava. Cabe aqui anotar, para reforçar a família enquanto elemento de controle social, que Marx já havia apontado como as “flores” exerciam um papel conservador:

⁵⁴⁷ Bradley, *Slaves and masters in the Roman Empire*, *op.cit.*, p.47-48.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p.52-63.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p.62-70.

⁵⁵⁰ Slenes, *Na Senzala, uma flor*, *op.cit.*, p.99

⁵⁵¹ *Ibidem*, especialmente p.180-197

⁵⁵² *Ibidem*, p.48.

⁵⁵³ Marleen Boudreau Flory, “Family in *familia*: kinship and community in slavery”. *American Journal of Ancient History*, 3, 1978, pp. 78-95.

O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. [...] A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote⁵⁵⁴.

Ou seja, é exatamente por garantir certas perspectivas para o escravo que a constituição de uma família consegue funcionar como um instrumento de controle social por parte dos senhores. A família escrava, e as esperanças e recordações construídas a partir dela, funcionam como as flores da prisão – no caso dos escravos nem tão metafórica assim. Desta forma, podemos dizer que ambas as “conseqüências” apontadas por Slenes para a existência da família escrava podem funcionar na direção do controle social. Conclui-se, com isso, que a família enquanto elemento “conservador” age tanto ao criar laços de parentesco que dificultam a fuga, quanto por tornar a vivência da escravidão aparentemente menos opressora, ao possibilitar a construção de “esperanças” e “recordações”.

Talvez possamos visualizar ambos os aspectos desse funcionamento da família escrava na abordagem varroniana ao tema. Como dissemos, Varrão acredita que a posse de uma esposa e filhos garante a satisfação, a firmeza no trabalho e a ligação à propriedade dos escravos. Desta forma, Varrão percebe claramente que um escravo com ligações de parentesco passa a ter o que perder com a fuga ou insurgência e também que um escravo trabalhará com mais afinco ao possuir perspectivas de melhoria em sua condição, melhorias essas ligadas à existência da família escrava.

4. A Racionalidade Ideológica do Escravismo

As pesquisas e estudos sobre a escravidão (tanto a antiga quanto a moderna) surgiram na esteira do movimento abolicionista. Assim, estes estudos conviveram desde seu surgimento com a constante condenação do escravismo, a partir dos mais diversos argumentos. Um dos argumentos abolicionistas mais utilizados para defender o fim da utilização do trabalho escravo originava-se na Economia Política e pretendia mostrar que esta forma de trabalho seria economicamente irracional⁵⁵⁵. Diziam os críticos do escravismo que o custo-benefício do trabalho escravo seria muito inferior ao do trabalho livre assalariado, que se colocava como opção com a ascensão do capitalismo. Esta percepção baseava-se tanto na

⁵⁵⁴ Karl Marx, “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo Editorial, 2005, p.145-146.

⁵⁵⁵ Cf. Joly, *A escravidão na Roma antiga, op.cit.*, p.13.

idéia de que os escravos eram menos produtivos do que os livres (por aqueles não terem incentivos para o trabalho enquanto estes tinham no salário seu incentivo), quanto na idéia de que seria antieconômico o investimento necessário para a aquisição dos escravos⁵⁵⁶. Os abolicionistas tentavam, assim, utilizar o poderoso discurso dos interesses econômicos que surgia em consonância com o desenvolvimento do capitalismo para convencer os proprietários de escravos que seria proveitoso para seus interesses abandonar o escravismo⁵⁵⁷.

A idéia de que a escravidão era economicamente irracional se manteve extremamente forte nos estudos sobre a escravidão até meados do século XX, quando alguns historiadores e economistas começaram a contestar, de diversas formas, tal percepção. A idéia básica por trás desse revisionismo era que uma instituição existente em diferentes sociedades, tanto no mundo antigo como no mundo moderno, e que se mantivera estável por tanto tempo nestas sociedades, não poderia ser classificada como irracional. Era necessário entender como o escravismo se tornava um sistema econômico e social estável, capaz de se reproduzir ao longo dos séculos⁵⁵⁸.

Em meados da segunda metade do século, a *New Economic History* teve nos estudos sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos um de seus pontos de partida. Através de cálculos econométricos, historiadores econômicos e economistas, liderados por Robert Fogel e Stanley Engerman⁵⁵⁹, montaram diversos modelos cliométricos que tentavam mostrar a viabilidade e a racionalidade econômicas da escravidão.

4.1. Tipos de atividades produtivas e formas de controle

Para os nossos interesses nesta dissertação, o modelo cliométrico sobre o escravismo mais interessante é o do economista Stefano Fenoaltea. Isto porque ele busca analisar a racionalidade da gestão do trabalho escravo, justamente nosso objeto de pesquisa, e, não por acaso, lida com diversos elementos que pudemos identificar nos tratados de Catão e Varrão, como o problema da punição e do incentivo por recompensas.

⁵⁵⁶ Cf. Schiavone, *Uma História Rompida*, *op.cit.*, p.170.

⁵⁵⁷ Sobre a questão do discurso dos “interesses” na ascensão do capitalismo, cf. Albert Hirschman, *As paixões e os interesses*. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁵⁵⁸ Cf. Schiavone, *Uma História Rompida*, *op.cit.*, p.171.

⁵⁵⁹ A referência maior deste tipo de abordagem é justamente uma obra conjunta destes dois autores, Robert Fogel e Stanley Engerman, *Time on the Cross*. The economics of american negro slavery. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

Fenoaltea parte de duas premissas: 1) a existência de duas formas de estimular os trabalhadores a realizarem suas atividades, o “incentivo pelo castigo” e o “incentivo pelas recompensas”; e 2) a existência de dois tipos ideais de atividades produtivas, as de “esforço” intenso e as de “cuidado” intenso, sendo a divisão entre elas gradativa⁵⁶⁰. Para ele, quanto maior a ansiedade, a tensão e o medo gerados pela supervisão do trabalho através de “incentivos pelo castigo”, maior será o esforço empregado por um trabalhador. Isso até que se atinja um “ponto ótimo”, no qual o esforço resulta na maior produtividade possível – a partir deste ponto, o aumento da tensão e do estresse gerados pela supervisão resultará em uma queda da produtividade. Porém, este “ponto ótimo” varia de atividade para a atividade: quanto menores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade a execução de uma atividade exigir, mais alto será o nível de tensão possível para estimular a produtividade antes que se atinja o tal “ponto ótimo”. Desta forma, para uma atividade simples, de “esforço intenso”, a supervisão baseada no castigo, na produção de ansiedade e tensão no trabalhador é a mais eficiente⁵⁶¹.

Porém, quanto maiores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade forem necessárias para uma atividade, menos eficiente será uma supervisão baseada no castigo. E isto não se dá apenas pela rápida “saturação” da produtividade pela imputação de ansiedade e tensão aos trabalhadores nessas atividades, mas também pela questão da possibilidade de sabotagem. Os “incentivos” por castigos geram entre os trabalhadores uma intensa animosidade e revolta latente frente aos seus senhores, o que poderá os levar a tentativas de sabotagem, e a intensa supervisão necessária para evitar tal sabotagem seria tremendamente dispendiosa e antieconômica⁵⁶². Desta forma, a utilização de outras formas de incentivo – através de recompensas – se faz necessária para atividades de “cuidado” intenso.

Esse modelo explica, ao menos superficialmente, alguns aspectos básicos que identificamos nas prescrições de Catão e Varrão sobre o trabalho escravo. Por exemplo, a preocupação de Varrão com o zelo dos escravos no trabalho relacionada com a garantia de um tratamento mais generoso por parte do senhor: é necessário garantir eficiência em uma atividade de “cuidado” intenso (cultivo de videiras e oliveiras ou criação de animais) e se persegue isto através de recompensas, a maneira mais eficiente de se estimular a produção nesse tipo de atividade – o que poderia, inclusive, explicar a pouca ênfase dada à violência

⁵⁶⁰ Stefano Fenoaltea, “Slavery and supervision in comparative perspective: a model”. *The Journal of Economic History*, vol.44, nº3, 1984, p.636.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p.637-638.

⁵⁶² *Ibidem*, p.639-640.

nos tratados. Da mesma maneira, a maior preocupação com a garantia de incentivos e recompensas para os chefes se explicaria pelo fato de estes desempenharem uma atividade de maior “cuidado”, a supervisão dos outros escravos.

A partir do modelo de Fenoaltea poderíamos, portanto, identificar uma racionalidade econômica nas prescrições de Catão e Varrão sobre a administração do trabalho escravo. Porém, existem problemas nesta aplicação do modelo de Fenoaltea: como não poderia deixar de acontecer em uma abordagem típica da *New Economic History*, o modelo de Fenoaltea toma como pressuposto certas particularidades da economia de mercado. Assim, ele acredita que um problema fundamental para a administração do trabalho escravo é a comparação desta forma de trabalho, quanto à sua viabilidade econômica relativa, com o trabalho livre assalariado – que como vimos não é uma realidade óbvia em sociedades pré-capitalistas.

Partindo deste pressuposto, Fenoaltea comete o maior erro de seu modelo: prever que em atividades de “cuidado” intenso a escravidão sempre será uma situação excepcional que tende a ser substituída pelo trabalho assalariado (que seria economicamente mais viável neste tipo de atividade)⁵⁶³. Segundo ele, inclusive, a utilização de escravos nas *uillae* italianas entre o final da República e início do Império seria uma excepcionalidade garantida por questões momentâneas (em especial a grande oferta de escravos garantida pelas guerras de expansão romanas), pois a produção de videiras e oliveiras são atividades de “cuidado” intenso⁵⁶⁴. Esta opinião é bastante criticável, pois como aponta Walter Scheidel, a viticultura escravista se manteve estável na Itália romana por muito mais tempo do que a produção escravista de algodão no Sul dos Estados Unidos, apontada como exemplo máximo da viabilidade do trabalho escravista nas atividades de esforço intenso por Fenoaltea⁵⁶⁵.

Contudo, expurgando deste modelo esses pressupostos neoclássicos, podemos manter alguns elementos interessantes e úteis para a análise da administração do trabalho escravo em Catão e Varrão: o desempenho pelos escravos de determinadas atividades sociais e econômicas está intimamente ligada às formas específicas de controle social que serão empregadas pelos senhores na administração destes escravos. Aquelas atividades que possibilitam a sabotagem criam a necessidade de formas de “cooptação” dos escravos. Assim, a ênfase no uso de “incentivos e recompensas” e a pouca atenção à punição violenta nas prescrições sobre a administração do trabalho escravo de Catão e Varrão tem relação direta

⁵⁶³ *Ibidem*, p.647-649.

⁵⁶⁴ Opinião similar já foi defendida por historiadores especialistas no mundo antigo, como Chester Starr, “Oversose of Slavery”. In: *Essays on Ancient History*, Leiden: Brill, 1979, p.25-28.

⁵⁶⁵ Scheidel, “The comparative economics of slavery...”, *op.cit.*, p.109.

com problemas práticos impostos pela realização do trabalho e pelas formas de controlar o trabalho dos produtores diretos sob a compulsão da escravidão.

Esta simplificação do modelo de Fenoaltea, que nos permite manter considerações interessantes sem reproduzir seus equívocos, não resolve todos os problemas da análise. Outro problema que surge é do que para aceitarmos a validade de modelos cliométricos em geral (e o de Fenoaltea não foge à regra) precisamos, mesmo que implicitamente, adotar uma das seguintes alternativas: acreditar que os agentes históricos conheciam, ao menos superficialmente, as variáveis identificadas pelo modelo e adotavam as alternativas previstas pelo interesse em maximizar seus ganhos; ou acreditar que as variáveis identificadas pelo modelo exerciam pressões sobre o comportamento dos agentes independentemente da consciência destes.

As duas alternativas têm problemas sérios. Para aceitarmos que os agentes históricos identificavam e analisavam as variáveis sociais que se lhe impunham em uma dada situação da mesma maneira que os modelos cliométricos fazem, precisaríamos naturalizar a racionalidade capitalista (já que é esta que orienta os cálculos econométricos), o que implica em todos os equívocos que identificamos no primeiro capítulo. Por sua vez, imaginar que variáveis econômicas exerçam suas determinações independentemente da percepção dos agentes sobre a situação torna a *New Economic History* uma espécie de Funcionalismo Econômico, como afirma Ste. Croix⁵⁶⁶ – o que nos levaria aos problemas das explicações funcionalistas que também identificamos no primeiro capítulo.

Não por acaso, é o conceito de Racionalidade Ideológica que nos permite sair deste dilema. O que precisamos entender é como, dentro de um quadro ideológico que remete às relações sociais na qual se inserem os agentes históricos, estes identificam e analisam as variáveis que uma determinada situação social estabelece. Assim, os problemas para a administração do trabalho escravo previsto pelo modelo de Fenoaltea, e que podem ser percebidos nas prescrições de Catão e Varrão sobre o trabalho escravo, são identificados e analisados pelos senhores de escravos romanos dentro de um quadro ideológico específico. Isto é, o problema da relação entre as atividades econômicas e sociais realizadas pelo trabalho escravo e a formas de controle e administração deste trabalho, que pudemos identificar a partir do modelo de Fenoaltea, era identificado e analisado a partir de uma Racionalidade Ideológica específica. E não menos importante, a forma como tal identificação e análise são

⁵⁶⁶ Ste. Croix, *Class Struggle in the Ancient Greek World*, op.cit., p.83.

feitas interfere na forma como o problema se desenvolve historicamente naquela sociedade específica.

Ao longo deste capítulo identificamos diversos elementos desta racionalidade ideológica. O que precisamos, agora, é caracterizar o conjunto destes elementos em um quadro coerente (dentro do possível) de uma Racionalidade Ideológica específica.

4.2. A questão do “Paternalismo”

Em um trabalho recente, Enrico Dal Lago e Constantina Katsari tentaram estabelecer uma análise comparativa entre os modelos ideais de gestão do trabalho escravo na Roma Antiga e no Sul dos Estados Unidos do século XIX. A conclusão dos autores foi que ambos os modelos ideais de gestão se baseiam no *modelo paternalista*. Para eles, os senhores de escravos destas duas sociedades emulavam suas posições como chefes de famílias estendidas para descrever suas relações com seus escravos como relações entre um pai benfeitor e suas crianças indefesas. A metáfora da família seria utilizada para lidar tanto com as negociações cotidianas necessárias para a relação conflituosa entre escravos e senhores, assim como para mensurar as formas senhoriais de administrar o trabalho escravo com o intuito de maximizar seus ganhos econômicos⁵⁶⁷.

A partir dessa idéia geral, Katsari e Dal Lago mostram como diversas idéias recorrentes entre romanos (incluindo Catão e Varrão) e americanos que escreveram sobre a gestão dos escravos se enquadram em um modelo no qual o senhor pretende criar um controle paternalístico sobre os escravos: incentivos e recompensas buscam criar idéias de reciprocidade e gratidão, tentando estimular entre os escravos comportamentos benéficos ao senhor, ligados ao estímulo ao trabalho e a lealdade ao senhor⁵⁶⁸.

Apesar de aparentemente explicar satisfatoriamente os elementos que identificamos nos tratados de Catão e Varrão (o que poderia nos fazer concluir que a Racionalidade Ideológica do Escravismo na *Villa* da época republicana é marcada fundamentalmente pelo paternalismo), a idéia de comparar as idéias da classe proprietária de escravos romana com sua contraparte americana tem sérios problemas. Segundo Eugene Genovese, o autor mais importante nas análises sobre a escravidão no Sul dos Estados Unidos a partir da questão do paternalismo, o que explicava a existência do paternalismo nos Estados Unidos era a

⁵⁶⁷ Enrico Dal Lago e Constantina Katsari, “Ideal models of slave management in the Roman world and in the ante-bellum American South”. In: *Idem, Slave Systems, op.cit.*, p.202.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, especialmente p.207-208.

reprodução vegetativa da população escrava e o caráter residente dos senhores de escravos. Por outro lado, o absentismo senhorial e a importância do tráfico de escravos explicariam a ausência do discurso paternalista nas Antilhas inglesas e francesas⁵⁶⁹.

Se a questão do abastecimento de escravos para a Itália ainda é um problema em aberto nos estudos sobre a escravidão antiga, a questão do absentismo pode impor problemas à comparação: senhores de escravos como os que Catão e Varrão tinham em mente ao escrever seus tratados eram, certamente, absentistas. Contudo, há uma diferença neste absentismo para o absentismo dos proprietários ingleses e holandeses. Enquanto estes se mantinham a certa distância do cotidiano das relações com os escravos, vivendo em sociedades não escravistas na Europa, os senhores absentistas romanos viviam cercados por escravos em suas residências urbanas, um mundo provavelmente mais escravista até do que o mundo rural na Itália Antiga. Assim, eles poderiam desenvolver idéias paternalistas na relação com esses escravos e transferir tais idéias para as prescrições sobre a administração daqueles escravos com quem tinham pouco contato.

Existem, todavia, problemas mais sérios para a tese de que o “ideal de administração dos escravos” romano se baseava em algo similar ao discurso paternalista existente no Sul dos Estados Unidos. Sem negar a importância dos fatores identificados por Genovese, o historiador brasileiro Rafael Marquese afirma que é necessário analisar o contexto político estadunidense no século XIX para entender o discurso paternalista, e a partir desta análise perceberemos o quanto o uso da comparação com o paternalismo estadunidense para a análise da administração dos escravos na Roma Antiga pode ser enganoso.

Em primeiro lugar, segundo Marquese, o que ocorre nos Estados Unidos é aquilo que o historiador Philip Morgan denominou de “transição do patriarcalismo para o paternalismo”. O ideal de gestão dos escravos que predominava nas Américas até o século XVIII baseava-se na existência de hierarquias sociais orgânicas, dentro das quais comandados e comandantes se encontravam presos em redes de obrigações recíprocas. As relações entre senhores e escravos eram interpretadas dentro deste contexto. Quando os revolucionários americanos romperam os laços com o rei inglês defendendo uma teoria do direito natural, o ideal patriarcalista foi rompido.

Um novo lugar teve de ser construído para os escravos neste novo quadro ideológico: eles passaram a ser vistos como “*outsiders* perpétuos” que não se inserem na ordem do direito natural (idéia possibilitada por uma ideologia racista muito mais marcante do que qualquer

⁵⁶⁹ Eugene Genovese, *O mundo dos senhores de escravos*. Dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.101-107.

outra que pudesse ter existido anteriormente), mas que deviam ser tratados com compaixão (idéia sustentada pela conjugação da religiosidade evangélica com o humanismo iluminista). Isto é, os escravos passaram a ser vistos como seres inferiores às pessoas que conviviam no mundo cívico, mas que deviam ser tratadas com compaixão. A partir disso, o paternalismo trouxe três novas concepções para o pensamento sobre a administração dos escravos: a ênfase no tratamento mais suave, a expectativa de maior fidelidade dos escravos e a criação da imagem do escravo feliz com sua condição⁵⁷⁰.

Estes três elementos, porém, não derivam apenas do rompimento do ideal patriarcalista. Marquese identifica que esse *ethos* paternalista da classe senhorial do sul estadunidense unificava dois interesses básicos: indicar meios para extrair mais trabalho dos escravos preservando o corpo deles ao longo do tempo e defender a escravidão da crítica abolicionista⁵⁷¹. Isto é, o paternalismo surge, também, como uma resposta ao abolicionismo. Para contrariar os argumentos abolicionistas de que a escravidão era desumana, o discurso paternalista defendia da idéia de que a relação entre senhores e escravos era benéfica para estes. Assim, tal discurso é voltado tanto para o “consumo interno” da relação senhor-escravo quanto para a defesa do escravismo frente à crítica abolicionista.

Percebe-se, nesta sucinta análise do contexto do surgimento do ideal paternalista no Sul dos Estados Unidos, que diversos elementos explicativos importantes inexitem na realidade antiga. Não existem indícios de que tenha existido no mundo antigo qualquer defesa concreta da abolição da escravidão, quanto mais a existência de um movimento abolicionista forte o suficiente para gerar a necessidade da defesa da instituição de seus ataques, como na realidade do século XIX⁵⁷².

Ademais, apesar de não possuir um governo monárquico nos moldes do Antigo Regime, ao menos durante o período republicano (quando Catão e Varrão compuseram suas obras), a sociedade romana está muito mais próxima das concepções de redes hierárquicas com comandados e comandantes que se encontravam presos em redes de obrigações recíprocas do que do contexto ideológico no qual se gerou o discurso paternalista.

⁵⁷⁰ Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, op.cit., p.245-246.

⁵⁷¹ *Ibidem*, p.374.

⁵⁷² Peter Gamsey, *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.9 e 53.

4.3. Patriarcalismo e Racionalidade

Desta forma, se desejarmos buscar algum modelo de gestão escrava na América moderna para nos ajudar a estudar o problema da administração dos escravos rurais no mundo romano, nos parece muito mais proveitoso nos voltarmos para o que Marquese chama de modelo patriarcalista. Segundo ele:

O patriarcalismo pressupunha a existência, em todas as relações políticas e sociais, de uma hierarquia entre comandantes e comandados e de um conjunto de obrigações recíprocas entre eles, que visaria a manutenção do *bem comum*. Assim, a relação entre rei e vassalo na esfera mais ampla da sociedade política encontraria correspondência do domínio dos homens adultos proprietários sobre suas famílias.⁵⁷³

Em sua variante colonial escravista, o patriarcalismo reafirmou a cadeia hierárquica senhor e dependentes (mulher, filhos, feitores, escravos) e as obrigações recíprocas que os atavam. O senhor permaneceria como o juiz supremo de sua *plantation*, com total autonomia para o comando de seus subordinados, sem nenhuma possibilidade de ter seu poder circunscrito por interferências externas.⁵⁷⁴

Keith Bradley, ao tratar do tema do “escravo fiel” na ideologia escravista romana, defende uma idéia bastante comum nos estudos sobre história social do mundo romano e que corrobora esta comparação como o modelo patriarcalista identificado por Marquese na escravidão moderna. Bradley afirma que o desejo por lealdade e obediência dos escravos por parte dos senhores fazia parte de um contexto ideológico maior: um sistema de valores patriarcal e aristocrático, no qual lealdade e obediência dos subalternos eram atitudes esperadas pelos grupos que se colocavam como superiores na sociedade⁵⁷⁵. Assim, poderíamos acreditar que seria fácil a identificação das idéias romanas sobre a administração dos escravos com tal modelo patriarcalista, pois o escravismo se insere em um contexto mais amplo de relações de dependência ideologicamente pensadas a partir do patriarcalismo.

Todavia, para que a comparação entre instituições de diferentes sociedades seja realmente profícua, é necessário ressaltar suas diferenças, e não apenas identificar suas semelhanças. As duas passagens citadas de Marquese indicam os pontos pelos quais devemos começar a comparação: a relação do patriarcalismo com o contexto político mais amplo e as relações de poder do patriarca com seus dependentes. Analisando estes dois pontos veremos que a transposição da idéia de um modelo patriarcal de gestão dos escravos para o mundo

⁵⁷³ Marquese, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, op.cit., p.39.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p.226.

⁵⁷⁵ Bradley, *Slaves and Masters in the Roman Empire*, op.cit., p.37.

romano só é possível se levarmos em consideração especificidades importantes desta realidade.

Já falamos que no período que nos interessa nesta dissertação Roma era governada por um regime republicano, bem diferente da Monarquia Absolutista do Antigo Regime. Se o modelo hierárquico patriarcal tem íntima relação com o contexto político de sua época, como afirma Marquese na primeira das citações acima, este fato tem conseqüências importantes para nossa análise. Aparentemente, este seria um problema sério para a identificação de um modelo patriarcal em Roma, por causa da inexistência de um poder central autoritário. Contudo, uma análise mais detalhada nos permite perceber que isto não era impedimento para a existência de um ideal patriarcal na cultura política romana. Na República romana, os cidadãos plenos e ideais eram os chefes de suas famílias, os *Pater Familias* e, em certo nível, a *Res Publica* era apresentada como uma comunhão dos interesses destes patriarcas a frente de suas famílias. Assim, a inexistência do poder centralizador não impedia que o próprio corpo cívico fosse pensado a partir de um ideal hierárquico, tendo como centro do poder justamente a instituição que corporificava a reunião dos *Pater Familias*, o Senado.

Assim, apesar de “esfera mais ampla da sociedade política” em que se insere o modelo de gestão romano ser dominado pela *Res Publica*, e não pelo Absolutismo Monárquico, ainda é possível falar na formação de um ideal patriarcal de gestão dos escravos. O contexto político-ideológico no qual este modelo é composto é marcado por um ideal patriarcal, mas um patriarcalismo diferente daquele da realidade do Antigo Regime Atlântico na Era Moderna. Desta forma, devemos atentar para as singularidades do contexto romano. A utilização metafórica das prescrições sobre a administração da *uilla* para tratar da realidade da *Res Publica*, como analisamos no segundo capítulo, mostra que outros elementos, para além das “obrigações recíprocas entre comandantes e comandados”, são importantes para o modelo de administração da *uilla* e, conseqüentemente, para a gestão dos escravos.

O elemento patriarcal mais marcante na cultura política romana, cuja influência se percebe claramente nos tratados de Catão e Varrão, é a emulação dos costumes dos antepassados, o famoso *mos maiorum*. Andrew Wallace-Hadrill faz uma interessante análise da importância dada pela aristocracia ao *mos maiorum* durante a crise da República, deixando de lado a simples aceitação da imagem de um tradicionalismo inerente aos romanos defendido pelas fontes. Segundo ele, a crise da República, entre outros fatores, pode ser entendida como uma crise do regime de autoridade no qual o sistema se assentava. A tradição se tornou um foco importante para a definição de “como as coisas sempre foram”, ou de “como as coisas

eram no tempo dos antepassados” – elemento chave para a legitimação da Autoridade e que se tornou, neste contexto, um importante campo de conflito⁵⁷⁶.

A emulação das atitudes identificadas como típicas dos antepassados era, portanto, um elemento chave na cultura política romana. Um dos pontos fundamentais nessa cultura política era a idéia de que o governo da *Res Publica* estava baseado na autoridade dos *Pater Familias*. Assim, um elemento patriarcal importantíssimo na composição das idéias sobre a gestão dos escravos, era a valorização desse poder do patriarca, cuja autoridade era vista como sustentáculo da legitimidade do sistema político. A emulação deste poder patriarcal é recorrente nos tratados de Catão e Varrão, como pudemos ver neste capítulo: a rígida hierarquia a que os escravos estão submetidos tem que estar sob o controle senhorial, as atitudes e sentimentos dos escravos devem ser submetidas à lealdade ao senhor e os “benefícios” a que, eventualmente, os escravos pudessem ter acesso eram apresentados como concessões senhoriais.

Percebemos, assim, uma estreita relação entre os dois campos de análise que identificamos (o contexto político mais amplo e as relações de poder do patriarca com seus dependentes). Se na análise do primeiro campo tivemos que tecer algumas considerações para entender como o patriarcalismo era exercido em um contexto republicano, a análise do segundo campo poderia parecer, a princípio, mais simples: ao longo dos séculos, o poder do *Pater Familias* romano vem sendo utilizado como símbolo do poder autoritário, e a associação desta idéia com o problema do modelo de administração dos escravos dificilmente poderia ser vista como problemática. Porém, Richard Saller, em uma importante análise da Família Romana, mostra que entre a ideologia do poder do *Pater Familias*, consolidado até mesmo no Direito Romano, e a prática cotidiana das relações entre o Pai e sua esposa e filhos havia uma grande diferença⁵⁷⁷.

Na relação com os filhos, em especial, Saller mostra a existência de convenções sociais que pregavam a moderação e aponta o fato de que uma proporção muito grande de romanos tornava-se órfã de pai com uma idade pouco avançada (graças à idade média de casamento alta para os homens conjugada com a baixa expectativa de vida). Assim, a idéia de filhos sendo rigidamente controlados por seus pais ao longo de sua vida, em uma relação de dominação que acabaria sendo associada com diversas outras formas de dependência, entre elas a escravidão, é equivocada.

⁵⁷⁶ Andrew Wallace-Hadrill, “*Mutatio Morum*: the idea of a cultural revolution”. In: Thomas Habinek e Alessandro Schiesaro. *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge University Press, 1997, p.11-13.

⁵⁷⁷ Saller, *Patriarchy, Property and death in the Roman family*, *op.cit.*, especialmente p.102 e p.130.

Segundo Saller, os romanos distinguiram com certa clareza a autoridade paterna sobre os filhos e a autoridade senhorial sobre os escravos, possuindo, inclusive, modelos distintos de controle sobre escravos e sobre seus filhos, representada na distinção clara entre as figuras de *pater* e *dominus* exercidas pelo chefe da família⁵⁷⁸. A idéia de uma *familia*, constituída por diversos tipos de dependentes, e controlada tiranicamente por um patriarca é, portanto, criticada por Saller. Com isso, ele não pretende afirmar que a família romana era regida por relações horizontais e igualitárias. Ele reconhece a existência do patriarcalismo – apenas se pergunta se o poder dos patriarcas romanos deve, de fato, ser visto como superior ao de patriarcas de outras sociedades pré-industriais⁵⁷⁹. E o mais importante: para Saller, a imagem de chefe autoritário de um rígido sistema hierárquico, que marca a visão tradicional que se tem dos chefes de família romanos, está diretamente ligada à presença da escravidão dentro das casas romanas⁵⁸⁰.

Isto significa que, na construção da noção patriarcal de “hierarquia entre comandantes e comandados ligados por um conjunto de obrigações recíprocas” existente no mundo romano, a escravidão desempenhava um papel fundamental. Mais do que ser influenciada por um modelo patriarcal de dominação sobre dependentes, no qual seria uma entre outras formas de dependência, a escravidão desempenhava um papel fundamental na construção de tal modelo patriarcal (em especial o de referência negativa; isto é, o tratamento dado aos escravos servia como exemplo de como não se deveria agir com os outros dependentes).

Isso não impede, obviamente, que haja uma influência de idéias acerca de outras relações de dependência na construção das prescrições sobre a administração dos escravos. Por exemplo, alguns aspectos dos ideais acerca do controle sobre os filhos poderiam influenciar certas prescrições sobre a relação com os escravos – o que não pode ser confundido, porém, com o paternalismo, já que o importante, neste caso, é a associação de idéias sobre a dominação patriarcal sobre seus dependentes, e não a criação de um discurso legitimador para a escravidão.

O que não podemos é imaginar que as relações entre escravos e senhores estavam meramente inseridas em um amplo contexto de relações de dependência que determinava as idéias sobre a administração dos escravos. O escravismo tinha um papel central na própria construção do patriarcalismo, e é melhor dizer que as estratégias senhoriais para a administração das atividades produtivas nas *uillae*, assim como para o controle social dos

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p.133 e 151.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p.130.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p.2.

escravos, eram construídas dentro de uma racionalidade ideológica marcada pelo escravismo patriarcalista.

A partir desse ponto é importante ressaltar que não eram meros problemas ideológicos que determinavam os “termos patriarcais” das prescrições de Catão e Varrão. Essa ideologia patriarcal da administração do trabalho escravo foi construída a partir das necessidades sociais dos senhores em sua relação com os escravos – obviamente, a partir da maneira como elas foram identificadas e analisadas dentro de um quadro ideológico específico. Construiu-se, assim, uma racionalidade da dominação escravista baseada no patriarcalismo.

Tanto a atenção dada à questão da hierarquia e à importância dos chefes, quanto o problema do estímulo de certas atitudes e sentimentos através de certas concessões senhoriais está, como vimos ao longo deste capítulo, intimamente ligada às necessidades senhoriais nas relações escravistas. Em primeiro lugar, estas prescrições visam o controle de possíveis fugas ou insurgências, elemento importantíssimo em sociedades escravistas. Além disso, elas garantem a extração de excedentes através de mecanismos de coação extra-econômica aos produtores diretos, questão fundamental para uma economia pré-capitalista. E, por fim, ponto particularmente importante para o contexto da *uilla*, tais prescrições buscavam o controle social dos escravos, limitando suas relações sociais com o exterior do “mundo senhorial”.

O patriarcalismo assume um papel fundamental ao destacarmos o último desses elementos, que nos parece fundamental para o contexto social da *uilla* escravista. Ao ter como projeto a criação de um modelo no qual os escravos se inserem em uma rede hierárquica controlada pelo senhor, o patriarcalismo fundamenta a disciplinarização social e a restrição das relações sociais do escravo, que como vimos são um elemento fundamental para entender a escravidão nas *uillae*.

Conclusão

Podemos falar em uma racionalidade que fundamentaria as prescrições sobre a administração das atividades produtivas e o controle dos trabalhadores, em especial os escravos, nos tratados de Catão e Varrão? Essa foi a questão que suscitou esta pesquisa. Ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, identificamos diversas abordagens ao problema da racionalidade econômica da aristocracia romana, mostrando especialmente as limitações da utilização do conceito neoclássico de racionalidade. Como vimos, tal conceito serve de referência tanto para aqueles que pretendem negar a existência de uma racionalidade econômica tanto para aqueles que pretendem mostrar a existência de uma “racionalidade limitada” entre os aristocratas romanos.

A partir da constatação de que o conceito de racionalidade neoclássico se baseia em premissas equivocadas, partimos para a construção de outro conceito de racionalidade que servisse de parâmetro para nossa pesquisa. Com este intuito, identificamos abordagens que analisavam a racionalidade econômica dos antigos em suas singularidades, identificando as potencialidades, mas também os problemas dessas abordagens. Por fim, construímos a partir do materialismo histórico um conceito de racionalidade que acreditamos ser a melhor referência possível para o estudo deste tema, o conceito de Racionalidade Ideológica.

Definido o que entendemos por Racionalidade, no primeiro capítulo, dedicamos o segundo capítulo ao problema metodológico que se impunha à nossa pesquisa: como estudar a racionalidade a partir destes tratados sobre o campo de Catão e Varrão. Antes de tudo, era necessário identificar o contexto social, político e ideológico da composição de tais obras, para a partir disso entendermos como analisá-los dentro dos objetivos de um trabalho de história econômica, como o nosso. Identificamos que, ao contrário do que tradicionalmente vem sendo postulado pelos trabalhos de história econômica e social que usam estes tipos de tratados como fontes primárias, os tratados dos “agrônomos latinos” não são meras respostas práticas a problemas cotidianos da realidade rural italiana. Estes tratados fazem parte de projetos político-ideológicos que precisam ser levados em consideração em suas análises. Contudo, mostramos que este fato não nos impede de utilizar tais tratados para o estudo da história econômica e social da Itália romana. O conceito de Racionalidade Ideológica, aliado a metodologia do Estruturalismo Genético de Lucien Goldmann, nos permitiu identificar como as estruturas conceituais que fundamentam as obras de Catão e Varrão se relacionam com a realidade econômica e social na qual estes tratados foram produzidos.

A partir destas considerações metodológicas ficou claro que a identificação da tal Racionalidade Ideológica que fundamentava as prescrições de Catão e Varrão sobre a administração das atividades produtivas e controle dos trabalhadores só poderia ser realizada se levássemos a cabo um estudo cuidadoso das relações sociais das quais tais prescrições tratavam. Isto é, tentar identificar as estruturas conceituais que perpassam as prescrições de Catão e Varrão sobre os trabalhadores sem analisar, profundamente, as relações sociais de produção que são o contexto dessas prescrições seria impossível. Para desenvolvermos nossa pesquisa, portanto, consideramos fundamental identificar qual era o tipo de apropriação do solo e as formas de exploração do trabalho que Catão e Varrão tinham em mente ao comporem seus tratados.

Tradicionalmente a historiografia vem utilizando a idéia de *uilla* típica para definir esta forma de apropriação do solo e de exploração do trabalho. No início do terceiro capítulo tentamos mostrar que mais importante do que os elementos constitutivos utilizados para definir a idéia de *uilla* típica (como produção especializada nos vinhedos e olivais, voltada para o mercado e realizada por trabalho escravo), o importante para o conceito de *uilla* é a sua forma de inserção social no contexto rural. Assim, o elemento chave para definir uma *uilla* é a apropriação privada do solo e sua inserção de forma isolada na comunidade rural.

A partir deste conceito de *uilla* buscamos reinterpretar os tais elementos constitutivos que a historiografia tradicionalmente identifica como típicos da *uilla*. Mostramos, assim, que mais importante do que a especialização da produção em olivais e vinhedos, a possibilidade de extração de excedentes dos produtores diretos possibilitadas pelas diferentes atividades econômicas realizadas na *uilla* era o fator fundamental. Da mesma maneira, criticamos a idéia de que a produção seria voltada para o mercado, devido ao anacronismo inerente a tal afirmação. Mostramos mais uma vez que o essencial era a questão da extração de excedentes dos produtores diretos: identificamos como a inserção de parte considerável da produção da *uilla* nas redes de circulação de produtos daquilo que caracterizamos a partir do conceito de *bazaar* era importante para esta extração.

O problema da identificação das atividades econômicas realizadas nas *uillae* (em especial seu nível de especialização na produção de vinho e óleo de oliva) assim como o debate acerca do nível de mercantilização desta produção são temas centrais nos debates sobre a racionalidade econômica dos aristocratas romanos. Os primitivistas afirmam, por um lado, que os donos das *uillae* não tinham idéias claras sobre produção voltada para o lucro e que a produção das unidades econômicas tinha por objetivo máximo a auto-suficiência. Os modernistas, por outro lado, tentam apontar a comercialização dos produtos das *uillae* como

prova de que a diferença entre a economia antiga e moderna é apenas de grau, e não de natureza. A partir de um enfoque diferente, tendo o problema da extração de excedentes dos produtores diretos como questão principal, pudemos identificar as diferenças entre a economia antiga e a economia moderna sem com isso criar apenas uma “imagem em negativo”, na qual o “outro” (a economia antiga) é identificada apenas por aquilo que lhe falta quando comparado com aquilo que estamos habituados (a economia capitalista).

No quarto capítulo, no qual continuamos preocupados com a questão levantada no capítulo anterior (identificar o que significa dizer que a *uilla* é uma forma privada e “isolante da comunidade” de apropriação do solo), centramo-nos no problema que nos é mais sensível: as formas de relações de produção que se constroem na *uilla*. Identificamos neste capítulo que, basicamente, a *uilla* explora trabalhadores escravos como trabalho fixo, residente na propriedade, e trabalhadores camponeses das comunidades próximas como trabalho sazonal, em momentos do calendário agrícola que exigem uma quantidade maior de trabalho ou em determinados trabalhos que requerem grande quantidade mão-de-obra ou especialização de trabalhadores inexistente dentro da *uilla*.

A conclusão mais importante a que chegamos neste estudo das relações sociais de produção da *uilla*, no quarto capítulo, foi a importância que a escravidão teve como forma bastante singular de coação extra-econômica dos trabalhadores, para o desenvolvimento da forma específica de apropriação do solo da qual a *uilla* é resultado. Apenas com a alienação das relações sociais com a comunidade rural dos trabalhadores fixos da *uilla*, possível com a escravidão, foi possível desenvolver uma nova forma de apropriação do solo, que permitia o isolamento da propriedade senhorial da comunidade camponesa. Ademais, esta nova forma de apropriação do solo dinamizou novas formas de exploração desta comunidade camponesa pela aristocracia romana.

Somente a partir destas considerações pudemos analisar os preceitos de Catão e Varrão sobre os trabalhadores, realizada no quinto capítulo. Porém, isto não significa que tal análise se baseava na mera identificação de como as relações sociais de produção identificadas no capítulo anterior determinavam as prescrições sobre os trabalhadores no *De Agri Cultura* e no *De Re Rustica*. A análise destas prescrições permitiu entendermos como se dava a dinâmica dos diferentes agentes históricos na construção das relações sociais de produção, como pudemos visualizar, especialmente, na análise sobre as tentativas de controle social dos senhores sobre os *uilicus*.

Identificamos as principais características das prescrições catonianas e varronianas sobre os trabalhadores (pouca ênfase na violência, atenção especial às hierarquias e aos

chefes, necessidade de criar certas atitudes e sentimentos entre os escravos através de certas concessões), analisando como elas poderiam ser explicadas tanto por questões práticas do controle escravista, como por questões mais amplas da ideologia da classe dominante romana. Tentamos através deste procedimento identificar a Racionalidade Ideológica que perpassava as estruturas conceituais que fundamentavam as prescrições de Catão e Varrão. Concluímos, no final do quinto capítulo, que tal Racionalidade Ideológica estava intimamente ligada ao que chamamos de modelo patriarcal de visão de mundo – não no sentido de que as idéias sobre a relação entre senhores e escravos existente na classe dominante romana fosse determinada por concepções mais gerais sobre o poder patriarcal do senhor, mas no sentido de que estas idéias sobre a relações entre senhores e escravos tinham um papel fundamental na construção do modelo patriarcal romano.

Esta forma de abordar o problema da racionalidade dos aristocratas romanos nos parece muito mais profícua do que as abordagens que tem como referência o conceito neoclássico de racionalidade. Analisamos, nesta dissertação, como no contexto da expansão das *uillae* escravistas, o conteúdo das relações sociais e o conteúdo da reflexão sobre estas relações sociais interagem. Sem prever uma determinação simplista, tentamos mostrar que as formas de relações sociais constroem e (ao mesmo tempo) são moldadas pela racionalidade ideológica que os agentes históricos constroem no processo de sua formação. Ao longo deste trabalho, analisamos como se deu o desenvolvimento de novas formas de relações de produção na Itália durante a República Romana. Estas relações de produção estavam ligadas à expansão da escravidão e das *uillae*. Elas criaram e ao mesmo tempo foram moldadas pela racionalidade ideológica que se desenvolveu neste processo.

Desta forma, nossa pesquisa aponta para o caminho da necessidade do estudo do desenvolvimento das relações sociais em concomitância com o desenvolvimento das formas de percepção e análise dos agentes sociais acerca dessas relações sociais. Isto nada mais é do que o estudo da formação das classes sociais em contextos históricos específicos. Como dissemos no primeiro capítulo e tentamos mostrar ao longo do trabalho, a *racionalidade ideológica* é ao mesmo tempo consequência da existência das classes sociais como parte do *processo* de formação destas classes. Desta forma, a Racionalidade Ideológica dos proprietários das *uillae*, que analisamos neste trabalho, faz parte de um contexto maior de desenvolvimento de relações sociais e de racionalidade ideológicas que marcam o processo de formação de uma classe social dominante na Itália romana ao longo dos séculos II e I a.C..

O leitor talvez tenha percebido que ao longo do trabalho usamos acriticamente expressões como “classe proprietária”, “grandes proprietários”, “classe dominante”, “elite”,

“aristocracia” e alguns outros termos como sinônimos para se referir ao grupo social que concentrava grandes propriedades de terra, escravos e poder sobre o resto da população na Itália romana. Sociologicamente impreciso, adotamos este procedimento apenas como estratégia de redação, para evitar possíveis repetições textuais. Contudo, ele é sintoma de um fato importante: ainda não temos estudos satisfatórios para identificar o processo de formação da classe dominante romana na República, que nos permitisse identificar, delimitar e caracterizar corretamente tal grupo. Tal estudo superaria as possibilidades desta dissertação e, assim, ao mesmo tempo em que esta sofre com tal imprecisão, nosso trabalho serve como contribuição e estímulo para que pesquisas nessa linha sejam realizadas futuramente.

Bibliografia

1. Edições das Fontes

CATO, *On Agriculture* & VARRO, *On Agriculture*. (Loeb Classical Library) Harrison Boyd Ash e William Davies Hooper (Eds.), Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935

TREVIZAM, Matheus (Tradutor). “Tradução do *De Agri Cultura*” e “Tradução do *De Re Rustica* I” in: *Idem, Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Campinas: IEL-UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006

2. Bibliografia Citada

AA.VV., *El modo de produccion esclavista*. Madrid: Akal, 1977

AGER, Britta, “Contracts and Rituals in Cato`s *De Agri Cultura*”. *APA Annual Meeting 2009*, Philadelphia, PA (abstract) disponível em: <http://apaclassics.org/images/uploads/documents/abstracts/Ager.pdf>

ANDREAU, Jean, *L`économie du monde romain*. (Le monde: une histoire/ mondes anciens) Paris: Ellipses, 2010

ANNEQUIN, Jacques, “Formes de contradiction et rationalité d'un système économique. Remarques sur l'esclavage dans l'Antiquité”. *Dialogues d'histoire ancienne*, Vol.11, n° 1, 1985

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de, *A visão dos letrados sobre rebeliões de escravos no mundo romano*. Uma abordagem semiótica de fontes literárias. Vol.1. Niterói: PPGH-UFF (Tese de Doutorado), 1999

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de, *Formas de Resistência de escravos no mundo romano*, Anpuh-2004, Texto inédito

ASH, Harrison Boyd, “Introduction”. In Cato, *On Agriculture* & Varro, *On Agriculture*. (Loeb Classical Library). *Idem* e William Hooper (Eds.), Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1935

- AUGUSTO, André Guimarães, “Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica”, trabalho apresentado na *XII Conferência Anual da International Association for Critical Realism*, Julho de 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/27T.pdf>
- BANG, Peter Fibiger, “Antiquity between "Primitivism" and "Modernism"”, Workpaper 53-97, *Centre for Cultural Research*, University of Aarhus, 1997. Disponível em: www.hum.au.dk/ckulturf/pages/publications/pfb/antiquity.htm
- BANG, Peter Fibiger, “Trade and Empire. In search of organizing concepts for the Roman economy”. *Past and Present*, 195, 2007
- BANG, Peter Fibiger, *The Roman Bazaar. A comparative study of trade and markets in a tributary empire*. Cambridge University Press, 2008
- BARTH, Fredrik, *Process and Form in Social Life*. Selected essays of Fredrik Barth: Volume I. Adam Kuper (ed.). London, Boston, Prenley: Routledge & Kegan Paul, 1981
- BASHKAR, Roy, “Societies”. In: Archer *et alii.*, *Critical Realism: Essential Readings*. Londres: Routledge, 1998 (citado a partir da tradução inédita de Herman Mathow e Thais Maia; revisão de Bruno Moretti e Lilian Paes; supervisão de Mário Duayer)
- BEARD, Mary e CRAWFORD, Michael, *Rome in the Late Republic*. London: Duckworth, 1985
- BEARE, Rhona, “Where Bailiffs ever free Born?”. *The Classical Quaterly*, Vol.28, nº 2, 1978
- BIEZUNSKA-MALOWIST, Izabela (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1986
- BLOCH, Marc, *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- BODOR, A., “The Control of Slaves during the Roman Empire”. In: Toru Yuge e Masaoki Doi (Ed.), *Forms of Control and Subordination in Antiquity*. Tóquio: The Society for studies on resistance movements in antiquity, Leiden: Brill, 1988
- BOWMAN, Alan e WILSON, Andrew (Eds.), *Quantifying the Roman Economy*. Methods and Problems. Oxford University Press, 2009
- BRADLEY, Keith, *Slavery and Rebellion in the Roman World*. Indiana University Press and B.T.Batsford, 1989
- BRADLEY, Keith, *Slavery and Society at Rome*. Cambridge University Press, 1994

- BRADLEY, Keith, *Slaves and Masters in the Roman Empire. A Study in Social Control*. Oxford University Press, 1987
- BUCK, Robert, *Agriculture and Agriculture Practice in Roman Law. (Historia: Einzelschr 45)* Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1983
- BUCKLAND, W., *The Roman Law of Slavery*. Cambridge University Press, 1908
- BRUNT, Peter, *Italian Manpower, 225BC – AD14*. Oxford University Press, 1971.
- CARANDINI, Andrea, “L’Economia itálica fra tarda repubblica e médio impero considerata dal punto di vista di una merce: il vino”. In: *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Roma: École Française de Rome, 1989
- CARANDINI, Andrea, “Sviluppo e Crisi delle manifature rurali e urbane”. In: Andrea Giardina e Aldo Schiavone (eds.), *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.2: Merci, Mercati e Scambi nel Mediterraneo. Bari: Laterza, 1981
- CARDOSO, Ciro Flamarion, *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004
- CARDOSO, Ciro Flamarion, *Trabalho compulsório na antiguidade*, Rio de Janeiro: Graal, 2003
- CARDOSO, Ciro Flamarion, *Economia e Trabalho no Antigo Egito*. Relatório de Bolsa de Produtividade do CNPq. Niterói, 2009. Texto Inédito.
- CARLSEN, Jasper, *Vilici and Roman estate managers until 284 AD*, L’Erma di Bretschneider, 1995
- CARTLEDGE, Paul, “The Political Economy of Greek Slavery”. In: *Idem*, Edward Cohen e Lin Foxhall, *Money, Labour and Land*. Approaches to the economies of ancient Greece. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002
- CHA, Young-Gil, “The Function of Peculium in Roman Slavery during the First Two Centuries A.D.”. In: Toru Yuge e Masaoki Doi (Ed.), *Forms of Control and Subordination in Antiquity*. Tóquio: The Society for studies on resistance movements in antiquity, Leiden: Brill, 1988
- CHARTIER, Roger, *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990

- COHN, Gabriel, “Alguns problemas conceituais e de tradução em *Economia e Sociedade*”, in: Max Weber, *Economia e Sociedade*, Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. 3ª Ed. Brasília: EdUnB, 1994
- COLLINS, Randall, *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- DAL LAGO, Enric e KATSARI, Constatina, “Ideal models of slave management in the Roman world and in the ante-bellum American South”. In: *Idem, Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge University Press, 2008
- DAVIS, David Brion, *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- DE LIGHT, Luuk e NORTHWOOD, Simon (Eds.), *People, Land and Politics*. Demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC – AD 14. (Mnemosyne Supplements, History and Archaeology of Classical Antiquity) Leiden e Boston: Brill, 2008
- DE LIGHT, Luuk, “The Economy: agrarian change during the second century”. In: Nathan Rosenstein e Robert Morstein-Marx, *A Companion to the Roman Republic*. Blackwell Publishing, 2006
- DE NEEVE, P.W., *Colonus*. Private farm-tenancy in Roman Italy during the Republic and Early Principate. Amsterdã: J.C. Gieben, 1984
- DE SENA, Eric, “An assessment of wine and oil production in Rome’s hinterland: ceramic, literary, art historical and modern evidence”. In: Barbro Santillo Frizell e Allan Klynne (Eds.), *Roman Villas around the urbs*. Interaction with landscape and environment. Roma: The Swedish Institute in Rome, Projects and Seminars 2, 2005. Disponível em: <http://www.isvroma.it>
- DI GIUSEPPE, Helga, “*Villae, villullae* e fattorie nella Media Valle Del Tevere”. In: Barbro Santillo Frizell e Allan Klynne (Eds.), *Roman Villas around the urbs*. Interaction with landscape and environment. Roma: The Swedish Institute in Rome, Projects and Seminars 2, 2005. Disponível em: <http://www.isvroma.it>
- DUMONT, Jean-Christian, “La villa esclavagiste?”. *Topoi*, vol.9, fasc.1, 1999
- DYSON, Stephen, *Community and Society in Roman Italy*. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1992

- EAGLETON, Terry, *Ideologia*, uma Introdução. São Paulo: Boitempo e Editora da Unesp, 1997
- EL BOUZIDI, Saïd, “La conception de la *uilla rustica* chez Catón: entreprise agricole où simple ferme rurale”. *Gerión*, vol.21, nº 1, 2003
- EL BOUZIDI, Saïd, “Le vocabulaire de la main-d’oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*, v.25, nº 1, 1999
- EL BOUZIDI, Saïd, “La notion du mercantilisme consensuel dans les *leges privatae* chez Catón”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. Vol.21, nº 2, 1995
- EL BOUZIDI, Saïd, “Place et role de la main-d’oeuvre libre dans l’économie rurale à La fin de La République romaine”. *Gerion*, nº 15, 1997
- EL BOUZIDI, Saïd, “Les formes de négociations des contrats. Une évolution institutionnelle dans le monde rural au II^{ème} s. av. J.C.”. *Gerión*, nº 18, 2000.
- ELSTER, Jon, *Ulysses y las sirenas*. Estudios sobre Racionalidad y Irracionalidad. México: Fondo de Cultura Económica, 1989
- ERDKAMP, Paul, “Agriculture, Underemployment, and the cost of rural labour in the Roman World”. *Classical Quaterly*, vol.49, nº 2, 1999
- EVANS, John, “*Plebs Rustica*: The Peasantry of Classical Italy, I e II”. *American Journal of Ancient History*, nº 5, 1980
- FARIA, Sheila de Castro, “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. *Revista Tempo*, nº 22, 2006
- FENOALTEA, Stefano, “Slavery and supervision in comparative perspective: a model”. *The Journal of Economic History*, vol.44, nº3, 1984
- FINLEY, Moses, “Technical innovation and economic progress in the ancient world”. *Economic History Review*, vol.18, 1965
- FINLEY, Moses, *A Economia Antiga*, Porto: Edições Afrontamento, 1981
- FINLEY, Moses, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Rio de Janeiro: Graal, 1991
- FITZGERALD, William, *Slavery and the Roman Literary Imagination*. (Roman Literature and its Contents) London, Cambridge University Press, 2000

- FLORY, Marleen Boudreau, "Family in *familia*: kinship and community in slavery". *American Journal of Ancient History*, 3, 1978
- FOGEL, Robert e ENGERMAN, Stanley, *Time on the Cross*. The economics of american negro slavery. Boston: Little, Brown and Company, 1974
- FONTES, Virgínia, *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV e EdUFRJ, 2010
- FRANK, Tenney, *An Economic History of Rome*. Batoche Books, 2004
- FRAYN, Joan, "Wild and Cultivated Plants: a note on the Peasant Economy of Roman Italy". *The Journal of Roman Studies*, vol.65, 1975
- FREDERIKSEN, Martin, "The contribution of Archaeology to the Agrarian Problem in the Gracchan Period". *Dialoghi di Archaeologia*, ano IV-V, n.2-3, 1970-1971
- FREDERIKSEN, Martin, "Theory, Evidence and the Ancient Economy". *The Journal of Roman Studies*, vol.65, 1975
- FRIZZEL, Barbro Santillo e KLYNNE, Allan (Eds.), *Roman Villas around the urbs*. Interaction with landscape and enviroment. Roma: The Swedish Institute in Rome, Projects and Seminars 2, 2005. Disponível em: <http://www.isvroma.it>
- FUSSEL, G.E., "The Classical Tradition in West European Farming: The Sixteenth Century", *The Economic History Review*, Volume 22, Issue 3, Dez. 1969
- GARCIA MAC GAW, Carlos G., "La ciudad-Estado y las relaciones de producción esclavistas en el Imperio Romano". In: *Idem* e Julián Gallego (org.), *La ciudad en el Mediterráneo Antiguo*. Buenos Aires: Del Signo, 2007
- GARLAN, Yvon, *Slavery in Ancient Greece*. Revised and expanded edition. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988
- GARNSEY, Peter e SALLER, *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1987
- GARNSEY, Peter, "Non-Slave Labour in the Roman World". In: *Idem* (Ed.), *Non-Slave Labour in the Graeco-Roman World*. Cambridge: Cambridge Philological Society (Supplementary Volume nº 6), 1980

- GARNSEY, Peter, "Peasants in ancient Roman Society". In: *Idem, Cities, Peasants and food in classical Antiquity*. Essays in social and economic history. Editado por Walter Scheidel. Cambridge: Cambridge University Press, 1998
- GARNSEY, Peter, *Famine and Food supply in the Graeco-Roman World*, Cambridge University Press, 1988
- GARNSEY, Peter, *Food and Society in classical antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999
- GARNSEY, Peter, *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- GAZZOLA, Rachel, *O Ofício do filósofo estoico*. O duplo registro do discurso da Stoa. São Paulo: Edições Loyola, 1999
- GENOVESE, Eugene, *O mundo dos senhores de escravos*. Dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- GIARDINA, Andrea e SCHIAVONE, Aldo, *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.1: L'Italia: Insediamenti e forme economiche. Bari: Laterza, 1981
- GODELIER, Maurice, "A antropologia econômica", in: J.Copans *et alii*, *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971
- GODELIER, Maurice, *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969
- GOLDMANN, Lucien, *Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- GREEN, Carin M.C., "Free as a bird: Varro *De Re Rustica* 3". *The American Journal of Philology*, Vol. 118, nº 3, 1997
- GREENE, Kevin, "Technical innovation and economic progress in the ancient world: M.I. Finley reconsidered". *Economic History Review*, vol.53, 2000
- GREENE, Kevin, *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986
- GUARINELLO, Norberto, *Ruínas de uma Paisagem*. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.). São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado), 1993

- HALSTEAD, Paul, “Traditional and Ancient Rural Economy in Mediterranean Europe: plus ça change?”. In: Walter Scheidel e Sitta von Renden, *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002
- HARRIS, William V., “Demography, Geography and the Sources of Roman Slaves”. *Journal of Roman Studies*, v.89, 1999
- HARRIS, William V., *Restraining Rage*. The Ideology of Anger Control in Classical Antiquity. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001
- HEITLAND, W.E., *Agricola*. A study of agriculture and rustic life in the Greco-roman world from the point of view of labor. 1921
- HERNANDEZ MIGUEL, Luis Alfonso, *Varrón*. Biblioteca de la Literatura Latina, Madrid: Ediciones Clásicas, 2000
- HIRSCHMAN, Albert, *As paixões e os interesses*. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- HITCHNER, Robert Bruce, “Olive Production and The Roman Economy: The Case for Intensive Growth in the Roman Empire”. In: Walter Scheidel e Sitta von Renden, *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002
- HOPKINS, Keith, *Conquerors and Slaves*. Sociological studies in Roman History, Volume 1. Cambridge University Press, 1978
- HORDEN, Peregrine e PURCELL, Nicholas, *The Corrupting Sea*. A Study of Mediterranean History. Oxford: Blackwell, 2000
- HORSLEY, Richard, “The Slave Systems of Classical Antiquity and their reluctant recognition by modern scholars”. In: *Idem*, Allen Callahan e Abraham Smith, *Slavery in text and interpretation (Semeia vol.83/84)*. Atlanta: Society for Biblical Literature, 1998
- JOLY, Fábio Duarte, “Espaço e Poder no *De Re Rustica* de Columella”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, nº 45, 2003
- JOLY, Fábio Duarte, “Terra e trabalho na Itália do alto império”. In: Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: EDUFES, 2006

- JOLY, Fábio Duarte, *Libertate opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero*. São Paulo: PPGHE-USP (Tese de Doutorado), 2006
- JONGMAN, Willem, “Archaeology, Demography and Roman Economic Growth”, In: Alan Bowman e Andrew Wilson (Eds.), *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford University Press, 2009
- JONGMAN, Willem, “Slavery and the growth of Rome: the transformation of Italy in the second and first centuries BCE”. In: C. Edwards e G. Woolf (Eds.), *Rome the Cosmopolis*. Cambridge University Press, 2003
- KALBERG, Stephen, “Max Weber’s types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history”. *The American Journal of Sociology*, Março de 1980
- KEHOE, Dennis, *Investment, Profit and Tenancy. The Jurists and Roman Agrarian Economy*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1997
- KEHOE, Dennis, *Law and the rural economy in the Roman empire*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007
- KOPYTOFF, Igor, “Slavery”. *Annual Review of Anthropology*, vol.11, 1982
- KNUST, José Ernesto Moura, *Escravidão, Produção e Controle na De Re Rustica de Varrão*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (Monografia de conclusão de curso), 2008.
- KOLENDO, Jerzy, “À propos de W.Kaltenstadler, L’organisation du travail et le système de gestion dans les traités des agronomes latins”. *Dialogues d’histoire ancienne*, vol.5, n°1, 1979
- KOLENDO, Jerzy, *L’Agricoltura nell’Italia Romana*. Roma: Editori Riuniti, 1980.
- KULA, Wiltold, “Da tipologia dos sistemas econômicos” in: Jacqueline Fourastie e Jean Fourastie (org.) *Economia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975
- KULA, Wiltold, *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.]
- KUZISCIN, V.I., “L’azienda contadina dell’antica Roma come modello economico”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1986

- LARA, Silvia Hunold, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- LARA, Silvia Hunold, *Campos da Violência*. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988
- LESSA, Célia de Andrade, “Racionalidade Estratégica e Instituições”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, nº 37, Junho de 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200008&lng=en&nrm=iso
- LEVEAU, Phillippe, “La ville antique et l’organisation de l’espace rural: *villa*, ville, village”. *Annales E.S.C.*, vol.38, n.4, 1983
- LIGUORI, Guido, *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007
- LO CASCIO, Elio, “Roman Census figures in the second century BC and the property qualification of the fifth class”. In: Luuk de Ligt e Simon Northwood (Eds.), *People, Land and Politics*. Demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC – AD 14. (Mnemosyne Supplements, History and Archaeology of Classical Antiquity) Leiden e Boston: Brill, 2008
- LO CASCIO, Elio, “The Size of the Roman Population: Beloch and the meaning of the augustan census figures”. *The Journal of Roman Studies*, vol.84, 1984
- LO CASCIO, Elio, “Urbanization as Proxy of Demographic and Economic Growth”, In: Alan Bowman e Andrew Wilson (Eds.), *Quantifying the Roman Economy*. Methods and Problems. Oxford University Press, 2009
- LORENZ, Chris, “Can Histories be true? Narrativism, positivism and the ‘Metaphorical turn’”. *History & Theory*, 37, 1998
- LORENZ, Chris, “You got your History, I got mine”. *ÖZG*, 10, 1999
- LOVE, John, *Antiquity and Capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. Londres e Nova York: Routledge, 1991
- LÖWY, Michael e NAÏR, Sami, *Lucien Goldmann*. Ou a dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008
- MARÓTI, Egón, “The Vilicus and the Villa-System in anient Italy”. *Oikumene*, vol.1, 1976

- MARQUESE, Rafael de Bivar, *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- MARTIN, René, *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Les Belles Lettres, 1971
- MARTIN, René, “Familia Rustica: les esclaves chez les agronomes latins”. In: Actes du Colloque 1972 sur l’Esclavage. Besançon: Annales Littéraires de L’Université de Besançon, Paris: Les Belles Lettres, 1974
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, Karl, “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie”, in: *Economic Works: 1857–61*, volume 29 (Marx Engels Collected Works). International Publishers: New York, 1987
- MARX, Karl, “Prefácio”, in *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007
- MARX, Karl, *O Capital*. Crítica da Economia Política. 3 volumes (5 tomos). São Paulo: Abril (coleção “Os Economistas”), 1984
- MARX, Karl, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: *A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Editado por Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
- MARX, Karl, “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. In: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Boitempo Editorial, 2005
- MARZANO, Annelisa, *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007
- MATHIAS, Peter, *Economic History: Living with the neighbours*. Roma: Luis Guido Carli, 2006
- MESZÁROS, István, *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004
- McKEOWN, Niall, *The Invention of Ancient Slavery?*. Londres: Duckworth, 2007

- MINAUD, Gerard, *Comptabilité à Rome*. Essai d'histoire économique sur la pensée comptable commerciale et privée dans le monde antique romaine. Lausanne: Press Polytechniques et Universitaires Romandes, 2005
- MORLEY, Neville, *Metropolis and Hinterland*. The city of Rome and the Italian Economy, 200BC-AD200. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- MORLEY, Neville, *Theories, Models and Concepts in ancient history*, Nova York: Routledge, 2004
- MORLEY, Neville, *Writing Ancient History*, Cornell University Press, 1999
- NORTH, Douglass, "Institutions and economic performance", in: Uskalt Mäkt, Bo Gustafsson e Christian Knudsen, *Rationality, Institutions and Economic Methodology*. Londres e Nova York: Routledge, 1993
- NORTH, Douglass, "Markets and other allocation Systems in History: the challenge of Karl Polanyi", *Journal of European Economic History*, 6 (3), 1977
- OATES, Whitney, "A note on Cato, De Agri Cultura LVI". *The American Journal of Philology*, vol.55, n° 1, 1934
- OSBORNE, Robin, "Pride and Prejudice, Sense and Subsistence: Exchange and Society in the Greek City". In: Walter Scheidel e Sitta von Renden, *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002
- PACHÁ, Paulo Henrique, "Desnaturalizar o passado, historicizar o presente: formas de intercâmbio na Península Ibérica (sécs. VI-VIII)", trabalho apresentado no *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio*, julho de 2010
- PADGUG, Robert, "Problems in the theory of slavery and slave society". *Science and Society*, v.40, no.1, 1976
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel e CUNHA, André Moreira, *Noções de Economia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008
- PATTERSON, John, *Landscapes and Cities*. Rural settlement and civic transformation in Early Imperial Italy. Oxford University Press, 2006
- PATTERSON, Orlando, *Slavery and Social Death*. A comparative Study. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1981

- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de história da cultura clássica*. Volume II: Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed. 2002
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier, *A História da Escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009
- POLANYI, Karl, “Aristóteles descubre la economía”, in: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária Monografias, 1976
- POLANYI, Karl, “La Economía como actividad institucionalizada”, in: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária Monografias, 1976
- POLANYI, Karl, “Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi”, in: *Idem*, Conrad Arensberg e Harry Pearson. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária Monografias, 1976
- POLANYI, Karl, *A grande transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980
- POLANYI, Karl, *A Ilusão da Economia*. Editora João Sá da Costa, 1997
- POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad e PEARSON, Henry, *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária Monografias, 1976
- POSTONE, Moishe, “Capital and Historical Change”. Artigo apresentado na conferência *Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century*, Cornell University, em 13 de março de 2004. Disponível em www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf
- POTTER, Timothy W., *The Changing Landscape of South Etruria*. Londres: Paul Elek, 1979
- POWELL, J.G.F., “Dialogues and treatises”. In: Stephen Harrison, *A companion to Roman Literature*. Malden, MA.: Blackwell Publishing, 2005
- PURCELL, Nicolas, “Wine and Wealth in ancient Italy”. *The Journal of Roman Studies*, vol.75, 1985
- RATHBONE, Dominic, “The development of agriculture in *Ager Cosanus* during the Roman Republic: Problems of evidence and interpretation”. *The Journal of Roman Studies*, vol.71, 1981

- RATHBONE, Dominic, "The Slave Mode of Production in Italy". *The Journal of Roman Studies*, vol.73, 1983
- REAY, Brandon, "Agriculture, Writing and Cato's Self-Fashioning", *Classical Antiquity*, vol.24 n°2, Outubro de 2005
- REIS, João José, *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito*. A Resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- ROSENSTEIN, Nathan, *Rome at War*. Farms, Families and Death in the Middle Republic. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2004
- ROSTOVTZEFF, Michail, *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973
- ROSTOVTZEFF, Michail, *The Social and Economic History of Roman Empire*. 2ª Ed. Oxford University Press, 1957
- ROTH, Ulrike, *Thinking Tools*. Agricultural Slavery between evidence and models. Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement 92, Londres: Institute of Classical Studies, University of London, 2007
- ROTH, Ulrike, "Inscribed Meaning: The *Vilica* and the Villa Economy". *Papers of the British School at Rome*, vol.LXXII, 2004
- ROTH, Ulrike, "To have and to be: food, status and the *peculium* of agricultural slaves". *The Journal of Roman Archaeology*, vol.18, 2005
- ROWLAND, Robert, "Grain for Slaves: a note on Cato's *De Agri Cultura*". *The Classical World*, vol.63, n°7, 1970
- SAHLINS, Marshall, "A Primeira sociedade de afluência" in: Edgar Assis Carvalho (org.), *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978
- SALLARES, Robert, *Malaria and Rome*. A History of Malaria in ancient Italy. Oxford University Press, 2002
- SALLER, Richard, "Slavery and the Roman Family" in: Moses Finley (ed.), *Classical Slavery*. London and Portland: Frank Cass, 1987
- SALLER, Richard, *Patriarchy, property and death in the Roman family*. Cambridge University Press, 1994.

- SCHEIDEL, Walter, "Human Mobility in Roman Italy II: the slave population". *The Journal of Roman Studies*, vol.95, 2005
- SCHEIDEL, Walter, "New ways of studying incomes in the Roman Economy", In: Alan Bowman e Andrew Wilson (Eds.), *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford University Press, 2009
- SCHEIDEL, Walter, "Population and Demography". *Princeton/Stanford Working Papers in Classics*, versão 1.0, Abril de 2006, disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/040604.pdf>
- SCHEIDEL, Walter, "Roman Population Size: the logic of the debate". In: Luuk de Ligt e Simon Northwood (Eds.), *People, Land and Politics. Demographic developments and the transformation of Roman Italy 300 BC – AD 14*. (Mnemosyne Supplements, History and Archaeology of Classical Antiquity) Leiden e Boston: Brill, 2008
- SCHEIDEL, Walter, "Roman Slave Supply". In: Keith Bradley and Paul Cartledge (eds.), *The Cambridge world history of slavery, 1: The ancient Mediterranean world*, no prelo (citado a partir da versão 1.0 em *Princeton Stanford Working Papers in Classics*, de maio de 2007, disponível em: <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/050704.pdf>)
- SCHEIDEL, Walter, "The Slave Population of Roman Italy: Speculation and Constraints". *Topoi*, vol.9, fasc.1, 1999
- SCHEIDEL, Walter, "The comparative economics of slavery Graeco-Roman World". In: Enrico Del Lago e Constantina Katsari, *Slave Systems, Ancient and Modern*. Cambridge University Press, 2008
- SCHEIDEL, Walter, "Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World". *The Classical Quaterly*, Vol.40, n° 2, 1990
- SCHEIDEL, Walter, e VON RENDEN, Sitta, *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002
- SCHIAVONE, Aldo, *Uma História Rompida*. Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: EdUSP, 2005
- SCHWARTZ, Stuart, *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

- SCIARRINO, Enrica, “Father, Master, and Commander: Cato the Censor and the Making of the Roman Elite Male”, *APA Annual Meeting 2005*, Boston, Mass. (Abstract) <http://www.apaclassics.org/AnnualMeeting/05mtg/abstracts/SCIARRINO.html>
- SEERGENKO, M.E., “Vilicus”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1986
- SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- SOARES, Mariza de Carvalho, *Devotos da cor. Identidade, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000
- SPURR, M.S., *Arable Cultivation in Roman Italy*, London: Society for the promotion of Roman Studies, 1986
- STAERMAN, E.M. e TROFIMOVA, M.K., *La esclavitud em la Italia Imperial*. Madrid: Akal Editor, 1979
- STARR, Chester, “Oversose of Slavery”. In: *Essays on Ancient History*, Leiden: Brill, 1979
- STE. CROIX, G.E.M. de, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. From the Archaic Age to the Arab Conquests. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press, 1981
- TEMIN, Peter, “A Market Economy in the Early Roman Empire”, *Discussion Papers in Economic and Social History*, Universidade de Oxford, n° 39, Março de 2001
- TEMIN, Peter, “The Labor Market of the Early Roman Empire”. *Journal of Interdisciplinary History*, vol.34, no.4, 2004
- TERRENATO, Nicola, “The Enigma of ‘Catonian’ Villas: the *De Agricultura* in the Context of Second Century BC rural Italian architecture”, *APA Annual Meeting 2007*, San Diego, California (abstract), disponível em: <http://www.apaclassics.org/AnnualMeeting/07mtg/abstracts/Terrenato.pdf>
- THOMPSON, Edward, “A Economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, in: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- THOMPSON, Edward, *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

- TOZZI, Glauco, *Economistas Griegos y Romanos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968
- TREVIZAM, Mateus, *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Campinas: IEL-UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006
- VALLAT, Jean Pierre, “Les structures agraires de l’Italie républicaine”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v.42, nº1, 1987
- VALLAT, Jean-Pierre, “Centuriazioni, assegnazioni, regime della terra in Campania alla fine della Repubblica e all’inizio dell’Impero”. In: Andrea Giardina e Aldo Schiavone, *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.1: L’Italia: Insediamenti e forme economiche. Bari: Laterza, 1981
- VERNANT, Jean-Pierre, “Razão de ontem e de hoje”, in: *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2002
- VERNANT, Jean-Pierre, “Psicologia histórica e experiência social”, in: *Entre mito e política*. São Paulo: Edusp, 2002
- VOGT, Joseph, *Ancient Slavery and the ideal of man*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1975
- WALLACE-HADRILL, Andrew, “*Mutatio Morum*: the idea of a cultural revolution”. In: Thomas Habinek e Alessandro Schiesaro. *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge University Press, 1997
- WEBER, Max, *Economia e Sociedade*, Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. 3ª Ed. Brasília: EdUnB, 1994
- WHITE, Kenneth D., “Roman Agricultural Writers I: Varro and his predecessors”, *ANRW*, I.4, 1973
- WHITE, Kenneth D., *Roman Farming*. Thames and Hudson, 1970.
- WIEDEMANN, Thomas, *Slavery*. (*Greece & Rome New Surveys in the Classics*, nº19). Oxford University Press, 1987
- WOOD, Ellen Meikisins, *Democracia contra Capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

- WOOD, Ellen Meiksins, “Landlords and Peasants, Masters and Slaves: Class Relations in Greek and Roman Antiquity”. *Historical Materialism*, vol.10, no.3, 2002
- YAVETZ, Zvi, *Slaves and Slavery in Ancient Rome*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1988
- YUGE, Toru e DOI, Masaoki (Ed.), *Forms of Control and Subordination in Antiquity*. Tóquio: The Society for studies on resistance movements in antiquity, Leiden: Brill, 1988
- ZELIN, K., “Princípios de classificação morfológica das formas de dependência”. In: J. Annequin, M. Clavel-Lévêque e F. Favary, *Formas de Exploração do Trabalho e relações sociais na Antiguidade Clássica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978